

2  
2006

BOLETIMCULTURAL

VILA NOVA DE FAMALICÃO

BOLETIMCULTURAL

B



2 - III SÉRIE - 2006





# BOLETIM **CULTURAL**

VILA NOVA DE FAMALICÃO

# **Boletim Cultural**

## **Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão**



**III série | nº2**

### **EDIÇÃO**

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

### **DIRECTOR**

Armindo Costa  
Presidente da Câmara Municipal

### **DIRECTOR ADJUNTO**

Leonel Rocha

### **COORDENADOR**

Artur Sá da Costa

### **CONSELHO CONSULTIVO**

Amadeu Gonçalves, António Joaquim Pinto da Silva, António José Queiroz, Artur Sá da Costa, Becerra Costa, Felisbela Oliveira, José Agostinho Pereira, Manuel Arménio Almeida, Norberto F. Cunha, Sérgio Paulo Guimarães Sousa

### **COLABORAM NESTE NÚMERO**

Amadeu Gonçalves, António Joaquim Pinto da Silva, António Martins, Artur Sá da Costa, Augusto Santos Silva, A. Martins Vieira, Clara Lemos, Custódio Oliveira, Emília Nóvoa Faria, Fernando Figueira Pedro, João Afonso Machado, Jorge Bruno Mota, José Manuel Lages, Licínio Lima, Luísa Alvim, Luís Paulo Rodrigues, Manuel Sá Marques, Maria Adília Fonseca, Maria de Fátima Castro, Nelson Bruno Lima Pereira, Odete Paiva, Orlando da Rocha Pinto, Sérgio Paulo Guimarães de Sousa, Isaura Costa e António Freitas (fotografia)

### **SECRETARIADO**

Alexandrina Costa

### **EXECUÇÃO GRÁFICA**

SerSilito – Maia

### **TIRAGEM**

500 exemplares

### **ISSN**

0871-3308

### **DEPÓSITO LEGAL**

22605/90

# Índice

Saudação <i>por Armindo Costa</i>	9
Apresentação <i>por Artur Sá da Costa</i>	11
Os Pinheiros de Barcelos em V.N. de Famalicão <i>por João Afonso Machado</i>	13
Freguesia e Paróquia de Gondifelos <i>por A. Martins Vieira</i>	21
Breves aspectos da desaparecida Capela de Santa Bárbara e São Francisco de Borja, do Lugar das Quintães da Freguesia de Requião (V.N. Famalicão) e do seu Fundador. <i>por Orlando da Rocha Pinto</i>	49
Vila Nova de Famalicão. Património Cultural – Desafios <i>por Nelson Bruno Lima Pereira</i>	55
Bernardino Sampaio Araújo. Um famalicense nas Hostes Liberais <i>por António Martins e Emília Nóvoa Faria</i>	65
Lino José de Sousa Ferreira – Um Presidente de Câmara Empreendedor <i>por Odete Paiva</i>	95
Feiras de Famalicão: Espaços de Trocas Comerciais e de Encontros Culturais <i>por Jorge Bruno Mota</i>	105
Literatura e Vila Nova de Famalicão <i>por Américo António Lindeza Diogo e Sérgio Paulo Guimarães de Sousa</i>	117
Literatura & Imprensa: do local ao global <i>por Amadeu Gonçalves</i>	121

A imagem da mulher na imprensa famalicense (início do século XX) | 145  
*por Maria Adília Fonseca*

Subsidiariedade  
Um Princípio Estratégico Essencial para os Dias de Hoje | 153  
*por Custódio Oliveira*

## Associativismo Local

O Associativismo na Região do Vale do Ave | 159  
*por Licínio Lima*

As Associações culturais de base e o trabalho de projecto  
17 sugestões de um estudante interessado | 167  
*por Augusto Santos Silva*

Município e Associativismo | 171  
*por Artur Sá da Costa*

## Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco

Os manifestos de Carvalho de Travassos | 181  
*por Luísa Alvim*

## Casa de Camilo / Centro de Estudos Camilianos

Por terras de Vila Nova de Famalicão  
– Encontros da ficção com a realidade na obra de Camilo | 193  
*por Maria de Fátima Castro*

## Museu Bernardino Machado

Carta de Bernardino Machado para sua mulher Elzira Dantas Machado | 229  
*por Manuel Sá Marques*

Recordando meu avô Bernardino Machado | 235  
*por Manuel Sá Marques*

## Arquivo Histórico

Urbanismo e obras particulares na cidade de Vila Nova de Famalicão (1850-1920) | 241  
*por António Joaquim Pinto da Silva*

## Museu Guerra Colonial

Guerra Colonial, uma história por contar!  
Suportes em papel nas várias formas de comunicar. | 259  
*por José Manuel Lages*

## Urbanismo

O Centro urbano de Vila Nova de Famalicão – Três Décadas de Desenvolvimento | 285  
*por Clara Lemos e Fernando Figueira Pedro*

## Informação Cultural

Seleção e textos | 323  
*Luís Paulo Rodrigues e Isaura Costa*

Fotografias  
*António Freitas*





# Saudação

*por Armindo Costa, Arq.  
Presidente da Câmara Municipal  
de Vila Nova de Famalicão*

## Além da espuma dos dias...

É com grande satisfação que colocamos nas mãos do leitor o segundo número da terceira série do Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão. Cumpre-se, desta forma, a vontade que temos em dar periodicidade anual a esta publicação municipal.

Fica também claro que o Boletim Cultural de Vila Nova de Famalicão é um dos marcos centrais da política editorial do município, no sector da Cultura.

Como é sabido, são múltiplas e diversificadas as actividades culturais, umas mais mediáticas que outras. Em todo o caso, o critério que determina a sua concretização não está condicionado à sua maior ou menor visibilidade.

Sabemos da importância que o Boletim Cultural tem entre nós, como veículo de divulgação e promoção dos estudos, e como incentivo à investigação. Tanto mais que, num sistema mediático que muitas vezes não vai além da espuma dos dias, importa ter uma publicação deste género, para ir mais fundo nas questões que determinam a vida cultural em Famalicão.

Nesta edição foi possível diversificar os temas estudados e reunir um núcleo extenso de autores – boa parte deles exteriores ao Município, que nos trazem trabalhos importantes para o conhecimento da sociedade famalicense.

Por tudo isto, não posso deixar de expressar a minha gratidão a todos os que contribuíram para que isto fosse possível.



## Pioneirismo das autarquias na vida cultural

Se existe uma matriz identitária do **Boletim Cultural**, é a natureza diversificada e plural dos seus conteúdos. Mas, este número, tem a singularidade de reunir, mais de uma vintena de artigos, todos assinados por diferentes autores, com afinidades muito distintas, versando, por vezes, assuntos incomuns, em publicações do género.

O “B.C.”, não renega as suas raízes, ancoradas no município que lhe dá o nome, mas abre-se ao todo nacional; e se persiste em rever-se num certo pendor historicista, não abdica de acolher matérias de outras áreas, nem engeita misturar diferentes metodologias de trabalho, e, faz questão de pôr, lado a lado, autores de origens e formações académicas e profissionais muito diferenciadas. Um traço a todos une: desvendar caminhos desconhecidos, do trajecto milenar de Vila Nova de Famalicão; incentivar, dentro dos limites e meios disponíveis, a investigação histórica local, abrindo as suas páginas a todos os interessados e, facultando elementos de trabalho para novos estudos. A isto acresce, a ambição, de problematizar questões, e suscitar o debate, em torno de temas nossos contemporâneos.

Um olhar, breve que seja, para o sumário deste volume, reencontra-nos com estas questões. A variedade de assuntos impõe-se como uma evidência. Mas, só a leitura dos artigos mostrará o seu mérito e importância e, sobretudo os contributos que carregam para o desenvolvimento cultural e conhecimento da sociedade e da história famalicense.

Anotarei apenas, (correndo o risco de deixar passar em claro, alguns aspectos não menos essenciais), que as hostes liberais do nosso concelho e o seu envolvimento, neste acidentado período histórico, enobrecem-se com a militante participação de Bernardino Sampaio Araújo, - pai de Alberto Sampaio -, cuja biografia António Martins e Emília Nóvoa, desenterraram da poeira dos arquivos; por sua vez, Odete Paiva traça-nos o perfil do edil, Lino José de Sousa Ferreira, “um dos que mais mandatos cumpriu como presidente, no período entre 1847 e 1910, só suplantado pelo Barão de Trovisqueira”, e a quem coube a honra de receber a família real, em 1852 e 1863; João Afonso Machado percorre a teia genealógica da ligação dos “Pinheiros” de Barcelos, com Vila Nova de Famalicão, realçando que “as vicissitudes da sua vida e das épocas deslocaram muitos desses parentes sobretudo para o (novel) concelho de V.N. de Famalicão, onde foram despontando novas casas”; Martins Vieira, prossegue a via-sacra da sua oficina oferecendo-nos, desta vez, uma monografia de Gondifelos, enquanto Nelson Pereira e Orlando da Rocha Pinto, fundem as duas faces do património cultural que temos, a dos que lutam pela sua preservação e valorização, em contraponto com a visão negativista dos seus predadores, os novos “Hunos”, de que falava Herculano.

Como se deixa dito, este “B.C.”, incorpora e problematiza outro tipo de matérias, mais próximas do nosso quotidiano e da sociedade que somos. “Ora, apesar das aparências, há decerto literatura **em** Vila Nova de Famalicão (não apenas a sombra de Camilo em Seide) e mesmo alguma literatura **de** Vila Nova de Famalicão”. Existem autores, textos e leitores em Vila Nova de Famalicão e mesmo leitores textos e autores de V.N. de Famalicão, adverte Sérgio Paulo Guimarães de Sousa, enquanto Amadeu Gonçalves investe o seu labor no levantamento e no estudo científico dos textos literários da imprensa famalicense. Uma aposta firme, que renderá frutos no futuro próximo. O artigo/ensaio de Maria Adília Fonseca, sobre a imagem da mulher na imprensa famalicense, no início do século XX, dá bem a ideia da actualidade de que falávamos. O mesmo se dirá do tema, aqui trazido por Custódio de Oliveira, o qual nos convida à reflexão, em torno do conceito, da “Subsidiariedade”. Ainda dentro desta tendência, merecem atenção os textos sobre associativismo local, um sector que vive absorvido pelo trabalho, menosprezando a reflexão. Na mesma linha, se situa o estudo sobre “urbanismo”, o qual ao fazer um balanço das últimas três décadas do

desenvolvimento do Centro Urbano de Vila Nova de Famalicão, lança uma lufada de ar fresco nesta área, tradicionalmente fechada e pouco receptiva ao debate público.

Mas o “Boletim”, cumpre outro dos seus objectivos: divulgar os acervos documentais, que estão sob custódia das instituições culturais. Este é sem dúvida, uma das suas funções mais relevantes. Vejam-se os trabalhos publicados pelos museus Bernardino Machado e da Guerra Colonial; atente-se no levantamento realizado pelo Arquivo Histórico, observem-se os manifestos de Carvalho Travassos, divulgados pela Biblioteca Camilo Castelo Branco. Chamo a vossa atenção para a carta de Bernardino Machado, que o seu neto Manuel Sá Marques aqui divulga, escrita por aquele estadista à esposa em 1889, depois da viagem de comboio que o leva de Famalicão até Lisboa. Não é apenas mais um documento, que se junta ao já rico acervo do arquivo do museu Bernardino Machado. É um pouco da intimidade familiar de Bernardino Machado, e dos laços que o prendem à sua terra de “sangue e de coração”, que se nos oferece. A nossa gratidão para Sá Marques não tem limites.

Por último, mais duas observações, uma para o texto de Fátima Castro, realizado a partir da obra de Camilo. Esta investigadora, confronta o texto ficcional com a realidade, dos sítios e das pessoas, nas terras de Vila Nova de Famalicão, deitando mão de várias fontes, desde testemunhos orais, aos registos paroquiais. Estamos perante um texto interessante e inovador, que nos coloca no interior do processo criativo do génio de Seide.

Em perspectiva aproxima-se, finalmente, um roteiro camiliano por terras de Famalicão.

A segunda observação vai para o estudo sobre as “Feiras de Famalicão: Espaços de trocas comerciais e de Encontros Culturais”, de Jorge Mota. É o primeiro trabalho, que se saiba, sobre esta instituição famalicense nascida na Idade Média sob o signo régio, que, segundo o autor, “acompanhou as peripécias da história famalicense, constituindo luzeiro da sua gesta centenária”. Este é um fruto das comemorações dos 800 Anos do Foral, que com gosto arquivamos no “B.C.”

Uma nota final. Quem quiser compreender a pluralidade de actividades culturais, que de algum modo, este volume do “B.C.” espelha, terá que alargar o horizonte de observação, para detrás das luzes dos holofotes mediáticos, e ver além do ilusionismo hipnótico das primeiras páginas dos jornais. É óbvio, que o trabalho cultural, não se esgota nas artes e nos espectáculos. Como se sabe, é transversal a todos os sectores de actividade municipais e, estende-se às mais diversificadas áreas, que percorrem, entre muitas outras, a democratização do livro e da promoção da leitura, à edição; da preservação e educação patrimonial, à actividade museológica, da política arquivística, ao incentivo à investigação histórica. Convém, todavia, não esquecer, que existe vida cultural para além das autarquias, com uma incidência muito forte, nas instituições e associações culturais, que são excelentes parceiros daquelas.

É conhecida a reflexão, nos meios intelectuais, para catalogar as funções culturais das autarquias. A este labor também se têm dedicado, anos a fio, os deputados da Assembleia da República, num esforço inglório, para enunciar as atribuições e competências do poder local neste sector. Por seu turno, os governos expressam amiúde piedosas intenções de entregar competências aos municípios.

A verdade é esta, ao tomar a dianteira, inscrevendo nos seus planos de acção, e promovendo iniciativas culturais, nos mais diversos domínios, sem cuidar de averiguar se estavam ou não contempladas na lei, ou se os teóricos de serviço as identificavam como sua pertença, as autarquias rasgaram caminhos e consolidaram posições. Em boa verdade, com esta atitude pioneira, foram elas que fizeram a descentralização cultural do país.

Esta era uma tendência inevitável, inscrevendo-se inexoravelmente no percurso dos caminhos do futuro. E de nada valeu aos centralistas, estejam no poder executivo ou legislativo, tentar contrariar a devolução às comunidades, o que por direito próprio lhes pertence.

Fica um desabafo e um alerta. Os municípios abriram os cordões aos cofres e investiram na cultura. Cumriu-se o direito de igualdade de acesso dos cidadãos aos bens culturais.

É caso para afirmar, parafraseando certa expressão em voga, que existe vida cultural para além daquela que os deputados ou os governos, generosamente, concedem.

# Os Pinheiros de Barcelos em V. N. de Famalicão

por João Afonso Machado\*

*À memória do meu parente Dr. Armindo Pinheiro de Lacerda, entretanto falecido, agradecendo a sua amável colaboração na realização deste trabalho*

A consolidação da Dinastia de Aviz abriu um novo capítulo nos anais da então vila de Barcelos. Com o acordar do século XV é firmado o matrimónio de D. Afonso, bastardo d' El-Rei D. João I, com D. Beatriz, a filha única e herdeira de D. Nuno Álvares Pereira. O jovem casal personifica os primeiros Duques de Bragança, e é-lhe atribuído o senhorio da “Princesa do Cávado” e do seu termo e o condado de Barcelos com que fora agraciado o Condestável.

Não tardarão a criar paredes a Colegiada de Santa Maria e o Paço ducal, bebendo as águas do rio enquanto a ruína não fez dele a actualidade. E, antes ainda, porque se mantinham tensas as relações com Castela e Barcelos redobrou de importância estratégica, antes do mais, soube o Duque D. Afonso obter do seu régio Pai permissão para cobrar tributos financiadores da obra imprescindível – o amuralhamento do burgo.

Empreendimento demorado, bem estudado, com um robusto resultado final. Orientou-o o fidalgo galego Tristão Gomes Pinheiro, da família dos Senhores do Castelo de Nareyo, na Galiza, e aparentado com Teresa Lourenço, a mãe do Mestre de Aviz. Veio para Barcelos propositadamente para esse efeito. E por lá ficou até ao fim dos seus dias.

Por lá casou também. Com Branca Esteves, da mítica Torre de Outiz, sita na freguesia assim nomeada, hoje do concelho de V. N. de Famalicão. Mas edificou a sua residência em Barcelos, logo abaixo da Colegiada, defronte à medieva ponte. É o que sempre se designou o “Solar dos Pinheiros”, monumento nacional (um dos dois únicos imóveis particulares em Portugal galardoados com tal classificação), ainda agora na propriedade de descendentes seus, os filhos e netos de Francisco Manuel Cardoso de Meneses Pinheiro de Azevedo e de sua Mulher D. Mariana de Jesus Barbosa Pereira de Sottomayor de Azevedo e Bourbon.

Remonta o Solar dos Pinheiros a data anterior a 1446, se bem que posteriormente ampliado e valorizado na sua arquitectura. Entretanto, a filha de Tristão Gomes e de Branca Esteves, Mor Pinheiro, vem a casar com Martim Gomes Lobo, Ouvidor das terras do Duque de Bragança e Alcaide-mor de Barcelos. E é na geração destes últimos que se centrará o presente apontamento. Porque nela seguramente se identificam quantos ainda conservam o apelido e a tradição familiar e histórica dos Pinheiros de Barcelos.

Registe-se, por curiosidade, que as vicissitudes da vida e das épocas deslocaram muitos desses parentes sobretudo para o (novo) concelho de V. N. de Famalicão, onde foram despontando novas casas suas, sempre *indexadas* ao velho solar. Catalogá-las é também o objectivo deste trabalho.

Entre a prole de Martim Gomes Lobo e de Mor Pinheiro contam-se Branca e Isabel Pinheiro, as que precisamente mais nos interessam. Com esta última o Solar prossegue e vai-se engrandecendo. Já a sua irmã assinala a génese de um novo ramo nas freguesias de Mouquim e Cruz, do actual território famalicense. Principiemos então com a sua sucessão.

\* Advogado – Escritor.

## Branca Pinheiro – A Quinta da Costa e a Casa de Pindela

Consoiciou-se Branca Pinheiro com Diogo Afonso de Carvalho, Corregedor em Trás-os-Montes e Desembargador do Paço no reinado de D. Afonso V. Provinha da nobilíssima estirpe dos Carvalhos de Guimarães, amerceados em 1444 com um reguengo em Mouquim, decerto a Quinta da Costa onde Diogo Afonso de Carvalho e a sua Mulher viveram. Aí criaram a filha, Isabel Pinheiro, que, aí também, casaria com João do Prado, Escudeiro-fidalgo e Senhor da Torre da Juncosa e de Louredo, Ribela, Pindela, Montalvão, Real, Rego e Xisto, morto em combate na tomada de Arzila.

Os seus bens fundiários foram repartidos pelos filhos. As assinaladas propriedades correspondem, todas elas, a topónimos actuais (lugares e quintas) das freguesias de Gavião, Mouquim e Cruz. Mas com história e continuidade na Família Pinheiro, apenas duas: a Costa (que vinha de Diogo Afonso de Carvalho) e Pindela (de João do Prado).

E, sendo assim:



▲ Quinta da Costa – Mouquim

### a) Quinta da Costa

Afonso Pinheiro foi o primogénito de João do Prado e de Isabel Pinheiro. Por morte dos seus pais, caber-lhe-ia a titularidade da Juncosa, de Ribela e da Costa. Conforme já referi, apenas esta se demorou na posse dos Pinheiros, aformosada com uma escadaria de dois lanços no seu corpo principal e engrandecida com uma capela seiscentista da invocação de Nossa Senhora da Conceição (tal qual a sua congénere de Pindela).

Casou Afonso Pinheiro com Constança Figueira, neta de um fidalgo toledano, Lopo de la Higuera, que

por haver morto um familiar dos Reis Católicos se homiziou em Portugal, recebendo carta de naturalização concedida em 1489 por D. João II.

Estamos em plena aventura dos mares. As caravelas e as naus chegam cada vez mais longe no Desconhecido. A miragem da Índia transforma-se em realidade. Dos quatro cantos do Reino se afoitam os mancebos em demanda da fama e da riqueza, rumando o Oriente. Assim também com os filhos varões de Afonso Pinheiro – Sebastião, Paulo, Lopo – que as embarcações levaram e jamais trouxeram. A Costa prossegue, por isso, com a irmã destes, Brites Pinheiro, que se matrimoniou com Gaspar de Lemos. E depois, geração sobre geração, sempre nos Pinheiros, vêmo-la encabeçada em Lopo Dias de Lemos, casado com Leonor da Fonseca Coutinho; Francisco Pinheiro Lobo, com Maria da Cunha; Paulo Pinheiro Lobo, com D. Leonor de Castro Pimentel; D. Luísa Maria Pinheiro Lobo, com António Arraes Furtado de Mendonça; António Arraes Furtado de Mendonça Lobo, com a sua parente D. Isabel Francisca de Mendonça; Luís Pinheiro de Mendonça, com D. Francisca Josefa de Almeida; Jerónimo Pinheiro Furtado de Mendonça Lobo, com a sua prima D. Antónia Maria Pinheiro Arraes; e, finalmente, António José Pinheiro Furtado de Mendonça Lobo Arraes, com D. Josefa Francisca de Melo e Meneses.

São dez gerações contadas desde a partilha de bens de João do Prado e de Isabel Pinheiro, sempre no mesmo sangue. Aconteceu, todavia, que António Pinheiro, o filho único e natural herdeiro do último Senhor da Costa, morreu antes do seu progenitor, em 1833, no ataque das tropas liberais a Vila do Conde,

de cuja Milícia era Capitão. Solteiro e sem descendência, assim pereceu António Pinheiro, nesses anos desvairados de guerra civil. E, por isso, a Costa e o morgadio respectivo que (na apreciação de José de Sousa Machado, in “Apostilhas aos Costados das Últimas Gerações de Entre-Douro-e-Minho”) deviam “passar por vocação de lei” aos de Pindela, os parentes mais próximos, transitaram para a família da Torre da Correlhã, de onde provinha a sobredita D. Josefa Francisca, quando esta enviuvou.

A Costa andou depois por mãos diversas, todas alheias às das suas origens. Parte do seu arquivo documental, contendo interessantes peças de teor genealógico, preserva-se em Pindela. E ostenta, ainda hoje, exteriormente, a sua traça primitiva, em notável estado de conservação que os jardins e o arvoredo circundante bem realçam.

## b) Casa de Pindela

Tornando a João do Prado e a sua Mulher Isabel Pinheiro, anotamos um outro seu filho, o Escudeiro-fidalgo Luís de Carvalho que, casado embora (com Beatriz de Almeida) não deixa filhos sobreviventes. Pertence-lhe a Casa de Pindela, na freguesia então denominada S. Tiago da Forca, e, por testamento de 12 de Maio de 1526, na mesma instituiu morgadio a favor do seu sobrinho Simão Pinheiro (filho do seu irmão Estevão Pinheiro, Senhor de Louredo) e de Leonor de Almeida, sobrinha da sua consorte, com a obrigação de ambos se casarem.

De Pindela avista-se a Costa, não são mais do que 500 metros em linha recta, as terras de uma e da outra separa-as há séculos um extenso muro de pedra. Arquitectónicamente equiparam-se, as suas



▲ Casa de Pindela – Cruz S. Tiago



▲ Casa de Pindela – Cruz – Brazão na torre principal



▲ Casa de Pindela – Cruz – Brazão sobre a entrada da capela



fachadas preenchidas por amplas janelas avarandadas, Contudo, Pindela avanteja-se pela implantação das duas torres e da capela seiscentista de superiores dimensões.

Não minuciarei sobre a história da Casa, compilada que está na minha monografia “O Morgadio de Pindela”. Remato, pois, somente com a indicação de que se mantém na descendência do 1º Morgado, o Cavaleiro-fidalgo Simão Pinheiro, sendo actualmente o seu 15º representante Vicente Maria Miguel Bernardo Pinheiro Lobo da Figueira Machado, 4º Visconde de Pindela.

As armas dos Pinheiros figuram nos braços: o mais antigo sobre a entrada lateral da capela e o outro, imposição do 2º Visconde de Pindela, na face poente da torre maior.

### **Isabel Pinheiro – O Solar de Pouve, a Casa do Vinhal e a Casa de Pousada**

Vamos igualmente encontrar a heráldica dos Pinheiros – a árvore e um leão rompante contra o seu tronco – aliada à dos Lobos, em Barcelos, no Solar e no jazigo da Colegiada; e, também, nas igrejas de Nossa Senhora de Oliveira, em Guimarães, e de Santa Maria dos Olivais, em Tomar. É, quanto a esta última, o rasto deixado na História pelo primeiro Bispo do Funchal, D. Diogo Pinheiro, irmão de Álvaro Pinheiro Lobo, a que adiante se fará menção.

Elevado à dignidade de Dom Prior da Colegiada de Oliveira, Diogo Pinheiro ordenou a construção da sua torre sineira, onde estampou o braço dos seus antepassados em uma das frentes. No interior repousam os seus pais (Pedro Esteves e Isabel Pinheiro, já referenciados) em sarcófagos encimados pelas suas estátuas jacentes, outrossim armoriados. Na sua qualidade de comendador e vigário da Ordem de Cristo, o Bispo D. Diogo foi sepultado num imponente túmulo renascentista, armoriado de Pinheiros, na nabatina Igreja de Santa Maria dos Olivais.

A sua linhagem, que é a do ramo ainda agora detentor do Solar barcelense, chegou também a Famalicão. Fez-se preambularmente alusão a Isabel Pinheiro (a Mulher de Pedro Esteves) – a “sempre formosa” Isabel Pinheiro, perpetuada no expressivo retrato a óleo, em que o diáfano toucado cortesão engalana as suas suaves feições, reverencialmente conservado pelos seus familiares. Dela é filho e sucessor Álvaro Pinheiro Lobo, Alcaide-mor de Barcelos e Fidalgo da Casa de Bragança, personagem de relevo a quem o poeta Diogo Bernardes dedicou um lisongeiro soneto.

É mérito seu o acrescentamento do Solar dos Pinheiros em mais uma torre. Casou com D. Isabel de Lacerda e foi o primeiro representante do morgadio de Pouve, na freguesia de Lagoa, deste concelho, instituído em 1453 pelo seu tio João Esteves. Então:

#### **a) Solar de Pouve**

Camilo Castelo Branco incluiu Pouve no rol dos dramas em que, quantas vezes, o Bem não triunfa e a sua escrita carrega a angústia do sofrimento. Em “O Senhor do Paço de Ninães” a fonte de todos os horrores emana justamente desta casa, nos meados do século XVI, já no esmorecer do Império português em África e no Oriente. E tudo porque, na versão do romancista, o “chanceler-mor do reino” e “morgado de Pouve”, Pedro Esteves Cogominho, congeminou casar o seu sobrinho e herdeiro João Esteves com a donzela do Paço de Reboredo Leonor Correa de Lacerda, igualmente pretendida por Rui Gomes de Azevedo, do vizinho Paço de Ninães. O resto são os tormentos deste último, ferido e aprisionado em Alcácer Quibir, mercador nas Índias, ermitão e profeta do despojamento, suportando às costas desde a juventude à velhice o seu insuperável desgosto amoroso.

Muito pouco, ou nada, vai além da ficção. Mas há pormenores curiosos, como o das estadias de João Esteves – “um compêndio de vícios” – em Barcelos, de visita às “primas Pinheiro”, a “flor do Minho”; não obstante, seria na “capela” de Pouve que os noivos (o dito “vicioso” e D. Leonor Correa de Lacerda) receberiam as “bençãos” sacramentais, entre as “duas torres” da casa.

Na “Corografia Portuguesa” (edição de 1706) o Padre Carvalho da Costa, referindo-se a S. Paio de Seide, diz estar ali a “quinta do Paço, cabeça do morgado de Pouve”. Mas as décadas seguintes são de ruína e fantasmagoria de que as gentes fugiam, sem



▲ Solar de Pouve – Lagoa

querer saber do concerto daquelas paredes nem do amanhã das terras. Ficou, por isso, a edificação “alagada pelo aluvião do tempo” e em 1866 já ninguém sabia “dizer sobre o certo onde ela esteve”. Apontavam os mais idosos para um “extenso almargeal”, e atiravam – “foi por aqui”...

Adiante se esclarecerá a quem competiu a ressuscitação de Pouve.

Por ora, de retorno à realidade, alinharei a sucessão do 1º Morgado Álvaro Pinheiro Lobo e de sua Mulher D. Isabel de Lacerda.

Foi seu primogénito e continuador Henrique Pinheiro Lobo, também Capitão-mor de Barcelos. Homem de confiança do Duque de Bragança D. Jaime, acompanhou-no na conquista de Azamor, onde se bateu denodadamente. Casaria em Vila Viçosa com D. Leonor de Meneses de quem teve (além dos mais) Álvaro Pinheiro Lobo, a suceder-lhe em todos os vínculos, propriedades e cargos. Da terceira Mulher deste último, D. Francisca da Silva e Vasconcelos, nasceu outro Henrique Pinheiro Lobo que se finaria em Alcácer Quibir, ainda em vida do seu Pai mas já consorciado com D. Isabel de Ataíde. Deste casamento veio a nascer Álvaro Pinheiro de Lacerda que se recebeu com D. Ana Pereira em cuja geração surge mais um Henrique Pinheiro Lobo – Capitão de Infantaria morto em combate na batalha do Montijo, em 1644.

Daí a linhagem prosseguisse com o seu irmão Rui Pinheiro de Lacerda. “Cavaleiro de grandes brios e cortesão muito visto nas Famílias do Reino e muito magnífico no seu trato” – assim sobre ele discorreu Felgueiras Gaio no “Nobiliário das Famílias de Portugal”. Já em Camilo (“A Filha do Regicida”), à vista de uma liteira com os dois criados a cavalo, conjecturavam dois personagens vimaranenses acerca do magnate: “aquilo deve ser um grande fidalgo!”, exclamava um, alvitando o outro tratar-se do “Sr. Rui Pinheiro, que vem de Barcelos a visitar os seus vínculos”.

Mas de Rui Pinheiro de Lacerda não houve senão descendência natural pelo que, após longuíssima demanda judicial, os solares dos Pinheiros e de Pouve foram entregues a Leonardo Lopes de Azevedo, Senhor de Azevedo, na freguesia de Lamas do Termo de Barcelos, o parente mais chegado na ordem legítima. E a História prossegue com o seu filho (havido de sua Mulher, D. Margarida Isabel de Sousa), João Lopes de Azevedo, casado com D. Teresa Faria Vilas-Boas. Com as seguintes gerações: D. Maria Emília Pinheiro de Azevedo, que se consorciou com António Martinho Velho da Fonseca de Barbosa, Fidalgo da Casa Real; Francisco Lopes de Azevedo Velho da Fonseca de Barbosa Pinheiro e Sá Coelho, 1º Visconde e 1º Conde de Azevedo, com D. Maria José Carneiro da Grãa Magriço; D. Maria Júlia Falcão Pinheiro Bourbon e Meneses (sobrinha do Conde de Azevedo), com José de Azevedo e Meneses Cardoso Barreto, Senhor da Casa do Vinhal, em V. N. de Famalicão.

Por morte deste último, Pouve coube em partilhas à sua filha D. Maria do Carmo de Meneses Pinheiro de Bourbon. Sabemos já que do venerando morgadio mais não restaria além das terras de lavoura, talvez

ainda a morada do caseiro. O restante eram recordações, lendas, a superstição das gentes. Algumas pedras dispersas, possivelmente, e os silvados afogando as fundações da casa. O marido de D. Maria do Carmo, o Dr. Azi de Moura Cruz, deitou mãos à obra e Pouve renasceu com o seu torreãozinho ameiado e a capela à ilharga, o granito à vista e muita hera a refrescá-lo. É propriedade agora dos seus cinco netos.

## b) Casa do Vinhal



▲ Casa do Vinhal – Famalicão – Brazão no portal da entrada



▲ Casa do Vinhal – V. N. de Famalicão

Há já pelo menos quatro séculos que vigia Famalicão, elevando-se a poente entalada entre a ferrovia do Minho e o extinto ramal da Póvoa de Varzim. É, porventura, o nosso mais afamado monumento de interesse público, o ex-libris famalicense das chamadas casas solarengas.

Herdou o Vinhal, juntamente com o Solar em Barcelos, o primogénito de José de Azevedo e Meneses e de sua Mulher D. Maria Júlia – Francisco Manuel Cardoso de Meneses Pinheiro de Azevedo, referido no início deste apontamento. Sucedeu-lhe o varão mais velho, Martim Lopes de Azevedo e

Meneses Pinheiro Pereira, que casou com D. Maria Alice Vaz Guedes de Sousa Bacelar, e cujos sete filhos são os actuais Senhores da Casa do Vinhal.

Sobre um dos arcos dos portais desta está o brasão que simboliza a confluência destes mais significativos apelidos da Casa – Costa, Azevedo, Cardoso Meneses e Pinheiro. Trata-se de uma peça recente, decerto ali mandada colocar pelo sobredito filho e herdeiro de José de Azevedo e Meneses.

## c) Casa de Pousada

Atrás deixámos Rui Pinheiro de Lacerda e os seus descendentes e colaterais querelando pela posse do património fundiário dos Pinheiros. A sua geração ocorreu, pois, enquanto os tribunais mastigavam a decisão final que lhe seria desfavorável.

Dele foi filho natural Luís Pinheiro de Lacerda que, igualmente sem casar, houve Clemente Pinheiro de Lacerda. Definitivamente perdida a causa forense, instalou-se este ramo na freguesia de S. Pedro de Bairro (agora integrada no concelho de V. N. de Famalicão) onde pontifica a Casa de Pousada, de que era Senhora D. Isabel Micaela de Carvalho de Freitas, com quem Clemente Pinheiro celebrou esponsais.

Pousada conhecerá arquitecturas de maior pompa, plausivelmente, com o seu continuador Rodrigo Pinheiro de Lacerda, Cavaleiro do Hábito de Cristo. Navegamos já pelos meados do século XVIII e obras de então adornam o portão da entrada com o brasão esquartelado de Pinheiro, Lacerda, Pereira e Lobo – os apelidos preponderantes no ramo barcelense. E uma varanda ampla, entre pilastras que sustentam a cobertura, surge de olhar estendido para as várzeas de Bairro.

De Rodrigo Pinheiro de Lacerda e de sua Mulher D. Josefa Rosa Pinto de Azevedo foi filho Rodrigo António Pinheiro de Lacerda que casou em primeiras nupcias com D. Ana Joaquina Correia d'Afonseca, de quem houve Rodrigo, Joaquim Felizardo e D. Maria Miquelina. E é nesta geração que perdemos o rasto de Pousada na posse dos Pinheiros. Questões de partilhas, o infortúnio dos seus donos, o desinteresse puro e simples? – está por averiguar. Mas a propriedade circula de mãos em mãos, durante décadas, sempre adquirida por estranhos à Família. Os seus arquivos, consta, arderam rotulados de lixo, em uma dessas muitas transmissões. E as obras com que ultimamente Pousada tem sido beneficiada, começaram pelo fim, quero dizer, trouxeram o maior esplendor aos seus anexos (a dependência do feitor, as antigas cortes do gado, os celeiros) mas esqueceram o edifício principal, agora confiado à guarda de bandos de pombas que no seu interior pacatamente se abrigam e nidificam.

Todavia, do outro lado da estrada, quase defronte, remontando aos finais do século XVIII – MDCCIIIC é a inscrição na coroa da entrada que o atesta – subsiste a “Pousada de Cima” (por contraposição à “de Baixo”, como se viu para os Pinheiros não mais do que uma recordação). Ficou aquela sempre em poder da sucessão de D. Balbina Pinheiro de Lacerda, a única filha do segundo matrimónio do sobremencionado Rodrigo António Pinheiro de Lacerda, com D. Custódia Maria Álvares. É actualmente seu proprietário Américo Veloso Pinheiro de Lacerda, filho de José de Carvalho Pinheiro de Lacerda e de D. Cândida Amélia Ferreira Veloso e neto paterno de Vitorino de Carvalho Pinheiro de Lacerda e de D. Maria José Machado de Araújo, sendo este último filho daquela D. Balbina e do seu marido José Joaquim de Carvalho.

De uma arquitectura acentuadamente mais sóbria, ainda assim deixa-nos no olho os bonitos trabalhos de cantaria das suas janelas e varandins. E, sobretudo, a satisfação de continuar sendo uma marca genuína e presente dos Pinheiros de Barcelos em V. N. de Famalicão.



▲ Casa de Pousada de Cima – Bairro



▲ Solar de Pousada de Baixo – Bairro



▲ Brasão, Casa de Pousada – Bairro

## Bibliografia

- MACHADO, José de Sousa, “Últimas Gerações de Entre-Douro-e-Minho – Apóstilas às Árvores de Costados das famílias Nobres, de José Barbosa Canaes de Figueiredo Castelo Branco”, fasc. 4º, pág. 175 (“Quinta da Costa”).
- NÓBREGA, Artur Vaz Osório da, “Pedras de Armas e Armas Tumulares do Distrito de Braga”, vol. VII (Guimarães) e vol. VIII (Barcelos).
- MACHADO, João Afonso, “O Morgadio de Pindela”.
- GAIO, José Manuel da Costa Felgueiras, Nobiliário das Famílias de Portugal”, (tt. “Origem dos Pinheiros”).
- SILVA, António Lambert Pereira da, “Nobres Casas de Portugal” (“Casa do Vinhal” e “Solar dos Pinheiros”).
- MENESES, José de Azevedo e, “Ninharias”.
- BRANCO, Camilo Castelo, “O Senhor do Paço de Ninães”.

# Freguesia e Paróquia de Gondifelos

po A. Martins Vieira \*

## I – Análise Histórica

### 1. Situação geográfica

Encontra-se situada na parte Norte do Concelho de Vila Nova de Famalicão, rodeada pelas freguesias de Cavalões, Minhotães, Grimancelos, Negreiros e Balazar. Porém, antes de 1872 pertencera ao concelho de Barcelos, estando circunscrita no Julgado de Faria, como ainda se pode verificar através de dois marcos da Casa de Bragança implantados entre o lugar da Senra e Reparade. Esses marcos apresentam a forma quadrangular, tendo num dos lados e na parte superior o brasão nacional com os clássicos cinco escudetes e as letras C B, iniciais da Casa de Bragança.

Mas houve mais dois marcos que separavam o lugar da Cova, Gondifelos, de áreas pertencentes a Cavalões. Porém, cansaram-se de estar tanto tempo parados no mesmo lugar.

### 2. Topónimos

Segundo referência escrita pelo Abade responsável pela freguesia, em 1758, Manuel Vieira Mendes, havia os seguintes lugares <sup>1</sup>:

Devesa da Cova, Estrada da Lobeira, Gondefeinhos, Gondifelos, Ermida, Fiança, Cova, Cumieira, Reparade, Gravateira, Barroco, Romão, Lama, Roleiro, Paradela, Penices, Azenha, Fiães e Meira. No entanto, no livro de Baptizados e nos respectivos assentos, os Abades dos princípios do séc. XVII até ao séc. XVIII indicam, além dos já referidos, mais os seguintes: Gandra de Cima, Gandra de Baixo, Souto, Ribeira, Almorode, Chamuscada, Cruges, Igreja, Igreja Velha, Lamela, Ponte, Eirados e Outeiro <sup>2</sup>.

Ainda quanto a lugares, é de referir que alguns mencionados pertenceram a Santa Marinha de Vicente, como Gravateira, Senhor da Ponte, Penices, Fiães, Almorode, Gandra de Cima e de Baixo, Igreja Velha, Barroco e Reparade.

### 3. Densidade demográfica

Segundo um documento, com a data de 1758, havia em Gondifelos 117 fogos e 617 pessoas presentes e ausentes, ocupando-se todas na actividade agrícola, não só como proprietários, como jornaleiros e criados de servir <sup>3</sup>. Mas, em 2001, e segundo o Censo, havia 2.200 pessoas presentes e 250 ausentes, com funções nos três sectores, isto é, primário, secundário e terciário.

### 4. Antiguidade

Gondifelos, como instituição, existia nos princípios do séc. XIII, mas, Santa Marinha de Vicente já existia como povoamento no séc. I, embora muito pequeno. Trata-se de um Castro no Monte de Penices, a

\* Investigador

<sup>1</sup> Memórias Paroquiais, 1758

<sup>2</sup> A.D.B. – Baptizados

<sup>3</sup> ib.

alguns metros de altitude em relação ao rio Este. Para comprovar tal datação, recorreu-se aos arqueólogos que nele encontraram fragmentos de cerâmica, restos de piso de argila, resíduos de fundição e três barras de bronze, achados estes que provam a existência do homem nesse local.

Mas as prospecções continuaram e, mediante o encontro de mais cerâmica, designada por “Tegulae” e algumas moedas, foi possível afirmar que essa pequena aldeia foi habitada mais tarde, pelos finais do séc. IV e princípios do séc. V D.C. E, pela existência de uma mamoa no lugar de Cruges, perto da E.N. 206, é possível recuar-se mais uns séculos até ao V ou IV A.C.<sup>4</sup>. O Tombo refere a existência da Mamoa de Cima e Mamoa de Baixo, embora, actualmente, haja conhecimento de uma só. As mamoas são artefactos do período do Neolítico e constavam de uma estrutura em granito, com pedras ao alto, na forma de esteios bem volumosos, com mesa sobreposta e ainda, no geral, uma galeria, género mina ligada à parte central para sepultura dos mortos. É de referir que esse monumento funerário não se encontra bem definido ou não se destaca do espaço envolvente, porque foi devassado por pessoas antigas, julgando encontrar ouro no seu interior, matéria-prima como componente de peças decorativas que acompanhavam os mortos.

Além dos dados apresentados e que documentam a antiguidade, há outros mais recentes, com muita importância. São as Inquirições de D. Afonso II (1220) e D. Afonso III (1258). Por Inquirições, entende-se uma demonstração autoritária do Rei sobre direitos que possuía no Reino. Para tal, enviava emissários às freguesias e portadores de quesitos, aos quais o Abade e pessoas aí residentes de estatuto social mais elevado respondiam, dizendo a verdade. O Rei tomou tal atitude porque o clero e a nobreza abusaram mediante eventuais usurpações no reguengo, não pagando foros, nem outros encargos. Como é do conhecimento geral, os Reis, após a Reconquista, fizeram doações ao clero e nobreza, na forma de coutos e honras e, mais tarde, também na formação de concelhos do povo. As Inquirições de D. Afonso III versavam sobre Reguengos, Foros e Dádivas, Padroados e Bens das Ordens. Porém, apenas será referido o ítem sobre Reguengos, com o seguinte teor<sup>5</sup>:

- a) *De Sancto Felice de Gondoferus “Martinus Petri Abbas, Petrus Pellagii, Martinus Menendiz, Petrus Petri, Gunsalvus Petri, Petrus Petri, Petrus Pelagii, Gunsalvus Petri, Dominicus Petri, Pelagius Petri, jurati dixerunt quod habet ibi Dominus Rex quosdam Regalengos, et dant inde illi terciam in ratione. Et habet in Reparadi quartam de uno casali, et solebant laborare illam ipsi. Qui tenent aliam quartam, et dabant inde terciam et eiradigam, et Johannes Sueriz et Dominicus Sueriz milites filiarum illam et dederunt suis hominibus de suis hereditatibus.”*
- b) *De Marina de Vicente “ Martinus Pelagii abbas, Rodericus Gunsalvi, Pelagius Menendiz, Pelagius Menendiz, Fernandus Petri, Pelagius Petri, Raimondus Menendiz, Petrus Boom, Johannes Reimondi, Odorius Menendiz, jurati dixerunt quod habet ibi Dominus Rex quosdam regalengos, et dant inde illi terciam; et pro directuis ij. frangos, xx. ova. Et nichil est ibi negatum.”*
- c) Inquirições de D. Afonso III – Quinta alçada  
*“ In collatione Sancti Felicis de Gondoferus- Suerius Dominici, abbas ipsius ecclesie, juratus et interrogatus dixit quod Dominus Rex non est patronus. Item dixit quod Dominus Rex habet ibi suum regalengum, scilicet, in Reparadi et tenet illud Pelagius Dominici per cartam istius Domini Regis, et ad suum forum sicut in carta est expressum. Item, dixit quod sunt ibi leire, scilicet, Campus de Grama, quod est medium regalengum, de quo dant terciam partem panis. Item, in loco qui vocatur Crux, una leira de qua dant similiter. Item, in loco qui dicitur Super Vallo, j. alqueire de pane annuatim, sive habeat sive non. Item, in Grandal, j. leira de qua dant annuatim medium alqueire de renda. Item, de leira de Insula, j. almude similiter, et alia leira est in ipsa Insula que dat terciam partem panis. Item, de duobus casalibus que sunt in Godoferus Minoribus et Inferioribus dant annuatim in censoria singulos alqueires de pane, et hoc dant per mensuram de Ratis.*

<sup>4</sup> C.M.V.N.F., Gabinete de Arqueologia

<sup>5</sup> Portugaliae Monumenta Historica

*Item, dixit quod dant Domino Regi annuatim de fossadaria, scilicet: de hereditate que fuit de Domno Orio, que est termino de Vermui, j. bragal, et collegerunt ibi Petrum hominem militem, ( et tollit inde iiij. denarios de Domino Regi(sic) annuatim. Item, dixit quod in ista collatione non pectant vocem et calumpniam nisi in dicto casali de Outeiro. Item, dixit quod cautum et forarii Domini Regis) et honores novi non sunt ibi, sed est honor vetus, et ame militum de novo non sunt ibi.*

*Johannes Pelagii et Pelagius Petri et Pelagius Pelagii et Petrus Dominici et Petrus Petri, jurati et interrogati, dixerunt in omnibus et per omnia sicut Suerius Dominici, abbas ipsius ecclesie.”*

- d) *In collatione Sancte Marine de Vincenti -“Domnus Mendus, abbas ipsius ecclesie, juratus et interrogatus dixit quod Dominus Rex non est patronus. Item, dixit quod habet ibi Dominus Rex suum regalengum bene demarcatum, scilicet, in termino de Fiaes in Outeirol, ij. leiras. Item, in Basto, ij. leiras. Item, in Leiras Longas, ij. leiras. Item in Agro Malo, iiij. leiras. Item, dixit quod in loco qui dicitur (Va)lla est j. leira de qua (dant) Domino Regi annuatim (j.) alqueire de pane per mensu(ram) de Ratis. Item, in Fontes, j. Leiram.*

*Item, medium de campo de Fareleiro. Item, in loco qui dicitur Pons, j. leiram. Item, in Molendinis, j. leiram. Item, in Governios, j. leiram. Item, in Espinarius, j. leiram, Item, in Varzea, j. leiram. Et de istis leiris omnibus dant terciam partem panis Domino Regi et non faciunt aliud forum, quia milites tenent regalengum istud acostadizo suis casalibus, et informant de illo sua casalia. Milites sunt Rodericus Valasci Quaraesma et Martinus Valasci frater ejus.*

*Item, dixit quod Sanctus Petrus de Ratis habet ibi unum casale, quod habet campos suos in Offiaes. Et de istis campis faciunt septem partes, et unam dant isti ecclesie et duos Domino Regi et quatuor Sancto Petro de Ratis cum eyradiga ipsarum vij. Partium, scilicet, iiij. taligas de pane inter se et maiordomum, excipitur inde campus de Linares quod est totus de Ratis.*

*Item, dixit quod dant Domino Regi annuatim de fossadaraia, scilicet, de quintana que fuit Pelagini et sorori (sic) sue Mariiline solebant dare viij. cubitos et j. legon, et criaverunt ibi filium Reymundi Petri et tollit septimam partem de fossadeira. Et Johannes Petro comparavit medietatem ipsius quintane et tollit medietatem de fossadeira, et ita nichil tenent Domino Regi nisi tres varas et medium legon.*

*Item, de quintana que fuit Petri Pelagii et Pelagii Suerii solebant dare j. bragal, et modo non dant nisi v. varas et media minus j. denarium quia Domna Sancia Pelagii comparavit ibi, et ista ecclesia habet ibi partem suam in testamento et tollunt aliam fossadariam.*

*Item, in Curugas, de hereditate de Martinus Magrom j. vara de bragal.*

*Item, dixit quod parochia ista est honor Corrigiarum de veteri, et ideo cautum et forarii Domini Regis et ame militum non sunt ibi, nec ordines aut milites aliquid plus acquisierunt ibi, de quo Dominus Rex perderet directum suum. Major autem fora non faciunt nec fecerunt ibi.*

*Pelagius Suariz, Petrus Feo et Martinus Parlete et Dominicus Petri et Gunsalvus Bofon et (Duram Martinz et Menendus Petri et Martinus Pelaiz, jurati et interrogati, dixerunt in omnibus et per omnia) sicut Domnus Mendus abbas.”*

Os textos das Inquirições são importantes documentos para a história das freguesias e, no caso particular, para Gondifelos e Santa Marinha de Vicente, visto referirem a existência de abades e igrejas. Os depoimentos começaram por declararem que o Rei não era padroeiro, porque, obviamente, era o arcebispo de Braga que apresentava e nomeava os abades; que o Rei possuía um ou mais reguengos (terras que o Rei reservou para si); foros que eram pagos dessas terras e mais obrigações até a entidades colectivas e particulares. Como é fácil de verificar, os nomes dos inquiridos eram muito semelhantes e com repetição. Trata-se, pois, dos chamados nomes de baptismo, os quais encontram-se no “grau nominativo” e os segundos, que se referem aos pais estão no “genitivo”. Mas, também não é de admirar tal ocorrência, porque, era comum verificar-se, até aos meados do séc. XX a cópia de nomes de outros mais ou menos importantes, pensando que isso valorizava mais as pessoas.

## 5. Tombo

Por tombo, entende-se um inventário que, segundo determinação do arcebispado de Braga, pelos meados do séc. XVI, o abade teria de fazer, com a supervisão de uma dignidade eclesiástica e corroborado



por pessoas locais e abades vizinhos. Consistia essa inventariação na indicação dos casais pertencentes à igreja, sua natureza, tamanho e confrontação. O tomo que a seguir se apresenta é do último quartel do séc. XVIII, sendo arcebispo, D. Gaspar de Bragança e o abade, Francisco Ferreira da Silva. É de referir que, existindo um tomo para a freguesia de S. Félix de Gondifelos e outro para Santa Marinha de Vicente houvesse razões para uma segunda edição, englobando já as duas, numa só, embora com dois oragos<sup>6</sup>.

*“A Igreja de Baixo intitulada de Santa Marinha de Vicente a qual principia no Ribeiro da Gravateira que he da Igreja para a parte do Sul por onde corre esta freguezia de Nascente a Poente e tem a bouça que de prezen.te posue Miguel Joáo Furtado da frg.a de Balazar trezentas varas e dez, correndo sempre para Poente e as sahdas das cazas d’Alem tem de comprido trezentas e sesenta varas, daqui dese pello vallo do lenteiro hé onde tem cento sincoenta e quatro varas daqui pa.te para o Norte pela cruz das Searas he onde tem cento e sincoenta varas e logo pa.te pela cangosta e vay p.a o ryo Este onde tem sento e vinte varas- esta medição hé toda pela pa.te do Sul do d.to ryo e pa.te sempre com a lg.a de Balazar pelo Sul ePoente, emvolta no fim da cangosta onde faz o d.to ryo hum piqueno bau m.to antigo, e naó o que agora vaó fasendo de novo q. hé mais asima e da serventia aos moradores do lugar de Fiaens desta frg.a de hua p.a aoutra p.te ahi pasa esta medição o ryo do Sul p.a Norte, e dahi discorre pela veyra da agoa abaixo sempre de Nascente e Poente e tem hé o Porto das Bouças seis sentos etrinta e sete varas, daqui corta para a mamoa de baixo; hé o citio onde estaó duas pedras grandes medidas, antg.te dizem semeteraó ou desenterraraó quando seprocuraraó as minas encantadas e hé as taes pedras que servem de marco # tem tresentas e sesenta varas e daqui p.te p.a o Monte athé a parede de Cobilhá, hé onde tem sento e sincoenta varas hé esta parede da Cobilhá que hé uma bouça grande que hoje pesuem os filhos do Senhor Fran.o de Souza Guerra de Villa do Conde, tanto pela p.te do Sul do ryo Este como pela p.te do Norte # confronta esta medição com a frg.a de Balazar ensima pellos Montes e do vau velho p.a baixo hé a mamoa ou as duas pedras q. estaó diante della pella veyra do ryo como diz o tomo antigo . P.a esta medição foi nothificado o R.do Reitor da lg.a de Balazar e por naó apareser seprocedeo nella a sua revellia por naó hauer na sua medição duvida alguma como a demarcaraó os louvados e pesoas antigas he principia esta medição aconfrontar agora na parede da Cobilhá no citio em q. enoutro tempo estava hum seixo branco dentro na bouça o qual senaó esta agora e se há depor sem seu logar hum marco com a frg.a de Negreiros que fica ao Norte desta frg.a e alguma p.te ao Poente p.a cuja confrontação emedição foi nothificado o R.do Ant.o Joze dos Santos de Villa do Conde Abb.e q. dep.te hé da frg.a o qual apareceo e trouxe o seu tomo ena sua prezença e de dous homens antigos da sua frg.a a saber Ant.o Glz. Do lugar d’Alem, Miguel Gomes se foy procedendo na medição. Da parede da Cobilhá, do citio onde se há depor o marco novo onde principia aconfrontar esta frg.a do Poente a Norte com a de Negreiros hé amamoa de sima q. esta na Bouça de Joáo Glz. De Meira onde se há depor outro marco novo = tem de comprido tresentas e nouenta varas, e dahi pelo caminho velho indo p.a as sahdas de Meira onde se há depor outro marco nouo# tem tresentas e quarenta varas e dahi p.a o Rib.o da Seara(?) q. hé hua Bouça pertença do Pasal do Rd.o Abb.e de Negreiros tem cento e sincoenta e oito varas e do Rib.o pela Estrada asima hé o Boilhaó da Cancellá da Bouça do Barroco onde se há de por outro marco novo de Poente p.a Nascente tem cento e sincoenta ecoatro varas, aqui por se evitarem duvidas q. haviaó entre o Rv.do Abb.e de negreiros ao Abb.e destas freguesias sobre a demarcação desta Bouça dos Barrocos sehavia dehir por junto da Seara do Rv.do Abb.e de Negreiros ou pello meyo da Bouça do Barroco q. pesuhe Joáo Glz de Meira e sueu vezinho Franc.o Fer.a ambos desta greg.a de Gondifellos seacentou fose a medição bem pello meyo da d.ta Bouça asima atreuesando contra o Nascente p.a o último campo do barroco q. hé o último q. esta na Bouça do Ribeiro de Covas da pa.te do Nascente e como na Bouça do Barroco seacháó duas leyras p.a apa.te do Poente foreiras a Serenisima Casa de Bragança q. pesuhem os freguezes de Negreiros das quaes recebem os disimos o Rv.do Abb.e da d.ta freg.a e de toda amais Bouça de Gondifellos seasentou amigauel.te por hum e outrop Abb.e na prezença delle Abb.e Comisario e naminha de q. dou fé q. suposto na dita medição atraue-sando pella Bouça asima se conseruara cada hum na sua pose sobre a precepção dos disimos isto hé a Rv.do Abb.e de Negreiros percebera os disimos das duas leyras ao Poente foreiras a Serenisima Casa de Bragança, he o Rv.do Abb.e de Gondifellos percebera os disimos de toda a mais Bouça do Barroco e porq. Joáo Glz de Gondifellos dise tambetambémrezença de todos q. he morador o seu antepasado q. semease milho todo o ultimo campo dos Barrocos daria meyo alqueire de disimo a lgr.a de Negreiros por ficar hua pequena p.te do d.to campo na sua demaracação como agora também fica // foi d.to pello Rv.o Abb.e de Gondifellos he naó empedia e desta sorte ficaraó compostos sobre a d.ta demarcação como protesto de q. sem algum tem apareser o Tombo antigo desta frg.a de Santa Marinha de Vicente ou outro*

<sup>6</sup> A.D.B.

qualquer papel autentico, ou sitallo por onde isto millhor seposa averiguar estariaõ pelo q. elle diser e desta sorte elle ficava saluo o direito de suas igrejas. Suposto q. o prejuizo hé depouca aut.de e de como assim o diseraõ, fis este termo q. todos asignaraõ com elle Rv.o Abb.e Comisario Conigo P.e Manoel Baptista de Faria q. escrevi # Bernardino Ant.o Leite de Souza # e logo na prezença do Rv.o Abb.e desta foreiros donos continuando a mediçaõ pasando da cancella da d.ta Bouça o marco do caseiro contra o Nascente a qual esta no Alto do Monte sobre os sobadouros do Ribeyro de Covas quinhentas e sincoenta eoitto varas, ficando hum pedaço do ultimo campo dos Barrocos nademarcação de Negreiros: Deste marco continua amediçaõ partindo sempre a lg.a de Negreiros da p.te do Norte p.a o Nascente inclinado algua cousa p.a o Sul pella Fonte da Castinheyra p.a a Pedra da Lage q. esta no Alto de hum piqueno outeyro ao Nascente da d.ta Fonte he onde tem coatro centas e vinte e quatro varas e a q. finaliza a mediçaõ e principia a de Saõ Felis de Gondifellos q. há muntos annos estaõ unidas e na mesma loge onde finaliza aprimeira, principia a segunda sempre confrontando da parte do Norte com a sobre dita freguezia de Negreiros. Principia amediçaõ da freguezia de Saõ Felis de Gondifellos há seculos unida a de Santa Marinha de Vicente, na loge da Castanheyra; entra para o Nascente esta mediçaõ e no canto da Bouça ou Deveza q. está da p.te do Norte boltado p.a o mesmo Norte pela estrada q. vay desta frg.a para o lugar de Herdade de Negreiros e o principio da Bouça de Lobeira q. está ao Nascente da estrada q. pesue M.el Glz. da Costa do mesmo lugar onde está hum marco antigo tem sento e trinta e sinco varas, aqui entra a mediçaõ pela d.ta Bouça dentro por junto da parede q. deve de esta de outra da p.te do Sul q. pesuem Joze da Silva e seu vezinho Victoriano do mesmo lugar da Lobeira e vay só por junto da parede he o comprimento de cesenta varas donde principia logo a retirar-se da d.ta parede contra o Norte onze varas pouco mais ou menos e dahi até aloge q. está dentro do serial q. está junto do Ribeiro da Lobeira tem duzentas e sincoenta varas no meyo do Lavradio desta Bouça sehá depor hum marco onde diser M.el Glz. da Costa no canto da Bouça ou Deveza q. está da p.te do Norte boltado para o mesmo Norte pela estrada q. vay desta freguezia para o lugar da Estrada de Negreiros he o principio da Bouça da Lobeira q. está ao Nascente da Estrada q. pesuhe M.el Glz da Costa do mesmo lugar onde está hum marco antigo; tem sento e trinta e sinco varas aqui entra a mediçaõ pela d.ta Bouça dentro por junto da parede q. deve de esta de outra da p.te do Sul q. pesuem Joze da Silua e seu vezinho Victoriano do mesmo lugar da Lobeira e vay só por junto da parede hé o comprimento de sesenta varas donde principia logo a retirar-se a d.ta parede contra o Norte onze varas pouco mays ou menos e dahi athé aloge q. está dentro do seryal que está junto do Ribeiro da Lobeira tem duzentas e sincoenta varas, no meyo do labradio desta Bouça sehá depor hum marco onde diser M.el Glz da Costa p.a deuedir a adizimaira destas duas freguezias// da d.ta loge- p.te amediçaõ p.a o Sul pelo meyo do Ribeiro abaixo p.a a Fonte da Lobeira- he onde tem trezentas e nouenta varas, e dahi parte amediçaõ pela Estrada q. vay p.a Chavaõ he onde está o marco antigo q. deve de Negreiros-Grimancellos desta frg.a e da Fonte da Lobeira athe este marco tem quinhentas e vinte e sinco varas athe este citio confrontavaõ estas freguezias com a de Santa Eulalia de Negreiros de q. hé Abb.e o Rv.o Ant.o dos Santos de Villa do Conde p.a o q. foy por mim notheficado de q. dou fé e trouse na sua comp.a Ant.o Glz do lugar d'Alem e Miguel Gomes homens antigos da sua mesma frg.a e logo junto aomesmo marco apareceo o Rv.o Joze Carlos de Almeida vigario q. de presente he da frg.a de Sam Matheus de Grimancellos o qual foy notheficado p.a adestir a esta mediçaõ e confrontaçãõ com a sua frg.a por carta q. p.a este fim escreuy eelle aceitou de q. dou fé trouse na sua companhia o M.el Glz, o Loto e Verisimo Glz de Sediaens, homens antigos de sua frg.a na prezença dos quais se continuou a dita mediçaõ naquella parte em q. confrontaua com ella q. hé da parte do Norte e do Nascente, e do d.to marco antigo por esta Estrada q. vay p.a Villa Nova desta mediçaõ athé afonte da foz tem quinhentas e vinte ecoatro varas e dahi athé ao Penedo he donde asima das Bouças da Serenisima Caza de Bragança tem trezentas e nouenta e oito varas e dahi caindo quase a Sul athé ao marco do conselheiro tem trezentas e setenta e noue varas e dahi athé a Estrada q. vay p.a Villa Nova pellas Bouças de Villar abaixo athé ao marco q. está na estrada junto abouça de Custodio Gomes Coelho de Minhotaens tem trezentas e quarenta varas e aqui acaba a confrontaçãõ desta frg.a de Sam Felis de Gondifellos com a de Asõ Matheus de Grimancellos. Aqui por se achar gravemente molesto o Pe. Manoel Baptista de Faria fuy nomeado eu Pe. Manoel Joze p.a continuar com a escripta e descripçaõ desta uedoria aqual vay continuando naforma emaneira seg.te: do marco q. está junto a Bouça de Custodio Gomes Coelho de Minhotaens corre emvolta amediçaõ athé o comp.to de cento e duas varas, citio em q. acaba a frg. de Minhotaens q. por naõter mays confrontaçãõ com esta frg.a q. a distancia de coatro centas e quarenta e duas varas sem duvida nem prejuizo entre hua e outra frg.a sendo notheficado o Rv.o Reitor p.a uer confrontar naõ apareceo epor isso mandou elle Abb.e Comisario seprocedese a ella a sua reuelia. Aqui pega a confrontar esta frg.a de Saõ Felis de Gondifellos com a de Saõ Martinho de Cavalloens e sendo p.a esta confrontaçãõ notheficado o Rv.o Joze da Silua Abb.e q. prez.te hé da d.ta frg.a apareceo por seu proc.or o Rv.o Ant.o da S.a Pacheco trazendo na sua companhia o Dom.os Correa, e Clemente Fr.co de Aguiar, homen antigos da mesma frg.a de Saõ Martinho de Cavalloens na prezença dos quais continuamos esta demarcação na forma emaneira seguinte: No fim da frg.a de

Minhotaens p.a a p.te do Sul faz volta esta medição e vay direyta a agoas vertentes ao ryo Este onde tem duzentas oitenta etres varas, esto hé pella p.te do Norte do mesmo ryo p.a Sul e dahi p.a o Arnado q. hé da Serenissima Casa de Bragança athé onde tem cento e quinze varas e deste athé a d.ta corredoura tem cento enouenta varas deste p.a o marco q. está no citio de Luiz no Souto de Reparade he onde tem coatro centas e coatro varas, deste souto corre ademarcação p.a a Pedorca(?) hé onde tem duzentas edezanoue varas e daqui p.a onde estava antig.te o sobreiro derreado por onde demarcava o tombo antigo eagora está naquelle citio hum marco, tem nouenta e coatro varas, daqui corta p.a a Pedra Negra hé onde tem sincoenta varas, edahi p.a sima hé o alto da Pedra Negra tem quatro centas e sesenta varas = Aqui acaba a demarcação e confrontação desta freguezia de Saó Felis de Gondifellos com a de Saó Martinho de Cavalloens e no lugar de Arnado da d.ta frg.a de Cavalloens está ocampo das Cruzes q. deprezente pessue Joze Gomes da mesma frg.a p.te delle desima p.a a de Gondifellos o qual campo intesta no eyxo e corre de Norte p.a Sul e por elle pasa a d.ta medição etem marco: no Alto da Pedra Negra bem pello cume so.te ou omays alto delle pasa outra uez esta medição a confrontar com a frg.a de Balazar athé agoas vertentes p.a o ribeiro Este pertence a frg.a de Saó Felis de Gondifellos e daoutra p.te do Monte p.a o Sul pertense a frg.a de Balazar etem athé a Ponte da Gravateira abaixo da Estrada oito centas e oitenta e oito varas, e daqui athé junto da Bouça onde se principiou amedição da frg.a de Santa Marinha de Vicente tem duzentas e dez varas e aqui finaliza a apegação do Distrito destas duas freguezias em q. naó houve duvida algua = Titulo da Igr.a q. serue os freguezes destas duas freguezias de Santa Marinha de Vicente e Sam Felis de Gondifellos por estarem as antigas abulidas e extintas // No meyo dos Distritos destas duas freguezias de Santa Marinha de Vicente e Sam Felis de Gondifellos se edificou no Monte Maninho e no anno de mil seis centos e nouenta e noue e sumptuosa Igr.a q. hoje existe e serue os freguezes nella unidos a qual medida tem desde a empena da capella mór detras da tribuna athé aumbreira da porta principal em vaó por dentro, vinte e tres varas isto hé a capella mór seis varas emeya e a Igr.a desaseis e meya e de largo a capella mór coatro varas e quarta e a Igr.a de largo seis varas e quarta e a sachristia q. fica junto a capella mór tem de comprido tres varas emeya e de largo tres varas(...). Na capella mór tem hua m.to boa tribuna dourada e no corpo da Igr.a dous altares collaterais no arco cruzeiro e duas capellas ao longo da Igr.a; está cercada em toda com hum espaçoso adro com suas lages de pedra e tem em sy quinze pés de oliueiras que desfrutáo os Abb.es desta Igr.a e saó obrigados a dar azeite p.a o altar do Santissimo Sacramento e os freguezes saó obrigados a espivitalla // Titulo das cazas da residencia no lugar de Gondifellos distava algua couza da Igr.a se acháo situadas as cazas da residencia q. correm de Nascente a Poente e medidas tem para Nascente de cunhal a cunhal vinte e sinco varas e pella p.te de Norte de Nascente a Poente outras vinte e sinco varas e pelo Poente a Sul desasete varas e tres quartos e pello Sul de Nascente a Poente vinte e sete varas // No ambito desta medição tem quatro salas huma cozinha de sobrado e adiante della outra salla piquena e logo junto a esta a caza do Forno e dentro he torre com sua baranda e dentro um piqueno terreiro coberto com uma ranea (?) e tem da p.te do Norte hum andame por onde entraó e sahem os carros p.a a porta da adega confrontaó de Nascente com o caminho, do Norte com terras de Francisco P.ra de Gondifellos e do Sul e Poente com terras e cazas do cazeiro da Igr.a // Titullo das propriedades q. desfrutáo com pasal destas igrejas os Rv.os Abb.es desta frg.a fora do q. está comprado a diversos emphiteutas como em seus reconhec.tos separadam.te se ueraó // O acento em q. antig.te esteve edificada a Igr.a de Saó Feliz de Gondifellos q. hé no lugar assim chamado he hoge Deuesa q. posuem os Rv.os Abb.es desta frg.a, corre de Nascentete a Poente e tem pella p.te do Sul de comprido trinta varas e do Norte faz hua volta redonda q. comprehende o Nascente e Poente e tem athé a p.te q. principia esta medição oitenta e coatro varas emeya e por todas as partes confronta com o Pasal da mesma Igr.a q. possue por prazo muito antigo M.el Carn.o da Graça Magriço da freg.a de Balazar e morador na V.a da Povoa de Varzim // Item a outra Bouça q. corre de Nascente a Poente e tem de comprido pelo Sul vinte e sete varas emeya, confronta de Norte com terras de Villar de Frades e também de Poente e Sul com a outra de Maria de Sineira e do Nascente com terras de Manoel de Faria leuaua de sementeira tres quartos. // Item a Bouça de Irvaens corre de Nascente a Poente etem de comprido pelo Sul cento e coatro varas e pelo Norte sesenta varas e depois destas sesenta varas faz hua chave q. tem de comprido de Nascente a Poente pelo Norte trinta e coatro varas, onde acaba em ponta aguada e corre de Norte p.a Sul e tem cento e trinta varas athé onde acaba amedição, confronta do Sul e Poente com terras do Pasal da mesma Igr.a com a Fiança, a do Norte com o Monte valdio leuara de sementeira nove razas // Item os Prados q. correm de Norte a Sul etem de largo pelo Nascente oitenta e sinco varas e do Nascente p.a Poente pella p.te do Norte oitenta esete varas, daqui faz hua chave pela p.te do Poente athé aponta della tem trinta varas envolta mays p.a o Poente onde tem de comprido cento e duas varas e pelo Sul tem cento e quarenta varas, digo cento e quarenta e hua varas, confronta da p.te do Sul com a Estrada q. sahe daquelle lugar de Gondifellos do Nascente com o Pasal da mesma Igr.a do Norte com terras q. posue Ant.o Correa e Maria dos Santos e do Poente com terras q. posue Joáo Soares, leuara de sementeira quinze razas ehe cercado de ubeiras // Item o Campo do Bacello chamado o Pumar por ter em sy fruteiras(...) Prado, e do Poço, o qual corre de Nascente a Poente e tem de

comprido pelo Norte quarenta e sete varas, do Poente p.a o Sul faz chave athe a ponta delle; tem trinta varas e do Poente a Nascente pelo Sul tem mays noue varas e continuando p.a Sul tem vinte esinco varas, e pello Sul em redondo tem trinta e duas varas e pello Nascente a direito tem trinta e sinco varas e do Sul p.a Norte athé onde acaba amedição tem vinte oito varas // confronta de Nascente a Norte com a Estrada q. vay para o Couço e do Poente confronta com terras da mesma Ig.a em chave; confronta com terras dos casaes de Villar de Frades, leuara de sementeira coatro razas // Item na Agra de Arauedo hua leira de matto com algumas arvores corre de Nascente a Poente etem de comprido pello Norte cem varas epello Sul nouenta esinco varas e na testa do Nascente tem sinco varas ena do Poente seys varas // confronta do Norte com terras de Custodia Maria de Gondifellos, do Sul com terras de Manoel da Silua da Ermida, do Nascente com o Monte das Dobadouras, e do Poente tem o caminho q. vay da Igr.a para o Couço, leuara de sementeira raza e meya // Item o Acento da Ig.a Velha de Santa Marinha de Vicente ou o citio onde ella antig.te estava q. tem em sy hum piqueno olival, corre de Nascente a Poente e da p.te do Norte tem quarenta esinco varas e do Poente, de Norte a Sul tem quarenta varas e aodepois em volta athe onde principia amedição tem sincoenta esinco varas emeya// confronta do Poente com o caminho q. vay p.a as Peniças, e das mays partes com terras q. foraó Pasal da Mesma Ig.a, leuara de sementeira trez quartos // Elogo pello Rv.o Franc.o Ferr.a da S.a Abb.e q. de prez.te hé desta frg.a foy dito q. nem porsy nem por seus pasados sabia q. houvesem mais propriedades das Igrejas q. elle ou seus antecesores posuitem constitullo(?) de Pasal das Igrejas e suposto se diga no Tombo velho a folhas onze q. apareceo diante de Bastião Barroso Luiz do dito Tombo M.el Glz. Abb.e de Balazar e Gondifellos e dise q. elle soubera como athé ficaraó duas leiras por acentar no d.to Tombo, asaber hua na freguezia de Grimancellos e outra na frg.a de Gondifellos q. se chamaó Baldunar q. no mesmo Tombo senaó acha maior declaração dellas e q. nem elle por sy nem seus pasados tiveraó noticia das ditas leiras nem de q. a Igr.a posuise semelhantes propriedades o q. visto por elle Rv.o Abb.e e Comisario mandou se finalizase este reconhec.to e se procedese com os cazeiros de q. fis tr.o q. osignaraó o Rv.o Abb.e desta freg.a e o Rv.o Abb.e Comisario econigo o Pe. M.el Joze q. o escrevi // Titullo dos Casaes q. pertensera a Igr.a de Santa Marinha de Vicente // O primeiro cazal hé do lugar da Igr.a Velha q. foy de M.el da Costa Tunante de q. a Igr.a nem tinha titullo algum esó agora tem este Tombo fundado na Snn.ça pello seu louuado zello alcançou o Rv.o Franc.o Frr.a Abb.e de prez.te hé desta frg.a contra M.el Domingues e seus consortes dado pello D.or Luis da V.a de Barcellos em vinte e dous de Outubro de mil setecentos e oitenta etres, confirmado pelo D.or Ouvidor da mesma Villa e final.te confirmado na Relação do Porto o qual tem em seu poder o Rv.o Abb.e desta Igr.a Velha foraó vencidos o d.to M.el Domingues com pr.o lugar Maria Franc.a viuua de Bento Gomes de Villa do Conde, M.el Glz. de Balazar, Matheus Gracia, João Martins, Maria Domingues viuua, Mel. da Costa, M.el Lopes e Felício Gracia p.a q. cada hum destes ou seus herdeiros por giro de dous em dous annos fose obrigado apor no seleiro do Rv.o Abb.e q. for da d.ta Igr.a trinta e seis razas de pam miado milho miudo e centeio sinco razas de trigo e duas galinhas com a alteração q. na mesma Snn.ça se determina e como as terras deste cazal estaó deuedidas por todos estes consortes mandou elle Rv.o Abb.e Comisario notheficar atodos p.a q. cada hum delles de per sy viesse reconhecer este Tombo as propriedades q. posuhia p.a se medirem e confrontarem o que fizeraó sem se pugnar alhua // Reconheceu Joze Martins da Costa cabeça porq. sehaó de correr as vidas do prazo q. se lhe há defaser depois deste Tombo findo como hé desejo de seu Pay Manoel Domingues q. foy o primeiro vencido na sentença e declarou posuir as propriedades seguintes // Item o Campo da Lagoa q. corre de Norte a Sul etem pello Nascente cento e trinta e duas varas athé a parede da Boucinha q. fica ao Sul e do Nascente a Poente sempre envolta athé acancellta pello matto setenta e duas varas e no canto q. faz o lavradio a cancellta do Poente a Nascente trinta varas, e do Sul p.a o Norte athé o ryo cesenta varas, e do Poente a Nascente athé onde principia a medição trinta varas // p.te do Norte a Poente com o ryo Este e do Nascente a Sul com terras da Igr.a, leuaua de sementeira quatro razas, tem ubeiras, lavradio e matto // Item o Campo da Abeleda com hua morada de cazas terreas e duas cortes, corre de Norte a Sul e logo ao principio faz chave, tem pello Poente trinta varas pasa por sima da caxa d'agoa, e pello Poente tem mays cento e seis varas evoltando p.a Norte sincoenta e seis varas e na testa do Norte cento e oito varas, e do Norte p.a o Sul pelo Nascente tem cento e oitenta e coatro varas, e pelo Sul de Nascente a Poente tem oitenta e coatro varas, e pelo Sul de Nascente a Poente tem oitenta varas, confronta do Poente com o ryo e com hua leira do conuento de Arouca, pello Norte com o mesmo ryo e pello Nascente e Sul com terras da mesma Igr.a q. posue o mesmo cazeiro e seu vezinho M.el Lopes // levara de sementeira dez razas // Dentro desta medição está hua leira de matto q. hé deste prazo e pertense a propriedade q. posuhia Matheus Gracia uencido na mesma Snn.ça, em quinto lugar em cujas propriedades se conhesem neste Tombo Micaella solteira e Ant.o Joze Pinto deuem estes compor a Marianna Franc.a viuua q. ficou de M.el Gracia de Balazar p.a q. estaó promtos, desta sorte unir esta Leira as suas propriedades por esta e pouco tempo desunida // esta Leira está no canto do Nascente deste Campo da Abeleda, corre de Norte a Sul e tem de Poente cincoenta e oito varas e pello Sul, do Poente p.a Norte p.a Nascente dezaseis varas e meya, e do Sul p.a Norte pello Nascente cesenta e sinco varas, enatesta do Norte deza-

seis varas, leva de sementeira sete quartos, e confronta de todas as partes com terras deste prazo // Item mais elle cazeiro neste Tombo com o Campo da Bica q. corre de Nascente a Poente e tem pello Poente de Norte a Sul trinta e sete varas, e pello Norte de Poente a Nascente pela ueira do ryo cento e dezasete varas, e pello Nascente quasi em redondo de Nascente a Poente cento cincoenta e duas varas, leuara de sementeira sete razas, confronta pello Norte com o ryo e do Nascente com terras do Conuento de Arouca, e pella mais parte com terras da mesma Igr.a // Item reconheceo mays elle cazeiro com a metade do Monte Fragozo de Saó Payo de q. tem o Poço cujo Monte vay medido e apegado e confrontado no reconhec.to de M.el Lopes seu vezinho e cazeiro desta Igr.a e logo por elle cazeiro foy dito q. naó posuhia mais propriedades deste cazal do q. as q. asima tem declarado e q. só com ellas reconhecia // Titullo das propriedades deste cazal q. posue o P.e M.el Fr.r.a desta frg.a como herdeyro de sua may Maria Franc.a uencida na Snn.ça em segundo lugar as quaes reconhese neste Tombo // Item o Acento da Igr.a Vella Campo q. corre de Norte a Sul todo cerrado de aruores e ubeiras e tem de Sul a Norte pelo Nascente athé aponta da chauce q. ahi faz quarenta e tres varas // p.te a chauce p.a o Nascente e tem pella p.te do Sul sesenta e nove varas, e pello Nascente, de Sul p.a o Norte vinte varas, aqui faz hua volta de Nascente p.a o Poente // da p.te do Norte dentro da chauce tem mais sesenta varas, uolta p.a o Norte do Nascente a Poente athé onde tem cincoenta e seis varas e do Norte a Sul pello Poente tem quarenta varas e no fim da volta p.a o Sul sesenta e sete varas, edo Poente p.a o Nascente pello Sul athé as cazas velhas quarenta e cinco varas e meya, e do Norte p.a o sul, no fim da chauce doze varas e meya e pello Sul, de Poente a Nascente trinta e sete varas e meya-levara de sementeira nove razas // confronta pelo Nascente com terras do Conuento de Arouca, pello Norte e Poente com a estrada de Villa Noua, pello Sul com terras da mesma Igr.a No meio desta medição está hua Leira q- pertense as propriedades de Matheus Gracia e hoje he do cunhado reconhecente Ant.o Joze Pinto // Item reconheceo mais com hua Leira de matto cita no Monte de Almorode solta no mesmo montte q. corre de Norte a Sul etem de comprido pelo Nascente nouenta varas e o mesmo pelo Poente e de largo na testa do Norte trez varas e trez quartas e o mesmo no do Sul de todas as partes // confronta com terras da mesma Igr.a – levara de sementeira hua raza // Item reconheceo sinais com o soute da Ponte no lugar das Peniças em que estaó huas cazas de sobrado q. saó do mesmo reconhecente emedido em ponta aguda do Norte p.a Sul por dentro do Assento e sahindo p.a o Monte valdio pela Ponte athé o canto da Eyra do Caetano tem nouenta varas e dahi a Agoas uertentes p.a o Ryo athé Maninho das Moendas, tem trinta e cinco varas do Poente p.a o Nascente athé o Norte medindo pelo Sul em volta por junto da Estrada das Moendas athé onde principia amedição tem cento cincoenta e seis varas // confronta do Nascente com o ryo e do Norte e Poente com terras da Igr.a e do Sul com a Estrada // Item no Monte de Almorode reconheceo neste Tombo hua Leirinha de matto ao Norte das cazas de Joaó Martins ou Alves, q. do Norte para o Sul pelo Nascente tem trinta varas, e pelo Sul de Nascente a Poente quinze varas e do Sul p.a o Norte em ponta aguda, pelo Poente vinte e nove varas, confronta em todas as partes com terras da Igr.a // Item reconheceo mais com duas leiras de matto soltas na Bouça da (...) q. estaó juntas e unidas com outras duas de seu cunhado Ant. Joze Pinto, correm de Nascente a Poente em volta e tem pelo Norte, de Nascente a Poente sesenta varas, do Norte para o Sul pelo Poente nouenta varas e do Poente p.a o Nascente pello Sul quarenta e cinco varas, e do Sul p.a o Norte athé aponta da parede vinte e sete varas, e da ponta athé o canto doze varas, e do canto athé onde principia amedição cesenta e nove varas- levara de sementeira cinco razas // confronta do Nascente com terras da Igr.a, do Norte com terras da Comenda de Ballazar, do Sul com o maninho e do Poente com o monte devella e logo por elle Rv.o reconhecente foy dito q. naó posuhia mais terras deste cazal com q. reconhecese neste Tombo: E por constar q. Fran.o Gomes de Villa do Conde q. foy uencido na Snn.ça em terceiro lugar no q. fose de seu Pay Bento Rib.ro já falescido andaua embarcado na carreira da India seprocedeo no seu reconhec.to a sua revellia de bem q. o Rv.o Abb.e desta frg.a aseberou na prez.ça delle Rv.o Abb.e Comisario e naminha q. este cazeiro era prompto em pagar aquella p.te da penção athé tocava prorrata e q. naó teria duvida em reconhecer // Posue este Campo d' Alem pertença deste cazal, corre de Norte a Sul e tem do Nascente cento e quarenta e sete varas, de Norte a Sul pelo Poente cento e vinte varas, e do Nascente a Poente, pello Sul quarenta e nove varas, tem mato e lavradio- levara de sementeira doze razas, tem ubeiras, confronta de taes partes com a Igr.a do Norte com a Estrada q. vay p.a Villa Noua e naó posue mais propriedade alguma // Reconheceo Anna solteira matinha de Vallazar com o Campo da Agra q. houue de seu tio M.el Glz. uencido na Snn.ça em quinto lugar, o qual Campo corre do Norte a Sul e tem pello Norte de Nascente a Poente cincoenta e coatro varas, epello Nascente de Norte a Sul sesenta e tres varas e pello Sul, de Nascente a Poente sesenta e sete varas, e pello Poente, de Norte a Sul sincoenta e cinco varas e meya, he cercado de ubeiras // leuara de sementeira cinco razas // confronta de Norte Poente com terras da Ig.a e do Sul com terras de Arouca e do Nascente com terras de Villar de Frades e naó posue mais propriedade alguma deste cazal // Reconheceraó Michaela solt.a e Ant.o Joze Pinto com as propriedades deste cazal q. houveraó de Matheus Gracia uencido na Snn.ça em quinto lugar a saber Ant.o Joze Pinto o Campo q. vay medido no reconhecim.to de seu cunhado o Pe. M.el Fr.a no Asento da Igr.a Velha // Item reconheceo com a Leira

da Cham medida também com as do d.to Pe. M.el Fr.a seu cunhado // Item reconheceo mais com hua Leira de matto solta no Monte de Almorode a qual corre de Norte a Sul em ponta aguda, tem pello Nascente trinta varas e do Nascente a Poente pello Sul em volta p.a o Norte athé ao Poente nouenta e sinco varas – levara de sementeira tres quartos // confronta do Norte com o Asento da Cajada, e das mais partes, com terras da Ig.a // Item reconheceo depois de composta Marianna Franc.a viuva de M.el Gracia de Ballazar com a Leira de Matto q. está no Campo da Abellada no canto do Nascente q. possui o cabeça deste cazal Joze Mi.da da Costa em cujo reconhec.to vay medida e confrontada // Item reconheceo Michaella solt.a com Caza, orta no monte de Almorode q. corre de Norte a Sul e tem pello Poente quarenta e sete varas e indo sempre em volta athé onde principia amediçáo, tem oitenta e hua varas e meya // confronta de todas as partes com terras e assento da Igr.a- levara de sementeira tres quartos enáo possuem propriedades deste cazal //Reconheceo Joáo Martins e sua mulher Thereza Maria uencidos na Snn.ça em sexto lugar com a Bouça da Cham em q. tem huas cazas terreas em q. viueo, a qual corre de Norte a Sul e tem pello Poente nouenta e seis varas, epello Sul, do Poente para o Nascente quarenta e tres varas, epello Nascente do Sul a Norte cesenta e noue varas, e do Nascente p.a o Poente, pelo Norte cento e oito varas // confronta do Norte com a estrada de Villa Noua, e das mais partes com terras desta Ig.a e naó tem mais propriedades deste cazal- levara de sementeira seus razas e meya // Reconheceo Manoel de Ol.a Santos como herdeiro de sua may Maria Domingues uencida na Snn.ça em septimo lugar com o Asento e terra no Monte de Almorode q. medida corre de Norte a Sul e principiando do mesmo Sul amediçáo, tem pello Poente trinta e noue varas, volta pela cruz velha da p.te do Norte p.a o Nascente donde tem athé o canto do Campo d'Alem cento e quarenta e duas varas e meya, da ponta do d.to campo do Norte a Sul pello Nascente tem oitenta ehua varas e de Nascente p.a Poente pello Sul onde principia amediçáo tem cento e quarenta ehua varas- levara de sementeira oito razas // confronta de todas as partes com terras da mesma Ig.a e naó tem mais propriedades pertencentes a este cazal // Reconheceo mais Anna sot.a pelo q. houue de Manoel da Costa Concho uencida na Snn.ça em oitavo lugar com hum Asento de Caza e orta hua Leira no Monte de Almorode, solta tudo corre de Nascente a Poente etem pello Norte cento e cincoenta ehua varas e do Norte p.a Sul, pello Nascente tem quarenta e tres varas e de Nascente para o Poente, pello Sul tem vinte e seis varas e pello Poente, de Norte a Sul cesenta varas // Item- A Leira tem da aparte do Poente cincoenta e hua varas // p.te do Norte p.a Sul e tem quarenta e tres varas e meya, e do Sul athé oprincipio da mediçáo tem quarenta varas- levara de sementeira coatro razas e confronta de todas as partes com terras deste cazal de q. naó posue mais propriedade alguma // Reconheceo Ant.o da Costa q. foy o mesmo vencido na Snn.ça em nono lugar com caza e orta no moste de Almorode cujo Acento corre de Nascente a Poente etem pello Sul quarenta e sinco varas, e do Sul p.a Norte pello Nascente tem cesenta e hua varas, e pello Norte de Nascente a Poente doze varas- levara de sementeira raza e meya, e confronta de todas as partes com os Acentos da Ig.a de q. naó tem propriedade alguma // Reconheceo Rosa Solt.a com um Acento de caza e orta q. houue de Custodia da Costa vencido na Snn.ça em decimo lugar em cujo Acento estáo (...) duas moradas de cazas terreas, hua ao Sul em q. mora o reconhecete e outra ao Norte com o Asento m.to mais piqueno em q. mora Ant.o Santos de Oliveira, a medida sempre em volta, com cento e sinco varas- levara de sementeira tres razas // confronta de todas as partes com terras da Ig.a // Reconheceo Thereza solt.a a Rojada com hum Asento de caza e orta q. houue de sua may Marianna Rojada vencida na Snn.ça em undecimo lugar q.corre de Nascente a Poente e tem pello Sul cincoenta e sete varas, pello Poente quarenta e duas varas e meya, e pello Norte em ponta aguda athe onde principia amediçáo- tem oitenta ecoatro varas e meya-levara de sementeira duas razas e meya e confronta de todas as partes com terras desta Ig.a // Reconheceo Ant.o da Costa de Andrade com hua Leira de Matto q. houue de Marianna da Costa uencida na Snn.ça em duodecimo lugar cita no monte de Almorode// corre de Nascente a Poente e tem pello Norte trinta e sete varas e do Poente sete varas e do Poente ao Nascente tem trinta e doito varas, e pello Nascente de Norte a Sul tem dezoito varas- levara de sementeira meya raza// confronta do Sul com a Estrada de Villa Noua e do Nascente com o caminho e do Poente e Norte com terras do mesmo cazeiro enáo posue mais terras deste cazal // Reconheceo Anna Maria viuva de Manoel Lopes Vinagre vencido na Snn.ça em decimo terceiro lugar com hua caza e orta no monte de Almorode q. corre de Norte a Sul e tem pello Nascente trinta e seis varas e pello Poente em volta athe a ponta aguda quarenta e sinco varas e do Norte para o Sul doze varas- levara de sementeira tres quartos // confronta do Norte com terras de Ant.o da Costa de Lumijes e pellas mais partes com terras da Ig.a e naó tem mais propriedades deste cazal // Reconheceo finalm.te Maria solt.a com hua Leira de matto topiada no Monte de Almorode q. houue de seu Pay Felicio Glz. uencido na Snn.ça em decimo quarto lugar, a qual tem do Norte a Sul quarenta e coatro varas e pello Sul, do Nascente a Poente quarenta e noue varas, e pello Nascente p.a o Norte vinte e tres varas e pello Norte do Nascente a Poente trinta varas- levara de sementeira sinco quartos // confronta do Norte com terras de Ant.o da Costa de Andrade e das demays partes com terras desta Ig.a e naó posue della mays nada // E logo pello dito cabeça Joze Mis da Costa e por todos os mays consortes por todos juntos e por cada hum delles de per sy foy dito que naó possu-

hiao mays propriedades declarase e por isso davao seus reconhecimentos por findos e acabados com oportesto de q. elle cabeça cabeça osaria tam som.te p.a por elle em seus descendentes correrem as vidas deprazo ou prazos q. ao diente se fizerao com quanto asepor apençao q. deste cazal pagaó no celeiro do Rv.do Abbade ou seus sucesores q. saó trinta e sinco alqueires de segunda milho aluo e centeio cinco razas de trigo e duas galinhas- levara cada hum delles ao d.to celeiro a berpertina parte q. athe pertencese em cada hum anno por dia de Sam Miguel de Setembro p.a o q. cada hum delles por giro de dous em dous annos como na referida Snn.ça se determina por dia e convocaria as mays p.a a leuarem e q. assim requeriaó aelle R.do Abb.e Comisario athe tomase este protesto o q. elle mandou se tomase do q. fiz este tro.o q. o cabeça e louuados asignaraó com elle Rv.do Abb.e Comisario e Conigo o P.e M.el Joze o escrevi // Bernardino Ant.o Leite de Souza // do reconhecente Joaó Martins hua Cruz // Arogo de Anna solt.a Concha, Thereza Rojada // o Pe. Bento Joze Alvares M.el de Oliv.a santos // de Ant.o da Costa hua cruz // por mim e arogo de Michaela solt.a e Roza solt.a // o Pe. M.el Ferreira // E por se achar já desempedido da sua enfermidade o Pe. Manoel Baptista de Faria primeiro secretario desta deligencia fica agora continuando na sua escrita // Titullo segundo do Cazal da Ig.a Velha com q. reconheceteo neste Tombo Manoel Lopes e sua M.er Anna Maria // Reconheceteo em pri.o lugar com o seu Asento q. consta de Cazas torres e terras, corraes de gado, lagar, eyra e mays cazas precisas enecarias p.a uso da laboura q. correm de Norte a Sul e tem pello Nascente athe hua ponta de vallo q. entra alguma couza p.a o campo sincoenta e sete varas e da ponta athé ao canto da parede q. devida este Asento tem quarenta e tres varas e do canto do Nascente ao Poente pelo Sul tem vinte e sete varas e do Sul p.a o Norte quazi cintra o Poente em volta athé ocanto do quinteiro cento e trinta e duas varas emeya e do Poente a Nascente pello Norte trinta e duas varas athé onde se entra p.a dentro da Leira da Troça e dentro desta tem trinta e sete varas e meya tem em sy oliveiras, ubeiras e outras mays aruores- leuaua de sementeira sinco razas// confronta do Norte com a Ig.a Velha, do Nascente e do Sul com terras foreiras ao Convento de Arouca e do Poente com a estrada q. vay p.a as Penices// Item reconheceteo bem o Campo da Agra q. corre do Nascente a Poente e tem pello Norte sesenta e nove varas e do Poente, de Norte a Sul trinta e sinco varas e meya e do Sul, de Poente a Nascente sincoenta e quatro varas e pello Nascente, de Norte a Sul tem sincoenta varas- levara de sementeira quatro razas e meya// confronta do Poente, do Norte e do Sul com terras desta Ig.a e do Nascente com terras foreiras ao Convento de Villar de Frades q. posue M.el Franc.o // Item reconheceteo com o Campo do Cortelho q. corre de Nascente a Poente e tem pello Sul sesenta varas, e do Sul p.a o Norte cincoenta e tres varas e meya e do Norte ao Sul, pello Nascente sesenta e sete varas- levara de sementeira quatro razas e meya // confronta de Sul e ponta com terras da Ig.a, de Norte com Estrada, do Nascente com terras de Villar de Frades q. posue Domingos Ant.o // Item reconheceteo com o Campo de Riba q. tem dentro em Sy o Lameiro e Carregal, e por fora rodiado de Bouça de matto e pinheiros e por fora da Bouça do Monte, tudo corre de Norte a Sul e tem pello Nascente da Cancellata athé o canto oitenta varas e na Deueza ou Castanhal q. faz chauce ao Sul, dez varas e do Nascente ao Poente athé onde faz canto no prado trinta e hua varas e tres quartos e na parte do Norte ao Sul sahindo fora da parede athé o canto da Boucinha chamada a Eira do Caetano tem nouenta e nove varas e do Sul, do Nascente ao Poente pello Monte vinte e coatro varas e meya e do canto da parede athé o alto do Pinice sesenta varas e daqui athé ao alto de Almorode pello caminho vindo do Poente athé ao marco nouo cento e trinta e sinco varas. Sobe esta mediçao pello Outeiro de Almorode athé o canto da Bouça do cazeiro athé sesenta e tres varas e do canto da Bouça athé ao Campo do Carregal medindo o maninho q. vay pello meyo sesenta e seis varas, vay por dentro do Carregal amediçao athé o Ribeiro com sesenta varas e do Ribeiro p.a a cancellata onde principiou amediçao tem cincoenta e hua varas, todo o campo ao monte- levara de sementeira cincoenta razas, tem em sy bastantes ubeiras matto e deuezas // confronta do Nascente com a estrada q. vay p.a Penises, no Monte com terras de S.Bento de Vairoá e de S.Bento do Porto, isto hé, pello Sul do Poente e Norte com terras desta Ig.a // Item reconheceteo no Monte de Almorode com hua Leira solta q. corre do Norte a Sul etem de comprido assim do Nascente como do Poente nouenta varas e de largo nas testas do Sul a Norte tres varas e tres quartos // confronta de Nascente e Poente com terras da Ig.a e do Sul e Norte com o Monte- levara de sementeira tres quartos // Item reconheceteo com a Bouça da Cham q. corre de Norte a Sul e tem pello Nascente cento e sinco varas, pello Sul, de Nascente a Poente trinta e coatro varas, e do Sul p.a Norte pello Poente setenta e coatro varas, e do Poente p.a o Nascente athé onde principiou amediçao quarenta e oito varas, hé toda de matto- levara de sementeira quatro razas // confronta de Sul com o Souto da Cham e das mais partes com terras da Ig.a // Item reconheceteo com o Campo da Lagoa q. corre de Norte a Sul etem pello Poente cento e trinta e duas varas e pello Nascente e Norte sempre em volta pello ryo p.a o Sul tem cento e setenta e sete varas e meya e do canto do Norte para o Sul na Bouça fora do lavradio desasete varas e meya e do Sul, de Nascente a Poente cincoenta e duas varas e meya – confronta de Sul com o Monte, de Nascente e Norte com o ryo e do Poente com terras da Ig. q. possue Joze Miz. Tem matto, ubeiras, aruores- levara de sementeira quatro razas // Item o Campo da Ableda q. corre de Norte a Sul e tem do Poente cento e oitenta e coatro varas, de Norte trinta varas e mais do Norte p.a Sul, pelo Nascente

duzentas e desaseis varas e correndo do ryo p.a o Sul trinta e sete varas, e do Nascente pello Sul athé onde principia a medição quarenta e coatro varas- devara de sementeira quinze razas // tem matto, aruores, ubeiras, lavradio // confronta pello Poente com terras da Ig.a, do Norte e Nascente com o Ryo e do Sul com o Monte q, também he da Ig.a // Item reconheceo no Monte de Sam Payo q. hé valdio e pertença desta Ig.a com metade q. hé deste prazo e a outra metade hé do prazo q. possui Joze Martins // principia a sua medição a Ponte do Torraó ou Pinise, corre de Nascente a Poente, e do Norte tem athé o canto da Bouça de Ant.o Glz. da Lama q. hé do Conuento de Arouca trezentas e trinta varas, do Norte p.a o Sul, pelo Nascente athé o canto da Bouça de Ballazar tem oitenta e hua varas e meya, e do canto da Bouça sobe p.a o mais alto do Outeiro e dahi p.a San Payo descendo p.a o Poente tudo pello Sul athé onde tem hum marco junto a Estrada tem duas varas, volta p.a o Norte, pello mais alto da fraga do Monte de Sam Payo athé onde tem setenta varas, e do alto athé o caminho dos Moinhos por hua baixa de terra q. faz entre as fragas athé pouco abaixo da azenha do moinho q. hé foreiro a Bairaó, tem cento e setenta e cinco varas, epella Estrada p.a aponta do Torraó pello Norte tem nouenta e cinco varas // reconheceo o foreiro Joze Martins com metade deste Monte no prazo acima de q. hé cabeça // Item reconheceo na sobida do Monte de Almorode em q. tem alguns sobreiros emedidas pello Sul, do Poente a Nascente tem cem varas athé a Regueira do Brazilleiro e pello Norte, por junto das Bouças nouenta varas, isto hé os caminhos // Item reconheceo com a Bouça chamada o Boucello da Formiga há dematto a Deveza // corre de Nascente a Poente etem pello Sul em volta p.a o Poente oitenta e seis varas, e do Sul p.a o Norte pello Poente cincoenta e cinco, e do Poente p.a o Nascente pello Norte quarenta e coatro varas, e pello Nascente, de Norte a Sul cincoenta e cinco varas-levara de sementeira tres razas // confronta de Nascente com a Estrada da Ig.a, do Norte com terras foreiras ao Conuento de Arouca, do Poente com terras de Manoel Carneiro da Gram Magriço, e do Sul com terras de Arouca // Elogo pello sobredito cazeiro Manoel Lopes foy dito q. naõ posuhia mais propriedades foreiras a d.ta Ig.a de Santa Marinha de Vicente mais do q. no seu reconhec.to tinha declarado de baixo de juram.to aos Santos Invangelhos q. recebido tinha e q. de penção pagava por sy e seus pasados por dia de Sam Miguel a d.ta Ig.a e seus Abb.es, trinta e cinco razas de segunda, de milho miudo e centeio cinco razas de trigo e duas galinhas e q. suposto q. o ryo athé tinha danificado alguma couza as propriedades do seu redonhec.to sempre se obrigava apagar a mesma penção e q. assim requeria a elle Rv.do Abb.e Comisario athé houuese por bem o seu reconhec.to visto pello Rv.do Abb.e Comisario houue o d.to requerim.to por bom de q. me madou fazer este termo q. o cazeiro e os louuados q. medirão he confrontaraó as propriedades, asignaraó comigo o Pe. M.el Baptista de Faria q. o escrevera // Bernardino Ant.o Leite de Souza // do cazeiro M.el Lopes hua cruz // do louuado Franc.o Pereira hua cruz // Titullo separado da Azenha, Moinho e fulaó sito no ryo Este e foreiro aesta Ig.a de Santa Marinha de Vicente // Por se achar absente servindo de Menistro nas Ilhas o tutor de hum menor, filho de Ant.o Machado de Miranda e Mello de Villa de Guimaraes, emphiteuta desta Ig.a de Santa Marinha de Vicente foy notheficado por mim de q. deu fé Manoel Jozé Franc.o, moleiro destas azenhas e cazeiro do emphiteuta p.a q. debaixo de juram.to dos Santos Invangelhos viesse reconhecer neste Tombo com as propriedades foreiras a esta Ig.a q. o seu senhorio pesuhia o q. com efeito fez e dise q. naõ pesuhia mais do q. hua caza de azenha com hum pisaó e hum moinho q. hé o mesmo q. se acha escripto em sua sentença antiga q. tem no seu poder o Rv.o Abb.e e q. hoje naõ há ahi o foloá mas sim duas rodas das azenhas e dous moinhos e q. sempre os seus senhorios reconhecerão a esta Ig.a e seus Abb.es por senhora directa, elles pagaraó em cada hum anno sete razas de pam meado de milho aluo e centeio, e q. esta mesma penção estavaó prontos apagar, e requeria aelle Luis Comisario athé houuese este reconhec.to por bom e por findo, o q. com efeito houue de q. me mandou fazer este termo q. elle cazeiro eelle Rv.do Abb.e Comisario asignaraó comigo o Pe. M.el Baptista de Faria q. o escrevi // Bernardino Ant.o Leite de Souza // do louuado Luis de Ar.jo hua cruz // do louuado Franc.o Per.a de Meira hua cruz // de M.el Joze Franc.o hua cruz // Titullo dos casaes q. pertensem a Ig.a de Sam Felix de Gondifellos qual hé o casal do Acento de q. hé emphiteuta M.el Carneiro da Gram Magriço, natural da freg.a de Ballazar e morador na Villa da Povoa de Varzim // Foy notheficado por mim de q. deu fé o emphiteuta deste casal M.el Carneiro da Gram Magriço para q. viesse reconhecer neste Tombo com as propriedades q. pesuhia foreiras a Ig.a de Sam Felix de Gondifellos e de q. esta tinha o dominio direito o q., com efeito, fez e depois de lhe ser dado, por elle Rv.o Abb.e Comisario o juramento dos Santos Invangelhos debaixo do qual obrigava a declarar todas as propriedades q. deste casal pesuhia-reconheceo com as seguintes q. constaó no seu prazo q. apresentou // Reconheceo em prim.o lugar com o Acento de cazas terras etorres, cozinha, eyra, cortes de gado, quynteiro e mais cazas foreiras enecesarias p.a o exercicio e culto da laboura // Item reconheceo com hum cortelho junto do seu Eyrado em q. tem orta e aruores o qual levará de sementeira cinco quartos e tem de comprido de Nascente a Poente vinte e noue varas, menos hum palmo principiando a medir do cunhal das cazas da Residencia do Rv.o Abb.e athé o vallo q. parte com Joáo Soares Ferreira de Gondifellinhos e medido da p.te do Poente, de Norte a Sul com vinte e cinco varas e pello Sul, do Poente a Nascente athé o coberto da Eyra tem vinte e tres varas e hum palmo e desde o coberto athé o cunhal das cazas da residencia da p.te do Nascente



tem trinta e tres varas, p.te do Norte com o caminho q. vay para a Ig.a, do Sul com terras q. do Poente q. pesuhe Joáo Soares Fer.a de Gondifellinhos, do Sul com a Estrada q. vay para o Couso e do Nascente com as cazas da Residencia com a Eyra do d.to cazeiro // Item reconheceo com hum campo chamado da Eyra q. corre de Norte a Sul e tem de comprido, do Nascente sesenta e sinco varas e meya e do Sul dezaseis varas em redondo, p.te do Nascente com terra q. pesuhe M.el da Silua da Irmida, do Norte com Franc.o Per.a de Gondifellinhos, e da p.te do Poente com o mesmo e da parte do Sul com terra do d.to cazeiro q. leuara de semente duas razas // Item reconheceo com hum cortelho ballado sobre sy chamado terra palheiro q. tem de comprido, pella p.te do Poente quarenta e coatro varas e pello Nascente vinte e hua varas e de largo, pella p.te do Norte vinte e noue varas e meya e pella p.te do Sul dezoyto varas, p.te do Poente com terra q. pesuhe Dom.os Glz. Gandra, do Nascente com terras do mesmo senhorio, do Norte com o caminho q. vay para o Couso, e do Sul com Joáo Soares Fer.a de Gondifellinhos- levara de semente sinco quartos // Item reconheceo com o Souto de Velha topeado sobre sy q. tem de comprido, da p.te do Norte trinta e tres varas, e do Sul trinta e hua varas, de largo da p.te do Poente vinte e coatro varas e acaba em ponta aguda, p.te do Norte com M.el de Faria de Gondifellinhos, de Sul com Dom.os Gonçalves Gandra e do Poente com Custodio Maria de Gondifellinhos, este Acento foy dotado a Ig.a // Item reconheceo com a Leyra chamada da Sobrevia q. tem de cpmprido, do Nascente a Poente, pella p.te do Norte setenta varas e meya, pella p.te do Sul oitenta varas e palmo emeyo e de largo no meyo onze varas e dous palmos e meyo, p.te do Norte com terras q. pesuhe Manoel de Araujo de Gondifellinhos e mays a Sul e do Nascente com Dom.os Glz. Gandra e do Poente com o caminho do Couso. Levara de semente sinco quartos // Item reconheceo com o Cortelho de Couso cercado de ubeiras q. medido pello meyo e do Nascente a Poente tem sesenta e seis varas e do Norte a Sul, pella testa da p.te do Poente tem cincoenta e seis varas emeya, p.te do Sul, Nascente e Norte com o Ribeyro do Couso e do Poente com terra q. pesuhe Maria de Oliv.a viuva- levara de semente sinco alqueires // Item reconheceo com o Campo da Tilheyra tapado sobre sy, acercado de ubeiras, tem de comprido de Nascente a Poente pella p.te do Norte cento e sinco varas e pella p.te do Sul, do Nascente a Poente setenta e sinco varas e meya, e de largo pello Poente, cincoenta e seis varas e meya e pella p.te do Nascente coarenta e coatro varas, daqui p.te com o Ribeyro, do Sul com terras q. pesuhe Maria de Oliv.a, viuva, do Norte com terras do cazal de Oliveira, a do Poente com hua Bouça de matto deste mesmo prazo q. está de vallados adentro e faz hua chaue, p.te do Sul com outra Bouça de matto q. pesuhe o mesmo cazeiro, e do Poente com o mesmo, e do Norte com o dito cazal de Oliv.a – levara de semente doze razas // Item reconheceo com hua Bouça de matto na Gandra abaixo do Ribeyro do Couso a qual p.te do Norte com a estrada q. vay p.a Villa do Conde e do Poente com a outra Bouça q. pesuhe Dom.os Glz. da Cancellia, e do Nascente com o caminho da Ig.a- levara de semente dous alqueires, ehé fraca terra // Item reconheceo-com hua Leyra no Campo do Nabaco q. tem de comprido, do Nascente Poente, pello Norte cento e vinte e oito varas emeya e pella p.te do Poente, na testa, quarenta e sinco varas- levara de semente seis razas, p.te do Nascente com o Ribeyro do Couso, do Norte com terras q. pesuhe Dom.os Glz. Gandra, do Sul com Manoel de Araujo de Gondifellos e do Poente com o caminho q. vay p.a a Ig.-a // Item reconheceo com outro Campo chamado Nouaes q. tem de comprido, do Nascente a Poente, pella p.te do Sul nouenta e seis varas e pella p.te do Norte, de Nascente a Poente nouenta e noue varas e de largo, do Nascente a Poente quarenta e seis varas e meya, p.te do Nascente com o Ribeyro, do Norte com terras de Chavaó e do Sul com terras de Villar de Frades q. pesuhe M.el de Ar.o- levara de semente sete razas // Item reconheceo com hua Leyra no Campo Detras da vinha q. tem de largo cincoenta e duas varas por junto do Ribeyro e da p.te do Norte tem de largo desoyto varas e de comprido tem cento e sete varas, da p.te do Norte, donde confronta com terras de Dom.os Lopes da Sil.a, do Nascente com o Ribeyro do Couso, do Poente com terras de Landim e do Sul com o mesmo, tem Leyras e levara de semente coatro razas// Item reconheceo com o campo chamado de Leyras q. tem de largo, por junto do Ribeyro do Couso trinta e oito varas e meya e pella p.te do Poente, de largo trinta e oito varas emeya e do Nascente a Poente, da p.te do Norte e Sul, ao comprido, tem cem varas- confronta do Poente com terras de Dom.os Gomes de Figueiredo, do Norte com terras de M.el Outr.o, do Sul com Custodia Maria e do Nascente com o dito Ribeyro- levara de semente seis razas // tem hum pedaço de matto pella p.te de fora q. tem quinze varas, pella parte do Sul e do Norte dez varas // Item reconheceo com hua Leyra na Agra de Azeuedo junto da cancellia p.a a p.te do Nascente chamada a Leyra Comprida q. tem noue varas de largo, da p.te do Sul e do Norte tem catorze varas de comprido athé a chaue setenta e hua varas e hum palmo, da parte do Poente e de largo nesta mesma chaue pella p.te do Sul oito varas e meya e da p.te do Nascente setenta e oito varas, e de comprido e da dita chaue athé a parte do Barroco tem de comprido da p.te do Poente e da dita chaue athé a parede do Barroco tem de comprido da p.te do Poente duzentas e vinte e hua varas e o mesmo da p.te do Nascente, e de largo, pella p.te do Sul e Norte coatro varas e meya, e da p.te do Nascente e de largo, pella p.te do Sul e Norte coatro varas e meya, e da p.te do Nascente confronta com terras de Villar de Frades, e do Norte com terras de Landim, e do Poente com terras de Maria de Oliv.a, viuva de Gondifellos e da Cham athé aparedo do Barroco, pello

Poente com terras q. pesuhe Dom.os Glz. Gandra, do Sul com terras q. pesuhe Joze Glz. Barroco, de Nascente com terras que pesuhe Dom.os Gomes de Figueiredo- levava de sementeira duas razas, tem aruores, matto eterra labradia // Item reconheceo com outra Leyra na mesma Agra q. hé de matto junto a cancella, da p.te do Poente tem de largo, da p.te do Norte quinze varas e de comprido da p.te do Nascente sesenta e cinco varas e do Poente sesenta e seis e da p.te do Sul athé hum marco tem dez varas e deste athé outro q. faz cento e vinte eduas varas e meya, p.te do Norte com apareda da mesma Agra, da p.te do Nascente com terras de Villar de Frades q. pesuhe Dom.os Glz. da Cancella e do Sul com o mesmo, e do Poente com Dom.os Glz. Gandra- levava de sementeira hum alqueire // Item reconheceo a mesma Agra com outra Leyra de terra labradia q. intesta na sobre dita e se chama das Louzas e antig.te se chamava de Solapero q. tem de comprido, da parte do Poente athé achau cento e quarenta e duas varas, e de largo neste citio tres varas- para ap.te do Nascente e p.a a p.te do Poente seis varas e meya e desta chauce athé apareda oitenta e cinco varas e meya, e do Nascente o mesmo // de largo tem nas cabeças, da p.te do Norte dez varas e do Sul cinco varas emeya // parte do Norte com terras da Ig.a, do Poente com terras q. pesuhe M.el da Sil.a da Irmida e do Nascente com terras q. pesuhe M.el Glz. da Conogeira e do Sul com terras de Joze Glz. Barroco- levava de sementeira hum alqueire, tem matto e labradio // Item na mesma Agra outra Leyra chamada a Condeseira q. intesta com a Leyra da Cancella q. tem de comprido, de Norte a Sul duzentas e vinte enoue varas emeya e de largo cinco varas // p.te do Norte com terras de Villar de Frades, do Poente com terras q. pesuhe Gom.os Glz. Gandra, do Norte com terra da Ig.a e do Sul com o caminho do Barroco // tem matto e terra labradia -levava de semadura hua raza // Item na mesma Agra outra Leyra chamada a Leyra de Sima- para a p.te do Poente q. tem de comprido, da p.te do Nascente cento e oitenta e oito varas, e do Sul, na testa tem de largo nove varas, e da p.te do Poente, de comprido cento e oitenta e duas varas e meya e de largo, na testa do Norte doze varas e meya- tem matto e labradio- parte do Poente com terras de Ventura da Motta, de Villa do Conde, do Nascente com terras de Pindella, do Norte com o Monte das Dobadouras, e do Sul com o caminho q. vay p.a o Barroco- levava de sementeira dous alqueires // Item reconheceo com outra na Agra de Grandal q. se chama dos Pauellos q. tem de largo, da p.te do Sul cesenta e cinco varas e da p.te do Norte cesenta e tres varas e meya e de largo, na testa do Poente doze varas // parte do Nascente com terras q. pesuhe M.el da Sil.a da Irmida e das outras partes com terras foreiras ao Conuento de Villar de Frades- levava de sementeira alqueire emeyo // Item reconheceo com outra Leyra chamada da Enxurreira da mesma Agra q. tem de largo trinta e tres varas na testa do Poente e tem de comprido da p.te do Norte cem varas e meya e de largo pella p.te do Nascente doze varas e meya e de comprido pella p.te do Sul athé a chauce quarenta e sete varas e meya e na chauce tem de largo seis varas e da chauce p.a diante de comprido pella p.te do Sul quarenta e oito varas, p.te do Poente com terras q. pesuhe Maria de Oliv.a, viuva, e do Norte com a mesma e do Nascente com terras q. pesuhe Dom.os Glz. da Cancella, e da chauce por diante, da p.te do Sul, com terras de Joze Soares Fer.- levava de sementeira coatro alqueires e meyo nesta mediçao // reconhece as tres Leiras de q. folha o Tombo nelle, a saber a dar limites, e do Couso, cada canto das vinhas // Item reconheceo com outra Leyra chamada do Cabocal na mesma Agra q. tem de comprido, pelo Norte e Sul quarenta e oito varas, e de largo pello Poente quatorze varas e meya, he pello Nascente treze varas, p.te pello Nascente e Norte com terras de Villar de Frades, e do Poente com terras q. pesuhe Manoel de faria de Gondifellinhos e do Sul com terras q. pesuhe Custodia Maria, viuva, do mesmo lugar- levava de sementeira duas razas // Item reconheceo na d.ta Ig.a com outra Leyra junta ao Carril q. tem de largo, na testa do Poente honze varas e meya e de comprido, da parte do Sul cento e quarenta e oito varas // tem de largo, da p.te do Nascente vinte varas e acaba em ponta aguda, da parte do Norte donde tem, de comprido, cento e sesenta e duas varas, p.te do Nascente e Norte com terras de Villar de Frades e do Poente e Sul com terras Pesavao e Landim- levava de sementeira tres alqueires // Item reconheceo com hua Bouça q. hoje se chama a Deueza de Sima junto a Ig.a Velha de Sam Felix q. se chamava as Ciaras, medida por fora em redondo tem da Cancella athé ao Souto da Lagoa aonde principia a partir com a Fiança cento e nouenta e seis varas, pella p.te do Sul e dahi pella mesma p.te cento e nouenta e seis varas, pella p.te do Sul e dahi pella mesma parte cento e setenta e sete varas, athé a intrada da Fiança e dahi athé o cunhal das portas da Fiança pella p.te do Nascente tem cento e tres varas e meya e do cunhal a ponta da Fiança pella p.te do Nascente tem cento e trinta e seis varas e meya athé onde faz canto a Bouça do Rv.o Abb.e e deste canto athé acabar a confrontação da Fiança tem oito varas he dahi principia a confrontar com terras da Caza dos Pasos e athé finalizar esta confrontação tem pello Nascente nouenta varas e daqui pello Norte he pella estrada athé a cancella athé onde principiou esta mediçao tem quatrocentas e cincoenta e tres varas e meya // Item reconheceo com o Cortelho e dos Casaes q. tudo está junto emedido por fora principiando pella p.te do Nascente e estrada publica q. vay p.a Ervaes athé o Cortelho dos Casaes, tem cento e oitenta e duas varas, e do Cortelho athé intestar com terras q. pesuhe Dom.os Glz. Gandra. Da parte do Poente tem nouenta e hua varas e da p.te do Sul sesenta e sete varas e da p.te do Nascente tem desanove varas- levava de sementeira duas razas, p.te do Poente com terras de Chavao e com terras q. pesuhe Dom.os Glz. Gandra e

de todas as mays partes com terra da Ig.a porque tudo eraõ antig.te sahidas delle // Item reconheceo o Campo chamado Agrinha cercado de ubeiras q. tem de comprido, da parte do Sul setenta e seis varas. Da parte do Poente vinte e oito varas e de comprido da p.te do Poente settenta e oito varas e de largo da p.te do Nascente vinte e coatro varas e meya // parte do Sul com terras de Pindella q. pesuhe Ant.o Correa e de Poente com o mesmo e do Norte com o mesmo e com terra de Villa Meam- levara de sementeura quatro razas // Item reconheceo como Campo Novo q. tem de comprido oitenta varas e de largo da p.te do Poente seis varas e meya e da parte do Nascente sete varas e meya // parte do Sul com terras de Pindella e também da p.te do Norte, da p.te do Poente com terras de Villar de Frades, e do Nascente com terras da Ig.a- levara de sementeura hua raza // Item hua Leira q. se chama o Campo da Eyra o qual vay medido e confrontado no Acento das Cazas // Item reconheceo com outra Leyra na Agra do Correa q. se chama o Campo Novo q. tem de largo dezoyto varas e de comprido oyntenta e duas varas, p.te do Norte com terras de Farellaes, do Nascente com Arnozo, do Poente com Villar de Frades e Chavaõ- levara de sementeura alqueyre e meyo // Item reconheceo na d.ta Agra com outra Leyra q. intesta na fonte // tem de largo dezoyto varas, e de comprido setenta e sete, p.te do Nascente com a Ig.a – levara de sementeura alqueyre e meyo // Item reconheceo com hua Leyra do Ameal q. intesta na fonte a qual está unida ao Campo do Novaes de q. asima se faz menção e nelle vay medida // Item reconheceo como Campo da Igreja Velha de Santa Marinha de Vicente q. houve por troca q. fez com Dom.os Manoel Vieira Mendes Abb.e e q. foy desta Igreja dandolhe outro q. elle unio ao seu Pasal o q. tem o cazeiro e lhe veyo pella troca // hé terra labradia com suas ubeiras emedido pello Norte tem de largo trinta e coatro varas e de comprido, pelo Poente tem nouenta varas e meya, e da p.te do Sul tem na testa de largo quarenta e hua varas e de comprido da p.te do Norte com a Estrada Publica q. vay p.a a Ig.a e do Nascente com a Estrada q. vay p.a Penise e do Sul com terras da Ig.a Velha, e do Poente com o Ribeyro- levara de sementeura sinco alqueyres // E logo por elle cazeiro Manoel Carneiro da Gram Magriço foy d.to q. naõ pesuhia mais terras deste cazal nem sabia as houvesse debaixo do juram.to q. recebido tinha e q. de penção pagava em cada hum anno a d.ta Ig.a mil cento e sincoenta reis em dinheyro, duas galinhas e hum frango ou hum vintem por elle, e com esta penção estava prompto a reconhecer sempre a d.ta Ig.a por sua directa Sn.a e deste modo requeria a elle Rv.o Abb.e e Comisario se houvesse por bem o seu reconhec.to e vysto por elle, como por tal o houve de q. me mandou fazer este termo q. os louvados e o emphiteuta asignará com elle Rv.o Abb.e Comisario e eu Pe. M.el Baptista de Faria q. o escrevi // Bernardino Ant.o Leite de Souza // M.el Carneiro da Gram Magriço // do Louvado Franc.o Fer.a de Meira hua cruz // Reconhec.to dos Freguezes a respeito dos dizimos e primisas da Ig.a // da parte de sima q. hé a de Sam Felix de Gondifellos // Aos vinte e seis dias do mês de Agosto de mil e setecentos e oitenta e coatro, nas cazas da Residencia desta Ig.a onde eu Pe. Manoel Baptista de Faria vim na Camp.a do Rv.o Abb.e Comisario por elle me foy determinado(...) o Ant.o Domingues morador no lugar do Roleiro desta freg.a de Sam Felix de Gondifellos e Santa Marinha de Vicente q. de prezente hé desta freg.a e outro Snr. Luis de Araujo e Joze Lopes da Costa elleitos da mesma freg.a p.a q. viessem aprezença delle Rv.o Abb.e Comisario p.a q. debaixo do juram.to dos Santos Invangelhos declarassem e reconhecesem neste Tombo com o uso e custume q. tinhaõ de pagar a estas Igrejas os dizimos, premisas os quaes prompta.te obedeceráõ vindo e trouceraõ na sua comp.a Ant.o Joze da Silua, Jorge da Costa, Isidorio Correa da Costa, Joze da Costa estes moradores na Ig.a de Sima de Sam Felix de Gondifellos, e outro snr. Manoel Lopes e Franc.o Per.a da freguezia de Santa Marinha de Vicente q. hé a freg.a. De Baixo, e depois de lhe ser dado atodos o juram.to dos Santos Invangelhos q. receberáõ o juiz e elleitos da mesma freg.a diseraõ q. o custume q. sempre observaráõ por sy e seus pasados e quem se conserva sempre na sua freg.a hé o seguinte // Enquanto de dizimo costumavaõ pagar dez alqueyres, hum de toda a qual.de de pam a saber milho groso, milho aluo, trigo, centeio e painço, e o mesmo de tremosos e feijam q. o linho o pagam em lavra e o vinho de dez almudes hum q. pagaõ dizimo a fruta q. na freg.a de Sima athé o prez.te só se recebe de quatro cazas q. pagaõ dizimo das castanhas q. se barejaõ da landra, da madeira q. vendem, da lam das ubelhas q. tosqueam, da cera e dos enxames, de anhos de dez hum, sendo sinco, meya cabeça e naõ chegando a sinco ou pasando de sinco e naõ chegando a dez pagaõ dez reis por cada cabeça e o mesmo se observa com os leitoens q. pagaõ dizimo dos mattos q. vendem e q. pagaõ por cada bezerro ou bezerra q. lhe nase dous vintens e de cada ninhada de frangos, hum // este mesmo uso se observa na freg.a de Santa Marinha de Vicente e na de Sam felix de Gondifellos q. hé da p.te de Sima e nesta só e naõ na outra pagaõ pello dizimo do leite cada anno tendo bezero vinte e sinco reis ou tenhaõ m.tos ou hum só // Titullo das Primisas- diseraõ q. o uso com q. reconheciaõ neste Tombo a resp.to das primisas era as da freg.a de Baixo q. hé a de Santa Marinha de Vicente pagavaõ cada hum anno duas razas de milho aluo, hua de centeio, outra raza de trigo, mas este hé lavrando, e o mesmo hé o centeio e o milho aluo q. se naõ lavraõ naõ o pagaõ, e hum almude de vinho pisandoo e os da freg.a de Sima q. hé a de Sam Felix, custumaõ pagar de premisas hum alqueire de milho aluo, hum alqueire de centeio, hum alqueire de trigo, e hum alnude de vinho, isto hé se o lavraõ ou o pisaõ q. se naõ lavrando nem pisando naõ o pagaõ e q. todos pagaõ dizimo de azeitona quando atem // Titullo das Moendas //

Reconhecerao neste Tombo com uso antigo q. tem a resp.to das Moendas q. hé a pagar de dez maquias hua e q. os Reverendos Abbades se elles voluntar.te quer e se não querem, tem o seu dizimo e mais nada e sequerem naõ havirse usar de dizimo, poem o Rv.o Abb.e Bailha nas azenhas em q. elle se lhe bote q. dos pisoens se pagao de dez tostoens hum he os lagares de Azeite de dez canadas hua // reconhecerao mais com hum costume antigo q. há nesta freg.a q. hé hua Leyra q. está no destrito e demarcação de Ballazar paga o dizimo de pam e vinho p.a esta freg.a // Que desta sorte reconheciao neste Tombo e q. supposto diga o Tombo Antigo a folhas doze q. os da freg.a de Sima q. hé a de Sam Felix de Gondifellos haviaio de pagar a primisia ou ativesem ou anaio tivesem e q. havia leuar os dizimos a sua Igr.a // Nada disto acharao observados pellos seus antepasados e q. querem e protestaio estar sempre pellos uzos q. destes receberao e de q. trata o livro delles feito a vinte e tres de mês de Junho de 1709, e desta sorte davao o seu reconhec.to por findo e acabado e requeriao aelle Rv.o Abb.e Comisario asin o houvese por bem de q. elle mandou fazer este tr.o q. todos assignarao e o mesmo fez o Rv.o Abb.e q. de prez.te hé desta freg.a Franc.o Fer.a da Silua em signal de q. aceitaou o d.to reconhec.to com elle Rv.do Abb.e Comisario o Pe. Manoel Baptista q. o escrevy // Bernardino Ant.o Leite de Souza // Isidorio Correa da Costa // do elleito Luis de Araujo hua cruz // Ant.o Joze da Silua // M.el Lopes// Custodio da Costa hua cruz, digo Custodio da Costa // de Joze da Costa hua cruz // de Franc.o Per.a hua cruz // Supposto q. o Rv.o Abb.e Comisario tinha feito hum pacto ou convençao entre o Rv.o Abb.e de Sam Felix e Santa Marinha de Vicente e o Rv.o Abb.e de Negreiros como se ve a folhas duas sobre a demarcação destas freguezias no lugar de Barroco cuja mediçao devia ser por junto da ciero terra(?) da Ig.a de Negreiros por dizer o seu Tombo estas formaes palavras // Item de Marco da Pia vay ter o Ribeyro q. vem da Ciera da d.ta Ig.a q. vay p.a a Estrada de Gondifellos e da Estrada vay ter ao Ribeyro q. se chama de Cobas e de Cobas vay ter a Lavadoura de Cobas q.p.te com Vicente pelo Ribeyro ariba e as Bouças de Vicente, confronta com o Acento da terra e da uanda do Este com a d.ta Igr.a Como por fim naõ quizerao estar por esta composiçao amigavel q. a folhas duas se diz e por entender elle Rv.o Abb.e Comisario q. esta composiçao redundava em menos util. de desta Ig.a de Gondifellos e por lhe dizerem os homens antigos desta freg.a q. sempre os seus Abbades receberao o dizimo da Bouça dpos Barrocos // determinou elle Abbade Comisario q. o Rv.o Abb.e desta freg.a se conservase sempre na sua antiga pose athé q. o Rv.o Abb.e de Negreiros satisfazer a sua duvida e q. a demarcação vá sempre por onde o Tombo da d.ta Ig.a de Negreiros determine de q. me mandou fazer este termo q. elle Rv.o Abb.e Comisario assignou comigo Pe. M.el Baptista de Faria q. o escrevi // Bernardino Ant.o Leite de Souza // segundo q. tudo isto assim se continha e declarava na d.ta uedoria, mediçao opegaçao e confrontaçao de todas as terras, dizimos, premisias e limites q. vaõ descriptos e declarados neste Tombo pertencente a Ig.a Abadia de Sam Felix e Santa Marinha de Vicente de Gondifellos q. sendo tudo entregue ao Escrivaõ da Camara juntara tudo aos autos e preparandoos nos fez e enviou e como feito sendo por mim bem vistos, lidos, examinados com toda adevida atançaõ nelles dey e proferi por escripto a minha defenitiva e final Snn.ça da qual o seu tehor e forma he a Seg.te // Julgo este Tombo por Snn.ça o qual mando fique em seu vigor p.a o q. lhe interponho a minha authoridade ordinaria e decreto judicial- Braga 27 de Setembro de 1786 Pedro Paulo de Barros Per.a // Segundo q. assim se continha e declarava e mand.a minha defenitiva e final Snn.ça q. sendo assim por mim dada proferida e assignada fora sim por mim mesmo havida por publicada e mandada cumprir e guardar am.to inteiram.te assim e damaneira q. em elle se conthem e declara ehé conthendo escripto e declarado e em seu comprim.to e observancia me fora pedido e requerido por p.te em nome do Rv.o Franc.o da Silua Abb.e q. de prez.te hé de Santa Marinha de Gondifellos desta Comarca e Arcebisado Primaz q. p.a titullo da d.ta sua Ig.a guarda e confirmaçao de seu direyto e justiça, eu athé mandase dar e pasar e dos proprios autos e seu processo resumir e extrahir minha carta de Snn.ça civil em forma evisto e ouvido por mim seu requerim.to e ser justo e conforme o Dir.to athé mandei dar e pasar como pedia e requeria em comprim.to de q. se lhe deu e pasou q. hé o prez.te minha e mais verdadeiram.te carta de Snn.ça civil do Tombo dos limites, casas, bens e propriedades da Ig.a Abadia de Sam Felix e Santa Marinha de Vicente de Gondifellos q. mando se cumpra e guarde como nella se conthem e declara e era conthendo escripto e declarado hindo primeiram.te por mim assignado e sellado com o sello desta corte e da chancelaria mor emenor e vay a assignaturas de costumados q. antemim em taes e semelhantes cazos seruem- Dada em Braga sobre meu signal e sello da chancelaria desta corte aos 6 dias do mez de Abril do anno do Nascimento de Nosso Snr. Jesus Cristo de 1788. O Pe. M.el Alves Salgado Presbitero e Escrivaõ da Camara Ecclesiastica desta d.ta Corte e Arcebisado de Braga por sua Alteza q. D.s g.de o Sr.o Snr. D. Gaspar Arcebispo e Senhor de Braga Primas das Espanhas a fez escrever e sobscreevo por lhe pertencer ao sobredito seu officio da Camara Ecclesiastica, montase de feito desta ocontado q. vay amargem desta pello contador e eu Manoel Alves Salgado Escrivaõ da Camara Ecclesiastica a sobscreevi // Pedro Paulo de Barros Pr.a // lugar do Sello ou armas // vista 60- Freire = do signal foy na conclusaõ// ao sello 10= Oliv.a // Ao seguinte gratis (...)"

## 6. Prazos

Apresentado o Tombo, com a inventariação de muitas e variadas propriedades pertencentes à Igreja de São Félix e Santa Marinha de Gondifelos e a outras entidades, descrever-se-ão dois prazos ou contratos de arrendamento sobre casais pertencentes à mesma Igreja que apresentam o seguinte teor:

- a) Prazo chamado o Casal do Asento da Ig.a Velha sito na freg.a de Saó Felis e S.ta Marinha de Vicente de Gondifellos a favor de M.el Lopes e sua M.er Anna Maria da m.ma freg.a de Gondifellos:

*“O D.or Pedro Paulo de Barros P.ra Arcediago de Santa Cristina de Oliveira (...) se fez no Prazo o Casal chamado o Casal do Asento da Ig.a Velha cito na freg.a de Saó Felis e S.ta Marinha de Vicente de Gondifellos e foreiro a mesma Ig.a Abbadia a favor de Manoel Lopes e sua M.er Anna Maria da mesma freg.a de Saó Felis e S.ta Marinha de Vicente de Gondifellos e pellos ditos autos e seus termos delles se via e mostrava q. entre outros muntos e demais couzas e nos mesmos contheudos escriptos e declarados se via e mostrava q. por parte e em nome do Rv.o Franc.o Fer. da Silua Abb.e da Paroquial Ig.a de S.Felis e S.ta Marinha de Vicente de Gondifellos desta Comarca e Arcebispado de Braga(...) # Diz Franc. Fer.a da Silua Abb.e da freg.a de Saó Felis de Gondifellos e Santa Marinha de Vicente q. na prz.te vezita se lhe capitulou q. fizese renovar os Prazos q. diso necessitasem e nesta conformidade como a d.ta Ig.a de Santa Marinha de Vicente hé Senhora directa do Casal do lugar da Ig.a Velha posuhem M.el Lopes e sua M.er de q. se lhe paga em cada hum anno trinta e sinco razas de pam meado, sinco de trigo e duas galinhas mas não aparese o prazo antigo nem há memoria delle, quer o sup.te fazerlhe agora emprazamento de tres vidas a saber marido e m.er, filho ou filha de antre ambos e na falta delle de livre nomeação com o laudemio da constituição(...) Emprazamento dado em Braga sobre o meu signal e sello desta Corte aos seis dias do mês de Julho de 1784 (...)”.*

- b) *“ Emprazamento sobre o Casal do Tunante do Acento da Igreja nella cito na freg.a de Sam Felis e Santa Marinha de Vicente de Gondifellos e foreiro a Igr.a Abbadia a favor de Joze M.is e sua M.er e mais consortes da mesma frg.a de Sam Felis e Santa Marinha de Vicente de Gondifellos e pellos ditos autos e seus termos delles se via e mostrava q. entre outras e demais couzas e nos mesmos autos contheudos escriptos e declarados se via e mostrava q. por p.te e em nome do Rv.o Franc.o Fer.a da Silua Abb.e da Paroquial Ig.a de Sam Felis e Santa Marinha de Vicente de Gondifellos desta Comarca e Arcebispado de Braga (...) me foy requerido por hua sua petição por escripto e assignada pello mesmo d.to Abb.e em prz.te cujo theor e forma della hé o seguinte # Diz Franc.o Fer.a da Silua Abb.e da Ig.a de Gondifellos e Santa Marinha de Vicente q. na prez.te uesita se lhe capitulou q. fizese renovação dos prazos de q. digo necessitaó enesta conformidade como a dita Ig.a de Santa Marinha de Vidente hé senhora directa do Casal do lugar da Ig.a V.a q. posuhe Joze M.is e sua M.er e mais consortes q. lhe pagao em cada anno trinta e sinco razas de pam meado, de centeio e milho aluo e sinco razas de trigo e duas galinhas, mas não aparese o prazo antigo nem há mesmo via delle quer a sup.ta fazerlhe agora o empraz.to de tres vidas a saber marido em.er e filho ou filha de entre ambos e na falta delle de livre nomeação com o laudemio da constituição (...) 5 de Julho de mil setecentos e oitenta e sete<sup>7</sup>.*

## 7. Riqueza da Igreja

Pela leitura do Tombo se verificou que a freguesia de Gondifelos, consequência da união de duas igrejas, era senhora de muitas propriedades. Naturalmente, surge a pergunta. Como foi possível adquiri-las? As igrejas, desde o princípio da sua constituição, começaram a ser proprietárias de bens imóveis e móveis que lhes eram doados. Basta recordar o que nos dizem as Inquirições de D.Afonso II (1220) e D.Afonso III (1258). Mas, ao longo da História, sobretudo, nos meados do Séc. XIV, com a Peste Negra e outros aconte-

<sup>7</sup> ib.

tecimentos posteriores, foi uma prática comum os cristãos considerarem a insegurança, relativamente, à vida futura. Daí contribuírem com ofertas às igrejas, porque, só elas tratariam da sua salvação. Gondifelos não foi excepção. Porém, onde estão os referidos bens? Encontram-se uns nos mesmos espaços geográficos e outros em locais diferentes, mas todos mudaram de dono, devido a momentos políticos responsáveis por tal situação.

- a) D. Afonso V, quando andava envolvido em guerra contra Castela, ordenou que os seus agentes fiscais fossem às igrejas e mosteiros e exigissem a entrega das pratas, das quais se apoderavam e, no caso de recusa, os mesmos arrombavam as portas das igrejas, tirando cálices, patenas e relicários, deixando, apenas, nas igrejas principais, uma cruz, galhetas e um turbúlo.
- b) O Marquês de Pombal, pela Lei de 3 de Setembro de 1759 desnaturalizou e expulsou os Jesuítas do País.
- c) Decreto de 28 de Maio de 1834 da responsabilidade de Joaquim António de Aguiar que extinguiu as Ordens religiosas do sexo masculino e com expropriação de seus bens.
- d) Mousinho da Silveira determinou a abolição total dos dízimos pagos ao clero.
- e) Lei de 20 de Abril de 1911 de Afonso Costa, conhecida por Lei da Separação, afectou o clero secular através da nacionalização dos bens imóveis e móveis pertencentes à Igreja e que, obviamente, passaram a serem propriedades do Estado. Relativamente a Gondifelos, o passal passou a ser administrado por uma Comissão Concelhia, com sede na Câmara Municipal a qual constava dos seguintes elementos:

- Daniel Augusto dos Santos, presidente;
- Adriano Varela dos Santos, secretário;
- Zeferino Bernardes Pereira, vogal;
- António Maria Pereira, vogal;
- Julião de Sena Sarmento, delegado do Procurador da República.

Esta Comissão, depois de conhecer todos os bens expropriados, fez uma listagem sobre as rendas que os caseiros deviam pagar, atribuindo ao caseiro do passal de Gondifelos a importância de 35\$000 (trinta e cinco mil reis) por ano, pagos no mês de Novembro. Naturalmente, poder-se-á pensar numa importância irrisória, mas feita a reconversão para os tempos actuais, verifica-se haver a correspondência de 18.000\$00 (dezoito mil escudos), pois, nessa época, um amanuense da Câmara Municipal ganhava 240\$000 (duzentos e quarenta mil reis). Convém igualmente informar que com a Concordata, alguns bens integrados nos passais foram restituídos à Igreja e, na sua maior parte, vendidos pelo Estado. Relativamente a imóveis aplicados em funções públicas ficaram para o Estado e os que se encontravam classificados como Monumentos Nacionais ou Imóveis de Interesse Público e que eram da Igreja passaram para a mesma, mas só a título precário<sup>8</sup>.

## 8. Orago

Todas as Igrejas e até Capelas têm o seu orago ou protector que, impropriamente, também se designa por padroeiro. Há Igrejas que por razões várias mudam, no decorrer dos tempos, de orago. Gondifelos iniciou com S.Félix e, nos meados do séc. XVI ou princípios do séc. XVII, passou a ter dois, devido a anexação da Igreja de Santa Marinha de Vicente que se encontrava geograficamente localizada a Oeste e no mesmo enfiamento da freguesia de Balazar. O motivo de tal ocorrência inscreve-se na legislação arcebispal de Braga, existente no séc. XV e XVI. Nos primórdios da Igreja, o orago era o Divino Salvador, Nossa Senhora, ou algum Mártir, ou ainda um santo, mas com o protagonismo de milagroso.

<sup>8</sup> Anais, A.M.,C.M.V.N.F.,1989

## 9. Visitas e devassas

Era uma prática corrente desde os meados do séc. XVI ao séc. XIX, precisamente até ao Liberalismo, haver visitas anuais do Bispo ou seus delegados às igrejas para observação do estado de conservação da igreja, capelas, residências, peças de natureza decorativa, devocional e peças no uso litúrgico, bem como a parte espiritual, nomeadamente a catequese e comportamento dos sacerdotes e fregueses. Por vezes, eram designados os abades “*de pastores mercenarios quando não davam o alimento necessario as suas ovelhas*”. Talvez devido à grande extensão das dioceses, os bispos nomeavam sacerdotes para servirem de visitantes, os quais tinham de ter características especiais, como bons costumes, religiosidade, cultura, possuindo graus académicos e de idade superior a 35 anos. Os abades eram avisados sobre o dia e hora da visita à freguesia e, simultaneamente, quais os delitos que estavam sujeitos à devassa e deviam sendo denunciados ao próprio visitador. Na ocasião oportuna, o denunciante, como prova da verdade que ia apresentar, colocava as mãos sobre o evangeliário e “abria o livro” e passava a acusar determinada pessoa pelo seu mau comportamento, nem que fosse um sacerdote por não fazer catequese, não residir na freguesia ou ainda fazer uso excessivo de álcool e viver em concubinato. O depoimento tinha de ser assinado. Posteriormente, o denunciado era punido, quer pelo visitador ou em casos graves, pelo bispo, com penas de admoestação, pena pecuniária, penitências ou ainda aljube.

Para prova do rigor disciplinar, basta ler alguns artigos sobre a matéria do foro comportamental que se encontram nas Constituições Sinodais de 1637. Há alguns artigos com teor completo e outros incompletos.

- II. *Se há alguma pessoa que fizese, ou guardase alguma cerimonia judaica ou da feita dos mouros, ou qualquer outros infieis (...);*
- III *Se há alguma pessoa que por alguma via tinha pacto com o demonio ou que o invoque ou que use da arte magica ou de encantamentos, ou de esconjuros, agouros ou sortes para adivinhar, ou que seja feiticeiro ou bruxa, ou que faça fumadouros, ou quaes quer superstições para ligar ou desligar ou para qualquer outro effeito ou mesinhas ou bebragens para alguma mulher mover ou não conceber (...);*
- IV *Se há algum benzedeiro ou benzedeira de gente, ou de gado, ou que diga que corta braço ou que cure de olhado, ou lance nominas, faça outras superstições para curar de feridas ou de outros males (...);*  
(...)
- XI *Se há algumas pessoas que tenhaõ illicita conversação e incestuosa com parentes seus ou por consanguinidade, ou por afinidade dentro no quarto grau (...);*
- XII *Se há algumas pessoas que vivaõ como casados, sem serem recebidos em face da igreja ou depois de o serem com nossa licença, vivaõ da sobredita maneira antes de se correrem os banhos, e de receberem as bençoens na igreja: ou se há alguns casados que estejam apartados sem autoridade da igreja ou que não façaõ vida marital: ou alguns homens que dem má vida a suas mulheres;*
- XIII *Se há alguma pessoa solteira, casada, ou viuva que tenha alguma conversação escandalosa ou que alcovitase ou dese alcouce em sua casa;*
- XIV *Se há alguma pessoa que seja culposa em o pecado nefando, ou infamada delle (...);*
- XV *Se há algumas pessoas q. estejaõ em odio, ou se deixem de fallar de falla publica e sensaçõ christaa;*
- XVI *Se há alguma pessoa que dê tabolagem de jogo em sua casa, de cartas, dados ou de jogos prohibidos e que leve por isso algum preço;*  
(...)
- XIX *E finalmente se há alguma pessoa que persevere com escandalo em algum pecado mortal, de que não queira emmen-dar-se.*

Nas visitas a S. Félix e Santa Marinha de Gondifellos entre 1730 e 1825, houve 374 pessoas que foram denunciadas, sendo algumas de fora da freguesia. Os comportamentos considerados como delituosos foram, entre outros, os seguintes:

Por dar má vida a sua mãe; por trabalhar em dias de preceito; por concubinato e incesto; não fazer vida com a mulher; por lingoa; molher viuva admitir em sua caza ajuntamento de homens com mulheres e ainda com suas filhas e que fação galhofa e sayaó com elles; por usar de vinho com excesso<sup>9</sup>.

Para exemplo do teor dos registos nas visitas às freguesias e, consequentemente, como decorriam as devassas, são apresentados textos, embora truncados, por razões de susceptibilidades, mas referem o essencial:

- a) *Manoel Joze Gomes Rheitor da Comenda de Sam Pedro de Merelim, residente na sua anexa de S.Paio de Merelim vesitador das Igr.as da seg.da parte de Vermoim e Faria por S. S.a Il.mo Vigario Capitular. Faço saber que no dia quatorze de Dezembro de mil oitocentos e trinta vesitei pesoalm.te esta Igr.a de S.Feliz e S.Marinha de Gondifellos; em prezença do Rv.do Manoel Joze de Azevedo Abb.e della, clero e maior p.te de seus freguezes fis aprociisaó dos defuntos, vezitei o Sacratio do SS.mo Sacramento, Pia Baptismal, santos Oleos, Vazos Sagrados, Imagens, Altares, Ornam.tos, Alfaias etudo omais pertencente ao Culto Divino e Administração dos Sacramentos, eprovento no Espiritual etemporal ordenei a Devasa em forma de decreto inquirindo as testemunhas, cujos nomes, cognomes, officios, moradas e custumes saó os seguintes (...) e para constar mandou elle Rv.do Vezitador fazer este termo que asignou (...) “.*
- b) *“ (...) morador no lugar do Barroco desta freg.a, de idade que dise ter quarenta annos pouco mais ou menos testemunha, juramenta os Santos Evangelhos em forma de decreto (...) e dise que (...) anda amancebado com (...) filha de (...), declarando ser elle homem cazado do lugar de Fiaes e ter sido com ella (...) na vezita pasada com grandiosissimo e notavel escandalo que ainda a pouco ter tido della hum filho e mais naó dise e signou (...)”.*
- c) *“Aos treze dias do mez de Dezembro de mil oitocentos e trinta nesta Igreja de S.Feliz de Gondifellos ahi perante o Abb.e Manoel Joze Gomes Rehitor da Comenda de S.Pedro de Merelim, resid.e na sua anexa de S.Paio de Merelim vezitador das Igrejas da seg.a parte de Vermoim e Faria por S.S.a Rv.ma Vigario Cap.ar apareceo prezente notheficada p.a satisfação da Vezita (...) solteira do lugar de Villa Pouca freg.a do Salvador de Minhotaens à qual admoestou elle Rv.do Senhor Vezitador em segm.to do concubinato com (...) cazado do lugar das Devezinhas da mesma freg.a na forma do Sagrado Concilio Tridentino e Constituiçoens deste Arcebispado e nunca mais fose visto com ella em publico e em particular nem mais fose a caza della nem lhe mandase dadivas presentes ou recados (...)”.*
- d) *“Aos dezasete dias do mês de Outubro de mil oitocentos e doze anos nesta freguezia de Sam Feliz e Santa Marinha de Gondifellos peranteo Senhor Vezitador appareceo prezente (...) solteira do lugar de Almorode desta mesma freguezia de Gondifellos notheficada para satisfação da vezita a quem o mesmo Senhor Vezitador admoestou na forma do Sagrado Concilio Tridentino e Constituiçoens deste Arcebispado dizendolhe que na devasa que nesta freg.a se tirou he lhe resultara a culpa de deshonesta e parideira e por tanto se abstivese de semelhante vida, e que naó causase escandalo com seus partos e desenvolturas; e que naó dese entrada em sua caza a homens nem os procurase para maos fins; antes considerase na grave offensa que fazia a Deos Nosso Senhor e o perigo da sua salvaçaó; com a comminaçaó de que sendo mais comprehendida, seria mais rigor castigada. E por ella foi dito que aceitava a admoestaçaó, fazia a culpa judicial e prometia emenda; e foi aliviada (...)”.*

## 10. Arqueologia industrial accionada pela água

O rio Este, componente da rede hidrográfica do concelho, banha Gondifelos e, com as suas águas, não só irrigou e irriga as terras, como também fez mover as máquinas artesanais, das quais dependia a vida das pessoas. Ao referir a indústria, obviamente, que compreendia a moagem um lugar de relevo, cuja função era desempenhada pelas moendas. Estas designavam-se moinhos e azenhas, mas com maquinismos diferentes, apresentando-se estas com equipamentos mais complexos, sendo, nesse sentido, aplicadas para outras funções, como accionamento de lagares de azeite, engenhos do linho, serrações, pisões ou fulões e recuperadores de papel. De tudo isto houve em Gondifelos, com realce para os pisões, visto ser necessária a existência de lâ e, obviamente, gado lanígero. E, pelos dados conhecidos, houve muitos desses

<sup>9</sup> A.D.B., Visitas e Devassas



animais, visto terem existido pisões encarregados de pisar ou fechar melhor os tecidos de lã, nomeadamente, mantas, cobertores e buréis. Actualmente existem dois ou três moinhos e um recuperador de papel, todos em Penices.

A partir do quadro nº 1 se ficará a conhecer a abundância do maquinismo transformador, do qual resta, apenas, o já referido, e, do restante, nem esqueletos, os quais ainda dariam um testemunho de séculos da nossa História colectiva repercutida nas tradições, cultura e, até, na própria filosofia do Povo, não ficando fora do seu contexto este dizer rimado: “Ó moleiro, ó moleiro, ó meu moleiro ladrão, inda hás-de ir pró inferno, com a maquia na mão”.<sup>10</sup>

**Quadro n.º 1**

Lugar	Maquinismo	Quantidade
Ponte da Ribeira	Azenhas	7
	Moinhos	4
Barroco	Azenhas	5
	Moinhos	3
Moucha	Azenhas	3
	Moinhos	3
Penices	Azenhas	6
	Moinhos	8

## 11. Pontes

A existência do rio Este na freguesia, obriga à implantação de pontes para facilitar a circulação.

Das várias pontes existentes, merece, com todo o direito, tratamento especial sendo vulgarmente conhecida por “Gravateira”, mas, nos meados do séc. XVIII, era designada por “Paradela”.

Está colocada no sentido Norte-Sul, com o tabuleiro em corcova, tendo de comprimento 73.70 m, 3.55 m de largura e 6 metros de altura desde a meia laranja à água em tempo de verão. As guardas são constituídas por lajes ciclópicas, com a altura de um metro em duas fiadas, mas, nas extremidades do tabuleiro há material de natureza diferente, com pequenos pilares em betão interligados por tubos de ferro, emprestando, desse modo, uma imagem que descaracteriza a ponte.

Possui três vãos, cujos arcos, designados de volta inteira, não estão todos na mesma cota, com a diferença para o principal, porque é maior. As aduelas são bastante regulares, embora a do fecho esteja um pouco fora do ponto da flecha. Além disso, verifica-se a existência de um desacerto entre a altura da flecha e a metade do vão, a partir do arranque do arco. Porém não é de estranhar tal ocorrência visto tratar-se de uma ponte de natureza românica.

Os agulheiros que funcionaram durante a construção para a colocação das cambotas e, consequentemente servirem de apoios às pranchas, ainda subsistem. E, para não fugir à arquitectura tradicional da época, tem dois quebra-rios, vincadamente de forma triangular e a juzante, adossados aos pegões, estão dois contrafortes nada vulgares, porque constam de lajes sobrepostas, mas não alinhadas e com aparência de degraus.

Adjacentes à ponte, há quatro calçadas escondidas por depósitos aluviosos, os quais deviam ser removidos para recordação de algumas actividades de natureza etnológica que eram exercidas no leito do rio, nomeadamente a fogação do linho e fácil acesso à água para os bois quando atacados por maleitas nos

<sup>10</sup> Vieira, A. Martins, Arqueologia Industrial accionada pela água

cascos, como unheiro e mau funcionamento dos rins, recomendações prescritas pelos alveitares e retirada de areia para argamassas.

A ponte tem características do séc. XII, mas infelizmente furtaram-lhe parte da sua traça.

## 12. Capelas

As capelas são pequenos edifícios com arquitectura específica, também designados oratórios para a prática da Religião Católica.

Segundo o Direito Canónico antigo, classificavam-se em públicas, semi-públicas e privadas ou domésticas. As públicas são da jurisdição dos Párcos e foram erectas para que uma comunidade possa participar, com mais facilidade, nos actos religiosos. Algumas destas capelas até foram já igrejas, mas por razões de capacidades, foram substituídas por outras maiores. As semi-públicas pertencem a pessoas particulares com implantação nas suas propriedades, mas comunicam através da porta principal com área do domínio público. Finalmente, a última designação, é para as capelas sitas no interior das propriedades e integradas num ou outro compartimento da habitação. Estas, para a sua edificação, necessitam de um estatuto específico da autoridade eclesiástica. É, igualmente de referir que a existência das capelas privadas podem inscrever-se numa valorização da pirâmide social. Actualmente as capelas classificam-se em públicas e particulares<sup>11</sup>.

Como todas as freguesias, Gondifelos possui capelas, tanto públicas como particulares.

- a) Santa Maria Madalena implantada no lugar da Ermida, com 40,4 metros quadrados de área coberta e do domínio público. Apresenta um desenho simplista, está rebocada e pintada, com indicadores de ter sofrido restauro, embora, apresentando deficiências construtivas. No seu interior há um retábulo barroco em boa talha, mas infelizmente revestida a folha de ouro, não de lei e fruto de intervenção recente. Na imaginária distingue-se a escultura, com a iconografia de Maria Madalena, apresentando características do séc. XVII. A partir desta imagem, poder-se-á atribuir a datação da capela dentro da mesma época.
- b) Senhora da Agonia, no lugar de Reparade e da jurisdição da Paróquia. É de reduzidas dimensões, pois tem 14.12 m<sup>2</sup> de superfície. Relativamente a valores decorativos e devocionais, nada há a assinalar.
- c) Senhor da Ponte, junto à ponte da Gravateira e na margem direita do rio Este. Tem uma área coberta de 42 m<sup>2</sup> e pertenceu a uma família radicada no Brasil. Porém, recentemente, fora doada à Confraria do Santíssimo. Quanto à arquitectura e valores no seu interior, não há elementos. Apresenta-se em estado muito degradado, quanto à conservação, mas vai iniciar-se, brevemente, um restauro, com o apoio técnico da Câmara Municipal.
- d) Santa Luzia, na Quinta da Fiança e pertencente a Vicente Rodrigues, com uma superfície coberta de 50 m<sup>2</sup>. A fachada principal apresenta-se como bom exemplar de arquitectura rocóco. Tudo nesse edifício deixa transparecer o cuidado e a atenção que o seu proprietário tem tido para com o imóvel. Verifica-se a existência de acrescentos de natureza diversa. No seu interior há talha rocaille e a imaginária é formada por peças em terra-cota, porque as de madeira estão em cofre, visto terem sido furtadas, mas já recuperadas pela Polícia Judiciária e Interpol, na Itália. Sobre a datação da Capela, nada documenta melhor que o presente texto: "*Miguel Ferreira e Mulher pella grande devosam que tem a Nossa Senhora da Conceição, requerem licença para erigir em sua honra uma Capella na sua Quinta da freguezia de Gondifellos-S.Felix 1737.*" Decorridos 21 anos, o Abade, Manuel Vieira Mendes indica outra pessoa, como proprietária, talvez, descendente: "*A Capella da Senhora da Conceição é particular e pertence a Bernardino Ferreira de Macedo.*" No lintel da porta principal está inscrita a data de 1758. Pelos textos apresentados se pode concluir que a mesma Capela foi construída em honra de Nossa senhora da Conceição e não sendo Santa Luzia o seu orago inicial.

A seguir apresenta-se o assento de casamento, cujo acto foi realizado na própria Capela, sendo interveniente uma das filhas do proprietário:

<sup>11</sup> Vieira, A. Martins, As Capelas no Concelho de V. N. de Famalicão, C.M. 1999

*“No dia 27 de Novembro de 1776 cazaram Antonio Joze de Macedo Ferreira Faria Gaio e Maia filho legitimo de Antonio de Macedo Ferreira e Faria e de Sua mulher Dona Jozefa Maria de Faria da Caza da Portella freg.a de Sam Martinho das Carvalhas: com dona Maria Angelica Ferreira de Macedo filha legitima de Bernardino Ferreira de Macedo e sua mulher Dona Antonia Luiza Soares de Abreu da Caza da Fiança desta freg.a de Sam Felis e Santa Marinha de Gondifellos: e foraõ antecedidos de licença de sua Alteza Real na Capella de Nosa Senhora da Conceição que he propria da ditta Caza da Fiança pello Reverendo Antonio dos Santos de Oliveira Faria e Costa Abbade de Santa Eulalia de Negreiros em prezença do Reverendo Francisco Ferreira da Sylva Parocho do domicilio e juntamente em prezença do Reverendo Miguel da Sylva Vigario das Caravalhas e Parocho do contraente: estando mais por testemunha o Reverendo Joze Ferreira de Macedo thio da contraente desta ditta freguezia que aqui asignaram ao fazer deste e eu o Pe. Domingos Gomes Costa o sobreescrevi (...)”.*

Informa-se ainda que a expressão “Alteza Real” refere-se a D. Gaspar de Bragança, arcebispo de Braga, irmão do Rei, D. José.

### 13. Alminhas

Em Gondifelos há Alminhas, pequenos oratórios que costumam encontrar-se nos locais de maior passagem de pessoas. Tiveram o seu início no séc. XVI, como arma contra a doutrina protestante e hoje são documentos que testemunham a sensibilidade religiosa dos cristãos e ainda serviram de motivo para escritores manifestarem a sua arte literária. Assim, lê-se no Só de António Nobre:

*“ (...) A nossa casa é ao virar mesmo da estrada onde perpassam os aldeões na caminhada e a mala-posta a rir, cheia de campainhas! Ora havia lá (e há ainda umas Alminhas) com um painel antigo sob um oratório, que são as almas a penar no Purgatório. E têm esta legenda: Ó vós que ides passando não esqueçais a nós, neste lume penando. (...) Deitava-lhes dez reis, mas ficava a cismar que mais penava eu... se elas quisessem trocar!”.*

Mais recentemente, Sara Cardoso, impulsionadora das Alminhas, também cantou na poesia a sua paixão pela referida cruzada:

*“Ponham-se nichos de Alminhas,  
Como lírios num altar,  
Nas cidades, nas aldeias,  
Desde a serra à beira mar  
Portugal, velho cruzado  
Empreendeu nova cruzada:  
Restaurar e erguer Alminhas  
Na margem da sua estrada (...)”.*

Relativamente à sua implantação na freguesia, poder-se-á afirmar que existem bastantes, embora nem todas se encontrem num estado satisfatório de conservação. São as seguintes:

- Alminhas do Senhor dos Desamparados, no lugar de Almoróde e em casa de Felismina Gomes Alves;
- No lugar de Fiaes e na casa do Pratinhas;
- Alminhas do Carneiro, no lugar de Reparade e na berma da E.N. 206;
- Na casa do Guimarães, no lugar de Nomães;
- Lugar da Cova e na casa de Joaquim Leitão com a colocação de um painel em azulejos, dentro de um nicho que se encontrava em estado degradado;
- Nicho no lugar do Couço junto a um pontão, com os elementos graníticos desalinhadados devido à erosão mecânica de raízes de uma árvore. Estas Alminhas carecem de painel e, pelas características existentes, devem estar fora do culto há muitos anos. Apresenta na padieira a datação do séc. XVIII<sup>12</sup>.

<sup>12</sup> Vieira, A. Martins, Alminhas no Concelho de V. N. de Famalicão, C. M. 1984

## 14. Cruzeiros

Gondifelos possui um cruzeiro completo na sua constituição. De outros, apenas restam alguns vestígios.

- A Poente da Igreja Paroquial, a cerca de algumas dezenas de metros, à margem da E. N. 206 e E. M. 570, está implantado o dito cruzeiro com cruz de feição latina e hastes rematadas por troncos de pirâmides quadrangulares. A coluna, de fuste liso e diminuído, é apoiada, inferiormente por um filete. A plataforma que suporta todo o conjunto, é formada por três degraus de granito, bocelados e com os espelhos recuados. O cruzeiro, como os outros existentes em paragens diversas, além de anunciar a vitória da Redenção, servia de meta para as procissões darem a volta. Obviamente que já existiu uma via reduzida que ligava o adro ao referido monumento. Quanto à sua construção, poder-se-á colocá-lo no séc. XVIII.
- No lugar da Ermida e a Nascente da Capela existiu um cruzeiro, do qual restou até bem pouco tempo, um plinto grosseiramente cilíndrico e com alguns elementos da cruz, mas, todos desapareceram.
- Também no lugar da Fiança e no enfiamento da antiga Igreja com E.M. 570, houve um cruzeiro, porque, no ano de 1990, existia ainda um plinto ou pedestal. Não é de estranhar tal achado, pois tratava-se de uma peça, em estado quase amorfo que nada dizia a qualquer mortal.
- Com alguma semelhança com os cruzeiros, são as cruzes que formam as vias-sacras. É de referir, a existência de uma via-sacra que, a partir do séc. XVIII esteve implantada no caminho que comunicava a Igreja ao lugar da Gravateira. Mas visto o caminho, em data muito posterior, ter de ser alargado, oito cruzes foram retiradas, ficando as outras no sítio da primeira implantação. Hoje ainda existem, as quais até serviram para alterar o topónimo e mesmo para definir o título de propriedade que é de natureza pública. Há cruzes que foram submetidas a restauros, porque apresentam patine e características diferentes.<sup>12</sup>

## 15. Rede Viária

A freguesia está servida pela E.N. 206 e E.M. 570. Mas a rede ainda tem Caminhos Públicos, nos quais se integram os Municipais e Vicinais. Anteriormente e, no tempo da Monarquia, havia a Estrada Real que ligava, directamente, Portas Fronhas (Vila do Conde) a Guimarães, passando por Cruges, Couço, Fiança e Cova e, obviamente, pela ponte de S. Veríssimo para Cavalões. Era uma via muito estreita, em relação aos dias de hoje, pois, as viaturas que por lá passavam tinham um eixo que não exigia largura superior. Como documentos comprovativos de tal estrada, podem apresentar-se as Alminhas do Couço e as da casa de Joaquim Aguiar Leitão. Aquelas têm, no lintel da porta a data inscrita de 1770. Porém, as Alminhas de Reparde foram construídas muito recentemente.

Mais se afirma que a Estrada em causa, segundo o Decreto de 21 de Fevereiro de 1889, pertencia à classe de 1ª Ordem e que, num outro Decreto anterior, de 15 de Julho de 1862, também designava Estrada Real, mas da tabela 2 e do tipo transversal.<sup>14</sup>

## 16. Baptizados

Quadro n.º 2

Anos	Filhos legítimos	Naturais	Expostos	Total
1724 / 811	854	100	8	962
1812 / 836	254	50	6	310
1860 / 871	210	36	4	250
1872 / 886	344	40	2	386
1877 / 891	9	13	–	112

<sup>13</sup> Vieira, A. Martins, Santos J. Ribeiro, P.e Rego, Cruzeiros no Concelho de V. N. de Famalicão

<sup>14</sup> Diário do Governo, 1 série, suplemento, 1945

**Quadro nº 3**

Saldo Fisiológico <sup>15</sup>			
Anos	Nascimentos	Óbitos	Saldo
1615/1709	1356	531	825
1812 /1836	430	280	15

**17. Listagem de sacerdotes com encargos na Freguesia desde 1515 a 2001****Quadro nº 4**

Ano	Nome	Cargo
1515	Vicente Carvalho	Abade
1626	Pero Francisco	Abade
1628	Agustinho Fernandes	Cura
1633	João Rebelo	Abade
1636	Bento Coelho	Cura
1641	André Rocha	Cura
1643	Francisco Fernandes	Abade
1646	Mateus Ribeiro	Abade
1669	Manuel Lopes Dinis	Cura
1683	Manuel Lopes	Abade Reservatário
1711	Miguel Álvares	Abade
1 722	André Lopes d'Afonseca	Cura
1731	Manuel Vieira Mendes	Abade
1739	Custódio Pereira da Costa	Cura
1741	Luis Jorge da Costa	Cura
1757	Domingos Gomes Costa	Coadjutor
1759	Francisco Ferreira da Silva	Abade
1778	Frei Manuel Rodrigues de Oliveira	Beneficiado Coadjutor
1793	Baltazar Gomes Pereira	Abade
1804	Domingos José Gomes Pereira	Abade Encomendado
1804	João da Costa Moreira	Abade
1820	António da Costa Moreira	Coadjutor Eleito
1823	António da Costa Moreira	Abade Eleito Encomendado
1824	António José Rodrigues Machado	Encomendado
1825	Manuel José de Azevedo	Abade
1844	Manuel José Martins	Abade
1852	Bernardo António Oliveira Leitão	–
1852	José Ferros Ponce de Leão	Abade
1860	José Francisco da Silva	Coadjutor
1864	José Ferros Ponce de Leão	Abade
1866	José Francisco da Silva	Abade Encomendado
1871	Joaquim António Vieira	Abade
1877	Joaquim José de Azevedo	Cura
1878	Joaquim José de Azevedo	Coadjutor
1878	Joaquim José de Azevedo	Abade Encomendado
1879	Bernardo António de Oliveira Leitão	Abade
1880	Joaquim José de Azevedo	Pároco Encomendado

<sup>15</sup> Baptizados, A.P. da Matriz de V. N. de Famalicão

Ano	Nome	Cargo
1882	Francisco Pinto Novais	Pároco Encomendado
1890	José da Silva Leitão	Pároco Encomendado
1891	António Gomes Ferreira	Coadjutor
1911	Francisco Martins Cerdeiras	–
1913	António Ferreira Martins	Pároco Encomendado
1917	António Ferreira Matias	Pároco
1917	António Gomes da Silva Leitão	Encarregado
1917	Joaquim da Silva Carvalho	Pároco
1968	Davide Ferreira da Silva Júnior	Pároco <sup>16</sup>

## II – Análise Artística da Igreja

A Igreja está implantada no meio da freguesia junto à E.N. 206, na posição Nascente-Poente e com grande volumetria. A fachada é de linhas sóbrias, com a porta axial de feição rectangular, com a cimalha decorada por dois pináculos rematados numa forma boleada. Sobreposto a todo este conjunto, há um janelão que, por sua vez, tem a seu lado, dois pequenos óculos cada um, com quatro cadernas. No centro da empena estão duas edículas geminadas onde residem duas esculturas com a iconografia dos oragos. E, no ângulo da mesma empena, encontra-se uma cruz nos extremos, dois pináculos.

Adossada à parte esquerda da fachada, evidencia-se a torre sineira em três lanços, tendo o primeiro um vão de passagem e, mais acima, um óculo em cadernas. No segundo está o mostrador de um relógio de comando electrónico, mas, já funcionou mecanicamente. E, no último lanço, encontram-se os tradicionais campanários para a colocação dos sinos. Este corpo estrutural tem cornijamento saliente com sobreposição de um gradeamento a toda a volta. Finalmente, é rematada por um coruchéu em forma piramidal, rodeado na parte inferior por uma balaustrada e, nos ângulos desta, por quatro pináculos boleados na parte superior.

O interior da Igreja consta de corpo, capela-mor e presbitério. Além disso, tem como complementos, o coro-alto, púlpito e sacristia. O corpo ou nave tem 28.5 m de comprimento e 11 de largura.

As paredes estão rebocadas e pintadas de branco e o tecto, em forma abaulada, argamassado, com cor rósea e no centro apresenta pinturas em vulto, com a iconografia de S. Félix e Santa Marinha.

O rodapé é constituído por granito, tendo sobrejacente um silhar de azulejos policromáticos, modernos, sendo o pavimento ocupado por tijoleira. Toda a sanca é em granito, com destaque para a da capela-mor e presbitério devido à sua molduração. Quanto a vãos, além dos já referidos, há mais duas portas laterais e quatro janelas.

Existem 4 altares, estando dois em capelas, com relevância para um, em talha barroca, sendo os restantes em arte neo-clássica.

Na fachada principal, de um e outro lado da porta, há dois textos, os quais constam do seguinte teor:

*“Homenagem ao Rv.do P.co Joaquim da Silva Carvalho / Bodas de Ouro / Paroquianos / Gondifelos / 1-11-1962.”*

*“Ao seu zeloso Pároco Pe. Joaquim da Silva Carvalho/ A Freguesia de Gondifelos / Gratamente Reconhecida / 20-4-1884 / 20-4-1964.”*

<sup>16</sup> A.P.M., V.N. de Famalicão

E, no interior da Igreja, no fundo da nave e do lado da Epístola, encontra-se um terceiro texto inscrito numa lápide, com os seguintes dizeres:

*“Aos Rv. dos Padre Joaquim da Silva Carvalho, Padre Davide de Oliveira Martins-Ruilhe / Pela sua acção persistente e generosa na edificação desta Igreja / A Freguesia Agradecida / Gondifelos 17-10-1954.”*

A Igreja actual, inaugurada no ano de 1954, foi construída para substituir uma outra anterior, dos finais do séc. XVII. Mas, entre uma e outra, a traça é idêntica, notando-se, apenas, diferença entre as torres, porque esta tem três lanços e a anterior tinha dois. Porém, a actual Igreja é maior, porque o espaço da anterior já não era suficiente, por razões de aumento demográfico. Como também a Igreja Românica dos princípios do séc. XIII que esteve na Fiança, teve de ser substituída, quando houve a união das duas freguesias (S. Félix e Santa Marinha), bem como a colocação da nova Igreja no centro geográfico da nova freguesia.



▲ Antiga Igreja Paroquial construída em 1699



▲ Castro de Penices



▲ Igreja Paroquial construída em 1954



▲ Alminhas do Couço



▲ Retábulo mor



▲ Retábulo barroco da Capela colateral direita



▲ Imagem de S. Félix  
– séc. XVIII com repintura



▲ Imagem de Santa Marinha  
– séc. XVIII com repintura



▲ Imagem da Senhora da Conceição  
em estofo, mas degradado — séc. XVIII



▲ Imagem de S. Miguel em estofo e  
policromia \_ séc. XVIII



▲ Iconografia de S. José das Botas,  
séc. XVIII – repintura



▲ Pintura no tecto, com iconografia dos  
oragos – moderna



◀ Púlpito em talha barroca  
com restauro recente





# Breves aspectos da desaparecida Capela de Santa Bárbara e São Francisco de Borja, do Lugar das Quintães da Freguesia de Requião (V.N. Famalicão) e do seu Fundador.

*por Orlando da Rocha Pinto \**

Destruída a Capela de Santa Bárbara e São Francisco de Borja, do Lugar das Quintães, por verdadeira atitude de iconoclastia, pelos fins da primeira metade do século vinte<sup>1</sup>, que a fez desaparecer completamente, não existindo actualmente qualquer resto físico da sua presença que a possamos localizar no seu contexto azimuteal, nem mesmo se encontra gravura ou fotografia (pelo menos não conhecemos exemplar) para que tenhamos uma ideia, mesmo parca, do seu traço original; dela, hoje, somente existem breves e curtas referências publicadas, designadamente no bom e útil trabalho de José Viriato Capela e António Joaquim Pinto da Silva, sobre “Vila Nova de Famalicão nas Memórias Paroquiais de 1758”, cujos autores a citam quando abordam a freguesia de Requião, ao enumerarem três provisões a ela destinada, em documentação presente no Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho. Todavia e felizmente alguma dela ainda permanece no respectivo cartório na Igreja de Requião (V.N. de Famalicão) que tivemos de certo modo acesso, mormente no que respeita aos documentos sobre a sua edificação, licença de bênção e autorização para nela se colocar um confessionário. Cremos verdadeiramente que muitos mais testemunhos se possam lá encontrar, não só relacionados à capela de Santa Bárbara, como de todas as outras, mais antigas que esta, e que por isso mesmo, constam na narrativa descrita pelo padre da Congregação do Oratório de Lisboa, Luís Cardoso, nas suas “Memórias Paroquiais de 1758”<sup>2</sup>, cuja ausência é compreensível pois só foi começada sua construção (na melhor das boas vontades), a partir da segunda metade do ano de 1764; menciona o erudito clérigo então, cinco lugares de culto ou capelas pertencentes à então reitoria de Requião, nomeadamente: a de Nossa Senhora de Pedra Leital (cuja imagem se dizia milagrosa para as mulheres que necessitassem de leite para amamentarem seus filhos), situada junto ao Lugar do Sobrado; a de São José, no Lugar da Codeceira, que pertencia ao licenciado Tomás Correia de Carvalho; a de Santa Luzia, localizada “entre o Lugar de Ninaens e do Monte” (este chamado de Santa Luzia); a de São Tiago Maior que se encontrava dentro do Lugar de Ninaens e por último a de Santa Cristina (...) que se acha junto do Lugar e há a única que está em lugar de serra eminente para o nascente (...).

Seis para sete anos volvidos sobre aqueles escritos do Padre Luís Cardoso, foi construída uma sexta ermida ou capela, esta sob a invocação de Santa Bárbara e de São Francisco de Borja no Lugar das Quintães, pelo capitão Tomás da Rocha Pinto, da cidade do Porto, que solicitou licença de edificação junto à sua quinta no

\* Orlando Victor Brito da Rocha Pinto, Historiador.

<sup>1</sup> Segundo informação oral do Senhor Pároco de Requião, Manuel Soares de Magalhães; aproveitamos este ensejo, para novamente lhe agradecer toda a sua disponibilidade no envio de algumas fotocópias de documentos referentes à Capela de Santa Bárbara e São Francisco de Borja, que se encontram no arquivo da Igreja ao seu cuidado.

<sup>2</sup> No volume 31, Memória 70, fls. 385 e seguintes, e que ainda hoje, infelizmente se encontra no estado de manuscrito, depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, se bem que Alberto Pimentel, devido ao seu importante manancial informativo, as tenha procurado editar pela Academia das Ciências em 1877, como observou e bem o falecido historiador António Alberto Banha de Andrade na “Enciclopédia Verbo” ao abordar o padre escritor.

*Cópia da Provisão de Licença para se edificar  
de novo a capella de S.<sup>ta</sup> Bárbara, e S. Francisco  
de Borja do Lugar das Quintães d'el Rey de  
Requião.*

*Op.<sup>ta</sup> Joseph Maria Linte Procurador Des.<sup>ta</sup>, e  
Licenciado nesta Real, e Arcebispado por S. B.<sup>o</sup>  
Scrivas.<sup>ta</sup> Sr. D. Gaspar Arcebispo, e Senhor  
de Braga, Primaz das Ilhas, e do vito,  
e autos de Requião, que penderão nesta Real  
da Provisão, porque se meião apresentar ao  
mesmo Scrivas.<sup>ta</sup> Sr. D. Gaspar Arcebispo da Real  
Linte, que elle tem luma quinta no Lugar das  
Quintães d'el Rey de S. Silvestre de Requião de S.  
Arcebispo, a qual fica diante da d'el Rey, e junto  
ad.<sup>ta</sup> sua quinta queria edificar luma capella  
para com melhor commodidade se utilizar, e  
sua familia de S.<sup>to</sup> Sacrificio sacral, e outro  
outro sim a mesma do mesmo Scrivas.<sup>ta</sup> Sr.  
informaçã do P.<sup>to</sup> Parocho, e escritura de dita  
para fabrica da mesma capella, porque cingta  
estigulave doze mil réis annuos, impostos na  
pessa do meo Casal das Quintães, forçis aos  
Conegos Regulares do Mosteiro de S. Andim dos  
quels Enve conventim, como tudo sem  
tra dos 2.<sup>os</sup> autos, escrita final m.<sup>a</sup> a Requião  
do P.<sup>to</sup> Des.<sup>ta</sup> Procurador Real da Mitra  
mar, e termo, que a seu Requião. Ser*

▲ Primeira Página da Licença de edificação da Capela de Santa Bárbara (...), no lugar de Quintães, Requião, V.N. Famalicão, de 23 de Julho de 1764.

Lugar das Quintães, freguesia de São Silvestre de Requião, pelo motivo desta ficar distante da Igreja e assim tanto ele e sua família, bem como a população da zona, poderem mais facilmente assistirem ao “Santo Sacrificio da Missa”, cuja provisão lhe foi passada em 23 de Julho de 1764 pelo Arcebispo, na pessoa do Senhor D. Gaspar. Foi contudo, em data anterior a este termo, feita “escritura de dote” no valor de doze mil réis, paga pelos “annos impostos no prazo do meio casal dos Quintães (...)” porquanto se encontrava (...), foreiro aos cônegos regulares do Mosteiro de Landim”<sup>3</sup>, no intuito de se obter o acesso e a respectiva autorização daquela instituição para viabilizar a construção do templo, o qual já se encontrava plenamente erigido a 27 de Novembro de 1765, data em que foi passada uma “provisão de licença para a Bênção da Capela” ao “Reverendo Parocho da Freguesia de São Silvestre de Requião” para que na forma do “Ritual Romano se possa benzer a dita capella e depois de Santa nela se possa dizer Missa e celebrar os mais officios Divinos (...)”<sup>4</sup>, cujo acto pleno de significado aconteceu pelo dia 4 de Dezembro daquele ano de 1765, onde foi abençoada na forma tradicional cristã não só a Capela de Santa Bárbara e São Francisco de Borja mas também suas imagens e ornamentos<sup>5</sup>, as quais consistiam, como é salientado na devida certidão, presente no arquivo da igreja de Requião, de uma “Nossa Senhora da Conceição, Santa Bárbara, São

Francisco de Borja e Cruz com a Imagem de Cristo Crucificado”.

Parece que a referida Capela de Santa Bárbara e São Francisco de Borja tenha tido, desde logo, certo protagonismo, senão até algum êxito no que respeita ao número de assistentes ao culto religioso, bem como uma constante e significativa participação à homília, pois o seu instituidor o Capitão Tomás da Rocha Pinto, da cidade do Porto, apresentou uma pretensão ao senhor Arcebispo de Braga, Dom Gaspar, no propósito de se encomendar um confessorário para a referida Capela “para nele se poderem confessar todos os fieis, que concorrem frequentemente à mesma nos dias festivos”, informação esta, inteiramente corroborada e dada também pelo pároco da freguesia de Requião, demonstrando aquela absoluta necessidade; assim desta forma lhe foi feita a mercê e concessão de “licença para que possa mandar fazer o confessorário (...) o qual será feito na forma do estilo e nossas determinações e nelle se possa confessar todos os fieis de

<sup>3</sup> Ao tempo, o Mosteiro de Landim pertencia à Congregação de Santa Cruz de Coimbra, extinto em 1770.

<sup>4</sup> “Cópia da Provisão de Licença para a Bênção da Capella de S.<sup>ta</sup> Bárbara e S. Fran.<sup>co</sup>. de Borja do Lugar das Quintans, desta freg.<sup>a</sup>. de Requião (...)”, do respectivo livro presente no cartório da Igreja de S. Silvestre de Requião, fls. 17v e 18.

<sup>5</sup> Idem, “Certidão da Bênção da d.<sup>a</sup>. Capella, Imagens e ornamentos (...)”, fl. 18v.

hum e outro sexo, excepto na desobriga da Quaresma e sem prejuízo dos Direitos Parochiais (...)”<sup>6</sup>, conforme se observa pela instrução datada da cidade de Braga de 15 de Julho de 1772, e cuja transcrição se encontra ainda no arquivo da paróquia de Requião (Vila Nova de Famalicão).

Mais tarde, recebeu a Capela de Santa Bárbara e São Francisco de Borja, do Lugar das Quintães, mais dois novos confessionários, agora, desta vez através da intervenção do novo proprietário Manuel Tomás de Figueiredo da Rocha Pinto, filho primogénito do Capitão Tomás da Rocha Pinto, o qual tinha falecido a 12 de Agosto de 1774; com efeito observa-se pela disposição de 20 de Julho de 1785, assinada igualmente por Dom Gaspar, Arcebispo e Senhor de Braga, deferindo o pedido da colocação efectiva de mais dois daqueles elementos, todavia que fossem executados “na forma do estilo” a fim de se poderem confessar os fiéis “quando por sua devoção o quisessem fazer, excepto na obrigação da Quaresma e sem prejuízo dos direitos paroquiais”<sup>7</sup>, prova verdadeiramente insofismável que a Capela mandada erigir 21 anos antes, se encontrava cada vez mais, plena de funcionalidade, sobretudo nos períodos de festa, e até cremos que com alguma autonomia, devido à sua situação económica e financeira bastante favorável, de certo modo solidificada pelo constante zelo exercido por Manuel Tomás de Figueiredo da Rocha Pinto, que até no seu testamento lhe deixou “duas acções da Companhia Geral do Alto Douro e uma apólice de quinhentos mil reis do Real Erario para sustentação dos legados da mesma capella que consiste no Jubileo da Preciuncola nos dois dias de Agosto com missa cantada solene e confessores para homens e mulheres nos ditos dias; bem como huma missa rezada para o Povo, em todos os Domingos e dias Santos com obrigação de se pedir hum Padre Nosso e huma Ave Maria (...) em voz alta”<sup>8</sup>. Tanto empenho e gosto tinha pela Capela fundada por seu pai, beneficiando-a na medida do possível, que determinou que ela fosse a sua morada final; realmente tinha ele acabado de completar os quarenta e oito anos de idade, quando foi colhido pela morte naquele dia frio de terça-feira, 1º. de Dezembro de 1801, na sua quinta de Quintães, cujo assento de óbito<sup>9</sup> refere que a sua vontade foi inteiramente cumprida, pois apresenta ter sido “(...) sepultado na capella da mesma Quinta, com licença de sua Excelência Reverendíssima (...)”.

Passou a Capela de Santa Bárbara e São Francisco de Borja do Lugar das Quintães a ter por administradora Dona Ana Maria Thomasia da Rocha Pinto, viúva do recém falecido<sup>10</sup>. E poucas notícias mais temos sobre a referida Capela, somente que mais tarde, em data anterior a 1815, o sobrinho do fundador, seu afilhado e homónimo Tomás da Rocha Pinto (1748-1815) – personagem referenciada na “Enciclopédia Luso-Brasileira”, em “Rocha Pinto”, e ver nossa nota 22 – pagou ao Real Erário a quantia de seiscentos mil réis<sup>11</sup> sobre aquela apólice de quinhentos mil réis, doada em testamento por seu primo Manuel Tomás de Figueiredo da Rocha Pinto, para que assim, o pequeno monumento que agora estava a servir também de jazigo, tivesse numerário próprio a fim de poder contribuir para as suas próprias e diversas despesas de manutenção.

Deixou a Capela de Santa Bárbara e São Francisco de Borja do Lugar das Quintães de estar sob a protecção da Família Rocha Pinto, quando a Quinta foi arrematada em cerca do ano de 1828 por um tal Manuel Gomes Barroso<sup>12</sup>.

---

<sup>6</sup> “Cópia da Provisão para que a Capella de St<sup>a</sup>. Bárbara do Lugar das Quintans, desta freguesia de Requião, possa haver hum confessionário”, idem, fls. 19 e 19v.

<sup>7</sup> Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho; Registo Geral, Livro nº. 218, fls. 92 e 92v.

<sup>8</sup> Testamento de D. Ana Maria Thomasia da Rocha Pinto, aberto em 2 de Dezembro de 1828 e presente no Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto.

<sup>9</sup> Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho; Livro de Óbitos nº. 2, fl. 123, da freg<sup>a</sup>. de Requião ( São Silvestre) do Concelho de Vila Nova de Famalicão.

<sup>10</sup> Idem; testamento de D. Ana Maria Thomasia da Rocha Pinto.

<sup>11</sup> Idem; testamento de D. Ana Maria Thomasia da Rocha Pinto.

<sup>12</sup> Idem; testamento de D. Ana Maria Thomasia da Rocha Pinto.

Com respeito ao seu fundador, o Capitão Tomás da Rocha Pinto, natural da cidade do Porto, sabe-se que nasceu aos 9 de Fevereiro de 1713, na freguesia de São Nicolau onde foi baptizado no dia 12 desse mês e ano; filho legítimo de Manuel da Rocha Pinto e de D. Catarina da Conceição<sup>13</sup>.

Casou na cidade do Porto a 18 de Novembro de 1752<sup>14</sup> com sua prima (de 2º. grau) D. Marcelina Maria de São José e Abreu, esta nascida também no Porto, a 21 de Fevereiro de 1724, filha de Miguel de Figueiredo e de D. Joana Maria; faleceu D. Marcelina, então já viúva a 30 de Dezembro de 1791<sup>15</sup>, sendo sepultada no Convento de São Francisco da cidade do Porto.

Faleceu “da vida presente” Tomás da Rocha Pinto a 12 de Agosto de 1774, “(...) por acaso na freguesia de Caldellas, onde ia para banhos, sem sacramentos por falecer de repente, onde veio para sua casa e dela a enterrar à Igreja dos Religiosos de São Francisco, desta cidade (...)” do Porto<sup>16</sup>.

João Correa Xavier Natural do 1º Officio de  
 Inquisição de Coimbra, Comendado, que por af-  
 zeto de servir a grandeza de muitos dos nobres  
 Inquisidores, por 20 de Março de 1749, do Santo  
 Officio, e Officio desta Inquisição, em 12 de Agosto  
 de 1774, e acha Comenda Torna Branca de D. João  
 e D. Catarina da Cunha Inquisidores grandes, em  
 vida em Coimbra, aos 12 de Agosto de 1774, de mil  
 e 200 contos, quarenta e cinco annos, e qual Comenda  
 Com o Dito Senhor Familiar do Santo Officio a  
 Thoma da Rocha Pinto, homem de negocio, e de  
 12 filhos de Manuel da Rocha Pinto, natural em  
 vida de Cidade de São Decimo Cargo Comen-  
 dante aos 20 de Março de 1749, e qual Comenda  
 Com o Dito Senhor Familiar do Santo Officio de  
 Coimbra no 12 de Agosto de 1774, e qual  
 Officio de 12 de Agosto de 1774, annos.

João Correa Xavier

Além de ter sido homem de negócios e Capitão-mor da cidade do Porto, foi ainda “Familiar do Santo Ofício”, por Coimbra, de cujo cargo tomou juramento a 20 de Março de 1749<sup>17</sup>, o que nos dá desde logo, ideia de ser pessoa de capacidade reconhecida e ter fazenda de que “pudesse viver abastadamente, de boa vida e costumes sem infâmia de facto ou direito” conforme o Regimento exigia, bem como ainda “não ter sangue algum”, de judeu, mourisco ou de outra “infecta nação”, particularidades estas substituídas mais tarde no Regimento de 1774<sup>18</sup>. Foi ele também habilitado em 8 de Agosto de 1761 na Ordem de Cristo, com provisão de tença de 12\$000 réis<sup>19</sup> e três anos depois, a 7 de Outubro de 1764, nobilitado como fidalgo de “Cota d’Armas” quando lhe concederam “Carta de Brasão de Armas” a qual ficou registada no Cartório de Nobreza no L.º. 113 V.º., com assinatura de Rodrigo Ribeyro da Costa<sup>20</sup>.

Teve o casal dois filhos:

▲ Certidão de Familiar do Santo Ofício, presente no ANTT.

<sup>13</sup> Arquivo Distrital do Porto, Freg.ª. de São Nicolau, Baptismos (1713), fl. 3.

<sup>14</sup> Arquivo Distrital do Porto, Freg.ª. de São Nicolau, Casamentos, PPR. 13, LV. 32, fls. 177v e 178.

<sup>15</sup> Arquivo Distrital do Porto, Freg.ª. São Nicolau, Óbitos, PPR. 13, LV. 46, fl. 204v.

<sup>16</sup> Arquivo Distrital do Porto, Freg.ª. São Nicolau, Óbitos, PPR. 13, LV. 46, fl. 68v.

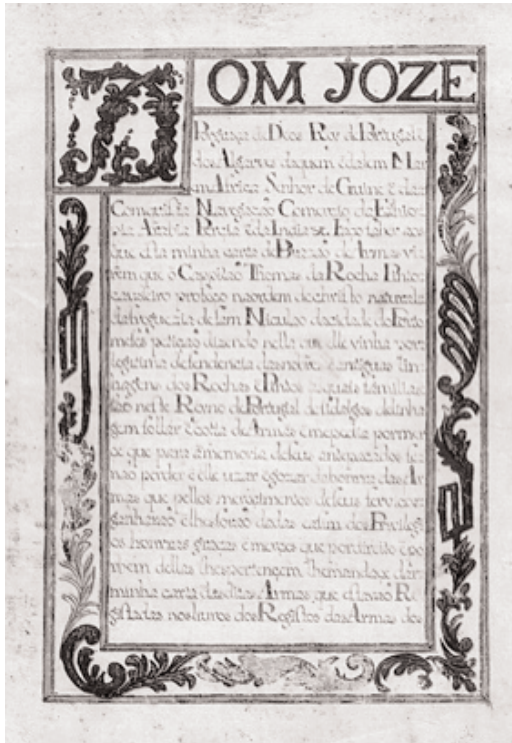
<sup>17</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa; Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações, Tomás, Maço 5, doc. 70, fl. 3.

<sup>18</sup> Conforme apresenta Eugénio Cunha e Freitas no seu artigo “Familiares do Santo Ofício no Porto”, págs. 229 e Ss. da Revista de História, Vol. II, 1979, das Actas do Colóquio “O Porto da Época Moderna”, publicado pelo INIC/CHUP.

<sup>19</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa; Ordem de Cristo–Mercês de D. José I, Livro 16, fólio 88 e 88v.

<sup>20</sup> Em pergaminho, cujo original pertence ao cartório da família Rocha Pinto/Lisboa.

Foi descrita na página 426 e seguinte em “Cartas de Brasão de Armas – Colectânea”; Guarda-Mor, 2003.



▲ Rosto do Pergaminho da CBA passada a Tomás da Rocha Pinto, em 1764.



▲ Iluminação do Brasão de Tomás da Rocha Pinto, presente na CBA.

1 – Manuel Tomás de Figueiredo da Rocha Pinto, nascido na cidade do Porto a 19 de Outubro de 1753<sup>21</sup>. Casou com D. Ana Maria Tomásia<sup>22</sup>, filha de Manuel de Sousa Peres e de D. Josefa Margarida de São José e Sousa. Conforme já referido, faleceu no dia 1.º de Dezembro na sua quinta de Quintães, Requião, sendo sepultado dois dias depois, pelo dia três na Capela da sua propriedade, de Santa Bárbara e São Francisco de Borja.

Como seu pai, foi fidalgo de “Cota d’Armas” e comerciante de “grosso trato”; neste último contexto, por ter ficado só ele na posição do seu progenitor, concede uma pensão anual de cem mil réis a seu irmão, então noviço no Convento de Santo Eloy, da cidade do Porto, como consta em documento nota-

<sup>21</sup> Arquivo Distrital do Porto, Baptismos, PPRT – 13. LV 12, fls. 301 e 301v.

<sup>22</sup> D. Ana Maria Tomásia, depois de viúva, casa em 31 de Dezembro de 1803 com o primo de seu marido Tomás da Rocha Pinto (1748-1815), também viúvo – tetravô do signatário do presente texto – o qual era homónimo, sobrinho e afilhado de baptismo do fundador da Capela de Santa Bárbara e São Francisco de Borja, do Lugar das Quintães, Requião, V.N.de Famalicão; como seu tio foi agraciado com o foro de “Fidalgo Cavaleiro da Casa Real” pelo seu “zelo e patriotismo” (que se encontra registado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, “Códice 137, vol. 32, fl.41” e no “Livro do Registo dos Alvarás dos Foros dos Fidalgos, que teve princípio em Dezembro de 1789, e fim em 27 de Fevereiro de 1822” fls. 79v e seguintes, conforme consta no Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, se bem que antes tenha sido habilitado na Ordem de Cristo, em 1780 (ANTT, Hab. Ord. Cristo, Letra T, Maço 5, Proc. 1) e depois Comendador em 1813 (ANRJ, Graças Honoríficas, cx. 787); foi ainda Sargento-mor (oficial graduado entre tenente-coronel e capitão) das Ordenanças do Couto da Mitra do Porto (ANTT, Conselho de Guerra, Decretos, Maço 158) e um dos principais negociantes de vinho do porto, de melhor nota da cidade do Porto (ANTT, Ministério do Reino, Maço 641) e na sua vertente humanitária, irmão da “Venerável Irmandade de N.ª S.ª do Terço e Caridade” (L.º 1.º, fl. 287), etc; D. Ana Maria Tomásia da Rocha Pinto faleceu a 2 de Dezembro de 1828, data da abertura do seu testamento, presente no AH da CMP, o qual refere não ter tido descendência de ambos os casamentos.

rial passado a 11 de Julho de 1778, cujo original se encontra em cartório da família Rocha Pinto/Lisboa, o qual também está registado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em “Chancelaria D. Maria I, Livro 12, Mf. 491”. Como comerciante da cidade do Porto é aludido na página 289 do “Almanach para o Anno de 1796”, publicado em Lisboa, na “Off. da Academia Real das Sciencias”; foi ainda “professo na Ordem de Cristo” desde 26 de Outubro de 1771<sup>23</sup> e irmão da Santa Casa da Misericórdia do Porto, tendo as funções de “Mordomo do Hospital Velho” à data do seu falecimento<sup>24</sup>.

2 – Lourenço Tomás da Rocha Pinto, nasceu a 10 de Agosto de 1760, também como seus pais e irmão, na cidade do Porto<sup>25</sup>. Foi Cónego Secular da Ordem de São Evangelista, conhecidos também por “Padres dos Lóios” ou “Padres Bons”. Faleceu na mesma cidade, com quarenta e dois anos de idade, a 18 de Abril de 1802, tendo sido sepultado no dia seguinte à sua morte na Igreja dos Lóios do Porto<sup>26</sup>.

---

<sup>23</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa; Registo Geral de Mercês, D. José I, Lv. 25.

<sup>24</sup> Em “Irmãos da Santa Casa da Misericórdia do Porto” de Gonçalo de Vasconcelos e Sousa; do Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, Universidade Moderna do Porto, Julho/Dezembro 1999.

<sup>25</sup> Arquivo Distrital do Porto, PPRT – 13, Lv. 13, fl. 192 e 192v.

<sup>26</sup> Arquivo Distrital do Porto, PPRT – 13, Lv. 48, 75v.

# Vila Nova de Famalicão

## Património cultural – Desafios

por Nelson Bruno Lima Pereira \*

### 1. Conhecer a realidade local

A expressão “património cultural” é recorrente no nosso dia-a-dia, surge cada vez com mais frequência quer seja nos jornais, na rádio ou televisão. Apesar da ambiguidade do conceito e da dificuldade na sua definição, quando falamos de “património cultural” convém não esquecer que abordamos a temática no plural, ou seja, falamos da existência de “patrimónios”, de diferentes heranças culturais.

Ao assumirmos esta pluralidade, sabemos no entanto que o “património”, seja ele arqueológico, gastronómico, etnográfico ou outro, nos remete para algo de concreto. Apesar destas serem, já por si só, realidades distintas, são quase sempre indissociáveis e complementares.

No nosso concelho, como em outros casos, as realidades patrimoniais reflectem e testemunham um percurso e uma evolução a vários níveis, quer seja na vertente histórica, religiosa, económica, administrativa, ou outra.

Dito isto, e na perspectiva do conhecimento da nossa realidade local, é importante colocar algumas questões, tais como por exemplo:

– Até que ponto, cada um de nós sabe, e é capaz de indicar o que temos ao nível do património cultural de mais característico no concelho?

– Que “patrimónios” sejam eles materiais ou imateriais, nos diferenciam, por exemplo, dos concelhos de Barcelos, de Guimarães ou de Braga?

Poderá dizer-se que estas não são perguntas de resposta fácil, e que muitos famalicenses ficariam um pouco constrangidos ao procurar responder. Daí que, a conhecida expressão “aquilo que não se conhece, para todos os efeitos não existe”, tem muita razão de ser, já que, e por norma, não falamos ou discutimos temas que desconhecemos, logo, nunca iríamos referenciar ou eventualmente aconselhar esse “algo” que ignoramos a terceiros.

O bom senso, por um lado, leva-nos a assumir que não conhecemos tudo o que existe na nossa terra, o que até aqui é perfeitamente aceitável, o que não é de todo aceitável, é quando desconhecemos totalmente ou em grande parte a nossa herança cultural, que no nosso caso se materializa na diversidade patrimonial dispersa pelas 49 freguesias do concelho. Daí, que, antes de tudo o mais, precisamos de conhecer a nossa própria realidade, pois nunca vamos conseguir gostar daquilo que não conhecemos.

Devemos todos interrogar-nos sobre que tipo de consequências poderão advir desta ausência de conhecimentos, por um lado enquanto indivíduos, e por outro, enquanto pertencentes a uma comunidade famalicense.

As consequências poderão ser de diferentes níveis, ficamos desde logo e com bastante frequência, limitados e circunscritos a valorizar realidades patrimoniais que nos são descritas e apresentadas por terceiros, estas, são quase sempre as mais mediatizadas. Por outro lado, as argumentações utilizadas para essas valorizações, são muitas das vezes falaciosas, e em alguns casos até erradas.

.....  
\* Técnico Superior, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão





▲ Ponte de S. Veríssimo – Cavalões

Em contraponto, e do mesmo modo, somos levados por vezes a desvalorizar realidades patrimoniais únicas e de grande relevância, não só no contexto regional, mas mesmo a nível nacional e internacional.

Esta lógica e consequência do nosso universo cognitivo, ficar circunscrito aquilo que os outros decidem e definem por nós, como tendo ou não valor, deve preocupar-nos a todos.

Para quem quiser ter opinião própria, o conhecimento da sua realidade local, não se trata apenas de uma mais valia, mas sim de uma necessidade efectiva.

## 2. Assumir responsabilidades e compromissos

O património cultural que perdurou até aos nossos dias, é um legado e um testemunho da vida e da história dos indivíduos, que num passado por vezes mais longínquo, e noutros mais recente, ocuparam e ocupam ainda hoje, determinados espaços físicos ou partes do território.

Assim, esses “patrimónios” que herdamos, são desde logo factores diferenciadores e identificativos das nossas raízes e das nossas gentes. Esta herança cultural que todos recebemos, deve ser entendida desde logo como uma mais valia.

No entanto, tanto na esfera pública como na privada, os diferentes “patrimónios” existentes, ainda são em alguns casos preteridos por opções fundamentadas em “modas”, ou tentativas de replicação de ideias importadas.

Numa sociedade a todos os níveis cada vez mais competitiva e exigente, e de modo a elaborar estratégias consistentes de salvaguarda e dinamização do património cultural, devemos previamente definir, quais as áreas patrimoniais com maior potencial analisando-as comparativamente com outras realidades existentes, quer ao nível regional, nacional e até mesmo internacional.

A este nível, existem exemplos muito positivos de estratégias direccionadas e convergentes para objectivos previamente definidos e amplamente assumidos, sendo respeitados e continuados apesar da alternância inerente ao exercício dos cargos de tutela.

São múltiplos os benefícios resultantes desta aplicação de estratégias consistente e continuada ao longo do tempo, já que, só a médio e longo prazo se conseguem criar dinâmicas e obter resultados palpáveis, promovendo assim uma efectiva assimilação por parte da população, das mensagens e conteúdos que lhes são dirigidos.

Deste modo devemos procurar proporcionar a todos os cidadãos uma efectiva fruição, promovendo o conhecimento das realidades patrimoniais existentes, fomentando sempre o espírito crítico e o envolvimento de todos.

Vejamus a importância destes aspectos, tendo como exemplo a forma como deve ser encarada a gestão dos espaços museológicos segundo José Amado Mendes; “... *actuando os museus num mundo concorrencial – entre as chamadas indústrias da cultura e não só –, há que prestar uma especial atenção à forma como aqueles se relacionam com os públicos, com a comunidade, no sentido de lhes prestar melhores serviços, mas também de adquirir uma imagem mais positiva e apelativa; infelizmente, a imagem associada à conhecida expressão “parece um museu” – conotada com uma realidade estática, pouco atraente e*

nada motivadora – ainda espelha a concepção que alguns, até com responsabilidades acrescidas, têm da instituição. ...”<sup>1</sup>

É um facto que, de um modo geral, e com as devidas excepções, as entidades políticas e administrativas tanto ao nível central como local, apresentam-se sempre como defensoras dos chamados interesses colectivos, nos quais podemos incluir o património cultural. Porém, e por razões diversas, ficam por vezes aquém das suas intenções. Poderá, assim, afirmar-se que ao nível dos diferentes “decisores” a interiorização do património enquanto factor relevante e estratégico está ainda em construção.

Para o desenvolvimento destas dinâmicas, devemos promover uma participação activa dos cidadãos, co-responsabilizando-os no âmbito de uma cidadania, não só e apenas direccionada para os “direitos” à fruição dos bens patrimoniais, mas também e cada vez mais, no sentido da “responsabilidade cultural” de cada um de nós, enquanto indivíduos e actores sociais/culturais, inseridos em contextos específicos, quer seja ao nível do bairro, do local de trabalho, da escola. Todos temos o dever de intervir na salvaguarda e valorização da uma memória colectiva, da qual somos parte integrante.

As entidades centrais e locais, repartem entre si as responsabilidades na definição, ou ausência de definição de políticas para uma gestão mais eficiente do nosso património cultural. Apesar disso, cada um nós, enquanto cidadão, muitas das vezes profissionalmente responsável directa ou indirectamente pela implementação de acções ou participação em actividades de promoção ou sensibilização para o património cultural, quer sejamos educadores, professores, dirigentes associativos, autarcas, ou apenas pais, não devemos adiar ou ficar à espera que os outros venham fazer aquilo que nos compete fazer a nós, no nosso tempo.

Todos podemos e devemos contribuir para a aplicação de uma efectiva educação patrimonial, que começa desde logo pelo nosso universo familiar.

Neste contexto e ao nível educativo, Daniel Sampaio afirma numa das suas obras que; «... Os pais delegam na escola ou nos próprios filhos, a sua missão de educadores...»<sup>2</sup>. Reflectindo um pouco sobre este facto, e para que tenhamos um futuro mais promissor, assumamos o compromisso de transmitir às gerações futuras um conceito de educação em que haja espaço e tempo para os mais novos descobrirem de forma efectiva e não artificial a sua terra e as suas raízes.



▲ Visita de um grupo de alunos à Estação Arqueológica de Perrelos no âmbito do Programa Viagens pelo Património Cultural

### 3. Discutir e definir estratégias

Podemos e devemos sempre que possível partilhar ideias e pontos de vista, tendo por objectivo encontrar caminhos que nos conduzam a uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis. Desta forma, uma discussão participada enriquece sempre a definição de qualquer estratégia.

Neste contexto, vejamos um bom mote para uma discussão sobre estratégias, tendo por base uma comunicação da Comissão Europeia sobre formação profissional no sector Cultural.

<sup>1</sup> José Amado Mendes; “Educação e Museus: Novas Correntes” [Texto da conferência proferida no Museu Monográfico de Conímbriga, no dia 10 de Junho de 2003]

<sup>2</sup> Daniel Sampaio; “Inventem-se novos pais” – pág. 246: Editora Caminho

Este documento refere que: «... A conservação do património cultural tem num número crescente de países, um fim eminentemente económico, já que a existência de monumentos de assinalável interesse ou de colecções públicas ricas constituem fonte considerável de receita turística. A procura de destinos de turismo cultural tem-se acentuado e o dinamismo das actividades relacionadas com o património e, mais genericamente, com a cultura, justificará o crescimento do emprego neste sector ao longo de um período marcado como se sabe, pela tendência justamente inversa na generalidade das demais actividades. ...»<sup>3</sup>

Isto seria o suficiente para uma discussão transversal, já que, temos nesta comunicação uma abordagem a aspectos de grande relevância para a definição de qualquer estratégia neste sector. É apresentada desde logo uma relação entre a existência de monumentos de assinalável interesse ou de colecções públicas ricas e a obtenção de receitas turísticas. Merece destaque também a importância dada ao dinamismo das actividades relacionadas com o património, e por último a referência a um aspecto tão falado e discutido actualmente, o emprego.

Poderiam assim, colocar-se várias questões, tais como:

- Terá o concelho de Vila Nova de Famalicão monumentos de assinalável interesse?
- Estarão esses monumentos ou sítios acessíveis e convenientemente preparados para a recepção de visitantes?
- Alguma vez foram estes monumentos ou sítios devidamente promovidos com intuíto de captação turística?

E ao nível das ditas colecções públicas;

- Existirão no concelho colecções públicas ricas?
- Serão essas colecções devidamente divulgadas e promovidas?

Poderemos supor que cada um de nós terá certamente diferentes respostas, no entanto e numa perspectiva de preparar convenientemente o futuro, devemos equacionar diferentes aspectos, que influenciam qualquer tentativa de resposta ponderada a estas questões.

É por exemplo, fundamental conhecer aprofundadamente as novas realidades que nos esperam ao nível das possíveis fontes de financiamento comunitário para o período de 2007 a 2013. As oportunidades financeiramente mais vantajosas que possam surgir nos próximos anos, devem ser aproveitadas, pois poderão ser a diferença entre implementar, ou não implementar, projectos necessários e que são fundamentais para a continuação do desenvolvimento cultural do concelho.

#### 4. Implementar programas e acções

Certamente estaríamos de acordo ao afirmar, que mais importante do que qualquer teoria, é a prática. Por muito relevante e louvável que seja qualquer discussão teórica sobre estes ou outros temas, seremos todos apreciados no futuro tendo em conta aquilo que efectivamente conseguimos concretizar, do mesmo modo seremos também julgados por aquilo que poderíamos ter feito e não fizemos.

Antes de abordar a realidade actual e de modo a reforçar a importância e a necessidade da implementação de medidas concretas, fica um exemplo paradigmático de uma oportunidade perdida, a qual se relaciona com os trabalhos de preparação do Plano Director Municipal aprovado em 1994, nos quais se incluía a Carta do Património Cultural.

<sup>3</sup> Cfr. Comunicação da Comissão Europeia sobre formação profissional no sector cultural (DOC. COM 90 472, fin.) e sobretudo Comunicação «Crescimento, Competitividade e Emprego».

Na altura o documento preparado pelos serviços do Departamento de Educação e Cultura, apresentava um levantamento do património cultural edificado das 49 freguesias do concelho com a respectiva localização cartográfica desses mesmos imóveis e sítios. Este primeiro trabalho, de forma a ser devidamente rentabilizado, implicava a elaboração a montante de um instrumento de gestão eficiente e equilibrado para lidar com este universo patrimonial diversificado cujas características técnicas e estilísticas são diversificadas e muito particulares.

Nesse sentido foi proposta pelos serviços do mesmo Departamento a aprovação e inclusão no P.D.M, de um Regulamento de protecção e salvaguarda destes mesmos imóveis e sítios. Procurava-se assim, criar um instrumento que salvaguardasse este património cultural edificado de eventuais futuras intervenções arquitectónicas desadequadas, bem como dos excessos próprios da pressão imobiliária muito comum não só no nosso território, mas por todo o país.

Apesar da pertinência desta medida e da argumentação invocada na altura, a autarquia aquando da ratificação do P.D.M optou por colocar a Carta do Património Cultural (inventário e localização cartográfica) mas sem Regulamento, remetendo para o Art. 90º do Plano Director Municipal<sup>4</sup> a criação da C.E.A.P (Comissão Especial de Apreciação de Projectos) que ficaria encarregue da; *“... apreciação das pretensões situadas na área de protecção dos valores patrimoniais inventariados e ainda outras, sob proposta dos serviços técnicos da Câmara Municipal, quando por qualquer forma sejam susceptíveis de afectarem significativamente a envolvente. ...”*

É importante referir que o P.D.M como instrumento fundamental para uma gestão mais racional e sustentada dos recursos existentes em qualquer território, tem um carácter legal e vinculativo aliado a um período de vigência relativamente alargado. Procura desta forma, entre outras coisas, assegurar ao longo de um determinado período de tempo uma noção de direccionamento e acção estratégica onde são apresentadas a todos os intervenientes as regras para qualquer intervenção nesse mesmo território.

No actual P.D.M em vigor desde 1994 a gestão do património cultural edificado do nosso concelho carece de instrumentos normativos e de regulação adequados. Poderíamos dizer que, os princípios de uma gestão racional e sustentável, que tanto se aplica ao nível do património cultural edificado, como em outras áreas, aconselham à definição e criação de regras.

Estas regras procurariam criar um instrumento de trabalho que estivesse disponível e auxilia-se os técnicos que diariamente se pronunciam e emitem pareceres, relativos a intervenções nestes imóveis e nas suas zonas envolventes. Deste modo não ficariam colocados numa situação de terem de gerir a sua acção numa área tão transversal de modo casuístico e aleatório, sem qualquer matriz de enquadramento global.

Parafraseando André Desvallés; *“... Mas existem outros atentados feitos ao património que são fruto da inconsciência mesmo se, a mais das vezes, as razões são económicas. Alguns podem até ser efémeros, como é o caso das construções que interferem na leitura dos bens patrimoniais. ...”*<sup>5</sup>

Tendo em conta que devemos aprender tanto com os exemplos negativos como com os positivos, compete-nos sempre melhorar e evitar repetir erros do passado, deste modo, tem-se procurado implementar projectos e criar dinâmicas que visam colmatar lacunas e necessidades detectadas. Da mesma maneira e numa perspectiva a médio e longo prazo estão a ser preparadas novas iniciativas e projectos, procurando aproveitar as sinergias e dinâmicas já criadas.

<sup>4</sup> Resolução de Conselho de Ministros nº 82/94 de 16 de Setembro – D.R. I Série

<sup>5</sup> André Desvallés (Conservateur générale honoraire do Patrimoine, France) – *“Que futuro para os museus e para o património cultural na aurora do terceiro milénio?”* – [Conferência proferida durante o Encontro da APOM, Casa da Electricidade, Funchal, Novembro de 2001.]

A gestão dos programas e acções em curso, bem como aqueles em fase de implementação ou estudo, são sempre equacionados sob a lógica da complementaridade e rentabilização dos recursos existentes.

Não sendo esse o propósito e dada a impossibilidade de enunciar todos os programas e acções em curso, ficam apenas alguns exemplos representativos dos diferentes níveis do trabalho actualmente a ser desenvolvido.

## **Programas a acções**

**[a]** – Em curso

**[b]** – Em preparação

### **Revisão do Plano Director Municipal (P.D.M)**

#### *Elaboração da nova Carta do Património Cultural [a]*

No âmbito da revisão do Plano Director Municipal, está a ser elaborada pelos serviços do Departamento de Educação e Cultura e pelo Departamento de Urbanismo, a futura Carta do Património Cultural. Este trabalho será posteriormente apresentado publicamente, assim como os resultados obtidos, promovendo a discussão e o debate público. A participação de todas as partes envolvidas é fundamental para a obtenção de uma carta do património adequada aos enormes desafios e responsabilidades de que o tema, a vários níveis implica.

#### *Apresentação de proposta para a implementação do futuro “Regulamento de Protecção e Valorização do Património Cultural” [b]*

Apresentação de um regulamento específico para este sector, onde estarão estipuladas as regras da gestão ao nível autárquico para os bens imóveis inventariados e incluídos na Carta do Património Cultural. Este documento é fundamental para uma gestão equilibrada e racional de um universo de aproximadamente 1200 imóveis e sítios de relevante interesse.

### **Inventariação**

#### *Inventário geral do património cultural edificado do concelho [a]*

Estão em curso trabalhos de actualização permanente deste inventário, procurando realizar sempre uma análise crítica do mesmo e dos imóveis nele incluído. Pretende-se que o inventário seja um instrumento base da política de defesa e salvaguarda do património cultural do concelho.

#### *Inventário dos bens móveis afectos às paróquias do concelho [a]*

Continuação do trabalho de campo inerente ao inventário dos bens móveis afectos às diferentes paróquias do concelho. Este é um trabalho desenvolvido com a colaboração do Museu Pio XII. Trata-se de um inventário com implicações a vários níveis, e tem por objectivo principal, a preservação dos diferentes bens, promovendo a sua salvaguarda. É um instrumento de trabalho, que irá contribuir para uma maior protecção das diferentes peças de arte sacra, e não só, sendo muitos destes bens únicos e insubstituíveis.

## *Actualização do inventário dos bens culturais móveis pertencentes à autarquia [b]*

Recorrendo a um primeiro levantamento existente e elaborado em 1990 pelos serviços do Departamento de Educação e Cultura, vamos criar uma base de dados informatizada de todos os bens móveis com relevância cultural e histórica, que tenham sido doados ou adquiridos e que são agora propriedade do município. Esta base de dados, para além de ser um indispensável instrumento de gestão deste vasto património, é também um relevante instrumento de trabalho, estudo e salvaguarda.

## **Informatização**

### *Criação de uma base de dados informatizada sobre o património cultural edificado do concelho [a]*

Está a ser elaborada a base de dados informatizada do inventário já existente. Procura-se assim criar uma ferramenta de trabalho, a mais exaustiva possível, tanto dos bens imóveis, como em alguns casos dos bens móveis neles enquadrados.

Esta base de dados engloba ainda o trabalho actualmente a ser desenvolvido pelo Gabinete de Arqueologia da autarquia, que vai de encontro aos objectivos definidos na candidatura aprovada pelo Programa Operacional da Cultura tendo em vista a criação do “Portal Virtual da Arqueologia do Concelho de Vila Nova de Famalicão”.

## **Divulgação do património cultural**

### *Itinerância das Exposições “Marcos do Património” e “Famalicão Rural” [a]*

Estão em curso as itinerâncias das exposições “Marcos do Património” e “Famalicão Rural”. Procura-se no caso da exposição “Marcos do Património”, dar a conhecer à população do concelho, um vasto



▲ Exposição “Marcos do Património”



▲ Azenha nas margens do Rio Ave – Lousado

universo superior a 1200 bens identificados e dispersos pelas 49 freguesias. Por outro lado com a exposição “Famalicão Rural”, revelamos uma dimensão do concelho – a agrícola, pouco conhecida pelas gerações mais novas.

Estas exposições surgiram em 2005 no âmbito das Comemorações dos 800 Anos da atribuição do Foral de D. Sancho I. Foram ambas inauguradas e apresentadas em Vila Nova de Famalicão. Estiveram já patentes ao público em Ribeirão, Joane, Riba de Ave e Oliveira S. Mateus, estando prevista a sua circulação por outras freguesias do concelho.

### *Elaboração de roteiros temáticos*[b]

Recorrendo ao trabalho de localização cartográfica já elaborado no âmbito do inventário, e que existe em suporte digital, poderá proceder-se à elaboração de roteiros temáticos, criando desdobráveis ou outros materiais complementares que poderão posteriormente ser distribuídos em locais apropriados. Do mesmo modo, estes roteiros poderão também ser divulgados no Sítio da Internet do Município.

### *Sinalética* [b]

Está a ser estudada a colocação de placas sinaléticas identificativas dos imóveis e da sua história, estejam eles classificados ou “*em vias*” de classificação, e de todos aqueles com grande relevância histórico-cultural.

### *“Portal Virtual da Arqueologia do Concelho de Vila Nova de Famalicão”.* [a]

O Portal vai permitir um avanço enorme ao nível da divulgação e partilha de informação. Terá impactos, no âmbito regional com concelhos que comungam da mesma realidade arqueológica, permitindo a partilha de conhecimentos e experiências. Por outro lado, a nível nacional, pelo crescente interesse que existe sobre estas temáticas e por fim a nível internacional, dada a singularidade da Cultura Castreja, exclusiva do Noroeste da Península Ibérica.

### *Disponibilização de conteúdos através do Sítio da Internet do programa – “Viagens pelo Património Cultural”* [www.patrimoniodefamacao.org] [a]



▲ Site do Programa Viagens pelo Património Cultural

O Sítio da Internet do programa “Viagens pelo Património Cultural”, disponibiliza ao público, informação diversa sobre 7 espaços museológicos do concelho. Disponibiliza ainda *on-line*, jogos pedagógicos, concursos, notícias actualizadas e uma agenda de actividades culturais. Trata-se de um importante instrumento de divulgação a todos os níveis, não só na vertente da Educação Patrimonial, mas de grande abrangência cultural.

## Actividades para a Educação Patrimonial

### *Alargamento do Programa – “Viagens pelo Património Cultural” [a]*

Este projecto já se estendeu a novos públicos, alargando-se assim aos alunos dos 2º e 3º Ciclos, ao Ensino Secundário, bem como aos idosos e às pessoas com necessidades especiais (cegos e surdos). Aumentaram também, o número de espaços museológicos envolvidos, com a entrada no programa do Museu da Fundação Cupertino de Miranda e do Museu dos Caminhos de Ferro de Lousado. Poderá se assim for entendido, continuar a ser alargado no futuro, tanto no que respeita a públicos como a espaços museológicos, assim como a monumentos ou sítios.

### *Criação dos “Clubes do Património” nas escolas [b]*

Com os “Clubes do Património” vamos procurar criar uma rede concelhia para a defesa e divulgação do património cultural. A autarquia vai contribuir para a criação destes clubes, oferecendo a cada clube/escola, apoio técnico e material. Vamos apoiar o trabalho curricular desenvolvido, incentivando também a realização de iniciativas que envolvam a comunidade local em torno da divulgação e defesa do seu próprio património cultural.

## Política de protecção

### *Elaborar propostas de classificação de imóveis e sítios de acordo com a legislação em vigor [a]*

No plano da classificação de bens imóveis e sítios, vamos prosseguir com a investigação e o estudo de alguns casos específicos. É no entanto necessário prosseguir com esses e outros projectos, sempre com noção da necessidade de se juntarem os vários e diversificados saberes técnicos e competências profissionais necessários a um trabalho rigoroso. Por outro lado tem de ser respeitados os formalismos legais e administrativos inerentes à elaboração destes processos.

### *Criação do “Conselho Municipal para a Salvaguarda e Divulgação do Património Cultural” [b]*

O “Conselho Municipal para a Salvaguarda e Divulgação do Património Cultural” envolverá no princípio, apenas a comunidade educativa, deverá ser potenciado e valorizado com o contributo e a participação de entidades ou pessoas com reconhecidos méritos nesta área, e que em muito poderão enriquecer o trabalho desenvolvido por este órgão. Este Conselho Municipal deverá ter um papel activo na definição das estratégias e medidas a implementar neste sector.

## Património arqueológico

### *Criar o futuro “Museu Arqueológico de Vila Nova de Famalicão” [b]*

Aproveitando as sinergias resultantes do trabalho desenvolvido pelos técnicos em projectos como o Portal Virtual e a Exposição no Museu Nacional de Arqueologia, ao longo dos próximos anos, será possível aprofundar os estudos dos sítios arqueológicos e espólios, assim como produzir novos materiais de apoio que certamente serão passíveis de vir a integrar o acervo de um futuro museu.



▲ Pedra Formosa – Castro das Eiras



### *Continuar a política de aquisição de terrenos com interesse arqueológico [a]*

É fundamental dar continuidade à política de aquisição de terrenos, já que, só assim se poderá estabelecer uma estratégia coerente e exequível a médio e longo prazo onde sejam estabelecidas metas e prioridades, evitando assim a constante interrupção de trabalhos, ao sabor da boa vontade de terceiros, que obrigou a uma intermitência que durante muitos anos estagnou este sector e que impossibilitou outros projectos.

### *Criação do “Portal Virtual da Arqueologia do Concelho de Vila Nova de Famalicão” [a]*

O Portal Virtual da Arqueologia de Vila Nova de Famalicão, vai implicar um aprofundamento dos trabalhos, em alguns sítios arqueológicos de grande relevância. Será dado um contributo decisivo, para um virar de página na história do sector arqueológico do concelho, permitindo uma divulgação e partilha de informação a todos os níveis.

*Acompanhamento da Candidatura dos Castros do Noroeste Peninsular a Património Mundial, onde se inclui o Castro das Eiras. [a]*

O projecto em curso, visa a apresentação de uma candidatura conjunta dos Castros do Noroeste Peninsular a Património Mundial, onde se inclui o Castro de Eiras, merece toda a atenção da autarquia, já que a concretizar-se esta pretensão, será certamente uma importante mais valia para o concelho, não só ao nível turístico, mas também, pedagógico e científico com relevância nacional e internacional.

### *Exposição sobre o património arqueológico famalicense [a]*

No seguimento do protocolo celebrado entre o Município e o Museu Nacional de Arqueologia, será organizada uma exposição sobre a arqueologia famalicense em Lisboa, mais precisamente no Museu Nacional de Arqueologia, instalado junto do Mosteiro dos Jerónimos.

## **Considerações finais**

O conceito de património na sua plenitude, implica um respeito pela memória, um propósito, não basta apenas termos os edifícios, as pontes, os vestígios arqueológicos, estes por si só de nada servem se não se encontrarem acessíveis e forem úteis para a comunidade.

Para estarmos à altura dos desafios e responsabilidades que esta área acarreta, não podemos esquecer que o património cultural é um bem finito e deve ser sempre visto e gerido como tal. Daí a necessidade de existir um planeamento e uma gestão do território que tenha em conta e respeite esse passado.

Uma sociedade dita desenvolvida tem de entender o desenvolvimento como uma realidade global, que se materializa a vários níveis, quer seja nas vertentes, económica, social, educativa ou cultural. Assim e respeitando a herança cultural dos nossos antepassados, temos a obrigação de manter viva a nossa cultura mesmo depois de nós. Não nos devemos esquecer que sem cultura não há formação de massa crítica, que tanta falta faz em qualquer sociedade.

De modo a corrigir alguns juízos de valor incorrectos, devemos entender e apreciar a história e o património cultural do nosso concelho, como realidade específica que é, não sendo nem melhor, nem pior do que a de Guimarães, de Braga, ou até do Porto, tratam-se apenas e só, de realidades diferentes, como todas as outras o são. Daí ser um erro, procurar fazer comparações ou juízos de valor imediatistas.

Mais importante do que “quantificar” o património cultural que herdamos e temos no concelho, é aquilo que conseguimos fazer com ele. Assim, só depende de nós responder aos desafios actuais e prepararmos-nos convenientemente para os novos desafios com que nos vamos deparar no futuro.

# Bernardino de Sampaio Araújo

## Um Famalicense nas Hostes Liberais

por António Martins\* e Emília Nóvoa Faria\*\*

Na freguesia de S. Tiago da Cruz contava-se, em tempos, que o terreno onde se erigiu, no séc. XIX, um santuário devotado à romaria do Senhor dos Aflitos, fora doado por um nobre senhor da Casa de Pindela em cumprimento de um voto *para que Deus o livrasse dos malhados!* Se isto é verdade, talvez se tratasse de Vicente Machado, inveterado legitimista e 11.º Morgado de Pindela, que em 1823 andou metido com o Senhor do Paço de Nespereira e outros, numa tentativa de aclamar em Guimarães D. João VI monarca absoluto. Mas a data do voto não podia ser essa, pois na ocasião estes senhores ainda alcunhavam os vintistas de pedreiros-livres e *empenados*. Provavelmente seria já passado o ano de 1828, altura em que os apaniguados de D. Miguel começaram a chamar *malhados* aos seguidores de D. Pedro. Antes disso, contudo, embora sem pergaminhos que se comparem aos do senhor de Pindela, num lugar que não distava mais do que uma boa légua do solar de S. Tiago da Cruz, tinha vivido um bacharel em Leis cujos sentimentos pelo nobre



▲ Casa de Boamense

morgado não enjeitariam decerto nomeá-lo de *corcunda*, título com que os vintistas mimoseavam por sua vez os seus inimigos realistas. Andou fugido e acabou exilado no Brasil quando D. Miguel assumiu o poder absoluto, em 1828, envolvendo a nação na sangrenta guerra civil que culminou com a capitulação de Évora Monte às mãos de D. Pedro, em 1834. Chamava-se Bernardino de Sampaio Araújo e era o mais novo dos nove filhos de Manuel de Sampaio Araújo, que foi senhor do *Cazal de Boumense* em S. Cristóvão de Cabeçudos, freguesia rural do julgado de Vermoim, pertença da Casa de Bragança, na comarca e termo de Barcelos. Descendente de lavradores, Bernardino diria de si próprio numa sessão parlamentar das Cortes Constituintes em 1837: *Sr. Presidente, eu declaro que tenho a grande honra de ser lavrador de nascimento, e de profissão, mesmo lavrador de tamanco, e que por minhas mãos faço algum serviço quando tenho ocasião [...]*. Exagero manifesto para quem, apesar da formatura tardia, seguiu sempre a carreira de magistrado e deu mostras de uma ambição política que apenas as circunstâncias não permitiram levar tão longe quanto prometia. Mas se pouco conteúdo de *lavrador de tamanco* se adivinha ao longo da sua vida, talvez seja inegável o gene que lhe motivava a assunção, pois tal se viria a manifestar claramente na sua prole. Bernardino de Sampaio Araújo foi pai de José e de Alberto Sampaio, a quem legou a Quinta de Boamense, onde o eminente historiador das *Villas* e das *Póvoas Marítimas do Norte de Portugal* desenvolveu uma notável acção como agricultor apaixonado pelas coisas do campo. Contudo, se marcas não deixaram os méritos de lavrador de que Sampaio Araújo se reivindicava, outros merecimentos, em nosso entender, justificam amplamente que se retire da obscuridade em que tem estado mergulhado, este desconhecido famalicense. A sua acção no conturbado período da instauração do liberalismo no nosso país, colocam-no legitimamente entre os portugueses cujos atributos intelectuais e dedicação à causa liberal ajudaram à emergência do Portugal oitocentista na modernidade.

\* Universidade de Aveiro.

\*\* Técnica Superior, Museu Bernardino Machado.

Bernardino de Sampaio Araújo ou Araújo Barbosa, como gostava de assinar na sua juventude, conforme testemunham vários documentos dessa época, nasceu no lugar de Cabeçudos, hoje freguesia de Vila Nova de Famalicão, em 8 de Outubro de 1793. Um documento sem data, pertencente ao arquivo da Casa de Boamense, mas possivelmente redigido em 1845, dois anos depois da sua morte, a propósito de se pedirem *huns Foros dos Monges Beneditinos do extinto convento de S.<sup>to</sup> Tirso a Manuel de Sampaio Baptista do lugar de Boumense [...], impostos em hum meio Casal cujos foros nem jamais forão pedidos á melhor de hum seculo*, permite recuar na sua ascendência pelo menos até ao ano de 1738, data em que o seu avô *Manoel de Sampaio Baptista foi senhor do Casal inteiro de Boumense foreiro á Comenda da Lagoa [...] in solidum desde o anno de 1738 athe o anno de 1783 tendo-o herdado de seu Pai Andre de Sampaio*. O pai de Bernardino, Manuel de Sampaio Araújo, *filho de Manoel de Sampaio Baptista, sucedeu no mesmo prazo foreiro á Comenda da Lagoa em 1783; que possuiu athe o anno de 1829, sendo mencionados ainda outros prazos adventícios, que possuiu, [...] foreiros ao Serenissimo Estado da Caza de Bragança*. Era casado com Ana Maria de Jesus ou de Carvalho, como também aparece identificada, e Bernardino foi, como dissemos, o seu nono e último filho. Teria à data do seu nascimento 49 anos de idade. Num curioso testamento redigido em 27 de Outubro de 1825, três anos antes da sua morte, onde aparece sumariamente discriminada, por ordem decrescente de idade, a sua prole, *Manoel Joaquim, Bento, Maria Angelica, Joze, Antonio, Joaquim, Jozefa, Theresa e Bernardino*, depois de identificar os prazos de que é senhor, declara que *todos in solidum nomeio em meu filho Manoel Joaquim, na vida ou vidas em que estiverem, e ainda no direito de renovação, mas com as condiçoens, rezervas e clauzulas seguintes*. E depois de mencionar a reserva que faz para a sua mulher, bem como a dotação das filhas e a obrigação do dito *nomiado a dar a seus irmãos as suas porçoens legitimas* declara, como condição, que *deverá o nomiado tomar effectivamente estado dentro do prazo de tempo de dous annos e que não se cazando dentro do referido prazo de tempo, ainda que caze depois [...], em seu lugar substituo a meu filho Bernardino com as mesmas clauzulas, e condiçoens*. Interessante disposição que salta do filho mais velho para o mais novo, sem lógica aparente, mas que, apesar de tudo, parece não ter tido aplicação, visto que Manuel Joaquim, embora tenha permanecido sempre solteiro, como se constata num documento de 1836 em que Bernardino aceita tardiamente a nomeação do pai, assume plenamente a condição de *nomiado* até 1833, data em que morre bruscamente, depois de algumas peripécias confusas que envolveram o irmão, nessa época ausente no Brasil. Há de facto um mandato emitido em 15 de Agosto de 1832 pelo corregedor *desta Villa de Barcelos seu Termo e Com.<sup>ca</sup>* para que se *necessario prendao e conduzao as cadeias desta villa, a M.<sup>el</sup> Joaq.<sup>m</sup> de Samp.<sup>o</sup> Ar.<sup>o</sup> da freg.<sup>a</sup> de Cabeçudos dep.<sup>o</sup> dos bens sequestrados a Bernardino de Samp.<sup>o</sup> Ar.<sup>o</sup> da m.<sup>ma</sup> por não ter metido no respectivo cofre o Alcançe em q. se acha proveniente dos rendim.<sup>os</sup> dos d.<sup>os</sup> bens e [...] procedao a seq.<sup>o</sup> em seus bens*, incluindo a casa em que vivia, todos os bens de raiz e seus rendimentos, *ate q. entre no d.<sup>o</sup> cofre todo o Alcançe*. É possível que as razões desta acção envolvessem, por parte de Manuel Joaquim, a tentativa de ocultação dos rendimentos de Bernardino, então fugido às autoridades miguelistas, mas não o sabemos ao certo, nem tão pouco os motivos que conduziram à sua morte poucos meses depois destes acontecimentos. Sabemos apenas que *no mesmo prazo, e casal foreiro á Comenda da Lagoa*, na ausência de Bernardino, lhe sucedeu a sua mãe, Ana Maria de Jesus, do qual foi *senhora desde 1833 athe 1840*, data em que faleceu. No seu testamento, mandado escrever em 31 de Dezembro de 1838, consta não só que *falecerão depois da morte de meu marido Manoel, Maria Angélica e que tambem consta ter falecido António* (o que possivelmente indicia ter este filho andado emigrado em parte incerta), como reafirma de novo a nomeação do filho Bernardino, o qual, aliás, já antes a tinha aceite por testamento do pai, apesar de não a ter consumado em vida da mãe, como herdeiro de todos os prazos, *huns de vida, e outros factozins*, em detrimento dos irmãos mais velhos, Bento, José e Joaquim. E de facto assim acabou por acontecer, como consta do citado documento dos foros de Santo Tirso,

onde se diz que o *D.<sup>or</sup> Bernardino de Sampaio Araujo filho de Anna Maria de Jezus sucedeu no mesmo prazo foreiro á Comenda da Lagoa unicas terras q. vem de seu Avo Manoel de Sampaio Baptista por legitima sucessão, e nem elle, nem seus sucessores pagarão renda alg. aos Monges Beneditinos nem por elles lhes foi pedida, e nunca existiu alg. meio Casal na Caza de Boumense*. A razão pela qual, à excepção do filho varão, Manuel Joaquim, foi sempre Bernardino, o benjamim do casal, quem teve a precedência na intenção dos pais para superintender os negócios da família, é algo que desconhecemos. Talvez possamos conjecturar que ele terá sido o único dos irmãos a formar-se em Leis e que isso prevaleceu no critério paterno quando estabeleceu o seu testamento em 1825, pois o filho acabou os seus estudos em Coimbra, no ano de 1822. Seja como for, Bernardino morreu em 1842, dois anos depois de ter herdado da mãe o *Casal de Boumense*. Sucedeu-lhe a mulher, Emília Ermelinda da Cunha, quando o *Casal* já era conhecido por Quinta ou Casa de Boamense, e depois o seu filho primogénito, José da Cunha Sampaio, que a viria a administrar em estreita colaboração com o irmão mais novo, o historiador Alberto Sampaio.

Nenhuma referência temos da infância e juventude de Bernardino de Sampaio Araújo, pelo menos até à data em que recebeu Ordens Menores, em Agosto de 1816, com a idade de 22 anos. De origem camponesa, mas conhecedor por certo do condicionalismo social português, Manuel de Sampaio Araújo veria com bons olhos a ascensão do filho aos privilégios duma carreira eclesiástica, tanto mais que já havia pelo menos um precedente na família com o seu irmão Bento de Sampaio Araújo, o qual tinha recebido Ordens Maiores e foi abade de Cabeçudos. Parecia séria a pretensão do rapaz, que levou Carta de Sentença de Habilitação de Genere e autorização da Mitra de Braga para ser tonsurado. Mas qualquer coisa alterou o rumo dos acontecimentos, já que em 1817 Bernardino se matricula na Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra onde obteve o Grau de Bacharel, conforme Carta passada em 5 de Julho de 1822 pelo Bispo de Coimbra e Reitor da Universidade, Frei Francisco de S. Luís, futuro Cardeal Saraiva. Ter-lhe-á falecido a vocação? Não o cremos, pois ainda alguns anos mais tarde, em 1829, apesar das perseguições e de todas as vicissitudes do exílio, fez questão de receber, no Rio de Janeiro, o hábito da Venerável Ordem Terceira da Penitência de N. S. P. S. Francisco, o que demonstra um profundo sentimento religioso que nunca o abandonou. Que se passou então? Fosse o que fosse, uma vontade mais forte ter-se-á sobreposto à intenção inicial do acólito, afastando-o da Igreja e empurrando-o para uma futura carreira no funcionalismo público. Ambição política? Certamente que não. Essa tentação, em nosso entender, é consequência e não razão da sua ida para Coimbra. Oportunidade de ascender socialmente por outra via, tão cara à pequena e média burguesia da época, que era a magistratura? Possivelmente. Talvez, ao tempo, Bernardino tenha dado sinal de possuir invulgares capacidades para almejar um curso superior, em alternativa à mera continuidade de um percurso eclesiástico. Talvez os meios de que o pai dispunha o tenham predisposto a essa aposta, tanto quanto o estatuto de burguês na pessoa de um filho seduzia a mentalidade rural. O que é facto é que, embora tardiamente, a passagem de Bernardino pela Universidade de Coimbra não só confirmou as notáveis capacidades que possuía, como foi decisiva para a sua ascensão à ribalta política.

No ano em que Bernardino chegou à Lusa Atenas, a situação política em Portugal era explosiva. O reino transformara-se numa colónia do Brasil, onde o Rei permanecia ausente, deixando o país entregue ao asfixiante arbítrio de Beresford e da oficialidade inglesa que por cá se instalara após a Guerra Peninsular.



▲ Diploma da Venerável Ordem Terceira da Penitência de N. S. P. S. Francisco

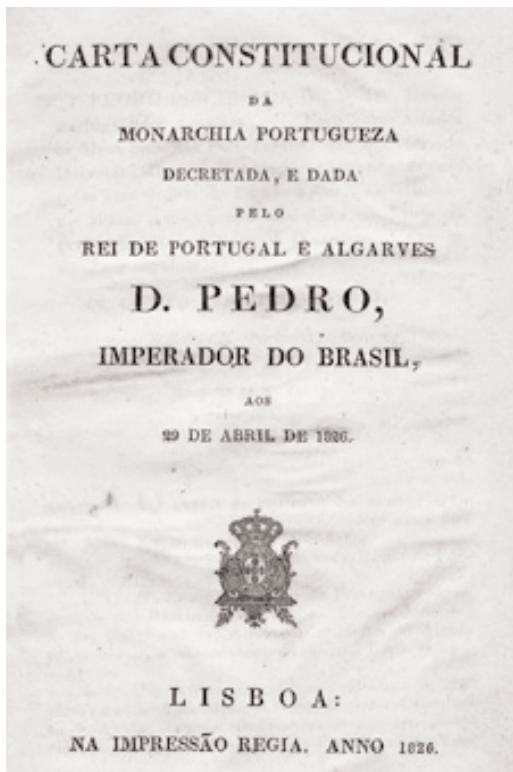
Em Lisboa, uma sociedade secreta, o Supremo Conselho Regenerador de Portugal, Brasil e Algarve, congregando na sua maioria maçons e militares regressados a Portugal depois de prestarem serviço nos exércitos napoleónicos, conspira com o objectivo de afastar os ingleses do controlo militar do país e de promover a *salvação e independência* de Portugal. Descoberta a conjura, os seus responsáveis são julgados e deportados e os mais importantes condenados à forca, como aconteceu ao general Gomes Freire de Andrade, tido como líder da conspiração. Os ecos dessa revolta despertaram certamente em Bernardino o mesmo fervor patriótico que agitava Coimbra, onde o espírito liberal reinava entre os estudantes. É provável que aí a repercussão destes acontecimentos tivesse começado a formar nele uma consciência política que o levaria a aproximar-se de certos grupos de activistas, onde pontificavam os irmãos Passos e Garrett. Mas também é possível que alguma dessa consciência já viesse de trás. Não porque os ventos que varriam a Europa desde as convulsões da revolução francesa chegassem a Cabeçudos, no país profundo dominado por frades e foreiros reverenciadores da nobreza e da sacralidade do poder real. Mas Bernardino tinha 16 anos quando as tropas de Soult rasgaram o Minho, ultrapassando Braga, nas imediações de Boamense, em direcção ao Porto. É bem possível que a inevitável memória dessa proximidade feita de destruição e pilhagens o tivessem despertado para outras realidades.

Em Coimbra, foi um aluno brilhante. A atestá-lo encontramos no “Livro do Registo de Provimentos e Portarias de Prémios e Partidos das seis Faculdades Académicas”, um *Alvará de Provimto de dezanove de Dezembro de mil oito centos e vinte de hum premio de quarenta mil reis passado a favor de Bernardino Sampaio Araujo e Barbosa [...] pelo distincto merecimento, que mostrou em o Terceiro Anno da Faculdade de Leis*. Quando terminou, consta do “Assento do Livro dos Exames, Actos e Graus do ano de 1822”, a fl. 125, que *foi aprovado Nemine Discrepante*, isto é, por unanimidade. A origem do apelido Barbosa que adopta durante este período e que prevalece em todos os documentos conhecidos que referem a sua vida universitária, é um mistério, embora esta prática, mais ou menos arbitrária, fosse comum ao tempo. Mas enquanto o seu condiscípulo João Baptista Leitão de Almeida também adoptava, nessa mesma época, o apelido Garrett, indo buscá-lo a uma antepassada paterna descendente de uma família irlandesa, talvez de linhagem nobre, claramente para se enobrecer, em Bernardino não se conhece qualquer intenção que o justifique. Fosse como fosse, logo depois de abandonar Coimbra, abandonou também a veleidade de se chamar Barbosa.

A sua passagem pela Universidade deu-se em tempos agitados. No ano em que recebeu o prémio, a proclamação do constitucionalismo pelos homens do Sinédrio, em 24 de Agosto de 1820, no Campo de Santo Ovídio, instaurou no Porto o primeiro regime liberal em Portugal. A sociedade secreta fundada por Fernandes Tomás em 1818, inscrevia-se numa conjuntura de lojas maçónicas e paramaçónicas que proliferavam no país, designadamente entre os estudantes de Coimbra, onde em 1820 muitos se congregavam num clube político que ali existia com o nome de *Sociedade dos Jardineiros*, a cuja organização secreta pertencia, nomeadamente, Almeida Garrett, quintanista de Leis. Com ele estiveram envolvidas algumas das principais figuras que marcaram o nosso primeiro liberalismo, como foi o caso dos irmãos Passos, dos quais o mais novo, Manuel Passos, mais conhecido por Passos Manuel, viria a desempenhar um papel de enorme relevo na condução do país em finais da década de 30. Não espantaria que Bernardino, claramente animado pelo mesmo ideário, como os anos seguintes viriam a comprovar, tivesse militado com eles na manifestação que levou a academia a realizar um outeiro, ou sarau poético, em demonstração de júbilo pela revolução liberal, na Sala dos Capelos, ou fosse um dos subscritores da *Representação e Protesto ao Governo da Junta* que Garrett escreveu em Dezembro de 1820 por causa de uma denúncia da reitoria insinuando que *os estudantes lutavam demagogicamente contra o governo constitucional!* Exilados em diferentes países durante a guerra civil, voltaram todos a encontrar-se de novo nas Constituintes de 37, onde de forma particular se manifestou a rela-

ção de amizade que existia entre Bernardino e Passos Manuel, cuja origem foi certamente forjada nos tempos de Coimbra. Não é por acaso que logo numa das primeiras sessões da Câmara é Bernardino quem defende vigorosamente um pedido de Passos Manuel, então ministro dos Negócios do Reino e da Fazenda do Governo do Conde de Lumiares, para que três dos seus membros possam continuar a acumular funções governativas com as de deputados eleitos às Constituintes. Essa intervenção deu inclusive origem a um saboroso comentário de «O Artilheiro» sobre a fogosidade do deputado. Argumentou Bernardino: *Em quanto à conveniência do Governo em os conservar naquelles logares [...] precisa ter nos empregos homens de confiança [...], mas vamos agora ver se ha alguma lei que lhe resista: ha a Constituição de 1822. Mas eu digo que depois que este Congresso foi instalado, representa a Nação, e tem toda a autoridade de a alterar quando o julgue conveniente; aqui dentro não está, nem a Constituição, nem a Carta; permita-se-me que assim o diga; se a Constituição está lá fora, e aqui está a Nação legalmente representada [...] tem um poder discricionario, ou uma omnipotência Legislativa, e por isso a Constituição que eu conheço, e me regula é o diploma que me deram os meus constituintes.* Escreveu «O Artilheiro» na sua secção de Pitadas: *Disse o Snr. Sampaio que a Constituição de 22 he cá para fóra: que dentro do Congresso não era precisa!!! Pois olhe, Snr. Sampaio, se lá dentro não he precisa, cá fora pouco gasto tem!* Também não deixa de ser sintomático que na aprovação das Cortes para se formar a Comissão dos Vinhos, Bernardino Sampaio Araújo tenha sido designado para a integrar a par do ministro do Reino, facto a que muito provavelmente este não foi alheio. Como nos conta Oliveira Martins, Passos Manuel descendia de uma família de proprietários rurais dos arredores do Porto que *tinha na Companhia dos Vinhos [...] o melhor de sessenta mil cruzados.* Veremos, no entanto, como a relação entre estes dois homens, apesar de tudo, evoluiu talvez mais para uma proximidade no plano afectivo do que no plano ideológico.

Em Fevereiro de 1837, numa intervenção na Câmara de Deputados a propósito de um projecto de resposta ao *Discurso do Throno*, Bernardino Sampaio Araújo diz *que na queda da Constituição de 1822 estive preso quatro mezes.* A afirmação é interessante, porquanto testemunha como, desde muito cedo, ele se envolveu profundamente na trama política da revolução. Em Julho de 1821 a Família Real regressou definitivamente a Portugal. Depois de desembarcar na Praça do Comércio, D. João VI dirigiu-se ao Convento das Necessidades onde jurou as bases da Constituição, dando assim início ao exercício efectivo da monarquia constitucional. No entanto, somente em Setembro de 1822, poucos dias depois da proclamação da independência do Brasil, nas margens do Ipiranga, pela boca do futuro D. Pedro IV, é que a Constituição é promulgada. Este momento que marca a queda do regime absolutista em Portugal, assinala simultaneamente o início da conspiração para derrubar os novos poderes e repor o antigo regime, conspiração assumida pela Rainha D. Carlota Joaquina, que se recusa jurar a Constituição, congregando um núcleo importante de absolutistas em torno do Infante D. Miguel. No norte do país a revolta do Conde de Amarante em Fevereiro de 1823, apesar de derrotada pelas forças liberais, prenuncia a sublevação de D. Miguel em 27 de Maio, tendo por palco Vila Franca de Xira e que, por isso, ficou conhecida por Vilafrancada. Na sequência do golpe, a vigência da Constituição de 1822 é abolida e D. João VI entrega ao filho, D. Miguel, o comando do exército. O próprio rei diz: *as instituições existentes são incompatíveis com a vontade, usos, e persuasões da maior parte da monarquia [...] nesta crise melindrosa cumpre-me como rei e pai dos meus súbditos, salvá-los da anarquia.* No dia 3 de Junho dissolve as Cortes pondo termo à primeira experiência liberal portuguesa. Debalde se lamenta um deputado sobre a cumplicidade do exército: *será possível que os mesmos que disseram em 1820 que queriam a liberdade regrada pela lei sejam em 1823 os que dizem que querem o absolutismo feudal?* Terá sido, pois, nesta conjuntura que Bernardino de Sampaio Araújo foi preso. O segundo semestre de 1823, escreve um conhecido historiador, *foi todo ele de perseguições e de revogações. Exilaram-se, prenderam-se ou desterraram-se centenas de pessoas, com elevada percentagem*



▲ Carta Constitucional de 1826

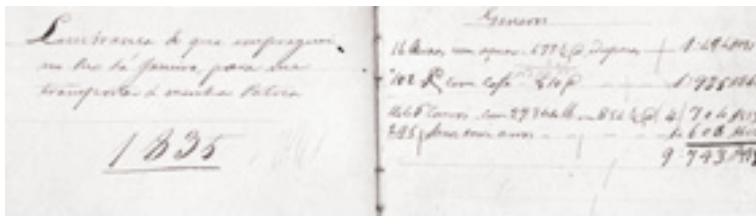
de Maio do mesmo ano, abdicou a coroa em sua filha, Maria da Glória (futura D. Maria II), então com apenas 7 anos, impondo como condição que ela casasse com o tio D. Miguel, dentro da boa tradição da época, e este jurasse a Carta. Ambos os factos ocorreram estando D. Miguel em Viena, no mês de Outubro desse mesmo ano. Onde andava então Sampaio Araújo? Aparentemente, os seus esforços voltavam-se agora para o início de uma carreira pública como Delegado do Procurador Régio, de olhos postos no acesso à Magistratura Judicial. Prova disso é um requerimento datado de finais de 25 ou início de 26, em que *Bernardino de Sampaio Araujo Barbosa, natural de Cabeçudos, termo de Barcellos, aonde agora assiste*, solicita certidão do prémio que recebeu, por mérito, no 3.º ano da Faculdade de Leis, *para assim o mostrar onde lhe convier*. E útil deve ter sido, pois num despacho da Infanta D. Isabel Maria de 6 de Outubro de 1826, se lê, a propósito do *Emprego de Procurador impartibus do Almojarifado da Villa de Barcellos da Serenissima Caza de Bragança* que o *Bacharel Bernardino de Sampaio Araújo, que por diversas vezes tem sido nomeado pelos Ministros territoriaes para servir o dito Emprego, e ultimamente foi nomeado pelo Corregedor da Comarca. Pedindo-Me que visto vagar o dito Emprego lhe verificasse a nomeação que delle tinha feito o Corregedor da Comarca. E conformando-Me com o parecer da dita Consulta. Hey por bem que o suplicante [...] sirva o dito Emprego de Procurador impartibus da Serenissima Caza e Estado de Bragança por tempo de seis mezes contados do dia da sua posse*. O passo era importante, pois embora os lugares em causa tivessem a natureza de comissões amovíveis, uma vez provido nele, tendo seis meses de exercício, o bacharel podia ser candidato legal à Magistratura Judicial. Apesar disso, somente em 1838 Bernardino lograria finalmente ser transferido para Juiz substituto da comarca de Guimarães, iniciando um novo percurso que culminou em 1841 como Juiz de Direito da recém-criada comarca de Celorico de Basto.

A partir de meados de 1826 o clima político no país pautou-se pela activa conspiração das forças abso-

de *maçons*. Nada nos autoriza a considerar que Bernardino estivesse ligado, nessa altura, a qualquer sociedade secreta, mas é pelo menos inquestionável que, com 29 anos, já se tornara um activista de relevo entre a *pedreirada*. O que não deixa de ser curioso porque, mal saído da Universidade, Bernardino teria recolhido nessa época à casa paterna. Tínhamos, portanto, um vintista em Cabeçudos e quiçá suficientemente turbulento para convocar certamente a raiva dos *corcundas* no Solar de Pindela.

Até 1826 não há mais notícias dele. Entretanto, em 24 dera-se a Abrilada, novo golpe chefiado por D. Miguel para depor o pai, que o conduziu ao exílio. Em Março de 1826 D. João VI morreu, deixando a Regência do reino nas mãos da Infanta D. Isabel Maria, sua filha, dada a circunstância de D. Miguel, ausente em Viena, estar excluído e D. Pedro reinar do outro lado do Atlântico como D. Pedro I, Imperador de Brasil. Todavia, mau-grado as reservas mentais de alguns, D. Pedro foi facilmente reconhecido como novo rei de Portugal, inclusive, por D. Miguel, apesar do exílio. Senhor do poder, o Imperador confirmou a Regência, outorgou ao país uma Carta Constitucional, que restaurou largamente os poderes do rei, perdidos com a Constituição de 22, e em 2

lutistas, preparando o regresso de D. Miguel, não como regente e marido de uma rainha constitucional, como pretendia D. Pedro, mas como soberano absoluto. Nos últimos meses desse ano, com a estabilização do nosso segundo liberalismo, os partidários do antigo regime, apoiados pela conjuntura favorável em Espanha, lançaram-se num vasto movimento insurreccional que mergulhou o país em guerra civil até Março de 1827, data em que saíram derrotados graças à intervenção de um corpo expedicionário inglês. Em consequência disso, os ódios entre pedristas e miguelistas aprofundaram-se, mas de Bernardino, nessa época, nenhuma indicação existe se andou envolvido ou não em tais querelas. No único documento nosso conhecido, que o lembra em Julho de 1827, de novo D. Isabel Maria, Infanta Regente, faz saber que *suplicando-Me o Bacharel Bernardino de Sampaio Araújo lhe Mandasse passar Provimto para continuar a servir o Emprego de Procurador in partibus do Almojarifado da Vila de Barcellos que Eu por Minha Immediata Resolução [...] Fui Servida conceder-lhe [...] e Hey por bem que o suplicante sirva o dito Emprego por mais seis mezes.* Entretanto, desejoso de resolver a questão política no país, D. Pedro IV nomeou, justamente nesse mesmo mês, o infante D. Miguel como seu lugar-tenente em Portugal e encarregado do governo do reino. Este gesto desencadeou de imediato nos meios legitimistas um plano estratégico de tomada do poder que se desenrolou entre finais de 1827 e início do ano seguinte. D. Miguel chegou à barra do Tejo a 22 de Fevereiro de 1828. Aclamado, jura de novo fidelidade ao Rei e à Carta, no Palácio da Ajuda. Depois, instala-se como Regente, nomeia novo Governo, dissolve a Câmara de Deputados e convoca os Três Estados – Clero, Nobreza e Povo – de acordo com as antigas leis da monarquia, em cuja assembleia, no mês de Julho, usando na cerimónia manto e ceptro, os símbolos da realeza, é proclamado rei absoluto. Os liberais resistiram. A rebelião começou em Aveiro a 16 de Maio, congregando quase todas as unidades militares do Norte até Coimbra. No Porto chegou a ser constituída uma Junta de Governo Provisória. Mas depois de quase três meses e meio de combates, o exército absolutista pôs termo à tentativa liberal na batalha de Condeixa, em 25 de Junho. Milhares de revoltosos internaram-se em Espanha e outros embarcaram no Porto num navio inglês, o *Belfast*, que tinha sido fretado por alguns emigrados, para a intentona. Foi o episódio conhecido por Belfastada, que congregou um grupo numeroso de liberais afamados, como Vila Flor, Saldanha e Palmela. O governo absolutista iria durar mais de seis anos, entre Março de 1828 e Maio de 1834.



▲ Caderno de notas de Bernardino de Sampaio Araújo

A partir de Julho de 1828 a emigração política intensificou-se. A mais simples denúncia de *malhado* ou de *pedreiro-livre* era condição suficiente para se ser preso e sentenciado, sem grandes averiguações. Cerca



de 20 a 25 mil exilados procuraram refúgio fora do país, entre eles Bernardino Sampaio Araújo. E aqui, dada a inexistência de qualquer outro testemunho que nos ajude a seguir-lhe o rastro, apenas nos podemos suportar de uma única fonte. Na Sessão Parlamentar de 11 de Dezembro de 1837, saindo em defesa da justiça do governo brasileiro e das suas leis na sequência de uma intervenção do Presidente do Conselho de Ministros, Visconde de Sá da Bandeira, sobre a condição dos portugueses no Brasil, o deputado Sampaio Araújo abre o seu discurso com as seguintes palavras: *Sr. Presidente, eu residi cinco annos e meio no Imperio do Brazil, que foi o espaço da minha emigração.* Ora, de acordo com os registos que conhecemos, Bernardino terá regressado a Portugal numa data que se situará entre Março/Abril de 1835 e Outubro do mesmo ano. O ano do regresso está testemunhado num pequeno caderno de notas onde, entre outras coisas, Bernardino anotou: *Lembrança do que empreguei no Rio de Janeiro, para me transportar à minha Pátria. 1835.* Além disso, a prova de que a 17 de Março de 1835, Sampaio Araújo ainda se encontrava no Brasil, é ser essa a data de emissão de um certificado onde se atesta que o *Irmão Bernardino Sampaio Ar.º recebeu o habito da Venerável Ordem Terceira da Penitência de N. S. P. S. Francisco no dia 13 do mez de Dezembro do anno de 1829 [...], pelo que rogamos aonde esta for apresentada, o admittão aos exercicios, e obras de Caridade [...] em fé do que lhe damos a presente assignada de nossos nomes, e pelo Secretario della.* Dada a sua natureza, tudo indica que este certificado lhe foi entregue por mão antes de partir. Por outro lado, a primeira notícia que conhecemos da presença de Bernardino em território pátrio, aparece, por sua vez, numa Portaria da Secretaria de Estado de D. Maria II, em que *Manda sua Magestade a Rainha participar ao Bacharel Bernardino de S. Payo Araujo, para sua intelligencia e execução, que achando-se nomeado por Decreto de 6 do corrente Delegado do Procurador Regio junto ao Juizo de Direito do Julgado de Villa Nova de Famalicão deve com esta Portaria apresentar-se pessoalmente ou por Procuração ao Conselheiro Presidente da Relação do Porto a fim de prestar o juramento da Ley, entrar no exercicio das suas funções [...]. Paço das Necessidades em 9 de Novembro de 1835.* E mais se acrescenta que *Eu lhe dei o juramento, na forma desta Portaria [...] Porto o 1º de Dezembro de 1835.* Sendo assim, ao afirmar o nosso Bernardino que residiu *cinco annos e meio no Imperio do Brazil*, obriga-nos a conjecturar que não foi esse o destino imediato da sua saída do país por altura da implantação do regime absolutista. Porquê? Independentemente de não sabermos se o risco que corria às mãos dos miguelistas derivou de alguma intervenção directa na insurreição de Maio de 28 ou apenas dos seus antecedentes vintistas, parece-nos impossível imaginar que somente em finais de 1829 ou inícios de 1830, Bernardino se sentisse compelido a partir! É conhecida a violenta acção repressiva desencadeada pelo governo absolutista sobre os liberais que permaneceram em Portugal durante todo o ano de 1829, com inúmeros homicídios, prisões e condenações à morte por fuzilamento e enforcamento. A acreditar na sua afirmação, finais de 29, início de 30, deveria ser de facto a data da sua chegada ao Brasil, mas dificilmente seria próxima daquela em que abandonou o país. Quanto a nós, à semelhança de muitos dos refugiados políticos que deixaram o reino no segundo semestre de 1828, Sampaio Araújo terá saído pelo Minho em direcção à A Coruña, *centro e fogar das ideas liberais en Galicia* que muito ajudou a escoar para os “depósitos” de Plymouth e Brest milhares de liberais perseguidos pelos absolutistas. Talvez mesmo, quem sabe, não teria ele acompanhado os irmãos Passos, que nessa mesma altura se refugiaram em A Coruña, de onde embarcaram para Plymouth, tendo chegado a 26 de Setembro de 1828. Apesar de tudo, os liberais conservaram nos Açores a Ilha Terceira, facto que seria decisivo para o evoluir da situação desde que D. Pedro IV instalou uma Regência na ilha e assumiu o comando das forças que deviam resgatar o trono das mãos da “usurpação” e restituí-lo à filha. Mas a Inglaterra foi, durante muito tempo, adversa a apoiar qualquer trânsito dos emigrantes com esse destino. Nos finais de 28, tanto o General Saldanha como o Marquês de Palmela, os chefes de fila das principais facções que dividiam os exilados em França e Inglaterra, estavam impedidos de usar os portos ingleses para

se dirigirem à Terceira. Mas alguns desses transportes comprometiam-se a fazer apenas escala na ilha e prosseguirem viagem para o Brasil. Estaria Bernardino nalgum deles? Já em 1829, de Plymouth partiram directamente para o Rio de Janeiro, carregados de emigrados, os navios *Cecrops*, *Filinto* e *Industrioso*, dos quais só este acabou por ficar retido em Brest. Estaria Bernardino envolvido nesta viagem? Desconhecemos. Mas enquanto Passos Manuel acabou por se juntar aos exilados de Brest, onde se congregavam os mais radicais em torno de Saldanha, Sampaio Araújo fixou-se no Brasil, aparentemente afastado das querelas que dividiram os adeptos de Palmela e de Saldanha. Da sua estadia no Brasil e do modo como proveio à sua subsistência, também nada sabemos. Cremos, contudo, que não regressou “brasileiro” em poses, como poderia ser suposto, apesar do pouco tempo que lá permaneceu. Na escritura antenupcial com Emília Ermelinda da Cunha, lavrada em Guimarães a 21 de Maio de 1840, Bernardino declara *que se dotava de si para si com as fazendas, e propriedades de raiz de que he senhor, e possuidor na predita freguezia de São Christovão de Cabeçudos, como são a Quinta chamada de Boamense; a de Palhais do meio; a parte da fazenda de Villa Verde comprada a Antonio Joaquim da Silva; a propriedade denominada de Santarem, e outras compradas, compondo-se os ditos bens de varios Prazos de vidas, e de partes aludiae; assim como se dotava com a quantia de tres contos de reis metalicos, que tem parte consignados a juros nas maons de varios devedores*. Exceptuando o dinheiro, tudo isto representa o património que terá herdado do seu pai, por via da morte da mãe, ao qual aparentemente nada de significativo acrescentou. É bem possível que no Brasil se tenha limitado a cumprir a expectativa de um regresso desejado, vivendo com o irmão Joaquim, de cuja presença emos conhecimento através de uma lista de nomes que Bernardino registou no seu caderno de notas e de quem recebeu encomendas para trazer para Portugal. Entre essas pessoas encontramos Joaquim de Sampaio Araújo, que ao que tudo indica já estaria estabelecido no Brasil quando o irmão foi compelido a juntar-se-lhe.

Uma vez regressado a Portugal, Bernardino instalou-se de novo na *Caza de Boumense*, administrada agora pela mãe, desde a morte de Manuel Joaquim, cerca de dois anos antes. Recordará esses tempos mais tarde, numa vigorosa intervenção parlamentar, a 5 de Outubro de 1837, em defesa dos agentes do Ministério Público acusados de laxismo e incompetência pelo Barão de Ribeira de Sabrosa, deputado eleito pela divisão eleitoral de Vila Real. *S. Ex.<sup>a</sup> disse que esta classe de empregados não cumpria com suas obrigações, contestou Sampaio Araújo, e como o nobre deputado fez uma acusação, sem excepção, parece que tambem eu fiquei comprehendido no seu rol . No entanto a minha consciencia não me acusa; os actos da minha vida publica lá ficaram, onde eu servi; [...]. Mas sempre apontarei agora que sómente em uma só audiencia geral fiz vinte, e tantas defezas do povo contra criminosos (é assim que eu entendo as acusações do M.P.); quasi todos foram condemnados; e porque depois alguns fugissem arrombando a cadêa, passaram a hostilizar-me, fazendo-me esperas, vendo-me forçado a trazer comigo gente armada, ou a trocar caminhos quando da villa ia a minha caza na aldeia.*

Em meados de 1833, no ardor da guerra, a Regência sediada nos Açores tinha decretado as Indemnizações, ou seja, a futura responsabilidade dos seus autores pelos prejuízos individuais causados pela “usurpação”. Finda a guerra e na sequência desta disposição, criaram-se um pouco por toda a parte comissões avaliadoras de perdas e danos que davam aos interessados cédulas aceitáveis como dinheiro nas arrematações dos bens miguelistas sequestrados e vendidos em praça. Pelos exageros praticados nesta conformidade, muitos liberais, depois de 1834, fizeram jus ao epíteto de *devoristas*. Tal não foi, contudo, o caso de Bernardino Sampaio Araújo, cuja única exigência junto da Comissão criada em Famalicão para esse efeito foi requerer que lhe liquidassem os *prejuizos pessoases cauzados pela uzurpação por lhe ter sido interrompido o exercicio de sua profissão de Advogado nos auditorios, e fiscal dos Bens do Serenissimo Estado e Caza de Bragança, no extinto Almoxarifado da Villa de Barcellos*. Por este facto limitou-se a Comissão a

considerar que *ouvindo também testemunhas sobre o mesmo assumpto liquidão os prejuizos de lucros cessantes do liquidante como Advogado, atendendo á distração que devera ter como Fiscal em dous mil e duzentos Reys diários nos dias uteis somente, e em trezentos e cincoenta mil Reys anualmente de ordenado e emolumentos como Fiscal dos Bens do Serenissimo Estado e Caza de Bragança e para chegar ao conhecimento de quem competir e sortir seus devidos effeitos se lhe expediu o prezente Alvará Villa Nova de Famalicão 14 de Julho de 1836.* Nem sequer é certo que tenha sido alguma vez ressarcido desses prejuizos.

O ano de 1836 antecipa também o ponto mais alto do percurso político de Bernardino Sampaio Araújo, ao perfilar-se como candidato a deputado às *Cortes Geraes Extraordinarias Constituintes da Nação Portuguesa.*

Esgotada a fase mais aguda da guerra civil (1832/34), o país vivia de novo com a Carta Constitucional, já experimentada em 26/27, à sombra da qual se procederam a novas eleições para deputados e se formaram os governos da confiança do Regente D. Pedro, em relação a quem logo se esboçaram os primeiros sinais de hostilidade política de uma oposição cuja origem provinha da época da emigração. Eram as gentes da esquerda, lideradas pelos irmãos Passos, a quem os pedristas chamavam *exaltados* e que punham não só em causa a legalidade da Regência de D. Pedro, como encabeçavam a oposição ao regime cartista e aos seus maiores, popularmente conhecidos por *chamorros* e *devoristas*. As direitas e as esquerdas não foram uma invenção do liberalismo, mas foi, sem dúvida, sob a sua bandeira que estas correntes se institucionalizaram. Assim, logo nas eleições de 34 se distribuíram os deputados eleitos, uns pela direita maioritária que apoiava D. Pedro, outros pela inquieta minoria de esquerda onde a ideia nebulosa de um certo democratismo precocemente germinava. Tal oposição recrutara-a, sobretudo, o Porto, que num conjunto de vinte e oito deputados tinha logrado enviar às Cortes vinte e sete dos seus, contra um apenas que terçava armas por D. Pedro. A verdade é que no Parlamento, os discursos de oposição aos governos *devoristas* ecoavam *favoravelmente em certos círculos cidadãos de Lisboa, agitados pela imprensa e pela oratória dos Clubes*, como o dos Camilos, onde nessa altura sobressaía a voz de Costa Cabral, porta-voz da ala mais extremista. O conflito aberto entre o Governo e a Câmara de Deputados haveria de levar à dissolução desta e à convocação de novas eleições em Julho de 1836. Ora, como diz um conhecido historiador, no decurso da experiência liberal portuguesa, as eleições eram sempre ganhas por quem as promovia. O Governo cantou, pois, vitória, apesar de vencido no Douro e nas Beiras. Mas na capital do reino, a minoria de *exaltados* preparou um verdadeiro golpe de estado com a chegada à barra do Tejo do navio *Napier*, que trazia os deputados oposicionistas do Porto, cujo chefe de fila era Passos Manuel. Entre fogueatório e música rompeu o povo de Lisboa com vivas à Constituição de 22, confraternizando com a Guarda Nacional e os três regimentos de linha, aquartelados na capital, que em vão foram chamados para pôr cobro ao motim. Dirigindo-se à Rainha, exigem a imediata proclamação da Constituição *vintista com as modificações que as cortes constituintes julgarem por bem fazer-lhes.* De imediato se constituiu também novo ministério, tendo na Presidência o Conde de Lumiares, na Fazenda Sá da Bandeira e no Reino Passos Manuel. Contrariada, D. Maria II vê-se forçada a restabelecer a Constituição de 22 e convoca as Cortes Constituintes em 10 de Setembro de 1836, com o objectivo de procurarem *harmonizar, tanto quanto possível, a Constituição de 1822 com a Carta Constitucional de 1826.* Foi o início do efémero período do Setembrismo. As eleições realizaram-se em 20 de Novembro desse mesmo ano.

É neste contexto que Bernardino de Sampaio Araújo foi eleito deputado às Cortes Constituintes de 1837/38 pelo círculo eleitoral de Barcelos. Mas antes de avançarmos voltemos, brevemente, ainda um pouco atrás. A referência que já fizemos ao termo de aceitação, aparentemente extemporânea, da herança paterna por parte de Bernardino, em Outubro de 1836, portanto a menos de dois meses das eleições, merece agora alguma clarificação, o que obriga a deter-nos um pouco nos condicionalismos eleitorais da época. As dispo-

sições legais que enquadravam cada acto eleitoral, além de converter sistematicamente o número potencial de eleitores numa minoria de cidadãos (juntamente com as mulheres, não podiam votar, por exemplo, os clérigos regulares, os criados de servir, os pronunciados por júri, os falidos, os vadios, etc.), eram também extremamente restritivas no que se refere às condições de elegibilidade para os candidatos a deputados. Até certo ponto, isto compreende-se, pois não havendo partidos políticos no sentido que hoje conhecemos, um extenso conjunto de cidadãos poderia facilmente reivindicar condições de elegibilidade, dispersando-se os votos por uma multidão de indivíduos. A regra de ouro era, por isso, considerar inelegíveis os *que não têm para se sustentar renda suficiente, precedida de bens de raiz, comércio, indústria ou emprego*. A lei eleitoral de 1826 fixou essa renda em 400\$000 réis anuais, montante que se manteve, com algumas variantes, durante o Setembrismo institucional e o Cabralismo. Curiosamente, somente nas segundas eleições de 1836, justamente naquelas em que Bernardino foi eleito, essas restrições censitárias estiveram ausentes. Porquê, então, a assunção formal da nomeação que lhe fez o pai de *todos seus Prazos, e terra, de q.<sup>al</sup> quer outra natureza*, apesar do irmão mais velho, que de facto *não cumprio as condiçoens, e obrigaçoens impostas*, já ter falecido havia três anos e ser, desde então, a mãe que assumiu e continuou a assumir até à sua morte a herança de Manuel de Sampaio Araújo? Bernardino não precisava dessa prova, que provavelmente lhe garantia o rendimento mínimo indispensável que vigorou na lei antes e depois, mas que dadas as condições excepcionais da lei eleitoral para as Cortes Constituintes de 37, não era exigida a nenhum candidato. No entanto, quanto a nós, nem por isso deixa de ser essa a sua justificação. Por um lado, talvez a própria vontade de afirmar a sua elegibilidade em qualquer circunstância, independentemente da isenção circunstancial, o motivasse do ponto de vista social a formalizar a herança. Por outro, é bem possível que na altura Bernardino sonhasse com voos políticos que ultrapassavam as primeiras eleições em que se envolveu, como aliás transparece da sua candidatura frustrada por Guimarães nas eleições que se seguiram em 1838. Nesse caso era bom consolidar a sua condição de elegível dada a volubilidade das leis que regiam os actos eleitorais. Posto isto, voltemos às eleições.

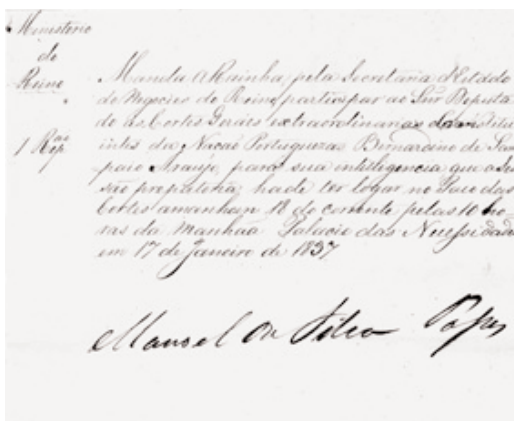
No registo das Actas dos Trabalhos das Juntas Eleitorais dos 10 centros que compunham a divisão eleitoral de Barcelos, constata-se que *Bernardino de S. Paio Araujo, Delegado do Procurador Régio em Vila Nova de Famalicão*, obteve 2701 votos num total de 18009 votos expressos, sendo o candidato mais votado no círculo, logo seguido por Baltazar Machado da Silva Salazar, bacharel e advogado em Barcelos, e Rodrigo Joaquim de Menezes, Abade de S. Tiago de Antas. Bernardino venceu em Vila Nova de Famalicão e foi segundo em S. Romão de Milhazes e Palme. Curiosamente nem o Marquês da Fronteira, nem Manuel da Silva Passos (Passos Manuel) que concorreram no mesmo círculo, lograram obter o mínimo de votos para representar Barcelos. Em Vila Nova de Famalicão foram votados 121 nomes, entre os quais figura também Bento de S. Paio Araújo, Abade de Cabeçudos, que obteve 110 votos contra os 1455 do irmão. Tudo isto demonstra o grande prestígio que Bernardino desfrutava, não só no concelho de Vila Nova de Famalicão, como no restante espaço da área eleitoral de Barcelos. Estamos em crer que esse prestígio não lhe advinha apenas do seu desempenho como Delegado do Procurador Régio, certamente notável, mas quicá igualmente do seu passado político, desde os tempos da proclamação do liberalismo, que os seus concidadãos expressivamente quiseram distinguir.

As Cortes Constituintes saídas das eleições de Novembro, ficaram repletas de Setembristas. Entre a maioria esmagadora dos partidários da nova situação contavam-se figuras de grande relevo intelectual e político como Almeida Garrett, José Estêvão, os irmãos Passos e Costa Cabral. Mas tal como a revolução de 1820 continha em si mesma a ambiguidade de pretender gerar o novo, ancorando o projecto de mudança nas virtudes de um passado remoto que queria conservar, também a revolução de Setembro de 1836 se pautou por contradições que facilmente transformaram o voluntarismo revolucionário dos últimos meses de

1836 e primeiros de 1837, em que o Governo ditatorial, pela mão de Passos Manuel, promoveu uma autêntica revolução legislativa, num progressivo conservadorismo que culminará com a restauração da Carta, em 1842, por Costa Cabral, o mesmo que se tinha sentado na extrema esquerda das Constituintes em 37. Também os ideais de Bernardino de Sampaio Araújo eram, sem dúvida, os ideais do Setembrismo. Não só o comprovam as suas simpatias políticas, como as inúmeras intervenções parlamentares que as Cortes registaram até inícios de 1838. Mas contrariamente ao esquerdismo democratizante que lavrava em certas bancadas, Sampaio Araújo é o exemplo acabado do espírito que conduziu à nova Constituição jurada pela Rainha a 4 de Abril de 1838, da qual diria Alexandre Herculano ser *um campo onde todos se podiam encontrar pacificamente e procurar, sem sair da legalidade, o predomínio das respectivas opiniões*.

Politicamente, a Constituição de 1838 foi entre nós a expressão da influência dos movimentos de 1830 em França, onde se originou uma corrente favorável a um liberalismo mais puro, independente da vontade do Rei e da outorga graciosa de uma Carta Constitucional, onde se salvaguardavam, até ao limite, os poderes conferidos ao monarca. Teve como fontes principais a Constituição de 22, que lhe serviu de base, a Carta Constitucional de 1826, a Constituição Espanhola de 1837 e a Constituição Belga de 1831, no que se refere à organização do Senado. Em linhas gerais, a nova Constituição manteve a separação dos poderes executivo, legislativo e judicial, extinguindo o poder moderador que a Carta tinha atribuído ao Rei, mas retomou o bicameralismo das Cortes (Câmara de Deputados e Senado), estabelecido pela Carta, contra a

câmara única (de Deputados) eleita por sufrágio directo e universal, constante da Constituição de 22. No entanto, a Câmara Alta (Senado) que na Carta era constituída por Pares vitalícios e hereditários da nobreza e alto clero nomeados pelo Rei, passaram na nova Constituição a ser eleitos pelo povo e a eleição dos Deputados, contrariamente ao estipulado na Carta, voltou a ser directa, apesar de censitária. Igualmente deu ao Rei competências executivas e de Chefe de Estado, mas a principal concessão foi atribuir-lhe o poder de veto absoluto sobre as deliberações das Cortes e de dissolução da Câmara de Deputados e parte do Senado.



▲ Despacho de D. Maria II, assinado por Passos Manuel

Bernardino foi notificado da abertura dos trabalhos por um despacho assinado por Passos Manuel onde se pode ler: *Manda a Rainha, pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino participar ao Snr. Deputado às Cortes Geraes Extraordinarias Constituintes da Nação Portuguesa Bernardino de Sampaio Araujo, para sua intelligencia que a Sessão preparatória hade ter lugar no Paço das Cortes amanha 18 do corrente pelas 10 horas da manhã. Palacio das Necessidades em 17 de Janeiro de 1837.* «O Artilheiro», no seu n.º 18 de 24 de Janeiro, noticiava assim o acontecimento: *No dia 18 de Janeiro teve lugar em Lisboa a primeira Sessão parlamentar do Soberano congresso, e fiado em a Authoridade do Nacional, temos o praser de anunciar que ninguem mugio, isto he dos Espectadores; (assim elles continuem!) sendo aliás a enchente real, tanto nas galerias, como nas avenidas do Palacio, onde, diz a mesma Authoridade supracitada, estavam duas bandas de musica! À noite houve Theatro, a que assistio S. M. a Rainha, e seu Augusto Marido.*

Sampaio Araújo prestou juramento a 25 de Janeiro de 1837. No dia 26 discursou a Rainha: *Todos vós sabeis as causas que produziram os importantes acontecimentos de 9 e 10 de Setembro. O digno e excellento Povo Português julgou que era mister voltar à origem de todo o poder legal; e o remedio dos seus males,*

e o allivio de seus soffrimentos, só o encontrou na sabedoria de um Congresso Constituinte. É com singular satisfação que Eu Me vejo rodeada dos Representantes da Nação. Confio que vós fareis em nossas Instituições Constitucionaes, aquellas alterações, e modificações que as novas necessidades, e as luzes desta epocha tornaram tão necessarias. Por este meio vós firmareis a liberdade e felicidade publica, principal objecto dos Meus cuidados, e pensamentos. No dia 27 já o novo deputado usava da palavra: *Estão encetados os nossos trabalhos parlamentares, e é preciso que elles sejam dirigidos com ordem, não só para serem tratados com o decoro proprio de uma Assembleia Legislativa, mas até para d'elles tirarmos a conveniencia que exige o estado do nosso Paiz; e como não ha Regimento interno, eu proponho que se nomeie uma Comissão, a qual bastará ser composta de tres Membros, sendo estes tirados d'aquelles Snrs. Deputados que se acham mais praticos nas formulas parlamentares.* Logo de entrada, portanto, mãos à obra! Esta atitude marcou sempre com traços de grande rigor e seriedade o percurso de Bernardino durante toda a sua trajetória parlamentar. O seu nome aparece de imediato na Comissão de Petições e na Comissão dos Vinhos. Esta, como já referimos, integraria igualmente Passos Manuel, como ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. Em 18 de Março, a Comissão apresentou ao Parlamento um Projecto de Lei acerca do estabelecimento e cobrança dos direitos do consumo dos vinhos, agoasardentes e bebidas espirituosas na cidade do Porto e Villa Nova de Gaia que derogava vários artigos do Regulamento sobre o Commercio e Agricultura dos vinhos nas provincias da Beira Alta, Minho, e Traz dos Montes e estabelecia o pagamento dos direitos sobre a exportação dos vinhos de segunda qualidade para o Imperio do Brazil, de acordo com o Relatório enviado ao Congresso pelo próprio ministro. Esse projecto foi subscrito à cabeça por Manuel da Silva Passos e Bernardino de Sampaio Araújo. Outras intervenções demonstram, como já fizemos notar, o grande entendimento que houve entre estes dois homens. Em Janeiro, Bernardino tinha apoiado o ministro do Reino para que três deputados pudessem conciliar os lugares na Câmara com os cargos governamentais a que foram chamados e ainda em 11 de Abril, pouco tempo antes da demissão do Governo, o defendia nestes termos: *Snr. Presidente, o pensamento do Congresso foi que não approvava os actos da chamada dictadura senão até ao dia 26 [de Janeiro]; agora a questão é, se este pensamento está bem explicado, e garantido nas palavras [...]; eu digo que está; e fundo-me em dous argumentos [...]; o argumento forte, é a declaração cathorica do Snr. Ministro da Coroa, de que não havia actos da chamada dictadura depois do dia 26 de Janeiro [...]; muito respeito a fé do Sr. Ministro dos negocios do reino; e parece-me até mais airoso para o Congresso descançar na força deste argumento; eu por mim muito descanço.* No entanto, em Fevereiro, já Sampaio Araújo tinha levantado a voz para cometer o que deveria ter soado como um sacrilégio aos ouvidos do círculo mais próximo de Passos Manuel, ao propor a construção de um monumento à Memoria do Duque de Bragança, D. Pedro IV, na Cidade do Porto e outras terras do Reino por meio de subscrições voluntárias e pelas Camaras Municipaes. O jornal «A Vedeta da Liberdade», no seu número de 27 de Fevereiro de 1837, saudou calorosamente Sampaio Araújo pela ideia. Por seu lado, «O Artilheiro» de 1 de Março considerava que  *Talvez a Câmara obrasse melhor se por meio de huma subscrição estabelecesse hum premio a quem escrevesse dentro d'hum anno a grande Historia do Cerco do Porto; [...] porém não deixaremos comtudo de louvar a lembrança do Monumento, queira Deus não fique como as obras do Hospital.* Mas ficou e pior! A proposta ainda teve Segunda Leitura no mês de Março, que o Congresso ignorou. Só em 1866, a cidade do Porto celebraria a inauguração da estátua de D. Pedro IV, na Praça de D. Pedro, de autoria do escultor francês Anatole Calmels. Este episódio marca, apesar de tudo, uma certa distância ideológica entre Sampaio Araújo e Passos Manuel, mau grado a amizade que os aproximou. Estamos certos que o exílio no Brasil, país do qual guardou excelentes recordações, como aliás refere eloquentemente no discurso que fez à Câmara em 11 de Dezembro de 1837, em defesa da sua justiça e das suas leis, deixou em Bernardino um sentimento de profunda gratidão pelo Duque de Bragança, seu primeiro Imperador, como aquele que de facto possibilitou o

seu regresso à Pátria, independentemente do programa político que professou. Mas o afastamento do ideário setembrista acentuou-se, sobretudo, depois da demissão, em 11 de Maio de 1837, do Governo onde Passos Manuel pontificou e que antecipa o seu posterior abandono das Constituintes, refugiando-se no exílio agrário da sua quinta ribatejana, à semelhança do que Herculano faria mais tarde em Vale de Lobos. Nos primeiros meses do Congresso, Sampaio Araújo aparece quase sempre em defesa de posições “esquerdistas”, com laivos de algum radicalismo, como se constata a propósito da revisão da *Lei dos Foraes* e da redacção de um projecto de Código Penal, para além das múltiplas discussões em que se envolve na salvaguarda da liberdade de imprensa e no repúdio pela censura prévia. Vejamos apenas alguns exemplos.

Sobre o Projecto de Código Penal, na Sessão de 3 de Fevereiro: *Sr. Presidente, em Portugal não houve tyrannia sómente no tempo da usurpação, tem-a havido desde a fundação da Monarchia até aos Filippes, no tempo delles, e depois até á Constituição de 1820, durante ella, e depois até á Carta, e depois no tempo da usurpação, e hoje ainda a ha; porque o Codigo Criminal o que é? É a Ordenação do livro 5º!! É um Codigo feito por um Principe estrangeiro, para o fim de sustentar a usurpação, para castigar a uns e favorecer aos outros [...]; em todas as suas paginas não se encontra senão a pena de morte, bem semelhante á Cartilha da Via-Sacra, que em todas as paginas tem pintada uma cruz [...]; em verdade se tivessem hido ao patibulo todas as pessoas que ahi se mandam enforcar, Portugal estaria despovoado!!! [...] Sr. Presidente, é indecoroso á Nação Portugueza, que ainda se governe por semelhante Codigo.* Sobre a liberdade de imprensa na Sessão de 19 de Maio: *intendo que aqui não se trata só da liberdade de imprensa, mas em geral da liberdade de communicar o pensamento; o pensamento póde communicar se por palavras escriptas de mão, por impressos, lythographias, e estampas. Parece-me por tanto que o § deve comprehender todas estas especies, e por isso lhe offereço uma substituição, que julgo estar neste caso; é assim concebida – É livre a todo o cidadão manifestar seus pensamentos independente de prévia censura, por palavras, ou por escriptos de mão, impressos, lythographados, ou gravados.*

Contudo, na fase final dos trabalhos das Cortes, emerge claramente das suas posições uma atitude reformista muito mais conservadora, sobretudo consubstanciada nas intervenções notáveis que faz sobre o Projecto de Constituição, contrariando a Constituição de 1822, em defesa de duas Câmaras, e depois sobre a eleição do Senado e a composição da Câmara Alta. Sintoma dessa moderação foi ainda o facto de ter votado a favor do direito régio de dissolução da Câmara dos Deputados. Uma das suas mais longas intervenções aconteceu na Sessão de 29 de Setembro em defesa do bicameralismo na nova ordem constitucional: *Principio pois por reproduzir um argumento, que muitas vezes se tem allegado neste Congresso; mas a que ainda se não deu toda a importancia. Consiste na ordem dada na nossa procuração: diz ella que se revejam as Constituições de 22 e 26, e que da refundição resulte um pacto social, que harmonise com o direito publico europeu; ora hoje na Europa não há governo representativo sem duas Câmaras; [...] o nosso mandato impõe-nos a obrigação de decretar duas Camaras. Sr. Presidente, a Constituição deve ser feita segundo a vontade dos povos, e não pelo nosso paladar; o nosso dever é cumprir com as ordens de nossos constituintes; eu não me aparto deste principio, e para mim seria sufficiente para regular o meu voto [...]. Em Roma, tendo Numa Pompilio adquirido grande renome pela sua rara virtude, foi eleito rei, e tirado da rabiça do arado para empunhar o sceptro. Eis aqui, Sr. Presidente, homens com aquisições especiaes, riquezas, e grandezas que ninguem lhes podia disputar, nem por consequente a sua posição singular na sociedade. Eis aqui a figura das summidades sociaes, que não podem deixar de ter uma representação especial, pela qual se consiga o equilibrio com as faculdades medias; é este o systema do equilibrio. Eu comparo o governo complexo de uma nação com o complexo d'uma balança: a columna, que tudo sustenta, é a nação, as Camaras estão cada uma na sua concha, o rei é o fiel, que no vertice vigia pelo equilibrio [...]. Os Srs. Deputados, que impugnam a necessidade desse equilibrio, suppoem os homens iguaes; mas isso é uma*

quimera [...]. A historia portugueza é a verdadeira sciencia; assim como os astros giram em uma linha, os homens tambem tem sua orbita; quem quizer ver por onde vai, veja por onde os outros foram [...]. A mesma Casa dos Deputados, eleita sobre um censo, que exclua os pequenos proprietarios, e os proletarios, já é privilegiada, e mais ou menos aristocratica a respeito das classes excluidas; e assim como estas não são sufficientes para representar a classe media, segue-se a fortiori que tambem isto não é sufficiente para representar os interesses das summidades; e faze-los descer á urna commum seria confundir o que é distinto [...]. Não quero cançar mais o Congresso; voto por duas Camaras.

A 7 de Outubro pronuncia-se sobre a organização da Câmara Alta (Senado): *Eu sou de opinião que esta camara alta, ou pariato, seja composta de membros tirados das summidades [...] e a forma de as levar a essa camara alta, que seja por um censo, e depois a eleição começar na urna por listas triplices, e depois o rei escolher um. [...] Mas se a segunda camara [Senado] for escolhida da mesma maneira que a primeira [Câmara dos Deputados], eu entendo que então não é uma segunda camara, será uma secção da primeira, porque teria a mesma tendencia, e então, em lugar de servir de modificador, seria uma força conspirante com a primeira, e quando nós pensavamos que iamos remediar um inconveniente, cairíamos em um erro maior [...]. Agora direi eu a maneira, porque se elegerão esses membros, que hão de compor este segundo corpo: quererei que haja um censo elevado de fortuna, e idade, e depois de ter principio na urna eleitoral em listas triplices o governo escolher, e em numero fixo um de cada terno. Desnecessario será demorar-me em enumerar as grandes vantagens deste systema, e só direi que não posso concordar em que seja de eleição pura da coroa, porque tendo a segunda camara de exercer a representação nacional em concorrência com a camara do povo, tem de deliberar sobre os interesses do povo, e deve pertencer a sua primitiva origem ao mesmo povo. Mas não quero só no povo [...] não sou de parecer que os membros da camara alta sejam exclusivamente eleitos pela coroa, nem pelo povo [...] e concludo declarando que voto contra a maioria, e minoria da Commissão, visto que reprovo os methodos de eleição pura, e exclusiva, e apoio a eleição mixta da coroa, e do povo; em quanto á duração voto que seja vitalicia.*

No entanto, Bernardino nunca descurou no Parlamento aspectos bem menos ideológicos das suas responsabilidades como deputado, atendendo a numerosas petições ou simplesmente discutindo pareceres sobre os mais diversos assuntos apresentados por outras Comissões. Em Maio interessa-se em saber, através de um requerimento junto do ministério da Fazenda, se era verdade *terem sido collectados em Decima os Passaes das Igrejas Parochiaes, cujos reditos foram consignados em desconto de Congrua dos Parochos e em que Leis se fundou tal disposição*. Dessa iniciativa resultou a apresentação de um Projecto de Lei, lido na Sala das Cortes em 11 de Julho, no sentido de isentar de décima as côngruas dos párcos. Oriundo do Minho, eleito primeiro deputado em Vila Nova de Famalicão, foram várias as suas intervenções em defesa dos interesses locais e regionais. Em Agosto, a propósito de um Projecto de Lei sobre a Câmara Municipal da Cidade do Porto, em que esta se aprestava a taxar na sua Pauta o consumo de produtos que eram distribuídos por todo o Norte, declara: *Sr. Presidente: Eu tenho a honra de ser Deputado pela Provincia do Minho; não posso deixar de tomar parte, e muito activa, nesta discussão, e rejeitar o Projecto que me parece ser [...] summamente offensivo dos interesses e direitos das tres Provincias do Norte [...]. Vejo que se argumenta com conveniencias; mas, Sr. Presidente, eu estou deliberado a jamais sacrificar principios de justiça a argumentos de conveniencia [...]. Como esses generos, taxados na Pauta do Municipio do Porto são repartidos pelas tres, ou quatro Provincias do Norte, segue-se que aquelle Municipio taxou para suas despezas peculiares pelo menos metade do Reino! Aonde pois se achará maior injustiça! Sr. Presidente, eu seria o mais indigno dos homens, se me não opozesse com todas as minhas forças a tão revoltante injustiça que vai opprimir um Povo honrado, e brioso que me faz a honra de enviar a este Congresso!* Noutra altura, em 12 de Dezembro, discursando sobre a cobrança indevida de Décimas, o exemplo mais veemente



vem da terra que o viu nascer: *Entre as duas Freguezias de Esmeriz, e Cabeçudos há uma porção de moradores, (e entre elles alguns são dos principaes Lavradores de ambas as Freguezias) que fazem alternativa entre as duas Freguezias, pertencendo um anno a uma, e o outro a outra, por isso chamados Meeiros. A Freguezia de Cabeçudos teve uma Junta de Decima, e Esmeriz teve outra comprehendendo a Freguezia do Louzado. A Junta de Cabeçudos entendeu, que era a competente para collectar aquelles Meeiros, e a de Esmeriz igualmente entendeu competir-lhe collectar os mesmos individuos, e assim foram no mesmo ponto collectados por duas Juntas. Ambos os Lançamentos foram julgados diminutos em Braga, ambas as Juntas procederam a Auto addiccional de Lançamento, e ambas comprehenderam aquelles mesmos moradores nos dous segundos Lançamentos. Não pertence aqui averiguar, qual das Juntas seria a mais competente, nem com qual dellas aquelles Moradores sympatizaram mais; o facto foi, que a respeito do mesmo anno foram aquelles Moradores collectados quatro vezes! Sr. Presidente, elles requereram o seu direito eu mesmo lhe dei algumas minutas para requerimentos: seus papeis correram as ruas da amargura de Braga para Lisboa, e de Lisboa para Braga, gastaram o melhor de 50\$000 rs., mas o resultado foi – Paguem. [...]* sem duvida que semelhante procedimento importa na maior das injustiças, extorsão, e é mesmo roubo..

Entretanto, em Janeiro de 1838, Bernardino abandona o Palácio das Cortes. A anuência ao seu pedido de dispensa é-lhe comunicada por carta assinada pelo secretário das Constituintes: *Ill.<sup>mo</sup> Snr. Tenho a honra de participar a V. S.<sup>a</sup> para sua devida intelligencia, que em sessão de 5 do corrente foi concedida pelas Cortes Geraes Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa a licença que V. S.<sup>a</sup> pediu no seu officio datado d'aquelle dia. Deos G.<sup>o</sup> a VS.<sup>a</sup> 8 de Janeiro de 1838.* Desconhecemos o motivo desta licença que antecipou em cerca de três meses o final do seu mandato. Podiam ter sido razões de saúde, pois na Primavera e Verão de 1837 Bernardino faltou frequentemente aos trabalhos parlamentares *por motivo de molestia*. Ou simplesmente para apoiar mais de perto a administração da herança paterna que a sua mãe, perto do fim da vida, não teria já condições de sustentar. Fosse como fosse, em Fevereiro desse mesmo ano, Sampaio Araújo tenta de novo retomar a carreira de Delegado do Procurador Régio, agora na Comarca da Maia, mas em conflito com a nomeação interina de um outro advogado, como comprova uma carta, datada de 10 do mesmo mês, da *Secretaria d' Estado dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça* onde se sugere *que possa entender-se com o nomeado*. A diligência não frutificou, mas o ano viria a revelar-se intenso. A 2 de Outubro, a Presidência da Relação do Porto participa-lhe *que por Decreto de 18 do dito mez [Setembro] foi Sua Magestade servida transferir a V. S.<sup>a</sup> do Lugar de Delegado do Procurador Regio da Com.<sup>ca</sup> de Barcellos, para o de Juiz de Direiro Substituto da Comarca de Guimarães*. O juramento de Ley deu-se no Porto, a 6 de Outubro. Finalmente, Bernardino de Sampaio Araújo chegava onde por certo a sua ambição sempre almejou levá-lo. Mas, para além disso, a mudança para Guimarães revelar-se-ia fértil em consequências que vieram introduzir profundas alterações na sua vida.

Nas eleições de 1838, que se seguiram às Constituintes e a que concorreram Setembristas e Cartistas, Bernardino foi eleito deputado substituto pelo círculo de Guimarães. A comunicação é-lhe enviada pelo Presidente da Casa da Câmara de Guimarães a 18 de Novembro de 1838, mas não produz qualquer efeito. Desiludido talvez, Bernardino afasta-se definitivamente da política activa. A última referência a tal respeito encontramos-la, em 1840, numa instrução de D. Maria II, assinada pelo então ministro da Justiça, Costa Cabral – antigo correligionário seu, em 36, nas lides da Revolução de Setembro –, para que este informasse o respectivo ministério de qualquer perturbação que ocorresse na cidade de Guimarães relacionada com a segurança pública. *Manda a Rainha pela Secretaria d'Estado dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça, q. o Juiz de Direito Substituto da Comarca de Guimarães, ate nova ordem dê conta directamente por este Ministerio de qualquer facto ou acontecimento relativo á Segurança Publica, afim de que possam adoptar-se com toda a promptidão as providências necessarias. Paço das Necessidades em o 1º de Setembro de*

1840. A. B. da Costa Cabral. Esta instrução teve certamente a ver com os distúrbios provocados em Agosto desse ano, na cidade de Lisboa, por Setembristas radicais contra o Governo, o qual, provavelmente, nutria fortes receios do seu alastramento a outras paragens. Mas, mau grado o seu afastamento do combate político, não imaginamos, por tudo aquilo a que Bernardino nos habituou, que este tivesse pactuado com semelhante incumbência.

Entretanto, o nosso estimado Juiz de Direito, ex-diácono e Irmão da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco, subitamente, quem sabe, atingido pelos dardos de Cupido, toma-se de amores por Emília Ermelinda da Cunha, uma jovem de 25 anos, natural de Guimarães. A escritura antenupcial é lavrada em 21 de Maio de 1840. Bernardino tem 46 anos à data do casamento, celebrado quatro dias depois, a 25 de Maio, na presença do abade Bento de Sampaio Araújo, *prestando a Esposada o seu consentimento por seu legítimo procurador*. Mais tarde Bernardino registou no seu caderno de notas: *Juntamo-nos no 1º de Junho do d.º ano*. Estes factos ocorrem dois meses depois da morte da sua mãe, Ana Maria de Jesus.

1841 é de novo um ano de mudanças. Um conjunto de diplomas legislativos, promulgados sob a égide do ministro da Justiça Costa Cabral, fez surgir a *Novíssima Reforma Judiciária*. Portugal continuava dividido em distritos de Relação, comarcas, julgados e freguesias, respectivamente com os seus Juizes da Relação, Juizes de Direito, Juizes Ordinários e de Paz e Juizes Eleitos, mas não só muitas das comarcas e julgados sofreram alterações, como o seu número foi consideravelmente aumentado. No distrito da Relação do Porto, Braga, que na Divisão Judicial de 1837-41 contava com 4 comarcas (Barcelos, Braga, Guimarães e Fafe) e 15 julgados, passou a integrar 7 comarcas (Barcelos, Braga, Celorico de Basto, Guimarães, Póvoa de Regalados, Póvoa de Lanhoso e Vila Nova de Famalicão) e 19 julgados. Foi neste quadro de reorganização administrativa da justiça que Bernardino recebeu em 22 de Junho de 1841 uma intimação da Relação do Porto onde se lia: *VS.ª por si ou por seu procurador prestará juramento nesta Presidencia, e tomará posse do lugar de Juiz de Direito da nova Comarca de Celorico de Basto no prazo de 30 dias*. A Circular foi assinada pelo Conselheiro Joaquim José de Queiroz, que tendo sido exilado depois da intentona de Aveiro para derrubar D. Miguel, viu os seus bens confiscados em 1829, julgado à revelia e condenado à morte. Vencido D. Miguel, chegou a Ministro da Justiça em 1847-48, no governo do Duque de Saldanha. Era avô de Eça de Queiroz, cujo destino se cruzou na vivência da Geração de 70 com o do filho mais novo de Bernardino, Alberto Sampaio, em reencontros que o tempo curiosamente tece noutros lugares da história.

No ano de 1841 nasceram igualmente os seus dois filhos, José Sampaio a 6 de Fevereiro e Alberto Sampaio a 15 de Novembro, os quais se viriam a tornar figuras de grande relevo no meio cultural vimaranense, sem ignorar a projecção nacional alcançada por Alberto Sampaio.

Bernardino de Sampaio Araújo morreu subitamente, longe da mulher e dos filhos, no exercício das suas funções em Celorico de Basto, *no dia dezanove de Março de mil oito centos, e quarenta, e dous de hua apoplexia fulminante, tendo ficado sepultado, com licença do Parocho de Britello em cuja freguezia rezidia, no Mosteiro de Arnoia*.

## Apêndice A

### *Documentos de Bernardino de Sampaio Araújo*

[1]

1825, Outubro, 27 – Testamento de Manuel de Sampaio Araújo.

Saibão quantos este instrumento de testamento, ultima, e derradeira vontade virem como no anno do Nascimento de nosso Senhor Jezus Christo, de mil e oito centos e vinte e cinco, aos vinte e sete do mês de outubro, eu Manoel de Sampaio e Araujo, do lugar de Boumense, desta freguezia de Cabeçudos, do termo de Barcellos, estando em meu perfeito juizo, e entendimento, que Deos nosso Senhor me deu, mas adoentado de pé, e temendo-me da morte, dezejo pôr minha Alma no caminho da salvação, por me achar em idade avançada, e não saber o que Deos nosso Senhor de mim disporá; para socego da minha consciencia, detremino fazer este meu testamento na forma seguinte = Primeiramente encomendar minha Alma a Deos nosso Senhor, que alviou e remio com o precioso sangue de seu Unigenito Filho Jezus Christo, rogo ao Padre Eterno queira receber minha Alma quando deste corpo sahir, pesso a meu Senhor Jezus Christo pellos infinitos merecimentos da sua sanctissima Paixão, me dê a gloria na vida que esperamos, supplico a Virgem Maria Mai de Deos, ao meu Anjo da Guarda e a todos os Sanctos, e Sanctas da Corte Celestial, queirão por mim interceder no Tribunal Divino agora, e quando minha Alma deste corpo sahir, pois como fiel, e verdadeiro Christão protesto viver e morrer em a sancta Fé Catolica, e creio tudo a quanto crê, tem e ensina a Sancta Madre Igreja Catolica Romana, e espero salvar minha Alma pellos infinitos merecimentos de meu Senhor Jezus Christo =

Determino que meu corpo seja sepultado dentro da Igreja desta minha freguezia, com assistencia das confrarias de que sou irmão, e que se me faça officio geral de todos os Reverendos Padres que quizerem assistir, dando-se a cada hum trezentos, e secenta reis de esmola, e vella, e mais se me farão dous officios de dês Padres cada hum, hum ao mês, outro ao anno do meu falecimento, e se me farão todos os mais sofragios de que há uzo nesta freguezia, e se mandarão dizer pella minha Alma cem Missas, sincoenta pella Alma de meu Pai, outras sincoenta pella Alma de minha Mai, e pellas Almas das minhas obrigaçoes outras sincoenta, que todas somão duzentas e sincoenta, ditas por hua ves somente na Igreja desta minha freguezia, ou circunvizinhas, e quanto possa ser em Altar privilegiado, o que tudo comprirão meus herdeiros. Declaro que sou cazado com Anna Maria de Carvalho, por escriptura dotál de cujo legitimo Matrimonio tenho de mim, e minha mulher nove filhos, a saber Manoel Joaquim, Bento, Maria Angelica, Joze, Antonio, Joaquim, Jozefa, Theresa e Bernardino, aos quaes todos instituo por meus legitimos e universaes herdeiros, nas suas porçoens legitimas que por direito lhes pertencer. Declaro que sou senhor e legitimo possuidor de hum prazo de vidas foreiro a Comenda da Lagôa, de hum senso a Torre Alta, de hum prazo infatozim foreiro a Camera de Landim, e demais varios prazos foreiros a Caza de Bragança, e tambem sou consorte foreiro a Igreja desta minha freguezia, tudo cito nesta mesma freguezia, aos quaes todos *insolidum* nomeio em meu filho Manoel Joaquim, na vida ou vidas em que estiverem, e ainda no direito de renovação, mas com as condiçoens, rezervas e clauzulas seguintes. Primeiramente rezervo para minha mulher Anna Maria todo o uzofruto de todos os prazos, e cazas para sua habitação, rezervo mais para minha filha Maria Angelica hum carro de pão, em que entrarão quatro razas de senteio, hua pipa de vinho, quatro razas de feijão, e terra prompta, e estrumada para semear hua raza de linhaça, junto ao mais linho que elle nomiado semiar, dando ella a semente, ou aliás sinco afuzais de linho espadado, ficando a escolha della hua ou outra coiza, e para sua habitação lhe rezervo as duas salas debaixo com a servidão das varandas, e poderá cozinhar na mesma cozinha, ou elle nomiado lhe apromptará outra conjuncta às mesmas cazas à escolha della, e lhe rezervo mais as hortas que estão atrás das cortes, com suas fruteiras, e tambem poderá plantar orta de brão onde elle nomiado plantar, dando elle o estrume; e mais lhe rezervo duas canadas de azeite no anno em que o ouver, e poderá servir-se da ágoa do pôço, e queimar lenha do frascál, criar suas galinhas e seu sebádo pellos campos e boiças aonde o numiado troucer os seos, e lhe dará corte para o recolher no eivado ou aliás lhe dará cada anno quatro mil e oito centos para comprar o sebádo, não o criando, mas à escolha della, tudo o que se entende no estado de solteira, e não querendo receber a sua porção legitima pois a desconto della he que lhe estipulo a dita reserva. Será mais obrigado o dito nomiado a dar a seus irmãos as suas porçoens legitimas que bem direitamente lhes pertencer; e declaro que já dotei a duas minhas filhas Jozefa e Theresa, a cada hua das quaes dei em dinheiro quatro centos e sinconeta mil reis metal, e mais alfaias o que melhor constará das suas respectivas escripturas dotaes. Mas como he minha vontade que esta minha caza se conserve unida em descendencia legitima, esta minha nomiação de prazos se verificará tão somente querendo elle meu filho nomiado tomar estado, aliás passará ao que abaixo substituo na forma da mesma substituição; e para que os substitutos tenham em tempo opportuno certeza de se verificar nelles, ou não a substituição, e podêrem encher as clausulas que lhe encarrego, deverá o primeiro nomiado tomar effectivamente estado dentro do prazo de tempo de dous annos, e que em todo o cazo deverá ser com mulher que lhe seja proporcionada em bens da fortuna sem dolo, ou fraude, e de limpa geração, boa nota, e sem mácola de qualidade algua na opinião publica; e cazo elle primeiro nomiado não queira aseitar com todas as referidas condiçoens, ou não se cazando dentro do referido prazo de tempo, ainda que caze depois, ou se dentro do dito tempo o fizer com pessoa que não tenha as qualidades exigidas, sobre as quaes deverá consultar, e concordar com sua Mai e irmãos, os hei por não nomiados nelle, e em seu lugar substituo a meu filho Bernardino com as mesmas clausulas, e condiçoens, e tambem querendo tomar estado aliás semilhantermente substituo a meu filho Joze, não querendo ainda este aseitar da mesma forma substituo a todos os mais meus filhos pello grão das suas idades, e varonias. E no cazo que o primeiro nomiado não aseite, ou não cumpra com as condiçoens de maneira que venha a ser preterido, nesse cazo lhe tiro igual reserva

como fica para sua irmã, com o acrescimo que será senhor do coarto novo para morar, e terá a liberdade de trazer nos bens hua cavalgadura, e lhe darão palhas, e ervas necessarias para a sustentar, e cavalharia para a recolher, e ambos os reservados serão senhores em comum da sala nova para receberem suas vizitas ou acomodar hospedes quando os tenham.

Declaro que não tenho divida alguma passiva excepto quatro centos e cincoenta mil reis em moeda metálica que me emprestei para dotar minha filha Thereza, meu filho Joze, por não poder já quebrar os dinheiros que tenho por fora, cuja quantia lhe será paga pontualmente por meus herdeiros na mesma especie, e ainda que alguns dos meus filhos tenham contrahido outras dividas passivas, declaro que nenhuma são contrahidas com minha sciencia, auctoridade, nem para proveito da minha caza, e por isso cada hum delles cazo as tenham, deverão responder por ellas a seus credôres.

Declaro finalmente, que meu filho o P.<sup>o</sup> Bento me he devedor da quantia de trezentos mil reis, que lhe emprestei. Joze Lourenço da freguezia de S. Jolião, hoje seus herdeiros me são devedores da quantia de cento e tantos mil reis, que melhor constará de hua letra, e autos que pendem em Juizo, Joaquim Pereira de ?, hoje seus herdeiros me são devedores de secenta e tantos mil reis, o que melhor constará de hum papel de mão, ou chirógrafo que tenho; e tambem os herdeiros de Manoel Ribeiro, do lugar de Pereira me são devedores da quantia de dezaceis mil e tantos reis, o que melhor constará dos autos: pendentes em juizo e outras mais dividas me são devidas por varias pessoas, como constará do meu livro de contas, e mais declaraçoens tudo o que poderão meus herdeiros demandar, e arrecadar com a declaração, que as que não excederem a mil e duzentos, sendo pobres os devedores, por este as hei por perdoadas. E concludo declarando que tenho feito varias compras e bemfeitorias tanto quando administrava a minha caza por mim mesmo como depois, que por minha permissão a administrou meu filho Manoel Joaquim, algumas das quaes poderão estar feitas [em] nome delle, mas deve seder em favor da minha herança por serem feitas com o dinheiro, e rendimentos da caza que elle administrava, como tambem qualquer quantia de dinheiro, que tenha emprestado dado a juro, ou por outro qualquer modo a qualquer pessoas no tempo da mesma administração, deve igualmente entrar em cumulo da herança para todos os meus herdeiros; por isso que foi dado dos mesmos rendimentos, e negocios que em nome administrava. E desta sorte dou este meu testamento, ultima e derradeira vontade por findo, e acabado, e rogo a meu filho o P.<sup>o</sup> Bento queira ser o meu testamenteiro, e fazer cumprir este meu testamento, para o que pesso a todas as auctoridades assim Ecclesiasticas, como civis, lhe dêm sua inteira validade, e fação cumprir e por não poder escrever, pedi ao P.<sup>o</sup> Ignacio Joze de Sá Sampaio e Couto, que este lhe digo que este me escreve-se e commigo assigna-se, e eu o P.<sup>o</sup> Ignacio Joze de Sá Sampaio Couto, Coadjutor da Igreja de Sancta Marinha de Louzado o escrevi, e depois de lho ler, e me dizer que estava munto a sua vontade, e como o ditára, com elle assignei

O P.<sup>o</sup> Ignacio Joze de Sá Sampaio Couto Coadjutor

[2]

**1836, Novembro, 27** – Actas dos trabalhos da Junta Eleitoral de Vila Nova de Famalicão.

Acta dos trabalhos da Junta Eleitoral reunida na Caza da Camara deste Concelho de Villa Nova de Famalicão

As vinte e sete dias do mez de Novembro do anno de mil oitocentos e trinta e seis na Casa da Camara deste Concelho de Villa Nova de Famalicão onde foi vindo o Presidente da dita Camara José António Vidal, aí se reunirão, mais os portadores das copias das Actas das Eleições para Deputados, e Substitutos ás Cortes Geraes, e Constituintes da Nação Portuguesa, a cuja Eleição se procedeo neste Concelho em nove Assembleias Eleitorais, cujas Cabeças, ou centros forão as freguezias de Villa Nova, Fradellos, Louro, São Cosme do Val, Joanne, Requião, Dellaens, Guardizella e Amozo, e forão portadores das Actas digo das Copias das Actas, da Assembleia Eleitoral desta Villa, os Doutores Rodrigo Joaquim de Menezes, e Bernardino de Sampaio Araújo, da Assembleia Eleitoral de Fradellos, Domingos da Costa e Sá, e Joze da Silva Carneiro, da Assembleia Eleitoral do Louro, João Luiz Rebello, e Joze Antonio da Costa Araujo, da Assembleia Eleitoral de Joanne, o Reverendo Agostinho Luiz de Araujo, e Manoel Joze Rodrigues, da Assembleia Eleitoral de Arnozo o Reverendo Manoel Joaquim Tobar, e Domingos Joze d'Oliveira, da Assembleia Eleitoral de Dellaens o Reverendo Manoel de Mesquita Barros e Joaquim Ignacio de Araujo Leão; da Assembleia Eleitoral de Guardizella, o Reverendo Joaquim Dias Pimenta, e Antonio Joze Machado, da Assembleia Eleitoral de Requião Domingos Alves de Araujo, e Joze Francisco de Araujo, e da Assembleia Eleitoral de São Cosme do Val, João Faria dos Guimaraens, e Domingos Joze de Carvalho. E logo o dito Presidente propôz a Junta para Escrutinadores Rodrigo Joaquim de Menezes, e a Bernardino de Sampaio Araujo, e para Secretarios João Luiz Rebello, e Joze Antonio da Costa Araujo, os quais forão unanimamente aprovados pelos membros da Junta: os nomidados tomarão assento, e constituida assim a Meza, e entregues as Copias das Actas forão-se abrindo seguidamente sendo cada huma delas lida publi-

camente em vóz alta por cada hum dos Escrutinadores, e ao mesmo tempo os Secretários forão escrevendo cada hum em sua relação, o numero dos votantes, e o nome dos votados, e o numero dos votos que cada hum destes tinha obtido nas referidas Assembleias Eleitorais, e sendo verificada a conformidade das suas relações, e observando-se em tudo a literal disposição dos artigos 39, 42 e 45 do Decreto de 8 de Outubro de 1836, se achou que os Cidadãos votantes em todas as referidas Assembleias Eleitorais, forão em número de mil e quinhentos e dezoito, e votados forão os seguintes =

[...]

Balthazar Machado da Silva Salazar	
mil duzentos e setenta e trez	1273
Barão de Leiria Coronel de Cassadores 4	
seis centos e dezoito	618
Bernardino de Sampaio Araujo	
mil e quatro centos e cincoenta e cincos	1455

[...]

E os Cidadãos votantes que formarão as ditas Assembleias Eleitorais outorgão aos Deputados, que em rezultado dos votos de toda a Divisão Eleitoral sahirem Eleitos na Junta da Cabeça della, a todos e a cada hum *insolidum* amplos poderes, para que reunidos em Cortes com os das outras Divições de toda a Monarchia Portuguesa, possão como Representantes da Nação fazer tudo o que for conducente ao bem Geral della; e que outorgão outrossim poderes especiais para fazerem na Constituição do anno de 1822, e na Carta Constitucional de 1826 as alterações, que julgarem necessarias, afim de estabelecer huma Lei Fundamental, que assure a Liberdade Legal da Nação, às Prorrogativas do Throno Constitucional, e que esteja em harmonia com as Monarchias Constitucionaes da Europa: e tendo-se observado tudo mais que detremina o artigo 46, e referencia do artigo 44; os Mezários nomearão para Portadores da Copia desta Actas os dois Escrutinadores Rodrigo Joaquim de Menezes, e Bernardino de Sampaio Araujo devendo apprezentala na Junta da Cabeça da Divisão Eleitoral que é na Villa de Barcellos, no dia 4 [?] Domingo do proximo mez de Dezembro, segundo detremina o dito Decreto; e assim concluidos os trabalhos desta Junta se lavrou esta Acta, e detreminou a Junta que della se extraisse a competente Copia, e entregase aos Portadores nomidados, e houve a Junta, e Meza por dissolvida, e eu João Luiz Rebello Secretario lavrei esta Acta que assignão os Mezarios, e eu a escrevi. O Prezidente Joze Antonio Vidal = Rodrigo Joaquim de Menezes Escrutinador = Bernardino Sampaio Araujo Escrutinador = João Luiz Rebello Secretario = Joze Antonio da Costa Araujo Secretario.

[3]

**1840, Maio, 21** – Escritura antenupcial de Bernardino de Sampaio Araújo e de Emília Ermelinda da Cunha.

Dotes p.<sup>a</sup> Cazam.<sup>to</sup> do Ill.<sup>mo</sup> Bernardino de Samp.<sup>o</sup> Ar.<sup>o</sup> da freg.<sup>a</sup> de S. Christovão de Cabeçudos  
Con.<sup>o</sup> de Villa Nova de Famalicão, com a Ex.<sup>ma</sup> D. Emilia Ermelinda da Cunha desta v.<sup>a</sup>.

Em nome de Deos Amen. Saibão quantos este Instrumento de dotes para Cazamento virem, que no anno do Nassimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil oito centos e quarenta, aos vinte e hum de Maio, nesta Villa de Guimaraens, rua dos Mercadores, e Cazas de propriedade e morada do Illustrissimo Joze de Abreu Cardozo Teixeira, Cavaleiro das Ordens de Christo, e Conceição, Conego Prebendado na Insigne Colegiada da Senhora da Oliveira onde eu Tabelião vim apparecerao; o mesmo de hua parte com sua sobrinha a Excellentissima Dona Emilia Ermelinda da Cunha maior de vinte e sinco annos, que vive com elle Thio, e he filha legitima dos Illustrissimos Antonio Joaquim da Cunha Bacharel Formado em Leis já falecido, e dona Anna Rita de Abreu Cardozo Teixeira e Cunha moradora na sua Caza do Terreiro da Mizericordia desta Villa; aparecendo igoalmente o Illustrissimo Carlos da Cunha Berrance filho da dita Dona Anna Rita de Abreu Cardozo Teixeira e Cunha figurando como Procurador della May em virtude da Procuração especial que apresentou, e aqui lera copeada; e da outra parte o Illustrissimo Bernardino de São Paio Araujo Bacharel Formado em Leis e actoa Juiz de direito substituto desta Comarca, natural da freguezia de São Christovão de Cabeçudos Concelho de Villa Nova de Famelicão, filho legitimo dos Illustrissimos Manoel de Sampaio Araujo, e Donna Anna Maria de Carvalho fallecidos, reconhecidos pelos proprios de mim Tabelião e testemunhas deste instrumento de que dou fé. E na minha presença, e das mesmas testemunhas disserão os Outorgantes juntos, e *insolidum*, o Procurador em nome de sua Constituinte, que se achavão juntos, e contractados de haverem de Cazar a Excellentissima Dona Emilia Ermelinda da Cunha com o Illustrissimo Bernardino de Sãopaio Araujo, que ambos se conservão no primeiro estado: e que tendo effeito este Cazamento recebendo-se hum com outro em face da Igreja na forma do Sagrado Concilio

Tredentino, e constituição deste Arcebispado fazião e declaravão de parte a parte seus dotes na maneira seguinte. Disse primeiramente a futura Noiva Dona Emilia Ermelinda da Cunha que se dotava pela sua parte não só com a quantia de hum conto de reis importancia do Legado que lhe deixou pela sua Terça seu Avô materno o Illustrissimo Joze Antonio Teixeira, e a que se he adstricto o dito seu Thio Joze de Abreu Cardozo Teixeira, e com a Legitima paterna, e seus rendimentos importantes na quantia de quinhentos mil reis da responsabilidade de sua May cabeça de Casal; mas igoalmente com a legitima materna que haja de vencer, e com o mais que advenha por sua via por doacção, herança, ou Legado, estabelecendo em todo este seu dote os privilegios que por direito lhe competem hajão ou não filhos de seu matrimonio. E por quanto assim o Thio como o Procurador da May della e Noiva quizerão realizar a entrega das quantias a que estavam adstrictos apresentarão em meza, o primeiro a de hum conto de reis importancia do legado e o segundo a de quinhentos mil reis da legitima paterna e rendimentos em bom dinheiro metalico corrente neste Reino, que com permissão da mesma Noiva forão contadas, e recebidas pelo futuro Noivo levando-as a seu poder, e guarda na minha presença, e das testemunhas de que dou fé, dando em consequencia paga deste dote à mesma Noiva, e esta a deu ao Thio, e May do legado, legitima paterna, e rendimentos, dezonando-os da sua responsabilidade a tais respeito. E disse o mesmo futuro Noivo Bernardino de Sampaio Araujo, que se dotava de si para si com as fazendas, e propriedades de raiz de que he senhor, e possuidor na predita freguezia de São Christovão de Cabeçudos, como são a Quinta chamada de Boamense; a de Palhaes do meio; a parte da fazenda de Villa verde comprada a Antonio Joaquim da Silva; a propriedade denominada de Santarem, e outras compradas, compondo-se os ditos bens de varios Prazos de vidas, e de parte aludiaes: assim como se dotava com a quantia de tres contos de reis metalicos, que tem parte consignados a juros nas maons de varios devedores, e parte em ser: E mais disse o mesmo futuro Noivo que dezejando desde já significar à sua Excelentissima futura Noiva o grande gosto que faz deste consorcio da sua parte a dota com a quantia de hum conto e seis centos mil reis metal de cuja quantia he Senhor e possuidor, e a tem em dinheiro em ser, alem da que fica comprehendida no computo de seu proprio dote, e se há por entregue delle como se a recebesse da propria mão da mesma futura Noiva dando-

-lhe della paga e quitação, gozando este dote de todos os direitos e privilegios estabelecidos no que da sua parte fez: com declaração que se ella falecer primeiro, e sem deixar filhos, este dote generoso não passará para seus herdeiros; mas sim para elle dotador; e houverão de parte a parte por declarados os seus dotes. Disserão ultimamente os outorgantes futuros Noivos, que se não resultarem filhos do matrimonio que vão contrahir não haverá communicação nos dotes, de forma que falecendo algum sem que fiquem filhos o que sobreviver se levantará com todo o seu dote, e metade dos adquiridos. Concordarão porem que a reversão se faça somente por morte do ultimo a seus respectivos herdeiros, e sucessores, por despozição, ou vocação uzufriendo o sobrevivente em sua vida e em qualquer estado o dote, e adquiridos do primeiro falecido. Que a reversão dos Prazos do Noivo no dito cazo de não sobrevivencia de filhos se fará a favor de seus sucessores escriptos, ou [?] ainda que pelas suas investidas, ou por effeito de renovaçoens na constancia do matrimonio a Noiva faça nelles vida; por que desde já para então fica por ella renunciado o direito de taes investidas, e renovaçoens, sem comtudo perder o uzufredo vicialicio, sendo a sobrevivente, e a segurança do seu dote numerario a que todos os bens em geral ficão hypothecados. E que no outro cazo de haverem, e sobreviverem filhos de entre os Noivos, ainda que o que mais viver se torne a cazar, e venha a ter mais filhos os Prazos, e bens aqui contemplados sucederão nos deste primeiro matrimonio, em tal cazo chamados à sucessão. Nesta conformidade se declararão juntos, e conformes, prestando o procurador da May da Noiva em nome della a sua approvação, e se obrigarão juntos, e *insolidum* ao cumprimento firmeza, e observancia deste contracto por suas pessoas, e suas Terças. Assim o outorgarão, e acceitarão de que dou fé, e requererão nesta Nota o prezente Instrumento donde concederão os traslados necessarios, e eu Tabelião estipulei, e acceitei em nome de quem mais tocar pode. E o theor da Procuração mencionada he o seguinte = Pela presente dou poderes a meu filho Carlos da Cunha para que possa em meu nome outorgar, e assinar a Escripura que vai celebrar-se para o casamento de minha filha Dona Emilia Ermelinda da Cunha com o Illustrissimo Senhor Bernardino de Sampaio Araujo, em cujo acto contará e entregará a importancia da legitima que ella tem vencido por morte de seu Pay e meu marido que Deos haja Antonio Joaquim da Cunha, approvando as clauzulas, e condiçoens reciprocas, e uteis; o que haverei por bom, e firme. Guimaraens, vinte de Maio de mil oito centos e quarenta = Dona Anna Rita de Abreu Cardozo Teixeira e Cunha = Reconheço a Letra da Procuração e Signal supra da mencionada Dona Anna Rita de Abreu Cardozo Teixeira e Cunha. Guimaraens vinte de Maio de mil oito centos e quarenta annos = lugar do Signal publico = Em teste-

munho de verdade = Tabelião Nicolao Teixeira de Abreu = E trasiada a dita procuração conferi com a propria a que me reporto em meu poder; e assinarão todos os outorgantes com as testemunhas presentes o Illustrissimo João Baptista Gonçalves Sampaio Cavaleiro das Ordens de Christo, e Conceição, conego prevendo na Insigne Collegiada da Senhora da Oliveira morador no Campo da feira desta Villa, e o Illustrissimo João Barrozo Pereira Fidalgo da Caza Real Cavaleiro Profeço na Ordem de Christo residente nesta Caza; e foi lido por mim Nicolao Teixeira de Abreu Tabelião que o escrevi = Nicolao Teixeira de Abreu = Emilia Ermelinda da Cunha = Bernardino de Sampaio Araujo = Joze de Abreu Cardozo Teixeira = Carlos da Cunha Berrance = João Barrozo Pereira = João Baptista Gonçalves Sampaio.

O qual Instrumento fis extrahir da propria Nota a que me reporto com a qual este conferi e vai na verdade. Guimaraens  
*Era ut retro.* E eu

Nicolao Teixeira de Abreu Tabelião publico de Notas o sobscrevi

## Apêndice B

### *Intervenções parlamentares de Bernardino de Sampaio Araújo Cortes Constituintes 1837-1838*

[1]

Acta 13.

Sessão 3 Fevereiro 1837.

E eu pedi a palavra, Sr. Presidente, para propor a este Congresso a nomeação de uma Commissão especial para redigir um Projecto, do Codigo Penal, ou Criminal, e então peço licença ao Congresso para expender em breve as razões em que me fundo para pedir esta medida.

Diz *Delolme*: o Poder Judiciario bem organizado é o credito dos Governos; e diz elle não obstante isso, o Poder Judicial em Roma não foi mais que uma tyrannia. O principio é verdadeiro, e a nós cabe a censura: é verdadeiramente o principio porque as Leis são pormenores, são teses, são principios para se conseguir o verdadeiro fim da sociedade, que é o bem estar dos Cidadãos, cujo bem estar consiste na segurança das pessoas, e da propriedade; e é o poder judicial, que applicando a Lei ao facto faz apparecer esse bem; e por isso é elle (o poder Judicial) que apresenta a prova real, ou criterio da bondade dos Governos; se porém está mal organizado em logar de apresentar os referidos bens, não produz senão tyrannia, como diz aquelle Escriptor: eu creio sem duvida que de nós se pôde dizer o mesmo; porque o Poder Judiciario, não apresenta mais que um quadro de tyrannia continuada. Eu não faço censura aos Magistrados, porque o defeito existe na Lei; e muito menos a faço a mui dignissimos Magistrados que tem assento neste Congresso; não fallo de pessoas, fallo do defeito da Lei! – Sr. Presidente, em Portugal não houve tyrannia sómente no tempo da usurpação, tem-a havido desde a fundação da Monarchia até aos Filippes, no tempo delles, e depois até à Constituição de 1820, durante ella, e depois até à Carta, e depois no tempo da usurpação, e ainda hoje a ha: porque o Codigo Criminal é o que é! É a Ordenação do livro 5.<sup>o</sup>! É um Codigo feito por um Principe estrangeiro, para o fim de sustentar a usurpação, para castigar a uns e favorecer aos outros; parece que aquelle Codigo foi escripto com letras de sangue; em todas as suas paginas não se encontra senão a pena de morte, bem semelhante à Cartilha da Via-Sacra, que em todas as paginas tem pintada uma cruz. E com effeito, similhante Codigo tem sido pesadíssima cruz para os Portugueses, redigido contra todos os principios de Jurisprudencia! Classificou as pessoas, e não os crimes; e isso foi para crucificar umas, e apadrinhar outras; em verdade se tivessem hido ao patibulo todas as pessoas que ahi se mandam enforcar, Portugal estaria despovoado!!! Mas, Senhor Presidente, este Codigo (a Ordenação) cahiu em desuso; e o que temos em logar della? Nada. Um poder discricionario dos Juizes que, por isso mesmo é arbitrário, não pôde ser senão uma tyrannia. – Attesta o referido Escriptor que na Inglaterra a mingoa de Leis Criminaes foi supprida por sentenças magistraes de seus Juizes, e que o povo Inglez aquiescendo, veio a constituir um Direito Consuetudinario; mas entre nós bem pelo contrario, as decisões Judiciais tem sido tão varias, e inconstantes que tem feito mais do que acarretar o nosso ódio...

Sr. Presidente, é indecoroso à Nação Portuguesa, que ainda se governe por similhante Codigo; e então o que se segue é propor o remedio para este mal; este remedio creio que é fazer-se um novo Codigo, mas o que é necessário é procurar o meio da brevidade. Um Codigo para ser discutido artigo por artigo, e passar por todos os tramittes parlamentares, tem de levar

um ano, ou mais para se fazer; eu vejo o Congresso embaraçado com muitos outros objectos, como são os de Fazenda, preferidos a todos; formação da Constituição, Lei dos Foraes, etc., etc.; e então neste caso,

Proponho: 1.º que se pergunte ao Governo se existe alguma Comissão externa que tenha tractado deste objecto, e se ha algum Projecto a esse respeito: e 2.º que se nomeie uma Comissão especial, que seja composta de maior número de Membros, que as Comissões que a tem feito, e ella tracte desse objecto; e vista a impossibilidade de se discutir o Codigo que ella nos apresentar, ofereça-se à Sanção, e atiremos com elle à Imprensa, e vá discutir-se na prática; porque em fim sempre ha de ser melhor que o Codigo que nós hoje temos.

– Não vejo outro meio de poder remediar este inconveniente: o meu desejo, e creio que o de todos os Cidadãos Portuguezes, é que a Ordenação não exista mais, se possivel fosse nem uma hora; torno a dizer que não vejo outro meio de remediar este inconveniente, e por consequente vou mandar para a Mesa a proposta para que se nomeie a Comissão especial.

[2]

Acta 157.

Sessão 10 Agosto 1837.

Sr. Presidente: = Eu tenho a honra de ser Deputado pela Provincia do Minho; não posso deixar de tomar parte, e muito activa, nesta discussão, e rejeitar o Projecto que me parece conter a maior injustiça do mundo, e ser summamente offensivo aos interesses e direitos das tres Provincias do Norte, segundo as razões que passo a expender. É injusto o Projecto porque é manifestamente opposto à Lei, que é o Codigo Administrativo; o quanto bastaria para eu repudiar semelhante Projecto. Vejo que se argumenta com conveniencias; mas, Sr. Presidente, eu estou deliberado a jamais sacrificar principios de justiça a argumentos de conveniencia. Quando o Legislador se aparta dos verdadeiros principios, fica inteiramente perdido sem atinar com a verdade, ficando constituido no mesmo estado de uma embarcação sem leme, piloto sem instrumento para as observações, e o viandante sem itinerario, o qual tendo de atravessar mil incruzilhadas infallivelmente se perde: assim é Legislador quando abandona os principios, e se mette no grande oceano das conveniencias. Assim mesmo os Srs. Deputados que apenas antolham as conveniencias do Municipio do Porto, devem levantar mais as suas vistas, e contemplar as conveniencias das três Provincias do Norte; e então poderão decidir qual dellas tem maior peso. A Comissão apresenta outro argumento, que consiste no facto da infracção que o Municipio do Porto commettêra já o anno preterito; mas, Sr. Presidente, a Comissão não deve ignorar que factos não provam direito, e que do facto de infracção não pode deduzir-se outra consequencia senão a sua prompta repressão; e isto é que se conforma com as Leis do Paiz, e assim o dispõe a de 18 de Agosto de 1769, que não admite direito consuetudinario contra a Lei escripta. Mas, Sr. Presidente, em que tempo foi commetida a primeira infracção pelo Municipio do Porto? Durante um regimen, que foi necessaria uma revolução para ser corrigida! E então é assim que se estigmatizam abusos, e usurpações?

Sr. Presidente: na deliberação da Camara existe até uma falsidade, a qual consiste em chamar à taxa imposto sobre o consumo, quando é uma verdadeira *Portage*! Sem duvida, porque quasi todos esses generos que constam do Edital da Camara, longe de terem o seu consumo dentro do Municipio do Porto, sahem para fóra, vão ser consumidos nas Provincias; e portanto a taxa ficou sómente no transitio, e por isso é que com muita propriedade lhe chamam *Portage*, direitos abominaveis, e que se acham abolidos pelo Decreto de 19 de Abril de 1832.

Expõe mais a Comissão no seu Parecer, que os moradores do Porto tem pago sem repugnancia, e por isso que não ha difficuldade em se aprovar a taxa; mas Sr. Presidente, este argumento nada colhe, porque esse imposto não recahe sobre os moradores do Municipio do Porto (excepto a respeito do que elles consomem), recahe sim sobre os moradores das tres, ou quatro Provincias do Norte.

E com effeito se em Economia Política ha alguma questão sobre o verificar em geral quem verdadeiramente paga os tributos (se bem que eu não me atenho de que o consumidor é o que verdadeiramente paga); todavia neste caso não tem logar a duvida, visto que a mesma denominação do imposto chama para pagador o consumidor; e como esses generos, taxados na Pauta do Municipio do Porto são repartidos pelas tres, ou quatro Provincias do Norte, segue-se que aquelle Municipio taxou para suas despesas peculiares pelo menos ametade do Reino! Aonde pois se achará maior injustiça? Sr. Presidente, eu seria o mais indigno dos homens, se me não opposesse com todas as minhas forças a tão revoltante injustiça, que vai opprimir um Povo honrado, e brioso que me faz a honra de enviar a este Congresso!

Agora, Sr. Presidente, vou demonstrar, que semelhante taxa é offensiva, e da agricultura, e industria das Provincias do



Norte. Aqui tenho a celebre Pauta, lançando-lhe os olhos logo deparo com o artigo = bacalhão = este genero estando já bastante sobrecarregado nas Pautas geraes, foi tambem por nós collectado para a Junta do Credito Publico; e com bastante magoa de nossos corações; e agora está também collectado pelo Municipio do Porto. Porque preço, Sr. Presidente háde elle chegar a diversas terras das Provincias? Aqui tem-se dito que os lavradores não comem bacalhão senão em dias de bôda; mas isto não é exacto, e se estas asserções tivessem sido feitas fóra deste Congresso, eu diria, que ellas sómente tendiam a achincalhar a classe dos lavradores, que, a meu ver merecem melhor consideração. Sr. Presidente, eu declaro, que tenho a grande honra de ser lavrador de nascimento, e de profissão, mesmo lavrador de tamanco, e que por minhas mãos faço algum serviço quando tenho occasião; eu conheço bem o trafico da lavoura dos meus parentes, vizinhos, amigos, e de todos os lavradores daquellas Provincias, sei que o genero bacalhão longe de servir sómente para bôdas, é comida ordinaria para a maior parte dos serviços; e ficando assim taxados, os lavradores não poderão compra-lo. Vejo mais, taxado o linho: Sr. Presidente, nas Provincias do Douro e Minho ha uma grande industria de pannos de linho, e linha, com cujos generos se faz um ramo de commercio com paizes estrangeiros, ajudando-nos assim a sustentar a balança do commercio; mas ficando taxado este genero, cahirá tão util ramo de industria, e ficarão reduzidas à miseria immensas familias. Está mais taxado o aço, e o ferro; ora quem ignora, que em Guimarães ha uma grande industria de cutelaria, e em Braga de prego, e tacha; e que sendo taxada aquela materia prima, padecerá bastante a profissão de um Povo tão industrioso! Não escapou, nem a droga de Ipicacuanha, o ticum, tão necessario para as redes dos desgraçados pescadores, e até foi taxado um artigo de primeira necessidade, qual o unto ou banha! Por esta forma os pobres daquellas Provincias não poderão mais comprar um bocadinho de gordura para adubar as tristes couves! Até os chifres lhe fizeram conta, quando é uma materia prima, que quasi toda vai receber sua manufactura à industriosa Cidade de Braga. Basta de analyse; porque o mesmo poderia dizer de quasi todos os generos taxados.

Outro argumento produz a Comissão, e consiste em dizer que o imposto é insignificante; mas a isso respondo, 1.º que a maldade das coisas está na entidade, e não na quantidade, e por isso elle tão injusto é sendo grande, como pequeno; e 2.º porque assim mesmo está orçado em 80:000\$000, que o Municipio do Porto quer tirar dos Municipios alheios, direitos que elle tenta usurpar com violação das leis, e prejuizo desses Municipios, que se hão de vêr na necessidade de não poder taxar os mesmos generos sem a maior das violencias, e por conseguinte ficarão privados dos meios de occorrer a suas despesas, que são tão sagradas como as do Municipio do Porto, ou talvez mais, visto que grande parte destas (do Municipio do Porto) são empregadas em matéria de luxo.

Resta-me dizer, que se acontecer a desgraça de ser approvada semelhante usurpação, então os restantes Concelhos das Provincias, infallivelmente hão de retaliar o Municipio do Porto, taxando todos os generos que do reconcavo descem para a Cidade; e assim ella ficará reduzida a um assedio civil, ou economico; e os Concelhos não precisam que eu os convide a uma tal medida; elles já estão convidados, porque eu fallei: logo pennas escreveram, e as minhas vozes lá vão chegar. Se assim acontecer, e depois vierem denuncias ante o Congresso, deve o mesmo ficar já na intelligencia de que será forçado a approvar quantos excessos commeteram; pois eu não espero ver a injustiça da parcialidade, denegando-se a qualquer Concelho, o que agora for inotorgado ao Municipio do Porto. Por ultimo notarei, que sem fazer censura aos Membros da illustre Comissão, esperava que ella usaria da deferência para com os Deputados das Provincias do Norte, de os ouvir em uma materia de tanta gravidade, e que privativamente affectava aquellas Provincias. Voto contra o Parecer, e Projecto da Comissão.

[3]

Acta 195.

Sessão 29 Setembro 1837.

Quando este projecto se discutiu na generalidade havendo eu pedido palavra, desisti della por economizar tempo; mas logo protestei que havia de fallar quando se discutisse na especialidade, e é esta a razão porque não desisto, agora da palavra, não obstante estar a discussão tão adiantada, ainda que me pareça que a materia não está esgotada. Sobejamente discutida está ella há cincoenta annos; mas longe de a reputar esgotada, entendo antes que ainda resta materia para outros cincoenta annos. Nós vamos lançar os fundamentos da monarchia, e por isso mesmo vamos contrair grande responsabilidade, e teremos de ser abençoados, ou amaldiçoados pelos nossos concidadãos; nós teremos, talvez de ser accusados no tribunal da opinião publica, e por isso cumpre que a nossa defesa fique já escripta. Sr. Presidente, é bem desigual o terreno a um Deputado, quando entra na discussão nesta altura, vendo-se na necessidade, ou de cahir em repetições, que são sempre desagradaveis, e talvez inuteis, ou de cercear seu discurso, e calar suas idéas; eu pois farei por evitar o primeiro defeito, e se

alguma vez recorrer a princípios já expendidos será debaixo de nova consideração.

Princípio pois por reproduzir um argumento, que muitas vezes se tem allegado neste Congresso; mas a que ainda se não deu toda a importância. Consiste na ordem dada na nossa procuração: diz ella que se revejam as Constituições de 22 e 26, e que da refundição resulte um pacto social, que harmonise com o direito publico europeu; ora hoje na Europa não há governo representativo sem duas Camaras: ergo o nosso mandado impõe-nos a obrigação de decretar duas Camaras.

Sr. Presidente, a Constituição deve ser feita segundo a vontade dos povos, e não pelo nosso paladar; nós fomos mandados, o nosso dever é cumprir com as ordens de nossos constituintes; eu não me aparto deste principio, e para mim seria sufficiente para regular o meu voto; no entanto vou entrar na materia.

Esta questão Sr. Presidente; tem sido tratada pelos dous methodos com que todas se tratam, isto é a *priori*, e a *posteriori*. Pelo primeiro methodo se tem demonstrado que a maior perfeição do systema constitucional representativo consiste na organização de duas Camaras, fundada no systema do equilibrio, ao que se tem respondido vagamente, querendo negar-se a deducção das regras, que regulam a natureza fisica para a ordem moral; pois, Sr. Presidente, eu sou outro equilibrista; e acho que a applicação é muito possivel por semelhança. Lembro-me de ler em *Bentham* a confissão que fez de que para a composição de suas excellentes obras pouco se servira de *Coveio, Blakstone, Pothier, Vatel, etc.*, e que tirara muito mais de *Lineo, Calen, Bergnan, etc.*, e eu até acrescento que a jurisprudencia não chegará à sua perfeição em quanto se não alliar com as sciencias naturaes.

Sr. Presidente, se na natureza fisica não ha quiete, mas sim equilibrio, o mesmo é na ordem moral, onde também não ha quiete, e sómente póde desejar-se equilibrio. O coração do homem tem um vasto infinito, que nunca póde saturar-se; cada homem deseja todo o mando, e dominar os de mais; mas se isto é impossivel, fica claro que o homem não póde conseguir quanto póde desejar; e por conseguinte nunca chega a um estado, de saturação; isto é, ao estado de quiete, e nisto são os homens todos iguaes.

Mas, Sr. Presidente, tambem é certo que são desiguaes, e bem desiguaes os meios, que a natureza dá a cada um para suas aquisições; a força fisica, a força intellectual, a força moral, o valor, e a intrepidez etc., são os meios, com que a natureza dota os homens com a maior desigualdade. O *Horacio*, quando pela sua força fisica, e valor deu uma victoria aos romanos, conseguiu direitos sobre a mesma nação, que ella teve de lhe pagar bem depressa, perdoando-lhe o crime de um assassinato. *Artaxerxes* rei da Persia, vendo o seu reino acometido de uma grande peste, e tendo noticia do famoso medico *Hypocrates*, que existia na ilha de Cós, mandou convida-lo para atalhar aquella molestia, oferecendo grandes sommas de dinheiro, e honras de príncipe; *Hypocrates* recusou, porque Athenas sua patria experimentando o mesmo flagelo, teve elle o patriotismo de preferi-la. Foi com effeito para Athenas, prestou grandes serviços, e o governo decretou-lhe uma corôa de ouro, e que seus filhos fossem sustentados pelo thesouro. Pergunto, quem poderia naquelle tempo disputar, a coroa de *Hypocrates*? Em Roma, tendo *Numa Pompilio* adquirido grande renome pela sua rara virtude, foi eleito rei e tirado da rabiça do arado para empunhar o sceptro. Eis aqui, Sr. Presidente, homens com aquisições especiaes, riquezas e grandezas, que ninguem lhes podia disputar, nem, por conseguinte a sua posição singular na sociedade. Eis aqui a figura das summidades sociaes, que não pódem deixar de ter uma representação especial, pela qual se consiga o equilibrio com as faculdades medias; é este o systema do equilibrio. Eu comparo o governo complexo de uma nação com o complexo d'uma balança: a columna, que tudo sustenta, é a nação, as Camaras estão cada uma na sua concha, o rei é o fiel, que ao vertice vigia pelo equilibrio. Os negocios d'uma nação, bem como os de uma familia, são uma lida continua, uma disputa sem fim, e este systema mette essa disputa entre os proprios interessados, e deixa o rei de fóra; bem semelhante à disputa dos atletas; quem joga são as Camaras, e o rei é o padrinho. Os Srs. Deputados, que impugnam a necessidade deste equilibrio suppoem, os homens iguaes; mas isso é uma quimera. Em quanto às faculdades pessoas já o demonstrei, e em quanto aos bens da fortuna não é preciso prova, a experiência o mostra, e nós o vemos com os nossos olhos.

Não me demoro mais nesta demonstração, e passo já à parte historica. A historia portuguesa é a verdadeira sciencia; assim como os astros giram em uma linha, os homens também tem sua orbita: quem quizer ver por onde vai, veja por onde os outros foram. O que *Horacio* diz das palavras póde applicar-se aos imperios, e a quanto existe = *Multa renascentur, que jam accidere, cadentque quoe sunt in linuore* = Eu passo pois a analysar alguns factos da historia, e principiarei pela moderna. Não existe hoje nação no mundo com governo representativo, que não tenha duas Camaras. No mundo novo todos os governos americanos tem duas Camaras. Mas os Srs. Deputados, que seguem a opinião unitaria, atribuem este facto, a certos restos do feudalismo, cuja influencia, produziu as Camaras altas, como por uma transacção. Pois eu vou demonstrar que é falso tal argumento. Todos os Estados Americanos, quando se emanciparam de suas metropoles, desconheciam o principio do feudalismo, e longe de serem influidos por algum monarcha (exceptuo por ora o Brazil) ou de qualquer aristocracia com que tivessem de transigir, antes se constituiram com odio, e aversão aos elementos monárchicos, e aristocraticos, por conseguinte não procedem os argumentos dos illustres Deputados. Em quanto ao Brazil, é verdade que se constituiu debaixo dos auspicios d'um

príncipe; mas também é certo que, depois d'elle ter abdicado a corôa, aquella briosa nação passou por uma prova, que foi reformar sua Constituição em muitos pontos, e com toda a serenidade; mas não aboliu o senado.

Na Europa a França, no periodo da sua revolução apresentou uma, duas, e tres Camaras; mas por fim veio a parar em duas. Além das de mais nações com duas Camaras, que já se tem apontado.

Lembro a Polonia, que na Dieta de 1788 até 1791, discutiu pausadamente uma Constituição com certeza da maior segurança pela alliança com a Prússia, e também ahi se estabeleceu um senado.

Sr. Presidente, como se tem discorrido largamente ácerca da historia moderna, eu passo já a fazer alguma reflexão sobre a historia antiga.

Moyses considerado como legislador foi um dictador, bem como os juizes o foram; a nação Hebraica foi uma republica, e ahi foi estabelecido um senado, que são aquelles setenta anciões de Israel, de que se falla nos *Numeros* capítulo 11°. Roma teve um senado desde a fundação, e existio em quanto durou aquella nação. Em Roma fez-se tudo quanto ha de grande e pequeno; bom e mau. Roma experimentou todas as formas de governo; fez e desfez tudo; sómente o senado foi immutavel, o qual se conservou ao travez de tantas, e tão variadas vicissitudes. Athenas teve um senado dado por Solon, quando reformou o seu governo; Cartago teve um senado que durou mais de quinhentos annos; e Esparta também o teve composto de vinte e oito anciões, e dous principes, pela reforma que fez Licurgo etc. etc. Resta-me falar de Portugal. Portugal, Sr. Presidente, teve um governo constitucional, e representativo desde sua fundação, pois é certo que teve a representação classica das duas Camaras. Ainda houve outra representação do clero, assim como em outras nações; mas isso procede de falsidade do direito publico então, adoptado, de que o clero constituia um braço separado: mas como tal doutrina está hoje estigmatizada, e sem applicação nada cumpre reflectir, a respeito de Portugal. No entanto é certo que as summidades tenham representação propria, e a nobre representava regularmente não só o nascimento, mas também a alta propriedade, sciencias, e altos empregos, porque tudo possuam pela maior parte. Hoje porém que assim não é, visto que essas summidades de propriedade, e empregos, ou sciencias se acham também fóra da nobreza, é consequente que a organização da segunda Camara deve ser mui diversa. Eu espero que não seja objecto de censura o ter avançado, que nos tempos antigos já tivemos duas Camaras, quando esses chamados braços do estado celebraram suas sessões em uma só casa. Eu acho que não é verdade orthodoxa, que os dous corpos deliberantes trabalhem separadamente, talvez que para o futuro ainda se emprenda de que fórma será a tal respeito; se porém a separação é regra immutavel, o mais que póde seguir-se é que houve defeito na fórma, porém a representação classica existio. Eis aqui os nossos costumes, dos quaes não podemos apartar-nos. Sr. Presidente, tem-se feito uma objecção commum contra os senados, e consiste em dizer, que elles tem abusado muitas vezes de sua authoridade; e talvez mais que todos da sciencia no seculo passado, que deu causa às facções chamadas dos chapeos, e dos barretes: respondo, se o abuso fosse razão sufficiente para a extinção, teriamos de arrancar as nossas vinhas, porque muitos tem abusado do vinho; teriamos de botar fóra as riquezas, porque muitos homens ricos tem dilapidado seus cabedaes, e ficado pobres. De nada se tem abusado tanto como da religião; e quanto mais se abusa dela, mais necessaria é a sua conservação. Em fim, os homens tem abusado até da propria existência, suicidando-se; e todos estes abusos não demandam senão repressão. Mas se os senados tem cometido abusos, também tem feito grandes serviços. O senado foi que salvou Roma do perigo, em que se achava depois da batalha de Canas dada por Anibal. Elle veio todo esperar as reliquias do exercito, animou-o, e d'ahi voltou em direitura metter seu dinheiro no thesouro; o povo seguiu tão heroico exemplo, e a pátria salvou-se. Quando os Gauleses alcançaram a batalha da Asia, e invadiram Roma, a mocidade recolheu-se ao Capitolio para se defender, e o senado composto de oitenta veneráveis anciões teve a coragem de esperar seus inimigos na sala das sessões, e ahi se deixaram trucidar, assentados em suas cadeiras de marfim. Ha milhares de exemplos de valor, e de civismo praticados pelos senados, que a brevidade do tempo não permite recordar.

Resta-me fazer outro argumento de *minori ad majus*, e consiste em que a mesma Casa dos Deputados, eleita sobre um censo, que exclua os pequenos proprietarios, e os proletarios, já é privilegiada, e mais, ou menos aristocratica a respeito das classes excluidas; e assim como estas não são sufficientes para representar a classe media, segue-se a *fortiori* que também isto não é sufficiente para representar os interesses das summidades; e faze-los descer á urna commum seria confundir o que é distincto, e sujeitar essas summidades a uma grandissima desigualdade numerica.

Não quero cançar mais o Congresso; voto por duas Camaras.

[4]

Acta 202.

Sessão 7 Outubro 1837.

Eu entendo, como muitos Srs. Deputados, que esta materia é sem dúvida a mais espinhosa, que nós temos a resolver. Diversas opiniões tem apparecido sobre a fórma de organizar a camara alta, e appareceu uma, com a qual eu me conformo, porque me não conformo com a opinião da maioria da commissão, nem com o da minoria. Eu principiarei pois, Sr. Presidente, por emitir a minha opinião a respeito da formação desta segunda camara, e depois mostrarei com argumentos as razões, porque entendo que ella deve ser assim formada, apartando-me quanto ser possa da história, porque me parece que nas circumstancias, em que nós presentemente estamos, pouca applicação pôde ter. Eu sou de opinião que esta camara alta, ou pariato, seja composta de membros tirados das summidades, que compõe a maioria da nação, e a fórma de as levar a essa camara alta, que seja por um censo, e depois a eleição começar na urna por listas triplices, e depois o Rei escolher um. Eu já disse que não recorreria muito à historia, não só pela razão que já dei, mas também porque todas as nações tem o seu modo de ser, próprio do seu estado politico; Portugal também tem o seu, do qual cumpre derivar a fórma de suas instituições. Esta questão é a meu ver, não só questão de direito, mas tambem de facto. Sr Presidente, o meu modo de raciocinar sobre esta materia é uma consequência do que disse, quando se tractou da questão sobre o numero de camaras, que devia haver. Srs., ha summidades em uma nação, facto que ellas apresentam, e que se não pôde destruir, ha summidades na propriedade, e estas summidades não se podem destruir. A tentativa de igualar a todos em propriedade tem sido ensaiada por todas as nações da antiguidade: começou em *Moyses*, e acabou com os *Gregos* e *Romanos*.

Entre os Hebreus havia o jubileo da quinquagesima, em cujo dia a propriedade alienada voltava à primeira familia, as dividas ficavam perdoadas, e o captivo ficava livre. Mas este systema não produziu a desejada igualdade, nem podia, visto que, não sendo prohibidas as alienações, essa igualdade não era forçada senão dous dias em cada seculo.

Estas leis foram copiadas para *Esparta*, aonde *Licurgo* fez uma divisão tão igual que um dia, quando passava com seus amigos, disse: não parece uma partilha feita entre irmãos? Mas não passaram muitos annos que a propriedade não tornasse a apresentar grandes summidades, e até classes medias. O mesmo aconteceu entre os Romanos; e hoje é frase dos economistas que é um paradoxo querer igualar todos em propriedade, e que, ainda quando possível, não deveria fazer-se, porque seria destruir toda a industria. As summidades dos empregos, essas hão de sempre subsistir; porque entre nós existe um tribunal supremo de justiça, presidentes de relações, etc., e eis aqui uma summidade, que não pôde destruir-se. Também se não pôde destruir, a que existe entre a nossa nobreza, fallo da nobreza de nascimento verdadeira, e não da falsificada. Sr. Presidente, se é licito comparar as cousas grandes com as cousas pequenas, como fez Ovidio, lembro que os porfुरagenetas sómente pelo facto de terem o nascimento na purpura são demandados das mais remotas regiões para em paizes estrangeiros subirem as escadas do solio. Semelhantemente muitas pessoas, tem feito sua fortuna somente pela qualidade de seu nascimento. Este outro facto, que existe nas sociedades, é que não pôde destruir-se, porque está enraizado nos costumes: digo pois que existindo estas summidades é necessario que tenham uma representação, e são estas as razões, porque eu votei por duas camaras, porque a não ter assim formada a segunda eu votaria por uma só. Agora responderei a um argumento produzido pelo Sr. Deputado por Aveiro, que disse havia tendência da classe summa para absorver a classe media. Que existe esta tendência eu o sei; mas o que eu sei tambem é que todos querem subir, e ninguem descer, d'onde infiro que o espirito absorvente existe na classe media, e não na summa, e então o argumento é contra o Sr. Deputado: ele confessa que existe uma especie de conflito entre a classe media, e a summa: mas Sr. Presidente, para que esse conflito se decida não no campo, nem por meio das armas, mas na arena parlamentar, é necessario que essa classe seja representada. Mas se a segunda camara for escolhida da mesma maneira que a primeira, eu entendo que então, não é uma segunda camara, será uma secção da primeira, porque teria a mesma tendencia, e então, em logar de servir de modificador, seria uma força conspirante com a primeira, e quando nós pensávamos que iríamos remediar um inconveniente, cairíamos em um erro maior, como diz Horácio – *In vitium dueit culpae fuga, si caret certe*.

Outro argumento, porque eu, e muitos Srs. Deputados votamos pela segunda camara, é para que esta exerça a função de revisão dos trabalhos da primeira: e eu mostro que este principio de revisão não pôde existir, uma vez que a camara alta não tenha outro modo de formação. Os objectos moraes, assim como os fisicos, tem diversas faces, por onde podem ser examinados; mas com esta differença que os fisicos tem em si mesmos suas propriedades, e as dos moraes existem em nós, isto é nos nossos interesses, e nas nossas paixões; e é por isso que Plutarco dizia que nós observamos os objectos ao travéz de prismas de diversas côres, e que segundo elles nos são representados. Estas côres pois na ordem moral nascem dos nossos interesses, e estes da nossa posição social; e por conseguinte é necessário que esta posição seja diversa nos membros da camara alta, a fim de que possam considerar diversamente os negocios, que lhes forem transmitidos da camara dos Deputados, e assim desempenhar a função de revisão.

O outro argumento, que geralmente reinou neste Congresso para se formar a segunda camara, era para servir de retardador do movimento da camara dos Deputados, na qual existe sempre grande tendência para fazer innovações, e grande numero de leis, o que de certo é um mal. Sr. Presidente, tudo que tem movimento, e toda a machina, que tem movimento tem

sempre um retardador a esse movimento, e a machina, que não o tem está muito sujeita a arrebentar a cada momento, a propria vida animal tem retardador, que é o somno, e por consequencia o movimento da camara do povo precisa de ter um retardador, e este retardador é a camara alta; é necessário que tenha diferentes interesses, como já disse, e maior idade, ao menos de quarenta annos; porque só assim poderá a segunda camara contrabalançar o andamento da primeira.

Agora direi eu a maneira, porque se elegerão esses membros, que hão de compor este segundo corpo: quererei que haja um censo elevado de fortuna, e de idade, e depois de ter principio na urna eleitoral em listas triplices o governo escolher, e em numero fixo um de cada terno. Aqui apparece o principio da urna, que é a base de todo o systema representativo. Desnecessario será demorar-me em enumerar as grandes vantagens deste systema, e só direi que não posso concordar em que seja de eleição pura da corôa, porque, tendo a segunda camara de exercer a representação nacional em concorrência com a camara do povo, tem de deliberar sobre os interesses do povo, e deve pertencer a sua primitiva origem ao mesmo povo; porque só a este, por meio de seus representantes, compete fazer as leis; deve pois ter sua primitiva origem no povo. Mas não quero só no povo, porque sendo esta segunda camara um elemento de transação, pela mesma transação é o povo, e a corôa, quem deve concorrer na sua formação; por conseguinte não sou de parecer, que os membros da camara alta sejam exclusivamente eleitos pela corôa, nem pelo povo. Não pela primeira fórma, a fim de evitar que os candidatos se tornem nimiamente servis, a favor do poder, e adversos ao povo; e não pela segunda, para que também não procurem popularidade demasiada, e venham a tornar-se formidaveis à sociedade, defeitos, que não acontecerão, se eles tiverem o seu principio na urna, e o seu fim na escolha do Rei, porque não terão senão de ser justos, isto é, justos para com o povo, e rectos para com o Rei: então existirá o equilibrio. Alguns argumentos, que tem sido produzidos em contrario já tem sido sobejamente respondidos por outros Srs. Deputados, e por isso, e tambem em attenção a economizar tempo, deixo de fazer algumas reflexões mais a tal respeito, e concludo, declarando que voto contra a maioria, e minoria da Comissão, visto que reprovo os methodos de eleição pura, e exclusiva, e apoio a eleição mista da corôa, e do povo: em quanto à duração voto que seja vitalicia.

[5]

Acta 255.

Sessão 11 Dezembro 1837.

Sr. Presidente, eu residí cinco annos e meio no Imperio do Brazil, que foi o espaço da minha emigração; e havendo recebido alli todos os favores que se podem esperar da hospitalidade de uma Nação civilisada, julgo do meu dever em respeito á verdade, á justiça, e á gratidão defender o decôro daquela briosa Nação, das vagas, infundadas, e menos exactas que profériu o meu illustre Amigo, o Sr. Barão da Ribeira de Sabrosa.

Sr. Presidente, é verdade que existe o máo estar de muitos Portuguezes no Brazil, mas também é verdade, que esse mal não é tão grande como se pinta, nem o Governo Imperial tem culpa alguma; e o caso é: Quando no Brazil expirou o trafico da Escravatura, promulgou-se uma Lei solemne e geral, pausadamente discutida pelas Camaras Legislativas, e sancionada pelo mesmo immortal Duque de Bragança, na qual se estabeleceu o principio do engajamento, Por esta lei se permite a qualquer Nacional, ou Estrangeiro alugar as suas obras por preço certo, e tempo determinado. Pôde-se dizer que esta Lei é fundada nas mesmas bazes, e na mesma justiça, que se acham na Ordenação a respeito dos Creados de servir, que tambem está em vigor entre nós, e pela qual os Creados de servir podem ser constrangidos a prestar as obras convencionadas, e é isto o que determina aquella Lei Imperial. Se o engajado foge, expede-se ordem pelo Juiz de Paz para ser conduzido em custodia á sua presença, e ahi é admoestado para que vá cumprir a obrigação contrahida; se foge segunda vez, é punido com a correccão de tres dias de prisão; se foge terceira vez, então bota-se-lhe uma grillheta ao pé, a fim de não poder evadir-se mais ao cumprimento do engajamento: mas sendo este processo em virtude de uma Lei geral, e igual para todos, não só Estrangeiros, mas até Nacionaes; e sendo ela fundada em solida justiça, sem dúvida que é falsa, e summamente injuriosa a imputação de que no Brazil se cativa gente livre!

Sr. Presidente, aquella Lei Brasileira ainda é mais liberal do que a nossa Ordenação; por quanto ella permite ao engajado remir, a todo o tempo, as suas obras, satisfazendo o correspondente quantitativo.

Por tanto, Sr. Presidente, nem o Governo Brasileiro, nem a Lei do Imperio tem culpa



Concidadãos; a culpa é toda dos Portuguezes, dos Negociantes, armadores de Navios, e de seus Comandantes ou Capitães, que movidos do vil interesse, seduzem aquelles desgraçados, enganam-os, e vão ás Ilhas adjacentes muitas vezes em lastro, tomar carregamentos de pessoas, e as conduzem ainda em maior miseria do que acontecia a respeito dos Captivos quando eram conduzidos da Costa de Leste.

Até sou informado que Capitães ha, que fazem o seu rancho de milho, e o dão cozido em sustento àquellas infelizes victimas; quando é certo, que muito melhor era o rancho que se fazia para o transporte da Escravatura; por que, pelo menos, se proviam de carne secca, feijão, e farinha de mandioca.

Concluo, Sr. Presidente, reconhecendo que o mal existe, que muito se necessita de medidas; mas desafrontando o Governo Imperial de tão injusta, e infundada imputação; e repetindo, e asseverando que toda a culpa de semelhante desgraça peza sobre nós mesmos. Entendi que aquella briosa Nação tinha direito a esperar de mim esta explicação em semelhante conjunctura, tributando-lhe assim o insignificante reconhecimento da minha gratidão.

## FONTES E OBRAS DE CONSULTA

### A. FONTES MANUSCRITAS

#### I. Arquivo Casa de Boamense

Documentos de Bernardino de Sampaio Araújo.

#### II. Arquivo Municipal de Barcelos

Actas das Eleições dos Deputados às Cortes.

### B. FONTES IMPRESSAS E OBRAS DE CONSULTA

ALMEIDA, Fortunato de – *História de Portugal*, Bertrand Editora, 2005.

Antero de Quental – *O Bacharel José*. Recolha, prefácio e notas Ana Maria Almeida Martins, Lisboa, Editorial Presença, 2005.

*Artilheiro (O)*. 1837.

BARRETO, José Trazimundo de Mascarenhas – *Memórias do Marquês de Fronteira e de Alorna*, Imprensa da Universidade, 1929.

BRAGA, Teófilo – *História da Universidade de Coimbra*, Academia Real das Ciências, 1892.

BRANDÃO, Fernando de Castro – *Da Monarquia Constitucional à República*, Heuris, 2003.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *D. Maria II*, Círculo de Leitores, 2005.

*Descrição da Estatua-Equestre de D. Pedro 4º*, Tip. de António José da Silva Teixeira, 1866.

Diário do Governo. 1837.

*Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, Iniciativas Editoriais (Figueirinhas), 1971.

*Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, Publicações Alfa, 1985.

*História de Portugal*, direcção de José Mattoso, Círculo de Leitores, 1993.

*História de Portugal em Datas*, coordenação de António Simões Rodrigues, Temas e Debates, 2000.

MACHADO, João Afonso – *O Morgadio de Pindela*, 1999.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *História da Maçonaria em Portugal*, Editorial Presença, 1990.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles – *O Porto no tempo de Garrett*, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2000.

*Reforma Judicial Novíssima Decretada em 21 de Maio de 1841*, Imprensa Nacional, 1845.

VILLARES, Ramón – *Historia de Galicia*, Editorial Galaxia, 2004.



# Lino José de Sousa Ferreira – Um Presidente de Câmara Empreendedor

por Odete Paiva \*

## Introdução

O País vive um período de relativa estabilidade, após o golpe militar do Norte, que o Duque de Saldanha liderou (Abril/Maio de 1851). Vitorioso, o Duque foi convidado a formar governo, afastando o cabralismo que tão odioso se tornou ao País, já pelas leis que criou e implementou, já pelos escândalos que rebentaram e onde o ministro era protagonista. Destes, refira-se a intriga de alcova em que se viu envolvida a rainha Dona Maria II, a quem a opinião pública o dava como seu valido. Falava-se também em surdina, que a monarca via em Cabral o exemplo de homem de estado em quem confiar, podendo ela dedicar-se mais ao seu papel de mãe/educadora e esposa, de que tanto gostava. A este alto dirigente atribuía a voz do povo e a imprensa da época também, um papel de dirigente autocrático, de político corrupto e nepotista. Nos corredores, ouvia-se falar no escândalo da caleche. Pois, esta, dizia-se, teria sido feita por encomenda de um negociante, segundo padrões de luxo e ostentação, para ser oferecida ao chefe do governo, que se passeava no meio do fausto, enquanto o povo vivia sofrendo privações.

O fontismo dá os seus primeiros passos, impulsionando o desenvolvimento de um Portugal empobrecido por anos de guerra civil e de emagrecimento das finanças públicas.

Fontes Pereira de Melo, ministro escolhido pelo duque de Saldanha para presidir à Marinha, à Fazenda e à Indústria, dá ao governo constitucional regenerador uma nota de credibilidade nacional e internacional. Homem de acção, traça um plano para que possamos sair, ou, pelo menos minimizarmos o nosso estado de atraso quase atávico

Lança mãos de medidas legislativas passíveis de fazer andar um País descrente, inseguro e muito debilitado económica e socialmente. Surgem, no seio do governo, reformas económicas, administrativas e sociais. O caminho de ferro, com base em empréstimos de dívida pública perpétua, em títulos de reduzida taxa de juro (3%), vai ser realidade em menos anos. E, a política de incremento nacional gizada pelo fontismo, teve reflexos em Famalicão.

Vila Nova apresenta-se, agora, aos olhos de quem antes a conhecia, como uma localidade onde o progresso se instalou. Que o diga Alexandre Herculano, que o confirme o príncipe consorte D. Fernando<sup>1</sup>. O comércio floresceu, novas ruas se abrem, vêem-se casas dignas de uma urbe.

E, a rainha Dona Maria II, recebida em 1852, aquando da sua visita ao Norte do País, com passagem por Vila Nova, quando a nossa edilidade, presidida por Lino José de Sousa Ferreira, que exercia o seu primeiro mandato, no seu discurso de resposta à alocução camarária, faz *jus* ao grande progresso desta terra famalicense, outrora *pobre e acanhada*.

---

\* NEPS (U.M.)

<sup>1</sup> Ambos já tinham vindo a Vila Nova.



## Primeiro Mandato de Sousa Ferreira – 1852/1853

Estamos a iniciar a segunda metade do século XIX. Famalicão elege Sousa Ferreira para presidente, um famalicense de nascimento e de criação<sup>2</sup>. Homem experiente, filho de um antigo autarca famalicense, José Joaquim Sousa Ferreira, falecido em 17 de Novembro de 1845, antes de o ver presidente<sup>3</sup>, mas, deixando-o com desafogo económico, como Recebedor do Concelho, cargo para que houve necessidade, de acordo com as normas legais, de um fiador, prestando-se ele a sê-lo, através da hipoteca da sua propriedade do Fontelo, em Calendário.

Era o novel autarca um proprietário com desafogo económico, experiência e vontade de servir a sua terra.

Recuemos um pouco até ao ano de 1841. Lino José, com 34 anos, cobrava as dívidas das décimas e impostos anexos dos munícipes, um cargo destacado, arrecadando para si, enquanto Recebedor, 3%. No seu espólio, encontramos uma relação dos devedores das freguesias do concelho, que no ano económico de 1838-39, não pagaram as décimas e impostos anexos e que foram relaxadas ao contencioso. Só a título de curiosidade, na Vila, faz-se referência ao filho do professor de Gramática Latina de Famalicão – João Estanislau de Lacueva, bem como a Dona Josefa Peixoto e Dona Leonor Peixoto<sup>4</sup>. No ano de 1842, a 15 de Outubro, assina ele, ainda como Recebedor do concelho, como se vê numa série de relações de conhecimento de que faz entrega ao Ministério Público para se proceder executivamente contra os devedores à Fazenda Nacional.

Entre os anos de 1845 e 1852, é Lino José Depositário do Juízo, ou da comarca de Vila Nova de Famalicão, de acordo com as ordens dadas pelo juiz, a fim de que Sousa Ferreira faça entrega de determinadas verbas.

Demos um breve olhar sobre as actas camarárias entre 1852-53, e, vejamos as principais preocupações deste jovem município liberal<sup>5</sup>, que cresceu pela força e querer das suas gentes. O que sobressai é o grande empenho nas obras, mormente no Campo da Feira, quer com o seu alargamento e organização, quer com o lado estético. Aqui, lembramos o contencioso que a Câmara travou com proprietários da Vila<sup>6</sup>, que não desarmam perante a posição da autarquia que, na sua opinião, ilegalmente os expropriou.

E, apesar deste ónus por que passou o Campo da Feira, com barracas que em nada, na opinião do Presidente da edilidade, o favoreciam, já pela sua falta de estética, já por impedirem uma melhor organização do local, e, também, porque era um espaço propício a actos de roubo e de devassidão, o que é testemunhado pela Igreja<sup>7</sup>, este local de comércio foi alvo de uma intervenção de fundo, que começou pelo aterro e desaterro, cujo auto de arrematação teve lugar em 14 de Fevereiro de 1853. A voz do arrematante, que lançou em derradeiro, foi a de António José Ferreira Guimarães, da Vila, que se comprometeu a executar a obra em apreço, por 300 mil réis.

<sup>2</sup> Nasceu em 31 de Julho de 1807, e, a sua única filha tinha um ano aquando da visita régia.

<sup>3</sup> Para o seu funeral foram dispendidos 7\$750 réis em cera, na firma Rebello e Irmão e ao armador Leandro José Ribeiro pagou o filho Lino 28\$800 réis.

<sup>4</sup> Estas senhoras seriam as proprietárias da casa da Rua Direita onde terá funcionada a Cadeia.

<sup>5</sup> Ao designá-lo assim, não estamos a esquecer os medievos pergaminhos da Terra de Vermoim.

<sup>6</sup> Vário do referido Campo pertencia ao domínio directo de Higino Ferreira de Macedo, Luís de Sá Leonardo, António dos Santos Oliveira, Bento José Gomes de Faria, Manuel José Ferreira Araújo, Dona Maria Delfina de Castro e Maria Josefa Correia. Cf. *Acta Camarária* de 3.08.1853.

<sup>7</sup> Vejam-se a este propósito o relatório de Visitas e Devassas que o mandatário do Arcebispo de Braga fez. Lembra-se que as Visitas pastorais eram feitas pelo País, pelo bispo ou seu delegado, com a finalidade, no tocante ao temporal, de moralizar os costumes.

Na sessão camarária de 4 de Abril deste ano, novamente o assunto fundamental é o aludido Campo. Aqui, Lino Ferreira traz à reunião uma proposta de arrumação do espaço, com alguma especialização da localização das mercadorias. Vejamos então. Quem, em meados do século XIX, passasse pela Feira, após esta intervenção, podia fazer as suas compras com um roteiro estruturado. Desde o princípio do cruzeiro de Santo António ao correr da nova estrada (*excluindo o leito desta*), estavam os tendeiros com fazendas brancas e os capelistas. Os doceiros punham a sua mercadoria, desde o cruzeiro acima indicado, ao curvar da calçada em frente da mesma. Quem quisesse obra de chapelaria podia dirigir-se ao espaço compreendido entre a esquina da casa de António Martins Branco, em direcção à esquina da capela de Santo António. Logo a seguir, encontrava os sapateiros de obra feita. E, no adro da capela, têm assento os ourives de ouro e prata. Atrás das barracas dos doceiros e tendeiros, estavam os vendedores de fruta e hortalíça. Em 29 de Agosto, novamente vem à colação o assunto, pelo que se decide transferir a venda *de obra e objectos de tamanqueiro* para junto do muro da casa de Dona Maria Delfina, viúva, ao correr para o cruzeiro de Santiago de Antas. A feira do gado ocupará o espaço desde o marco da Casa de Bragança em direcção à casa de José António da Silva e, a venda de loiça para o terreno de José Veloso Rebelo, em frente das casas que este possui. Decidiu-se, nesta altura, transferir também a venda do peixe, para a Praça do Terreiro, *dado o estado de aperto do anterior local*.

Após a intervenção de fundo no Campo da Feira, não se esqueceu a plantação de árvores que o embelezassem e servissem de local atractivo para uma paragem em dias de estio, ou tão só de cumprimento cortês entre transeuntes, de conversa informal, de início de negócio, e, quem sabe, de troca de palavras entre namorados.

Este Campo, após obras de beneficiação, seria, para a época, julgamos, em dias não destinados à Feira, um local apazível.

Com a Vila a crescer, urgia olhar para o seu urbanismo, não a deixar avançar de forma anárquica. Neste contexto, Sousa Ferreira, leva à discussão, em 29 de Agosto, uma proposta no sentido de se pedir ao Governo Civil o envio de um técnico que dê o seu parecer sobre *qual o ponto para onde convém que a mesma povoação se alargue, atendendo às suas actuais circunstâncias*<sup>8</sup>. Previamente, foi abordada a *predisposição de capitalistas projectando novas edificações, prometendo isto um considerável aumento da povoação*, fazendo-se alusão à sua situação topográfica, que poderá dar oportunidade a que a Vila venha a ser *a confluência das diversas estradas que têm de cruzar o baixo e o alto Minho*. E, acrescenta o Presidente *que é necessário dar a esta nascente Vila um plano regular, formoso e cómodo, deixando desembaraçadas as directrizes das estradas que a ela venham a convergir, e, além disso, escolher-se a parte do terreno adjacente que por sua qualidade – posição-inclinação-exposição – mais convenha a essas novas edificações, conciliando-se a comodidade com as conveniências públicas*.

Com a densidade populacional da Vila a aumentar, e as novas exigências dessa população, que não só crescia em número, como em termos de riqueza pecuniária, o abastecimento de água teria de ser encarado como axial, pelo que se orçamentou para a continuação da mina de água pública da Vila.

Embora seja visível através das Actas das Reuniões da Edilidade, que a sede era a grande preocupação<sup>9</sup>, não se deixou de lado o resto do concelho, mormente as suas acessibilidades, através da construção e/ou arranjo de pontes, pontilhões e caminhos. Como paradigma veja-se o orçamento de 16 de Abril de 1853, em que se decide inscrever a verba de 40 mil réis para a reedificação do arco da Ponte da Lagoncinha,

<sup>8</sup> Acta da Câmara de V.N.F. de 29.08.1853.

<sup>9</sup> No orçamento camarário, só para a abertura e macadamização da nova rua da Travessa do Veloso, inscreve-se a verba de 450 mil réis.

em Lousado, 24 mil réis para a reedificação da Ponte de Serufe, em Avidos, e 15 mil réis para a reedificação da Ponte da Calçada de (Pego?), em Mouquim. E, já anteriormente, houve lugar ao auto de arrematação do concerto e calçada da Ponte de Vilar, em Santiago de Antas<sup>10</sup>.

Lino José termina o seu primeiro mandato presidencial. Contudo, não deixa de ser uma figura de referência. Está documentada a sua presença entre 1854 e finais de 1859, novamente como Depositário do Juízo, ou da comarca de Vila Nova de Famalicão.

## O Período entre 1862 e 1865 na Vida do Autarca e da Comunidade Famalicense

Lino Ferreira acompanha de perto os destinos da comunidade local, e, vai exercer, novamente, o seu lugar de presidente do município, em dois mandatos seguidos, 1862-63 e 1864-65, num período em que Famalicão acusava um enorme crescimento económico e populacional. O concelho registava no recenseamento eleitoral de 1864, 6742 fogos, o que corresponde a 27.700 pessoas, e a vila 352 fogos e 1502 habitantes.

Atentemos, através das actas da edilidade, o que se decide sobre a vida famalicense. Constatamos que o Presidente prossegue o seu desiderato, de que sobressai a arrematação para a *factura de 68 caixões de resguardo das árvores no Campo da Feira e parte de arborização do mesmo*<sup>11</sup>, a *desobstrução* deste, com a demolição de um edifício, que pela sua localização e estado de degradação muito lhe era prejudicial<sup>12</sup>. A comunicação fácil com o concelho de Santo Tirso também prendeu as atenções da municipalidade, decidindo-se em sessão de 21 de Março de 1863, que, através do Governo Civil, se pedisse a Sua Majestade o *preço de todas as expropriações que já se achavam feitas em parte do traçado antigo, que ora fora abandonado, e autorizada a recebê-lo dos mais interessados*<sup>13</sup>.

Famalicão já se comunicava por telégrafo, havendo *estabelecida nesta Vila uma estação telegráfica*, que funcionava em casa alugada para o efeito. Atento à importância do mesmo, a Câmara atribui-lhe a verba de 30 mil réis, para a compra dos *utensílios requisitados pelo chefe*<sup>14</sup>.

Nesta mesma ocasião, o Governo Civil propõe que, com dinheiro da remissão e venda de foros municipais, se faça a construção de um *edifício condigno* para os Paços do Concelho e de uma casa que sirva de *quartel simples para acolher em trânsito* a tropa, que por Famalicão passa.

Estávamos em Agosto de 1863, havia enorme estiagem e urgia resolver um assunto de primeira necessidade, novamente o abastecimento público de água, que, no dizer do Presidente, **mal chega para abastecer um quarto da população da Vila**<sup>15</sup>. Lino Ferreira faz uma radiografia da situação, pondo o enfoque na enorme perda de água que o deficiente estado da canalização origina, pois, vindo a água do sítio de Talvai, no seu percurso, vai-se dispersando, fundamentalmente por serem os canos de grés e se irem partindo, dando lugar a muitas emendas durante o percurso, *além de se encontrar o dito encanamento muito próximo à valeta da estrada com abalos de uma grande quantidade de veículos*<sup>16</sup>. Na sequência, propõe o Presidente que se substitua toda a canalização de grés, por outra de chumbo, que orçaria em 320 mil réis<sup>17</sup>.

<sup>10</sup> Cf. *Acta da Câmara de V.N.F.* de 22.10.1852.

<sup>11</sup> Cf. *Acta da Câmara de V.N.F.* de 04.06.1862.

<sup>12</sup> *Id. Ib.*

<sup>13</sup> Este assunto é novamente tratado em 24 de Agosto de 1864.

<sup>14</sup> Cf. *Acta da Câmara de V.N.F.* de 27.05.1863.

<sup>15</sup> Negrito nosso.

<sup>16</sup> Negrito nosso.

<sup>17</sup> Cf. *Acta da Câmara de V.N.F.* de 18.08.1863.

Inserindo-se no seu arquétipo de autarca empreendedor ilustrado, refira-se a apresentação, em sessão de 10.06.1863, da planta da Vila feita pelo Inspector das Obras Públicas, instrumento fundamental, plano director das futuras construções, e, no entender de Lino Ferreira, *esta funcionará como guia que seguidamente fará desta povoação tortuosa e irregular, uma outra uniforme e esbelta.*

Fora da sede, continuou a sua preocupação pelas edificações ligadas a manter ou melhorar as vias de trânsito, mormente com a construção ou melhoramento de pontes e pontilhões, como acontece com a do rio Zarém, em Lagoa<sup>18</sup>, concerto do caminho público das Devesas, em Santiago de Antas<sup>19</sup>, construção de uma ponte sobre o rio Vilarinho, em Ribeirão<sup>20</sup>, ponte de (Olheiro?), em Mosteiro de Arnoso, pontilhão em Lousado, sítio de Fontainha<sup>21</sup>, ponte no sítio da Pousada, em Santiago da Cruz<sup>22</sup>, ponte sobre o rio que passa entre Travassos e Monte, no Louro<sup>23</sup>, concerto de estrada junto à ponte de Landim<sup>24</sup>, entre outras.

Em 20 de Dezembro de 1865, Famalicão faz a inauguração da sua luz pública, e através dos lampiões de petróleo, que José Ferreira Janga acende todas as noites, tornando Vila Nova mais segura e atractiva.

## A Luz da Cultura

O ensino primário inscreve-se, apesar do peso pecuniário para o novo município, como um assunto recorrente nas preocupações da edilidade, embora se veja esta entidade a eximir-se, às vezes, da sua responsabilidade, como denota a reclamação feita pelo mestre de ensino primário de Jesufrei, Miguel da Silva Sotto Maior, feita ao Governo Civil, em que este se queixa de a Junta de Paróquia e Câmara não lhe darem casa para a sua aula<sup>25</sup>.

A autarquia, em Março de 1853<sup>26</sup>, escolhe o professor régio de instrução primária desta Vila, José Maria de Sousa, para se instruir no método de leitura e escrita de António Feliciano de Castilho (Cartilha Maternal), procurando, desta forma, enriquecer-se pedagogicamente.

Numa sociedade centrada no masculino, registamos a petição a Sua Majestade da criação de uma cadeira régia de instrução primária feminina<sup>27</sup>, petição essa que veio a ser bem sucedida, com a nomeação da professora Dona Antónia Cândida Salgado de Lacerda, natural de Esporões, como mestra de meninas da escola municipal, auferindo o ordenado anual de 40 mil réis.

A esta professora era-lhe vedado negar lugar a qualquer menina,<sup>28</sup> *que se lhe apresentar do concelho*, obrigando-se a, gratuitamente, ensinar a ler, escrever e contar, bem como cozer e fazer meia e bordar. A mestra teria também de fixar residência dentro da Vila e leccionar e ensinar seis horas por dia, três de manhã e três de tarde.

.....  
<sup>18</sup> Cf. *Acta da Câmara de V.N.F.* de 26.03.1862.

<sup>19</sup> *Id. Ib.*

<sup>20</sup> Cf. *Acta da Câmara de V.N.F.* de 13.08.1862.

<sup>21</sup> Cf. *Acta da Câmara de V.N.F.* de 09.09.1863.

<sup>22</sup> Cf. *Acta da Câmara de V.N.F.* de 23.09.1863.

<sup>23</sup> *Id. Ib.*

<sup>24</sup> Cf. *Acta da Câmara de V.N.F.* de 03.01.1865.

<sup>25</sup> Cf. *Acta da Câmara de V.N.F.* de 11.04.1853.

<sup>26</sup> Cf. *Acta da Câmara de V.N.F.* de 16.03.1853.

<sup>27</sup> Cf. *Acta da Câmara de V.N.F.* de 20.06.1853.

<sup>28</sup> Terá sido nesta escola que Filomena, filha do Presidente da Câmara, teria aprendido?

## Raízes e Contexto Familiar

Numa sociedade onde a posse da terra era um passaporte para lugares cimeiros na administração, Lino José é criado numa família de proprietários, com cinco filhos. O pai, terratenente<sup>29</sup>, é casado com Felícia Maria Rosa Pinheiro, que, após a morte do marido, vai viver para Antas, onde falece.

Não encontramos, de momento, o registo do casamento de seus pais, aventando a hipótese de ter ocorrido em Antas ou Calendário.

Vivia o casal José Joaquim e Felícia, em Famalicão, em finais do século XVIII. Felícia esperava o seu primeiro filho<sup>30</sup>. Nasce uma menina, Tomásia. Não deixa o seu torrão natal, falecendo, aqui, quase com uma centena de anos. Nos seus braços, Lino terá sentido o amor fraterno de uma adolescente então com 14 anos.

Passados dois anos do nascimento de Felícia, que ocorreu em 29 de Março de 1793, nasce António. Este só vê o seu novo irmão, o Joaquim, em Maio de 1804, já iniciado o século XIX, centúria de grandes transformações nacionais e locais. Três anos depois, no pino do Verão (31 de Julho), sai do ventre materno Lino, e, dois anos passados, uma menina, a Ana, vem alegrar a família, sendo a última dos filhos do casal. Três rapazes e duas meninas. Do António mais nada sabemos que o nascimento. O Joaquim foi para o Brasil, onde teve uma filha, de mãe brasileira. Maria, de seu nome, sua única descendente, nasce em Curitiba – S. Paulo. De uma ligação não conjugal, é, perfilhada e a ela deixa todos os bens que lá possuía. Esta sobrinha de Lino Sousa Ferreira casa em Famalicão, em Setembro de 1857, com um bacharel em Direito, natural de Amares, Carlos Augusto Costa Teixeira, de quem tem três filhos nascidos em Famalicão.

### Relação entre Lino Ferreira e seu irmão Joaquim, emigrante *brasileiro*

Em 24 de Novembro de 1845, tendo ele 38 anos e seu irmão Joaquim 41, e já sem pai, que havia falecido uma semana antes<sup>31</sup>, é-lhe passada por este uma carta de ordem, antes da sua ida para o Brasil. Nela se vê a relação de grande confiança entre os dois. Joaquim, nesta missiva, diz que lhe deixa uma procuração, onde o nomeia administrador dos seus bens, tanto de raiz como móveis. Entre eles faz alusão ao prazo de Rial com os seus adjacentes (sic) e à verba deixada para a edificação de umas casas. Entre essa verba refere 72\$000 para o caseiro Vicente comprar bois, e indica dois assinados (sic), um a António da Silva Maia, no valor de 1.300\$000 e outro a Higino Ferreira de Macedo, de 150\$000 (ao todo mais de um conto e quinhentos).

Dos seus pertences consta ainda uma cama de armação, uma mesa e doze cadeiras (estas em poder da mãe), um globo terrestre, um cavalo<sup>32</sup> com os seus arreios compostos por um freio, estribos e bocais de

---

<sup>29</sup> O pai de Lino José, autarca de que vimos falando, também teve o seu papel directo na administração do concelho famalicense, como vereador, nos primórdios do mesmo. Era filho de João de Sousa Moreira e Catarina Ferreira de Macedo. Estes casaram em Famalicão, e cá tiveram 14 filhos, falecendo também aqui, tendo sido enterrados na igreja matriz (como costume da época), em inícios de Oitocentos.

<sup>30</sup> Tomamos como princípio ser o primeiro filho, dado o pai de Lino ter, à data do nascimento de Tomásia, 24 anos, o que aponta para uma idade ao casamento de 23 anos, caso a mulher tivesse logo engravidado.

<sup>31</sup> Pensamos que a vinda de Joaquim a Famalicão estaria relacionada com o funeral de seu pai, que ocorreu aqui, uma semana antes, e, que terá tido honras de uma cerimónia digna de alguém que marcou esta terra.

<sup>32</sup> Para além dos outros bens, destaque para o valor simbólico do cavalo, enquanto bem sumptuário sujeito a taxaçaõ.

prata, um par de coldres, um selim e um par de esporas de prata.

Pede-lhe, também, que faça conservar bem as suas terras e recomenda, paralelamente, que o seu cavalo vermelho, que deixa à sua guarda, seja bem tratado, desejando *a sua boa conservação*, não devendo ser emprestado a ninguém. Pede-lhe que providencie o cuidado da mãe, *para que ela passe com decência*, dando-lhe *aquilo que cabalmente lhe for necessário*<sup>33</sup>. Deixa-lhe a colher de sopa grande e uma concha de prata, dizendo-lhe que *tudo te as dou de vez e para sempre. Eu queria ter uma melhor cousa para te oferecer*<sup>34</sup>.

De seguida, fala sobre o caseiro Vicente e passa a explicar a razão de não deixar testamento, dizendo que como tem vários irmãos, se morrer, tudo é para eles. Já, o que tem na América, tudo é de sua filha Maria de Sousa Ferreira<sup>35</sup>, *a quem, por minha morte, nomeei por minha herdeira naquele lugar*<sup>36</sup>. Informa o irmão do dinheiro que leva consigo, para que, caso morra na viagem, ele possa ser reclamado ao capitão do navio<sup>37</sup>. Em *P.S.*, faz alusão ao campinho da Boca e à cultura de trigo no mesmo<sup>38</sup>.

Como se pode constatar, Joaquim vê no irmão alguém em quem pode confiar, quer os seus bens, quer a mãe, que agora se encontra viúva. E, Lino soube acautelar essa confiança, pondo a render o dinheiro do irmão, como se depreende de um contrato de empréstimo de 62\$000 reis a juro de lei entre o caseiro do irmão, Vicente José da Silva e mulher Ana (Lopes?), realizado em Famalicão, a 11 de Março de 1846.

### Lino Ferreira na Sociedade Famalicense

A representação social constitui uma envolvente não despidianda para uma população, que, não indo buscar os seus pergaminhos a uma nobreza de sangue, encontra nos bens que possui, quer imóveis, quer móveis, e, nos cargos que ocupa, uma forma de afirmação social. Lino Ferreira, oriundo, como já dissemos, de uma família com prestígio, porque detentora de um bem escasso, que é a terra, e também de um bem simbólico, o lugar em cargos de responsabilidade municipal, é chamado para actos em que fica patente a sua consideração e valor. É fiador, é mesário, por algum tempo, da Irmandade do Senhor das 24 Horas, e ocupa todos os anteriores cargos já mencionados.

De certo, mesmo antes de ser presidente da Câmara, já tinha, na sociedade famalicense, um lugar de prestígio. Nas cerimónias oficiais, nas cerimónias religiosas, nas reuniões, nas ruas de Vila Nova, Lino Ferreira não era um cidadão anónimo.

Pela mão de seu pai, mais tarde vereador da Câmara, passeou pelas suas ruas. Também, com ele, aprendeu a saber granjear a confiança dos munícipes.

Era uma pessoa culta para a época, com um razoável nível de literacia. E, numa sociedade em que a questão de género era muito marcante, numa sociedade que falava masculino, onde poucas mulheres sabiam

.....  
<sup>33</sup> Actualizámos a grafia.

<sup>34</sup> Idem.

<sup>35</sup> Esta menina, à data, tinha 10 anos.

<sup>36</sup> Actualizámos a grafia.

<sup>37</sup> Seria interessante saber quanto ele levava em numerário, contudo, como a carta se encontra deteriorada nalguns locais, só sabemos que o dinheiro é em pesos mexicanos.

<sup>38</sup> Nada mais podemos saber, por o documento se encontrar danificado.

<sup>39</sup> Assinatura de um contrato entre o casal e o Reverendo Joaquim da Silva Carneiro, abade de Calendário, em que acordam a troca de dois terrenos. Lino Ferreira e sua mulher escambam a Devesinha, terreno de mato e sobreiros, em Calendário, por outro de que era possuidor o Reverendo, sito no lugar das Eiras em Vilarinho das Cambas.

escrever, Dona Rosa Matilde, sua mulher, constituía excepção, com uma caligrafia cuidada e fluente<sup>39</sup>.

O casal, certamente, era convidado das casas de elite famalicenses e sua filha Filomena, nascida em 1851, viveu num berço que lhe propiciou uma educação cuidada.

Nas procissões, nas tomadas de posse e outras cerimónias, o casal estaria presente e era tratado com a deferência própria do seu estatuto económico-social.

Como ocasião central das suas vidas, de certo, não deixariam de lembrar o dia 5 de Maio de 1852, com o beija-mão a Sua Majestade a Rainha, príncipe consorte D. Fernando, os filhos, os infantes D. Pedro e D. Luís, e sua ilustre comitiva, de que destacamos os duques de Saldanha e da Terceira e o conde da Carreira. Outro sim, nessa circunstância, toda a cerimónia civil e religiosa, onde o casal era representação ao mais alto nível, cabendo ao presidente da edilidade abrir a cerimónia civil com um discurso.

O *Te-Deum*, com a solenidade que o acto exigia, teve lugar na Igreja Matriz, em cujo largo, engalanado a preceito, a rainha desceu.

Cerimónia concorrida, onde o povo pode ver sua Majestade, que lhe dava a honra da sua visita, ao lado do seu representante, o presidente da edilidade. Estavam também em Famalicão autoridades circunvizinhas, eram elas de Braga, Guimarães e Barcelos e gente anónima dessas terras.

À noite, sua Majestade foi para a casa brasonada, na Rua Direita<sup>40</sup>, que fica em frente à actual Casa da Cultura, e, lá, não deixaria de ir o casal Lino Ferreira e Rosa Matilde.

O retrato desse dia inscreve-se nos anais famalicenses, e, como figura destacada, o seu presidente da Câmara.

Continuando a falar de representações sociais, Lino Ferreira é nomeado Comendador por alvará de Dona Maria II, e, acerca da Comenda, encontrámos o rascunho de uma carta, onde o Presidente da Câmara escreve a alguém, que não conseguimos identificar, dizendo, depois de se lhe dirigir como Ilustríssimo e Ex.mo Sr.: *S. Ex.ª o Sr. Conde de Bretiandos dignou-se participar-me que Sua Majestade a Rainha houvera por bem agraciar-me com o hábito da Real Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa em consequência da proposta que V.ª Ex.ª fizera (...)*. De seguida, agradece e mostra-se-lhe muito penhorado e honrado com a Comenda, e, diz mais: *aprecio, e tenho em muito a honra que a Soberana se dignou fazer-me, obrigando-me, por isso, a redobrar a devoção que sempre consagrei a Sua Real pessoa, se possível faço ampliar em mim o dever de gratidão<sup>41</sup> e consideração que já anteriormente havia recebido (...)*<sup>42</sup>.

Como se constata, o Conde de Bretiandos e o irmão eram pessoas com quem Lino Ferreira se relacionava.<sup>43</sup>

## Conclusão

É uma “nobreza de toga”, na sua expressão mais abrangente, que torna Famalicão uma terra próspera e atractiva, onde o factor comércio sobressai e constitui o motor do seu processo de autonomia e consolidação.

É o ouro do Brasil, dessa antiga colónia portuguesa, que se passeia nesta terra, que constrói edifícios grandiosos, que reluz nas jóias das brasileiras e dos brasileiros famalicenses<sup>44</sup>, que dá alma a esta terra,

.....

<sup>40</sup> Como Sua Majestade trazia grande comitiva, aventamos a hipótese de algum desses dignitários ter ficado hospedado em casa do edil Sousa Ferreira, na Rua Nova.

<sup>41</sup> Dona Maria II já o havia nomeado, em 11 de Abril de 1851, Cavaleiro da Ordem de Cristo.

<sup>42</sup> Actualizámos a grafia.

<sup>43</sup> Em 31 de Janeiro de 1856, envia-lhe *uma dúzia de bicos para ajuda dos jantares de seus criados no dia do Carnaval*.

<sup>44</sup> Estamos aqui a empregar o termo famalicense não circunscrito à Vila, mas ao todo famalicense.

insuflando capitais, gema do progresso. É o espírito empreendedor dos famalicenses que vão alcandorando esta urbe a lugares cimeiros. E, foi um edil da terra, Lino Ferreira, um dos que mais mandatos cumpriu como presidente, no período entre 1847 e 1910, só suplantado pelo Barão da Trovisqueira, vindo também a ser administrador interino, no ano de 1855, a quem coube a honra de receber a família real, em 1852 e 1863, tendo sido comendador e desempenhado papel crucial na arquitectura da nova vila e suas acessibilidades.

O seu *curriculum* contém páginas onde se inscreve Correio Assistente de Vila Nova de Famalicão<sup>45</sup>, Recebedor, Secretário da Edilidade, edil máximo em dois mandatos e administrador do concelho.

Entre o seu primeiro cargo documentado ( Recebedor do Concelho em 1840) e o último, como presidente da Câmara (1865), decorrem mais de duas décadas de trabalho no município, sempre com o valor acrescentado do seu tirocinio noutros lugares, como o de Correio Assistente e Secretário da Câmara.

Com uma única filha, que, aquando do seu primeiro mandato, tinha poucos meses, era um proprietário destacado, com terras em diferentes lugares do concelho, e uma boa propriedade no Fontelo, Calendário, constituída por diversos campos<sup>46</sup>. Pessoa com posses, desde cedo o encontramos a emprestar dinheiro, como vemos através desta carta endereçada de Landim, a 16 de Setembro de 1845, por Manuel António Ribeiro Veloso, em que este lhe diz, depois de se lhe recomendar e à Sua Ex.ma Senhora: *Eu tenho de ir surtir-me para a feira grande e, para o fazer com mais algum aumento, precisava que VS.a me fizesse obséquio de me emprestar algum dinheiro desse mesmo que tem do vinho ou décima (...), isto ainda que seja por pouco tempo (...). Espero em VS.a este favor, pois, sempre me tem servido (...)*<sup>47</sup>.

Lino Ferreira é procurador de pessoas com prestígio, como de João Veloso Rebelo e sua mulher Dona Rita Ana, residentes em Curitiba, Brasil (procuração de 21 de Abril de 1846).

Em 14 de Janeiro de 1890, Lino Ferreira pertencia à elite famalicense, recebendo correspondência do cônsul geral do Perú em Lisboa.

Lino Ferreira e sua mulher, Dona Rosa Matilde da Silva e Sousa, terminam os seus dias em Avidos<sup>48</sup>, na sua Quinta de Penso, ele falece em 13 de Abril de 1894 e a esposa, em 18 de Maio de 1893.

Esta Quinta é herdada por sua filha Filomena Júlia Teixeira de Melo, casada com o Landinense António Maria Teixeira de Melo.

Seu genro foi membro do Partido Republicano Português e Presidente do Núcleo de Vigilância e Defesa da República de Avidos, conforme se indica no ofício do Secretário do Directório do Partido Republicano Português, Luís Filipe da Mata, datada de 18 de Dezembro de 1912, em que lhe pede muita atenção para a vigilância na sua circunscrição, dado o Directório ter razões para o fazer. Concomitantemente, pede-lhe o máximo sigilo.

Lino Ferreira tem uma única neta, Dona Maria Adelaide Ferreira de Melo, que não casa, acabando por comprar a Quinta de Penso Adelino Machado da Silva, natural de Landim e sua mulher Christina Leite Coelho, cidadã brasileira, com raízes na freguesia da Carreira (Santo Tirso)<sup>49</sup>.

---

<sup>45</sup> Por carta de nomeação de 3 de Abril de 1846.

<sup>46</sup> No ano de 1848, o seu campo da Bouça, junto à estrada nova, foi alvo de um acto de vandalismo, tendo ele feito queixa formal. Nesta se refere que nessa bouça da sua fazenda do Fontelo, foi alvo de mãos alheias um beiral com 21 pés de castanheiros e um carvalho. O prejuízo causado, não só pelo valor directo das árvores, mas também *pelo atraso que sofrem as vides que ali há*, foi calculado em 25 mil e duzentos reis.

<sup>47</sup> Actualizámos a grafia e corrigimos a pontuação.

<sup>48</sup> Em 17 de Janeiro de 1859, Lino Ferreira paga a remissão do foro do seu meio casal de Penso, em Avidos, foreiro à extinta Comenda da Lagoa, pela quantia de 6 mil, quatrocentos e dezoito reis, ficando, consolidados os dois domínios.

<sup>49</sup> Odete Paiva, *S. Martinho de Avidos, Comunidade Rural do Vale do Ave, Demografia e Sociedade*, Universidade do Minho e Câmara Municipal de V.N. de Famalicão, Famalicão, 2001, p. 78.





# Feiras de Famalicão: Espaços de Trocas Comerciais e de Encontros Culturais

por Jorge Bruno Coelho Mota \*

Em todo o Entre-Douro-e-Minho raras serão as gentes que não ouvirem falar na feira de Famalicão. Todas as quartas-feiras e os dias 8 e 9 de Maio, 28 e 29 de Setembro de cada ano são dias de feira. Momentos únicos de intercâmbio comercial, mas igualmente de ideias e sonhos, partilha de angústias e esperanças. Mercado onde se mercancia produtos e novidades. Local por excelência de encontro dos famalicenses e daqueles que aportam a esta cidade.

Nascida na Idade Média sob o signo régio, acompanhou as peripécias da história famalicense, constituindo luzeiro da sua gesta centenária. A sua vitalidade económica definiu, em grande parte, o processo histórico do concelho. Muitas e avultadas transacções comerciais, dependendo das épocas, enchem os sucessivos espaços das feiras. Deslocavam-se, quase em romaria, de vários pontos do Minho, do resto do País e de Espanha homens e mulheres para venderem e mercarem em Famalicão, animando a economia local.

Todavia, nem só de comércio viviam ou vivem as feiras de Famalicão. A ida à feira é um acontecimento importante na vivência telúrica das populações. A ida à feira é uma festa. A feira estimulou, ao longo dos tempos, as relações sociais e culturais. A feira transformou-se num espaço de sociabilidade fundamental. Era nas feiras que se obtinham as notícias da



região e de outros pontos da Península Ibérica e da Europa. Nas feiras se conheciam os amores de uma vida, ou de ocasião. Nas feiras se lia a sina ou se comprava a saúde pelas ervas. Nas feiras, as comunidades divertiam-se, fugindo à monotonia quotidiana. Aliás, a etimologia de feira indica precisamente esse carácter. Feira vem do latim *feria* e que quer dizer solenidade, festa, o que se mantém no castelhano.

Ao entrevemos uma análise da história económica e social de Vila Nova de Famalicão, afigura-se-nos improvável desprezar o papel enérgico da sua feira. Deste modo, a nossa pesquisa assentou sob este prisma: compreender as realidades socioeconómicas e culturais das feiras de Famalicão ao longo da sua existência. Esta foi a nossa ambição e este foi o nosso grande desafio. Na verdade, foi um desafio bem árduo, porque a documentação é quase inexistente. Se exceptuarmos os séculos XIX e XX, as restantes centúrias são parcas em documentação, obrigando-nos a muita cautela. Deste modo, as dúvidas prevalecem sobre as certezas.

A certidão de baptismo do concelho, parafraseando Benjamim Salgado, o Foral de D. Sancho I, ditou o nascimento da feira. No foral afirma: “Mando também que façais uma feira ao domingo, de quinze em quinze

\* Professor do Ensino Básico e Secundário e Investigador.

dias, e pagueis portagem como pagam em S. Pedro de Rates. E todos os que vierem à feira não serão penhorados ou retidos por «calúnia» sobre qualquer acção cometida nesse dia.”<sup>1</sup>

Que motivação encontrou o monarca povoador para criar em Vila Nova a feira? Existiria aqui um mercado anteriormente, como acontecia em outras terras do Entre-Douro-e-Minho?

Numa região rendilhada pelos tradicionais poderes senhoriais, o rei ao criar o concelho, rural, de Vila Nova reafirmava o seu domínio. As feiras constituíam elementos fulcrais nas finanças do Reino. A fundação da feira em Famalicão permitia a Sancho I consolidar a sua majestade economicamente.

“As feiras são um dos aspectos mais importantes da organização económica da Idade Média. Nascidas da necessidade de promover a troca entre o homem do campo e o da cidade, elas representam o ponto de contacto entre produtos e consumidor, o ponto onde se concentrou a vida mercantil de uma época em que a circulação das pessoas e das mercadorias era dificultada pela falta de comunicações, pela pouca segurança das jornadas e pelo excesso de portagens e peagens.”<sup>2</sup> Todas estas questões serão objecto da nossa atenção.

O Entre-Douro-e-Minho era a região comercialmente mais activa do jovem Reino. Todo o território era, e é-o nos nossos dias, um imenso mercado. Numa primeira fase auxiliou a conquista de terras para Sul e nos séculos XIII e XIV assumiu o pioneirismo do comércio com a Europa do Norte. A mais remota notícia de uma feira encontra-se no foral de 1125 a Ponte de Lima, em que D. Teresa concede protecção aos que se deslocassem à feira. Os investigadores afirmam que esta poderia ser anterior e que o documento apenas a confirma. Poder-se-ia realizar uma analogia com Famalicão? Esta já foi uma nossa questão.

No entanto, à luz dos conhecimentos actuais não consideramos credível que existisse um mercado. Embora, tal facto não invalida que se efectuassem trocas comerciais na área do actual concelho famalicense. Mercado ou feira de Vila Nova de Famalicão? Iremos mais adiante tentar diferenciar mercado de feira.

Os castros de Vila Nova de Famalicão manifestam relações mercantis com outros povos mediterrâneos. Estes contactos comerciais são o esboço inicial da tradição mercantil do Entre-Douro-e-Minho, nomeadamente das suas feiras e, em particular da de Famalicão. Ainda que os dados arqueológicos não permitam uma conclusão, esta região contactou com comerciantes do Mediterrâneo Oriental, atestada pela parca cerâmica de luxo de procedente dessas paragens.

Em Penices, um fragmento de cerâmica grega de produção ática de finais do século V a.C. são exemplo desse facto. Os séculos II e I a.C. apresentam cerâmica campaniense de cor clara e verniz negro de boa qualidade; um fragmento de *sigillata itálica*; metade de uma lucerna decorada; grande quantidade de ânfora vinária e alguma republicana; e uma moeda de *P. CARISIUS*, são testemunhos dessas mercancias.

Assim sendo, acreditamos que as tradições comerciais em Vila Nova de Famalicão remontam à Idade do Ferro final. A carta de D. Sancho I outorgou a legalidade a uma história longínqua. Na verdade, o foral concede a 40 povoadores a possibilidade de agricultarem as terras reguengas, mas alerta para a possibilidade de outros construírem casa em *Villa Nova*. Este reparo do foral é, no nosso entender, uma estratégia para cativar mercadores e mesteiros, que não cultivariam terras, mas que fomentariam a actividade comercial e industrial. Dado que o monarca tem todo o interesse em promover a dinamização económica dos seus domínios famalicenses.

A sua chancela mercantil estendeu-se a outras paragens da região, tais como Melgaço, Braga e Ferrarias (em Alfena-Valongo). Na realidade, as feiras estimulavam as comunidades e traziam benefícios às localidades, logo eram frequentes os pedidos, um pouco por todo o lado, de cartas de feira para auxiliar no povoamento e na melhoria dos caminhos.

<sup>1</sup>SALGADO, Benjamim – *Vila Nova entre Forais*. Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1967, p. 20.

<sup>2</sup>RAU, Virgínia – *Feiras Medievais Portuguesas – subsídios para o seu estudo*, Lisboa, Presença, 1982, p. 33.

Numa época que se debatia com as dificuldades com as viagens e as vias de comunicação, consideramos credível que uma das motivações da Coroa com a nossa feira residisse na posição estratégica de Vila Nova de Famalicão. Afinal, não seria muito difícil para os inúmeros almocreves e outros mercadores, que polvilhavam esta região, em mercadejar no seu caminho entre Porto e Braga, ou Guimarães, ou Ponte de Lima, ou ainda mais tarde com Barcelos. A Lei de Almotaçaria de 1253, que regula o comércio do Entre-Douro-e-Minho, é prova desse dinamismo, tanto pela originalidade no contexto nacional como pela minúcia com que descreve o comércio minhoto. Aliás, como adiante veremos, esta realidade estrutural despoletou Vila Nova de Famalicão.

O fomento do comércio em Famalicão era substancial para o crescimento do jovem reino. Para que o comércio se desenrolasse era essencial a paz, pois só a segurança atraía os vendedores e compradores.

A escolha do dia do Senhor não terá sido aleatória. As feiras não se resumiam ao contacto periódico entre mercadores e consumidores, supunha também uma organização especial. O seu desenvolvimento exigia segurança e protecção jurídica. A sacralidade do Domingo era ideal para a paz de feira. Esta, por sua vez, era indispensável à feira. O local estava vedado a disputas ou vinganças, ou outros quaisquer actos de hostilidade, com severas penas para os prevaricadores.

Como afirma Carlos Alberto Ferreira de Almeida, estas feiras “Estavam quase sempre associadas a festividades cíclicas ou de santos o que ajudava a consagrar a paz de feira e a manter certas características, quase-sacrais, durante a sua realização.”<sup>3</sup>

O texto fundador do concelho famalicense não explicita nada sobre a paz de feira, mas tal não invalida a sua existência. Nos documentos das feiras de Ponte de Lima (1125), Vila Mendo (1129), Guarda (1255) e Covilhã (1269) especifica-se a indispensabilidade de paz de feira. Um dos privilégios, fundamentais no ordenamento jurídico da feira, para aqueles que feiravam era não serem penhorados ou retidos. Indício da necessária tranquilidade, indispensável ao comércio.

No foral o monarca especifica o pagamento de portagem como em S. Pedro de Rates, mas não adianta outros direitos que lhe competiam. Os historiadores consideram que a ausência desses direitos na maioria das cartas de feira revela que seriam os mesmos que incidiam sobre todo o comércio em geral.

O foral concede feira a Vila Nova quinzenalmente ao Domingo. Mas ao Domingo? Esse facto não colidia com a posição da Igreja?

Nesta sociedade medieval, em grande parte devedora da romanidade e do cristianismo, a terra e o seu cultivo são a garantia da verdadeira riqueza e do prestígio social. Deste modo, a actividade mercantil não era vista com bons olhos, sendo abandonada a etnias diferentes: sírios, judeus, indianos, entre outros. A Igreja mostrou-se sempre muito relutante na aceitação do comércio, proibindo os clérigos de serem regatões.

“Na Idade Média, o grande embate entre o mundo muçulmano e o mundo cristão é uma luta entre uma sociedade feudal solidamente organizada e hierarquizada pela Ordem de Cluny, em que o dinheiro e o comércio são pecaminosos, e uma outra sociedade a que chamamos hoje tributária, onde o mercado faz parte da sua própria fundação ideológica.”<sup>4</sup>

Mesmo assim, este comércio englobante do século XIII concorreu paulatinamente para a emergência de uma época diferente da História da Europa e de Portugal. Numa sociedade curvada sob o signo da ruralidade e da auto-suficiência, em que imperava o modo de produção de tipo familiar, foi o artesanato e, especialmente, o comércio que abriram brechas no sistema mental do senhorialismo. Na realidade, à medida que esta socie-

<sup>3</sup> ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, Tese de Doutoramento, 1978, p. 155.

<sup>4</sup> TORRES, Cláudio – “A Civilização Islâmica é a última grande civilização mediterrânica” in *História* Número Especial: *Para Compreender o Islão*, s/d, p. 11.

dade feudal se vai desequilibrando, surgem os primeiros focos mercantis. Em oposição ao mundo agrícola, os mestres e os comerciantes divulgaram os conceitos de trabalho salário e o da troca, por intermédio da moeda, alterando as mentalidades. Como escreveu o Professor Carlos Alberto Ferreira de Almeida: “No século XIII, este espírito mercantil e de lucro triunfa, ajudado também pela ideologia religiosa das nossas ordens mendicantes.”<sup>5</sup>

Sinal de que os tempos eram diferentes sente-se na opinião expressa por Maria do Rosário Bastos quando afirma que os monges do mosteiro de Santa Maria de Oliveira, na Baixa Idade Média, vendiam os excedentes das suas rendas em Famalicão, Barcelos, Braga e Guimarães.<sup>6</sup>

Nas nossas investigações não encontramos nenhuma reclamação do arcebispado bracarense relativamente ao facto da feira de Famalicão se realizar aos Domingos. (No século XIX, a questão da feira se realizar em dias santos colocou-se novamente, como adiante veremos.) Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo no seu *Elucidário de Palavras antigas* refere, mesmo, que a observância da proibição de feira aos domingos e dias santos foi muito relutante e tardia em Portugal. A título de exemplo, D. Dinis em 1290 concede carta de feira a Lamego, a realizar cada domingo no castelo. O bispo e o cabido opuseram-se, lembrando que D. Afonso IV transferira o mercado para a segunda-feira. Em 1332, a feira passou para a segunda-feira. D. João I em Aguiar da Beira teve, igualmente, que mudar o dia de feira, instituída por D. Dinis, pedindo, no alvará, que *Deos perdoe* o seu bisavô.

Porém, a feira de Famalicão não foi a única excepção: a feira de Sernancelhe em 1295 foi transferida para o Domingo, pois os seus moradores diziam que lhes era “assy mais proueitoso”<sup>7</sup>; outro exemplo surge-nos em Vila Flor, nos idos de 1294, sendo efectuada mensalmente no primeiro Domingo.

Uma dúvida ainda não conseguimos satisfazer: quando terá mudado a feira de Domingo para quarta-feira? Nos textos do século XVIII o mercado já se realiza quinzenalmente à quarta-feira. Quanto aos restantes séculos nada sabemos, mas prometemos continuar a nossa investigação.

O foral especifica uma feira, contudo impõe-se uma questão: feira ou mercado? Os historiadores definem a feira como ponto de reunião de mercadores de profissão, onde estão presentes o maior número de homens e de produtos. “Por isso é impossível efectuá-las mais de duas vezes por ano no mesmo local, tal é a preparação que a sua realização necessita.”<sup>8</sup> Pelo contrário, o mercado tem uma intermitência semanal, movimentando produtos essenciais a uma localidade ou região.

Partindo deste pressuposto a nossa feira, seria antes de mais um mercado. Apesar de não termos dados que o confirmem, não cremos que em Vila Nova se fizesse uma feira de grandes dimensões, com uma expressão inter-regional. A nossa maior historiadora das feiras medievais, por conveniência do seu estudo, considera feiras todas as que aparecem assim nomeadas na documentação e que aconteça no mínimo de quinze em quinze dias. Não sabemos se devemos seguir o seu conselho. O foral refere *feiram* a efectuar quinzenalmente ao domingo. A ausência de mais documentos impõe muitas reservas a todas as análises. Apesar da terminologia utilizada, consideramos que a reunião de comércio quinzenal em *Villa Nova* era um mercado, no sentido medieval.

Como era a estrutura económica e fiscal da feira? Como já afirmamos, o único direito inserto no texto sanchino é o de pagamento de portagem como em S. Pedro de Rates. Local onde se crê existisse um mercado. O silêncio da documentação não nos permite uma caracterização clara da tributação da feira, bem

<sup>5</sup> ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *ob. cit.*, pp. 150-151.

<sup>6</sup> BASTOS, Maria do Rosário da Costa – Santa Maria de Oliveira. Um domínio monástico do Entre-Douro-e-Minho em finais da Idade Média. Câmara Municipal de V. N. de Famalicão, 1996, p.91.

<sup>7</sup> ANTT, Chancelaria de D. Pedro I, liv. 1, fl. 103v.

<sup>8</sup> RAU, Virgínia – *ob. cit.*, p. 57.

como da sua organização económica.

Os encargos “fiscais dificultavam grandemente o comércio interno e prejudicavam até o desenvolvimento económico dos concelhos.”<sup>9</sup> Ora, as feiras desta época debatiam-se com outros problemas, além do da portagem, que restringia a circulação comercial. Um dos quais era a precariedade das deslocações por terra ou por via marítima ou fluvial. O medo ainda imperava nas populações, o receio de ser assaltado e assassinado era, com certeza, mais forte que o anseio de lucrar com os seus produtos.

A comercialização era ainda incipiente e o público viajante era raro e pouco regular. As comunidades continuavam a viver sobre si, consumindo o que produziam, com pouco espírito de mercado. Os excedentes eram preferencialmente armazenados.

Ao tempo do foral de D. Sancho I, as vias de comunicação que concorriam para o comércio quinzenal da feira seriam variadas. Diz-nos Ferreira de Almeida: “No Entre Douro e Minho não há centro viário algum que não tenha tido feira medieval.”<sup>10</sup>

Nos tempos medievais a via que vinha do Porto para Braga, herdeira dos tempos romanos, era a principal artéria para *Villa Nova*. “Da Maia seguia para Famalicão, cruzando o Ave na celebrada barca da Trofa, onde havia apoios para viandantes. Seguindo-se na direcção da antiga via romana, poder-se-ia fazer o desvio, alternativo, pela medieval ponte da Lagoncinha, a montante, mas este servia mais quem se dirigisse para Guimarães, passando depois na também medieval ponte de Serves. Da Trofa até Braga, por Famalicão, o caminho medieval diferia do romano, correndo mais a Poente.”<sup>11</sup>



Ainda, no que diz respeito a caminhos, o caminho de Santiago atravessava as terras do medieval Julgado de Vermoim. Os caminhos dos peregrinos confun-

dem-se com os dos habitantes das povoações famalicenses, eram caminhos que convergiam para Santiago de Antas, albergue para os que romavam à Galiza. Seria importante não esquecer a relação entre este dado e toda as vivências mediévicas em Famalicão.

Como diz a Professora Virgínia Rau: “Era nas feiras que se obtinham notícias do que se passava pelo “mundo”, do resultado das colheitas das regiões circunvizinhas e de tantos outros assuntos que, então como hoje, são a base do cavaquear do povo.”<sup>12</sup>

O sistema de pesos e medidas constituía outro entrave ao desenvolvimento comercial. A falta de uniformidade dos padrões de medição e de pesagem em todo o Reino dificultava a implantação de uma econo-

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 47.

<sup>10</sup> ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Vias Medievais – Entre Douro e Minho*, Dissertação para Licenciatura em História, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto 1968, p. 58.

<sup>11</sup> ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Caminhos medievais no Norte de Portugal*, in “Caminhos Portugueses de Peregrinagio a Santiago. Itinerários Portugueses”, s/l, Xunta de Galicia/Centro Regional de Artes Tradicionais, 1995, p. 348-349.

<sup>12</sup> RAU, Virgínia – *ob. cit.*, p. 53.

mia condicionada pelo mercado. Em Famalicão, a medida mais frequente era a de Guimarães (“per taligan Vimaransensem ou mensuram Vimaransensem”<sup>13</sup>), mas nas *Inquirições* de 1220 surge, igualmente, a medida de Rates, em S. Miguel de Carreira – “per mensuram de Ratis”.<sup>14</sup>

E que produtos se comerciavam? Para Famalicão não temos documentação específica, mas podemos nos socorrer da Lei de Almotaçaria de 1253.

D. Afonso III através da sua chancela procurou ordenar a proliferação de preços e moedas no território Além-Douro. Nos mercados e feiras circulavam moedas de vária índole, até moeda leonesa, demonstrando que esta região contactava com Leão frequentemente. A reorganização pretendida trouxe ao nosso conhecimento os produtos que se comercializavam, em muitos casos também em Famalicão. Desde os animais vivos, domésticos ou selvagens, aves de capoeira e selvagens, couros e peles, cereais, tecidos, cintas e cordões, até vestuário e calçado. Os produtos que hoje vemos na feira de Famalicão se exceptuarmos, a localização e as condições, os materiais modernos e os vegetais trazidos para Portugal só nos séculos XVI e XVII, como o feijão ou a batata, não é muito diferente dos tempos medievais.

Até ao final do século XV, os monarcas, uns mais outros menos, protegeram as feiras e mercados. A época do comércio marítimo com África e com a Ásia, paulatinamente, esmoreceu o mercado interno. Em Vila Nova de Famalicão, o mutismo da documentação não nos permite aferir até que ponto a anexação a Barcelos em 1401 terá asfixiado a actividade mercantil, nomeadamente, após a criação da feira de Barcelos em 1412.

Mesmo assim, a feira quinzenal fundada por D. Sancho I contribuiu decisivamente para a afirmação *Vila Nova* no Julgado medieval. Não apenas do ponto de vista económico, mas igualmente social, pois passou a reunir com uma certa periodicidade os famalicenses, fomentando a coesão social, troca de novidades e experiências.

E quando nasceram as feiras grandes? Ora, aqui está uma questão para a qual não encontramos resposta. Sabemos que existiam no século XVIII, pois são referidas nas *Memórias Paroquiais* de 1758.

A investigação nos Arquivos Municipais de Famalicão e de Barcelos e no Arquivo Distrital de Braga, em documentos dos séculos XVII e XVIII, não trouxe dados novos. As informações sobre o comércio são quase inexistentes, exceptuando licenças de venda em lojas.

As feiras anuais, segundo a tradição devem ter sido instituídas pelos membros da irmandade eclesíastica do Arcanjo S. Miguel, que havia sido de invocação de S. Tiago. O Abade de Louro, Domingos Joaquim Pereira, escreveu em 1867 que os irmãos “quando annualmente n’aquelles dous dias hiam á villa, como ainda hoje vão, celebrar as festividades da sua irmandade, por essas ocasiões verificavam vendas e trocas de cavalgadas.”<sup>15</sup>

Estas feiras anuais, herdeiras das verdadeiras feiras medievais da Europa Central, estavam associadas a um santo padroeiro, realizando-se nas proximidades da capela do Santo venerado. A protecção de S. Miguel em Maio é frequente no território nacional, não sendo de estranhar que em Famalicão as suas feiras anuais estivessem sob o signo do Arcanjo. A promoção das feiras, sobretudo no final da Idade Média portuguesa, devia-se em muitas ocasiões ao desejo das populações, porque atraíam o desenvolvimento da região. Tenha-se por exemplo o pedido feito pela vila de Almendra, em 1441, a D. Afonso V para obter uma feira

---

<sup>13</sup> *Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones*, Lisboa, Academia das Ciências, 1888-1977, p. 160.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 157.

<sup>15</sup> PEREIRA, Domingos Joaquim – *Memória Histórica da Villa de Barcellos, Barcelinhos e Villa Nova de Famalicão*, Viana do Castelo, 1867, p. 78.

<sup>16</sup> RAU, Virgínia – *ob. cit.*, doc. XV, pp. 188-189.

franca durante a romaria anual.<sup>16</sup> No entanto, não encontramos nenhum pedido para o nosso concelho.

Desde os tempos medievais, e na sua essência as feiras não sofreram grandes mutações, a ida à feira é como a ida à festa, ou mais, tanto assim que aí há cantigas ao desafio, danças, comida, diversões, e é lugar onde se namora e onde se combinam casamentos. A ida à feira serve para resolver certos assuntos de carácter concelhio, é encontrar-se com parceiros e amigos, é *ver* como vão os preços e as coisas e muito menos vezes comprar ou vender. Tudo isto fazia do dia de feira um dia de festa. Não é exagero comparar o salvo-conduto do peregrino ao que acompanhava o comerciante medieval e os seus produtos quando ia feirar.

*O Regenerador* em Setembro de 1900 afirmava, asseverando as nossas análises: “Pouco animada, quanto a transacções commerciaes, a feira annual, chamada de S. Miguel, teve ainda larga concorência no segundo dia, especialmente de povo das nossas freguesias.”<sup>17</sup>

Mas a imagem mais conseguida saiu nas páginas de *O Porvir*, a 30 de Setembro de 1896: “Hontem e hoje, pelo tempo esplêndido que tem feito, enorme formigueiro de gente pelo Campo da Feira e ruas de Famalicão. Os caminhos de ferro, que deram passagens reduzidas, teem despejado, a todos os comboyos, forasteiros de todas as bandas do paiz, dando um aspecto estranho e vivo á vida monotona e pacata da villa. Têm-se realizado transacções variadas, inclusivé á batota e á roleta. Com o fim de garantir a tranquillidade dos cidadãos e a segurança publica, mettendo nos devidos eixos a desmoralisação e a desordem, protegendo a bolsa alheia e os ossos do próximo, passeia por ahi um destacamento de policia civil do districto com o seu respectivo chanfalho.



Esta feira que se recomenda com a concorrees [sic] de gados Cavallares, este anno está um pouco inferior á de outros mercados annuaes. No entanto a todos os momentos o atropelamento é imminente, pondo em risco pelas ruas lateraes do Campo, as pessoas que vão e vem no seu giro mercadoreiro, a grande contradança dos povos agricultores e industriaes.

Fóra o vestuário monótono de algumas senhoras que por ahi se exhibem como nota desgraciosa em festas d'esta ordem, dão uma nota garrida e pittoresca os trajos domingueiros das nossas raparigas da aldeia, que encantam, parecendo-nos vêr sair pelas dobras dos lenços as formas macias, a carnadura sadia das esplêndidas mulheres do concelho.

Fóra tambem leves desordens, provocadas as mais d'ellas pelo vinho novo que as arma, tudo tem corrido indigno de maior menção.”<sup>18</sup>

O texto de *O Porvir* presta-se a diversas análises sobre as feiras anuais: 1.º que eram muito concorridas, apesar de nem sempre se transaccionar muito, pelo menos a julgar pela presença de várias diversões

<sup>17</sup> *O Regenerador*, 1.º ano, n.º 48, 29-09-1900.

<sup>18</sup> *O Porvir*, II ano, n.º 71, 30-09-1896.

<sup>19</sup> SERRÃO, Joel – *Temas Oitocentistas I*, Lisboa, Livros Horizonte, 1980, p. 128.



e jogos de batota; 2.º o comboio transformou positivamente Famalicão e a feira igualmente. Na verdade, Joel Serrão já afirmara – “o comboio acabou com as feiras ou obrigou-as a mudar de feição, porque criou, pela primeira vez, as condições de um mercado efectivamente nacional”<sup>19</sup>; 3.º chegavam muitos forasteiros a Famalicão, permitindo contactos com outras povoações, com novidades e quebrando o ritmo quotidiano com a festa, tão importante para reforçar a identidade famalicense; 4.º as feiras eram festa, as moças aperaltavam-se para parecer mais garbosas (aliás, o jornalista reforça essa particularidade da minhota). A feira era um momento de celebração, glorificavam-se as colheitas, compensavam-se as populações de um longo ano de trabalho.

A feira transforma-se num local de encontro de pessoas de diferentes regiões, transportando, além das suas mercadorias, histórias, aventuras, notícias, promovendo a partilha social e cultural. Afluíam, ainda, outros tipos de gentes, bruxos, videntes, malabaristas entre outros. O final da feira coincidia com os divertimentos em tabernas, jogos de azar, bailes, entre muitos outros. Coincidia, também, variadas vezes com cabeças “mimoseadas pelo cacete” da polícia, devido ao vinho, escrevia *O Famalicense* em 1909<sup>20</sup>. Facto que não nos admira, pois dizia o mesmo jornal que “as casa de comes e bebes estiveram cheias de commensaes.”

O jogo era habitual e fulcral, pelo menos a acreditar no periódico *O Minho* no seu número de 7 de Outubro de 1897: “O jogo a combater não é o jogo d’estas feiras, como não é o jogo das praias. Uma feira grande sem jogo é uma feira sem gente. E uma feira assim importa o desfalque de algumas centenas de mil reis na vida economica da localidade. O jogo dos outros dias esse sim: esse é que não tem razão de ser.”<sup>21</sup>

Mas as feiras semanais também tinham as suas peripécias: “Bom seria que o snr. administrador do concelho distinguisse os seus verdadeiros pobres por meio de chapas como se faz em outras terras, d’alguns mariolas que se entregam a esse *modo de vida*, sem precisarem.

Ainda na ultima quarta feira presenciamos uma scena que nos revoltou devéras. Um homem novo ainda, com cara de saude, andava esmolando acompanhado de tres tenras creancinhas muito rachíticas, com caras de fome.

Quando as tres creancinhas – que talvez nem seus filhos fossem! – não imploravam a esmola com hypocrisia que o malandro desejava, apertava-as valentemente nos braços. As pobres creanças torciam-se então e, choramingando, lá seguiam caminho, pedindo com lagrimas nos olhos, com o que muito lucrava o explorador.

Não seria bem mettido na cadeia um tratante d’estes?”<sup>22</sup>

O retrato das feiras dado pelos jornais permite-nos considerar que as feiras eram muito concorridas, quando o tempo não ajudava o movimento baixava, sendo visitadas por habitantes de terras vizinhas e mesmo do Porto e de Braga, além dos vendedores de todos os recantos do País ou do estrangeiro. Os hotéis e as casas de pasto, para usar a terminologia Oitocentista, enchiam-se. Chegavam a vir manadas de potros da grande feira de Sevilha, como noticiava *O Minho* em Abril de 1898, para serem comerciadas em Famalicão.

A feira iniciava-se quase sempre 15 dias antes com a montagem das barracas e convidava os famalicenses a exortar pelo fim dos trabalhos agrícolas daquele ano. A invocação de S. Miguel para as feiras de início ou final das colheitas prende-se com a sua acção profilática e anunciadora de bons tempos, não fosse ele o que anunciou o nascimento de Cristo. O nome significa *amigo de Deus*.

As feiras de Vila Nova de Famalicão tanto a quinzenais como as anuais, saíram grandemente benefi-

<sup>20</sup> *O Famalicense*, ano II, n.º 71, 07-10-1909.

<sup>21</sup> *O Minho*, II série, n.º 1, 07-10-1897.

<sup>22</sup> *O Regenerador*, 2.º ano, n.º 81, 18-05-1901.

<sup>23</sup> *Livro de Sessões da Câmara*, Liv. 2.º, fl. 122.

ciadas com restauração do concelho em 1835. Assim sendo, que mutações se verificaram?

Logo em 1837 a Câmara solicitou que a feira se realizasse com periodicidade semanal, mas só em 1839 a Junta Distrital acedeu ao pedido, apesar dos protestos de Santo Tirso. Em Abril de 1838 vários terrenos foram adquiridos para se constituir o Campo da Feira. Estava dado o primeiro passo. Em Janeiro de 1842 em sessão de Câmara depois de discutida uma representação “assignada por varios cidadãos desta Villa, na qual pedião se deuce hua nova forma e regularidade ao terreno do mercado e feira desta Villa, fazendo-se demolir as barracas ali existentes para o fim de se alinharem nos locais competentes, e com mais semetria e arranjo; e tomando a Câmara esta representação na concideração devida por ser o seu objecto fundado em entrece publico e a maior commodidade dos povos, deliberou se procedece a esta obra.”<sup>23</sup> De seguida foi criada uma comissão que elaborou uma planta, não demolindo as barracas todas, mas organizando-as no espaço da feira.

Este facto, levantou sucessivas vozes protestando contra a presença das barracas. O Presidente viu-se obrigado, em 1844, a solicitar ao Governador Civil autorização para demolir as referidas barracas. A situação não se resolvia e piorava mesmo a julgar pelas palavras do Presidente José Ludovice de Araújo Leão, em 1848, que confirmava que tinham aumentado desde a 1846.

“Conciderando o estado de dezorde em que se acha o espaço Campo da Feira desta Villa, a irregularidade com que as Camaras tranzatas ali deixarão edeficar barracas informes sem semetria, e mais com apparencia de choupanas do que cazas;

Conciderando que desta irregularidade nasce o ser aquelle lucal hum foco de desmoralização, de roubo e prustituição;

Conciderando que o terreno do sobredito Campo foi sempre do livro uso do mercado publico desta Villa, mas nunca para nelle se permitirem edeficações que tulerancias e condecendencias mal enetendidas em tempo os permeterão;

Conciderando que o aumento progrecivo da Villa, sem embelezamento, e a desencia publica reclamão que tal laberinto dali dezapareça com a menor despeza pocivel, e;

Conciderando finalmente que a aria do referido Campo pertence ao Dominio direto a Iginio Ferreira de Macedo, Luis de Sá Leonardo, Antonio dos Santos Oliveira, Bento José Gomes de Faria, Manoel José Ferreira Araujo, Donna Maria Delfina de Castro, viuva e Maria Jozefa Correia, viuva;

Deliberam que os mesmos proprietarios focem expropriados do Dominio util que tem no solo do referido Campo, em rezultado do que vem a Camara a colher prosperos rezultados e grande augmento em seus rendimentos e que para este fim se reprezentace a Sua Magestade para que se digne decretar de utilidade publica esta expropriação enviando-se para este fim a planta que do referido Campo levantou o director das obras publicas do distrito.”<sup>24</sup>



<sup>24</sup> Livro de Sessões da Câmara, Liv. 4.º, fls. 29-29v.

Ao longo da segunda metade do século XIX, tanto em reuniões de Câmara como nos jornais sentia-se a necessidade de se melhorar o espaço. Ora porque existissem buracos, ora porque as condições de higiene não eram respeitadas ou pela concorrência desleal com vendedores ambulantes que não pagavam licença para vender.

“Considerando que o commercio, e especialmente o commercio de fazendas e tecidos de lã e algodão, bastante onerado de encargos, está sendo prejudicado com a concorrência de vendedores ambulantes, que nem pagam as contribuições geraes, nem imposto camarario, nem estão sujeitos a muitas outras formas de tributação obrigatoria ou voluntaria, o que é manifestamente uma injustiça.”<sup>25</sup>

Após uma passagem em 1898 de Mousinho de Albuquerque por Famalicão, no caminho para Braga, a Câmara deliberou atribuir ao Campo da Feira o nome do herói de Moçambique.

A feira era um espaço importante para a Câmara e para o florescimento do comércio famalicense. São inúmeras as menções em reuniões de Câmara relativamente à feira, não fosse ela, tal como no período medieval para o rei, uma fonte de receita do município.

Nos anos de 1898 e 1899 chegaram a nós notícias de que alguns famalicenses se opuseram à realização da feira em dia de quarta-feira de Cinzas, feriado santo na época. A Câmara deliberou a 15 de Março de 1899 que a feira se realizaria às quartas-feiras “ainda que sejam santificadas, pois que a experiencia tem mostrado que os mercados, fora desses dias, são menos importantes, o que é de grande prejuizo para o comercio da villa.”<sup>26</sup>

Na verdade, a História de Famalicão também se fez em grande parte com o concurso do comércio, até a lenda de Famelião liga Famalicão à actividade mercantil. A conclusão a que chegamos é que a maior dádiva das feiras famalicenses são facto de proporcionarem um encontro cultural, ao longo da história famalicense. Ousaria, mesmo, dizer que o carácter espontâneo, afável e simpático do famalicense nasceu do contacto comercial e humano com os que acorriam aqui. Com afirmou Cláudio Torres: “o mercado é por definição propenso a receber os outros, a aceitar outras ideias...”<sup>27</sup>.

As feiras são um monumento da História de Vila Nova de Famalicão. Local singular do pulsar famalicense, que acolhe de braços abertos a diversidade do recanto minhoto. A preservação das suas memórias é um sinal da afirmação de Famalicão. Semanal ou anualmente se estabelece uma nova aliança com o concelho criado em 1205.

Em guisa de conclusão as palavras de Benjamim Salgado, um ilustre filho de Vila Nova de Famalicão, escritas em 1976:

«Sirva este modesto trabalho para despertar ou estimular o estudo das velharias da nossa terra.

Quem não respeita o passado, quebrou a solidariedade com os seus maiores; despreza as gerações que lhe transmitiram a vida; é um ser que renega a sua infância.

A história de Famalicão há-de resultar dum esforço colectivo; há-de ser a soma de muitos estudos parcelares.

A cultura é um bem apreciável, que deve interessar a todos os cidadãos. Fomentá-la é um dever de quantos são responsáveis pela valorização humana e social da nossa terra.»

<sup>25</sup> *O Famalicense*, ano I, n.º 50, 06-05-1909.

<sup>26</sup> *Livro de Sessões da Câmara*, Liv. 24.º, fl.33.

<sup>27</sup> TORRES, Cláudio – *ob. cit.*, p. 10.

## Fontes

- Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Pedro I, liv. 1.*  
*Livro de Sessões da Câmara, Liv. 2.º.*  
*Livro de Sessões da Câmara, Liv. 24.º.*  
*Livro de Sessões da Câmara, Liv. 4.º.*  
*O Famalicense, ano I, n.º 50, 06-05-1909.*  
*O Famalicense, ano II, n.º 71, 07-10-1909.*  
*O Minho, II série, n.º 1, 07-10-1897.*  
*O Porvir, II ano, n.º 71, 30-09-1896.*  
*O Regenerador, 1.º ano, n.º 48, 29-09-1900.*  
*O Regenerador, 2.º ano, n.º 81, 18-05-1901.*  
*Portugaliae Monumenta Histórica. Inquisitiones, 9 fascículos, Lisboa, Academia das Ciências, 1888-1977.*

## Bibliografia

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Vias Medievais – Entre Douro e Minho*, Dissertação para Licenciatura em História, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1968.  
– *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, Tese de Doutoramento, 1978.  
– *Caminhos medievais no Norte de Portugal*, in “Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago. Itinerários Portugueses”, s/l, Xunta de Galicia/Centro Regional de Artes Tradicionais, 1995, pp. 339-356.
- BASTOS, Maria do Rosário da Costa – *Santa Maria de Oliveira. Um domínio monástico do Entre-Douro-e-Minho em finais da Idade Média*. Câmara Municipal de V. N. de Famalicão, 1996.
- RAU, Virgínia – *Feiras Medievais Portuguesas – subsídios para o seu estudo*, Lisboa, Presença, 1982.
- SALGADO, Benjamim – *Vila Nova entre Forais*. Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1967.
- TORRES, Cláudio – «A Civilização Islâmica é a última civilização mediterrânica», in Revista *História*, Número Especial: *Para Compreender o Islão*, s/d.



# Literatura e Vila Nova de Famalicão

por Américo António Lindeza Diogo e Sérgio Paulo Guimarães de Sousa \*

Relacionar literatura com Vila Nova de Famalicão parece empreendimento temerário. Não há medida comum entre os dois objectos, quando o primeiro é um Himalaia – ou mais um Parnaso – e o segundo uma aglomeração humana que a humildade impõe seja um formigueiro, se percebida de tais píncaros. Da intersecção dos dois conjuntos resultaria um outro bastante ralo, para não dizer vazio; e a desproporção semântica e axiológica entre os dois nomes tornaria a sua mera associação cômica.

Posto «a pedido e para manter o exercício» (como disse o próprio), Manoel de Oliveira fez um documentário sobre Vila Nova de Famalicão em 1940. Se o mais notável do filme é porventura a narração em *off* de Vasco Santana, e artisticamente se situe muito abaixo do «Douro, Faina Fluvial», a menoridade da obra não é imputável ao objecto, que poderia decerto ter «grandezas» comparáveis, *v.g.*, às do «Acto da Primavera». Não calhou. Existindo embora as *Novelas do Minho*, o não evento é ainda mais notório nas artes literárias, pois nenhuma figura de autor equivalente em dignidade canónica à de Oliveira tomou alguma vez para obra sua Famalicão como assunto.

Ora, apesar das aparências, há decerto literatura *em* Vila Nova de Famalicão (não apenas a sombra de Camilo em S. Miguel de Ceide) e mesmo alguma literatura *de* Vila Nova de Famalicão. Existem autores, textos e leitores em Vila Nova de Famalicão e mesmo leitores, textos e autores de Vila Nova de Famalicão. A despeito da transcendência, a literatura não passa sem lugares. Famalicão é mesmo um lugar onde a literatura poderia sentir-se relativamente confortável, pois não faltam à cidade e aos seus concelhos escolas de todos os níveis de ensino, incluindo o superior, bibliotecas, museus e fundações. Em alternativa, e dando crédito aos que a crêem transgressora, a literatura poderia fazer Famalicão sentir-se desconfortável, e pelas mesmas razões.

Todavia, mesmo diante de tais factos, 'literatura famalicense' – literatura de Vila Nova de Famalicão – permanece uma expressão que sobressalta o sentimento de pertença. Não há analogia ou homologia entre 'literatura portuguesa' e 'literatura famalicense', ressalvadas as diferenças de escala. Não se estuda em Famalicão a literatura famalicense, senão a portuguesa. A expressão não se aplica, e sequer à chamada literatura popular, onde mais facilmente se pensaria encontrar uma matriz regional. De facto, não só o espaço famalicense há já mais de uma centúria que não é uma região agrícola, «orgânica» ou homogénea, unificada nas formas e modos de produção económica e cultural, e dotada portanto de uma putativa cultura própria, única nos modos de plasmar a realidade e a vida, como as formas culturais-«orgânicas» de expressão do que foi o julgado de Vermoim devem reconhecer-se muito contínuas com as do Norte de Portugal e da Galiza no conto, no adagiário, no cancionero, nas festas e nos rituais. O caso não é tanto que na relação entre estes espaços as produções famalicenses façam figura de variantes; é mais que este género de produtos tende a existir como variedade – e que por norma se ajuíze da superioridade expressiva de um ou de outro no serem eles alguma variação local de um «arquetipo» universal. Se para efeitos de conceituação da quadra popular, «salgueiro pega de estaca / amieiro de raiz» tanto aqui como na Galiza, «A Bengala de Dezasseis Quintais», conto originário de Santa Maria, e justamente famoso, é um dos mais planetários entre todos os que existem como «populares».

\* Universidade do Minho.

Pode pensar-se evidentemente que juízos como estes são tipicamente de letrados educados em literatura, os quais tanto mais prezam os fastos literários quanto mais os seus temas ou assuntos, no que de «interesse humano», possam suspeitar-se universais. De resto, observações deste tipo insinuam a existência de algum erro em tais apreciações. Ao caso, não seria apenas errado ajuizar do popular segundo critérios que pertencem ao culto; o desmando dos critérios deixaria antes entrever que era outrossim erro a apreciação que equacionava 'literatura' com 'universal' (ou 'nacional', quando há pudor) e arredava a primeira de Vila Nova de Famalicão. Por outro lado, se há universo, Pessoa *dixit*, até na rua dos Douradores, como poderia não havê-lo na Vila Nova?

Não se quer resgatar com estes considerandos a «literatura regionalista», sendo bem duvidoso que o conceito necessite de resgate. Transmontanos, alentejanos e outros *característicos* não carecem de autores e obras estimáveis, e mesmo de grandes obras e bons autores. Mas podemos, esperamos poder, operar com algumas noções de 'região'.

O espaço que nos interessa é um composto dos restos de uma região «histórica», já expeditamente designada por «julgado de Vermoim», que sobrevive – nas instituições e nas mentes – numa região *nodal* resultante da industrialização iniciada por meados de Oitocentos e contínua com a do vale do Ave. Se é visível a polarização promovida pela indústria (acessos/carência de acessos, bens públicos/carência de bens públicos, centros/periferias, cultura popular/cultura urbana, &c.), o vale do Ave transforma o conjunto numa *região de programa* (ou região-plano), que é a um tempo de natureza administrativa, operacional e prospectiva, configurada por uma partilha de competências entre administração pública, empresas e fundações – situação de que um dos emblemas é a sua Universidade (privada) tal como apreciável nos cursos que aí se ministram, pertencentes todos às *artes lucrativae* com alguma relevância não somente para o que a região pensa ser, como também para o que se perspectiva ser: Engenharia, Economia, Design, Arquitectura e Informática. É uma região menos real (ou menos orgânica) do que já terá sido, para cuja definição importam ainda as relações com divisões administrativas e centros de poder vizinhos (*e.g.* Braga e Guimarães) e a integração num mercado global, forçada pela sua base industrial instalada. Da proximidade às duas urbes referidas decorre decerto algum investimento reforçado na cultura. Vila Nova é um pouco como os filhos segundos das casas aristocráticas, que, um tanto arredados do poder, encontravam alguma legitimação da sua existência na prática e na protecção da cultura e das artes. Demais, a cultura parece em grande medida ser o equivalente não físico para o centro histórico que Vila Nova dificilmente se pode considerar que tenha ou que seja, já que a urbe enquanto tal cresceu por se ter dado o caso de a sua localização a haver tornado em Oitocentos um centro importante de comunicações. Esse mesmo crescimento foi limitado pelo tipo de povoamento tipicamente minhoto, que a industrialização, dependente das chamadas facilidades naturais (orografia e cursos de água), não modificou. O próprio caminho-de-ferro é a estes respeito um empecilho.

Em rigor, Vila Nova de Famalicão não dispõe de um centro histórico; a construção recente das grandes avenidas não pôde mais do que denotar esse «vazio». O que existe, e de certo modo «reflecte» a natureza da *região de programa*, é o conjunto que agrupa o comércio especializado, a banca, os seguros, a administração pública... e a Fundação Cupertino de Miranda; em rigor ainda, o próprio «concelho» deverá considerar-se tricêntrico (Vila Nova, Riba d'Ave, Joane).

Assim sendo, a cultura e a literatura parecem dever ser um caso de património instalado e a instalar, segundo perspectivas mais prospectivas do que retrospectivas. Pois não vai a Câmara Municipal de Famalicão fazendo do Camilo que (en)calhou em S. Miguel de Ceide património famalicense? Em parte não é o que vem fazendo a Fundação Cupertino de Miranda com o surrealismo português?

O *Boletim Cultural* da Câmara é de resto um bom repositório deste género de actividades, dando asilo a estudos de museologia e arqueologia industrial (sem esquecer as bibliotecas), programas e planos direc-

tores, levantamentos sociográficos e etnográficos, planeamento urbanístico (não raro integrando actas de colóquios), celebração e estudo de individualidades notáveis nos campos artístico, científico e político: Alberto Sampaio, Bernardino Machado, Sousa Fernandes, Júlio Brandão... No *Boletim Cultural* foram ainda publicados textos de políticos, historiadores, filósofos e pelo geral gentes de letras de muita reputação: Victor de Sá, Armando Bacelar, Fernando Rosas, e tantos mais. Por norma, nem falta uma secção «Os nossos autores» ou «Os Nossos Escritores Hoje», que nos revela poetas, contistas, ensaístas, dramaturgos famalicenses: Jorge Reis-Sá, Armando Soares Coelho, Luís Serguilha, Alice Santos, Amadeu Gonçalves, Avelino Guedes da Silva, Marinho Pinto, Luísa Monteiro, Filipe Oliveira, António da Costa e Sá, Marta Duque...

À mesma câmara se deve a exposição (e a publicação do catálogo) «Autores Famalicenses» (1998), entregue aos bons cuidados de Artur Sá da Costa e Amadeu Gonçalves. Trata-se de um projecto de historização, como quem diga de atribuição de uma origem, que segue inegavelmente algum fito prospectivo. O conjunto «Autores Famalicenses» passaria a ter um pai no jesuíta Tomás Pereira, autor setecentista dado também à música e às artes mecânicas, que esteve tão perto do poder imperial chinês como se desejam os «Autores Famalicenses» deste poder municipal tão benemérito dos talentos, dos méritos e de editoras. O catálogo das edições municipais em 1999 regista, aliás, um número de títulos impressionante: 160, com que acompanham, numa lógica inatacável, guias e roteiros da terra, guiões (ou seja, galhardetes), serigrafias, louça e medalhística alusiva. A proximidade dos livros, dos folhetos, dos periódicos, das artes plásticas e da «heráldica» *mima* uma economia de aglomeração beneficiária da terciarização que pensa prospectivamente o espaço regional: quem «entra» para comprar o prato Alberto Sampaio, ou os postais da Escola Preparatória de Joane, pode ser que também «saia» com *A Poesia Religiosa de Camilo*, de Manuel Simões.

É isto no plano da cultura e da literatura a «região do rio Ave» (juntamos literatura e cultura na suposição de que a primeira seja a contextualização imprescindível da produção e recepção da segunda). À «região do rio Ave» pode atribuir-se como *termo a quo* a década de oitenta, em que a crise económica vai impelindo à criação da região-plano. É por então que, e isto é um evento significativo, o analfabetismo da zona, que rondava uns colossais 20%, é reduzido a uns 8% «aceitáveis». É a partir daqui que a região pode ser *prospectada* por um rede de serviços benévolos e não benévolos, mais institucionais e menos institucionais que tanto pode fazer valer um saber-fazer tradicional (dos linhos aos curtumes ou à cutelaria), actualizando-o, como preservá-lo em museus-fábricas e em percursos turísticos, de tanto interesse como uma geira romana. O mesmo será possível não apenas com o património instalado e re-instalado da «região nodal» mas ainda com o, por assim dizer, do «julgado de Vermoim»: escolarmente já transformados em literatura, podem pertencer ao património famalicense trovadores como os de Riba d'Ave ou como o Joam Garcia da Guilhade que é hoje freguesia de Barcelos (com a vantagem de o primeiro autor famalicense recuar cerca de trezentos anos). E toda a produção folclórica subsistente pode ser património em idêntica situação. A Casa de Camilo abre um leque de possibilidades. Não somente a publicação regular de um Boletim e a edição de estudos camilianos, mas seminários permanentes, investigadores contratados, quiçá a figura do escritor residente, serões camilianos, perspectivas de turismo cultural, &c. E beneficia – situação sem paralelo na Europa – de imponentes instalações, assinadas Siza Vieira.

Para concluir, examinemos o caso da editora Quasi, para onde emigraram alguns «Escritores Famalicenses de Hoje». É um projecto dos anos 90, subsidiado (um tanto) pela câmara de Famalicão, e exequível na medida em que é primordialmente poético. Com isto não se quer repisar o velho tópicos segundo o qual seria Famalicão um país de poetas. O que antes está em pauta é que à saída de Oitenta, existe uma base de escolaridade capaz de sustentar a produção (e a humana ambição de se ver editado e conhecido) numa área que se cuida seja culturalmente pouco exigente, havendo a musa prestável e a inspiração portátil. Lembrem-se os sucessos de alfabetização, e insista-se, já agora, que a região beneficia de uma notável



abundância de escolas, a que – cereja no topo do bolo – não falta sequer uma universidade privada (onde se lecciona *design* e informática). Existe uma base tecnológica que, sem desdouro, permite fazer uma editora num vão de escada, com o trabalho de início facilitado pelo facto de os versos não causarem grande estafa à composição tipográfica electrónica.

É justamente na década de oitenta que surge o *Desktop Publishing*. Pelo meio dela viu a luz o PageMaker da Aldus (que a Adobe adquiriria), acompanhado pela proliferação de tipos electrónicos. A união dos tipos, da LaserWriter da Apple (e do género impressora PostScript *desktop*), bem como do PageMaker para Macintosh deram o pontapé de saída da revolução nas áreas da edição e da tipografia. Assim, havendo acesso a capitais públicos e privados, é menos trabalhoso lançar um caudal importante de obras nos prelos e nos mercados. Os meios, contudo, se apenas participassem dos recursos disponibilizados pela *região de programa*, poderiam ter-se somente acomodado às capacidades e perspectivas instaladas. Tornariam apenas mais fácil celebrar as personalidades celebradas, arquivar, gerir e publicar a documentação, aumentar os espólios... Ora, a editora Quasi deve antes perceber-se como a expressão da lógica operativa, mais prospectiva do que «museológica», que é característica da região-plano. Com os meios ao dispor, os que de início foram «autores famalicenses» dispõem também de uma estratégia que lhes permite transcender a região, o reconhecimento local e as constricções de um mercado que seria por isso mesmo limitado. A editora fez-se patrono da uma geração poética, de 90 chamada, e soube atrair as instâncias do reconhecimento. A editora é *hoje* nacional, como nacionais são hoje alguns dos autores famalicenses de aqui e de agora. Deu decerto um outro sentido à noção, ora abonatória e logo desabonatória, da autarquia poética.

Aconteceu o que pareceria muito improvável à partida: passagem do local ao nacional, associação da poesia a uma racionalidade empresarial, etc. Neste momento, temos na banca de trabalho *A Nuvem Prateada das Pessoas Graves*, de Rui Costa, obra que ganhou o prémio Duarte Faria de 2005. Foi editada pelas Quasi Edições. É uma obra que não perde qualidade entre o verso, a paginação, a composição, a maquetagem e o papel. O autor é portuense de nascimento, e não nos consta que resida em Famalicão, exerça em Famalicão, tenha casado em Famalicão, ou tenha especial carinho por Vila Nova.

As Quasi Edições são um caso de sucesso – e até como *construção* de um valor patrimonial – que pode e deve estudar-se.

## Bibliografia

BENKO, Georges (1999) *A Ciência Regional*, Oeiras, Celta.

*Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, nºs 8, 9, 10-11, 12-13, 14, 16, 18.

BLANCO, Domingo (1996) «Sobre a Tradition Comum do Cancioneiro Popular Moderno de Galícia e do Norte de Portugal», *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, 14.

*Catálogo 99. Edições Municipais*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

GONÇALVES, Amadeu (1996) «Regionalização Cultural», *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, 14.

GONÇALVES, Amadeu & COSTA, Artur Sá da (org.) (1998) *Autores Famalicenses*, catálogo da exposição, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão-Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco.

PAIXÃO, António et al. (1996) «Geografia Urbana da Cidade de Vila Nova de Famalicão», *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, 14.

# Literatura & Imprensa: do local ao global

por Amadeu Gonçalves\*

*Eu não cito os outros senão para exprimir  
o meu pensamento de maneira mais hábil*

Montaigne

## I. Tópicos interpretativos

Numa altura em que urge revitalizar e exumar o que de melhor a imprensa poderá ter, quer a literária, quer a noticiosa, assim como as revistas literárias, enquanto publicam, ou publicavam textos de escritores para dar, ou que dava a conhecer a um vasto público e leitor interessado, é necessário, senão mesmo urgente, no princípio de um novo milénio, evocar a mentalidade textual que então regia, ou ainda pode reger, uma época, senão épocas. O que se pretende é a efectivação de um levantamento e de um estudo científico da imprensa famalicense, o qual se baseará entre o “local” que se identifica com o “dentro” e o “global”, este com o “fora”, para uma interpretação multidisciplinar entre a sociologia, uma filosofia da cultura e a literatura para a edificação de uma ética de leitura, a qual poderá nos remeter, para além da mentalidade textual, a uma mentalidade social. Utópico? Provavelmente, mas nada impossível.

De momento, interessa-nos descodificar, num primeiro momento teórico, os neologismos “globalização”, “localização” e “glocalização”. Ao mesmo tempo, o que poderá ser uma ética de leitura visando a imprensa e a literatura, o cânone literário e o folhetim para então entrarmos num segundo momento, o prático.

Assim sendo, para compreendermos a perspectiva da globalização e a sua promoção que efectua com o local, socorremo-nos, para tal, de Giddens (1997: 70). Segundo Giddens, a globalização não diz apenas respeito à criação de sistemas em larga escala, mas diz também respeito à transformação de contextos locais e até pessoais, principalmente de experiência pessoal. As nossas actividades quotidianas são influenciadas por eventos que ocorrem no outro lado do muro. Por outro lado, os hábitos de vida local tornam-se globalmente relevantes. Em segundo lugar, e em parte como resultado directo da globalização, poderemos falar hoje de uma emergência de uma ordem social pós-tradicional. Uma ordem pós-tradicional não é uma ordem em que a tradição muda de estatuto. As tradições têm de se explicar a si mesmas, estar abertas a discursos interrogativos. Numa sociedade globalizante, e culturalmente cosmopolita, as tradições são objecto de análise cuidadosa, necessitando de razões ou de justificações. Finalmente, a globalização traz consigo a insistência na diversidade, a tentativa de recuperação das tradições locais perdidas e a ênfase colocada na identidade cultural local.

Nesta situação, se a maior parte dos sociólogos aplicam a noção de globalização apenas a uma simetria económica, ela vai ainda mais longe, acabando por nos revelar outras situações típicas, principalmente no campo da cultura e no nosso caso concreto a imprensa. Solicito Ernesto Rodrigues:

Por verdade global entende-se, talvez, essa objectividade, virtual, que resulta de os factos serem confirmadamente autênticos e exactamente reproduzidos. Mas o último advérbio conduz ao problemático: mais do que o visto, é o ponto de

\* Técnico Profissional de Bibliotecas, Câmara de Vila Nova de Famalicão.

vista que determina. Pelas suas fissuras entre a arte de fazer História e o viperino dizer literário. Equivale essa “verdade global” à velha verosimilhança, indiferente, nos seus princípios constituintes, à imaginação?

Desaprovo, assim, que o jornalismo se desinsira da imaginação, metodológica para o profissional; que, a transvasar, isso o catapulte para a supra-literatura, conformando-se esta a viver sem a imaginação; que a não-imaginação colida com a verdade poliédrica; que o “dado de facto”, a “verdade global”, contradigam reflexos múltiplos de múltiplos espelhos. (1998: 75)

Para completarmos tais noções, nas quais existem um complemento entre o local e o global (Giddens) e, por outro lado, estando patente nessa configuração relacional a actividade jornalística e do literário (Rodrigues), outra noção de cultura global é-nos oferecida por Smart, esta em três perspectivas funcionais: i) a dimensão da cultura global, ii) a cultura global, uma cultura que se constrói e, finalmente, iii) o relacionamento da cultura local, na qual se reconstrói o espaço cultural enquanto memória, com a cultura global, estando aqui patente o cosmopolitismo identitário das culturas. (1993: 171-173) Nesta multidisciplinidade, surge-nos os conceitos de mundialização e de universalidade (BAUDRILLARD, 1998: 22), unificando-se este último à perspectiva global, cujas noções e distinções poderão ser polémicas, mas que se identificam com a realidade contemporânea: i) no mundial, todas as diferenças se esbatem apenas em função da libertação das permutas. Mundialização e universalidade não caminham a par, melhor diríamos que uma exclui a outra. A mundialização tem a ver com as técnicas, o mercado, o turismo, a informação. A universalidade tem a ver com os valores, os direitos do homem, as liberdades, a cultura, a democracia. A mundialização parece irreversível: dir-se-ia que o universal está em vias de extinção, pelo menos no sentido em que se constitui como sistema de valores à escala da modernidade ocidental, sem equivalente a qualquer outra cultura.

Nesta perspectiva, o nosso interesse na globalização é essencialmente a perspectiva cultura da mesma; e um dos sentidos a dar à palavra globalização tem a ver com a capacidade que a mesma traduz naquilo que hoje se verifica em termos de importação e de exportação da própria cultura. Tal referência deve-se à dimensão alcançada pelos contactos das diversas culturas nacionais e regionais; e umas das características atribuídas à pós-modernidade tem a ver, precisamente, com o fenómeno segundo o qual a cultura e a economia se entrelaçam cada vez mais, nomeadamente a economia torna-se cada vez mais cultural, ao passo que a cultura se vê cada mais determinada pela dimensão económica (VILA-CHÃ, 2003). Ora, na medida em que as manifestações culturais estão ao mesmo tempo sujeitas tanto ao domínio da cultura como ao domínio da economia, o que pode acontecer, numa consequência mais imediata, é levar à existência de um individualismo exacerbado, o qual terá e tem as suas consequências num materialismo consumista. Se a cultura ajuda a cultura global a expandir-se, não poderá deixar de ocupar um lugar privilegiado, já que acaba por promover padrões de comportamento, obtendo assim a cultura a missão de criar e de modelar o consumidor global. O nosso caso refere-se, particularmente, ao processo cultural de uma globalização do literário, se assim o podemos designar.

Contudo, num segundo momento, o processo é mais complicado do que à primeira vista parece. Se, por um lado, a cultura pode manter o seu alcance global e a sua convivência social, por outro lado, surge-nos uma cultura enquanto crítica utópica, sendo esta, ao mesmo tempo, enfraquecida politicamente. Apesar de tudo, a crítica utópica numa vivência cultural interessa-nos, acima de tudo, pelo seu factor de criatividade. A literatura é exemplar nessa criatividade. Independentemente do confronto político, da ligação da cultura à política, e vice-versa, a cultura que aqui nos interessa é, nada mais nada menos, esta crítica utópica criativa, senão mesma recriativa. De qualquer maneira, esta efervescência do cultural nas últimas décadas, quer num plano local e global, tem evidentemente os seus perigos. Quem nos avisa de tais perigos, pela ligação do cultural ao político, é Eduardo Lourenço:

A verdadeira ameaça contida na actual apoteose do cultural é a que se esconde ou manifesta uma mais ou menos subtil subordinação do cultural ao político, não no sentido de tradição milenária, levado ao absurdo pelo totalitarismo moderno, mas no sentido *soft* democrático, da gestão e vivência cultural como máscara, apenas disfarçada da mais trivial vontade de poderio. (1999 a: 12)

Finalmente, interessa-nos aqui realçar a efectividade de uma cultura local com uma cultura global, e vice-versa. Poderá isto levar-nos à questão medievalista do indivíduo (local) e do universal (global). Podemos, aparentemente, inter-agir criativamente com tais conceitos. Neste sentido, a cultura simboliza uma forte ligação entre uma cultura local e uma cultura global. Convém, apesar de tudo, dizer que esta perspectiva pode ser enganadora:

A cultura enquanto identidade é avessa, quer à universalidade, quer à individualidade; em contrapartida, valoriza a especificidade colectiva. Na perspectiva da Cultura, as culturas aproveitam-se perversamente das peculiaridades acidentais da existência... transformando-as em portadoras de uma necessidade. (EAGLETON, 2003: 77)

Na relação do indivíduo com o local, o que a cultura acaba por valorizar é, precisamente, mais do que o indivíduo, a identidade do humano: eis o carácter universal da cultura. O que está em causa é uma relação directa entre o ser humano na sua individualidade e identidade com o universal, o global. Na visão de Eagleton, a cultura é o espírito da humanidade individualizando-se em obras específicas, e o seu discurso estabelece uma ligação entre o individual e o universal, o cerne do eu e a verdade da humanidade, sem a mediação do que é historicamente específico. O universal não é o simples antónimo do individual, mas o seu próprio paradigma. (2003: 78)

Surge a questão inquestionável: como conciliar o local e o global num plano literário-cultural familiar num plano de uma ética de leitura? Se já efectuamos uma aproximação teórico-sociológica, falta-nos a reincidência do literário, se não mesmo o plano de uma literariedade, do que propriamente de literatura (CULLER, 1995: 45). Se nos deparamos com uma definição meramente técnica de literatura onde está patente a noção do cânone literário – “a literatura não é senão aquilo que uma dada sociedade trata como literatura: isto é, o conjunto de textos que os árbitros da cultura – os professores, os escritores, os críticos, os académicos – reconhecem como pertencendo à literatura. Tal conclusão está longe de ser satisfatória..., em que os critérios de definição e de limitação dos objectos culturais nos remetem para as opiniões mutáveis de um grupo, grande ou pequeno” (CULLER, 1995: 46), a intenção agora será evocar Harold Bloom, o qual nos transmite um testemunho de uma meta-literatura, sem fronteiras para a interioridade humana:

A literatura não é unicamente linguagem. Ela é também a vontade de figuração, o motivo para a metáfora de que Nietzsche uma vez definiu como o desejo de ser diferente, o *desejo de estar noutra lugar*. Isto em parte significa ser diferente de si mesmo, mas primeiro que tudo significa..., ser diferente das metáforas e imagens das obras contingentes que constituem o património herdado por cada um: o desejo de escrever de maneira grandiosa e o desejo de estar noutra lugar, num tempo e num lugar exclusivos de cada um, numa originalidade que se deve combinar com a herança, com a ansiedade da influência.” (BLOOM, 1997: 24) (itálico meu)

O desejo de estarmos noutra lugar...! Será neste sentido, a urgência vivificadora de uma ética de leitura, a qual se socorre da interioridade textual, esta se encontrando numa entronização tensiva e dialéctica entre a literatura e a imprensa com base numa filosofia da cultura para ressaltar a experiencialidade do humano. Para compreendermos o que poderá significar esta ética de leitura, a nossa salvação interpretativa recairá em Barros Baptista (1993: 11-12). Ao diferenciar uma leitura truística da do lugar comum, a primeira como um texto sempre por ler, a segunda na significação ortodoxal de que a homenagem que se pode prestar a um texto, compreende-se autor, é lê-lo, uma ética de leitura poderá, então, deixar-nos “recolher o apelo do

texto, respondendo-lhe como se ele se apresentasse por si só o nosso caminho... Responder empenhadamente ao apelo do texto significa aceitar o risco de, num lugar previsto, ler o que, desde o início, se entende como texto que está por ler, ou seja aceitar o imprevisto da leitura.” (BAPTISTA, 1993: 15)

Como poderemos aplicar este imprevisto leitoral na actividade criativa e literária no plano familiar? Ora, a propósito do cânone literário e da sua formação seria imperdoável se aqui não aplicássemos os recentes estudos de Carlos Ceia (1991: 121, 124) e os de Bloom (1997: 39), os quais numa órbita diferenciada, acabam por se complementarem, trazendo-nos novas claridades na formação do cânone. Vejamos as objecções de Ceia relativamente ao que foi estabelecido mais atrás via Culler: i) a primeira diz respeito ao propósito de que um cânone estabelecido para uma geração pode não servir para a geração seguinte; ii) na segunda, evoca-nos Ceia a possibilidade de exclusão de vários grupos sociais, étnicos e mesmo sexuais; iii) finalmente, evidencia Ceia que o Cânone para além de ser uma visão institucionalizada, relega para segundo plano o papel daqueles a quem se dirige. Qual a proposta de Ceia? Vejamo-la:

Esta última objecção aponta ainda para o preconceito do controlo institucional da interpretação dos textos e da literatura em geral. Só o processo de escolha dos autores e dos textos pode funcionar com uma *interpretação* da própria literatura, mas neste caso devemos rever não só o conceito de interpretação mas também o de literatura: a primeira seria apenas um processo subjectivo de decisão arbitrária e numérica entre várias possibilidades de escolha, algo bem diferente do conceito de interpretação como hermenêutica crítica; a segunda seria apenas uma gigantesca banca de mercado, onde estão expostas todas as espécies de fruta do mundo, competindo ao cliente provar de todas para decidir qual a que tem melhor sabor, mas nunca interrogando a natureza de cada fruto, que é a tarefa maior da literatura.” (1999: 124-125)

Vejamos Bloom, que mais longe vai do que Ceia. Ao objectar que a formação do cânone já não é levado apenas pelo poder institucionalizado, caso dos grupos sociais dominantes, instituições educativas, tradições críticas, criticando, por um lado, não só a visão marxista da formação canónica, para a qual a instância da formação do cânone se deve a um capital cultural, como também efectua a objecção da ideologia na sua formação, criticando igualmente a formação do cânone literário numa perspectiva individual, Bloom acaba por concluir que a leitura ideológica não é propriamente leitura (1997: 39), salientando, ao mesmo tempo, duas perspectivas no horizonte da formação do cânone, a educativa e a proposta estética (1997: 28, 145-146).

Nesta altura do nosso discurso, o que se poderá questionar relativamente aos autores/escretores locais é: qual será o tipo de cânone, ou então se será possível remetê-los para outro tipo. O da paraliteratura? Talvez sim, talvez não, até porque este se situa à margem daquele. Se na paraliteratura inclui-se obras como a ficção científica, a literatura fantástica, a banda desenhada, o romance policial, esta acaba por ser um bom negócio para editores e livreiros, não significando propriamente que tais obras sejam de menor qualidade estética. Mas o cânone pode também comportar uma actividade estática e de movimento, na medida em que uma obra literária pode perfeitamente incorporar as suas mutações internas e externas, isto é, o que hoje está estabelecido institucionalmente, amanhã poderá obter alterações significativas, devido precisamente ao pré-condicionamento do cânone literário que depende de factores externos a si próprio.

Não deixa, contudo, de ser curioso de que para além da noção de paraliteratura, a qual pretendemos incorporar na hipótese da sua existência numa literatura local/regionalista, não deixa, dizíamos, de ser curiosa a noção de literatura marginalizada de Arnaldo Saraiva. Para este autor, a designação de “literatura marginal” é que ela cobre mais ou menos todo o espaço semântico de outras designações, tais como “paraliteratura”, “subliteratura”, “infraliteratura”, “literatura popular”, “literatura oral”, “literatura de cordel”, “contraliteratura”, “antileteratura”, “literatura underground” e até “literatura de vanguarda”; e o que define tais expressões ou designações é a oposição explícita ou implícita face à literatura oficial, a consagrada, académica e mesma clássica. Mas com o uso do sintagma “literatura marginalizada” pode visar-se apenas um certo tipo

de textos em que há menos estruturação, menos elaboração estética, menos conceptualização, ou menos ambição cultural do que, por exemplo, na “literatura de vanguarda” ou na “antiliteração”; e pode visar-se preferentemente não só um tipo de textos mas também o modo da sua produção, distribuição ou circulação e do seu consumo (1980: 5-7).

Assim questionamos de novo, pois, a incorporação dos autores/escritores locais: se poderão estar nos parâmetros literários ou nos paraliterários. Quanto a nós, têm simplesmente uma realidade significativa numa individualidade estética muito própria, incorporando vivências não só ideológicas, como também a reconstrução imagética de um universo não colectivo, isto é, a palavra enquanto acto poético e ficcional não atingiu ainda a plena maturidade de realizar-se como mundo outro porque meramente se realiza num contexto individual mais ético do que estético. Porque não referir Bloom e aplicar aqui a característica que ele acentua de uma “estética subterrânea?” (1997: 27) Mas nesta *estética subterrânea* não existirá um autodesvelamento do literário, uma existencialidade vivencial do humano? Vejamos o que neste aspecto Vergílio Ferreira nos diz. Num texto dedicado a Saúl Dias, evoca Ferreira autores que os críticos denominam de menores, considerando que há “escritores grandes de dimensão pequena, como os há pequenos de dimensão grande”. Pode-nos parecer paradoxal à primeira vista esta palavras que apresentamos de Ferreira. Justificamo-nos com o que aqui nos traz através de uma “hermenêutica indeferenciada” (GARDIN, 1996), a partir do momento em que se aplica uma hermenêutica não só aos autores canonizados como também aos não canonizados, cada um por si à parte, devido aos enunciados estéticos que proclamam e se inserem. Temos, assim, uma indeterminação interpretativa que não só é interrogativa, até porque a partir do momento em que se torna interrogativa a interpretação propõe novos rumos para uma nova construção epistemológico-literária – e como exemplo concreto a imprensa perante os autores e escritores que comporta.

É lógico que aqui também podemos incorporar um outro tipo de produção literária, mais precisamente aquilo que os críticos cognominam de literatura cinzenta, isto é, autores que produzem uma textualidade, seja ela poética, ficcional, ensaística à margem da legalidade. No caso famalicense, surgiu aqui há uns anos Filipe Oliveira com uma selecção poética intitulada *Há 20 Anos que Respiro* numa edição fotocopiada. Caso único e, no fundo, exemplar, cuja temática construtiva se relaciona indiscutivelmente com a de Fernando Assis Pacheco. Neste âmbito nada melhor do que aqui evocarmos Henrique Barreto Nunes (1989), para o qual seria benéfico a instituição de um depósito legal local.

No que diz respeito à imprensa e o que podemos salientar para já no seu relacionamento com a literatura, nada mais do que aqui trazer à luz Rodrigues e da situação paradigmática de pretender implantar um quarto suporte, o jornalismo, perante os já existentes canonicamente: se vivemos os paradigmas do autor, do texto e do leitor, nada mais configurador do que a implantação do suporte jornalístico, a partir do momento que a reelabora a combinação da leitura com a crítica (1998: 27). Paralelamente, os recentes estudos de Daniel Pires vêm-nos mostrar a importância cada vez mais inquestionável da imprensa e da sua intervenção no âmbito cultural. Diz-nos Pires a propósito não só das revistas literárias, como também da imprensa o seguinte:

A sua importância é indelével, pois são uma fonte inesgotável de informação factual de uma determinada época: veiculam-nos a mundividência dos colaboradores, a linha programática dos editores, a recepção e a psicologia dos leitores, as técnicas da impressão utilizadas, os valores estéticos dos ilustradores, o imaginário poético e ficcional prevalecentes. (PIRES, 1997: 9)

Acima de tudo, na continuidade de Pires, permitem-nos reconstruir mentalidades, o pulsar do tecido social, as modas perflhadas, os factos que verdadeiramente fazem mover a roda da história (1997: 10)

Desta forma, nada melhor do que a reconstrução de mentalidades se usarmos o campo da imprensa perante a literatura como “ferramenta mental”, grata expressão esta de Lucien Febvre, ou uma outra de

March Bloch como uma “atmosfera mental” (Cf. DUBY, 1999: 43). Daqui que tivéssemos pensado como subtítulo para este trabalho o de *Públicas Intimidades*, a partir do momento que nos surge na imprensa várias poéticas mentais.

- i) uma *poética geográfica*, na medida em que evidencia o regionalismo, caso exemplificativo o Minho.
- ii) uma *poética dos desejos*, porque exalta as exaltações amorosas e as paixões de momento, tendo o elemento da saudade como pano de fundo, não numa perspectiva fenomenológica, mas temporal.
- iii) uma *poética litúrgica*, a qual evoca as manifestações festivas religiosas, caso do Natal e da Páscoa.
- iv) uma *poética etnográfica*, ressaltando aqui as tradições, os usos e os costumes de um determinado meio social.
- v) uma *poética familiar*, evidencia as individualidades familiares, na morte de um ente querido, ou então os dias festivos, datas de aniversário ou de casamento.
- vi) uma *poética patriótica*, quando se comemora alguma data histórica, nomeadamente o 1.º de Dezembro, a evocação de alguma personalidade (por exemplo Gago Coutinho, Sacadura Cabral, Álvares Pereira, entre outros que fazem parte da tradição histórica portuguesa, assim como também na evocação ao soldado desconhecido, consequência da 1.ª Guerra Mundial, cuja proliferação se efectuou nos anos 20 e 30 e perante a qual vencedores e vencidos convergem na organização e no levantamento da memória local. Famalicão não fugiu à regra dos grandes centros urbanos europeus perante a evocação e no culto ao soldado desconhecido. Perante Annette Becker, na evocação e ao culto do soldado desconhecido há a destacar três unidades rítmicas: i) uma unidade temporal (o dia 11 de Novembro, o qual, em alguns países, se torna feriado nacional), ii) uma unidade de lugar, exemplificada pelo monumento aos mortos e iii) a cerimónia ou o ritual comemorativo.
- vii) destaca-se também uma *poética personalista*, na significação e no enaltecimento da amizade, assim como também no engrandecimento de alguma figura pública.
- viii) finalmente, uma *poética do e para o lazer*, a qual evoca particularmente o descanso em lugares paradisíacos, principalmente portugueses.

Todas estas poéticas, as quais ainda abrangem um consenso até aos nossos dias, promovem mais uma finalidade moral do que propriamente fins estéticos. Neste sentido, a moralidade é perigosa, aplicando-a na época do Estado Novo. Cito Tourraine:

[a moralidade] lisonjeia a boa consciência daquele que o exprime, quer ele se sinta seguro da sua própria sociedade quer a denuncie, pelo contrário, em termos que fazem dele um justo orador que fala em nome de um além da sociedade política, social ou religiosa... (1994: 371)

Não queríamos deixar de abordar, perante os géneros discursivos poéticos, as quatro perspectivas que nos interessam e que podem ser abordadas no campo sociológico para aplicarmos ao campo da imprensa perante a literatura. Para tal, aplicamos aqui Edmond Cros (1995: 164), o qual nos remete para uma sociologia dos conteúdos, citando-nos Bourdieu e a teorização deste perante o campo social e o *habitus*, as práticas discursivas e, finalmente, o papel de uma sociocrítica na dimensão literária. Por um lado, evidencia-nos Cros que a sociologia dos conteúdos num texto literário acaba por ser um documento histórico, na medida em que nos fornece testemunhos directos sobre a realidade de uma determinada sociedade ou comunidade (no nosso caso, a famalicense). É claro que não a aborda perante a imprensa, mas podemos aplicar a sua teorização ao nosso caso. Depois, baseando-se em Bourdieu, sugere-nos a diferença de um campo social, o qual não é só uma construção social, como também um produto histórico com características objectivas, reflectindo aqui as posições respectivas dos diferentes agentes e das diferentes instituições, normas de comportamento, etc.:

depois, comportando em si uma lógica activa que é característica própria das comunidades, as quais suscitam novas práticas que são adaptadas e geradas pelo tal *habitus*, a prática interpretativa das comunidades. Relativamente ao papel da sociocrítica num papel literário, o que temos são as revelações dos saberes desse mesmo *habitus* comunitário que se torna comunicativo. Atrevo-me a citar de novo Cros:

A sociocrítica distingue-se da sociologia da literatura tradicional, antes de mais, pelo seu objecto: isto é, não só porque se limita, no domínio da literatura, à análise do texto literário, mas também porque... o que nesse domínio lhe interessa, contrariamente à sociologia, é o *dentro* do texto, ou seja «a organização interna dos textos, os seus sistemas de funcionamento, as suas redes de sentido, as suas tensões, o encontro, nesses mesmos textos, de saberes e discursos heterogéneos.»... É avaliando as noções de texto e de escrita propostas pela crítica formalista que a sociocrítica pode pôr em termos radicalmente novos o problema, capital para ela, da mediação e do processo de produção ideológica do sentido, processo que ela não concede como construção de uma coerência mas sim como emergência de uma co-incidência de contradições. (1995: 180)

## II. Da geração actual

Continuando com a nossa viagem inicialmente proposta, o «dentro» que é um «fora» e o «fora» que é um «dentro» ao nível de uma cultura local que se transcende a si própria, mais influenciada é certa pelo «fora» do que pelo «dentro», neste caso a literária; quem nos poderá tipificar esta “angústia da influência” será Lourenço, a qual já se encontra numa certa tradição literária portuguesa:

Os nossos autores, a partir do romantismo, viajam ao sabor da sua curiosidade no mundo dos outros a partir de um «dentro» ou em função dele. E desse «dentro» fazem parte menos o contexto e as circunstâncias da vida real da sociedade portuguesa, consciente da sua nova sensibilidade «romanesca», invadida pelo imaginário alheio veiculado pela moderna imprensa e pelo folhetim, do que a nova trama do nosso imaginário caseiro agitado pelo romantismo e pela sua aspiração latente a pôr em causa a complexa trama dos nossos valores, menos determinados pela estética que pela ética e pela religião. (1999 b: 34)

Num plano configurador poético o que encontramos será precisamente uma multidisciplinariedade de estéticas individuais. Na contemporaneidade, num pós-25 de Abril, assim como também antes perante o caso concreto que iremos evocar, com a poética de Salvador Coutinho (também contista), a qual, entre uma metafísica do amor, tem evoluído para o tópico sócio-pragmática. Desta forma, evoco para exemplificação sistemática do «local» e do «dentro» na sua relação com o «global» que é o fora», dois casos concretos na obra de Coutinho: nos *Vinte Poemas para a Vida* (1971), talvez o seu melhor momento poético, o «fora» se identifique com Pablo Neruda e, mais recentemente, o livro *Doze Poemas Só* (1999) relaciona-se com Elliot. Aliás, o elogio que Coutinho efectua a Neruda é a clara evidência do que acabamos de referir:

Em 23 de Setembro de 1973 deixou de ter vida o corpo de Pablo Neruda. Combatente. Trabalhador intelectual consciente da classe a que pertencia. O Trabalho. Uma vida em poesia ao serviço da sua classe. Hoje, mesmo hoje, como aliás sempre virá a acontecer. A verdade é irreversível. E por isso o povo chileno lançou cravos vermelhos sobre o túmulo de Pablo Neruda. É o prémio que mais lhe é querido. Aliás o prémio que, confessadamente, ao Poeta está no coração, quando diz «cheguei através de uma dura lição de estética e de procura, através dos labirintos da palavra escrita. A SER POETA DO MEU POVO. O MEU PRÉMIO É ESSE.

Neste sentido, gostaríamos de aqui evocar a função da literatura no campo social; e quem nos pode explicar esta perspectiva é, particularmente, Jauss, para o qual a literatura surge meramente como uma arte de representação (1993: 116)

O que se pretende com tal afirmação é chamar a atenção de que o que temos em Coutinho não é bem um neo-realismo, digamos antes que é um neo-realismo virado do avesso: enquanto que os neo-realistas se



convenciam que tinham a chave do segredo para a vitória dos males deste mundo, a palavra poética e ficcional de Coutinho é, em si mesma, um universo que representa para além de uma solidariedade humana, a problemática do social.

Num outro plano, aparece-nos o apalavramento poético de Serguilha, cujos livros aproximam-se da linguisticidade poética de Ramos Rosa. Aliás, Serguilha, pseudónimo de Filipe Araújo, requerendo um amadurecimento linguístico ainda muito mais profundo, reproduz uma dupla intenção: a fenomenológica – ou não tivesse ele citado no primeiro livro (*O Périplo do Cacho*, 1998) Merleau-Ponty –, surgindo paralelamente a linguisticidade como imagem do corpo na sua manifestação de individualidade erótica e de desejo. O que o distingue de Rosa acaba por ser precisamente a individualidade poética do humano perante a existência e não a universalidade do poético no humano. Será que a literatura é apenas isso, a arqueologia do desejo humano – num passado recente o caso de Henry Miller ou mais presentemente o de Philip Roth? Veja-se Bloom atrás citado. Aliás, o caminho da sublimidade corporal que desagua na torrente erótica de uma sensualidade feminina acaba por cair numa rua sem sentido, melhor, numa rua sem saída, radicando-se essa mesma vivencialidade utópica na palavra anárquica e, por vezes, sem a totalidade da vida.

Paralelamente, numa poesia edificada e projectora numa linguagem de afectos, a poesia de Bernardete Costa evidencia-nos um projecto poético em que o acto de escrever surge ligado a uma ressurreição memorial de afectuosidade que o corpo resguarda na ausência. O que a liga a Serguilha são os motivos poéticos de transfiguração da interioridade, surgindo assim um acto criativo duplo: em Serguilha a torrencialidade do sensual pela presença erótica, em Bernardete a sensualidade imagética edificada pela ausência. Em alguns momentos podemos identificá-la com Sophia de Melo Breyner ou Florbela Espanca.

Não será exagero realçar o artigo de Sérgio Sousa (1999) a propósito da poética de Soares Coelho, incluindo-a numa proto-história do romantismo, assim como também na poesia experimental dos anos sessenta. O trabalho de Sousa levanta algumas questões que poderão ser mais do que interessantes e, acima de tudo, pertinentes porque interrogativas:

É possível achar em Armando Soares Coelho uma especificidade caracterizável em termos de objectualidade literária de dimensões regionais. De facto, o que Coelho produz encontra-se remetido para uma circularidade semiótica algo débil – a difusão autoral das suas obras revela-se bastante periférica se comparada com as de um Torga. No entanto, é possível detectar em Coelho marcas semiótico-discursivas ao serviço de uma certa dimensão literária. E o certo aqui designa um estreitar de uma produção, cujos mecanismos potenciadores da produtividade textual pouco devem, de modo geral, a fertilizações da mobilidade do espaço semântico. Bem pelo contrário, Coelho remete enciclopedicamente o leitor para circunstâncias culturais e ideológicas passadas. Esta de resto parece ser uma outra componente que fundamenta a produção literária regional.

Se o caso de Soares Coelho, assim como no de Reis Sá, ou mesmo de uma Alice Santos, ou ainda de uma Lourdes Brandão, ou mesmo o caso sintomático de Aurélio Fernando, este um dos únicos com registo canonizado, o que é que poderá acontecer numa época em que existe uma tendência para um pós-neoromantismo ficcional e poético sem preocupações estéticas relativamente ao canonizado?

Exceptuando, como vimos, o caso de Aurélio Fernando (incorporando-o na geração da Távola Redonda, Barreiros tem o seguinte apontamento na sua mais do que famosa *História da Literatura*: “poeta de mãos dadas aos homens com os olhos fitos em Deus e dos sentidos colados à Terra com o pensamento a voar no Céu...” (1996: 596), talvez fortemente influenciado por Hopkins, nos últimos autores/escritores salientados surge-nos uma paradoxalidade à parte: é o caso de Jorge Reis-Sá. O paradoxo é justificado nos seguintes termos: por um lado, a sua actividade editorial; por outro lado, a sua actividade poética, da qual, para espanto nosso, aparece Reis Sá como autor em vias de canonização da pós-modernidade, senão mesmo já canonizado.

No primeiro caso, através das Edições Quasi, com sede em Vila Nova de Famalicão, Sá não só organizou já algumas antologias, como também nelas se foi incorporando, assim nos surgindo perante as leis do mercado editorial.

Relativamente ao segundo caso, a via da canonização, tal se poderá encontrar na mais recente *História da Literatura Portuguesa*. Assim sendo, Rosa Maria Martelo no artigo *Anos 90: Poesia evoca-nos Reis Sá* em duas perspectivas: i) a primeira, na caracterização poemática dos anos noventa do século passado; por outro lado, na sua edificação poético-estético (2002: 494). No fundo, nesta idealização estético-programática (“descontinuidade, rarefacção, fragmentação”) não encontramos o discurso sobre o absoluto do humano (Novalis), o qual não é simplesmente melancolia, esse *spleen* de Baudelaire elevado à categoria de metafísica. No fundo, já Jorge Luís Borges tinha razão num texto de 1978 quando nos elucida que a literatura tende para o caótico e para o vago. A grande narrativa, seja qual for o género, já não existe.

Ainda na contemporaneidade, um nome há a registar, o de Luísa Monteiro. Relativamente a Monteiro, iniciando a sua actividade poética e jornalística no jornal *Cidade Hoje*, repartindo-se actualmente entre a literatura infantil e a ficção, apareceu no final da década de noventa no mercado livreiro português com o título *As Novas Bruxas do Ave*, autora, aliás, que nos últimos anos tem suscitado algumas expectativas. O que é que poderemos encontrar na textualidade ficcional de Monteiro? Por um lado, um bom ritmo de linguagem e, por outro lado, uma anarquia na estética literária interna, essencialmente na construção narrativa. Imbuída por um forte realismo social, ou não fosse a autora jornalista, passa pela obra uma homossexualidade feminina e sexualidade explícitas, tendo o Vale do Ave como pano de fundo geográfico, surgindo Famalicão numa estratégia secundária no contexto ficcional. Influenciada pela literatura americana dos anos sessenta, da qual se poderá salientar Kerouac e, por outro lado, pela narrativa anglo-saxónica de Virgínia Wolf, destaca-se a enunciação das raízes culturais do Baixo-Minho, como o caso das romarias e das superstições, lembrando doces e sugestivas passagens camilianas.

Caminhámo-nos cada vez mais para o segundo exemplo prático, o mais eficaz para o que aqui nos trouxe.

### III. Literatura & Imprensa: Autores locais e globais

#### *iii.i) entre a monarquia e a república e premissas do estado novo*

A imprensa será sempre, e essencialmente, para além do âmbito em que se desenvolve, indispensável para a compreensão de determinada época, seja no campo cultural, económico, social e mesmo religioso. Se, por um lado, comporta um saber prático, independentemente do seu ideário estético ou político, sendo também uma ambição colectiva de determinado grupo social, é, por outro lado, um desejo comunicativo para um amplo debate de ideias, quando realmente o é.

Ora, a imprensa em Vila Nova de Famalicão confunde-se com o ideário republicano, ou se quisermos, com o ideal político, quer no passado, quer no presente. Apesar de não conhecermos os editoriais de alguns jornais, tal como os seus colaboradores, não nos parece que, para além da tendência supostamente literária, todos eles deixassem de perfilhar de um ideário político, o qual encontrar-se-á sempre fortemente vincado, mesmo dizendo-se apolíticos, que a situação se tenha alterado.

A nova consciência, se assim se poderá chamar, social, política, cultural e mesmo moral, surgirá principalmente, senão mesmo antes com as revistas literárias, com o *Estrela do Minho* (1895-1960). Manuel Pinto de Sousa, o primeiro editor, proprietário e director do jornal – tendo sido seguido por José Casimiro da Silva em 1929, o qual deu os seus primeiros passos no jornalismo famalicense *Minhoto* (1925), órgão do

Partido Republicano Radical – efectuará a sua marca pessoal de político republicano laico, cívico e independente face às instituições então vigentes. Neste sentido, exceptuando algumas situações paradigmáticas, justifica-se a longevidade do jornal – seguido pelo *Estrela da Manhã* (1960-1984) –, o qual percorrerá a Monarquia, a 1.ª República, o Estado Novo e a 2.ª República dita democrática, fã-lo estar num caminho de um ideário estético original, pelo menos face à outra imprensa existente.

Para além da actividade municipal, onde se lia os melhoramentos locais, uma constante em todos os jornais, a defesa dos interesses do concelho, para além das breves notícias, as quais incluíam as freguesias, as actividades culturais ou faziam foco das personalidades ilustres da época, a periodicidade semanal e as duas páginas de publicidade e, todos eles na época do Estado Novo obtiveram o traço inquestionável da censura. Neste caso, mesmo na 1.ª República, as notícias ou os comentários da 1.ª Guerra Mundial eram censuradas, usando aqui as tipografias todo o seu poder, mesmo quando as notícias nada tinham a ver com a situação política internacional. Por exemplo, a Tipografia Minerva chegou a censurar as crónicas e os editoriais da *Gazeta de Famalicão*, o qual, a partir de uma determinada altura deixava o espaço editorial em branco.

No caso que mais nos interessa, efectuar um levantamento de raiz e de cariz científico de todos os colaboradores na imprensa literária e noticiosa, principalmente de autores/escritores, não só dos autores famalicenses, como também dos escritores de âmbito nacional e internacional, dos quais a redacção de cada jornal, ou o seu director, publicava o texto traduzindo-os possivelmente de uma forma literal e adaptando-os, surge-nos a seguinte questão: como se poderia efectuar a compreensão do literário? Antes disso, convém realçar a noção autor/escritor:

Porquê “autor” e não “escritor”? Pretendeu-se com aquele conceito abranger todos aqueles que, independentemente da sua naturalidade, criaram laços de aproximação e afectividade, por razões de trabalho, estadia, ou por opção, e que levaram a comunidade local a adoptá-los como seus filhos. Esbate-se aqui a fronteira territorial, e não se pergunta pela certidão de nascimento, apenas se confere a ligação real, afectiva e efectiva da sua vida para com a comunidade. (VNF, CM, 1998: XV)

Ora, relativamente à compreensão do literário dir-nos-á Rodrigues que o seu entendimento irá resultar de um critério pessoal de qualidade, dentro dos cânones do tempo e filtrados por uma sensibilidade moderna. (1998: 121). Observemos alguns casos de universalidade literária, aqui estipulando as adaptações autorais e textuais, com a indicação do título, assim como a referência do jornal, desde o século XIX até aos nossos dias, de autores locais, nacionais e internacionais. De notar que alguns dos escritores que vêm do século XIX ainda hoje pertencem ao cânone literário da contemporaneidade. Dos escritores nacionais, alguns chegaram mesmo a tecer colaboração literária directa, caso de José Manuel Mendes nos anos oitenta do século XX.

- 1894 – Trindade Coelho. In Illo Tempore. “Nova Alvorada”.
- 1897 – G. Flaubert. A Lenda de S. Julião Hospitaleiro. “O Minho”.
- 1898 – Camilo Castelo Branco. O Manuel da Mó. “O Minho”..
- 1898 – Eduardo Carvalho. As Ruínas do Paço. “O Minho”..
- 1900 – V. Hugo. Ondas e Trevas. “Estrela do Minho”.
- 1907 – José Falcão. A Cartilha do Povo. “O Porvir”.
- 1908 – Mistérios de Famalicão. “O Melro”.
- 1911 – Bernardo Pindela. O Folar do Sr. Abade. Novidades de Famalicão.
- 1917-1929. Alphonse Lamartine. Graziela. “Estrela do Minho”.
- 1941. Guedes de Amorim. Coração de Oiro. “Notícias de Famalicão”.
- 1943. Upton Sinclair. Ford, o rei dos automóveis baratos. “Para as Reparigas/Estrela do Minho”.

1943. John Steinbeck. Vinhas da Ira. “Para as Raparigas / Estrela do Minho”.
1944. Joseph Conrad. Considerações sobre a Arte. “Esta Página / Estrela do Minho”.
1944. Bernard Shaw. O Altruísta. “Para as Raparigas / Estrela do Minho”.
- 1965-1966. Manuel de Boaventura. Quatro Contarelos. “Jornal de Riba d’Ave”.
- 1985-1991. José Manuel Mendes. Mastros na Areia. “Voz de Famalicão”.

O que convém agora explicitar com esta brevíssima, brevíssima, tão brevíssima lista de autores locais, nacionais e internacionais com textos na imprensa famalicense é a forma como eram publicados. Neste sentido, o facto de termos feito alusão à actividade poética, tal não significa que o dizer de Rodrigues se coadune com o que se passa na imprensa noticiosa. Chegamos ao ponto que gostaríamos de explicitar: a questão do folhetim. Ora, diz-nos Rodrigues que “o folhetim-poema domina a imprensa na província.” (1998, 25). Contudo, tal não corresponde à factualidade do folhetim famalicense, quer tanto no século XIX, quer no século XX. O que é que poderemos entender por folhetim? Segundo o mesmo Rodrigues, referindo-se aos escritores do século XIX, os quais têm “a sua costela de praticante desse género jornalístico não noticioso, mas predominantemente literário ou magazinesco, muito prestigiado, que se situa no rodapé da página nobre – em regra a primeira – do jornal, podendo continuar para as páginas interiores, e está separado da parte noticiosa por filete bem distinto.” (1998: 208) Camilo, através do pseudónimo Anastácio das Lombrigas, dir-nos-á que o folhetim é aquela parte inferior da primeira página, podendo passar para a segunda a arbitrio dos seus compositores, identificando-o e caracterizando-o que tanto pode ser em verso ou em prosa, rematando estoicamente “tudo o que não é verso é prosa, tudo o que não é prosa é verso.” (1849) Mas podemos dar ainda mais um passo relativamente à caracterização do folhetim, relativamente aos seus tipos genéricos constitutivos. Camilo já nos ajudou; e mais uma vez solicitamos Rodrigues para a compreensão da evolução do folhetim, para o qual “do romance-folhetim derivamos para o folhetim-romance.” É que “o romance já se exercia antes do folhetim; com este, sofre pressões de vários tipos e enquadra-se em necessidades a que, antes, era alheio. Além de estender a sua força, democratiza-se, também; da feliz conjugação dessa força dupla (e outras lhe são paralelas) nasce género bifronte definitivamente institucionalizado.” (1998: 289) Relativamente aos géneros constitutivos do próprio folhetim, Gramsci é bem elucidativo a este propósito, referindo-se a oito tipos de folhetins que se canonizaram temporalmente: i) do carácter claramente ideológico-político, com tendência democrática ligada às ideologias; ii) sentimental, não político no sentido restrito do termo, mas em que se exprime o que poderia definir-se como “uma democracia sentimental”; iii) o de pura intriga, mas com conteúdo ideológico conservador-reaccionário; iv) o romance histórico que, além do carácter histórico, tem um carácter ideológico-político; v) o romance policial; vi) o romance tenebroso; vii) o romance científico de aventuras geográficas; viii) a vida romanceada, tipo biografias. (1999)

Desta forma, a tese de Rodrigues a propósito do folhetim-poema fica desconexada, já que tal não corresponde, como já o dissemos, à factualidade e à realidade do folhetim na imprensa famalicense. Aliás, na imprensa local o folhetim, quer já mesmo na 1.<sup>a</sup> República, deixando praticamente de existir durante o período do Estado Novo, salvo casos excepcionais, salvaguarda-se sob várias perspectivas, condutas e denominações. Normalmente aparece com frequência na primeira página, um pouco na segunda, com rubricas específicas do género “Versos Antigos”, “Pérolas”, “Antologia” ou “Lugar aos Novos”. Neste sentido, nos jornais famalicenses é raro, senão mesmo raríssimo, a não ser em tipo de folhetim de crítica e de recepção de uma obra, o aparecimento da poesia em folhetim. Fora do contexto do folhetim-poético podemos ver, por exemplo, dois casos concretos: o folhetim que incorporara a monografia histórica e a invocação ideológica. No primeiro caso falamos de um João Francisco da Cruz, presbítero, pároco da freguesia de Pedome do concelho de Vila Nova de Famalicão, o qual escreveu nos jornais *O Periódico* e em *A Gazeta de Famalicão*

o folhetim historiográfico intitulado *História e Arqueologia: Freguesia de Santa Lucrécia do Louro*, no ano de 1884. Para além desta situação historiográfica, o folhetim também é motivo para a evocação ideológica, caso do folhetim que o jornal *O Porvir*, do republicano Sousa Fernandes, publica com o título *A Cartilha do Povo: Encontro de João de Portugal com José Povinho*, de José Falcão, em 1907.

A viagem pela arqueologia folhetinesca continua. Falamos, em primeiro lugar, dos *Mistérios da Terra Negra*, uma réplica tomada a exemplo dos famosos *Mistérios da Estrada de Sintra*. Estes *Mistérios* apareceram publicados inicialmente no n.º 13 do jornal *O Porvir*, datado de 21 de Agosto de 1895, com a assinatura dos senhores X, Y e Z. Diga-se, pois, antes de mais nada, que o senhor X era Eduardo de Carvalho, o senhor Y Sebastião de Carvalho e o senhor Z Sousa Fernandes. Fácil identificação esta, aliás, até porque no próprio folhetim Fernandes identifica pelo seu próprio punho, a manuscrito, os respectivos autores.

O que poderemos dizer relativamente a este “Mistérios” e à sua proliferação no século XIX na literatura folhetinesca? O seguinte:

Cada nação criou os seus próprios «mistérios» locais. Ao passo que o Judeu Errante era traduzido em todas as línguas e devorado por todos os povos, viajando «mais depressa que a cólera» (segundo Ballanche), nasciam com efeito um pouco por toda a parte os *Mistérios*. Assim, por exemplo, a Alemanha conheceu os *Mistérios de Berlim* e os *Mistérios de Munique*, testas de ponta de uma praga que resultou na situação extraordinária de, em 1844, os jornais alemães chegaram a publicar 36 mistérios diferentes! A Espanha teve os seus *Mistérios de Madrid* de Juan Martínez Villergas, em 1844-45, ao passo que em Portugal, com Camilo, os seus *Mistérios de Lisboa*, em 1854, dez anos depois dos percursos *Mistérios Parisienses* de Sue... Camilo reincidirá com os *Mistérios de Fafe*, de 1863, como se sabe; e a história da literatura portuguesa terá o seu mais celebrado *Mistério* com o *Mistério da Estrada de Sintra*, em 1870... (BAPTISTA, 1993: 68-69)

E nós, por cá, para além do já referido “Mistério”, tivemos outros já tardios. Justifica-se assim mais uma vez o processo de globalização literária numa perspectiva local. Em 1908 tivemos no jornal *O Melro* (até 1910) os *Mistérios de Famalicão* com os seguintes subtítulos curiosos: i) *A Santa*, ii) *A Vingança dum Pai*, iii) *Os Filhos do Padre Tibúrio*. Entretanto a redacção anunciava mais “Mistérios” para publicação: i) *O Castigo do Sedutor*, ii) *O Médico*, iii) *As Notas Falsas*, iv) *O Rapto da Mulher do Aleijado*, v) *O Rapto da Trincana à Meia-Noite*, vi) *A Envenenadora*, vii) *Assassinatos*, viii) *A Maria Marcada, uma Praga e a sua Morte*, ix) *O Roubo do Correio*, x) *Os Falsários*, xi) *A Louca*.

Uma outra situação paradigmática deve-se ao facto de muitos escritores terem iniciado a publicação monográfica já tarde; contudo, não começaram a escrever os seus trabalhos tão tarde como se julga, antes pelo contrário. Os autores/escritores famalicenses iniciaram as suas premissas literárias na imprensa, nunca tendo sido, em alguns casos, publicados em livro. Dois meros exemplos entre si antagónicos: enquanto que Vasco de Carvalho (o caso de Carvalho entre o local e o global é sintomático relativamente a uma literatura de viagens, cujo título *Viagens a Roma* publicado inicialmente no *Estrela do Minho* no género crónica surgiria, mais tarde, em livro, retomando assim um outro caso, e também único, o de Sousa Fernandes e as suas *Telas de Viagem*) inicia tarde a publicação monográfica, o caso de Eduardo de Carvalho é sintomático, na medida em que ao publicar apenas a sua obra jurídica, nunca publicará a sua extensa colaboração poética nos jornais famalicenses em livro. O que é que tal situação poderá significar? Nada mais nada menos do que um processo pedagógico gestacional do acto de publicação. Vejamos:

A imprensa periódica literária encerra colaboração de vulto, muitas vezes inerte, passiva, sepultada nos confins das bibliotecas, que urge exumar. Recorde-se que o percurso clássico dos escritores passa normalmente pela publicação dos seus textos em suplementos literários, jornais, revistas e, só mais tarde, em livro. Há toda uma aprendizagem, uma maturação a cumprir. (PIRES, 1997: 12)

Desta forma, a perspectiva de Pires relativamente ao que se deve recuperar o que de melhor as bibliotecas têm e que, devido a muitas circunstâncias, se tem dado a imprensa ao esquecimento, o que será necessário é uma política cultural mais forte sem preconceitos, acabando estes, no entanto, por prevalecer. É tudo uma questão de mentalidade, senão de mentalidades, para que se (re)descubra o rico filão literário e cultural que a imprensa em si comporta antes que se perca. Entre o local e o global e vice-versa, temos exemplos paradigmáticos como é o caso de *A Alvorada*, da *Nova Alvorada* e do *Soneto Neo-Latino*, tais títulos no campo das revistas literárias, aparecendo uma colaboração não só notável, como também multifacetada. Na imprensa noticiosa destacamos os suplementos literários do *Notícias de Famacção Literário*, da *Página Literária*<sup>1</sup> do jornal *Estrela do Minho*, a *Polémica*<sup>2</sup> do jornal *Estrela da Manhã*, ou mesmo *Impacto*, a folha literária por excelência do *Jornal de Riba d'Ave*. Ainda gostaríamos de destacar mais alguns suplementos do *Estrela do Minho*. Enquanto que nos anos trinta temos a *Estrela Recreativa*, os anos quarenta são férteis em páginas literárias únicas, contando-se pelo menos três: *Para as Raparigas*<sup>3</sup>, *A Mulher e a Criança*, *Esta Página*, para além de uma coluna intitulada *Projeções*. Assim encontramos referências a escritores como Mário Dionísio, Carlos de Oliveira, André Malraux, Maiakovski, Romand Rolland, Freud ou Bernard Shaw. Entre 1941 e 1942 encontramos uma polémica sobre o neo-realismo e no ano queirosiano de 1944 o jornal dedica um número especial a Eça de Queirós, com a preciosa e notável colaboração de Castelo Branco Chaves, Mário de Sacramento, Abel Salazar, Vítor de Sá, António Ramos de Almeida, entre outros.

Por seu turno, é altura de evocarmos as revistas literárias, nomeadamente *A Alvorada*, *Nova Alvorada*, *Revista de Portugal* e o *Soneto Neo-Latino*. Ora, enquanto que em *A Alvorada* não temos no editorial o esclarecimento do projecto literário e científico que o sub-título identifica, a *Nova Alvorada* movimenta-se numa identidade político-social do ideário republicano, principalmente nos primeiros quatro anos, ou não tivesse sido o seu primeiro director um republicano convicto, Sousa Fernandes, já aqui falado. Enquanto que Joaquim de Azuaga foca na alocação editorial que “A Alvorada vem hoje, modestamente, enfileirar-se na extrema esquerda da imprensa portuguesa e como irmã mais nova, solicitar a sua incitante e benévola

.....  
<sup>1</sup> No diálogo que presentemente se trava entre clássicos e modernistas, *Estrela do Minho* assumirá inteira posição de imparcialidade, proporcionando às várias correntes e escolas ensejo para se revelarem e se baterem pela sua causa. / ... a Poesia ocupa um lugar de inconfundível relevo. / ... há, na poesia, um código que deixou de ser usado por muitos estilistas que entenderem romper com o «colete de forças» que viram nas suas normas clássicas, quer dizer, na sua medida regular, cadência e música. / Um verso é pois um produto poético, mas é também um produto poético de toda a expressão do Belo, mesmo traduzida em prosa. / À ortodoxia léxica da Poesia sucedeu, pois, uma ectasia conceitual onde poderemos ver, sem esforço, um nítido fenómeno de evolução semântica. / Os conteúdos de expressão literária tornaram-se, na sua definição, independentes da forma e o âmbito em que a palavra Poesia se confinava foi ultrapassado, quer na descrição de um quadro da Natureza, quer na transmissão de um estado emocional, quer na tradução de uma ideia elevada. / Sendo a palavra o único meio expressivo da Poesia, natural será que todo o esteta procure fixá-la não só à luz do seu poder inventivo (imaginação) como também sob o aspecto da sua expressão poética, seja ela em prosa, seja em verso. / Quer dizer, as leis da Poética, como arte, não impedem de fazer poesia fora dos seus cânones. Simplesmente essa poesia não poderá ser feita de versos, pois estes continuarão a ser exclusivos de poesia. (SILVA, 1960)

<sup>2</sup> Intróito / O que é *Polémica*? / Uma página cultural, na sua acepção mais vasta. / Um ensaio de jornalismo experimental, ou melhor «Jornal Activo».

<sup>3</sup> Antes de o Pano Subir... / Algumas palavras explicativas, Esta página *Para as Raparigas* surge por uma imposição de hora presente: a necessidade que há em rasgar as receitas para emagrecer e em erestituir aos olhos femininos aquela graciosidade que o *rimmel* lhes roubou. / A mulher de hoje não pode ser a de ontem nem tão pouco a de anteontem – um objecto de luxo, uma estátua de altar, uma pintura de museu e nada mais. A mulher actual tem que ter personalidade, tem que viver a sua vida – uma vida cheia de beleza espiritual que não tema sujar-se às voltas com o trem da cozinha. “*Para as Raparigas*” serem assim é que esta página surge. Oxalá que todos compreendam isso.

protecção”<sup>4</sup>, Sousa Fernandes convictamente se justifica nos seguintes termos: “que o surgimento da revista será prestar “o progresso moral e intelectual da nossa terra.”<sup>5</sup>

Nos finais do século XIX os autores famalicenses serão influenciados, pelo menos até ao fim da 1.ª República, pelo ambiente político-cultural de oitocentos (as reacções contra o *Ultimatum* são uma constante na *Nova Alvorada* nos primeiros anos), destacando o positivismo, do qual Teófilo Braga será uma marca inquestionável, assim como o socialismo da Geração de 70. De destacar aqui, indiscutivelmente, o “acontecimento discursivo” que Cros (1995: 181) salienta, o qual se verifica nas sociedades em gestação, na evocação de ideologismos, caso concreto da transição monárquica para a República. Citamos Cros:

... qualquer sociedade – e seria essa, mais especificamente, a função da literatura – deve reintegrar esses discursos heterogêneos recorrendo a um reservatório de formas interdiscursivas, entre as quais se destacam os símbolos colectivos, ou seja as metáforas em que uma sociedade projecta as suas acções, os seus conflitos ou, ainda, os acontecimentos que a afectam; as formas interdiscursivas são, deste modo, geradas pela interferência permanente dos discursos especializados. (1995: 181)

No nosso caso, a questão dos discursos especializados aconteceu precisamente com a *Nova Alvorada*, no momento em que Sousa Fernandes foi seu director entre 1891 a 1894, onde o discurso político se intercalava com o discurso cultural. Nada melhor do que aqui evocarmos dois exemplos concretos de uma cultura local que a si própria se transcende perante os discursos salientados de Cros. Vejamos primeiro a noção de cultura local.

Ora, a noção de cultura local refere-se a um espaço relativamente limitado, cujos habitantes mantêm entre si estreitas relações interpessoais. Aqui a ênfase é posta na indiscutível natureza dos hábitos e rotinas referentes à cultura quotidiana que os indivíduos e as instituições públicas e privadas gerem de forma particular. Esta noção tem uma particularidade: para lá de persistir no tempo, pode, assim mesmo, incorporar símbolos e cerimónias que contribuem para reforçar os elos que ligam as pessoas a um lugar e a partilha de um sentimento comum perante um passado muitas vezes presente no próprio presente. Indiscutivelmente que aqui entram duas categorias promovidas pela nova história, o de i) pertença à comunidade, assim surgindo ii) a memória como elo de ligação entre o passado e o presente para as futuras gerações. As Festas Antoninas e a figura tutelar de Camilo Castelo Branco, caso concreto de um «fora» que é um «dentro», o qual tem reunido sempre há sua volta um consenso não só ideológico, como também vivencial. Hoje, mais forte do que nunca, a imagem simbólica camiliana continua a ser uma realidade permanente, não só perante a sociedade civil, como também institucional.

Também os escritores e os historiadores do «fora» estão presente no «dentro»: dos primeiros salienta-se V. Hugo e Balzac, de incidência social e humanizante; dos segundos, o destaque vai para o visionarismo histórico de Michelet, chegando a *Nova Alvorada* a dedicar-lhe um número comemorativo. Nomes como Joaquim de Araújo, Goran Bjorkamn, Abel Botelho, Guilherme Braga, Abílio de Magalhães Brandão, Júlio Brandão, Raúl Brandão, Caldelas y Aguilera, Tommazzo Cannizzaro, Eduardo Carvalho, Sebastião de Carvalho, Camilo Castelo Branco, Álvaro de Castelões, João de Castro, Manuel Gonçalves Dias Cerejeira, Chateaubriand, Trindade Coelho, Gonçalves Crespo, João de Deus, António Fogaça, Alexandre Herculano, Guerra Junqueiro, Henrique Marques, José de Azevedo e Menezes, Justino de Montalvão, António Nobre, Ramalhão Ortigão, Bulhão Pato, Rocha Peixoto, Eça de Queirós, Antero de Quental, Sousa Viterbo, entre outros, tantos outros fazem parte do património literário não só local, como também global.

.....  
<sup>4</sup> “A Alvorada”. V. N. de Famalicão, Ano 1, n.º 1 (1 Jul. 1885), p. 2.

<sup>5</sup> “Nova Alvorada”. V. N. de Famalicão, Ano 1, n.º 1 (1 Mar. 1891), p. 2.

Não queremos também deixar de salientar o aparecimento, no final da década de vinte, da revista *O Soneto Neo-Latino*<sup>6</sup> com o sub-título de *Rara Colectânea de Sonetos Inéditos dos Melhores Poetas das Nações Latinas Contemporâneas*, a qual marca o ressurgimento da actividade cultural famalicense após o termo, em 1903, da *Nova Alvorada*. A nota de abertura efectuada pelos seus editores e directores, Júlio Brandão e Álvaro de Castelões, é clara: que “a revista seja um laço espiritual, aproximando as grandes literaturas latinas.” Apesar de sol de pouca dura, aparecendo publicada num volume, *O Soneto Neo-Latino* teve, contudo, uma projecção nacional e internacional, provavelmente mais a segunda, notável e invejável para a época, principalmente na vizinha Espanha e no Brasil. Este fenómeno literário de globalização é, para Alonso Montero, único na “história da hemerografia literaria mundial.” (1997: 9)

Retomando Brandão, talvez uma figura ímpar em termos de produção literária a par de Camilo, também ele pode ser um exemplo concreto de um símbolo para a edificação de uma cultura local num plano global. Enquanto nado e criado em Vila Nova de Famalicão e depois desenvolvendo toda a sua actividade, profissional e literária, na cidade portuense, Brandão possui uma actividade prolifera e variada na imprensa portuguesa, o que revela uma anarquia estética do nosso autor. A fase de harmonia talvez seja aquela que reflecte a participação de Brandão no simbolismo, melhor será dizer no nefelibatismo, na medida em que ambas as correntes estéticas se confundem. Assim sendo, revistas literárias como *A Arte*, *Boémios*, *O Intermezzo*, *A Revista de Hoje*, são exemplos concretos concretos do que acabamos de afirmar. Por outro lado, revistas e jornais como *Branco e Negro*, *A Geração Nova*, *Germinal*, *Revista Ilustrada*, *A Águia*, *A Alvorada*, *Atlântida*, *Gazeta Ilustrada*, *Nova Alvorada*, a extensa colaboração de vinte anos no *Primeiro de Janeiro* ou a *Revista de Portugal*, esta sob a direcção de Eça, reflectem, precisamente o ponto culminante dispersivo no questionamento estético da obra de Júlio Brandão, pelo menos na sua caminhada pela imprensa, cuja obra estética se diversifica no teatro, inicialmente em colaboração com Raul Brandão, pela poesia e pelo conto.

Passada a euforia nefelibata, Brandão irá cultivar uma estética romântica, sentimental e folclorizante, sendo precisamente tal característica que irá induzir o nosso autor no afastamento da literatura portuguesa, imbuindo Brandão, na sua caminhada de publicista, para um espírito lusitanista, vitalista e saudosista. Melhor explicando, Brandão ao revalorizar e ao memorializar o simbolismo e o nefelibatismo nota-se uma espécie de individualismo mítico, até porque a memorialização do seu tempo inicial de escritor / poeta revela que não está particularmente interessado com as mutações do seu momento presente histórico. É, por assim dizer, a afirmação de um tempo já ido e a sua revitalização surge na confluência da criação narrativa de mitos literários, principalmente novecentista. Quem nos irá justificar o que acabamos de dizer será Eliade:

Viver a aventura pessoal como reiteração de uma saga mítica equivale a escamotear o presente. Essa angústia perante o tempo histórico, acompanhada pelo desejo obscuro de participar num tempo glorioso, primordial, total, denuncia-se, entre os modernos, por uma tentativa por vezes desesperada para quebrar a homogeneidade do Tempo para “sair” do presente e reintegrar-se num tempo qualitativamente diferente daquele que cria, ao decorrer, a sua própria “história”. (1990: 24)

---

<sup>6</sup> Quando Álvaro de Castelões, poeta e ilustre e um grande nome nacional, publicou comigo, aí por 1928, a Revista Internacional *O Soneto Neo-Latino*, não prevíamos como lá fora a publicação seria recebida. O êxito excedeu, porém, tudo o que nós ambicionávamos, ao passo que entre nós (excepto uma larga e afectuosa imprensa) parece que os leitores pouca importância deram ao facto. Era de esperar. / A revista era colaborada com inéditos de grandes poetas das línguas latinas e afins. As Academias representaram-se galhardamente. Henrique de Guêrier e Carlos Le Goffe colaboraram; D. D'Annunzio ia colaborar; Nicolai Iorga, primeiro-ministro da Roménia e Reitor da Universidade de Bucareste escrevia-nos insto: “Votre odée est feconde et l'apport que vous doit cett pan-latinité, que nous dêsirons ne sera pas oublié à l'heure des grandes réalisations. ... / Pouco a pouco, de todas as nações latinas vamos transcrevendo inéditos de altíssimos poetas.” (BRANDÃO, 1945)



Será, então, a partir deste momento que se nota de facto um afastamento do nosso autor relativamente à evolução estético-literária da cultura portuguesa do nosso século, passando pela Renascença Portuguesa, apesar de ter colaborado no seu órgão oficial *A Águia*, assim como na sua antecedente *A Rajada*, pelo modernismo e *Orfeu* até ao movimento dos seareiros e até mesmo pelos presencistas. Daqui o seu conflito pessoal, jamais literário, com Teixeira de Pascoaes, este de maior valia literária.

Finalmente, o que é que poderemos dizer relativamente à *Revista de Portugal*? Aliás, um passo em frente podemos dar se recorrermos a António José Saraiva, para o qual a *Revista de Portugal* pode ser considerada “o órgão dos «Vencidos»” (1996: 165). Não haverá, porventura, ou existirá aqui algum exagero da parte de Saraiva? Não duvidamos que até poderia ter sido e desempenhado o papel enquanto órgão oficial do movimento; e se encarmos algumas figuras famalicenses que na própria revista chegaram a colaborar, uma de ordem natural, caso de Júlio Brandão, outras de ordem afectiva e efectiva, caso de Bernardo Pindela, Alberto Sampaio e Álvaro de Castelões, não nos parece que a revista tenha sido um movimento estético-cultural ou mesmo ideológico. Aliás, isto mesmo poderemos ver numa carta de Eça a Bernardo:

Sabes talvez que vou dirigir uma *Revista*, a *Revista de Portugal*, que a Casa Chardron edita. *O meu fim, entrando nesta aventura, é fazer com que exista neste malfadado Reino, uma publicação, cujo papel não seja pardo, e cuja tinta não seja de graxa, e onde todos os meses alguns espíritos cultos se reunam, trazendo uma ideia, uma noção, uma fantasia, uma frase, qualquer coisa com que mutuamente se interessem e interessem o público.* Tu não podias deixar de pertencer a esta reunião... Isto quer dizer, em estilo florido, que conto contigo para *amigo da revista*, seu colaborador familiar, seu apregoador e seu cavaleiro... Tem dez ou doze secções, todas interessantes e vivas, que vão desde a *Metafísica* até à *Moda*. Tens lá para ti a secção de *Viagens*, a de *Conto*, a de *Literatura Geral*. Tens mesmo, querido, se te apetecer, a de *Economia Política*! Em resumo, manda imediatamente a tua autorização para que eu te inscreva no Prospecto como colaborador. (1983: 544-545) (italico meu)

Júlio Brandão, por exemplo, publica em dois fascículos o conto naturalista *Farmácia Pires*, o primeiro assim intitulado dando o mesmo nome ao livro que aí se avizinhava, enquanto que o segundo se chamaria *Apontados para um Livro*. Por seu turno, Alberto Sampaio publica na revista dois trabalhos *Ontem e Hoje*, este publicado já na *Revista de Guimarães*, e *As Vilas do Norte de Portugal*, estudo sobre a proto-história nacional que teve várias publicações em revistas científicas da época, caso da *Portugália*. Por fim, Bernardo, publica o fragmento do seu futuro livro *Jornadas pelo Mundo: Excursão «À Grande Muralha da China»* e o conto *Um Sonho*.

### iii.ii) ainda a 1.ª república e o estado novo

#### iii.ii.i) personalidades literárias e culturais famalicenses

O que se nota no período do Estado Novo é, acima de tudo, que as personalidades famalicenses desenvolvem todas as suas capacidades intelectuais, exceptuando um caso ou outro, no exterior, no «fora». O que o Estado Novo edifica na intelectualidade famalicense é o isolamento dos grupos e a fragmentação das personalidades, estas dispersando-se geograficamente. O que acontece é um desenvolvimento do «dentro» no «fora», ao contrário do que aconteceu nos tempos finais da Monarquia e da 1.ª República, em que o «dentro» exemplifica a criatividade ortodoxal, enquanto que o «fora» tipifica a actividade criacional heterodoxal. No caso de uma literatura local ligada à ideologia estética do Estado Novo, se tal designação poderá ser assumida, temos um Alexandrino Costa, Abel Folhadela de Macedo (pedagogo) ou Manuel Gonçalves Cerejeira, um «dentro» que é um «fora» e, ao mesmo tempo, personalidade global; por outro lado, pontificam-se os republicanos que se encontram no exílio, caso de Bernardino Machado. No caso de Gonçalves Cerejeira, antes da sua nomeação para Cardeal, este edificava a sua obra científica, enquanto professor e

historiador, aqui destacando os volumes sobre *Clenardo e o Renascimento*, ou mesmo um outro sobre *Fernão Lopes*, ou a sua obra apologética *A Igreja e o Pensamento Contemporâneo*, salientando assim a sua formação não só católica, como também conservadora e racionalista.

Num outro plano, em contexto ideológicos completamente diferente, deparamo-nos com Nuno Simões que desenvolve uma actividade plena nas relações culturais luso-brasileiras, publicando os seus livros e regularmente textos na imprensa portuguesa e brasileira não só sobre economia, como também na recepção de obras literárias, chegando também a colaborar na imprensa famalicense. Desde a colaboração poética inicial nos jornais famalicenses, como são o caso de *O Regenerador*, do *Famalicense* ou do *Sorriso*, mais tarde no *Estrela do Minho* e no *Notícias de Famalicão*, colabora também em jornais e revistas literárias de estéticas completamente diferentes. Assim, temos a colaboração de Simões em *A Rajada*, tendo como director Afonso Duarte e, mais tarde, encontra-se ligado à *Seara Nova* e ao grupo dos seareiros. Antes, funda e dirige com João de Barros, também nela colaborando, *A Atlântida*. Em 1915 publica *Águas Mortas*, livro que Aquilino Ribeiro – um dos habituais colaboradores do jornal que Nuno Simões fundou e dirigiu em Lisboa, *A Pátria*, ao lado de João Barreiros, Bernardino Machado, Artur Cupertino de Miranda, entre outros – tece rasgados elogios, assim terminando o seu parecer:

Nuno Simões diz a quem só sabe que as coisas são belas, porque o são e em que o são – difícil e apurada arte; e nisso não é Marivaux, é um artista de grande cidade, muito ele, impressionista à Renoir, bastante Fialho, um pouco o grande trocatintas de Anunzio. / A Nuno Simões tiro o meu chapéu, rasgadamente. (Cf. GONÇALVES, 1999: 145-146)<sup>7</sup>

Porque não também salientar Daniel Rodrigues, talvez a consciência moral e cívica, assim como intelectual da oposição democrática concelhia de Famalicão, atingindo o seu corolário literário com *Terra de Basto* e *Velha Lucerna*. Também à margem destes grupos, apesar de personalidade fortemente vincada nos circuitos culturais e institucionais do Estado Novo temos António da Silva Rego, iniciando a sua carreira com o livro, e único, de poesia *Orientália*, dedicando toda a sua vida à investigação histórica da cultura portuguesa em terras do Oriente.

Enquanto que uns davam os primeiros passos na actividade literária e intelectual, outros iam permanecendo activos, casos de Júlio Brandão e de Álvaro de Castelões, ou mesmo de Matias Lima – este último natural do Porto, mas com uma colaboração notável na imprensa famalicense, vivendo temporadas em Lemenhe e aqui escrevendo parte da sua obra. Dos que então se iniciavam o destaque vai para Armando Bacelar, o qual se manteve na linha dos teóricos do Neo-Realismo, colaborando em várias revistas deste grupo, tais como *Vértice*, *O Sol Nascente*, *Pensamento* ou em *O Diabo*. Vejamos Lourenço e a sua óptica do neo-realismo:

No «neo-realismo» como significativa realidade literária nasceu após a sua teorização, como vestimenta de uma Ideologia cuja força histórica, sugestão e potencial universalidade a exigiam. Pode dizer-se que toda a dialéctica e o drama interno do neo-realismo português decorrerá desta singular relação entre teoria ideológica e prática literária, entre a antecipação constituída por um horizonte ideológico funcionando à maneira do Ideal regulador kantiano, embora em contradição consigo mesmo, e a necessidade e a vontade de lhe oferecer o corpo correspondente (1983: 13-14)

.....  
<sup>7</sup> A propósito da actividade de publicista e economicista de Nuno Simões, Aquilino efectua-nos o seguinte retrato:

A Via Sinuosa teve duas edições em menos de um ano, e mereceu arrastar, na boa maré ao triste e orfanado Jardim das Tormentas. Nesse tempo imperava o gosto da leitura. O futebol não esvaziava ainda o miolo nos cascos do honesto cidadão nem tão pouco as algibeiras. Também o meu livro tivera bons padrinhos. Um dos que mais ajudou à sua difusão foi Nuno Simões, meu particular amigo, tempos depois director da Pátria. Aquele ilustre homem público tem um excepcional empenho para a publicidade. Entendimento, senso prático da expansão comercial, presciência psicológica do mercado, poderia perguntar-se: em que Universidade da América formou o seu espírito de comercialização? (1963: 47-48)

Em Famalicão, mesmo ainda antes da sua ida para Coimbra, inicia Bacelar a sua actividade literária no campo poético, nomeadamente no *Notícias de Famalicão*, pertencendo ao corpo redactorial; por outro lado, a colaboração nos jornais famalicenses continuará no *Estrela do Minho*, com uma participação cívica e cultural, já na década de quarenta, com um dos seus pseudónimos de guerra, este feminino e de nome Inês Gouveia.

Desta forma, Nuno Simões e Armando Bacelar, e mesmo António da Silva Rego, podem ser tomados como casos paradigmáticos de uma noção de cultura local relacionados com o plano global e que são um «dentro» que se manifestam num «fora», independentemente do seu contexto ideológico.

### iii.ii.ii) armando bacelar e o neo-realismo

Atentemo-nos em Bacelar, um caso paradigmático e concreto do que acabamos de dizer, pertencendo à primeira geração neo-realista.

Um dos fios condutores e ideológicos do neo-realismo foi a crítica cerrada à intelectualidade da Geração de 70. Efectua-nos Bacelar, num artigo assinado com um dos seus pseudónimos, de nome Carlos Relvas, a diferença entre a Geração de 70 e a nova geração que começa então a despontar-se é a seguinte: se a primeira representa um movimento literário e filosófico para a renovação da consciência nacional, tal movimento foi, contudo, “feito do alto para baixo”, nunca chegando a alcançar o encontro com o grande público, a massa, de preferência, o que traz, como consequência, a angústia e o cepticismo dos seus teorizadores. Antero de Quental representa para Bacelar/Relvas “a angústia de um espírito torturado em busca de absolutos incapaz de contentar-se com provisórias e imediatas, a quem só interessava a realidade social como objecto para as suas meditações filosóficas ou como meio de inserção de ideais, para a realização da ideia tal como o seu espírito a concebia.”<sup>8</sup>

A nova geração, por seu turno, proclama a prática da vida, a experiencialidade dos pragmatistas anglo-saxónicos convertida num anglo pós-marxista, como sendo a raiz das grandes construções teóricas. Desta forma, muitos dos seus objectivos dirigem-se para a realidade imediata e por isso torna-se intervencionista. Esta ideia da arte como intervenção foi um dos pontos chave da polémica entre os presencistas e os neo-realistas. Vejamos um caso concreto, a crítica que Bacelar então efectuou ao livro de Casais Monteiro intitulado *Sobre o Romance Contemporâneo*:

Quando Casais Monteiro faz polémica em torno da arte social, revela uma nítida incompreensão ou uma deficiência de informação daquilo que os representantes das concepções que ataca têm escrito acerca do assunto que é verdadeiramente conflagradora, numa pessoa com as suas responsabilidades!

Desconhece o significado da expressão luta nas duas frentes... que bem pode aplicar-se à literatura. Se tivesse folheado os textos “Sobre a Literatura e a Arte” prefaciados por Jean Freville, logo teria visto que «a tendência deve sair da situação e da própria acção, sem ser explicitamente formulada» e que «quando mais as opiniões políticas do autor se conservam ocultas, mais vale para a obra de arte.» Mas, em vez disto, confunde arte social com populismo, tomando como seus expoentes os defensores duma arte obreirista, escrita para analfabetos e valendo apenas pelas intenções.<sup>9</sup>

Tal perspectiva de arte será uma das características essenciais de um novo possível humanismo neo-realista ou realismo humanista. Por tal humanismo, Bacelar entende que ele implica “a estimação do homem como um valor e uma atitude cultural que impõe a resolução de todos os problemas em relação ao homem.”<sup>10</sup> O poder real do homem só será concreto se existir um progresso de ordem material e só assim é que terá poder sobre a natureza; um progresso moral ou espiritual terá que ter as suas bases no progresso material.

<sup>8</sup> “Pensamento”. Porto, Ano 11, n.º 43 (1 Jun. 1940), pp. 21-22.

<sup>9</sup> “Por um Humanismo Concreto”. In *Pensamento*. Porto, Ano 10, n.º 136 (15 Fev. 1940), pp. 5-6.

<sup>10</sup> “Da Liberdade da Criação Artística”. In *Bamdarra*. Porto, Ano 5, n.º 48 (Dez. 1956), pp. 7-10.

Nota-se em Bacelar uma influência do materialismo dialéctico de forte incidência marxista que já vem dos tempos da juventude. Conta-nos nas suas *Memórias dos Tempos Idos*<sup>11</sup> as origens da sua consciência sócio-política, através das leituras da *Velhice do Padre Eterno* de Guerra Junqueiro, os *Sermões da Montanha* de Tomás da Fonseca, a *Ressureição* de Tolstoi e o *Capital* de Marx.

Teorizando e passando pela técnica e a sua influência na evolução antropossocial (“a técnica pode ser um meio de libertação do homem; mas para que tal aconteça, tem que ser ela própria libertada primeira”), pela especialização profissional, aqui influenciado por Henri Lefebvre, encontrando-se tal problemática numa série de artigos publicados em *O Diabo*<sup>12</sup>, pela crítica literária como função social (“a crítica deve indagar a natureza das condições concretas em que tal ou tal obra nasceu, analisar se ela corresponde ou não às necessidades do momento, se ela está destinada a marcar apenas um estremeamento passageiro em escassas camadas do público numa época ou se, antes, ficará como um marco de beleza adequada a exprimir um passo em frente do homem na lenta ascensão dos séculos da história para uma vida mais livre. A crítica tem de partir duma concepção isenta de facciosismos, apaixonada apenas pelo homem e pelo seu destino, com uma concepção nítida das realidades, do sentido da história, das leis da evolução social, da génese da cultura.”<sup>13</sup>), pelas relações entre a arte e o público<sup>14</sup> e, finalmente, pela liberdade humana na criação artística<sup>15</sup>, Armando Bacelar e a sua família pseudonímica, Inês Gouveia, Carlos Relvas, Fausto Ribas ou Raul Sequeira, encontra-se, encontram-se no limiar da teorização neo-realista, pautado por um humanismo concreto e social de influência marxista, a teoria ideológica que irá incidir na prática literária.

Enquanto que em 1960 Bacelar traduzia *O Tio Vânia* de Tchekov para a Companhia do Teatro Experimental do Porto, sob a direcção de António Pedro, em 1963 aparece o seu texto teórico, tido como principal, sobre o neo-realismo, texto aliás já tardio e aí aplicando alguns paradigmas da estética neo-realista: i) o neo-realismo rejeita o cosmopolitismo e o nacionalismo arcaizante, ii) a realidade não é estática, mas dinâmica, sendo incompatível com o objectivismo, iii) não há valores nem verdades eternas, absolutos, iv) tudo é história, tudo é relativo, v) o neo-realismo não é uma escolástica, nem um sistema dogmático, vi) para o neo-realismo a realidade não é particular, nem geral, o particular está no geral e o geral está em cada particular, vii) a realidade é significativa, sendo a obra de arte autêntica, viii) o neo-realismo rejeita o idealismo, o culto do absurdo, reconhecendo o sonho e a imaginação, ix) para o neo-realismo não há cânones nem dogmas estéticos, não sendo nenhuma escola literária, x) a arte e a literatura fazem necessariamente parte da realidade.<sup>16</sup>

Pela sua intensa actividade enquanto crítico literário e um dos iniciadores teóricos do neo-realismo, alguns textos de Bacelar surgiram numa colectânea em 1981 numa perspectiva pedagógica, na antologia então efectuada por Carlos Reis.<sup>17</sup>

<sup>11</sup> “Boletim Cultural”. V. N. de Famalicão, n.º 13 (1994-1995), pp. 147-164.

<sup>12</sup> “Os Problemas da Especialização”. In *O Diabo*. Lisboa, Ano 7, n.º 313 (21 Set. 1940), p. 4.

“Os Problemas da Especialização: bases históricas”. In *O Diabo*. Lisboa, Ano 7, n.º 34 (28 Set. 1940), p. 3.

“Os Problemas da Especialização: a deformação profissional”. In *O Diabo*. Lisboa, Ano 7, n.º 38 (26 Out. 1940), p. 2.

<sup>13</sup> “A Crítica: função social”. In *Pensamento*. Porto, Ano 11, n.º 142 (15 Maio 1940), p. 9.

<sup>14</sup> “A Arte e o Público”. In *Vértice*. Coimbra, Ano 3, n.º 43 (Jan. 1947), pp. 187-191; Ano 3, n.º 44 (Fev.-Mar. 1947), pp. 262-269.

<sup>15</sup> “Notícias de Famalicão Literário”. V. N. de Famalicão, Ano 1, n.º 1 (21 Out. 1960), p. 1.

<sup>16</sup> “Sobre o Neo-Realismo”. In *Vértice*. Coimbra, Ano 23, n.º 238 (Jul. 1963), pp. 350-366.

<sup>17</sup> No espólio de Armando Bacelar, que existe na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco/Fundo Local, encontrou-se uma carta dentro da colectânea dactilografada por Bacelar e dirigida a Carlos Reis. Este, no texto de apresentação crítica, foca três testemunhos do neo-realismo, aqui ressaltando o de Bacelar, o qual “não só reconhecia a existência de uma geração de escritores, ensaístas e críticos literários, como sobretudo procurava descortinar as suas raízes históricas, sociais, ideológicas” do neo-realismo. Na carta, Bacelar, a dado passo, dá a entender que o organizador do volume desconhecia os pseudónimos do nosso conterrâneo: “A verdade é que no volumezinho, os textos de Fausto Ribas e Raúl Sequeira são tanto meus como os que assim com o próprio nome (adoptei por razões de defesa pessoal e política, esses e outros muitos pseudónimos, como Carlos Relvas,

### iii.ii.iii) retomando o anterior a bacelar

Ainda na fase do Estado Novo distinguem-se indiscutivelmente Benjamim Salgado e Vasco de Carvalho, tendo sempre a seu lado José Casimiro da Silva com as suas duas “estrelas”, a do *Minho* e a da *Manhã*, imprimindo uma actividade cultural exemplar. Se, por um lado, Vasco de Carvalho, historiador autodidacta, investigava e recolhia documentação sobre a história de Famalicão, publicando os seus famosos *Aspectos de Vila Nova*, assim terminando com o velho mito de que a Famalicão era uma *Terra sem História*, por outro lado, Benjamim Salgado desdobra-se em múltiplas actividades culturais sendo hoje, alguns dos seus trabalhos referências literárias na história e na cultura famalicense, nomeadamente *Vila Nova Entre Dois Forais*. Estamos perante dois casos concretos, senão mesmo os três, da reconstrução cultural a nível local.

Convém salientar uma personalidade sempre polémica nos circuitos jornalísticos e intelectuais famalicenses: falamos de Rebelo Mesquita, director e fundador do *Jornal de Famalicão* (1949), assim como também do *Notícias de Famalicão* (1935), tendo iniciado a sua actividade como cronista desportivo no jornal famalicense *A Paz*. Teve, em ambos os jornais que fundou colaboradores notáveis: o já referido Vasco de Carvalho (sendo, contudo, a sua principal colaboração no *Estrela do Minho*), assim como Álvaro de Castelões, Guedes de Amorim, Amândio César, Hugo Rocha ou Manuel Boaventura. Rebelo Mesquita ia também publicando em ambos os jornais os seus textos literários, assim como as suas crónicas de intervenção, nunca chegando a reunir em livro os seus trabalhos, abarcando a memória biográfica ou a literatura de viagens, nomeadamente *Sacerdotes de Eleição*, as *Pinceladas de Paris* ou os seus *Postais de Paris*. Por seu turno, no *Notícias de Famalicão* publica Mesquita, no início dos anos quarenta, a sua novela policial *Memórias do Detective X*.

Não quero, contudo, deixar de realçar Manuel Faria, um dos grandes compositores nesta época, a par de uma notável carreira de publicista, aqui destacando o opúsculo *Como Descobri Mozart* e, indiscutivelmente, Manuel Simões, cuja actividade cultural se inicia nesta época com o *Manual do Exercitante*, correspondendo este livro a uma selecção de textos literários ascéticos, como ele próprio os define, aparecendo autores como P. Manuel Bernardes ou P. António Vieira. Enquanto filho adoptivo de Vila Nova de Famalicão, cuja actividade se desenvolveria no período pós-25 de Abril nas mais variadas frentes, pedagogo, os cargos que desempenhou (director da Casa de Camilo e do *Boletim*, do Centro de Estudos Camilianos, um dos seus fundadores e dinamizadores, administrador e director da Biblioteca da Fundação Cupertino de Miranda), repartindo-se igualmente pela criatividade musical, enquanto compositor e director do Órfeão Famalicense e da Associação de Coros Paroquiais. Nesta confluência de actividades surge o poeta, com cinco títulos publicados, como também foi tradutor, chamando-lhe Assis Pacheco “tradutor garimpeiro”, o teólogo em títulos como *Elucidário Espiritual* ou *Liturgia e Vida*, tendo sido ao mesmo tempo um dos revisores dos textos bíblicos. Finalmente, encontramos o estudioso da poesia camiliana: os seus trabalhos vêm abrir uma falha sobre os estudos poéticos da obra de Camilo. Falta apenas salientar o crítico de literatura e da cultura portuguesa

.....  
Aníbal Borges de Castro, Inês Gouveia, etc., etc.)” Se a maior parte dos pseudónimos eram nossos conhecidos, outro tanto não podemos dizer o mesmo de Aníbal Borges Coelho. Na mesma carta oferec-nos Bacelar mais elementos da sua actividade literária: “Na “Síntese”, fui eu quem traduziu a parte de José Vossarianuvitch Syåling da História do P. C. Da U.R.S.S. sobre o materialismo dialéctico, assim como no bissemanário “Gazeta de Coimbra” publiquei um artigo de fundo, o seu muito conhecido texto sobre Nação e Estado, tudo com ligeiras adaptações para a censura deixar passar, e no “Pensamento”, numa série de números e com notas minhas publiquei uma antologia do pensamento económico de Marx, crispando-o de Eugénio Bastos Freire.”

Eis os textos que Carlos Reis seleccionou e publicou na antologia sobre o neo-realismo: i) Raúl Sequeira. “Uma Época Duas Literaturas”. In *Síntese*. Coimbra, n.º 6 (1940), pp. 8-9, ii) Armando Bacelar. “A Arte e o Público”. In *Vértice*. Coimbra, n.º 44 (1947), p. 269, iii) Fausto Ribas. “Corsário”, por Álvaro Feijó”. In *Pensamento*. Porto, vol. IX, n.º 150 (1940), p. 431, iv) Raul Sequeira. “O Romance Histórico”. In *Síntese*. Coimbra, n.º 5 (1940), p. 21.

na revista *Brotéria*. Eis uma personalidade do local que também pertence a um global, ou, se quisermos, um “fora” que é um “dentro”.

Um outro caso concreto que é um “fora” e que é, ao mesmo tempo, um “dentro” aplica-se a Casais Monteiro, um dos rostos do presencialismo, vivendo temporadas e escrevendo partes da sua obra na casa da família em Ruivães, cognominada por “Casa das Aurélias”, pelo menos até ao seu definitivo exílio no Brasil. A autarquia famalicense, através de Pinheiro Braga, incorporou-o na toponímia famalicense.

### iii.ii.iv) páginas literárias: notícias de famalicão literário e impacto

Retomando o plano das páginas literárias, evoco o *Notícias de Famalicão* e o *Jornal de Riba d’Ave*, os quais marcaram a diferença nos anos sessenta pelos suplementos literários que publicaram. Enquanto o *Notícias de Famalicão Literário*, sob a orientação de Benjamim Salgado, efectua uma orientação mais conservadora, numa divulgação da cultura-bibliográfica religiosa, dos heróis pátrios, da história nacional, acabando por promover os equipamentos culturais, como é o caso da Biblioteca Municipal inaugurada em 1961, sendo ele então vereador da cultura da autarquia famalicense, ou ainda o de evocar personalidades famalicenses, como são o caso de Vasco de Carvalho e de Bernardo Pindela. *Impacto*, por seu turno, sob a orientação de José dos Santos Marques, para grande espanto nosso, promove uma abertura mais ampla, surgindo colaboração de escritores e de artistas plásticos latino-americanos, evocando a literatura europeia (caso de Camus), como também da americana (Faulkner e Hemingway), a *Lost Generation*, acabando por suceder-lhe a irregularidade de *Artes e Letras*.

Enquanto que Benjamim Salgado no editorial de abertura nos diz que “sem pretensões, antes cônica da sua humildade e pequenez, deseja esta página alinhar ao lado de tantas outras que vêm agitando esse maravilhoso mundo das ideias e das letras, no intuito de prestar algum serviço aos seus leitores e amigos, concorrendo assim, ainda que humildemente, para a elevação cultural do meio famalicense”,<sup>18</sup> a heterodoxia de Marques é mais arrojada:

- i) Impacto deseja transcender o tão estafado quão fechado conceito caseiro de página literária. Se seguisse os figurinos da hodiernidade literária portuguesa cairia na ridícula louvaminhice que quase se tornou comum entre nós.
- ii) Impacto é uma praça aberta ao pensamento contemporâneo maioritário no cômputo valorativo da problemática do homem consciente e não maioritário no quantitativo, já que em Cultura deve prevalecer a qualidade sobre a quantidade.

Resulta desta atitude o impacto necessário ao início de uma tomada de consciência, aqui e além esboçada, mas logo reprimida pelo compadrio reinante.<sup>19</sup>

No primeiro ano da existência do suplemento literário, assim como em artigos seguintes a propósito da função das páginas literárias, evidencia Marques que, por um lado, devem efectuar uma focalização num diálogo crítico permanente, inovando, desta forma, uma literatura dialogista, informativa e formativa; por outro lado, efectua referência ao papel não só meramente local da comunidade, para a qual, no fundo, a folha literária se dirige, *Impacto*, evidentemente, mas ao mesmo tempo transcende o local para perspectivar o global, humanizando-a e transformando-a num amplo debate de ideias.

#### A

- i) É candente que os suplementos e páginas dos jornais de província portuguesa – e até os jornais que constituem o ramo mais rico da nossa imprensa – sejam tidos (assim o merecendo) como os veículos capazes de exercer marcada influência na cultura do povo.

<sup>18</sup> “Abertura”. In *Notícias de Famalicão Literário*. V. N. de Famalicão, Ano 1, n.º 1 (21 Out. 1960), p. 1.

<sup>19</sup> “Impacto”. *Riba d’Ave*, Ano 1, n.º 1 (Fev. 1964), p. 6.

- ii) Um ano durante o qual pretendemos trazer aos leitores deste jornal o debate de válidas coordenadas de cultura.
- iii) As páginas culturais da imprensa portuguesa... enfermam todas de uma confrangedora ausência de diálogo.
- iv) Sem diálogo não há cultura.<sup>20</sup>

## B

- i) A sua página cultural não é só para os habitantes de Riba de Ave, é para todos os seus leitores.
- ii) É muito provável que tenhamos insistido demasiado em textos mais ou menos filosóficos, mas, dado que a vida, afinal, não passa de mera filosofia, vejámo-la terra-a-terra ou no aprofundar da sua transcendência social-filosófica, estejamos em Lisboa ou em Riba de Ave, sejamos escritores ou operários têxteis (porque cada um tem o seu valor e o seu merecimento, sem que um possa, nos respectivos campos, substituir o outro), não nos sentimos penalizados por o ter feito.
- iii) Impacto pretende ser, antes de mais, um veículo de cultura e de diálogo vivo de ideias.<sup>21</sup>

Neste sentido, *Impacto* surge perante o neologismo glocalização evidenciado pelo sociólogo Swyngedouw para designar a coexistência dos mecanismos reestruturais da globalização e da localização. A glocalização surge então como um processo único com dois movimentos entre si combinados, a globalização como centralização e, por outro lado, a localização como descentralização. Enquanto que o primeiro homogeniza, o segundo diferencia potencialmente a partir do momento em que transmite uma multidisciplinaridade de estéticas e de gostos, assim como implica a difusão dos valores e símbolos que fazem parte de uma cultura universal. (Cf. SALGUEIRO, 2000).

Não queríamos também deixar de referir, apesar de publicações esporádicas e efémeras, mais alguns suplementos literários: do *Jornal de Famalicão* temos o *Artes e Letras* (1961), do *Notícias de Famalicão* os suplementos *Da Mulher e da Criança* (1968), *Galeria* (1971) e um *Suplemento Cultural* já no pós-25 de Abril (1989).

## IV. A intenção da liberdade

Facto de assinalar é que a 1.<sup>a</sup> República em Vila Nova de Famalicão assistiu a um aparecimento de títulos deveras notável – apesar de publicações esporádicas e de durarem pouco tempo: no período que medeia o ano de 1900 entre 1926 os periódicos políticos existentes são mais de 50% do que os literários; no período entre 1874 até 1900 acontece precisamente o contrário: antes de 1900 o discurso cultural suplantara o discurso político, ou este, noutras formas, misturava-se com o primeiro, o que nos leva a concluir que o ideal republicano apostou fortemente na evolução de uma consciência mental cívica e educativa para a evolução do processo político da população<sup>22</sup>. Em contrapartida, o que se passou com o pós-25 de Abril foi uma atitude de inércia por parte da elite famalicense. Aos jornais já existentes, que se adaptavam à nova consciência político-social, o único título pós-25 de Abril foi o *Democracia do Norte* (1976-1979), de cariz sócio-político, aparecendo na década de oitenta o *Vila Nova* (1982) (já não existe hoje), o qual numa primeira fase revelou uma orientação histórico-cultural e social, *A Voz de Famalicão* (1895-1993), que teve a particularidade de ter nas suas páginas a colaboração, por um lado, de José Manuel Mendes nas rubricas *Mastros na Areia* e *Para Ler*, vincando o primeiro título em detrimento do segundo, e, por outro lado, Manuel Simões, oferecendo ao leitor breves apontamentos elucidativos sobre Camilo, desde a bibliografia activa e passiva, o homem religioso, a biografia, a problemática camiliana contemporânea, a questão do suicídio e evocando

<sup>20</sup> “Diálogo”. In *Impacto*. Riba d’Ave, n. 12 (Mar. 1965), p. 3.

<sup>21</sup> “Diálogo com o Leitor”. In *Impacto*. Riba d’Ave, n.º 7 (Ago. 1964), p. 6.

<sup>22</sup> A propósito de um republicanismo cívico: Iseult Honohan – *Civic Republicanism*. London, New York: Routledge, 2002.

o lema do Centenário da Morte do Escritor “Camilo Vivo”. Finalmente, temos o *Cidade Hoje* (1986) e o *Opinião Pública* no início da década de noventa (1991). Não existe actualmente um suplemento literário e cultural a nível da imprensa. Podemos acrescentar, sem receios, que a revolução mental e cultural local no pós-25 de Abril foi lenta, assim continuando a sê-lo. Senão vejamos:

Foi preciso esperar alguns anos, após a conquista da liberdade e da democracia, para que se começassem a fazer sentir os efeitos das mudanças políticas do 25 de Abril no campo literário, artístico e cultural no nosso concelho. Havia outras prioridades, é certo, que a própria sociedade se encarregava de impor, mas não pode deixar também de reconhecer-se que a aprendizagem e a interiorização da liberdade foi um processo lento, contraditório e complexo. (VNF, CM, 1998: 99)

Neste sentido, estabelecer um paralelo dos autores famalicenses, de todos eles (Álvaro de Castelões, Armando Bacelar, Júlio Brandão, Sebastião de Carvalho, Eduardo de Carvalho, Cardeal Cerejeira, Manuel Dias Gonçalves Cerejeira, Bernardo Pindela, Manuel da Silva Mendes, Salvador Coutinho, entre tantos), não só com os escritores de âmbito nacional (P. António Vieira, Diogo Bernardes, Camilo, João de Deus, António Feijó, Florbela Espanca, Herculano, Guerra Junqueiro, António Nobre, António Correia de Oliveira, Aquilino Ribeiro, José Leite de Vasconcelos, Antero de Quental, etc), como também com os de âmbito internacional (Dante, Brecht, Charles Dickens, Flaubert, Kipling, Shakespeare, entre outros) através da imprensa, assim como também elucidar definitivamente o público local e global da colaboração dos autores famalicenses na imprensa nacional (caso de Júlio Brandão, Bernardino Machado, Sebastião de Carvalho, Sousa Fernandes, ou Nuno Simões), como também na estrangeira (nomeadamente, por exemplo, Nuno Simões na brasileira), construir-se-á um paralelo ao nível do património literário e cultural que julgamos original e, acima de tudo, não só útil à comunidade famalicense como também à comunidade global o que de melhor a cultura portuguesa poderá ter.

## Bibliografia

- ALONSO MONTERO, Xesús (1997) – *O Soneto Neo-Latino*. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal.
- BAPTISTA, Jacinto (1993) – “À Volta da Incursão Camiliana no Território do Folhetim”. In *Camilo Castelo Branco: Jornalismo e Literatura no Séc. XIX*. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal, Centro de Estudos Camilianos.
- BARREIROS, António José (1996) – *História da Literatura Portuguesa: Século XIX-XX*. 14.ª ed. Braga: Filgráfica.
- BAUDRILLARD, Jean (1998) – *O Paroxista Indiferente: Conversas com Philippe Petit*. Trad. Clara Pimentel. Lisboa: Edições 70.
- BECKER, Annette (1994) – “A Invenção do Soldado Desconhecido”. In *Público*. Lisboa (30 Ago.), pp. 8-9.
- BLOOM, Harold (1997) – *O Cânone Ocidental*. Trad., introd. e notas Manuel Frias Martins. Lisboa: Círculo de Leitores.
- BRANDÃO, Júlio (1945) – “A Propósito do Soneto”. In *O Primeiro de Janeiro*. Porto (9 Jul.), p. 1.
- CASTELO BRANCO, Camilo (1849) – Revista ou lá o que Quiserem”. In *O Nacional*. Porto (6 Mar.), p. 1.
- CEIA, Carlos (1999) – *A Literatura Ensina-se? Estudos de Teoria Literária*. Lisboa: Edições Colibri.
- CROS, Edmond (1995) – “Sociologia da Literatura”. In *Teoria Literária: Problemas e Perspectivas*. Trad. Ana Luísa Faria, Miguel Serras Pereira. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- COUTINHO, Salvador (1978) – “Pablo Neruda: a vida do povo em poesia”. In *Democracia do Norte*. V. N. de Famalicão, Ano 3, n.º 110 (25 Set.), p. 3.
- CULLER, Jonathan (1995) – “A Literariedade”. In *Teoria Literária: Problemas e Perspectivas*. Trad. Ana Luísa Faria, Miguel Serras Pereira. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- DUBY, Georges (1999) – *Para uma História das Mentalidades*. Trad. Amélia Joaquim. Lisboa: Terramar.



- EAGLETON, Terry (2003) – *A Ideia de Cultura*. Trad. Sofia Rodrigues. Lisboa: Temas e Debates.
- ELIADE, Mircea (1990) – *Mitos, Sonhos e Mistérios*. Trad. Samuel Soares. Lisboa: Círculo de Leitores.
- FEATHERSTONE, Mike – “Culturas Globais e Culturas Locais”. In *Cidade, Cultura, Globalização: Ensaios de Sociologia*. Org. Carlos Fortuna. Oeiras: Celta Editora.
- FERREIRA, Vergílio (1957) – *Do Mundo Original: Ensaios*. Coimbra: [s. n.].
- GIDDENS, Anthony (1999) – *Para Além da Esquerda e da Direita: O Futuro da Política Radical*. Trad. Teresa Curvelo. Oeiras: Celta Editora.
- (2001) – *Modernidade e Identidade Pessoal*. 2.ª ed. Trad. Miguel Vale de Almeida. Oeiras: Celta Editora.
- GONÇALVES, Amadeu – “O Luso-Brasilismo de Nuno Simões na Imprensa Famalicense”. In *Os “Brasileiros” da Emigração*. Coord. Jorge Fernandes Alves. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal.
- GRAMSCI, António (1999) – “Literatura Popular”. In *Abril em Maio*. Lisboa, n.º 0 (Maio 1999), pp. 50-57.
- JAUSS, Hans Robert (1993) – *A Literatura como Provocação*. Trad. Teresa Cruz. Lisboa: Vega.
- LOURENÇO, Eduardo (1983) – *Sentido e Forma da Poesia Neo-Realista*. 2.ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- (1999a) – *A Nau de Ícaro Seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva.
- (1999b) – *Portugal como Destino Seguido de Mitologia da Saudade*. Lisboa: Gradiva.
- MELO, Alexandre (2002) – *Globalização Cultural*. Lisboa: Quimera Editores.
- MIRANDA, José A. Bragança de (2002) – *Teoria da Cultura*. Lisboa: Edições Século XXI.
- NUNES, Henrique Barreto (1989) – “A Biblioteca e a Memória da Vida Local”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 9, pp. 91-96.
- PIRES, Daniel (1997) – *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX: 1900-1940*. Lisboa: Grifo.
- QUEIRÓS, Eça de (1983) – *Correspondência – II*. Leitura, coord., pref. e notas Guilherme de Castilho. Lisboa: INCM.
- RIBEIRO, Aquilo (1963) – *Abóbodas no Telhado: Crítica e Polémica*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- RODRIGUES, Ernesto (1998) – *Mágico Folhetim: Literatura e Jornalismo em Portugal*. Lisboa: Editorial Notícias.
- SALGUEIRO, Teresa Barata (2000) – “Ser Cidade: Novos Desafios e Oportunidades”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 17, pp. 145-146.
- SARAIVA, António (1996) – *A Tertúlia Ocidental: Estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queirós e Outros*. 2.ª ed. Lisboa: Público, Gradiva.
- SARAIVA, Arnaldo (1980) – *Literatura Marginalizada: Novos Ensaios*. Porto: Edições Árvores.
- SILVA, José Casimiro da (1960) – “A Abrir...”. In *Estrela do Minho/Página Literária*. V. N. de famalicão, Ano 65, n.º 3355 (3 Abr.), p. 3.
- SMART, Barry (1993) – *A Pós-Modernidade*. Trad. Ana Paula Curado. Sintra: Publicações Europa-América.
- SOUZA, Sérgio (1999) – “Tópicos Introdutórios à Leitura de O Passante (Armando Soares Coelho)”. In *Boletim Cultural*. V. N. de Famalicão, n.º 16, pp. 175-182.
- (1981) – *Textos Teóricos do Neo-Realismo Português*. Coord. Carlos Reis. Lisboa: Seara Nova.
- TOURRAINE, Alain (1994) – *Crítica da Modernidade*. Trad. Fátima Gaspar, Carlos Gaspar. Lisboa: Instituto Piaget.
- VILA-CHÃ, J. (2003) – “A Globalização: Aspectos Teóricos e Implicações Práticas”. In *Revista Portuguesa de Filosofia*. Braga, T. 59, fasc. 1, pp. 3-31.
- VILA NOVA DE FAMALICÃO. Câmara Municipal (1998a) – *Antologia de Autores Famalicenses*. V. N. de Famalicão: Câmara (1998b) – *Uma Aproximação aos Autores Famalicenses*. Coord. Amadeu Gonçalves, Artur Sá da Costa. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal.

# A imagem da mulher na imprensa famalicense (início do século XX)

por Maria Adília Fernandes \*

A igualdade legal de género – definido, este, como a construção cultural e social das diferenças entre homem e mulher – é garantida ao longo dos séculos XIX e XX. Mas, no terreno das transformações das estruturas sociais, das mentalidades ou das atitudes, as leis não bastam. Porque mesmo que as leis sejam alteradas os costumes não mudam. Ou se mudam, é no decurso de um processo tão lento quanto imperceptível. Daí, a permanência de práticas discriminatórias, procedentes de mecanismos de ordem informal, a modelarem a condição feminina. Entre eles, as representações culturais assumem um papel primordial.

Validadas em cada contexto e em cada época, traduzem as respectivas crenças, modelos e valores e atribuem significados à escala da sociedade inteira. Estes significados são assimilados, partilhados, transmitidos e desmembrados em múltiplos dispositivos simbólicos. Legitimam não só o lugar que os sujeitos devem ocupar no sistema de classificação social como, também, os papéis que aí devem desempenhar apontando, ainda, as normas das relações entre eles. Decisivas na construção e no desenvolvimento das distintas identidades da sociedade contemporânea, resultantes do novo mundo industrial, emergem de um sistema de género, instrumento decisivo no reforço da subalternidade das mulheres.

No entanto, as imagens e representações não dão o conhecimento pleno da trama que a existência feminina verdadeiramente é. As mulheres afirmam-se, para além delas, através de uma outra percepção e de um outro uso do espaço e do tempo, põem em causa a inevitabilidade do seu *destino* como reflexo de uma natureza que se crê pilar da tradição e do costume, interpelam “os mecanismos *históricos* responsáveis da *deshistorização* e da *eternização relativas* das estruturas da divisão sexual e dos princípios de divisão correspondentes”<sup>1</sup>, denunciam os esquemas e convenções uniformizadores e normalizadores que as configuram e limitam. Criam, em suma, linhas de acção, de influência e de inversão, revelando que não são, em qualquer processo histórico, simples receptoras.

O discurso de género consolida-se no final do século XIX e inícios do XX, quando a *questão feminina*, a situação da mulher e as suas reivindicações captam, finalmente, a atenção e se convertem em fenómeno sociológico. Assiste-se, neste período, nas nações europeias, à preocupação pela degeneração nacional e pelas alterações resultantes dos comportamentos sexuais (a lassidão moral, a destruição da família, as enfermidades) e, como consequência das guerras, ao receio pelo decréscimo da população. Estes factores solicitam uma importante atenção da medicina e da ciência, cuja consolidação acompanha a crescente secularização das ideias, processo de que beneficia. Expressão máxima de autoridade no seio de um clima ideológico centrado no estudo do corpo e na valorização da masculinidade, sofrem a influência das teorias sobre raça e evolução. Resulta, daqui, uma incidência sobre as funções biológicas das mulheres de que se conclui ser a reprodução a finalidade, por excelência, da conformação corporal feminina. À imagem de *reprodutoras* da população associa-se a de *reprodutoras* dos valores culturais sobre os quais se estabelece a legalidade política e nacional. Neste sentido, a maternidade traduz um destino *natural* e um dever social.

.....  
\* Mestre em História das Instituições e da Cultura Moderna e Contemporânea; elemento da APIHM (Associação Portuguesa de Investigação Histórica sobre as Mulheres); elemento do NEPS (Núcleo de Estudos da População e Sociedade), Universidade do Minho.

<sup>1</sup> Pierre Bordieu, *La dominación masculina*, Barcelona, Ed. Anagrama, 2000, p. 8.

Implementa-se, então, nos países da Europa ocidental, e com maior destaque nas primeiras décadas do século XX, uma política de protecção à maternidade, como parte de uma campanha a favor da natalidade e da fecundidade ligada ao nacionalismo, ao militarismo e a um objectivo geral de reformismo social. As nações, no contexto ideológico deste momento, pugnam por repartir o universo colonizado, pelo que a população se reveste de uma importância fundamental como potencial básico para as ambições expansionistas. Exalta-se o exercício da maternidade como o mais alto contributo patriótico que as mulheres dão ao seu país e a infância e a mortalidade infantil clamam valorização e cuidados. Uma e outras ficam sob a alçada do poder científico e positivo da medicina.

A influência da obra de Arthur Gobineau, *Essai on the Inequality of the Human Races*, (1850), transforma a raça em assunto de primeira ordem no século XIX europeu. Afirma-se que o auge de uma civilização se alicerça nas suas características raciais e que o seu declinar emana da ligação com outras raças. As ideias de Gobineau são seguidas por Charles Darwin, cuja obra sobre a evolução, *Origin of Species* (1860), é preponderante na formulação das categorias raciais dos finais do século, constituindo-se como um marco sobre o nacionalismo e a luta entre nações. O discurso sobre o *outro* em termos raciais e o discurso sobre o *outro* em termos de género respondem a lógicas semelhantes, porque remetem ambos para a representação cultural da diferença humana a partir de uma base de feição biológica. O essencialismo biológico e a naturalização do social, implícitos nessa representação, são factores decisivos na construção de um imaginário desfavorável às pessoas não brancas e às mulheres. Estas são, na hierarquia de géneros, o ser dependente, subalterno e definido em função do homem, o ser superior e a norma. Neste contexto, a identidade feminina deriva do âmbito da natureza, da maternidade e da capacidade biológica de reprodução.

Para os partidários do darwinismo social, como Herbert Spencer, que colocam, no sentido evolucionário, as mulheres mais próximas das crianças do que dos homens, criando um paralelismo entre esta afirmação e as raças ou povos que os homens europeus dominam, a família é tida como o estado mais elevado da evolução social, a possibilidade de resolução do conflito entre as classes e entre os sexos, o lugar para a propagação dos cidadãos e, também, dos valores nacionais. A importância atribuída à família reforça a hierarquia sexual e o papel maternal das mulheres.

Contra a ideia, amplamente difundida, de que elas se encontram num nível de evolução inferior ao do homem, reagem os apoiantes da sua emancipação, nomeadamente John Stuart Mill e Augusto Bebel, autores, respectivamente, de *The Subjugation of Women* (1869) e de *Die Frau und der Sozialismus* (1879), verdadeiros textos feministas que vêm a conhecer grande popularidade. Segundo eles, tal ideia recua ao mundo antigo, regido por princípios cosmológicos, e às doutrinas filosóficas e médicas de Aristóteles, Galeno ou Hipócrates. Nutre-se da elaboração dos seus velhos arquétipos, como o sistema de categorias binárias ou de pares que se opõem (claro e escuro, quente e húmido, masculino e feminino, superior e inferior) e nos quais repousam a harmonia e o equilíbrio. O excesso, na coerente mistura destes contrários, traz a desorganização do mundo e a doença.

O mundo industrial e urbano é, ainda, responsabilizado pela degeneração física e mental. Embora não se possa negar o alcance do desenvolvimento económico e social, bem como do progresso material que as nações europeias conhecem a partir do século XVIII, duvida-se que isso traga avanços morais e intelectuais a esta etapa de formação da modernidade, cuja característica principal é a sociedade de massas. A ordem pública parece ser abalada pelo urbanismo crescente e pelas *massas* incontrolláveis e irracionais, que, de acordo com Gustave Le Bon, na obra *The Crowd* (1895), se comportam como as mulheres. As novas ciências médicas do final do século XIX, como a psiquiatria ou a psicologia, favorecem a classificação de uma série de desordens mentais e de patologias sexuais que evidenciam a instabilidade e a deterioração mental,

moral e física das populações. Na análise deste mal colectivo, marcada por uma tendência em amalgamar determinismos sociais e determinismos biológicos, o género surge como uma estrutura fundamental para a sua compreensão, dado que muitos dos seus sinais – o nervosismo, a neurastenia, o excesso de emoção, a histeria e a violência (a novela de Emile Zola, *Germinal* (1885) ilustra o potencial das mulheres para a violência) – são consideradas características femininas.

A degeneração projecta uma visão da Europa em decadência e caracteriza, a partir da reflexão dos cientistas, intelectuais e políticos, o desenvolvimento em geral, por eles atribuído à expansão do poder do estado e ao colapso, face à sociedade de massas, dos equilíbrios milenares: as comunidades *naturais*, as hierarquias, as solidariedades orgânicas. Está implícita, aqui, uma profunda crítica à sociedade liberal, aos caminhos que a democracia toma e ao homem *comum*, à fragilização crescente da família hierárquica e à participação das mulheres no âmbito público. Para Paul Le Roy, este último aspecto, tal como afirma na obra *La Question de la Population* (1913), é a maior ameaça para a civilização, panorama que conduz à eugenia, outro campo que invoca um estatuto científico e que traz, para as mulheres, complexas consequências. Teme-se, vincada a função maternal como a sua principal responsabilidade perante a nação e a raça, que a emancipação feminina afecte a capacidade reprodutora, enfraquecendo-a ou *danificando* as gerações seguintes. A defesa da essência da maternidade e acções concretas para a *medicalização* e profissionalização das tarefas ligadas aos cuidados com os filhos são, então, postas em marcha. Esta reconstrução da feminilidade, que assenta em posições *arcaicas* sobre a natureza feminina, aparece, agora, como um “colectivo de saúde sobre fundo de catástrofe”, que combina “uma representação do tempo, tanto histórico como mítico, tempo cíclico e eternamente repetitivo”.<sup>2</sup>

A noção de *maternidade responsável*, relacionada com uma ciência progressista, atrai as mulheres. Vêem nele uma arma que fundamenta a velha crítica a um sistema moral e social que enaltece as mulheres virtuosas e castas e permite a promiscuidade masculina, e desta, como tão bem a obra de teatro de Henrik Ibsen, *Ghosts* (1881), documenta, vem a destruição das famílias e a perda da *qualidade* da população.

Este e outros pressupostos, em torno dos ideais da maternidade, são tidos em conta pelos diferentes movimentos que, de um modo ou de outro, defendem a igualdade dos sexos, transformando-a em debate político e questão pública de importância maior. O sentido uniforme que tem nas narrativas tradicionais – é um dever *sagrado e natural* – provindas de prestigiadas vozes civis, eclesiásticas ou médicas, multiplica-se, especialmente a partir dos anos setenta do século XX, em significações profusamente variáveis, criadas, na sua maioria, por mulheres (Simone de Beauvoir afirma, pela primeira vez, que a maternidade é um obstáculo à igualdade e que as mulheres podem afirmar-se para além dela).

Conscientes da responsabilidade e competências que ser mãe, na sua função social implica, as mulheres passam a exigir a intervenção do Estado na coordenação das acções de beneficência de cariz religioso e privado, da assistência, que deve envolver a progressiva hospitalização dos partos, e das actividades profissionais que assegurem a educação das raparigas como futuras mães. Paralelamente, a transformação das políticas de maternidade devem ter em vista a sua crescente integração no trabalho fora do lar e da família, no sentido de o tornar conciliável com as solicitações que se lhes reportam. Esta questão, por razões políticas e conceptuais, é, de todas as que se testemunham à volta das mulheres, a de mais difícil solução.

A identificação entre mulher e maternidade persiste para lá dos constantes processos de mudança. E é no seu papel de mãe que é reconhecida como agente histórico protagonista da articulação de qualquer ordem social. Outra actividade ou interesse que a desvie deste modelo é entendida como contrária à sua própria natureza. É a esta, na imagem da mãe reprodutora, que se atribui o seu poder e que os homens classificam como “oculto, escondido, secreto, disfarçado na sombra, na noite, doce ou maléfico, revestido de

<sup>2</sup> Francine Muel – Dreyfus, *Vichy et l'éternel féminine*, Paris, Éd. Du Seuil, 1996, p.10.

manha que envolve e surpreende”<sup>3</sup>. Esse poder vem, ainda, do seu papel na transmissão dos costumes essenciais – mais fortes do que as leis – o que lhe confere uma missão civilizadora.

Daí a *nova mulher*, que desenha um padrão distanciado da feminilidade e dos limites convencionais, deixar inalterável a missão da procriação e da maternidade. Revelada pela obra de Henrik Ibsen, *Maison de Puopée* (1879), é o reflexo dos novos tempos e das preocupações identitárias resultantes da participação das mulheres na Primeira Guerra. As aptidões por elas reveladas, quer na produção, quer na resistência e retaguarda, entram, na convergência com os paradigmas políticos e culturais igualitários, em dissidência com qualquer ideia particularizada e hierarquizada acerca da sua menor capacidade racional. *La Garçonne* (1922), de Vítor Margueritte, modela-a num estilo masculinizado, quer na aparência quer nos gestos, e descreve-a estilizada e *coquette*, boémia, frívola e dinâmica. Surge como o símbolo da mulher actual, emancipada e activa, que investe no seu valor pessoal e no acesso às funções públicas, preocupações que podem perspectivar ameaças à feminilidade e à sua essência: a maternidade. O medo social que vem a suscitar, ao concorrer para uma indesejável confusão dos sexos – deveres iguais, empregos similares, mulheres masculinas – justifica que reassumam tanto a percepção como a prevalência das suas obrigações, isto é, que volte a colocar-se a ênfase no *eterno feminino* e na premência em ser retomado.

A imprensa consultada apresenta-se como um lugar privilegiado para a exteriorização de uma imagem sobre as mulheres, quer quanto aos comportamentos advindos do espaço tradicional, privado, quer quanto aos que emergem de uma mudança de mentalidade que a modernidade supõe. É, ainda, um meio de recuperar vivências e significações diversas e múltiplas mas diluídas, por uma teia social e cultural específica, nas instituições, no cultural, no imaginário. Notoriamente *invisíveis* como autoras de si próprias, são, antes, as protagonistas de um registo masculino hegemónico contra o qual vêm a opor-se, especialmente no âmbito da História das Mulheres, *profissionalizada* a partir do final da Segunda Guerra mundial e que muito deve ao pensamento feminista ocidental, indissociável do liberalismo e da democratização dos estados. A reflexão historiográfica produzida contribui para entender que um discurso que omite, reduz ou desconhece outras experiências não pode oferecer “*um ponto de vista, um sujeito universal, um modo de libertação, desenvolvimento ou felicidade nem uma verdade autêntica*”<sup>4</sup>.

Na realidade, as referências polarizam-se na dualidade mulher/mãe e na mulher moderna. Repetem-se os mitos, lugares comuns que vincam contrastes, ao referir-se que “a criação de Eva, não levou mais do que um instante. O homem – que foi feito devagar – ficou para sempre ponderado, vagaroso, prudente, ao passo que Eva, logo nos primeiros passos pelo Paraíso, revelou-se o ser impaciente, irrequieto, precipitado, que ainda hoje, por felicidade nossa conhecemos”<sup>5</sup>. Sublinha-se, numa inegável expressão da desigualdade dos sexos, que “é o trabalho a mais sã virtude do homem, como para a mulher o ser Mãe é a mais impressionante e comovente qualidade cheia de sublimidade e grandeza”<sup>6</sup>, fazendo-se depender desta “o grau de civismo dos homens de amanhã. É um princípio, um axioma”, uma manifestação de um “espírito altamente vigoroso e patriótico”<sup>7</sup>. Ela é “a heroína tantas vezes mártir que o poeta não canta, de que o prosador não se ocupa, a heroína que não tem gran-cruzes, que morre tantas vezes sublimada na grandeza do seu sacri-

<sup>3</sup> Michelle Perrot, *Les femmes ou les silences de l'Histoire*, Saint-Amand-Montrand, Ed Flammarion, 1998, p. 215.

<sup>4</sup> Sylvia Tubert: *Deseo y representación. Convergência de psicoanálisis y teoría feminista*, Madrid, Ed. Síntesis, 2002, p. 51.

<sup>5</sup> “Consultório Sentimental”, *Estrela do Minho*, 20 de Agosto de 1933, p. 3.

<sup>6</sup> “Notas à margem”, *Notícias de Famalicão*, 13 de Agosto de 1939, p. 1.

<sup>7</sup> “No Salão Olímpia” “Duas Conferências”, *Estrela do Minho*, 5 de Março de 1933, p. 1.

fício!...virtude máxima da mulher...quer seja rica, quer seja pobre, quer plebeia, quer nobre”<sup>8</sup>. A “consagração das mãis...é um cântico formoso, onde os conceitos deslizam como cândidas orações”<sup>9</sup>.

Afirma-se o amor maternal como o único eixo estruturador da feminilidade. Dele decorrem valores como a abnegação, a bondade, o amor desinteressado que desenham o *destino* mediador das mulheres, reconhecido, face ao *contra-modelo de má mãe/má mulher*, como o modelo abonatório. Daí, perspectivarem-se actuações com as quais profundamente se identificam, “sempre dispostas a abraçar com prazer as humanitárias cruzadas” e “para quem a consolação da obra do bem-fazer é a maior e a mais humana das ambições”<sup>10</sup>. Louvam-se, portanto, as acções “generosas e altruístas...indiferentes ao egoísmo vil” a que se entregam, encaminhando “o seu espírito para as altas paragens do seu Ideal todo amor e carinho...Glória pois às Damas desta terra!”<sup>11</sup>. Dirigem-se apelos às filhas “queridas, mãis amantíssimas e esposas desveladas...detentoras e continuadoras do prestígio acolhedor e hospitaleiro” para que não deixem de “fazer bem, de minorar desgostos e privar da fome e do frio os desprotegidos, os pobres”<sup>12</sup>.

Enaltecem-se as iniciativas de defesa e protecção da maternidade, da infância e da família, como a Organização Nacional «Defesa da Família», “admirável e que se propõe auxiliar, tanto quanto possível, as famílias pobres e mais numerosas”<sup>13</sup>; a Creche – Mãe, “obra feliz das beneméritas...baluarte formoso de assistência infantil”<sup>14</sup>; a «Semana da Mãe», “extraordinário acontecimento”, oportunidade de se homenagearem aquelas “que tiveram a graça de sempre terem sabido ser «realmente» mães, e às outras, aquelas que passam necessidades, a melhor homenagem que se lhes pode prestar, é minorando as agruras desta vida”<sup>15</sup>; o movimento Pró-Mãe, que levanta a “necessidade absoluta, inadiável e imprescindível, da criação das Parteias Municipais”<sup>16</sup>, que conduza ao afastamento das *curiosas*.

A função maternal cumpre-se, plenamente, através da educação das mulheres. “Bem sabemos que o nosso povo necessita ser educado...ensinando-o, preparando-o para a vida, dando-lhe conhecimentos que lhe são absolutamente indispensáveis. E em primeiro lugar estão, certamente, as Mães. Velemos por elas, protegendo-as, acarinhando-as, e se assim fizermos, teremos prestado incalculável serviço à Pátria e à Humanidade”<sup>17</sup>.

Se a imagem da mãe virtuosa retrata, concreta e simbolicamente, a ordem e a estabilidade social, o modelo da *nova mulher* significa a inquietude, a ruptura, a *insensatez* e o *delírio*. “Dir-se-ia que o outro sexo, o sexo frágil de outras eras, se fartou de usar saias, de viver no recato e na modéstia, de se abster de práticas que a conspurcam e que o menos a que a condenam, quando as pratica, é a perda de respeito que o homem desde sempre lhe consagrou. Saltaram-se fronteiras julgadas, ainda há duas ou três dúzias de anos, inacessíveis. Rasgaram-se preceitos e convenções...crenças invulneráveis, a garanti-la da devassidão e do impudor. Atirou-se para o largo com princípios de austeridade e comedimento, que dir-se-ia fazerem parte integrante da existência feminina, tão difícil era compreender uma sem a outra”. A oficina, o escritório, a

.....  
<sup>8</sup> “Sarau de Caridade” “Inauguração da Creche-Mãe e sua entrega à entidade respectiva”, *Estrela do Minho*, 1 de Maio de 1932, p. 1.

<sup>9</sup> Reinaldo “Inauguração da Creche”, *Estrela do Minho*, 8 de Maio de 1932, p. 1.

<sup>10</sup> “Em benefício dos cancerosos”, *Estrela do Minho*, 6 de Novembro de 1932, p. 1.

<sup>11</sup> “Semana da Tuberculose”, *Estrela do Minho*, 7 de Maio de 1933, p. 1.

<sup>12</sup> “Ensaio”, *Notícias de Famalicão*, 8 de Janeiro de 1938, p. 3.

<sup>13</sup> Arlindo Mesquita, “Badalar”, *Notícias de Famalicão*, 19 de Fevereiro de 1938, p. 2.

<sup>14</sup> Reinaldo “Inauguração da Creche”, *Estrela do Minho*, 8 de Maio de 1932, p. 1.

<sup>15</sup> Arlindo Mesquita, “Badalar” “Semana da Mãe”, *Notícias de Famalicão*, 24 de Dezembro de 1938, p. 4.

<sup>16</sup> Arlindo Mesquita, “Badalar” “Semana da Mãe”, *Notícias de Famalicão*, 14 de Janeiro de 1939, p. 4.

<sup>17</sup> Arlindo Mesquita, *idem*.

repartição pública, substituem o lar, *concepção romântica*, “ninho do seu amor e templo da sua família...sacrário de afeições...laboratório activo de alegrias íntimas ou de ansiedades absorventes”, transformado, agora, “em cadeia, cujas grades, embora convencionais, não se toleram. A companheira do homem, impelida pelas mil e uma forças desencadeadas, que varrem e perturbam as sociedades contemporâneas...É uma espécie de deusa caída do altar e arrastando na sua queda a veneração a que tinha direito”<sup>18</sup>; uma “*ninfa divinizada* em prosa encarpelada que vai limando, com lenta subtilidade, as algemas amargas do preconceito ou espreitando, cautelosamente, ao buraco da fechadura das portas férreas do dogma”<sup>19</sup>.

A tipologia desta nova mulher apresenta-a pendente da moda e de uma estética de acentuada sexualidade, *perturbadora* e em que se surpreendem *esboços de desejos crepitantes*. “Mas porque não, deixarmos-nos embalar nas aveludadas cadências dum tango, levando no mesmo desejo, envoltos numa sensualidade espiritual, o corpito franzino duma diva, brilhante como luar de Janeiro, ou avassaladora como murmúrio de regato a serpentear por entre tapetes persas de verdura?”<sup>20</sup>. Reconhece-se “um encanto irresistível nas *toilettes* vaporosas das damas esculturais que no seu cadente e rítmico voltear semelham fadas encantadas, figuras de sonho e beleza, dispostas como lendárias e crudelíssimas deusas”<sup>21</sup>, e que se “apresentam na rua tam levemente vestidas ou tam largamente despidas” que despertam “a curiosidade do transeunte que quâsi ouve a carne sibilar”<sup>22</sup>.

Subjugada “à Força Despótica da Moda”, a mulher é “condenada à morte e lançada no temido atoleiro do ridículo, por centenas de crónicas e números de revista (o que talvez lhe seja mais funesto)”. Mas, “a verdade é que o espécimen não rareou ainda tanto quanto seria para desejar”<sup>23</sup>. E, sob o efeito do *mau livro* e *mau teatro*, “coisas indiferentes se não influíssem tanto, como influem, na vida usual, operando especialmente os seus malefícios na mentalidade e na moralidade já de si tão precárias das criaturas...«o que sucede em todas as épocas de dissolução de costumes», é evidente, que as “imprevistas modas femininas...cessam de ser grotescas para se tornarem indecorosas.”<sup>24</sup>

A *Vénus moderna* aflora, ainda, à *tona das conversas ou dos prelos*, por não deixar “de exhibir escandalosamente a sua figurinha raquítica”, nem “abandonar as suas asténicas pretensões” e por permanecer “tenazmente agrilhoada à máscara contundente da pintura”. Nesta “primeira tecedeira das malhas rendilhadamente subteis da *ingénua* «coquetterie»...«o osculo perpétuo de inocência» da sua pequenina boca, hoje lacrada por Cotty ou Tokalon, não perdeu ainda o vício embriagador de nos provocar o desejo mórbido dum daqueles beijos prolongados e violentos que a nossa Deusa costuma olhar com enternecedora *inocência* no final de certos filmes”<sup>25</sup>. Há, aqui, uma nítida alusão à influência do cinema que difunde imagens de mulheres com horizontes culturais e sociais mais abertos. Um modelo norte-americano que não se adequa aos padrões europeus, subordinados a objectivos políticos nacionais e que as enquadram em identidades próprias.

E “tôdas, a uma voz, escudadas no Espírito da Época... incendiadas em louco frenesi”, argumentam “que a onnipotência do «rouge» e do «baton» não passa de uma das facetas do Progresso» e que a pintura é, afinal, uma manifestação de arte.

<sup>18</sup> “Mulher de cachimbo” *Estrela do Minho*, 17 de Setembro de 1933, p. 1.

<sup>19</sup> António Navarro, “Aqui para nós” “I Para elas”, *Notícias de Famalicão*, 7 de Novembro de 1936, p. 4.

<sup>20</sup> Albagada Viriato de Albagada, “Confidências Postais” “Som...Luz...Alegria...”, *Estrela do Minho*, 28 de Agosto de 1932, p. 1.

<sup>21</sup> Reinaldo “Festas elegantes” “O Baile na Câmara”, *Estrela do Minho*, 9 de Outubro de 1932, p. 1.

<sup>22</sup> J. C., “Coisas do Porto”, *Notícias de Famalicão*, 6 de Agosto de 1938, p. 4.

<sup>23</sup> António Navarro “Aqui para nós” “II – Para elas”, *Notícias de Famalicão*, 12 de Dezembro de 1936, p. 4.

<sup>24</sup> Luís Leitão, “O livro e o teatro”, *Estrela do Minho*, 21 de Maio de 1933, p. 3.

<sup>25</sup> António Navarro “Aqui para nós” “I – Para elas”, *Notícias de Famalicão*, 7 de Novembro de 1936, p. 4.

Mas encobrir nunca constituiu arte; a arte é luz e é verdade.

As mulheres civilizadas...há muito abandonaram essa farsa grotesca...levadas à conclusão de que a *Cécia gentil do século XX* foi astuciosamente plagiar, possivelmente a ocultar, os segredos infalíveis da sedução, à sua irmã tropical que ainda hoje não deixou de se considerar selvagem”<sup>26</sup>.

A escrita de mulheres é, nas fontes analisadas, escassa. Versa “assuntos os mais variados”, não surpreendendo que corresponda àquele *fragmento* ou *retalho íntimo e doce* da vida feminina, ao “encadeado de confidências que vai desde a descrição de um sonho de certa noite de verão, até ao estudo do desabrochar de flores na sua correlação com o despontar da alma para as primícias da vida e do amor!”. Isto é, que relate aqueles “mil e um motivos fúteis” que tornam essa escrita *deliciosa*, emoldurada “num estilo frágil e delicado, de leve tessitura”<sup>27</sup>.

Esta observação é denunciadora do quanto o sistema de género molda a esfera intelectual, confinando a mulher à sua expressão mais redutora. No início do século XIX afirma-se que, *apesar de todos os sonhos dos teóricos*, a mente tem sexo (Poulin de la Barre declara, no século XVII, o contrário) e que o exercício da inteligência, por parte das mulheres, além de afectar os órgãos reprodutores, debilitando-os, é pouco significativo e nada rigoroso, porque aquela se aloja numa diminuta cavidade craniana; para o século XX, as peculiaridades do hemisfério direito fazem com que, supostamente, elas sejam incapazes de visualizar as relações espaciais. Considerações duradouras e de carácter estritamente biológico que as impedem de aceder ao conhecimento (são, durante séculos, excluídas das academias científicas e das universidades), ou concorrem para restringir esse acesso (certas áreas da ciência, são-lhes, até um passado recente, interditas), ou, ainda, para que lhes seja negado o reconhecimento pelas suas realizações (Marie Curie não é admitida, em 1911 na Academia das Ciências, por ser mulher)<sup>28</sup>.

Colocada no mundo dos sentidos, ligada às forças da natureza, ao desconhecido e a poderes misteriosos, a mulher atravessa quase toda a história da cultura ocidental europeia emersa em mitos, crenças, estereótipos. Imagens que entrelaçam a Crença, a Razão e a Ciência numa eterna dramaturgia, povoam o imaginário, fixam lugares e alegorias. É a mulher fogo e de paixões românticas que tece o desejo do homem e consome as energias viris; é o silêncio que dissimula; a filha do mal, a sombra, a histórica herdeira das bruxas do passado; é a mulher água, calma e lânguida que invade a poesia, a pintura, o pensamento; é a mulher terra, fecunda e que amamenta; a mulher estabilizadora, pedestal da moral; a mulher das agonias, dos ritos mortuários e guardiã dos túmulos...que escapa à cultura solar dos homens<sup>29</sup>.

Também “«Miss Diabo» é um símbolo. É de todas as épocas e vive em todos os lugares. Branca, amarela ou preta, de cabelos loiros ou negros, tatuada a ferro e fogo ou a *baton* e *rouge*, ela existe sempre na África, na Europa, em todas as latitudes e até – quem sabe – até no Céu...os poetas curvam-se a seus pés, crisma-se de Dulcineia e faz delirar um mundo de D. D. Quichotes, alcunha-se de Marlene e uma legião infinda de cinéfilos morre de amores. «Miss Diabo» é o anjo mau que tuberculiza os românticos, estoura corações e origina divórcios. Ela é atraente, doce como o mel, de sorriso fácil, mas inconstante e brejeira. Irmã de D. Juan vive tal qual ele: correndo, correndo sempre, sem nunca se deter...tão bela e tão má, tão doce e logo tão amarga”<sup>30</sup>.

<sup>26</sup> António Navarro “Aqui para nós” “I – Para elas”, *Notícias de Famalicão*, 7 de Novembro de 1936, p. 4.

<sup>27</sup> Armando Teixeira “Crónicas do Porto”, *Notícias de Famalicão*, 26 de Fevereiro de 1938, p. 4.

<sup>28</sup> Cf. Londa Schibinger, *Tiene sexo la mente?*, Madrid, Ed. Cátedra, 2004.

<sup>29</sup> Cf. Michelle Perrot, *op. cit.*

<sup>30</sup> L.L., “«Miss Diabo»”, *Notícias de Famalicão*, 26 de Setembro de 1936, p.2.



Desde o início do século XX, e numa lúcida perspectiva sobre os complexos efeitos da industrialização e do novo mundo urbano na vida das mulheres, relacionados com uma clara intervenção no seu próprio destino, que a historiografia sobre elas repensa o modo como a História se tem organizado e estruturado em explicações, supostamente, universais. Rompe com os preceitos que a colocam como seres difusos ou imutáveis nesta; rejeita a concepção de *eterno* feminino, por impor a ideia de uma *natureza* e de uma *essência* femininas como *designios* inquestionáveis; contesta as proposições comuns assentes na legitimação da natureza, na doutrina religiosa e nas ciências, bases constitutivas do pensamento ocidental moderno; não aceita o discurso dominante como neutral, onisciente e concludente.

Pretende, enfim, assinalar que as mulheres são – nem mais nem menos que outros – sujeito com transcendência histórica.

# Subsidiariedade

## Um Princípio Estratégico Essencial para os Dias de Hoje

por Custódio Oliveira\*

O princípio da subsidiariedade tem como objectivo essencial garantir que as decisões sejam tomadas o mais próximo possível dos cidadãos. Trata-se de valorizar maximamente as iniciativas pessoais e de grupo face ao Estado.

Os poderes públicos devem decidir ou realizar aquilo que as organizações (sociais, económicas, desportivas, culturais, económicas etc.) não possam decidir ou realizar por si.

Na organização do Estado deve ser privilegiado o patamar mais próximo dos cidadãos, ou seja, o aparelho central do Estado deve decidir e realizar aquilo que não possa ser decidido ou feito por patamares mais próximos dos cidadãos, por exemplo, câmaras municipais e juntas de freguesia.

Mais em concreto, podemos concluir que não compete às Juntas de Freguesia ou às Câmaras Municipais promover, por exemplo, iniciativas de carácter cultural ou desportivo se elas podem ser realizadas por associações locais.

De acordo com o princípio da subsidiariedade, o papel dos poderes públicos é subsidiário e supletivo, no sentido em que deve apoiar e ou criar condições para que os cidadãos organizados possam desenvolver planos, cumprir objectivos e concretizar iniciativas.

Nesta perspectiva, o princípio da subsidiariedade reforça as concepções de cidadania, descentralização e regionalização e permite clarificar os poderes dos Estados.

### 1. Cidadania e Subsidiariedade

São conhecidos os diversos apelos durante a revolução francesa de 1789 *aux citoyens*. Ficou célebre a proclamação: *aux armes citoyens!*, quando a própria Assembleia Nacional apelava: “*convidamos os cidadãos em nome da Liberdade, da Igualdade e da Pátria*”<sup>1</sup>.

Mas não é preciso recorrer a este grito originário e revolucionário para se compreender que a ideia de cidadania teve e tem uma grande relevância.

Nos nossos dias, as duplas e triplas cidadanias são encaradas com naturalidade. Nós portugueses temos a cidadania portuguesa, mas também a europeia, Mas, por exemplo, um espanhol de Barcelona, tem a cidadania catalã, a espanhola e a europeia.

Existem essencialmente três concepções de cidadania: a liberal, a republicana e a nacionalista: – a primeira preocupa-se com os direitos e os deveres de cada um; – a segunda sublinha na cidadania e a participação cívica; – a terceira chama a atenção para os valores identitários de uma pessoa com o seu país, a sua comunidade.

\* Mestrado em ciência política, Universidade de Santiago de Compostela.

<sup>1</sup> Independentemente da perspectiva que neste artigo procuramos dar aos apelos feitos aos cidadãos na Revolução Francesa de 1789, importa ter presente que é nesta altura que no mundo ocidental se admite que a origem do poder político está no povo, é pertença dos cidadãos. Até esta altura apenas se admitia a origem divina do poder.

Entendemos que as diferentes dimensões de cidadania devem ser factores de dinamização da sociedade na direcção do bem-estar comum, ou, como preferem alguns, do “bem – viver comum”, que traduzem por qualidade de vida.

Contudo, em cada uma destas concepções é reconhecido ao cidadão, como membro da comunidade, (da *ágora* e da *polis* na Grécia antiga e do *forum* em Roma, do *espaço público* dos nossos dias, teorizado por Jürgen Habermas) o direito de se pronunciar, de decidir, de participar, de ser parte activa.

O reconhecimento deste direito intrínseco de cidadania passa pelo princípio da subsidiariedade, que se aplica ao cidadão, mas também deve aplicar-se às organizações. Relativamente aos cidadãos, este princípio opõe-se obviamente a todas as concepções totalitárias do Estado.

## 2. O Princípio da Subsidiariedade na União Europeia

O princípio da subsidiariedade é repetidamente defendido e explicado em diversos documentos e Tratados da União Europeia. Trata-se de combater as hipóteses de tomada de decisões, de modo centralista e tecnocrático, em Bruxelas e defender a autonomia e poder dos Estados membros.

No Tratado que estabelece a Constituição da União Europeia com o título Princípios Fundamentais (Artigo I – 11º), afirma-se que: **“o exercício das competências da União rege-se pelos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade”**. Explica-se de seguida que: **“em virtude do princípio da subsidiariedade a União intervém apenas se e na medida em que os objectivos da acção considerada não possam ser suficientemente alcançados pelos Estados-Membros, tanto ao nível central, como ao nível regional e local”**.

## 3. Subsidiariedade um Princípio com Base na Doutrina da Igreja Católica

O princípio da subsidiariedade insere-se no conceito de Estado supletivo. E ganhou força quando a Igreja Católica, através dos Papas Leão XIII e Pio XII, em 1891 e 1931, passaram a defendê-lo com clareza nas encíclicas “*Rerum Novarum*” e “*Quadragesimo Anno*”. Nesta última, Pio XII explica a relevância do termo subsidiariedade: **“Como não se pode tirar ao indivíduo e transferir para a sociedade aquilo que ele é capaz de produzir por iniciativa própria e com as suas forças, também seria injusto passar para um patamar superior da sociedade o que grupos de patamares inferiores são capazes de fazer e realizar. Isso é nocivo e perturbador também para a ordem social (...) Quanto mais fiel for o respeito dos diversos graus sociais através da observância do princípio da subsidiariedade, tanto mais firmes se tornarão a autoridade e o dinamismo da sociedade, e tanto melhor e mais feliz será o Estado”**.

Outros Papas continuaram a explicitar o princípio da subsidiariedade, tirando conclusões ao nível da organização mundial. Por exemplo, João XXIII, na Encíclica *Pacem in Terris*, escreve: **“Como as relações entre os indivíduos, famílias, organizações intermédias e os poderes públicos das respectivas comunidades políticas devem ser reguladas e modeladas, no plano nacional, segundo o princípio da subsidiariedade, também, à luz do mesmo princípio, devem disciplinar-se as relações dos poderes públicos de cada comunidade política com os poderes públicos da comunidade mundial”**.

Parece-nos que se pode concluir que esta concepção da Igreja Católica influencia a posição da União Europeia.

#### 4. Do Conselho da Europa<sup>2</sup> aos nossos dias

No início dos anos 80 tivemos o privilégio de participar num seminário do Conselho da Europa em Estrasburgo sobre associativismo. Foi com alguma surpresa que então encaramos a principal conclusão deste encontro internacional e que consistia em afirmar que: **“competia às associações desenvolver e concretizar projectos nas diversas áreas de intervenção, (cultura, desporto, lazer, ambiente...), enquanto aos poderes públicas, (autarquias, administração regional e central do estado) estavam destinados os papeis de apoiar as associações e de apenas realizar aquilo que elas não pudessem fazer”**.

Na altura não compreendemos até ao fim esta ideia, apesar de ter sido profundamente debatida no Seminário. O que estava em causa era a aplicação do princípio de subsidiariedade ao movimento associativo, dando um carácter supletivo aos poderes públicos<sup>3</sup>.

Com o passar do tempo, passamos a entender que é no princípio da subsidiariedade que se baseiam os conceitos de descentralização e até de regionalização. Com o trabalho que desenvolvemos na ATC e com a experiência profissional nas autarquias chegamos a conclusões sólidas sobre a relevância deste princípio.

É mais fácil respeitar e concretizar nos dias de hoje este princípio, porque os cidadãos genericamente têm mais conhecimentos e mais cultura e por isso estão mais preparados para decidir e ter iniciativas, por outro lado, as tecnologias de informação facilitam imenso a circulação da informação e comunicação no “*espaço público*”, seja na pequena comunidade, seja à escala regional, nacional ou global.

A conceptualização do princípio da subsidiariedade passa por diversas áreas, que não cabe abordar neste artigo, como, por exemplo, no direito ou na economia. Ficámos-nos pela organização da sociedade onde acreditamos que ainda há muito caminho a percorrer para que seja compreendido, assumido e praticado por todos.

---

<sup>2</sup> O Conselho da Europa é a mais antiga Organização Europeia (existe desde 1949), e tem como principal função a luta pelos Direitos Humanos. Importa não confundir com o Conselho Europeu, um dos Órgãos da União Europeia.

<sup>3</sup> Ainda hoje nos documentos do Conselho da Europa o princípio da subsidiariedade é referido como um conceito chave da Organização.



The background features a light beige gradient. On the left side, there are several overlapping, semi-transparent geometric shapes in shades of brown and tan, resembling architectural elements or abstract forms. A large, dark brown number '5' is positioned in the lower right quadrant of the page.

# **Associativismo Local**



# O Associativismo na região do Vale do Ave<sup>1</sup>

por Licínio C. Lima<sup>2</sup>

Gostaria de começar pela leitura de um pequeno trecho, que depois comentaria, e que só no final gostaria de dizer por quem é que foi escrito.

...“O desenvolvimento da associação popular data, em Portugal, de 1848. Nesta época, surgiram alguns moços cheios de novas aspirações e lançaram poderosos alicerces ao edifício da Associação. Nas assembleias portuguesas e nos jornais apareceram novos apóstolos, inteligências reconhecidas e o princípio venceu inúmeros obstáculos que se lhe opuseram. A Associação Operária foi a Internacional desta época, sejamos justos. Todos os conservadores julgaram eminente um cataclismo social. Associar-se o Operário, pugnar pelos seus interesses, vincular os seus direitos, cuidar do seu presente e futuro, foi isso tudo julgado um crime.

Intentou-se pôr-lhe barreiras, mas foi impossível conter a corrente impetuosa da IDEIA.

O tempo veio depois mostrar a pureza da doutrina nova e as intenções sinceras dos seus interlocutores.

A Associação vinculou-se finalmente como uma instituição útil. E como semente fecunda começou a implantar-se em todo o País. Existem já algumas Associações, mas pouquíssimas. Que saibamos, havia apenas a Sociedade dos Artistas Lisbonenses, fundada em 38 e algumas Associações de socorros mútuos, fundadas depois de 1840.

A este período glorioso seguiu-se, porém, um Status Quo.

A Associação não morreu, tem-se alastrado, por assim dizer, em todo o País, mas sempre dentro da mesma esfera, sem atingir aquele grau de prosperidade a que deveria subir. A Associação tem hoje ainda, os mesmos vícios que tinha na sua infância, então desculpáveis, como sempre, na implantação de uma ideia nova.

Em mais de 20 anos de ensaios de diversas associações dever-se-ia ter encontrado uma forma determinada que a tornasse verdadeiramente útil”.

Este trecho, muito curioso, foi escrito por aquele que pode ser considerado o primeiro estudioso das Associações em Portugal, com uma obra relevante produzida sobre este assunto, com alguma projecção internacional, dado que era um indivíduo que partilhava frequentemente em Congressos Internacionais e que representava esta nova forma de associativismo emergente no País, em conjunto com outros pares de outros países. O seu nome é Costa Goodolphin, e este trecho pertence a um livro denominado, exactamente, “A ASSOCIAÇÃO”, editado pela Imprensa Nacional em 1876.

E comecei por este trecho, porque me parece que não obstante a colocação dos problemas ser feita ao estilo da época e com a linguagem da época se sintetizam aqui algumas ideias que considero fundamentais, que emergiram efectivamente a partir de meados do século XIX e com clara influência do pensamento Liberal e da emergência do Regime Liberal em Portugal. São ideias que continuam no cerne daquilo que pessoalmente entendo como ideias fortes, como ideias fundamentais de associativismo, que é exactamente a organização e a intervenção da sociedade civil face a todos os tipos de poderes e face a todos os tipos

.....  
<sup>1</sup> Este texto transcreve, com ligeiras adaptações, a gravação efectuada durante a realização do I Fórum das Associações Locais, realizado em 1991, Câmara Municipal de V. N. de Famalicão.

<sup>2</sup> Presidente da Unidade de Educação de Adultos – Universidade do Minho



de problemas. Obviamente aos poderes do Estado, e a todos os poderes tradicionais nas sociedades ocidentais, os poderes económicos, os poderes da Igreja, todos os poderes. De resto este autor e todos os outros de inspiração claramente anticlerical, entendiam na época que o Associativismo, para se desenvolver, teria que vencer dois obstáculos:

- A influência da Igreja.
- A influência do poder Económico.

Porque se tratava, como viram no texto do autor, duma concepção de Associação Popular muito voltada para vertentes que seriam, umas sindicais, outras de assistência. De certa forma algumas vertentes que hoje os sindicatos asseguram e outras que são resolvidas pelos sistemas mais ou menos desenvolvidos de segurança social, que nesta altura era um conceito obviamente inexistente.

Efectivamente, na primeira metade do século XIX, com o Regime Liberal, podemos afirmá-lo, existem já diversos tipos de Associações; as associações católicas, as conferências religiosas, e as irmandades de classes com fins religiosos, muito frequentes, e que vinha praticamente da Idade Média.

O que se começa a defender é a criação e emergência de um novo tipo de Associação com diferentes contornos – A Associação Popular – como o autor a define. A Associação Operária, com objectivos basicamente mutualista e de assistência. E é efectivamente este tipo de associação que começa a emergir com força na segunda metade do Século XIX, para continuar depois com novos contornos durante a Primeira República:

- As Associações de Socorros Mútuos;
- As Associações de Classe ou Fraternidade;
- As Caixas Económicas, etc.

Isto acontece, é claro, sobretudo nos grandes centros urbanos industriais, e não nas periferias ou nos meios rurais.

Vejamos num exemplo do Séc. XIX, como era caracterizada a actuação de uma destas Associações – “A Associação Fraternal dos Sapateiros e Artes que trabalham em cabedal”.

“Os operários reunidos em Associação formam um fundo para na doença lhes subadministrar um facultativo, os medicamentos precisos, um socorro pecuniário para suprir o trabalho, para lhes fazer as honras fúnebres com decência quando falecem, e na saúde para lhes dar trabalho quando falte, para lhes emprestar dinheiro por um prémio muito módico e razoável, para lhes dar instrução e a seus filhos, para lhes valer na ocasião de um roubo ou incêndio, para lhes dar pensão na inabilitação para o trabalho e no fim de tudo isto, para procurar em geral os seus interesses e desenvolver todos os melhoramentos possíveis na indústria de cada um”.

Isto é, estamos perante objectivos de assistência por um lado, de socorro mútuo, de solidariedade, de defesa de interesses, mas também perante objectivos educativos e objectivos de carácter sindical. Há aqui uma constelação de objectivos que aparece de forma relativamente sincrética e indiferenciada e são muitos desses objectivos que aparecem nestas primeiras associações que de alguma forma se vão desdobrar, se vão especializar e vão dar em muitos casos origem a associações diferentes, com vocações diferentes, tipologias diferentes.

Durante o regime republicano há novos desenvolvimentos baseados sobretudo numa grande mobilização urbana, e mesmo essa nos grandes centros urbanos, o que foi conseguido sobretudo na primeira fase do regime e que se desenvolve agora, algumas vezes de forma mais autonomizada, o sindicalismo, o coope-

rativismo, a organização de bibliotecas populares, a criação de grupos dramáticos, a criação de escolas para os filhos dos associados, a própria universidade popular, que teve uma intervenção muito grande através das conferências que promovia, e, datam ainda desta altura muitas tunas, orfeões, bandas de música, sociedades de instrução e recreio, algumas das quais ainda hoje se mantêm.

Nesta altura, durante o regime republicano, há talvez uma “ideia força”, que se destaca, que é o combate ao analfabetismo, considerado uma prioridade pelos responsáveis da República. Nesse sentido se criaram, frequentemente Bibliotecas Populares, aulas nocturnas, e como se dizia “aulas de história e de leitura”. Aquilo que o pensamento pedagógico republicano, nesta época, pensava que eram os instrumentos indispensáveis para a instrução popular, instrução popular essa que constituiria o “Divino Sol” – nas suas palavras – que redimira os homens e que lutaria contra a treva, o erro e o mal, que eram a ignorância e o analfabetismo. Efectivamente, hoje, as nossas concepções são bastante diferentes destas.

O regime republicano e muito pensamento pedagógico do início do século, entendia os analfabetos e o analfabetismo como uma espécie de doença, de praga social. Enfim, o próprio pensamento pedagógico foi evoluindo e hoje o que se reconhece é que qualquer indivíduo analfabeto, independentemente de o ser, carrega consigo saberes e experiências, conhecimentos que devem ser valorizadas e devem ser, até, muitas vezes tomados como ponto de partida para a sua educação e para a sua formação.

Relativamente a isto, deixo clara a minha opinião, porque tem havido alguma polémica, desde o ano passado em que se comemorou o Ano Internacional da Alfabetização. Eu não comungo da ideia de que o analfabetismo seja doença social, mas devo dizer muito claramente que não comungo da ideia de que o analfabetismo tenha atributos muito interessantes e que um indivíduo por ser analfabeto, apenas por o ser, tem atributos e qualidades superiores, ou tão admiráveis, que possamos cair na tentativa de fazer uma defesa da não-alfabetização, como se fez, como se ouviu dizer nos jornais, na televisão e na rádio, durante o ano que passou, por uma pessoa que era responsável por estas comemorações, e portanto, esta ideia de um certo antropologismo cultural, perdoem-me a expressão, de que um indivíduo puro deve ser preservado, de que o mundo letrado vai contaminar o analfabeto, parece-me tão perigosa e tão perversa como a ideia assente na república de que o analfabeto era um doente e o analfabetismo uma praga social, com a qual se deveria acabar.

Evidentemente havia na República uma concepção instrumental da alfabetização. Acreditava-se que se os analfabetos fossem alfabetizados seriam iluminados pela razão e seriam adeptos, seriam apóstolos, seriam militantes, diríamos hoje, da ideia socialista.

E digamos, é isto que leva muito pensador republicano a apostar desta forma, instrumental, na alfabetização. Embora, sejamos justos, a questão da alfabetização, em particular, tem sido ao longo das décadas, nos quais diversos Países e Continentes, um instrumento poderoso do ponto de vista da intervenção política. Paulo Freire, na década de 60, acaba por ser exilado do Brasil porque estava a alfabetizar bem, depressa e muita gente. E nessa altura, cada indivíduo que Paulo Freire alfabetizava era mais um eleitor que Paulo Freire conseguia nos Círculos de Cultura, porque a Lei do Brasil, nessa altura, só admitia como cidadãos eleitores, aqueles que fossem alfabetizados.

Portanto, estas questões andam, obviamente, profundamente relacionadas.

Durante o Estado Novo, como é conhecido, há estrangimentos profundos e dificuldades que se levantam a todo o tipo de prática associativa. Embora a Constituição de 1933 não eliminasse, absolutamente, o direito de associação e de reunião, o que a Constituição dizia é que esses direitos seriam todos regulamentados convenientemente pelas leis ordinárias, e depois as leis ordinárias vinham regulamentar proibindo muito tipo de associativismo, que vinha até antes da Constituição, do Movimento de Fevereiro de 27 – um

movimento de revoltosos que levou à extinção de muitas associações cívicas e políticas, na altura – uma lei especial que proibia as associações consideradas secretas e que hoje se pensa que foi feita de propósito para a Maçonaria. Portanto, a partir de 1933 com a Constitucionalização do Regime, o que acontece é realmente uma situação mais difícil ainda para as associações. Porque não há um associativismo, como hoje o concebemos, se não há liberdade de associação, de expressão, de reunião. Não há simplesmente associativismo, há, enfim, uma réplica disso, ou há outra coisa que se pretende passar por isso.

Como sabemos, a aposta, a grande aposta “associativa”, durante o regime de António Salazar, foi a aposta na ideia corporativa. As casas do povo (que foram criadas em 1933), as casas dos pescadores (que foram criadas em 1937) e várias iniciativas, passando pela FNAT mais tarde, são todas elas geralmente impulsionadas pelo Estado, da responsabilidade do Estado e do poder central. Isto é outro dos problemas, é que o corporativismo apesar de tudo, em Portugal, poderia ter desenvolvido a ideia de associação se tivesse, naturalmente, sido um corporativismo de associação. Nunca o foi: foi sobretudo um corporativismo de Estado, impulsionado pelo Estado e controlado pelo Estado e pelos poderes centrais, sem que os cidadãos nas periferias tivessem a possibilidade de tomar iniciativas de vulto e de substância nesta matéria.

Obviamente que este retrato altera-se, não digo substancialmente, mas, apesar de tudo, significativamente, por volta da década de 60, fruto de várias circunstâncias. Por um lado a actuação de diversas associações católicas que intervêm num novo estilo, por outro lado as associações académicas, particularmente activas durante a década de 60 – lembremo-nos da crise de 62 e mais tarde, no final da década, da crise de 69. A ideia de democratização do ensino que surge com força na última fase do regime anterior, e enfim, ligada profundamente àquilo que ficou conhecido como a “primavera marcelista” e a uma ideia de democratização do ensino que se torna uma ideia central da política de Marcelo Caetano e que na época é liderada pelo ministro Veiga Simão, há-de vir a consubstanciar-se numa reforma e no grande impacto das ideias, reclamadas, de autogestão, ideias da participação, etc., muito influenciadas ou pelo menos com os olhos postos no Maio de 68 em França, que tinha repercussões profundas na nossa camada estudantil.

Com o 25 de Abril, assistimos a uma alteração de todo o quadro político, sócio-cultural, e assistimos a um fenómeno, podemos dizer, de grande mobilização, com a possibilidade de emergência de novos tipos de intervenção associativa, novos tipos de associações, novos tipos de associativismo. E aparecem as associações de educação popular de base, surgem as comissões de moradores, de trabalhadores, os novos sindicatos, as cooperativas, surgem, enfim, associações muito diversificadas.

Todo este movimento está bem expresso, como uma linha de força maior e fundamental, na Constituição portuguesa. A ideia de participação é uma ideia repetida ao longo de todo o texto, nos mais diversos contextos, seja na saúde, seja na justiça, na educação, na política, enfim, em todos os contextos independentemente, obviamente, da realização de todos esses princípios, pois esse é já outro problema.

Porquê esta perspectiva histórica, diacrónica, muito breve?

Para percebermos que tudo isto tem profunda raiz no país e para percebermos uma ideia que me parece central relativamente ao associativismo. É que o associativismo e as associações estão profundamente marcadas pelos contextos políticos, sócio-culturais e económicos em que se integram, e portanto, esta breve viagem, permite-nos ver com alguma clareza, como as concepções sobre o associativismo e a tipologia das associações e a intervenção das associações vão variando de época para época, não apenas pelo tempo passar, mas porque o tempo passa significativamente com mudanças, quer de política, quer de ordem económica, quer de ordem social, etc.. Há uma relação muito importante entre o associativismo (entendido assim como uma ideia geral, uma ideia global) e o seu contexto (caracterizado a todos os níveis que quiserem, e há relação muito estreitas, como vamos ver!).

Muito generalizado no nosso país, este fenómeno do associativismo desperta muita curiosidade por parte de alguns especialistas estrangeiros que cá vêm e têm ficado muito interessados por este fenómeno. E alguns deles têm mesmo estudado o associativismo em Portugal. Dizia, muito generalizado no nosso país e designadamente no Minho o associativismo parece assumir formas e concentrar características predominantes consoante a geografia e os contextos sócio-culturais e económicos.

Encontramos, até, algumas tendências e uma tendência principal na base de algumas investigações realizadas na década de 80.

Temos estudado a situação do associativismo no alto Minho e no baixo Minho. Nos dois casos temos encontrado uma concentração das associações nos centros urbanos e dentro dos meios urbanos, nas freguesias urbanas e nas freguesias que são sedes de concelho.

Outra tendência é a concentração em zonas mais industrializadas e o afastamento das zonas rurais, na distribuição geográfica do associativismo.

Outra tendência é a relação entre o número de associações, por exemplo, e a densidade populacional dos contextos em que se integram. Aqueles que têm maior densidade populacional são os contextos onde é possível encontrar maior número de associações. E há até, uma tendência estatística – não lhe chamo lei, porque não está devidamente comprovada dentro desse universo das regras estatísticas – é uma tendência que se tem registado; é que parece que quantas mais associações encontramos numa dada zona, maiores probabilidades há novas associações serem criadas nessa mesma zona.

Dito de outra maneira, quando durante 8/10 anos acompanhamos a evolução da criação de associações, verificamos que há maiores probabilidades de serem criadas mais associações naqueles contextos em que há muitas, do que num contexto em que não há nenhuma aparecerem novas.

Isto é, as primeiras associações a surgirem num determinado contexto parecem ser de mais difícil criação do que em contextos que tradicionalmente tinham uma grande actividade associativa.

O Vale do Ave, e refiro-me basicamente a Fafe, Famalicão, Guimarães ou algumas zonas, tal como a zona, por exemplo, do Baixo Cávado, Braga, Barcelos, representam, no Distrito de Braga, áreas de forte implantação dos movimentos associativos, com elevado potencial para a intervenção sócio-educativa e para a participação em projectos de desenvolvimento local. Daria apenas alguns dados. Em 1979 iniciámos um projecto de largo alcance na Universidade do Minho; estudamos o associativismo no distrito de Braga. Interessava-nos estudar e inventariar as associações do Distrito que nós entendíamos que eram capazes de intervir, tinham algum potencial ao nível sócio-educativo. Portanto, não inventariámos todas, inventariámos aquelas que parecia que, com apoios adequados, teriam grande capacidade de intervenção na nossa área de especialidade que era a educação.

Em 1979 inventariámos 161 associações destas no distrito, das quais 49 no concelho de Famalicão. O que era na altura a percentagem mais elevada ao nível do distrito de Braga.

Mas vejamos aquelas concentrações, aquelas tendências. Por exemplo, neste trabalho realizado em 1979, publicado mais tarde, em 1982, os Concelhos de Fafe, Famalicão e Guimarães concentram 52% das Associações por nós estudadas. Portanto, apenas 3 Concelhos concentravam em 1979, 52% das associações que estudámos. Mas agora se entrarmos naquilo a que na altura se chamava o quadrilátero urbano, mais o concelho de Fafe, isto é os concelhos de Barcelos, Braga, Famalicão e Guimarães mais o concelho de Fafe, então essa percentagem sobe para 87,6%. Os Concelhos que formavam o tradicional “quadrilátero urbano” do distrito de Braga, que agora já não é quadrilátero porque Fafe também está incluído, estes 5 concelhos apenas, sozinhos, concentravam 87,6% das Associações.

Portanto, aqui registam-se, claramente, assimetrias de distribuição. Isto quer dizer alguma coisa! Isto significa que os concelhos de características mais urbanas e localizados predominantemente no litoral têm

uma situação mais favorável e que conforme se caminha para o interior, e Fafe já nesta altura estava claramente numa fase de transição, este tipo de indicadores e outros, ia obviamente mudando a ponto de podermos dizer, em muitos casos, que alguns concelhos do distrito de Braga pareciam, relativamente a algumas destas características, ter muito mais semelhanças com o distrito de Vila Real do que propriamente com o distrito de Braga.

Não apenas relativamente ao associativismo, mas também a outras variáveis: o desenvolvimento industrial, a agricultura, enfim...

Enquanto estes três concelhos de Fafe, Famalicão e Guimarães, concentravam 52% das associações do distrito, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto, juntos, concentravam apenas 1,2% em 1979. Há aqui uma clara associação entre o fenómeno do associativismo, o número de associações, a sua distribuição geográfica e as características de ordem económica, de concentração de serviços, do contexto urbano, da proximidade com o litoral face ao interior. Há aqui toda uma distribuição que nos obriga a pensar. Dados de 1989, apresentados pelo Governo Civil, calculados pelas Câmaras, pelo Instituto da Juventude, pela Direcção-Geral dos Desportos, mas em todo o caso, publicados em 1989 pelo Governo Civil de Braga, colocavam o distrito de Braga com 313 Associações, excluindo tanto quanto percebo, os grupos exclusivamente desportivos (foi o critério utilizado). E aqui os Concelhos de Fafe, Famalicão e Guimarães, concentravam 67,7% das associações. A tendência que registamos em 1979, embora com números diferentes, continua, portanto, a registar-se muito claramente, com dados de 1989 do Governo Civil.

Vila Nova de Famalicão aparece com situações muito diferentes, o que não me parece muito complicado, muito grave, porque todos estes questionários, estes inquéritos, estes levantamentos, são realizados com fins diferentes e naturalmente com critérios diferentes. O estudo publicado pelo Governo Civil, regista 27 associações em Vila Nova de Famalicão; em 1979, nós registamos 49 associações em Vila Nova de Famalicão, com o critério que nos interessava (Associações com impacto sócio-educativo). O plano plurianual da Câmara Municipal 1989/1990 e 1991 fala em cerca de 130 associações e hoje já ouvimos falar em 150 associações.

Há claramente esta tendência de concentração. Fafe, Famalicão e Guimarães concentram 30,9% das freguesias do Distrito de Braga. Mas, em número de Associações concentram 34,5% das associações do distrito de Braga, tomando como referência os dados publicados pelo Governo Civil de Braga.

Mas se entrarmos em consideração com os 5 concelhos, Barcelos, Braga, Fafe, Famalicão e Guimarães, estes 5 concelhos em conjunto têm 308 das freguesias em 511. Isto é, estes 5 concelhos concentram 63,3% das freguesias do distrito, mas em número de associações, concentram 67,7% das associações do distrito.

Quer dizer, a tendência é óbvia. A tendência é clara e permite-nos concluir, mesmo com uma análise muito superficial, que efectivamente as características do associativismo dependem muito do contexto em que as associações se situam.

Em 1985, fizemos uma investigação do associativismo no Alto Minho, publicada em 1986 pelo Centro Cultural do Alto Minho, e basta dizer que só os concelhos de Viana e de Caminha, por exemplo, concentravam 56,5% das Associações, e que por exemplo, as freguesias que são sede do concelho, ou seja as 10 freguesias que são sede dos 10 concelhos, concentravam 30% das associações. Isto é 3.5% das freguesias do Distrito concentram 30% das Associações existentes no Distrito.

Queria chamar a atenção para que, independentemente destas assimetrias de distribuição, obviamente que as associações podem ter um impacto extremamente relevante no desenvolvimento local. Nas vertentes da fruição cultural, da animação, da ocupação dos tempos livres, do convívio, numa certa dimensão recreativa. Esta dimensão é possivelmente a mais tradicional do associativismo, nas últimas décadas, mas também as vertentes da participação, da discussão, da solidariedade, da sensibilização, são relevantes.

Estamos aqui perante a dimensão cívica ou a democratização da democracia, se quiserem (e aqui parece-me haver um défice), ou ainda, a intervenção comunitária, a resolução dos problemas locais, os projectos sócio-educativos. E estamos aqui perante a dimensão sócio-educativa e do desenvolvimento local, com grande potencial, onde muita coisa se tem feito e muitas outras coisas se têm vindo a fazer. Eu creio que temos de reflectir sobre esta riqueza, este potencial, que é o associativismo, que são as associações. Mas também reflectir sobre as concepções de associativismo. Em estudo publicado em 1986, procurava referir três concepções distintas de associativismo e procurava justificar qual é aquela que, em meu entender, nos interessa mais.

Uma concepção é a que entende que o associativismo anima. São coisas interessantes, capazes de trazer alguma alegria e algum colorido à vida quotidiana dos cidadãos. Apela portanto para a vertente recreativa e para a expressão de certos valores culturais, tradicionais, tomando no entanto como referência normativa a cultura erudita e a cultura dos grandes centros urbanos. É uma concepção baseada num modelo centralista que interpreta a participação democrática, política, cultural, social, etc., como a participação nas instituições do poder político, ou pelo menos naquelas que lhe são próximas. Ora, num contexto centralizado como é o nosso é fácil compreender que os actores principais, nesta concepção, são aqueles que se situam no centro e não nas periferias.

Outra concepção, que pode de resto ser relacionada com a primeira é aquela que centra o seu interesse no associativismo como forma privilegiada de enquadrar ideologicamente os cidadãos e os seus agrupamentos no sentido da reprodução cultural e ideológica, qualquer que seja o seu signo dominante, em cada caso.

Tomando como referência certos valores políticos, culturais, ideológicos e outros, pretende fazer estendê-los às associações que agora se tornam apetecíveis instrumentos de poder, utilizados para a legitimação de uma determinada ordem social, como que a extensões do poder político. A participação é aqui, geralmente, bastante condicionada àqueles valores, evoluindo muitas vezes para uma colaboração orgânica e para a comunhão com esses valores, tirando partido quer da militância daqueles que se situam no quadro das orientações políticas previamente definidas, quer da passividade de maiores ou menores estratos da população, pois estes, podendo constituir uma resistência passiva, têm no entanto as vantagens de não se assumirem organizadamente para a contestação, embora na prática, mais cedo ou mais tarde, acabem por o fazer, como também se tem visto neste início da década de 90, mesmo a nível internacional.

Finalmente, uma outra concepção é aquela para quem as associações representam um factor nuclear para a promoção da participação dos cidadãos a nível comunitário. Assume assim as vantagens de um modelo tendencialmente descentralizado e idealmente de carácter regional. Aqui as associações ganham importância, como interlocutores válidos com o poder político e elementos fundamentais de uma estratégia de desenvolvimento regional e local. As vertentes educativas de participação no desenvolvimento e na resolução dos problemas, a consciencialização dos cidadãos, sobrepõem-se às vertentes meramente recreativas – não se trata de menosprezar as actividades recreativas e de ocupação dos tempos livres, mas, antes, de as integrar como instrumentos activos de uma determinada prática democrática.

A participação não se limita nesse caso à fórmula representativa, estendendo-se a novos domínios e influenciando mais directamente as instâncias do poder político, sobretudo nos órgãos do governo regional e local, autarquias e outras instituições locais.

Terminava chamando a atenção para o que, em meu entender, são as duas linhas de força essenciais para o desenvolvimento do associativismo:

- Organização
- Participação

Isto é, é preciso organizar e reorganizar as associações locais numa base de participação democrática, e sobre isto há uma polémica muito interessante, entre dois autores estrangeiros, sobre as associações portuguesas, designadamente dos distritos de Braga e de Viana do Castelo. Um afirmando claramente que as associações são o principal suporte de uma democracia genuína e espontânea e o outro, dizendo que não é fácil aceitar a argumentação do primeiro porque há dados que sugerem que as associações, e estou a citar, têm um sistema de trabalho hierárquico e antidemocrático. Esta é uma chamada de atenção para as duas faces do problema. A visão optimista e a visão pessimista. Eu comungo da posição intermédia e reconheço as duas coisas.

A segunda vertente é a formação dos recursos humanos e da intervenção em termos de projectos. É fundamental, é o que de mais rico têm, não é a máquina fotográfica, os slides, o material que estão sempre a pedir (as associações queixam-se muito!). Penso que mais do que em equipamentos se deve investir em pessoas e em processos de formação, que permitam às associações terem projectos e não terem actividades isoladas. E os apoios possivelmente têm que mudar, até como pedagogia para as associações poderem mudar – concursos de projectos abertos pelas Câmaras e pelas instituições responsáveis por financiamentos, com contratos-programa com as associações, com avaliação dos resultados esperados pelos promotores. Os poderes públicos têm que financiar o associativismo perante regras claras, projectos claros, propostas claras, que possam ser avaliados. Porque ninguém pode dar dinheiro a ninguém e depois não saber, passado um ano ou seis meses o que é que aconteceu. É uma desresponsabilização social tão grande da autarquia, ou de outra instituição, como da associação que trabalha neste esquema.

Evidentemente que isto exige muita coisa; exige um investimento também das próprias autarquias e das outras instituições na contratação de técnicos especializados, capazes de fazer esta triagem, capazes de fazer esta análise de projectos, capazes de fazer a avaliação dos projectos e sobretudo de os acompanhar e apoiar.

É todo um novo quadro que deixo para debate e para reflexão.

# As associações culturais de base e o trabalho de projecto

## 17 sugestões de um estudante interessado

por Augusto Santos Silva<sup>1</sup>

(As sugestões seguintes são reflexões que o estudo de algumas associações e colectividades populares locais tem despertado ao signatário. Devem ser entendidas unicamente como sugestões, feitas com base no princípio de que as decisões cabem aos interessados).

1. **Não** desvalorizemos o que, em circunstâncias de formação e renovação ou por confronto com outros modelos de acção e organização, nos pode parecer como o passado ou a rotina associativa (a sede reduzida a bar, as actividades reduzidas ao convívio, ver a televisão e jogar como práticas habituais). A função **convivial** das colectividades locais, o que elas propiciam como encontro regular entre pessoas próximas, momentos de lazer e comunicação entre pares, é um dos principais patamares da vida social local.
2. Mas também não sacralizemos a inércia, não pensemos que a função convivial e a rotina quotidiana são os únicos horizontes possíveis. Há sempre novas oportunidades que surgem, novas coisas que podem ser tentadas, novos ensaios e experiências. A associação, porque feita de **pessoas vivas**, é um grupo dinâmico.
3. O ponto principal parece-me ser, portanto, este: **é possível inovar sem provocar rupturas irreversíveis**. É possível assimilar novas referências e tentar novas actividades comuns, sem ter, por isso, de sacrificar as rotinas conviviais, sem ter de penalizar e excluir os que vêm na sede da colectividade sobretudo um lugar de encontro e lazer, no modo de praticá-los, antigo, em que se reconhecem. A verdadeira inovação é aquela que arrasta pessoas, que entusiasma pessoas que a fazem sua, não é a faca espetada, em nome do progresso, no peito uns dos outros.
4. As associações não têm de ser grupos perfeitamente homogéneos, onde cabem apenas pessoas com a mesma formação, os mesmos interesses e os mesmos objectivos (às vezes, quase com a mesma idade). Pelo contrário. **A actividade cultural faz-se no plural**. E quanto mais a associação conseguir incluir – harmonicamente, claro, equilibradamente, sem tensões e conflitos irreparáveis – a diversidade, mais enriquecida fica.
5. Esta maneira de ver tem especial pertinência no caso dos grupos mais jovens. Há, por vezes, a tentação de criticar a juventude, ou porque não manifestaria interesse na vida associativa, ou porque só pensaria em actividades “inúteis” (ou até “escandalosas”); quando o que há que perceber é que, como seria de esperar, cada nova geração traz novas referências, novos valores, novos modos de comunicar, festejar, exprimir-se. **Uma associação viva precisa da “diferença” juvenil**, precisa de ser suficientemente aberta e flexível para permitir e integrar projectos jovens.

.....  
\* Texto apresentado no Seminário: “Planeamento de equipamentos culturais, desportivos, sociais e desenvolvimento local”, realizado em 1992, Câmara Municipal de V. N. de Famalicao.

<sup>1</sup> Universidade do Porto.



6. Uma associação desenvolve actividades. Quando se insiste na ideia de projecto, procura mostrar-se que **as actividades devem ser articuladas**. Não fazer só porque é preciso fazer alguma coisa, ou porque sempre se fez assim, ou porque alguém se lembrou agora: fazer, sim, uma série de actividades, porque elas, ligadas entre si, favorecendo-se umas às outras, permitem atingir certos objectivos comuns.
7. Neste sentido, na ideia de projecto, **de trabalho associativo por projecto**, interessa menos que se defina este ou aquele tema. Interessa, sim, que se definam temáticas, amplas mas precisas (a educação para a saúde ou a prática desportiva amadora ou a animação infantil, por exemplo). E que assim se definam objectivos, se identifiquem necessidades, recursos e dificuldades, se procurem apoios, se organizem actividades, se tome pulso à aceitação local delas, à participação local nelas, se vá avaliando o trabalho, alterando o que for preciso e possível alterar...
8. O projecto, ter um projecto associativo – isto é, ter a associação uma ideia, uma “filosofia” própria de actuação, conduzir uma acção continuada e coerente, propor-se atingir certas metas e realizar para isso certas coisas, ter iniciativa – é uma condição prévia, necessária e favorável para obter apoios, em particular os financeiros, que não sejam meramente pontuais. Não o contrário. Ter só o dinheiro (ou a sede, ou os equipamentos) não favorece automaticamente a definição de projectos; ao passo que **a boa definição de um projecto, de interesse público, é meio caminho andado para obter apoios**.
9. A organização das actividades associativas como projectos facilita também, amplamente, a **comunicação entre associações**. Associações que se conhecem umas às outras, que sabem quais são os projectos, os objectivos, os princípios e os métodos de cada uma, estão em boas condições de estabelecer trocas que a todas tragam vantagens. Trocas entre parceiros, que se complementam na própria medida em que querem e fazem coisas diferentes, ou trabalham em situações diferentes, mas aproximadas. A troca de informação, a utilização de um mesmo espaço, o lançamento de actividades comuns, o empréstimo de materiais, equipamentos, ideias, a circulação de membros, tudo isso se faz muito melhor se soubermos para o que serve, que objectivos serve – em que projectos ganha sentido.
10. Um projecto associativo não deve ser fechado sobre a associação. **Um projecto associativo deve ser aberto sobre o meio social da associação**. Actividades em círculo fechado rapidamente degradam a associação, de organismo social vivo para clube restrito de amigos. A recusa da abertura ao exterior é factor de algumas viciações do ideal associativo que são conhecidas – em particular a transformação de colectividades em “quintas” ou “grupos de fiéis” de um ou alguns “donos”. O fechamento traz a repetição que desmotiva os membros, traz a imagem de coisa parada que desmotiva novos aderentes e prejudica a aceitação e o suporte social da colectividade local. A associação é uma reunião de pessoas para trabalhar, enquanto pessoas, com as suas ideias, as suas energias, as suas limitações, com e para pessoas.
11. **Não há que ter medo de utilizar abundantemente, na actividade associativa, os novos meios de formação, comunicação e actuação que vão sendo divulgados, no nosso tempo**. Uma boa actividade associativa, virada para pessoas e atenta à cultura delas (ao seu passado, às suas tradições, aos seus interesses) pode, ao mesmo tempo, ser uma actividade claramente moderna, que usa e aproveita tudo o que do novo lhe pode ser útil. Que não tem medo de recorrer ao vídeo, à televisão, à rádio, de se servir de computador se for preciso, de combinar a defesa do património com a banda desenhada, o folclore com a música moderna, o futebol com a dança-jazz, que não

tem medo de considerar como suas as questões actuais, da formação profissional à integração local da escola básica, da segurança rodoviária às festas municipais, do apoio às crianças aos lazeres.

12. Uma associação tem de ser organizada porque uma organização mínima é indispensável para a realização de actividades, e uma boa organização é uma condição favorável para a realização de actividades interessantes e consequentes. Nós não legalizamos os nossos grupos, nem fazemos assembleias gerais, nem elegemos direcções, nem escrevemos actas e ofícios, nem pedimos a declaração de utilidade pública, nem gastamos muito tempo em reuniões, nem pressionamos autoridades, pelo simples prazer de o fazer – porque gostássemos de ser presidentes de qualquer coisa, ocupar o tempo de qualquer maneira, mostrar que temos boa letra, dizer que somos mais que os outros, ou frequentar os gabinetes de notáveis. **A estrutura organizativa é um meio para realizar actividades.**
13. Isto quer dizer três coisas: **a primeira é que a organização associativa ganha se for leve**, se a formalização não desembocar em formalismo, se nós construirmos um modo de trabalhar que nos permita obter reconhecimento público (e, então, há certas regras legais que devem ser cumpridas) e nos permita trabalhar duradouramente em conjunto. Não é preciso transformar as associações em burocracias para organizá-las! Pelo contrário, aqui como no resto, a burocracia só traz desorganização.
14. O segundo ponto a reter é que nos **organizamos para que os nossos actos tenham continuidade e suporte**. Para que as actividades não dependem só do esforço ou do interesse deste ou daquele, mas que sejam suportadas por um colectivo de pessoas e por estruturas de apoio (equipamento físico, certos materiais próprios, fundos próprios...). Para que a nossa acção tenha sequência, adquira uma história, tenha um futuro possível. Para que uma sensata combinação de esforços permita maiores e melhores resultados. É para isso que, se necessário, criamos departamentos, dividimos funções e tarefas, etc. **Para que a organização seja um factor de unidade** – para que cada um se reconheça numa associação que é mais do que ele, no sentido em que é uma comunidade de pessoas, mas de que é parte integrante.
15. O terceiro ponto é que nos organizamos, como associação, neste exacto sentido em que nos **queremos associar, reunir, isto é, fazer em conjunto as coisas que em conjunto decidirmos fazer**. É a nossa maneira, local, pequena, mas por isso mesmo básica, de praticar o método democrático na tomada de decisões. A associação é também isto: mostrar que, fora do mundo político em sentido estrito, mas no coração da própria vida colectiva, e em várias dimensões dela – para jogar futebol ou para fazer teatro, para lançar um jornal ou para assistência social... – nós sabemos **agir como cidadãos, que se unem para tomar uma iniciativa e para tomar a iniciativa e conduzi-la colectivamente**. Por isso é que é tão importante que as direcções sejam eleitas, e não se arrastem de mandatos para mandatos por falta de interessados ou porque os que estão não querem pensar sequer na hipótese de dar o lugar a outros. Por isso é que é tão importante que as assembleias se façam, os sócios estejam informados, as actuações sejam públicas, as contas transparentes, para que o poder na associação seja, como é do interesse democrático que seja, um poder à vista de todos e controlado publicamente. E por isso é que é tão importante que qualquer actividade seja planeada e executada por um grupo, que os sócios e os parceiros participem efectivamente, como animadores (e não apenas eleitores) na concepção e na realização das coisas.
16. Esta filosofia democrática e activa de actuação parece crucial. **Associamo-nos para podermos deter uma iniciativa, uma iniciativa de pessoas comuns e uma iniciativa colectiva**. É isso que

valorizamos. Não nos associamos para esperar, para pedir, ou para servirmos de jarra de cristal entre as instituições, as autoridades e os notáveis do nosso meio. Não nos associamos para perguntarmos ao Estado, às empresas, às Igrejas, aos partidos, aos beneméritos o que podem fazer por nós (**em vez** de nós). Associamo-nos para fazer, tentar, errar e aprender com o erro, para **sermos sujeitos**, para propormos coisas, para realizar coisas possíveis, que têm para nós um sentido e uma utilidade (e a utilidade pode bem ser o nosso simples gosto de nos encontrarmos uns com os outros) – e, identificados os nossos recursos, os nossos limites e as nossas carências, procuramos então os parceiros (que podem ser o Estado, as empresas, etc.), que possam contribuir para potencializar os recursos e diminuir as carências. Na lógica da parceria e não da dependência.

17. A associação pode ser comparada a uma casa. Para construí-la, há, pois, que lançar alicerces sólidos, com os materiais de que dispomos. Há que abrir janelas amplas por onde possamos ver o mundo, portas para sairmos e entrarmos, portas abertas para outros nos visitarem. Não devemos começar pelo telhado, nem imaginar logo grandes arranha-céus federativos. Mas devemos olhar para os vizinhos.

# Município e Associativismo<sup>1</sup>

por Artur Sá da Costa<sup>2</sup>

*“A ideia de associação e de associativismo é defendida, entre nós, desde meados do século passado; a par das Associações Católicas, das conferências religiosas, é criado um novo tipo de associação com objetivos mutualistas e de assistência – as associações de socorro mútuo, as associações de classe ou fraternais, as caixas económicas ...”*

As palavras acima transcritas, de Licínio C. Lima, proferidas, em 1991, no I Fórum das Associações Locais, de Vila Nova de Famalicão, localizam as raízes históricas do associativismo popular, mas, sobretudo, revelam-nos o aparecimento de um “novo tipo” de associação, livre das peias corporativas medievais, e assente na sociedade civil, que permanecerá vivo, embora sempre em permanente mutação e adaptação, até aos nossos dias.

Com efeito, os estudiosos do século dezanove e, em particular, dos primórdios do movimento operário, tropeçam com a existência e a implantação deste tipo de associativismo, emergente da extinção das corporações de artes e ofícios, e em natural convívio com o ideário liberal.

Costa Goodolphim, pioneiro no estudo do associativismo oitocentista, afirma, no seu livro, justamente intitulado “A Associação, História e Desenvolvimento das Associações Portuguesas”, publicado em 1876, que “o desenvolvimento da associação popular data, em Portugal, de 1848”.

Por seu lado, o historiador e actual Presidente da Câmara de Oliveira do Hospital, César Oliveira, depois de observar, no prefácio à reedição de 1974 daquele trabalho, (Seara Nova, Biblioteca socialista portuguesa), que 1838 é a data da primeira associação operária portuguesa, explica: “o grande período do associativismo a que o livro se refere é, de facto, o compreendido entre 1851 e 1872. De resto, este surto do movimento associativo acompanha o crescimento urbano, a construção das primeiras linhas-férreas, a importância crescente da imprensa, a maior difusão de ideias e, mais que tudo, o desenvolvimento económico inaugurado em Portugal pela política dos melhoramentos materiais, de iniciativa de Fontes Pereira de Melo, em 1850/51”.

Licínio Lima, o autor já referido, detecta mais dois períodos de expansão e afirmação do associativismo: na 1ª República, e após a revolução de 25 de Abril de 1974.

Para aquele professor, o associativismo está “profundamente marcado pelo contexto sócio-cultural e económico”, a que se poderia acrescentar o contexto político para se entender o período de regressão e asfixiamento do movimento associativo no “Estado Novo”, e a explosão associativa daquele nas duas revoluções portuguesas deste século.

Aliás, para bem compreender aquela relação entre o ambiente sócio-político e o associativismo, basta observar o que se passou, durante a 1ª República, em torno do ideário republicano da instrução popular, e do combate ao analfabetismo, com destaque para a criação de bibliotecas populares, cooperativas e sociedades de instrução e recreio. Todas foram, e ainda hoje são reconhecidas, bandeiras que floresceram e multiplicaram-se porque tinham ambiente favorável e terreno preparado para a sementeira.

.....

<sup>1</sup> Texto escrito para o catálogo da exposição “AssociArte. Associações – parceiros para o desenvolvimento”. Câmara Municipal de V. N. de Famalicão, 1993.

<sup>2</sup> Director do departamento de Educação e Cultura, Câmara Municipal de V. N. de Famalicão.

Do mesmo modo, todos nós convivemos com a explosão associativa, no post-25 de Abril de 1974, traduzida pelas, entre outras, associações populares de base, comissões de moradores e associações de defesa do património, que o gráfico 1 documenta de forma impresviva.

É esta ideia associativa, este movimento associativo popular, com um percurso histórico centenário, variável no tempo, em função do contexto político, sócio-cultural e económico, mas sempre igual no idealismo, na capacidade de auto-organização e de mobilização popular, no voluntarismo, e, acima de tudo, na afirmação da sua autonomia, face aos poderes políticos, estaduais ou autárquicos, partidários e religiosos. É este ideal associativo de amplitude nacional, esta realidade associativa generalizada a todo o país, embora com implantações regionais desiguais, com características afeiçoadas ao regime democrático vigente, onde as liberdades democráticas são exercidas, e impera um poder local autónomo. É este associativismo que aqui nos ocupa, nomeadamente, nesta exposição, e com o qual temos convivido e trabalhado ao longo dos últimos anos, organizando debates, encontros, seminários, editando o “Jornal das Associações”, e promovendo, nos últimos três anos, a “Feira das Associações”, desta vez baptizada de “Associ’arte”, uma edição em formato grande, alargada no tempo, ambiciosa nos meios que mobiliza, e generosa nos objectivos que visa alcançar.

### O Associativismo que temos

São mais de duas centenas as associações que, neste momento, estão, entre nós, em funcionamento. Seriam ainda mais se contabilisássemos as que existem no plano jurídico sem testarmos o que realizam, para abatermos as que hibernam, ou entram em período de inactividade. E o número mais aumentaria se entrássemos em linha de conta – o que poderá revelar-se um processo adequado para a identificação da real dimensão e efectiva capacidade do movimento associativo implantado – com a pluralidade e diversidade das actividades praticadas, por algumas associações. É certo que a maioria dos estatutos associativos mencionam uma multiplicidade de fins, sugerindo uma amplitude de sectores de actividade. Acontece, no entanto, que em regra, as associações especializam-se em certo tipo de objectivos sociais, nem sempre imutáveis no tempo, que se alteram, na maior parte dos casos, em função das equipas dirigentes. Hoje temos registadas cerca de uma dezena de associações (4,72%), que mantêm uma actividade polivalente, acumulando a área cultural e recreativa, com a desportiva e, por vezes, a solidariedade social (v.gráfico2). As restantes, ou são exclusiva, ou predominantemente, “desportivas”, ou de “solidariedade social” (v. gráfico 3).

Para nós, as associações de que aqui falamos são as “associações em geral”, ou mais especificadamente, as “colectividades de cultura e recreio”, que Joran Norbeck identifica no seu trabalho “Popular Associations for Development”. Excluímos, pois, os sindicatos, as cooperativas (não as de índole cultural), os grupos informais e as associações de natureza ideológica e confessional e, é importante sublinhá-lo, só contabilizamos aquelas que conhecemos por contacto directo, por via de uma relação permanente de trabalho e cooperação que com elas mantemos, e através de inquéritos anuais que realizamos. No fundo, o que nos interessa é o associativismo popular, que junta cidadãos, enquanto munícipes ou fregueses, que buscam convívio, o recreio, a diversão, a prática desportiva, ou a formação cultural. Mas, que simultaneamente, e enquanto grupo, lutam pelo bem-estar e progresso da terra que habitam, promovendo a cultura, a arte e o desporto ou a segurança social.

Dentro deste conceito de “colectividade de cultura e recreio” cabem certamente as “associações culturais e recreativas” (20,75%), e as “associações desportivas” (35,85%), a que adicionamos as “associações de carácter misto”, visto que praticam actividades naquelas duas áreas (v.gráfico 2).

Mas, ao lado daquelas associações temos por hábito, por razões que se prendem com a nossa actividade profissional no âmbito do município, agrupar as “associações de solidariedade social” que, neste momento, já têm um peso percentual de 13,21%, e as associações de “estudantes e pais” que representam 8,49%, com as quais mantemos uma relação de colaboração para a área escolar. Convém referir que estamos apenas perante um critério prático de agrupamento das associações locais, que vimos adoptando, e que tem a vantagem de permitir com facilidade o seu enquadramento em áreas de trabalho.

É assim que, com base naquelas categorias, temos em funcionamento no Departamento de Cultura, três gabinetes de atendimento (um para a área desportiva, outro para a cultura e um terceiro para o sector social). Do mesmo modo, os planos de apoio financeiro, ou para a construção de equipamentos associativos, que anualmente lançamos conjuntamente com as associações, assentem nos mesmos critérios.

Em Famalicão o movimento associativo popular não foge à regra da região. O Vale do Ave (Fafe, Famalicão, Guimarães), tal como o Vale do Cávado (Barcelos, Braga) representa no distrito de Braga, ainda de acordo com Licínio Lima, áreas de forte implantação dos movimentos associativos.

Assiste-se, no entanto, a uma distribuição geográfica, dentro do nosso concelho, desigual e desequilibrada. Na verdade, somente em duas freguesias do concelho (Abade de Vermoim e Bente), não existe qualquer tipo de associação. Em contrapartida, em algumas delas, nomeadamente, na área urbana da cidade (com destaque para V.N. de Famalicão e Calendário), e nas vilas de Joane, Ribeirão e Riba d’Ave, verifica-se a sua concentração (v.gráfico 4).

O mesmo desequilíbrio também se detecta no tipo de associações implantadas: enquanto que no sector desportivo apenas quatro freguesias do concelho (Abade de Vermoim, Bente, Castelões e Lagoa) não possuem associações, no plano cultural e recreativo esse deficit aumenta para catorze freguesias. Podemos assim concluir que o movimento associativo tem uma forte implantação em Famalicão, mas apresenta distorções e desequilíbrios nos planos geográfico e sectorial. Mesmo no sector cultural e recreativo predominam (34,25%) os ranchos folclóricos, havendo algumas áreas, como o cinema, teatro, artes plásticas, ambiente e consumo, onde a debilidade associativa é acentuada ou inexistente (v.gráfico 5).

### **Associações Locais: Parceiros para o Desenvolvimento**

Fazer das associações locais parceiros sociais do município, é tarefa do futuro, que reclama dos governantes e autarcas sensibilidade e abertura para a riqueza e força do movimento associativo. Elas são a voz local, que defende e protagoniza os interesses e aspirações dos grupos sociais e das comunidades. A capacidade organizativa e mobilizadora, de que têm dado provas, fazem delas um motor privilegiado para a resolução dos problemas, ou para a promoção de iniciativas, sejam de natureza social, desportiva, cultural ou recreativa. Além do mais, o movimento associativo desempenha um papel relevante na formação cívica, e na educação não formal, sendo um poderoso factor de intervenção e participação, contribuindo, desta forma, para o aprofundamento e “democratização da democracia”. Creio que terá sido isso que levou o investigador Juan Mozzicafreddo a observar que a compreensão do poder autárquico – a sua essência – só se atinge se se tiver em conta as funções e responsabilidades “sociais e políticas”, actualmente desempenhadas pelas associações locais.

Há mesmo quem vá ao ponto de aferir o funcionamento das liberdades democráticas pelo “grau de autonomia das colectividades locais”. Se há característica, como vimos atrás, que define – até pela sua persistência ao longo da sua história – o movimento associativo popular é a sua autonomia e independência face

aos poderes, nomeadamente, o político. O associativismo sem liberdade não morre, assume sim feição de resistência, visível, aliás no regime do Estado Novo.

Em todo o caso, a sua autonomia pode ser afectada em função do comportamento assumido pelos autarcas. Num inquérito de 1986, aos presidentes de Câmara do país, o referido investigador, pode constatar que aqueles autarcas consideram “extremamente útil a existência de associações desportivas, recreativas e culturais”. Todavia, se os presidentes de Câmara não negam a utilidade da existência das associações, apurou-se também que eles não as consultam regularmente nos processos de tomada de decisão. No já citado inquérito, “metade confessa que as consultam regularmente. Contudo, “chegamos à conclusão de que a maior parte dessas formas de consulta são irregulares e informais, e se processam, fundamentalmente, ao nível dos contactos individuais e das afinidades políticas” (in, Gestão e Legitimidade no Sistema Político Local, Juan Mozzicafreddo, e outros, Escher, 1991).

Não basta, contudo, inventarmos mecanismos de diálogo e consulta. É imprescindível criar um quadro legal que defina o relacionamento institucional entre autarquias e associações, que delegue competências, e distribua os apoios, nomeadamente os financeiros. Entretanto, é possível envolvê-las, no dia a dia, e fazê-las participar nos planos de acção municipais. É isso que a Câmara Municipal tem procurado concretizar nos últimos anos, quer promovendo encontros e fóruns associativos, fazendo a avaliação e discussão conjunta dos problemas e carências das associações e das localidades, quer celebrando com elas protocolos, tendo em vista a criação de infraestruturas e equipamentos, cuja necessidade ninguém poderá contestar, em face dos dados constantes dos gráficos 6, 7 e 8, os quais fazem uma radiografia das carências (enormes) do concelho. Elas podem substituir, com vantagens, em certas tarefas, e em áreas específicas, as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia. Não apenas na promoção de espectáculos, ou na realização de provas desportivas, onde se sentem no seu ambiente natural. São também excelentes alternativas para a realização de obras e melhoramentos locais, designadamente para a implantação de redes de equipamentos colectivos, sócio-culturais, desportivos e sociais que as populações há muito reclamam, e que o seu bem-estar exige.

Gráfico da antiguidade das Associações Locais

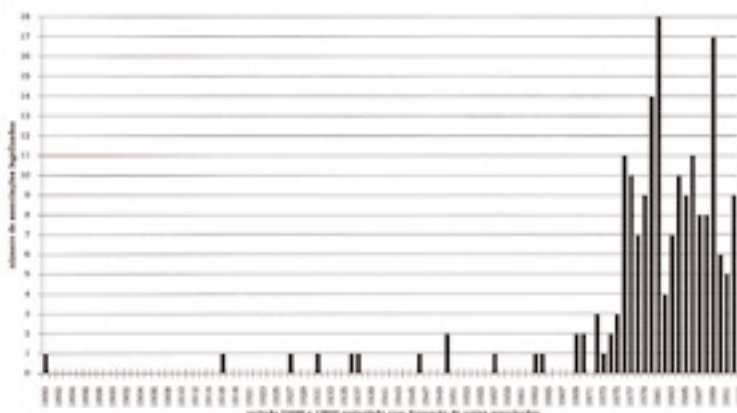


Gráfico da distribuição dos vários tipos de associações pelas freguesias

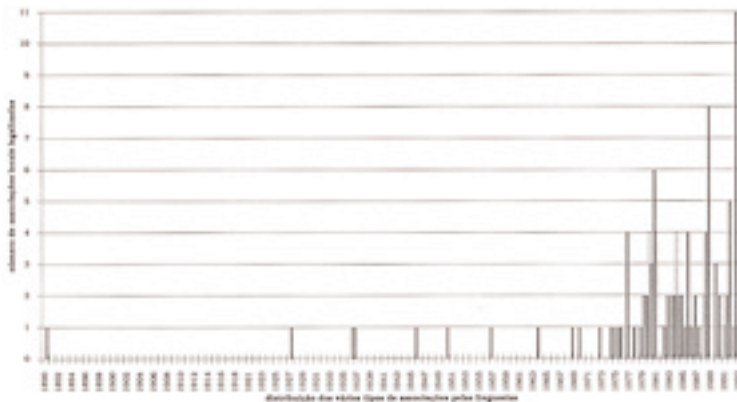


Gráfico da distribuição dos vários tipos de associações pelas freguesias

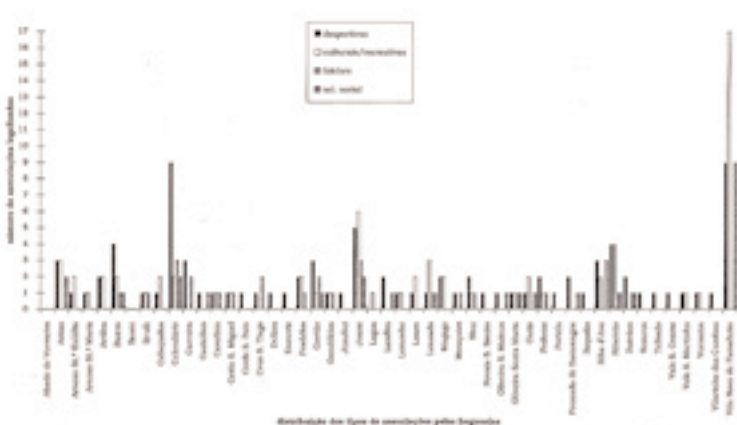


Gráfico da antiguidade das Associações Desportivas

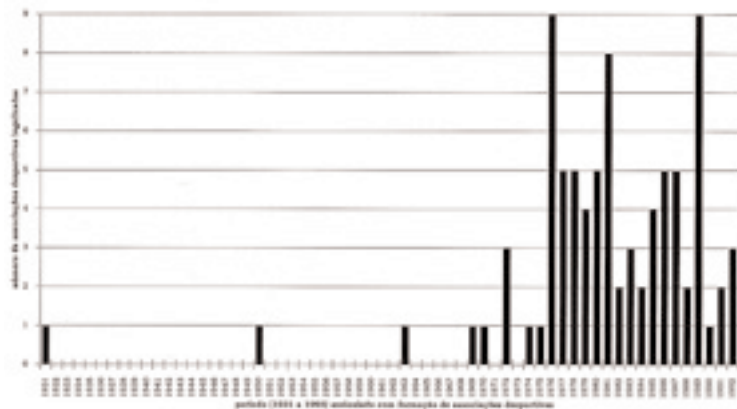




Gráfico da antiguidade dos Grupos Folclóricos

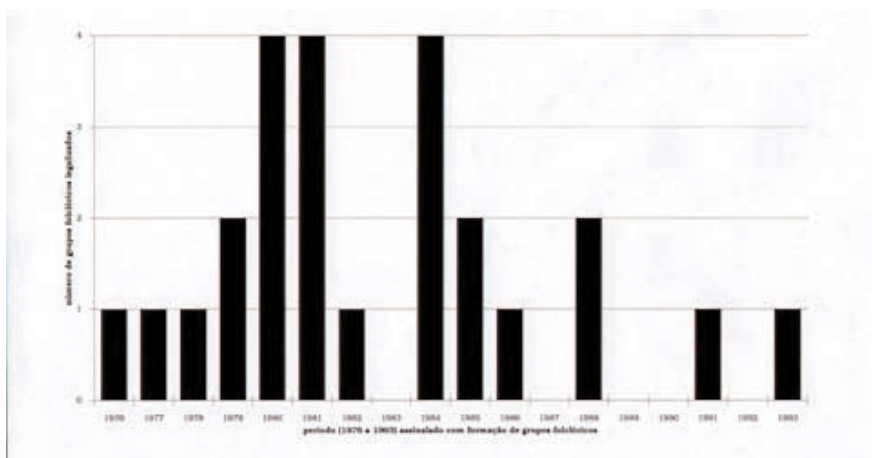


Gráfico da antiguidade das Associações de Solidariedade Social

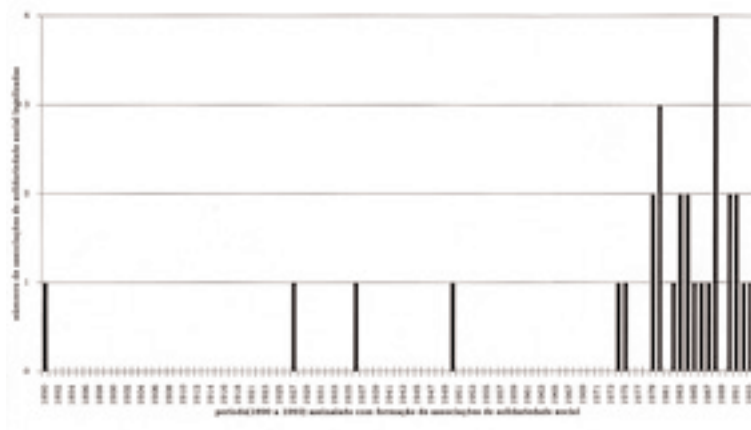
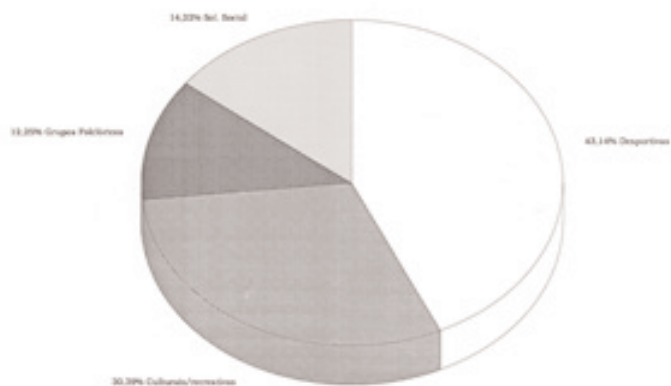


Gráfico da relação da percentagem das associações







A stylized, monochromatic architectural drawing of a building facade. The drawing uses various shades of gray and brown to create depth and shadow. On the left side, there is a prominent vertical structure, possibly a wall or a column, with a dark rectangular opening. To the right of this structure, a flagpole extends upwards, with a flag flying. The background is a light, uniform gray, which makes the darker architectural elements stand out. The overall style is minimalist and graphic.

**Biblioteca Municipal  
Camilo Castelo Branco**



# Os Manifestos de Carvalho de Travassos

por Luísa Alvim\*

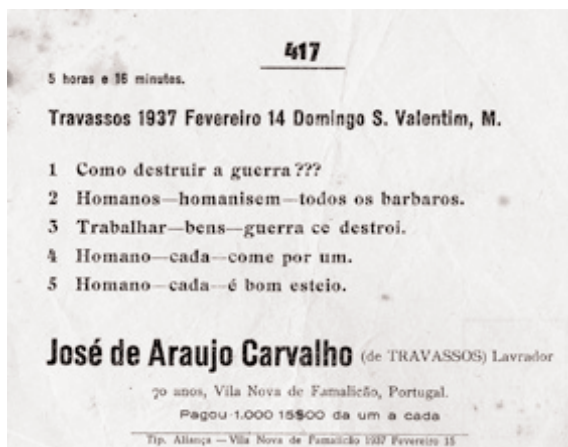
## Introdução

Carvalho de Travassos foi um homem que marcou, pela sua presença original, Vila Nova de Famalicão, na primeira metade do século XX. Demarcou-se pela forma diferente de estar em sociedade e pela configuração única que escolheu para exercer a sua acção, considerada pelo próprio como uma missão para alertar e educar o povo, seu concidadão, através de pensamentos e máximas que mandou imprimir, em formato de folheto, e que distribuía pela vila.

A Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, no Fundo Local, possui vinte e quatro folhetos, verdadeiros manifestos, de Carvalho de Travassos, que pertencem ao Espólio Vasco de Carvalho, e que serão descritos, no ponto 3, no formato bibliográfico internacional de material não livro ISBD (NBM).

O carácter precário destes folhetos, o papel de fraca qualidade, o facto de ser distribuído gratuitamente e não possuir informações úteis, levou a que só individualidades, como Vasco de Carvalho, investigador de História Local, preservasse alguns deles para o futuro.

Assim, a Biblioteca não possui nenhuma colecção exaustiva, mas só os que foram recolhidos e mantidos, por esta personalidade, e pela Biblioteca, até aos dias de hoje.



## 1. Biografia

José de Araújo Carvalho, conhecido por Carvalho de Travassos, é natural do Louro, lugar de Travassos, V.N. de Famalicão, tendo nascido a 19 Fevereiro de 1866, às 11h00, filho de António de Araújo Carvalho e de Albina Rosa de Sá, trabalhadores rurais, na mesma freguesia.

José de A. Carvalho teve uma infância pobre, na freguesia do Louro, onde guardava gado. Emigrou para o Brasil, no período considerado de apogeu de saídas, no Alto Minho, em 1879, pelos 13 anos. O movimento emigratório foi muito significativo, na região, com muitas saídas de membros de famílias das várias freguesias. Num concelho agrícola, o êxodo rural pela emigração foi a válvula de escape para abandonar a pobreza.

A emigração para o Brasil e respectivo retorno teve em Famalicão um foco muito activo e marcou profundamente o concelho, no século XIX.

\* Técnica Superior de Biblioteca e Documentação Assessor, na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, V.N. Famalicão.

Na freguesia a que pertence, entre 1867 e 1881, emigraram 31 indivíduos (in Livro dos Registos dos Pedidos de Passaportes de V.N. de Famalicão, 1867-1895). A freguesia do Louro, em 1864, tinha uma população recenseada de 862 indivíduos, e em 1911, já com muita população regressada do Brasil, 1164 indivíduos, sendo a nona freguesia, do concelho de Vila Nova de Famalicão, com mais população. O número de fogos recenseados, nas mesmas datas, passou de 201 para 357, tornando-se, em 1911, a quinta freguesia, deste concelho, com mais fogos recenseados.

José de A. Carvalho trabalhou no Rio de Janeiro no comércio, e anos mais tarde foi para S. Paulo gerir uma filial da empresa onde trabalhava. Com o passar do tempo, criou a sua própria empresa, juntamente com um irmão, dedicada ao comércio de sabões e vinho tipo cognac. Consolidou o negócio com a criação da empresa “Vinhos Carvalho”, que importava em exclusivo vinhos do Alto Douro, tornando-se no maior empresário de S. Paulo, neste ramo. Desenvolveu os seus negócios e aumentou a fortuna, casando com Maria das Dores Alves Guimarães, natural de S. Paulo, em 1905. Esta paulista, nascida em 29 Março de 1844, era filha do português José Pinto da Costa Guimarães e de uma senhora, com nacionalidade brasileira, Tereza de Jesus Guimarães, e tinha sido casada, em primeiras núpcias, com Samuel Alves de Azevedo. Esta circunstância levou ao aumento da fortuna de José de A. Carvalho.

Cumpria o último mandato, Daniel Augusto dos Santos, como Presidente da Câmara de V.N. de Famalicão, seguindo-se Sousa Fernandes, no ano de 1910, quando José de A. Carvalho regressa a Portugal com uma capacidade económica que o leva a adquirir terras e imóveis. As instituições sociais, religiosas e políticas vão sentir a sua acção. José de A. Carvalho, como todos os “brasileiros torna-viagens”, estava desejoso de destaque social, e aparece a custear a construção de escolas, a Santa Casa de Misericórdia, o hospital, a reconstrução e conservação do património civil e religioso, e a colaborar em cargos políticos no concelho.

José de A. Carvalho é um retrato tipo do emigrante que quando volta enriquecido, dedica-se não só a engrandecer a sua fortuna, mas também a causas filantrópicas. Dedicou-se a vários actos de solidariedade social, desde ajudar quem precisava com alimentos (oferta de carne, pão e vinho), empréstimo de casas de habitação, criação de postos de trabalho, em 1918 colocou à disposição dos desfavorecidos uma pipa de aguardente, como meio de combater a pneumónica, entre outros.

Foi o grande impulsionador da romaria Santo do Monte, fazendo com que todos os anos fosse realizada. Esta era uma romaria realizada no Monte de S. Barnabé, no Domingo da Pascoela, onde se situa a Capela dedicada a S. Pedro Gonçalves Telmo e a S. Ovídio, que remonta a 1648. A romaria tinha uma tradi-



▲ Capela do Senhor do Monte (Louro)



▲ Igreja Matriz do Louro

ção peculiar que consistia na oferta de uma telha “furtada”, de barro cozido, ao Santo padroeiro a quem se roga uma prece. A procissão saía da Igreja Matriz, no Louro, e dirigia-se ao alto do Monte, onde era rezada a missa solene e, da parte da tarde, realizavam-se os concertos por bandas filarmónicas e o arraial.

José de A. Carvalho auxiliou, também, a Igreja Matriz do Louro, reparando altares, vestindo a Nossa Senhora das Dores, e adquirindo um pequeno orgão para a igreja.

Devido à sua avultada fortuna adquiriu todos os terrenos e habitações que se encontravam à venda, renovando e ampliando as suas terras.

José Casimiro da Silva, publicista, director do “Estrela do Minho”, conversava todas as semanas com José de A. Carvalho, e muitas vezes visitou a sua casa. Numa dessas visitas, acompanhado por Manuel Pinto de Sousa e Drº Carlos Filipe Pereira Bacelar, pediu-lhe apoio monetário para a criação de uma creche, tendo-lhes este oferecido uma anuidade de quinhentos escudos e dez contos para um fundo. A Creche tomou o nome da sua esposa Maria das Dores Alves Guimarães, ficando conhecida como Creche-Mãe.

Devido ao seu prestígio, foi convidado para certos lugares políticos, tendo sido senador, durante a presidência de Júlio Araújo, na Câmara Municipal, entre 1919-1921. Empenhou-se nas várias eleições, que na época aconteceram, incentivando os populares a votar e colocando carros, para deslocar indivíduos da freguesia do Louro às urnas, na Vila, prometendo a quem fosse votar, almoços e jantares e viagens pelo Minho.

Participou na vida social e política, sem nunca ter obtido títulos nobiliárquicos, como muitos dos seus conterrâneos.

Com a morte da mulher, a 8 de Janeiro de 1928, em Travassos, sofre um grande desgosto, e terá que voltar a S. Paulo, nos anos de 1930 a 1932 para regularizar a sua fortuna.

A maior parte dos emigrantes de retorno, ao integrarem-se na vida das instituições públicas e particulares, denotam comportamentos sociais de afirmação e necessidade de liderar processos, facto que J.A.C. se fez distinguir e afirmar na sociedade, não como parte integrante da burguesia, mas com uma vivência e forma de estar singular na vida quotidiana. A criação e impressão dos folhetos panfletários, ao estilo de manifestos, e sua distribuição pela população, a forma de se vestir, tudo isto marcou pela diferença na sociedade famalicense da altura.

Não tendo filhos herdeiros, nomeou a Santa Casa da Misericórdia como herdeiro da sua fortuna. Os parentes, entre eles a sua irmã, Ana Clara de Carvalho, moveram-lhe um processo de interdição, tentando provar, através dos folhetos que distribuía, que não possuía sanidade mental e que fosse interdito de administrar os seus bens. No tribunal José de Araújo Carvalho ganhou a causa afirmando que “o que é meu é dos pobres”. Estiveram envolvidos neste processo de interdição os advogados Dr.º Armando Bacelar e Dr.º Eduardo de Miranda, com o apoio técnico do médico Dr.º Teixeira de Sousa.

Após a sua morte, os seus parentes colocaram uma acção interposta contra a Santa Casa da Misericórdia, que decorreu em 14 audiências, onde testemunharam a favor de José de A. Carvalho muitas pessoas que com ele privaram e só tinham razões abonatórias a favor da sua personalidade. Os representantes da Misericórdia foram os advogados Drº Morais de Almeida, Drº Rúben de Carvalho e Drº Cerejeira de Faria.

Ao analisar os relatos que os dois jornais famalicenses fizeram dos julgamentos, percebe-se que esta questão apaixonou a opinião pública. As testemunhas de acusação, exceptuando algumas, nada sabem do que estão a dizer e tornaram-se em excelentes testemunhas abonatórias desta individualidade.

A família acabou por desistir da acção, em Março de 1946, tomando a herança a Santa Casa da Misericórdia, cedendo, à família de J.A.C., uma parte dela.

Os jornais “Estrela do Minho”, na voz do seu director José Casimiro da Silva, e no “Notícias de Famalicão” apelam às boas obras de beneficência que José de Araújo Carvalho procedeu em Famalicão e desvalorizam



a personalidade mais “excêntrica” que marcou a sua época. O primeiro, que privou e foi amigo de J.A.C., defende-o, no jornal, e desmonta a sua personalidade, retratando-o como possuidor de duas facetas distintas, uma de homem urbano, atencioso, educado e bom administrador dos seus bens, e uma outra mais excêntrica, enigmática patente nos seus folhetos. José Casimiro da Silva relata que, nos últimos anos de vida, J.A.C. deixou de escrever e publicar folhetos quando percebeu que a família o queria interditar, e alegar que a excentricidade da publicação, a distribuição e o conteúdo por vezes ininteligível, dos mesmos, seriam prova da sua loucura.

Quando faleceu, a 7 de Março de 1945, os jornais e a rádio noticiaram o acontecimento, afirmando que o funeral foi uma imponente manifestação de pesar, tendo-se incorporado toda a sociedade famalicense.

Vasco de Carvalho, possuidor de muitos dos seus folhetos, refere, através de um apontamento manuscrito, no próprio jornal, hoje no Fundo Local da Biblioteca Municipal de V.N. de Famalicão, o seguinte: “o funeral foi uma vergonha para Vila Nova. Além da Meza do Hospital composta, que tomam parte no funeral com bandeiras e opas – e os 4 médicos- só da Vila assistiram, Amadeu e Arlindo Mesquita, Ernesto e Vasco de Carvalho – e mais ninguém. Muitíssima pouca gente do Louro, outros de freguesias vizinhas e de 6 Confrarias (ou 7)?. Uma vergonha. Vasco de Carvalho 18-3-1945. Teve 2 piquetes dos Voluntários e Famalicenses. Foi conduzido na carreta dos Famalicenses.”

## 2. Manifestos

José A. Carvalho escreveu folhetos que mandou imprimir e distribuir pela população, às 4<sup>as</sup>feiras, dia de feira em Vila Nova. Chegou a ter assalariados para a tarefa de distribuição. Alugava um carro e pela janela distribuía-os. Raramente saía do carro, e quando o fazia reparava-se na sua forma extravagante de vestir, fora do contexto da época, e não falava com ninguém. Vestia sempre umas calças brancas, e um casaco comprido de negra alpaca, no Verão, ou um sobretudo muito grosso, no Inverno. Tinha uma guardanapo preso ao colarinho para proteger a camisa branca das barbas. Quando lhe pediam explicações sobre o conteúdo dos folhetos respondia “se sabe ler...leia”.

Esta personalidade encarava a tarefa de divulgar os seus folhetos como uma missão no mundo. Para alertar e educar o povo através dos pensamentos e orientações morais que defendia, pretendia também protestar contra qualquer abuso de que fosse vítima (um roubo, uma injustiça), castigar os maus, cantar a virtude e estimular o sentimento patriótico.

Os manifestos tornaram-se objectos de discussão pública e de reflexão, onde o autor manifesta as suas opiniões, ideias, sonhos que pretendia que fossem geradores de mudança.

Este gosto pela intervenção social e da manifestação pública, usando os manifestos, imprimia mil exemplares de cada, como meio de acção para tornar acessíveis, a toda a comunidade, as questões que ele considerava importantes (filosóficas, religiosas, políticas, quotidianas, etc.) é um acto arrojado e êxcentrico, não só por o autor viver numa vila de pequenas dimensões e num concelho ainda muito rural, na primeira metade do século XX, como é um acto único não muito habitual na sua condição social, não sendo ele nenhum político, artista ou intelectual.

Os manifestos são uma forma original de protestar, de se admirar, de sentir, de se interrogar, de pensar, de estar atento, de se indignar, de questionar, de equacionar o futuro, de tomar partido, de lutar e de intervir.

O suporte físico dos manifestos são folhetos em que enumera pensamentos, muitas vezes sem ligação entre eles, com as palavras ligadas entre si por travessões. A linguagem empregada é telegráfica, utilizando o mínimo de palavras para passar a mensagem. Os erros ortográficos são recorrentes, facto que não o preocupava, quando lhe apontavam a correcção.

Todos os textos estão numerados, o último numerado que a Biblioteca Municipal possui é o 499, de 1941. Em cada folheto todas as frases, também, são numeradas. Os mais pequenos possuem cinco frases e os maiores atingem as trezentas e dezoito. Variam, também, as dimensões físicas, entre os 12 centímetros e 1 metro e 12 centímetros.

Todos os folhetos têm indicado o local (Travassos), a hora, os minutos, o ano, o dia do mês, o mês, o dia da semana e o Santo do dia em que foram escritos. Quanto à indicação do impressor, quantidade e custo da impressão só o menciona para que nenhuma tipografia o enganasse com os orçamentos. Imprimia em V.N. Famalicão ou na cidade do Porto, mediante a estimativa mais barata. Utilizava a reimpressão de folhetos, acrescentando dedicatórias e explicações. Veja-se o caso do folheto nº 1, datado de 1917, e reimpresso em 1936.

Os temas que tratou e que trabalhou, nestes manifestos, são muito variados, por vezes, obscuros e misteriosos, outros de fácil compreensão. A título de exemplo, realçamos:

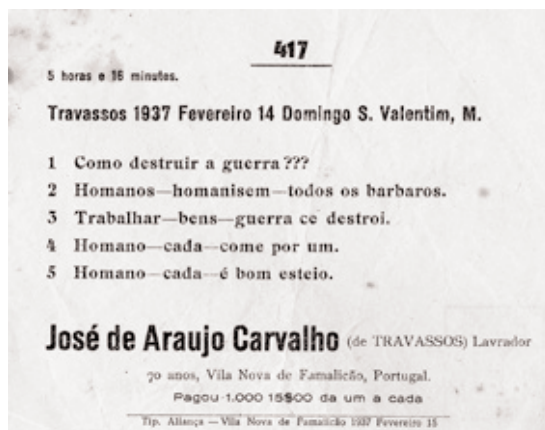
1. Observação de circunstâncias da sua vida: no folheto nº 414, refere a circunstância em que conheceu o Costa de Outiz.; “Rio – onde noço gado bebia, Calça rota descalço – eu ia.”; “Preciso – de matar as pulgas”.
2. Estimulação do sentido patriótico: “Portugal – Governo – é bem nosso.”
3. Manifestação contra situações injustas: no nº 418, precede as frases, um ofício que enviou à Sociedade Cooperativa do Vale do Este para protestar contra o atravessar de uma linha eléctrica por cima dos seus prédios.
4. Apresentação de pensamentos, máximas: “Descobrir – verdades também é cavar.”
5. Apresentação de conselhos: “Trabalha bem – compra e vende.”; “Precisamos – mais fazer – bem melhor.”
6. Abordagem de questões filosóficas: “Humanos – nunca perde – com Humanos. Perdentes – perdem demais – do mundo.”; “Homem- parecer – não é ser. Homem – parecer – precisa mais ser.”
7. Utilização de imagens poéticas: “Bosque – Passarinhos – agua – Pinga – Travassos”
8. Citava as máximas que lia na Bíblia, e em todos os vinte e cinco manifestos há frases de conteúdo religioso: “Deus-Jesus-Maria-José-exemplo”; “vida – agradeço a deus eterno”. Orações, antes da enumeração das frases – “Deus, Senhor Pai, do mundo, tôdo bem.”
9. Apresenta charadas e sentenças com pensamentos ocultos: “Deus – semeia pinheiros; galinhas – etc. – comios.”
10. Reflexão sobre as Grandes Guerras: “Como destruir a guerra???”; “Trabalhar – bens-guerra ce destroi”; “Homanos – homanizem – todos os barbaros.”

### 3. Descrição dos folhetos

Como destruir a guerra ??? [Material gráfico] / José de Araujo Carvalho (de Travassos) Lavrador 70 anos. – Vila Nova de Famalicão: Tip. Aliança, 15 Fevereiro 1937. – 1 folha; 9,3 x 12,6 cm. – (417).

Título retirado da primeira frase. – No início do texto “5 horas e 16 minutos. Travassos 1937 Fevereiro 14 Domingo S. Valentim, M.”. – No final do texto “Pagou por 1.000 15\$00 da um a cada”.

BMCCB/FL VC 1822



- Defêsa – é – demanda – Deus manda [Material gráfico] / José de Araújo Carvalho (de Travassos) Lavrador, 73 anos. – Vila Nova de Famalicão: Tip. Minerva, 26 Abril 1939 – 1 folha; 102 x 12,8 cm. – (479).  
 Título retirado da primeira frase. – O texto inicial tem data de impressão de 14 de Março de 1939. – Nos últimos 16 cm da folha existe outro texto com nova numeração de frases. – No final do texto “Pagou 1.000 exemplares 150\$00 um a cada”.- Nota lateral com dados biográficos do autor e de sua mulher.  
 BMCCB/FL VC 1834
- Defêsa – é – demanda – Deus manda [Material gráfico] / José de Araújo Carvalho (de Travassos) Lavrador, 73 anos. – Vila Nova de Famalicão: Tip. Minerva, 28 Novembro 1939. – 1 folha; 102 x 12,6 cm. – (488).  
 Título retirado da primeira frase. – O texto inicial tem data de impressão de 14 de Março de 1939. – Nos últimos 7 cm da folha existe outro texto com a continuação da numeração das frases. – No final do texto “Pagou 1.000 exemplares 150\$00 um a cada”, “Visado pela Comissão de Censura”.  
 BMCCB/FL VC 1835
- Defêsa – é – demanda – Deus manda [Material gráfico] / José de Araújo Carvalho (de Travassos) Lavrador. – Vila Nova de Famalicão: Tip. Minerva, 28 de Fevereiro 1940. – 1 folha; 101,5 x 12,7 cm. – (491).  
 Título retirado da primeira frase. – O texto inicial tem data de impressão de 14 de Março de 1939. – Nos últimos 7 cm da folha existe outro texto com a continuação da numeração das frases. – No final do texto “Pagou 1.000 exemplares 150\$00 um a cada”, “Visado pela Comissão de Censura”.- Nota lateral com dados biográficos do autor e de sua mulher.  
 BMCCB/FL VC 1836
- Defêsa – é – demanda – Deus manda [Material gráfico] / José de Araújo Carvalho (de Travassos) Lavrador, 74 anos. – Vila Nova de Famalicão: Tip. Minerva, 12 Setembro 1940. – 1 folha; 102 x 12,7 cm. – (494).  
 Título retirado da primeira frase. – O texto inicial tem data de impressão de 14 de Março de 1939. – Nos últimos 7 cm da folha existe outro texto com a continuação da numeração das frases. – No final do texto “Pagou 1.000 exemplares 150\$00 um a cada”, “Visado pela Comissão de Censura”.- Nos cantos do folheto um rectângulo com a palavra “Deus”.  
 BMCCB/FL VC 1837
- Defêsa – é – demanda – Deus manda [Material gráfico] / José de Araújo Carvalho (de Travassos) Lavrador 75 anos. – Porto: Tip. Artes & Letras, 22 Abril 1941. – 1 folha; 99,2 x 13,5 cm. – (499).  
 Título retirado da primeira frase. – O texto inicial tem data de impressão de 19 Abril 1941. – Nos últimos 6 cm da folha existe outro texto com a continuação da numeração das frases. – No final do texto “Pagou 1.000 exemplares 145\$00 um a cada”, “Visado pela Comissão de Censura”.- No canto superior do folheto um rectângulo com a palavra “Deus” e no canto inferior uma representação de um telefone com o nº 23.  
 BMCCB/FL VC 1838
- Desomanidade – é a ruim vertigem [Material gráfico] / José de Araújo Carvalho (de Travassos) Lavrador com 70 anos. – Vila Nova de Famalicão: Tip. Minerva, [1936]. – 1 folha; 12 x 11,7 cm. – (382).  
 Título retirado da primeira frase. – No início do texto “4 horas e 21 minutos. Travassos 1936 Setembro 14 Segunda-feira Santa Cruz”. – No final do texto “Pagou 1.000 exemplares 15\$00 da um a cada”.  
 BMCCB/FL VC 1815. – No verso carimbo “Folhadelas & Cª Famalicão”.  
 BMCCB/FL VC 1816
- U – demais – remedeiace – por ci [Material gráfico] / José de Araújo Carvalho (de Travassos) Lavrador 70 anos. – Vila Nova de Famalicão: Tip. Aliança, 25 Março 1937. – 1 folha; 9,7 x 12,9 cm. – (423).  
 Título retirado da primeira frase. – No início do texto “14 horas e 25 minutos. Travassos 1936 Outubro 6 Terça-feira Santo Bruno, conf.”. – No final do texto “Pagou 1.000 15\$00 da um a cada”.  
 BMCCB/FL VC 1825
- Deus – é todos – bens geraes [Material gráfico] / José de Araújo Carvalho (de Travassos) Lavrador 70 anos. – Vila Nova de Famalicão: Tip. Aliança, 18 Março 1937. – 1 folha; 9,5 x 12,8 cm. – (422).  
 Título retirado da primeira frase. – No início do texto “5 horas e 21 minutos. Travassos 1936 Outubro 3 Sabado Santo Candido, M.”. – No final do texto “Pagou 1.000 15\$00 da um a cada”.  
 BMCCB/FL VC 1824
- Deus – pai eterno – tudo todos [Material gráfico] / José de Araújo Carvalho (de Travassos) Lavrador 71 anos. – Vila Nova de Famalicão: Tip. Minerva, 29 Dezembro 1937. – 1 folha; 11,4 x 12 cm. – (436).

Título retirado da primeira frase. – No início do texto “0 horas e 45 minutos. Travassos 1937 Dezembro 29 Quarta-feira Santo Tomaz, Arc”. – No final do texto “Pagou 1.000 exemplares 15\$00 um a cada”.

BMCCB/FL VC 1829

Deus, Senhor Pai, do mundo tôdo bem [Material gráfico] / José de Araújo Carvalho (de Travassos) Lavrador 72 anos. – Vila Nova de Famalicão: Tip. Minerva, 20 Julho 1938. – 1 folha; 14,6 x 10,5 cm. – (455).

Título retirado da primeira frase. – No meio do texto “11 horas e 11 minutos. Travassos 1938 Julho 20 Quarta-feira S. Paulo”. – No final do texto “Pagou 1.000 exemplares 15\$00 um a cada”. – Nota lateral com dados biográficos do autor e de sua mulher.

BMCCB/FL VC 1832

Deus, Senhor Pai, 24 horas têm os [Material gráfico] / José de Araújo Carvalho (de Travassos) Lavrador 72 anos. – Vila Nova de Famalicão: Tip. Minerva, 9 Abril 1938. – 1 folha; 9,9 x 12,1 cm. – (448).

No meio do texto “3 horas e 20 minutos. Travassos 1938 Abril 9 Sabado Santo Proceno, diac”. – No final do texto “Pagou 1.000 exemplares 15\$00 um a cada”.

BMCCB/FL VC 1831

Ergues para mim o teu braço [Material gráfico] / José de Araújo Carvalho. – Famalicão: Tip. Minerva, 23 de Junho de 1936. – 1 folha; 11,5 x 14 cm. – (1).

Título retirado da primeira frase. – O texto datado de 25 de Junho de 1917. – No início do texto “Antes deste Imprimia – copia doutros ou minha e distribuía sem data e sem acignar”. – No final do texto “Copiado para distribuição gratuita”.

BMCCB/FL VC 1813

Ergues para mim o teu braço [Material gráfico] / José de Araújo Carvalho. – [V.N. Famalicão: s.n.], 6 de Julho 1942. – 1 folha; 12,5 x 15 cm. – (2).

Título retirado da primeira frase. – O texto datado de 25 de Junho de 1917. – Reimpressão da edição de 23 de Junho de 1936 pela Tipografia Minerva. – No início do texto “O nº1 deio a Creche-Mãe-Maria das Dores Alves Guimarães – em sua instalação. Antes deste Imprimia – copia doutros ou minha e distribuía sem data e sem acignar”. – No final do texto “Copiado para distribuição gratuita”, “Pagou por 1.000 exemplares 25\$00 em 2 de Janeiro de 1942. Louro, 6 de Julho de 1942. 76 anos viuvo...”. – No final do texto manuscrito por Vasco de Carvalho “21-7-942”.

BMCCB/FL VC 1814

Fino – diz o velho ser [Material gráfico] / José de Araújo Carvalho (de Travassos) Lavrador 70 anos. – Vila Nova de Famalicão: Tip. Minerva, 18 Fevereiro 1937. – 1 folha; 112 x 13,5 cm. – (418).

Título retirado da primeira frase. – Antes do texto uma cópia de um requerimento do autor à Sociedade Cooperativa do Vale do Este, de 22 Janeiro de 1936, reclamando a passagem de uma linha eléctrica por cima de prédios da sua posse. – No final do texto “Pagou por 1.000 130\$00 dá um a cada”, e “Nota da Tipografia: Por motivo de avaria na máquina encontrava-se retido nas oficinas desde 24 de Dezembro de 1936, data em que deveria publicar-se”.

BMCCB/FL VC 1823

Homanos – consideram – e – fasem verdade [Material gráfico] / José de Araújo Carvalho (de Travassos) Lavrador com 70 anos. – Porto: Tip. Ideal, [1936]. – 1 folha; 13,4 x 11,5 cm. – (394).

Título retirado da primeira frase. – No início do texto “Travassos 1936 Setembro 20 Domingo S. Eustaquio”. – No final do texto “Pagou 1.000 exemplares 15\$00 dá um a cada”.

BMCCB/FL VC 1818

Homanos – encinados – a todos – bens [Material gráfico] / José de Araújo Carvalho (de Travassos) Lavrador 70 anos. – Vila Nova de Famalicão: Tip. Aliança, [1936]. – 1 folha; 13,7 x 12,1 cm. – (395).

Título retirado da primeira frase. – No início do texto “5 horas e 34 minutos. Travassos 1936 Setembro 21 Segunda-feira S. Mateus, Evangelista”. – No final do texto “Pagou 1.000 exemplares 15\$00 dá um a cada”.

BMCCB/FL VC 1819



448

Deus,  
Senhor Pai,  
24 horas têm os  
dormir ou bem trabalhar.  
Homano – Obrigação é mesmo.  
Criado – eu – dos comentes.  
Como – fôr u peçal  
cau – fazer é igual.  
Teimar – deval – bol, carreiro.  
Lavoura – é bem geral.  
Deus – em – zêro – momento  
princípios nos bene – pra, valorizarmos;  
Pra todos – respirantes mundia.  
Manho – obriga carreiro repetir.  
Ei – tange gado – bom;  
Cada – só é um.

3 horas e 20 minutos.

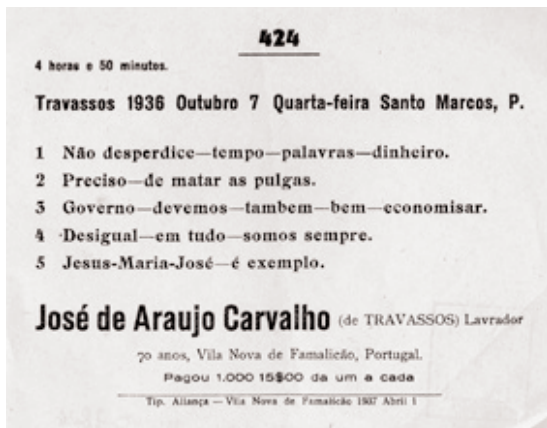
Travassos 1938 Abril 9 Sabado Santo Proceno, diac.

- 1 Quem nega Deus – é prigo.
- 2 Conciencia – tenhamos – de hens faser.
- 3 Providente – proveita – até um momento;
- 4 bens – como – só por um.
- 5 Jesus-Maria-José – bem é.

José de Araújo Carvalho (de TRAVASSOS) Lavrador,

72 anos, Vila Nova de Famalicão, Portugal.  
Pagou 1.000 exemplares 15\$00 um a cada

Tip. Minerva – Vila Nova de Famalicão – 1938 Abril 9



4 horas e 50 minutos. Travassos 1936 Outubro 7 Quarta-feira Santo Marcos, P.". – No final do texto "Pagou 1.000 15\$00 da um a cada".

BMCCB/FL VC 1826

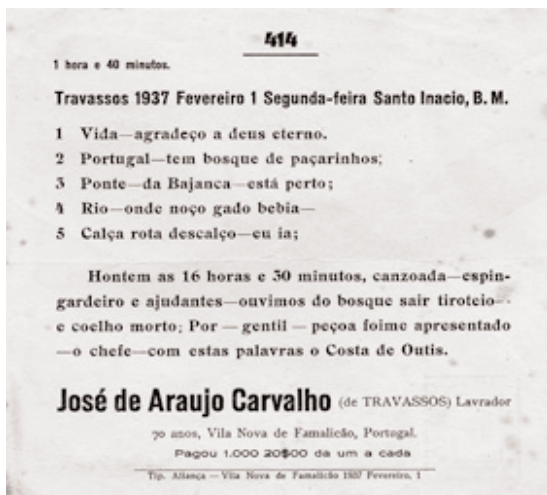
Não sejam causadores – de males [Material gráfico] / José de Araujo Carvalho (de Travassos) Lavrador com 70 anos. – Vila Nova de Famalicão: Tip. Aliança, [1936]. – 1 folha; 11,7 x 12 cm. – (392).

Título retirado da primeira frase. – No início do texto "4 horas e 5 minutos. Travassos 1936 Setembro 19 Sabado S. Januário". – No final do texto "Pagou 1.000 exemplares 15\$00 da um a cada".

BMCCB/FL VC 1817

Pior que outro bicho é [Material gráfico] / José de Araujo Carvalho (de Travassos) Lavrador 70 anos. – Vila Nova de Famalicão: Tip. Aliança, 20 Janeiro 1937. – 1 folha; 11x 12,5 cm. – (412).

Título retirado da primeira frase. – No início do texto "5 horas e 24 minutos. Travassos 1936 Outubro 4 Domingo Santo Francisco de Assis". – No final do texto "Pagou 1.000 15\$00 da um a cada".



Santa Brígida". – No final do texto "Pagou 1.000 15\$00 da um a cada".

BMCCB/FL VC 1827

Vida – agradeço a deus eterno [Material gráfico] / José de Araujo Carvalho (de Travassos) Lavrador 70 anos. – Vila Nova de Famalicão: Tip. Aliança, 1 Fevereiro 1937. – 1 folha; 12,4 x 13,2 cm. – (414).

Título retirado da primeira frase. – No início do texto "1 hora e 40 minutos. Travassos 1937 Fevereiro 1 segunda-feira Santo Inacio, B.M.". – No final do texto "Pagou por 1.000 20\$00 da um a cada".

BMCCB/FL VC 1821

Ladrão – é pior que mósca [Material gráfico] / José de Araujo Carvalho (de Travassos) Lavrador 70 anos. – Vila Nova de Famalicão: Tip. Aliança, 5 Janeiro 1938. – 1 folha; 10,9 x 13 cm. – (437).

Título retirado da primeira frase. – No início do texto "4 horas e 18 minutos. Travassos 1936 Outubro 11 Domingo Santo Firmino, B.". – No final do texto "Pagou 1.000 exemplares 15\$00 um a cada".

BMCCB/FL VC 1830

Não desperdice – tempo – palavras – dinheiro [Material gráfico] / José de Araujo Carvalho (de Travassos) Lavrador 70 anos. – Vila Nova de Famalicão: Tip. Aliança, 1 Abril 1937. – 1 folha; 9,6 x 12,4 cm. – (424)

Título retirado da primeira frase. – No início do texto "4

BMCCB/FL VC 1820

Sejamos bem – escola e decipulo [Material gráfico] / José de Araujo Carvalho (de Travassos) Lavrador 70 anos. – Vila Nova de Famalicão: Tip. Aliança, 29 Dezembro 1937. – 1 folha; 10,8 x 12 cm. – (435).

Título retirado da primeira frase. – No início do texto "19 horas e 3 minutos. Travassos 1936 Setembro 10 Sabado S. Francisco de Borja". – No final do texto "Pagou 1.000 exemplares 15\$00 da um a cada".

BMCCB/FL VC 1828

Trabalho – bom – pra todos é [Material gráfico] / José de Araujo Carvalho (de Travassos) Lavrador com 70 anos. – Vila Nova de Famalicão: Tip. Minerva, 22 Outubro 1937. – 1 folha; 11,8 x 14,1 cm. – (432).

Título retirado da primeira frase. – No início do texto "15 horas e 25 minutos. Travassos 1936 Outubro 8 Quinta-feira



## 4. Bibliografia

### Monografias

*História de Vila Nova de Famalicão*. Coordenação de José Viriato Capela. V.N. Famalicão: Quasi Edições, 2005.

Lages, José Manuel – Os emigrantes de V.N. de Famalicão: o seu papel na Confraria de Nossa Senhora do Carmo. In Os “Brasileiros” da emigração: seminário no Museu Bernardino Machado. V.N.F.: C.M., 1999. p. 46-79.

Padrão, Adelaide – *Inesquecíveis*. Poços de Caldas: Sulminas, 2003.

### Periódicos

Um Benemérito. *Notícias de Famalicão*. V.N. Famalicão. Ano XI, nº535 (2 Março 1946) 1.

O caso de José Araújo de Carvalho. *Notícias de Famalicão*. V.N. Famalicão. Ano XI, nº536 (9 Março 1946) 1.

Epílogo da questão dos herdeiros do benemérito José de Araújo Carvalho. *Estrela do Minho*. V.N. Famalicão. Ano 51º, nº 2627 (17 Março 1946) 1-2.

José de Araújo Carvalho (Travassos). *Notícias de Famalicão*. V.N. Famalicão. Ano X, nº484 (10 Março 1945) 2.

José de Araújo Carvalho (Travassos). *Notícias de Famalicão*. V.N. Famalicão. Ano X, nº485 (17 Março 1945) 2.

O Julgamento do benemérito José de Araújo Carvalho. *Estrela do Minho*. V.N. Famalicão. Ano 51º, nº 2621 (3 Fev. 1946) 1-2.

Um Julgamento importante. *Notícias de Famalicão*. V.N. Famalicão. Ano XI, nº531 (2 Fev. 1946), p. 4

Um julgamento importante. *Notícias de Famalicão*. V.N. Famalicão. Ano XI, nº537 (16 Março 1946) 1.

A Questão José de Araújo Carvalho. *Estrela do Minho*. V.N. Famalicão. Ano 51º, nº 2625 (3 Março 1946) 1, 3.

O Santo do Monte. *Notícias de Famalicão*. V.N. Famalicão. Ano X, nº488 (7 Abril 1945) 4, 2.

Silva, José Casimiro da – José de Araújo Carvalho: morreu esta figura curiosa e popular de benemérito e de patriota. *Estrela do Minho*. V.N. Famalicão. Ano 50º, nº 2574 (11 Março 1945) 1-2.

Silva, José Casimiro da – A personalidade de José de Araújo Carvalho grande benemérito do Louro, foi discutida durante toda a semana no Tribunal da nossa Comarca. *Estrela do Minho*. V.N. Famalicão. Ano 51º, nº 2624 (24 Fev. 1946) 1, 3, 5.

Terminou como dissemos o julgamento do caso Carvalho de Travassos. *Notícias de Famalicão*. V.N. Famalicão. Ano XI, nº538 (23 Março 1946) 4.



**Casa de Camilo  
Centro de Estudios  
Camilianos**





# Por terras de Vila Nova de Famalicão – Encontros da Ficção com a Realidade na obra de Camilo Castelo Branco

Por Maria de Fátima Castro \*

## Introdução

Ao estudar a população e espaços da freguesia de Santa Maria de Landim ocorreu-me apurar o que dessas realidades serviu a Camilo Castelo Branco para construir personagens e cenários dos seus escritos em que a freguesia de Landim, directa ou indirectamente, aparece. Com as relações apuradas e, depois, com o que sobre outros sítios deste concelho de Vila Nova de Famalicão também recolhi da obra do autor, lendo o que outros autores escreveram sobre a sua biografia e obra, pesquisando fontes paroquiais várias e outros documentos e fazendo trabalho de campo, procurei detectar em vários dos seus títulos as relações possíveis da realidade com a ficção, quer de pessoas quer de espaços, por terras famalicenses. Uma vez mais evidentes que outras, mas, mesmo assim, de que se pode presumir uma ligação, ténue que seja. A seguir, a elaboração de um roteiro por freguesias de Vila Nova de Famalicão presentes na obra do escritor e a feitura deste artigo tomaram forma. Ele é por agora uma primeira parte do que sobre esse assunto podemos encontrar nas obras adiante indicadas.

De S. Miguel de Ceide, o recanto minhoto onde Camilo Castelo Branco se acolheu durante 27 anos e onde terminou os seus dias, o autor datou muitos dos seus textos escritos naquela “banca” aonde se sentava e muitas cartas dirigidas aos seus amigos. Faz algumas alusões a S. Miguel de Ceide, particularmente à sua casa. Em *Amor de Salvação* di-la rodeada de “pinhais gementes”. Em *A Filha do Arcediago* revela-nos que sua mulher, “uma respeitável senhora que não vai ao teatro”, tomava conhecimento de muitas ocorrências através de conversas com as pessoas que passavam na estrada estando ela sentada no seu mirante. Em *Cousas Leves e Pesadas* situa-se também na sua casa de Ceide onde ele, “constituído um faraó desta canalha”, via a chuva que “estaleja nas vidraças” e ouvia “o vento que assobia nos vigamentos”. Em *Ecoss Humorísticos do Minho* serve-se de um breve episódio relacionado com um edifício que ficava defronte de sua casa: a igreja paroquial. Mas, exceptuando, provavelmente, um pouco de *Maria Moisés* não se serviu de pessoas nem de espaços dessa freguesia para a inspiração de enredos e cenários de diversos géneros literários. Parece não ter ido a espaços e gentes sanmiguelenses colher relevante inspiração para os seus escritos. Nas cartas endereçadas a quem o ia visitar chegando a Famalicão por via férrea dava indicações sobre o percurso a seguir para chegar a S. Miguel de Ceide.

Já as freguesias vizinhas e outras mais distantes do mesmo concelho de Vila Nova de Famalicão surgem dispersas por muitas das páginas que nos deixou, com os seus espaços a compor cenários ou com a integração de pessoas, delas naturais ou a elas ligadas, a movimentarem-se nos enredos construídos ou nas descrições elaboradas. De facto, de outras freguesias abundam referências, o que revela a proximidade que com elas estabeleceu. Paisagens e recantos de Landim, Delães, Ruivães, Requião, Lagoa, Santa Maria de Abade, S. Paio de Ceide, Santiago de Antas, Vermoim, S. Martinho do Vale, S. Cosme do Vale, Santiago da Cruz, Gondifelos, Lousado (Lagoncinha), Ribeirão (Terra Negra), Vila Nova de Famalicão aparecem nas suas

\* Licenciatura em história, FLUP.

novelas, miscelâneas, biografias, contos, romances e poesias. Várias pessoas ligadas a esses mesmos espaços passaram a protagonistas nos seus textos. Acontecimentos diversos, mesmo que deslocados no tempo, sejam locais sejam ocorridos em paragens mais distantes, foram também objecto de inspiração para o escritor e transportados para aqueles textos com as adaptações que, usando a sua fértil imaginação, entendeu fazer.

Sendo a realidade recriada pelo autor, é dada ênfase a alguns aspectos, são modificados nomes de baptismo e alteradas filiações e são introduzidos novos cenários e episódios. Há salpicos de realidade, continuidades e descontinuidades. Com esses fragmentos avulsos da realidade e com outras parcelas retiradas da sua capacidade criativa o escritor foi construindo os puzzles de que resultaram os textos em que aquelas terras famalicenses têm presença. Pese embora serem muitos deles baseados em percursos de vidas, eles não são simples biografias, são antes alguns retalhos de vidas, inclusivamente da sua própria autobiografia, e onde à imaginação também coube papel destacado. A memória que ele guardava “de uma realidade observada” foi utilizada pelo escritor na “recuperação desse passado”. A reforçar esta ideia diz: “Eu não tenho imaginação; tenho memória, memória do que vi, do que senti, do que experimentei”<sup>1</sup>. Parece, contudo, que o escritor desfrutou das duas capacidades para a produção literária que nos legou. E, sem excluir a dose de subjectividade que certamente também aplicou, mais uma: a de dar atenção ao meio com que contactasse, quer no passado quer no tempo em que estava a construir a sua escrita.

Valeu-se da imaginação, da memória do que viu e do que lhe tocou viver e da capacidade de observação e análise dos sítios em que se encontrasse. Mas valeu-se, sem dúvida, do “seu próprio código de verosimilhança”<sup>2</sup>. Com toda a aptidão criativa de que era dotado, factos históricos e cronologias inconsistentes associam-se distanciando-se, pela imaginação, das fontes documentais. Estas características sobressaem de forma bem notória em *O Senhor do Paço de Ninães*.

E compreende-se toda a capacidade imaginativa do “poeta” e “escritor público”. Lembremo-nos da “advertência que o escritor britânico Graham Greene in *Uma espécie de Vida*, ed. Livros do Brasil, faz na 1.<sup>a</sup> parte dessa sua autobiografia: “Suponho também que todo o romancista tem algo em comum com um espião: observa, escuta atentamente, procura motivos e analisa personalidades, e, na sua tentativa de servir a literatura, é desprovido de escrúpulos”<sup>3</sup>. É a arte da escrita, da construção de textos, que o norteia na sua actividade literária. Embora a realidade histórica possa constar da redacção dos textos que produz, ela não a condiciona forçosamente. Através das personagens, ficcionou, recriou ou biografou pessoas que conheceu ou de que ouviu falar, registou acontecimentos históricos e assuntos diversos em que a política, a religião, a cultura e a ciência tomaram lugar, e analisou, criticou, ou apenas sugeriu, procedimentos e costumes; através dos cenários deixou-nos quadros que ainda hoje podemos reconhecer como que “fotografias” de espaços que ele também observou.

Harmonizando estes aspectos próprios da produção literária camiliana com as aproximações possíveis às paisagens, histórias de vidas, costumes, mentalidades, ideologias e ocorrências várias, num misto de realidade e de ficção, podemos estabelecer intercâmbios entre a Literatura, a História e a Geografia o que contribuirá para o enriquecimento mútuo dessas áreas do saber. Espaços e gentes, duas realidades a rela-

<sup>1</sup> Citação a propósito da novela *Vingança* por João Paulo BRAGA, *Verdade, Ficção e Metaficção em Camilo: A História da História de Uma Porta*, in *Revista Portuguesa de Humanidades*, volume 9 – 1 / 2, Braga, 2005, 274-277, Faculdade de Filosofia da U. C. P. Salienta o autor deste artigo que a imaginação teve grande importância “na génese da ficção camiliana” (p. 278). Destaca também a “característica tendência” do escritor para “esbater fronteiras entre o real e a ficção”.

<sup>2</sup> Óscar LOPES, *Álbum de Família, Ensaios sobre Autores Portugueses do século XIX*. Salienta Óscar a verosimilhança não lhe interessava “em si mesma mas como instrumento de viabilização para uma mensagem essencial”.

<sup>3</sup> Recordei esta opinião no meu estudo sobre *Santa Maria de Landim, os seus Espaços e as suas Gentes*, 2004, 13.

cionar com cenários e personagens que Camilo ficcionou para elaborar parte da sua obra na qual fixou terras famalicenses. O contributo da sua produção literária para o conhecimento dos costumes, linguagem e história locais decorre também do uso frequente da reprodução da “linguagem típica do povo”. Nas *Novelas do Minho* ficou evidenciado “o realismo rústico” como sendo “uma das marcas mais genuínas da ficção camiliana”<sup>4</sup>.



Pelos cenários podemos chegar às paisagens em que se inspirou para os elaborar. Mas não só os espaços. Também as personagens e a sua inserção nos lugares e nos contextos de que se tornaram parte podem conduzir-nos às pessoas onde tiveram raízes e aos sítios em que estas viveram. O sentido inverso pode de igual modo ser percorrido se intuímos alguma possível ligação. Desse entrecruzar de rumos, e ajudados pelo que podemos observar e comparar com o que retratou, mas usando sempre de prudência e de investigação para que se possa “medir”, quanto possível, a realidade e a ficção, entramos na intimidade tanto de uma como de outra. A prudência impõe-se, sobretudo a quem pretende fazer biografias fidedignas de pessoas que Camilo transformou em personagens, às quais deu virtudes ou defeitos, como entendeu, que lhes pertenciam ou que ele lhes atribuiu. E essa prudência é uma qualidade de quem se pauta pelo rigor histórico do apuramento da realidade. Aqui não aprofundamos o conhecimento do percurso de vidas porque não estamos a fazer biografias mas sim a procurar pontos de contacto ou desfasamentos notórios entre realidades e imaginação. No entanto, nem por isso deixamos de avançar até onde uma investigação mínima, mas cuidada, nos possibilitar o registo de sucintas notas biográficas. Devo ainda realçar que não estou prisioneira da palavra do eminente escritor porque a minha formação de base tem a perspectiva histórica como factor determinante dos trabalhos a que meto ombros. Por isso também o rótulo de “ficção” deve ser devidamente ponderado porque ele tanto pode ter todo o cabimento, por significar um produto da imaginação do romancista, como pode simplesmente traduzir de forma subtil a realidade deixando, por isso, de merecer a classificação de forma rigorosa. E nem sempre é fácil apurar todas estas distinções. Considero porém que, sempre que possível, uma pesquisa nesse sentido deve ser feita ou, pelo menos, procurada com empenho pelos estudiosos ou mesmo amadores da obra de qualquer escritor.

Os encontros e os desencontros entre realidades e ficções são aspectos de interesse a distinguir através desses estudos, quer eles sejam orientados no âmbito de ensaios quer, e sobretudo, orientados numa perspectiva histórica. Os desajustamentos devem ser entendidos e mesmo sublinhados, tendo presente que o romance, os contos e as novelas não são meras biografias. Para a descoberta, rejeição ou confirmação dos elos de conexão entre a realidade e a ficção há em alguns casos mais facilidade que em outros. Por isso, à formulação de hipóteses deve ser dada atenção nos estudos histórico-literários, como realça o Rev. Dr. António da Costa Lopes no muito interessante ensaio *O Trovador Guilhade, Martim de Ginzo e Fernão do Lago e outras Apostilas a “O Trovador Guilhade e a sua Terra de Origem”*, Braga, 2005, p. 65.

Importa salientar que não é detectável tudo o que é realidade e tudo o que é produzido pela imaginação do escritor. E não somente da realidade confirmada ou produzida pela documentação guardada nos arquivos, a qual consultei, e pelos testemunhos de pessoas, que ouvi, mas também dessa outra “realidade” apresentada como tal por Camilo. Os encontros que aqui se estabelecem são, pois, os dessas duas “realidades” com as correspondentes ficções. Talvez seja em *O Senhor do Paço de Ninães* que esses diferentes

.....  
<sup>4</sup> J. P. BRAGA, ob. cit. 276-277.



níveis de construção do texto mais se podem detectar. Vem isto a propósito das dúvidas de alguns estudiosos a respeito da autenticidade de um documento apresentado no final daquele romance como verídico, na base do qual muito do enredo do romance assentou. Um biógrafo e descendente do instituidor do morgadio de Pouve, não deixando de prestar homenagem “ao grande romancista”, acentua, baseando-se em documentação do seu arquivo de família, as discrepâncias entre a realidade e a ficção nessa obra e, por conseguinte, o desajustamento entre a personagem com que esse seu antepassado foi revestido.

Ficam, por este trabalho, constatadas coincidências e divergências dos textos com a realidade e abertas portas para um apuramento mais detalhado dos níveis de realidade e de ficção, caso haja quem o pretenda fazer. Destaco nesta observação, e no referente aos escritos de Camilo Castelo Branco nos quais pessoas e espaços famalicenses tiveram lugar, *O Senhor do Paço de Ninães*, *A Brasileira de Prazins* e

*Aquela Casa triste*.

Importa igualmente realçar uma comemoração que em 2005 teve lugar e que, por isso mesmo, também inspirou a compilação destas notas: o 180º aniversário do nascimento de Camilo Castelo Branco. Associando-se a essa celebração, a pintora Helena Santos executou um quadro que fez parte da exposição intitulada *Gente* que esteve patente ao público no Museu Bernardino Machado, em Vila Nova de Famalicão, de 9 a 17 de Março, ao qual deu o título de *Homenagem*. Com ele, Helena Santos homenageia o Escritor e revela o seu enorme talento no domínio das diversas técnicas ao serviço da arte da Pintura.

Posto isto, vamos à procura destes primeiros encontros da ficção com a realidade nas seguintes obras:

*Aquela Casa Triste*, *Beatriz de Vilalva*, *A Brasileira de Prazins*, *O Cego de Landim*, *O Comendador*, *Maria Moisés*, *A Morgada de Romariz*, *O Senhor do Paço de Ninães*, *A Viúva do Enforcado*, *Gracejos que Matam*, *Duas Horas de Leitura*, *Vinte Horas de Liteira*, *Ecos Humorísticos do Minho* e *Eusébio Macário*.

1 – *Aquela Casa Triste* – De um momento passado na sua residência em S. Miguel de Ceide, dos poucos que teriam sido para Camilo de grande satisfação, deixou-nos o escritor um apontamento em *Aquela Casa Triste*, in *Noites de Insónia*. Por essa via ele perpetuou a visita que em 15 de Julho de 1866 teve de amigos que muito estimava – O seu grande amigo, António Feliciano de Castilho, Eugénio, filho deste, e Tomás Ribeiro. Nesse apontamento ficaram também destacados os atributos e circunstâncias da vida de Emília Amélia de Mendanha, a personagem “Amélia de Landim”, que, exposta, foi baptizada em Vila Nova de Famalicão e criada em Santa Maria de Landim. Os seus dotes físicos e vocais e a sua capacidade para desencadear paixões ficaram ali assinalados pela pena de Camilo. Dela disse: “Do corpo é que ela não perdera a menor beleza; nem sequer o viçor dos dezoito anos”. Teriam, com esse reparo ou admiração, surgido os ingredientes para uma parte deste texto. Outros estudiosos da vida e obra deste mestre da escrita também fazem referência a essa rapariga bem dotada de atractivos físicos e, depois de herdeira de seu pai, igualmente de bens materiais. Emília Amélia tinha por ocasião daquela visita dos amigos do escritor 25 anos, lê-se nesse conto.

Essa informação foi importante para se encontrar o seu registo de baptismo. Depois das pesquisas efectuadas nos registos paroquiais de Santa Maria de Landim quando procedia a investigações para a elaboração da obra *Santa Maria de Landim – os seus Espaços e as suas Gentes* se terem revelado infrutíferas quanto a informações sobre Emília Amélia da Costa Mendanha, encontrei-o, munida já de informação mais

precisa, em 2005 no livro dos assentos paroquiais da igreja de Santo Adrião de Vila Nova de Famalicão. Só então algumas das interrogações postas pelos seus familiares começaram a ser esclarecidas, sendo, desse modo, atestada uma aliança útil entre a ficção e a realidade. Ficou confirmado que 1841 foi o ano do seu nascimento. Supunha-se que ele tivesse ocorrido mais para finais da década e que, por isso, ela não fosse a primogénita do bacharel Ayres da Costa Mendanha Benevides Cirne, e que o seu baptismo se tivesse realizado em Landim.

Ficaram bastante surpreendidos os familiares de Emília Amélia quando em 2003 tomaram conhecimento de que, embora num pequeno registo, Camilo a tinha transformado em personagem de um dos seus contos e de que, através dele e devido à idade aí revelada, seria já mais viável o encontro do ano exacto do seu nascimento e da localidade do seu baptismo. Já que o levantamento dos registos paroquiais de Santa Maria de Landim a que havia procedido no âmbito da pesquisa para escrever aquele livro não me tinham revelado o baptismo de qualquer exposta a quem fora dado o nome de Emília Amélia, encetei então a pesquisa em outras fontes a fim de apurar se a hipótese da provável relação da personagem com a pessoa tinha consistência. Embora sendo uma derivação da linha da minha pesquisa, já que ela se centrava no apuramento da informação deixada pelo arquivo daquela paróquia, eu desejava apurar se teria havido alguma omissão na feita daqueles assentos, como uma ou outra vez se verifica em qualquer documentação que já faz parte dos arquivos (tanto o esquecimento de feitura do assento como a perda de livros podem explicar essas ocorrências). Apenas na sequência dessa investigação foi possível saber que não houvera incúria na escrituração dos livros de assentos como também obter respostas credíveis que justificam as notas deixadas nos parágrafos anteriores e a satisfação dos seus descendentes pelo facto de a condição de inspiradora de uma personagem camiliana no conto de que faz parte, embora de muito reduzido papel, ter ficado claramente confirmada. Se dúvidas havia, elas dissiparam-se e a grata memória que dela ficou nos seus descendentes foi, naturalmente, acrescida a partir de então. A prudência deu lugar ao contentamento e os dados biográficos já conhecidos e publicados podem ser completados com o que dessa pesquisa se apurou.

Quanto à identidade de “Amélia de Landim” e à compreensão de alguns aspectos descritos por Camilo sobre a razão da falta de contactos que o pai manteve, elas revelar-se-iam anos depois da festa com que o escritor homenageou os amigos que o visitaram. Após o falecimento do pai houve conhecimento de que, por testamento, ela era reconhecida como filha e herdeira juntamente com sua irmã, já então dotada porque se havia casado. A escritura de divisão de bens com sua irmã serve para atestar a sua identidade. E há também quem, sendo ainda criança, a tenha conhecido e dela agora tenha memória. Os dotes vocais, cabelos louros e olhos azuis com que Camilo a retratou, esses atributos também adornam ainda alguns dos seus descendentes e são memória, ténue, embora, de quem, sendo ainda criança, a conheceu.

Há, no entanto, interrogações que ainda persistem, como a da identidade de sua mãe. Muito provavelmente não era a mesma pessoa que fora depois mãe de sua irmã e de seu irmão. Certamente, por essa ausência, nunca fora chamada à casa paterna nem recebeu o abraço materno que a teria prendido a esse lar quando a ele chegou depois de tomar conhecimento do falecimento do pai. É isso que poderá explicar o silêncio deste e a revelação tardia da filiação paterna de Emília Amélia. A relação do pai com outra mulher





de quem também teve filhos talvez fosse desmotivadora de quebra do anonimato e de dar à filha ajudas declaradas. Esta é uma hipótese que se deverá considerar como possível alternativa à justificação considerada por Camilo para a permanência do anonimato paterno: o seu comportamento folgazão e de namoradeira. Não é fácil aqui, por falta de documentação, poder dar-se consistência à mesma aliança útil acima referida quanto ao conhecimento da data do nascimento, de modo a estabelecer-se a distância ou a proximidade entre ficção e realidade.

Desde que Emília Amélia passou a ser dotada ela tornou-se também um “bom partido”! E os pais do José aceitaram-na então com gosto para nora. José Álvares Pereira Carneiro, o seu amor dos quinze anos, o “António do Couto de Baixo”, neste conto, foi quem *Amélia de Landim* quis para marido, diz-nos Camilo. Talvez assim tivesse acontecido. Não é descabido admitilo atendendo às considerações acima expressas. Mas o casamento não se celebrou em Santa Maria de Abade, como diz o escritor. Foi na igreja de Requião, freguesia onde Emília Amélia residia, que ele teve lugar em 17 de Abril de 1870. Depois, a partir do casamento, o seu percurso de vida é bem conhecido. A família que constituiu partilhou-o com afecto. A sua vida de casada decorreu no espaço de encontro das freguesias de Santa Maria de Abade, S. Salvador da Lagoa e S. Paio de Ceide. E a felicidade habitou nesse lar.

Na casa em que viveram, em S. Paio de Ceide, encontra-se gravada a data de 1748. A porta que esse lintel encimava, à face da Estrada Municipal 573, dava acesso à eira onde Emília Amélia da Costa Mendanha, já idosa, ainda juntava a sua voz aos “coros de raparigas” que regressavam das fainas agrícolas nos campos que ela e seu marido possuíam nessa e outras freguesias vizinhas. Do eirado a que Camilo a fez chegar, depois de cumprido o luto pelo falecimento de seu pai, e apresentar-se como disposta e desejosa de casar com o seu antigo namorado, também podemos encontrar sinais da sua existência e, portanto, de mais um elemento que o escritor utilizou para construir essa passagem do texto *Aquela Casa Triste*.

Camilo diz também, logo no início do conto de que venho tratando, que de sua casa de Ceide via o sol poente bater nas vidraças daquela outra casa da qual vira abrir os alicerces havia dez anos em Ruivães. Por esse tempo ele andara a “decifrar a lenda meio histórica dos Correias de Sá nos frescos do tecto apainelado” de mais uma casa dessa mesma freguesia e em que colocaria a residência de Leonor, a pretendida por Rui Gomes de Azevedo, o senhor do paço de Ninães, para esposa. No decurso desses passeios e reflexões dera com o outeiro onde a mencionada casa se construía e donde podia avistar, lá mais em baixo, no lugar de Roboredo, o “palácio cavaleiroso” dos Correia de Lacerda, a residência da família de Leonor, e, mais ao longe, o monte de Santa Cristina ou monte de Vermoim a que Camilo chama a serra de Vermoim. Hoje, como que a assinalar a topografia do local da implantação daquela casa que vira nascer, está a rua do Outeiro a confinar, pelo Norte, com essa casa e a apresentar, voltada a S. Miguel de Ceide, a fachada Poente confinante com o jardim e terreno de cultivo.

Dez anos depois do começo dessa construção e após muitas ocorrências tristes, Camilo principiou a escrever este texto, fazendo do dono dessa propriedade e da filha deste os principais protagonistas. Tinha então elementos bastantes para mais um conto o qual as pessoas que historiava já não poderiam ler. E a ficção e a realidade misturam-se, sem que, no entanto esta fique indecifrável. Pelo contrário. Podemos confirmar a base real em que se inspirou. Ao dizer que estava “vendo daqui” as vidraças a brilhar à luz do sol

poente, referindo-se à hoje denominada Casa do Areeiro, não repugna aceitar que estivesse a situar-se na sua residência de Ceide. Poderia também ser das imediações. A distância, pouco mais de 3 quilómetros em linha recta, não impedia que a alcançasse se não houvesse arvoredo a ocultá-la. Hoje, já o vê-la dali, tornar-se-lhe-ia mais difícil, pois o arvoredo de permeio e as construções entretanto erguidas apenas possibilitam uma aproximação ao espaço onde está implantada.

Naquelas andanças de uma década atrás pudera conhecer o proprietário dessa casa e alguns aspectos da sua vida. Diz: “Avizinhei-me dele com o semblante risonho de cortesias para lhe perguntar como ia, em monte assim agro e ermo, fabricar edifício tão grandemente cimentado”. O interpelado respondeu “que tinha em Benguela uma filha, com quem andara viajando na Suiça. E que a sua Deolinda, estanciando nas empinadas serras de S. Gothard, lhe dissera que seria feliz se morasse no topo de uma montanha, em casa imitante de outra onde pernoitara, e donde vira levantar-se o sol do seu leito de neve”. Mas não seria razoável que fixasse residência permanente num lugar como esse dos Alpes suiços ou de outro local idêntico. Em Paris a filha também não queria viver. Então, ele, pai extremoso, rico e saudoso da pátria, disse à filha que, por cima da casinha onde nascera, em um outeiro do Minho, “sobranceava um alto monte, golpeado de regatos que derivavam por entre arvoredos fresquíssimos”. E acrescentou: “Irei fazer a casa no alto do monte, (...) visto que preferes, a viver em Paris, uma casa nas serras de Portugal”.

Aqui está o retrato que Camilo fez do lugar onde o seu “António Duque” estava a levantar o “palácio industrial” e de onde se avistava o “palácio cavaleiroso que desabava”. Esse retrato não passa de uma muito tênue aproximação às paisagens que Deolinda contemplou em S. Gothard. O “ostentoso chalet que a filha fantasiara” não foi edificado nem o “alto do monte” foi o lugar escolhido para a construção do dito “palácio industrial” do “Africano”. Não deixa, porém, de ser uma boa construção em lugar soalheiro com vista para amplo horizonte e que sobressaía de entre as pequenas casas que por então haveria nas proximidades e mais à distância.

O convívio acentuou-se. Por esse meio o escritor pode acrescentar novas informações ao conjunto dos dados obtidos nos primeiros encontros. Com as informações que foi recolhendo, constituiu assunto que não deixou de explorar já que ele lhe proporcionava matéria de utilidade para novo texto. E tudo quanto apurou pelo diálogo acabou por adquirir mais interesse para um trabalho literário devido ao desfecho precoce de duas vidas: a do “Africano” ou “António Duque” e a de sua amada filha “Deolinda”, que era “mulata, e bela quanto cabe ser”, e pelas relações que continuou a manter com a viúva e seu segundo marido a quem visitava e presenteou. Por todos esses contactos ele pode conhecer com pormenor as histórias da vida daquele negociante em terras de Angola.

E a conversa que manteve com a minha Amiga, Sr.<sup>a</sup> D. Maria Armada Nascimento Pereira, sobrinha-bisneta desse proprietário (“o tio Miguel”) e neta de uma sua sobrinha que fora sua segunda mulher, permitiu-me levantar um pouco o véu sobre os alicerces em que Camilo assentou a obra que intitulou *Aquela Casa Triste*. Fui depois consultar a documentação em que ficaram registados os percursos de vida das pessoas que nela o autor envolveu e pude estabelecer os pontos de contacto e as afinidades, assim como as discrepâncias, entre a realidade e a ficção. Constatei então que Miguel Lino Ferreira de Sousa, natural de Ruivães, fizera fortuna em Angola, talvez na área de Luanda, como negociante de madeiras. Aí casara com D. Angelina de Oliveira Machado e







Almeida e enviuvava. Querendo regressar a Portugal mandou erguer aquela casa cuja construção suas irmãs e um irmão sacerdote acompanharam durante a sua ausência. Da capela que o escritor refere não encontrei sinais nem memória. O que há é um pequeno nicho embutido no muro de vedação com uma escultura de pedra representando Cristo a qual, no decorrer de trabalhos agrícolas, foi encontrada pelo avô daquela senhora de quem obtive as informações que aqui uso.

Regressado, depois de, na sequência de um naufrágio provocado por concorrentes no negócio, ter perdido boa parte da fortuna que amealhou, Miguel Lino casou em 9 de Novembro de 1868 aos 52 anos com a jovem sobrinha Júlia Etelvina de Sousa, de 20 anos, que, ainda antes de serem completos dois anos de casamento, deixaria viúva e de quem não teve filhos. Fez testamento. Em 7 de Agosto de 1870, três dias depois do seu óbito, faleceu com 22 anos Maria Amélia Lino, a sua filha natural nascida em Luanda, a “pretinha” (assim a identificam, carinhosamente, os familiares) que trouxera de África já doente. Não veio a tempo de se recompor da doença que se esperava superasse com os ares de Portugal. Mas foi dotada ou herdada e fez testamento.

Ficou a casa menos grandiosa do que era suposto que ficasse se o seu proprietário “africano” não tivesse sofrido os contratemplos que sofreu ou se tivesse tido mais anos de vida. Quanto ao número de janelas da casa grande que “branqueja no espinhaço do monte” e onde aquela Senhora, suas irmãs e os filhos de todas elas nasceram, além de sua mãe e tios, importa, antes de mais, fazer duas observações: as obras, posteriormente introduzidas, para ampliação e melhor aproveitamento do sol poente, levaram à modificação de parte dessa fachada, sem que houvesse alteração do número real de janelas, segundo informação da Sr.<sup>a</sup> D. Armanda; para o lado Sul foi construído um novo espaço anexo, destinado ao funcionamento de uma escola mas essa obra também não alterou o número de janelas já que, sendo aí a cozinha, essa parede tinha apenas uma pequena abertura. Posto isto, e contadas as janelas rasgadas nessa casa, podemos concluir que o edifício primitivo deveria ter mais que as “quinze janelas” que Camilo lhe atribuiu já que, só na fachada nascente, voltada para a rua que homenageia o músico José Paiva, são oito as janelas que podemos ver; no alçado Norte abrem-se mais quatro. Assim, só nestas duas fachadas, são doze as janelas da construção ordenada por Miguel Lino Ferreira de Sousa. Acrescentando outras oito a Poente encontramos vinte janelas no primeiro piso dessa Casa do Areiro.

Uma palavra final sobre as datas que os documentos fornecem e as que o escritor nos dá. Começou a escrever este conto seis meses depois daqueles óbitos terem ocorrido em Agosto de 1870. Mais ou menos por Fevereiro de 1871, portanto. Mas *Aquela Casa Triste* é datada de 1872. Um desfasamento, apenas, explicável, certamente, pela diferença de tempo entre o princípio da escrita do conto e a publicação do mesmo. Mas uma evidência importa destacar: a de que foi depois daqueles óbitos que a redacção deste conto teve início, o que confere a autenticidade possível a um texto literário em que retalhos de vidas são o tema abordado e a que os óbitos dos principais protagonistas conferem interesse acrescido pela carga emotiva que proporcionam. Já uma outra data merece mais consideração. Camilo situa o naufrágio da “carga da Deolinda” em Fevereiro de 1869, o que a realidade parece não confirmar. Apenas a ficção a explica. É que o casamento teve lugar em Novembro do ano anterior. Por conseguinte a sua chegada a Portugal ocorreria, pelo menos, no decurso de 1868. E poderia ter sido nesse ano concluída a casa embora sem a opulência inicialmente prevista. No entanto, todos esses desfasamentos entre o que a realidade mostra e o que o escritor nos legou se compreendem, pois, sendo a realidade recriada pelo autor, pode ser dada ênfase a alguns aspectos, modificados nomes autênticos e alteradas datas bem como introduzidos novos cenários e episó-

dios resultando de toda esta composição um texto cujo enredo é o produto de uma combinação entre factos reais e cenas ficcionadas. Importa, porém, aqui salientar a evidência da base real de que Camilo partiu para escrever este conto, o que foi conseguido pela pesquisa empreendida, procedimento seguido em outros casos abordados nestes encontros.

2 – *Beatriz de Vilalva* – A pena de Camilo também trouxe S. Pedro de Esmeriz para a sua obra, através do conto *Beatriz de Vilalva* que igualmente integrou em *Noites de Insónia*. À igreja dessa paróquia foi Camilo ser padrinho de um filho de António José Pereira Coutinho, da casa de Pereira dessa freguesia, e da já sua mulher, Maria Gomes. Era filho legítimo, enquanto que sua irmã, Albina, havia nascido em Novembro de 1865, ainda antes do casamento dos pais. O retábulo do altar-mor e a pia baptismal desta igreja viram o escritor naquele dia 26 de Setembro de 1867 a apadrinhar uma criança que recebeu o seu nome. Igualmente Camilo foi o nome daquele outro menino, seu afilhado também, que um ano antes, a 12 de Setembro de 1866, foi baptizado na igreja paroquial de Landim e de um outro que recebeu as águas baptismas na igreja de S. Paio de Ceide em 1877.

Aquele fidalgo era pessoa das relações de Camilo e o escritor colocou-o num conto – precisamente este que aqui se comenta – porque ele, embora indirectamente, fazia parte das circunstâncias que conduziram ao despoletar do processo criativo desse texto. O mesmo não se verificou com outros seus amigos, como António Vicente de Carvalho Leal e Sousa, da quinta do Mosteiro, em Landim. Ou seja, nem todas as relações de amizade transitaram para o contexto da ficção nos textos que escreveu. Por esta obra, *Beatriz de Vilalva*, ele, Camilo, mostra que lhe aprazia estabelecer relações sociais com pessoas e famílias das elites locais. A assinatura do escritor aparece neste assento de baptismo. Ela, sendo um testemunho do papel que ele teve nesse sacramento, faz-nos crer na veracidade de boa parte desse conto.

Acompanhemos alguns momentos do percurso do escritor naquele dia para cumprir o convite que o amigo lhe formulara. Dirigiu-se para a igreja antes da hora marcada. E conta como foi a espera: “Detive-me a observar a residência de padre João de Queiroz – silenciosa como um grande tumulo, com dous ciprestes à porta, com um rocio coberto de arbustos e herva espontanea a entestar na escada ingreme do sobrado. Tres janellas de rotulas fechadas e espessas”. Desse retrato, se é que de retrato trata essa descrição, temos apenas uma fotografia que o Prof. Franquelim Neiva Soares



incluiu na sua obra *Monografia de S. Pedro de Esmeriz*, Vila Nova de Famalicão, 1987. Mas o “escritor público” – assim identificado no assento desse baptismo – “viu” por detrás das vidraças de uma dessas janelas a figura de uma jovem mulher a espreitar e a retirar-se logo que notou ter sido vista. Não se esqueceu dessa visão e, mais tarde, em 1870, juntando-lhe as palavras que na feira-grande de Maio lhe dissera o já muito envelhecido padre, com poucos vestígios “do robusto homem dos cinquenta anos”, idade que tinha quando, havia quinze anos, o vira pela primeira vez, fez a associação que faltava. Soubera então que dos apelidos do abade fazia parte o de Coimbra e que, pelo casamento do avô deste sacerdote, a quinta do Pomar, em Felgueiras, entrara para a família a que ele pertencia. “A denominação da quinta suscitou-me a primeira reminiscência”, diz o escritor, que, assim, começou a recordar o que, de forma “adulterada” ouvira contar havia muitos anos na casa de Pildre, nas proximidades de Amarante.

Estes dois momentos, separados por três anos incompletos, foram determinantes para o nascimento deste conto. O conhecimento que tinha da vida do abade da paróquia em tempos idos e em lugar distante e aquela recente “visão” foram determinantes para a escrita deste conto. As conjecturas surgiram, as relações foram-se fazendo, o processo criativo arrancou e o conto surgiu sob aquele título. O pároco da



freguesia, o abade Rodrigo Ricardo Rodrigues Coimbra, foi a personagem a quem Camilo vestiu com as roupagens de João de Queirós como uma das figuras centrais daquele conto. Em 9 de Outubro de 1868 este pároco assinou o seu último assento de óbito. O apelido Coimbra ali está, como em outros assentos, a estabelecer mais um encontro entre a ficção e a realidade. Agravara-se-lhe a doença ficando os registos paroquiais por fazer até ao fim de 1872. Foi o novo pároco quem cumpriu o despacho datado de 29 de Janeiro de 1873 que ordenava que lançasse todos os assentos paro-

quiais em falta. Camilo aponta a doença do clérigo. A documentação confirma-o.

A “visão” que Camilo teve daquela mulher enclausurada serviu também para inspirar a pintora Helena Santos com um quadro que intitulou *Clausura* e que fez parte da exposição que entre 9 e 17 de Março de 2005 apresentou no Museu Bernardino Machado em Vª Nª de Famalicão.

3 – *A Brasileira de Prazins* – A quinta do Pregal e a “casa de Passelada”, ambas localizadas em Landim, e os seus proprietários remetem-nos para *A Brasileira de Prazins*. Landim foi uma das freguesias a que Camilo acedia com mais facilidade e com prazer pela proximidade e amizades que nela tinha. Os caminhos que António Correia, da quinta de Passelada, percorria de sua casa até ao colégio onde dava aulas, igualmente o romancista de S. Miguel trilhava nos seus passeios pela “aldeia engravatada” de Landim e, por isso, os conhecia muito bem.

Algumas particularidades da vida das pessoas que viveram ou viviam nos lugares dessa e de outras localidades por onde deambulava chegavam, desse modo, ao seu conhecimento. Outras chegavam-lhe directamente a casa pelas informações obtidas por Ana Plácido. Por essas diferentes vias o escritor obtinha a “matéria-prima” para tecer a sua obra literária. Depois ... era passar uns dias ou semanas, às vezes mais, e a obra ficava pronta a ser publicada. Com o produto obtido pela sua pena e pela sua capacidade criadora, o “trabalhador da escrita” ficava em condições de o comercializar e angariar os recursos de que tanto necessitava para viver.

Reparemos agora nos “encontros” que se poderão detectar em *A Brasileira de Prazins*.

Foi na “casa de Passelada”, localizada na margem direita do Pele e nas proximidades da ponte Pedrinha, que em 1862 nasceu Ana Rosa que viria a ser a companheira de Nuno Castelo Branco e onde também nasceu o tio desta, António Correia, que Camilo imortalizou como José Dias ou José Dias de Vilalva em *A Brasileira de Prazins*. António era filho de José Bento Correia e de Maria Rosa Dias. Antes de ingressar no seminário de Braga, António Correia recebeu lições de latim do padre José Queirós Sampaio, da casa da Covilhã e pároco de S. Paio de Ceide, conforme nos informa Veloso de Araújo in *Camilo em San-Miguel-de-Seide*. O escritor fez daquele sacerdote a personagem Frei Roque.

Atravessada aquela ponte medieval e seguindo a estrada que levava ao coração da freguesia, ele, António (José Dias) chegaria em poucos instantes aos muros que vedavam, como hoje, a quinta do Pregal.

Lá dentro ficava a casa e a grande eira e celeiro, espaços indispensáveis, sobretudo sempre que as fainas das colheitas e arrecadação dos cereais de uma grande propriedade minhota decorriam. Nessa quinta nasceu, cresceu, viveu e morreu Leonor Correia Machado, provavelmente a inspiradora da personagem “Marta” daquele romance. Leonor era filha de Manuel Correia Machado e de Joana Teresa. A Marta, Camilo deu por pais Simeão e Genoveva.

Duas famílias rivais de Landim – a de Passelada e a do Pregal – viram o filho de uma e a filha da outra enamorarem-se. Trata-se, creio bem, de António Correia e de Leonor Machado.

Por estas relações de personagens com pessoas, vê-se que Landim teve nesta obra de Camilo um lugar central, embora o nome da freguesia não conste claramente expresso. Seria para ter maior liberdade de misturar realidades com ficção? Somente a uma personagem de segundo plano é que o escritor associa o nome de Landim – trata-se de o “Zê Landim”. Personagem/pessoa de menor posição social ou também por se tratar de alguém que não poderia, por dificuldades económicas, sociais e culturais, rebater as tintas do retrato com que era pintada? Com *O Cego de Landim* a referência é explícita e com *Maria Moisés* as alusões podem ser reconhecíveis. Bastariam esses três títulos para se verificar que esta freguesia teve lugar assinalável na inspiração do escritor.

Para a construção deste romance, é de admitir que o seu autor tenha partido de um simples escrito que “Marta” teria enviado a “José Dias” e que, esquecido dentro de um livro que pertencera a esse estudante de Passelada, chegou às mãos de Camilo. Mas esse bilhete seria real ou foi por ele construído? E chegaria realmente às suas mãos pela oferta que os familiares de António Correia lhe fizeram dos livros deste estudante? E teriam mesmo existido esse presente e esse escrito? E, caso tivesse acontecido essa oferta, com ou sem bilhete, teria para ele contribuído o facto de António Correia, o “José Dias”, ter sido tio de Ana Rosa? Não é de excluir essa possibilidade, já que, pelo facto de ela ser a companheira de Nuno Castelo Branco e terem ambos vivido algum tempo na casa onde vivera António Correia, o encaminhamento dos livros que ficaram deste estudante até às mãos de Camilo estava facilitado porque eles lá continuaram depois do falecimento de António e, portanto, acessíveis aos seus familiares. A informação contida nesse bilhete, se é que ele existiu de facto, talvez tivesse sido a ponta da meada que o escritor foi desfazendo e tecendo com outros fios procedentes de meadas diferentes, incluindo as da sua criatividade, obtendo com todos esses recursos as diversas ideias que organizou para compor a trama dessa obra. Se não existiu, foi a partir da sua invenção que o enredo começou a desenvolver-se. De uma forma ou de outra e sempre misturando realidades e ficção foi construída *A Brasileira de Prazins*.

Assim é também que, confundindo personagens com pessoas e transpondo Prazins, entre Avidos e Salvador da Lagoa, para o lugar do Pregal, em Landim, vou entrançando ficções com realidades. A atenção aos nomes das pessoas que identifiquei e das personagens que o escritor criou ajudará a colocar cada situação vivida por cada uma delas no seu respectivo contexto, sem esquecer que não fica estabelecido um paralelismo total entre o que foi vivido e o que foi imaginado. As diversas ocorrências ficcionadas não são relacionadas em todos os aspectos com as biografias correspondentes para serem rigorosamente confirmadas ou rebatidas. A uma analogia mais ou menos evidente segue-se a intrusão de realidades de outras procedências ou



ficções provenientes da imaginação do escritor com a liberdade criativa em que a coerência não tinha que ser forçosamente norma a seguir, desde que a compreensão do enredo ficasse assegurada.

Posto isto, entremos nos encontros e desencontros de que me apercebi ou admiti existir e me propus apresentar. O código administrativo de 1842, surgido na sequência da legislação produzida entre 1840-1842, instituiu uma nova autoridade local – os regedores de paróquia. E Camilo trouxe para este romance essa novidade administrativa. E pôs dois conterrâneos em espaços partidários distintos, alternando o exercício do cargo de acordo com a força dominante com que cada um deles se identificava. Essa colocação é mesmo um sinal de que eram ambos de Santa Maria de Landim, ou melhor, um e outro tinham de ser colocados, na realidade como na ficção, na mesma freguesia em ocasiões distintas. Não podiam alternar e disputar o poder no cargo que Camilo refere, se fossem de paróquias diferentes. É que, mesmo na ficção, impõe-se um mínimo de coerência para que o que se escreve seja compreensível e até aceitável, fazendo-a confundir-se com a realidade. Essas duas famílias tinham de se situar na mesma paróquia. E a casa de Passelada situava-se em Landim e nela vivia o estudante António, que em 1856 faleceu com trinta anos de idade. Foi ele o “José Dias”. Consequentemente, a família de “Prazins” também aí tinha de residir.

No romance sobre o qual estamos a buscar encontros da ficção com a realidade e a analisar os desencontros, Simeão, pai de Marta, foi regedor um ano. Caído o governador civil que o nomeara e restaurada a Carta, “voltou ao poder o Joaquim de Vilalva, cartista puritano” e pai de José Dias (ou António Correia, da casa de Passelada, e irmão do pai de Ana Rosa). A “restauração da Carta” e o regresso de Joaquim de Vilalva ou Joaquim Dias ao posto de regedor foram para Camilo “Duas restaurações boas”. Mas voltaria a regedoria ao primeiro, depois que “Joaquim de Vilalva, desgostoso e doente com a morte do filho, pedira a demissão” do cargo. Decorrem estas mudanças de exercício do poder local em período de agitação política. Tudo isto na ficção elaborada por Camilo. É nesse domínio ficcionista que nos colocou ao tratar destas rivalidades políticas. Na realidade elas não ocorreram, uma vez que Leonor perdeu o pai em 1833, pouco depois de ter nascido em 16 de Dezembro de 1832, e o cargo de regedor ainda não estava instituído.

A rivalidade de Manuel Correia Machado com o pai do António não podia ter lugar nesse contexto. Mas Camilo aproveitou-se de acontecimentos históricos para a criar e, juntando-lhe aspectos de natureza económica e moral, construir o enredo do romance. Foi do período dos confrontos da Maria da Fonte e da Patuleia que o escritor se serviu para a construção da trama que opôs os representantes do Pregal (Prazins) e da Passelada pugnano por ideais divergentes que defenderam pelas armas e pelo exercício da função de regedores em momentos alternados, como sugere Camilo. Não é mais que ficção todo esse envolvimento militar, opções políticas e desempenho de cargos. Temos de considerar que, embora sejam informações de História que Camilo nos deixa, elas são apresentadas ficcionalmente com modificações temporais. E disso resulta o desencontro com a realidade. Apesar de presente, está desajustada. Importa, no entanto, não esquecer que o escritor não tinha que ser historiador ou um mero narrador. A sua capacidade criativa e o fim a que se destinava o que escrevia justificam as alterações da realidade em que se baseava. Porém, a poder dar uma nota de certa verosimilhança, deve notar-se que o pai de Leonor morreu nos começos de Fevereiro de 1833, preso, no Porto quando se vivia o apogeu das lutas entre realistas e liberais. Teria sido capturado por ter pertencido às fileiras dos miguelistas atacadas pelos liberais? Pode bem assim ter sucedido e disso ter resultado uma marca política que Camilo aproveitou transpondo-a para outro tempo e dando-lhe o aproveitamento que convinha à ficção. Mas a pesquisa que efectuei não me concedeu qualquer resposta esclarecedora das razões da prisão. Se elas tiveram a ver, de facto, com questões políticas, então ele tinha abraçado a causa dos primeiros e antes de o regime liberal ter conduzido ao surgimento de outras modalidades de opções políticas.

Talvez, talvez apenas, fossem distintas as opções políticas dos dois conterrâneos, ou, pelo menos, a adesão de um deles, anos antes, à causa em que acreditava. Razões políticas, já de origem distante, pode-

rão ajudar a explicar os obstáculos postos ao casamento do António, cujo pai era vivo, com Leonor, já órfã de pai. Além disto, até motivos de outra natureza poderiam ter determinado ou influenciado essa oposição. Pelo menos no caso do casamento de José Dias com Marta elas existiram. Camilo aponta-as referindo que “os pais do estudante” já lhe tinham dito “que mudasse de rumo”. A mãe do rapaz, Maria de Vilalva, justificava a sua firme oposição “dizendo que a Marta era de ruim casta; que a mãe, a Genoveva, dera desgostos ao homem, pintava a manta nas romarias (...) e um dia



pegara a dar gritos na igreja, toda a gente disse que ela tinha o demónio no corpo, e afinal morrera doida, atirando-se ao rio Ave” ainda antes do casamento de Marta. Isto passou-se com a personagem Genoveva. Vemos aqui razões morais a determinar a recusa dos pais de José Dias em aceitarem Marta como nora. Quanto à mãe de Leonor sabemos que este seu segundo matrimónio, de que nasceu Leonor e um filho, durou três anos e três meses, que, após ter enviuvado tivera um outro filho, casou depois pela terceira vez e morreu em 7 de Outubro de 1872, sete anos antes de o escritor dar início à escrita desta obra, mas já depois do casamento da filha e de esta lhe ter dado netos. Foi tempo bastante para se munir de suficiente informação que lhe permitiria escrever este romance com alguma base de veracidade. Contudo, não só de informação se serviu o escritor para lavrar este texto. Também criou situações para as personagens desta obra utilizando enredos capazes de despertar e estimular o interesse do público leitor. A mera descrição de percursos de vida não era o objectivo do texto já que a mistura da realidade com a ficção ao jeito que a elaborou teria muito mais interesse para captar a atenção dos leitores. Certamente não lograria a aprovação das pessoas que, por esse propósito e capacidade criadora, sendo transformadas em algumas daquelas personagens, ainda se pudessem ver nelas identificadas pelo público leitor que, menos atento aos mecanismos da escrita ficcional que o romancista praticava, desse a esse processo literário caminho inverso. Tal “reprovação” poderia ter acontecido com Joana Teresa. Camilo, tendo-a transformado em Genoveva, fê-la morrer afogada no rio Ave. Contudo, Joana Teresa, depois de receber os sacramentos, faleceu no seu leito naquele dia de Outubro em que precisamente completava sessenta e nove anos de vida. O cemitério de Landim foi a sua última morada nesta freguesia. À personagem Genoveva o romancista atribuiu outro fim, mais ajustado à construção de um texto temperado com algum dramatismo, como este de *A Brasileira de Prazins*. Neste romance, como em outras obras de Camilo Castelo Branco, temos de considerar que atributos das personagens, circunstâncias das suas vidas e ocorrências a que aparecem ligadas têm, por vezes, de ser consideradas, total ou parcialmente, apenas como produtos da criatividade do escritor. A correspondência que em outras passagens da obra é reconhecível pode desaparecer em outros momentos do enredo do mesmo texto. Neste é evidente que assim aconteceu, pelo menos no dramático final de vida que teve a protagonista Genoveva logo na infância ou adolescência de Marta.

Segundo Alexandre Cabral, este não é um romance de “estilo velho” nem um “romance faceto” nem “romance realista”. Não é também romance científico nem moderno, mas não fica, por isso, em causa o seu valor literário, destaca Alexandre Cabral na nota introdutória à edição camiliana do Círculo de Leitores, sem data. O enredo romanescos de *A Brasileira de Prazins* é “uma mescla de tudo isso” e atesta “o desmoronamento do tradicional universo novelístico camiliano”, diz o mesmo camilianista. E Camilo pôde escrevê-lo porque já tinha então os ingredientes necessários para isso mas deu-lhes os arranjos que nessa fase da



produção literária, a sua arte entendeu apropriados. E não esqueçamos que as notas biográficas, as históricas e as ficcionais se embrenham de tal forma numa construção literária que os factos reais não sobressaem com clareza e coerência definitivas. Os dados são baralhados pela capacidade criativa do talentoso escritor. Até mesmo, talvez, para dificultar a comparação com as suas fontes de inspiração.

António, filho de José Bento Correia, da casa de Passelada, nasceu em 2 de Abril de 1826 e faleceu em 11 de Novembro de 1856. Foi professor no Colégio de Landim. Para lá chegar, caminhava pela

estrada confinante com os muros da quinta do Pregal onde morava Leonor. Tudo condiz, menos os nomes, com os retratos que Camilo fez de José Dias de Vilalva ou o Dias de Vilalva e de Marta. E também de Simeão e de Joaquim de Vilalva, os pais dos dois protagonistas. Ambos tinham razoáveis recursos económicos, embora os de Passelada fossem avantajados proprietários e medianos os de Pregal, conforme a distinção feita pelo escritor em relação às personagens que criou. Quanto à titularidade das casas, na realidade ambas provinham dos chefes das respectivas famílias, embora, em relação à de Passelada, Camilo a coloque, pela ficção com que elaborou os respectivos detentores, nas mãos de Maria de Vilalva e quanto à do Pregal sabe-se que ela era por então gerida pela viúva de Manuel Correia Machado, embora Camilo a dê ainda gerida por este.

Órfã de pai, Leonor passou os anos da sua meninice e juventude na quinta do Pregal, certamente sem que o pai a tivesse conhecido e, por conseguinte, sem ter acompanhado qualquer momento do seu crescimento, das suas alegrias e tristezas, dos seus amores e desamores. Foi a mãe, Joana Teresa Machado, quem a criou, bem como ao António, igualmente filho do casamento de Joana Teresa com Manuel Correia Machado, e ao José, nascido depois de enviudar desse segundo matrimónio.

Oposições familiares, certamente providas da família do António e, de certeza, sem a intervenção do pai da Leonor falecido quando ela ainda mal abria os olhos, impossibilitaram o casamento entre estes dois landinenses apaixonados.

António foi para o Brasil. Viajou num navio em que serviu de ajudante do capitão e que era pertença da mãe de Ana Plácido, então casada com o “armador” e negociante Pinheiro Alves, residente no Porto e proprietário em S. Miguel de Ceide (Ver Veloso de Araújo in *Camilo em San-Miguel-de-Seide*). António regressou a Landim e aqui faleceu em 11 de Novembro de 1856, estando já Leonor casada com o tio materno, Joaquim Costa Araújo, com quem teve onze filhos e não os cinco que se contam em *A Brasileira de Prazins*. Diz-nos aquele biógrafo de Camilo que, regressado, o António obteve colocação numa escola oficial “no lugar das Águas, da freguesia de Cabeçudos. Pouco tempo depois morreu tuberculoso”. A data do óbito de António está comprovado no assento paroquial dos óbitos da freguesia de Santa Maria de Landim, como constatei ao fazer o levantamento dos assentos paroquiais que integrei em *Santa Maria de Landim – os seus Espaços e a s suas Gentes (da Segunda Metade do Século XVI a Finais do Século XIX)*, Braga, 2004. Não obstante a marca criativa, também é notório que há neste romance aproximações da realidade com a ficção.

Do José Dias e da Marta, Camilo diz-nos que, ainda no tempo em que Marta e o pai sonhavam com a aliança entre a sua família e a da casa de Passelada, “José Dias, o estudante, estava sempre em Prazins”. Era perto de sua casa, não admira, portanto, a assiduidade das visitas a *Prazins* (Pregal, em Landim). Mas já sem a presença do pai de Leonor. O pai de Marta, esse sim, era personagem e, por isso, intemporal. E

Camilo deu-lhe vida mais longa que a que na realidade tocara viver ao pai de Leonor.

Não foi com José Dias que Marta casou. Mas não o esqueceu. E já casada com Feliciano da Retorta e vendo seu pai "ali a morrer por causa dela", na sequência dos ferimentos que recebera quando fora atacado, dizia-se, por ladrões ou então por malfetores contratados por Zeferino das Lamelas que lhe saíram junto de Santiago de Antas quando regressava da feira de Famalicão, atenuava os seus remorsos com promessas à Senhora da Saúde. Era, por estas paragens, grande a devoção a Nossa Senhora da Saúde, celebrada no monte Farelães. Ainda não há muitos anos que os devotos satisfaziam as suas promessas sendo levados em caixões no decurso da peregrinação até ao local de culto. Camilo sabia-o e aproveitou para trazer essa romaria de uma freguesia do concelho de Barcelos para uma das suas obras. Aprazia-lhe deixar registos de costumes, inserindo-os nos textos dos romances ou das novelas biografadas que escrevia.

Também não foi com António que Leonor casou, mas sim em 14 de Maio de 1851 com seu tio materno, como se viu, nascido em 20 de Julho de 1806 e falecido em 16 de Setembro de 1885, já depois da conclusão da escrita do romance. A igreja de Santa Maria de Landim testemunhou os principais actos de vida deste casal que Camilo transformou em personagens naquele romance.

Veloso de Araújo in *Camilo em San-Miguel de Seide* diz-nos que aquele "brasileiro" enriquecera no Brasil e que arrecadara a fortuna que um parente de Leonor lhe havia deixado no Brasil: "consequira apoderar-se de todos os haveres, vindo para Portugal enriquecido com eles, na disposição de casar com a sobrinha". Com a fortuna arrecadada por essas duas fontes, regressou a Portugal e aplicou-a na compra de propriedades. A personagem em que o escritor o transformou – o Feliciano da Retorta – esteve também no Brasil e lá enriqueceu. Há, igualmente aqui, coincidências e semelhanças entre a realidade e a ficção construídas pelo romancista. Por isso, bem pode ter sido a landinense Leonor e a sua história amorosa a fonte de inspiração de Camilo Castelo Branco. E importa realçar que foi em Landim que o casal Leonor/Joaquim residiu e onde nasceram onze filhos. Por isso, Prazins, embora sem existência real nessa freguesia, nela teve existência ficcional através do romance *A Brasileira de Prazins*.

Se há muitas semelhanças e coincidências, há também alterações de designações de lugares, de nomes e apelidos de pessoas, de laços de parentesco e de episódios que, na realidade, couberam a pessoas distintas daquelas a quem Camilo optou por as atribuir mas que são esclarecidas e identificáveis através dos dados obtidos pela investigação em documentos dos quais sobressaem as fontes paroquiais.

A denominação de lugar de Prazins existe nas freguesias vizinhas de S. Martinho de Avidos e de S. Salvador da Lagoa. À quinta do Pregal Camilo aplicou o nome daquele lugar. E com as adaptações que entendeu fazer às realidades espaciais e aos percursos de vidas de pessoas a eles ligadas, desenvolveu o enredo do romance – ou mais uma "biografia enovelada"? – de que Leonor, quer ainda solteira quer depois de casada, foi a principal protagonista com a roupagem de Marta em que muitas das peças que a compunham se reconhecem como as que Leonor usava.

Além desse lugar, também outros espaços próximos de Prazins foram transportados para este romance. Assim aconteceu com o lugar da Pena que se estende pelas freguesias de Santa Maria de Abade e de S. Salvador da Lagoa. Um passeio pelas proximidades ainda nos permite captar um pouco, um pouco apenas, do ambiente pintado por Camilo. Uma placa assinala esse lugar. Algures, por aí, morava o "Alma Negra". Era o Joaquim Melro. Numa noite de Fevereiro ele, "como o porco-montês







e o lobo cerval, embrenhara-se por pinhais e carvalheiras; às vezes, parava a orientar-se pelo cucuritar dos galos tresnoitados e latir dos cães. Ao fundo das bouças ladeirentas rugia o rio Pele nos açudes das azenhas e nas guardas dos pontilhões”, como ainda hoje podemos constatar. “Lamelas era da parte dalém. Mas o rio, de monte a monte, rugia intransitável nas pequenas pontes. Foi à de Landim, uma aldeia engravatada, onde ainda se avistavam clarões de luz nas vidraças das famílias distintas que jogavam a bisca em ricos saraus de Faubourg Saint-Honoré, com uns deboches sardanapalescos

de sueca a feijões”. Mas o jogo tinha também outros espaços: as tavernas. E na do Chasco, em Landim, estavam “veteranos da antiga quadrilha do Faísca” naquela noite em que Zeferino, “vergando sobre os joelhos, num escabujar angustioso, caiu de bruços”, morto, mas sem a intervenção do Alma Negra. Se quanto ao rio Pele e ao lugar da Lamela a realidade coincide com a ficção, quanto à taverna do Chasco já a sua existência não a pude confirmar.

Um bocadinho de França, tal como um pouquinho das alturas da Suíça, trouxe Camilo respectivamente para *A Brasileira de Prazins* e para *Aquela Casa Triste*.

Este retrato do Pele, já a razoável distância daquele lugar da Pena, é hoje ainda visível a todos quantos queiram percorrer as suas margens ao longo do seu curso por terras de Landim e atravessar as pequenas mas numerosas pontes que unem os espaços marginais que em tempos passados estavam salpicados de moinhos, muitos deles hoje desaparecidos ou em ruínas. Um deles é o lugar da Lamela, nome que também serviu para designar uma quinta nele situada. E “Silvestre das Lamelas” teria sido criado pela ficção do escritor a partir desse lugar, não muito distante do de Pregal. As lamelas seriam, talvez, um conjunto de parcelas agricultadas rotativamente no processo de afolhamento e a “Lamela” tanto poderia significar uma das folhas desse conjunto de terras agrícolas contíguas como corresponder a um conjunto agrícola assim constituído correspondendo, desse modo, ao plural Lamelas (seria um singular em sentido colectivo). De qualquer forma, é plausível ter sido algures, nesse lugar da Lamela da freguesia de Landim, que Camilo colocou a morada daquela personagem.

Camilo apreciou esta paisagem suave e aprazível. Saibamos nós apreciá-la também, se possível beneficiada com as melhorias que se lhe possam introduzir para a tornar mais acessível e convidativa. Uma associação de proprietários talvez pudesse ter uma intervenção importante no sentido da exploração de um turismo moderno, rural e cultural desses espaços e para o qual a recuperação das ruínas dos seus moinhos poderia proporcionar utilizações diversificadas em que aspectos de natureza económica, social e cultural podiam ser recriados enriquecendo-se e divulgando-se, de um modo quase lúdico e de lazer, a história local.

O estudo que fiz da paróquia de Santa Maria de Landim não me permitiu confirmar qualquer relação entre as personagens Gaspar e Silvestre e indivíduos naturais e/ou residentes no lugar da Lamela. Mas não está esgotada a hipótese de ela existir podendo outra pesquisa, utilizando outros métodos e outras fontes, desvendá-la ou, pelo menos, possibilitar uma aproximação. A intervenção imaginativa do escritor na criação de alguns dos episódios por elas protagonizados tanto pode dificultar a descoberta como impossibilitá-la definitivamente. Falta saber se a sua criatividade nada teve a ver com a realidade deste lugar e das suas gentes ou se há qualquer contacto, por pequeno que seja.

A feira de Vila Nova de Famalicão também têm presença em *A Brasileira de Prazins*. É uma feira sema-

nal e nela as transacções de gado eram famosas até há umas décadas atrás. A ela acorriam os lavradores das terras próximas, tanto do concelho como de fora dele, para tratarem dos seus negócios relacionados com a agricultura e a pecuária ou para encontrar amigos. Não surpreende, por isso, que Camilo tivesse dela feito um registo em alguns dos seus escritos. E neste também, como acima se viu.

Da romaria de Santiago da Cruz também se lembrou o escritor. Era igualmente famosa e até há bem poucos anos o enorme e bem ornamentado arco de romaria assinalava com antecedência o local fronteiro à igreja onde ela tinha lugar. E ali permanecia por bastante tempo para regalo de quem passava por essa freguesia utilizando a estrada de Braga ao Porto – a N 14. Essa lembrança ficou através da ida de José Dias “com Marta mais o Simeão ao fogo preso da romaria de Santiago da Cruz”. Aí eles foram vistos “todos três a tomar café de madrugada numa barraca, a cochicharem os dois, muito aconchegados, enquanto o velho tosquenejava a dormir”.

Ainda hoje a romaria em honra de Santiago se realiza naquela freguesia todos os anos no dia 25 de Julho e o largo fronteiro à igreja, com o coreto para a banda de música actuar, lá continua à espera de outros romeiros que ali vão cumprir promessas, divertir-se ou mesmo tomar “café de madrugada numa barraca”, quer o façam ou não muito “aconchegados” e a “cochicharem”.

Para *A Brasileira de Prazins* Camilo Castelo Branco trouxe um ilustre fidalgo e militar realista, de Santa Maria de Vermoim, ao qual chamou Vasco Cerveira Lobo. Atribuiu-lhe como residência a “Casa da Igreja Velha”, que era então uma casa-solar já em ruínas. Era a antiga casa da família Sequeira Lobo que um incêndio depois destruiu e que Camilo avistava da sala onde trabalhava em Ceide. Já no último quartel do século XIX foi construído o actual edifício e nele morreu em 1880 esse militar, pai de nove filhos, dois dos quais, pelo menos, faleceram menores, e três eram do sexo feminino, tal como informa Camilo. Naquele mesmo ano nasceu Afonso Ruas de Sequeira Lobo, último descendente desta família que aí teve berço e avô do meu amável informador, Dr. Eurico Nuno de Sequeira Lobo. Era bisneto de João Inácio de Sequeira Lobo, falecido em 1829 e capitão de milícias do Regimento de Vila do Conde, conforme documentação que me foi facultada pelo seu tetraneto a quem agradeço as informações prestadas.

Um filho de João Inácio Sequeira Lobo foi José Inácio a partir de quem Camilo criou a personagem que denominou de tenente-coronel realista, Vasco Cerveira Lobo, da Igreja Velha, e que nos aparece em *A Brasileira de Prazins*. Em *A Morgada de Romariz*, novela com o enredo iniciado no século XVIII, o militar que aí aparece é identificado como coronel Lobo, também da casa da Igreja Velha. O apelido Lobo é comum nos dois militares, embora as suas patentes sejam diferentes. A carreira das armas, as opções e perseguições políticas não foram alheias a esta família pois devemos ainda ter em conta que Joaquim Tomás de Sequeira, irmão do capitão de milícias João Inácio, foi acusado numa devassa de ter participado numa rebelião miguelista, a mesma opção política daquele tenente-coronel, seu sobrinho. Ficção e realidade tocam-se nestas pessoas e personagens.

Numa passagem deste romance aparece esse tenente-coronel realista, Vasco Cerveira Lobo, já idoso e que, “desde Évora Monte, não cortara as barbas nem saíra das ruínas da casa-solar em Vermoim”. Fora um “rapaz de corte e de intimidade do rei e das infantas, disputado pelas damas da rainha” e tornara-se naquele “ébrio encanecido que, debruçado na janela do seu quarto (...) dizia garotices de lacaio às raparigas que passavam medrosas e o saudavam”.

Certamente, tendo em conta o que diz Camilo,





aquela casa-solar situar-se-ia à face do caminho que dividia as vastas propriedades da família. No entanto, devemos ter em consideração que a ficção tanto encurta distâncias como as amplia, consoante as conveniências da composição do enredo e, por isso, a fotografia da casa descrita por Camilo pode não corresponder rigorosamente à realidade existente na época em que situa os acontecimentos que envolveram o titular daquele solar com a roupagem de tenente-coronel realista, Vasco Cerveira Lobo, “homem nascido ilustremente” e que por volta de 1845 andaria pelos cinquenta anos.

Em *A Brasileira de Prazins* vemos o velho alferes Gaspar fugindo ao zagalote do “Patarro de Monte Córdova” atravessar a ponte da Lagoncinha, passando assim para a margem direita do Ave. Aí chegado tinha de percorrer mais alguns quilómetros para chegar a Landim onde, depois de atravessar o Pele para a margem esquerda, alcançava em poucos minutos o lugar da Lamela podendo então acolher-se “na sua casa das Lamelas”, não muito longe de Passelada e do Pregal. Zeferino e José foram dois vizinhos rivais, pode dizer-se, por uma pretensão comum e que a ambos escapou. Quanto ao alferes Gaspar das Lamelas, ele escapara também, mas aos “malhados de Santo Tirso”.

4 – *O Cego de Landim* – Neste conto o autor é rigoroso na indicação de dados biográficos da principal personagem que fez nascer de António José Pinto Monteiro. Deste landinense existem em Landim testemunhos que o escritor utilizou para, através de uma *biografia enovelada*, o transformar em *O Cego de Landim*. Da sua vida passada em terras do Brasil apenas se sabe o que Camilo escreveu nesta novela, já que se desconhecem as fontes de que se serviu. A documentação local, todavia, permite-nos constatar os principais momentos da sua existência em Landim.

Além da visita de António Feliciano de Castilho e de Tomás Ribeiro a casa do escritor em S. Miguel de Ceide e assinalada em *Aquela Casa Triste*, uma outra ficou registada nesta outra novela. Foi precisamente a do próprio António José Pinto Monteiro, “em uma tarde calmosa de Agosto” de 1863. Ali chegado, foi mandado conduzir ao escritório e, não obstante a sua cegueira, subiu “rápidos e seguros, uns doze degraus”. A Camilo pareceu-lhe ser “sagaz, argucioso e um pouco germânico”. O número de degraus que o autor assinalou não é hoje o que podemos constatar, pois não são doze os degraus de qualquer uma das escadas da casa do escritor em S. Miguel de Ceide. São quinze os que contamos hoje na escada interior e treze na exterior. Não sabemos em qual das escadas Camilo colocou os doze degraus, mas provavelmente nas do interior, o que reduz a probabilidade de algum erro meu de contagem. A diferença pode resultar do facto de na contagem que Camilo dá não ter havido uma preocupação de rigor ou de as obras de restauro não terem tomado à letra essa referência ou ainda por terem sido encontradas indicações distintas naquilo que perdurou.

Certamente que foi esta visita que despoletou a escrita desta obra.

“Nascera em Landim em 11 de Dezembro de 1808”. Assim escreveu Camilo a respeito de António José Pinto Monteiro. Assim consta no registo de baptismo realizado na igreja paroquial da freguesia. Emigrou para o Brasil onde a vida agitada e aventureira que levou o envolveu em desordens, conflitos e desavenças de que resultou ter ficado cego e de ter arrecadado fortuna. Regressou à sua terra natal e aqui veio a falecer. Camilo conheceu-o. Conheceu também a história da sua vida e registou-a sob o referido título. Aqui regres-

sado, “Pinto Monteiro alugou casa enquanto reedificava outra sobre o casebre de seus pais”. Era uma “graciosa vivenda que ele enchera de luz como se um beijo de sol de Agosto pudesse descondensar a álgida escuridão dos seus olhos”. Nela ostentaria a sua riqueza e vaidade pois aí Camilo Castelo Branco pôs António José Pinto Monteiro a receber os seus convidados exibindo por esses convívios sociais a fortuna mal adquirida.

Casou em 17 de Janeiro de 1860 com Joana Maria Álvares, a quem o autor da novela chama Tecla de Araújo. Faleceu em Landim em 1 de Dezembro de 1868. Esta data também Camilo a fixou ao transcrever para esta “biografia” a inscrição que assinalava no cemitério o local da sua sepultura.

Que memórias existem ainda de *O Cego de Landim* nesta freguesia?

Os herdeiros de António José Pinto Monteiro venderam a propriedade a Manuel Resende. Mais tarde foi o farmacêutico Abílio Gomes Ferreira da Costa quem a adquiriu e edificou o actual prédio para onde transferiu a farmácia que funcionava em estabelecimento próximo. E continua esta casa nas mãos de um descendente deste farmacêutico-químico pela Universidade de Coimbra, investigador e cientista. Aí viveu até 1954, ano em que faleceu. O actual prédio onde hoje existe a farmácia de Landim foi edificado avançando para a confrontação com o caminho e integrando, pelo menos, o mirante que o “Cego Pinto” construíra no exterior da casa que reedificara. Adaptado à finalidade a que se destinava, não só foi construído à face da via pública como no seu rés-do-chão foram rasgadas portas para acesso dos clientes. O andar de cima foi destinado a residência.

5– *O Comendador* – A igreja de Santa Maria de Abade, a residência paroquial e o cemitério desta freguesia também ficaram registados em textos da obra camiliana. Foi na pia baptismal desse igreja que a criança exposta naquela manhã fria de Janeiro junto de uma oliveira nas proximidades do adro receberia o nome de Belchior Bernabé no sacramento do baptismo celebrado pelo pároco que vivia na residência próxima da igreja.

Belchior Bernabé nasceu mas, ainda antes de ter nome, ficou abandonado junto de uma velha oliveira nas proximidades do adro desta igreja. Foi ao raiar do dia 6 de Janeiro de 1832 (1833, diz o escritor em outro momento da novela que fez ocorrer no decurso de 39 ou 40 anos, consoante o ponto de partida que considerarmos) que “a devota dos Três Reis Magos, a Tia Bernabé, tecedeira – viúva do operário Bernabé, que lhe deixara o nome e uma cabana com sua horta –, ergueu-se, foi à residência paroquial pedir a chave da igreja; e sobraçando a vassoura de giesta para varrer o chão e, almotolia para prover as lâmpadas, entrou no adro. Ao passar em frente da porta principal, ajoelhou, persignou-se e orou. Neste momento, ouviu o vagir convulso e ríspido de criança. Voltou o rosto para o lado donde lhe parecia sair aquele choro. Não viu ninguém. Espantou-se”. Entretanto o choro da criança cessara. “A Tia Bernabé debruçou-se na parede baixa que murava o adro e viu entre as grossas raízes de uma oliveira secular um embrulho de baeta azul, donde saiu um vagido”. Assim foi encontrada a criança. E assim, pelas mãos e pelo carinho da Tia Bernabé, nasceu para a vida que lhe haveria de sorrir. E as oliveiras lá continuam, no adro, a perpetuar, pelo menos, o que Camilo junto de uma delas fez acontecer.

De Requião, do lugar das Lagoas, era Teresa do Eido, a ama a quem a Tia Bernabé pensou pedir que desse “o peito a este anjinho, até ver se algum lavrador me faça a esmola de um bocado de leite de cabra”. Não sei se essa “Teresa do Eido” teve existência real. Mas o lugar das Lagoas, esse, ainda hoje está bastante conservado, embora já atravessado pela estrada Variante que desvia a N 14 do centro da cidade de V<sup>a</sup> N<sup>a</sup> de Famalicão.

Muitas outras crianças assim nasceram, enjeitadas e expostas em outras tantas “raízes de oliveira”. Helena Santos, na exposição já referida, dedicou-lhes algumas telas onde não só a vulnerabilidade mas

também a ternura que nos fazem sentir ficaram realçadas.

De quem nasceria Belchior? De alguma fidalga e de um qualquer general de “mediano talento” “que, por aquele tempo manobraram” entre as hostes realistas ou liberais pela região de Famalicão ou Santo Tirso? Se assim fosse, talvez a criança tivesse “as linhas de fina casta” a extremá-lo “entre as caras boçais da plebe” e a evidenciar a sua ligação “a um melancólico romance”. Ou seria bem mais modesta a origem do nosso enjeitado? É que, pelo retrato que Camilo dele esboçou baseado no que ouvira “dizer aos que o viram criança e adulto”, Belchior “era feio, espesso de cara, achamboado de pernas (...): parecia-se com todas as mulheres e com todos os homens daquelas freguesias, onde as caras são achatadas sem ressalto de protuberância, ou angulosas como as peras de sete cotovelos”. E aquelas freguesias eram as que ficavam depois de transpostos “os limites da terra da Maia”, desde o concelho de Famalicão até Braga.



E era assim que Camilo Castelo Branco pintava as gentes destas paragens! Cuidemo-nos, famalicenses, porque o nosso novelista, de origem lisboeta e transmontana, não nos pintou com bonitas cores! No entanto, e a propósito do retrato que fez de Belchior, também dizia: “A criança vingou, espigou e saiu robusta e menos mal encarada”. Atenuava, sem desfazer, as cores com que a retratou no anterior quadro. E, por isso, desconhecemos como era realmente de rosto e de formas o Belchior

Bernabé, nem sabemos se eram mesmo aquelas as cores que definitivamente usaria para retratar as mulheres e os homens famalicenses. A deixar-nos ainda no desconhecimento quanto ao quadro final que no seu espírito deles tinha, fez também uma pintura do já comendador Guimarães (o mesmo Belchior Bernabé) com tintas bem diferente das anteriormente usadas. Apresenta-no-lo “com quarenta anos florentísimos. Basto bigode, suíça inglesa, espesso cabelo levantado em novos crespos que lhe encantavam a fronte. Espáduas amplas, à proporção das pernas que se moviam rijas e baseadas em pés infalíveis como os alicerces das pirâmides dos faraós”. Onde ficaram as pernas achamboadas?

De outros homens, igualmente nos apresenta alguns retratos em diversas obras, além desta. Um deles é a fisionomia do “mezinheiro” de Gondifelos, em *Duas Horas de Leitura* que segue em 11. Aí destaco-a pela fantasia com que a pintou. É um retrato que não deve pretender representar a população masculina de qualquer terra famalicense e muito menos fazer uma aproximação ao que era o Belchior Bernabé aos trinta e nove anos (ou quarenta, em outras passagens do texto) como acima ficou descrito.

Quanto a figuras femininas a que localidades as ligou e que retratos nos ofereceu onde a graça e a beleza transpareceram? Afinal de onde era “a encantadora” Leonor de *O Senhor do paço de Ninães*? E a Marta de Prazins, detentora de “uma formosura meiga, delicada e suplicante”, de quem era filha e onde nascera e vivera? Ora sabemos que Camilo lhes deu por berço terras famalicenses. E a região de Barcelos não era abrangida por aquelas características desprovidas de encantos? Talvez não, já que a bela e graciosa “Amélia de Landim”, embora aqui criada, era natural daquela cidade. Ou era ela uma exceção? Comporia o escritor as suas figuras consoante os objectivos que lhes destinava ou conforme o seu próprio estado de espírito no momento da elaboração do retrato sem preocupação de traduzir o que a realidade oferecia?

Mas considerando os retratos deixados em *O Comendador* poderemos então perguntar: afinal que conclusão nos quis deixar o escritor sobre a origem daquela criança abandonada numa manhã fria de Janeiro junto às raízes de uma oliveira a erguer-se de entre o mato próximo do adro da igreja de Santa Maria de

Abade? Nenhuma, talvez, a não ser que aquele enjeitado não passava de uma mera criação a que a sua pena deu forma, baseando-se em muitos casos reais onde o desconhecimento da ligação às origens era presente. Apesar disso, ou por isso mesmo, fê-lo acompanhar de comentários sobre os aspectos (reais ou fictícios?) físicos da população da região onde as circunstâncias da sua vida, daquela que o escritor lhe concedeu, o fizeram fixar. Haverá lugar para também ver nesses comentários retratada a realidade? Teria sido apenas um pretexto para esse tipo de considerações? Qual o lugar de encontro entre a ficção e a realidade? Nesta matéria a liberdade de cada leitor poderá conduzi-lo a essa “descoberta”. De notar ainda que os assentos paroquiais desta igreja não nos dão conta de qualquer baptismo celebrado no dia de Reis de 1832 nem de 1833. Mas qualquer caso semelhante podia ter ocorrido em qualquer outro lugar. Só que colocando-o Camilo neste local encontrou condições materiais de tornar o texto mais atractivo e rodear de carinhosos e credíveis gestos e procedimentos o desenrolar da história que foi tecendo.

Todavia, e apesar das conjecturas ou ficções que se nos colocam nas páginas deste texto, há lugar para considerarmos que as oliveiras que hoje se erguem no acolhedor adro da igreja paroquial de Santa Maria de Abade eram uma realidade no tempo em que Camilo passeou por essas paragens, não muito distantes da sua residência em S. Miguel de Ceide. Certamente que as viu e nelas se inspirou a fim de produzir o olival a que pertencia aquela que, recuando no tempo, utilizaria para, numa madrugada de dia de Reis da década de 1830, servir de berço a uma criança ali colocada por alguém que a queria fazer chegar a uma alma caridosa que por ela olhasse e a acompanhasse. Ainda hoje as oliveiras dão ao espaço envolvente da igreja desta paróquia um belíssimo aspecto de antiguidade bem preservada e que se torna um valioso registo da memória das gerações e acontecimentos passados. Se não aqueles que se relatam em *O Comendador*, muitos outros aí tiveram lugar. Além disso elas enriquecem o património religioso de que também são parte.

Pelo que lemos neste texto, quase se nos torna palpável o aparecimento dessa criança cuja história, a partir do momento do seu achamento por uma bondosa mulher, foi acompanhada de carinho e de contrariedades, mas, finalmente, de sucesso a vários níveis de realizações pessoais. Bem merecidas, sentimos. A homenagem que o escritor prestou à ternura que aquela mãe adoptiva devotou, enquanto viveu, à criança que tomara como filho, o reencontro que proporcionou que o comendador Belchior tivesse com Maria, bem como o abraço que lhe possibilitou dar ao filho que ainda não conhecia, foram momentos altos nas existências destas três pessoas unidas por sentimentos que aguardavam oportunidade de se manifestarem e fortalecerem. A oportunidade chegou, finalmente, numa madrugada de Julho. O comendador Belchior Bernabé ali esperou, nesse amanhecer de um dia de Verão. Era uma segunda-feira, tal como apazara com o abade. Ali, onde então “os pardais pipilavam na oliveira, naquela mesma que, trinta e nove anos antes, dera nas suas raízes recurvas à flor da terra, um berço empapado de chuva àquele homem que ali se sentia feliz até ao extremo”. Era o início de uma nova etapa que o escritor quis assinalar fazendo-o ocorrer num princípio de semana e na estação de luz e de calor. Belchior Bernabé regressou a Santa Maria de Abade numa manhã de Julho, bem cedo. Aguardou, com “palpitações de júbilo”, no adro da igreja desta freguesia que aí chegasse, como mensalmente fazia, aquela que havia deixado, vinte anos atrás, por ter de fugir à ira de “Silvestre Ruivo, o maior lavrador da freguesia”, que se lhe opôs ao casamento com a sua filha Maria. Foi por volta de 1851, aos 19 anos, que teve de fugir. Era desertor.



Deram-lhe depois “uma guia e enviaram-no “entre seis espingardas para Braga. Ao outro dia era soldado”.

A união foi finalmente estabelecida perante Deus e os homens pela bênção do mesmo pároco que, naquela já distante manhã fria de Janeiro de quatro décadas atrás, completas ou a completar, havia baptizado a criança enjeitada, que veio a tornar-se no comendador que sempre desejara ficar ao lado da sua Maria e do filho de ambos. Belchior Bernabé era então o comendador Guimarães. Assim foi apresentado quando em Famalicão, no hotel onde se hospedara, fazia os preparativos para concretizar o seu sonho de casar com Maria Ruiva ou Maria Lopes.

Na igreja de Santa Maria de Abade teve sepultura João Esteves. Camilo colocou o túmulo desse morgado de Pouve e um outro no adro da igreja quando escreveu em 1875 *O Comendador*. Depois da visita que Manuel José da Silva Guimarães fez às “duas campas vazias”, o abade falou-lhe do exposto que fora encontrado na raiz de uma oliveira que saía de entre o “mato da igreja, pelo lado de fora das campas”. Oliveiras e mato conviviam num espaço em que também “os cevados foçavam luras com o focinho”. E não nos é difícil “ver” ainda agora essa paisagem. Quanto aos túmulos encontram-se hoje em capela-jazigo anexa ao cemitério.



Nessa visita aos túmulos, o pároco, “pobre velho, e pobre abade”, revelou ao comendador que nessa paróquia gastara a sua vida e que, “já agora quero que esta terra, onde dormem tantos que baptizei, tantos que casei, me coma também os ossos”. Estava longe de identificar o visitante com aquele enjeitado que baptizara a instâncias da Tia Bernabé e de quem em breve iria celebrar o casamento com Maria Ruiva. Fora para isso que o enjeitado regressara e para isso estabeleceu contactos

com o pároco, mas sem lhe comunicar a intenção.

Durante a sua estadia em Famalicão, o “comendador” foi à feira semanal da vila e aí esteve “a ver vender duas juntas de bois para embarque” e que pertenciam a Silvestre Ruivo, o pai da sua amada. Era este quem as vendia e com ele o comendador entabulou conversa sem que fosse reconhecido mas sim merecedor de admiração. Ao terceiro dia depois que aí se hospedara, o maior capitalista de Pelotas foi “ver a igreja que fizeram os Mouros (...), calculou outro comendador da terra, e assim o comunicou a mais dois comendadores, atribuindo aos Mouros a igreja dos cavaleiros de Rodes”! Por esta e por outras formas era apresentada a identidade deste templo românico que os cristãos edificaram. Vimos acima que ele era “mozarabe”. Agora são os próprios muçulmanos os seus construtores! Mas foi, de facto, a “sabedoria popular”, com que tantas vezes deparamos, que Camilo Castelo Branco quis registar. As confusões quanto aos autores da construção são “normais” entre pessoas sem conhecimentos de história da arte e Camilo quis deixar sobre isso um apontamento que revela a atenção que, além dos costumes e falas, dava aos “saberes” do povo.

6 – *Maria Moisés* – Perto da “casa de Ceide” diz-se que vivia uma mulher idosa, recatada e respeitada, que em criança fora exposta. Inspirando-se na origem dessa vizinha, Camilo Castelo Branco partiu para a escrita da novela *Maria Moisés*. Juntou-lhe depois os ingredientes e temperos com que compôs esse texto.

Um espaço um pouco mais distante, não muito, foi propício à inspiração de algumas das suas passagens: as margens do Pele já em terras de Landim, lá para as bandas do Souto, Carrais e Travassos. Por aí, por essas paisagens, os campos confinam aprazivelmente com o rio. Os açudes lá estão a cortar o seu curso e a elevar e desviar as águas para a formação de levadas em direcção aos moinhos. Destes, embora

pouco reste, ainda se pode ver um ou outro “sobrevivente”, um deles até bem recuperado. Nele funcionou também um lagar de azeite. Os moleiros por aí andavam, tal como ao longo das margens de todo o curso do rio, na sua faina da moagem e do transporte do grão e depois da farinha em que o tinham transformado. E os burritos carregados de taleigas a caminho dos moinhos ou deles partindo e tocados pelos moleiros não são uma memória que venha de tempos longínquos. Não. Não há muito ainda que eles percorriam as estradas e os caminhos da freguesia e das suas vizinhas.

Mas também os pescadores e os pastores frequentaram essas áreas. Nas *Memórias Paroquiais* elaboradas por determinação de um decreto de 1756 são-nos apresentados os pescadores. Aí se lê que nas águas do Pele se pescavam bogas, esqualos, trutas e barbos. Quanto aos pastores, não é difícil imaginá-los pelos campos e matos das proximidades a apascentar o gado dos lavradores desses terrenos.

Todos estes grupos profissionais de Landim foram registados por Camilo em *Maria Moisés*. E Camilo escreveu: Josefa, “lançando a saia de pano azul pela cabeça e apertando o berço contra o peito”, afastou-se de casa em direcção ao “abrigo que o pai de sua filha lhe dera (...)”. “Lembrou-se de José da Mónica, o pastorinho que lhe era muito afeiçoado (...); o pescador da chumbeira ouviu-a chorar (...)”. “Havia de atravessar o ervaçal que o moleiro e o pastor percorreram um quarto de hora depois”.

O novelista colocou estas figuras e estes movimentos nas margens do Tâmega. Mas ali bem perto de sua casa, nas margens do pequeno Pele, bem podia ele encontrar a paisagem natural e humana semelhante ao que descreveu no texto desta novela. As margens deste pequeno afluente do Ave mantêm-se, se não iguais, pelo menos muito semelhantes ao que eram há cerca de 130 anos atrás. Lá continuam a atestá-lo e a convidar-nos para uma visita os campos marginais e os arvoredos, o rio com as suas poldras e moinhos, muitos deles já em estado de ruína mas à espera de uma oportuna reparação e reconversão, as pontes e os açudes. Dos pescadores, pastores e moleiros há ainda a memória que deveria ser preservada para não desaparecer definitivamente.

Também a enjeitada Camilo poderia tê-la “visto” naquela idosa e recatada vizinha. Depois ... era “ligar” as margens e o leito do Pele aos do Tâmega e a idosa vizinha àquela pequenina recém nascida que a queda da mãe fez cair no rio ... E estavam preparados os ingredientes básicos para que a inspiração e pena de Camilo Castelo Branco fizessem nascer *Maria Moisés* em que a presença de Landim pode ser pressentida.

7 – *A Morgada de Romariz* – Em *A Morgada de Romariz* o “coronel Lobo da Igreja Velha”, em Vermoim, aparece a interessar-se pelo seu afilhado, Joaquim Faísca, que casaria com a Rosa de S. Martinho do Vale. Daquela casa-solar de Vermoim era senhor, pelo tempo em que decorre a novela, João Inácio de Sequeira Lobo, referido já em *A Brasileira de Prazins* (3).

Outros espaços, lá para o alto do monte de Vermoim, também entram nesta obra. As idas do modesto pedreiro Bento de Araújo para as pedreiras que nele existiam eram vigiadas desde que constara ter recebido avultados bens da herança de um seu irmão que falecera rico em Lisboa. O filho, de balde “lhe espiava os movimentos, os olhares, as caminhadas no monte, a fim de farejar a lota das mil peças”. Camilo colocou Bento de Araújo a ir frequentemente aos penhascais de Vermoim quebrar pedra para fazer esteios que vendia aos lavradores para “espear parreiras”. As desconfian-







ças do filho seguiam o velho entre “fragoedos”, chamados o “Castelo”. Designação esta que, neste caso, não significa inequivocamente uma construção defensiva ou de habitação de um qualquer chefe militar. Pode significar somente um espaço estratégico com um abrigo roqueiro adaptado para esse fim. Mas ainda hoje por lá vemos rochedos e, num deles junto ao caminho, estão bem nítidas as marcas deixadas pelas ferramentas dos pedreiros que dele, e de forma idêntica à usada no tempo em que Camilo fez ocorrer aquela cena, retiraram bons pedaços de pedra.

O coronel Lobo da Igreja atendera o pedido do compadre dando-lhe uma carta para o afilhado entregar ao comandante da “7ª companhia do regimento de artilharia do Porto” com vista a libertá-lo da vida militar se o pai desse as vinte e quatro moedas de ouro. Mas não se ficaram por aí as pretensões do filho. Depois, o moço solicitou ao pai mil cruzados que lhe possibilitassem o casamento com a Rosa de S. Martinho do Vale. Joaquim contava de novo com a ajuda do padrinho, desta vez para levar o pai a dotá-lo. Acabou por o conseguir, à custa de uma dívida do Cerveira Lobo de que Bento de Araújo era credor. Todavia, Joaquim não tirou disso o proveito que lhe evitaria o seu trágico fim e o de seu pai. A sua ambição levou-o a relacionar-se com a quadrilha do Luís Meirinho. Daí à morte do pai, foi um passo.

Após estas ocorrências, Camilo leva-nos a um lugar bem conhecido e de interesse artístico. Ao situar um esconderijo próximo de Santiago de Antas e utilizado pelos malfeteiros chefiados por Luís Meirinho diz o autor: “Era sabido que as maltas se reuniam em um grupo de cabanas numa cafurna de pinheiros chamados os Ribeirais, não longe da vetusta igreja dos templários de Santiago de Antas”. Este lugar está hoje muito descaracterizado, mas não há muitas décadas que pelo menos uma cabana de madeira ainda era habitada próximo desse lugar. Hoje, parte dos Ribeirais foi atravessado pela Estrada Variante da Nacional 14 e objecto de intensa urbanização. Dos pinheiros já quase não há vestígios. Pequenos conjuntos de eucaliptos erguem-se em exíguos espaços arborizados desse lugar.

“A voz pública forçou a autoridade a prender o Faísca” na sequência dos boatos sobre a sua autoria do assassinio do pai. Mas ele conseguiu fugir da cadeia. A perseguição resultante desse acto dispersou a malta da quadrilha da Terra Negra a que ele se havia ligado. “O filho de Bento pedreiro acabou por morrer em 1809 no “Carvalho de Este”, disse Camilo, “defendendo a Pátria da invasão francesa comandada por Soult”. Com esta informação chegamos novamente a um ponto de encontro entre de ficção e realidade que merece uma paragem para sobre ele fazermos uma reflexão. No livro de registos paroquiais de S. Martinho do Vale, freguesia que Camilo deu como a da naturalidade de Rosa, mulher do Joaquim, são bastantes os assentos de óbitos em combate contra os franceses no monte de Santa Madalena da Falperra ou no monte de Santa Marta em Março de 1809 e registados em devido tempo. Mas de um desses óbitos a notícia chegou um ano depois e de modo especial. Em 1810 a Cúria de Braga enviou um despacho do Bispo e Provisor da cidade de Braga, datado do dia 20 de Março, dando conta do falecimento de António de Matos “por o Carvalho Deste, digo, por a Madanela Santa, na entrada dos franceses em dia 20 de Março de 1809”. Não tornou mais a aparecer mas, na sequência de depoimentos de testemunhas, o seu óbito ocorrido um ano antes algures no monte da Falperra era, por aquele despacho, oficializado. O padre Manuel José Gomes, pároco de S. Martinho do Vale, registou-o no livro paroquial em termo datado de 21 de Março de 1810. Teriam estes factos sugerido ao escritor de S. Miguel de Ceide matéria para transformar António de Matos na persona-

gem Joaquim de Araújo? A referência, embora por lapso, feita a Carvalho de Este talvez nos permita admitir que Camilo viu o assento de óbito e registou essa primeira informação, sem ter reparado que a seguir ela estava corrigida. Sem ter reparado ou sem lhe interessar precisar a localidade do facto que utilizava? Poderemos ver nesta ocorrência verídica alguma aproximação com o acontecimento desenvolvido pelo escritor quanto à morte de Joaquim Faisca e com vida que levou e o fez arrastar para esse desfecho? Talvez. Porém, tal como em textos distintos, outros aspectos da vida desta personagem tanto podem ser mera ficção como ser baseados em realidades de outras procedências e com outros sujeitos nem sempre fáceis de apurar.

Um marco mais da vida do António permite-nos constatar a liberdade que o autor utilizava no processo criativo: o casamento desse soldado teve lugar em 10 de Janeiro de 1804, enquanto que o de Joaquim é sugerido para uma data bem anterior. Recordemos, pois, que, a partir de um facto menos comum, todo um enredo é desenvolvido numa mescla de aspectos mais ou menos reais com muitos outros ficcionados. Mas a busca de pontos de contacto merece ser explorada para se perceber melhor a forma como Camilo Castelo Branco se preparava e desenvolvia os enredos e os cenários.

Voltemos às relações de Joaquim com Luís Meirinho, ampliando para isso as ocorrências de que dei conta no início deste ponto 7. O filho aprovara a colaboração do malfeitor para assaltar o pai numa altura em que este, “acariciado por uns sobrinhos de Gondifelos, tratava de se passar para a companhia deles” e, assim, escapar ao que andava receando que acontecesse mas de que, afinal, não se conseguiu livrar. Tendo o pedreiro aquele propósito, Camilo traçou-lhe o desfecho da sua vida, pois o acolhimento no seio da família de Gondifelos tinha de ser impedido. Os malfeitores deviam actuar com brevidade. E a época era oportuna. No plano que traçaram fora considerado o facto de que, naquele tempo, “Famalicão, às nove horas de uma noite de Novembro, negrejava silenciosa e rodeada de pinheirais e carvalheiras (...). Os “latrocínios de encruzilhada” da quadilha de Luís Meirinho podiam manobrar sem temor e desassombadamente no centro da vila como nas Rodas do Marão”.

Em uma dessas noites de 1790, o chefe, com uma dúzia de escolhidos, entrou na Congosta de Enxiras, onde morava Bento de Araújo. Designação toponímica que o escritor adulterou, se é que lhe foi sugerida pela denominação de Enxidos, nome que ainda hoje faz parte da toponímia da cidade. Luís Meirinho com mais dois da sua malta acercaram-se da porta; os outros postaram-se de atalaia nas extremidades da viela”. Arrombaram a porta e um deles, disfarçando a voz, disse para Bento de Araújo: “Se grita, você morre aqui já. Se quer viver, entregue as três mil peças que herdou e ande depressa”. Para executarem o plano de “obrigarem o pedreiro a confessar a lura do tesouro”, o grupo de malfeitores seguiu o “velho, embrenhou-se nos matos, atravessou o outeiro que toca nas faldas da serra de Vermoim e por S. Cosme do Vale trepou ao espinhaço de penhascos que lá chamam o *Castelo*”. Devemos entender esta designação como extensiva a uma ampla área geográfica que num dos seus limites, para Noroeste, aproxima S. Cosme do Vale





mas também, para, usando a segunda, se aproveitar do significado e lenda desse lugar. Era um sítio ermo, de difícil acesso e com uma auréola de certo mistério, atributos convenientes à construção do cenário em que se ia desenrolar a cena do assalto “à lura do tesouro”. A coerência com a viabilidade de execução desse percurso era secundária. Mas uma outra referência reduz, na realidade, a distância entre o ponto de partida e o de chegada – o dólmen – outro espaço igualmente de interesse histórico. Esse monumento e outros dois localizam-se em Vermoim mas a razoável distância do lugar do castelo. A dificuldade de execução atenua-se com essa introdução.

E aqui vai uma nota sobre as designações que encontrei para identificar este monte que delimita a freguesia de Santa Maria de Vermoim pelo Norte e pelo Poente. No *Dicionário Geográfico* do Padre Cardoso vê-mo-lo designado por serra de Corviom. E nessa mesma obra lê-se que na parte mais alta dessa elevação se encontra do lado Norte um espaço rochoso conhecido por Castelo de Vermoim. Nas *Memórias Paroquiais* compiladas em 1758 aparece a designação de “Monte do Castelo”.

Regressemos aos nossos “Encontros”. De um outeiro na outra encosta do monte, do lado de Vermoim, igualmente se avista esse sítio do Castelo. Era por aí, pela encosta Sul, que se tornava mais fácil alcançá-lo por quem residia na Congosta de Enxiras, em Famalicão. Fazendo caminho por S. Cosme do Vale, como o escritor optou, Bento de Araújo efectuava desvios que só se aceitam ser percorridos devido à imaginação do escritor em traçar esse itinerário que possibilitava a integração de mais uma outra freguesia – S. Cosme do Vale – na composição da primeira parte do cenário, além de dar tempo à execução dos procedimentos que, por fim, nele fez ocorrer.

O escritor diz que chegados ao lugar onde supunham que estivesse enterrado o tesouro proveniente da herança do *Jóia*, os “homens de palavra” iam tentando obter a informação exacta do sítio onde estava escondido o tesouro, melhor, onde admitiram que estivesse. Numa dessas diligências, “um da companhia petiscara fogo e comunicara o lume da mecha à manada de fetos apanhados debaixo de uma rocha que figurava um dólmen.” Ateado o fogo, Luís Meirinho afrontou: “Aí tem luz que farte”. E acrescentou: “Veja lá agora qual é a pedra, Tio Bento (...)”. Lá, nesse lugar afastado do povoado, nos altos da serra de Vermoim, Bento de Araújo cairia morto diante daqueles que, teria percebido, estavam dispostos a tudo fazer para alcançarem da sua boca a indicação do sítio onde escondera o tesouro. Foi assim que Camilo nos quis fazer sentir a situação aflitiva por que passou o avaro pedreiro. E ele morreu sem revelar o seu segredo. E uma das versões sobre a sua morte foi a de que “Joaquim assassinara o pai na serra, quando o velho voltava do seu trabalho de brocar pedra”. Outra versão foi a de que para aí fora levado depois que a malta da Terra Negra o assaltara, roubara e matara. E diz Camilo: “Não se dava a razão deste saimento a três quartos de légua; mas também não era necessária a lógica para explicar tal coisa”. Camilo assume o seu direito a ficcionar à mistura com algumas pinceladas de realidade.

Por estas paragens certamente passou o escritor podendo, assim e com facilidade, imaginar espaços em que colocou o pedreiro Bento de Araújo na sua faina de cortar pedra e fabricar esteios “para especar parreiras” e para os desenvolvimentos que ocorreram naquela noite de Novembro.

8 – *O Senhor do Paço de Ninães* – Bem no berço da freguesia de Santa Maria de Landim ergue-se a igreja paroquial e o antigo mosteiro da comunidade de cônegos regrantes que desde o século XII ali se estabeleceram. Inspirando-se nesse ambiente monástico e nos tempos e costumes de três séculos antes, Camilo recuou até finais do século XVI e primeiras décadas do século XVII para escrever as cenas iniciais e finais do romance histórico *O Senhor do Paço de Ninães*. Este paço, o de Pouve e o de Delães são três casas fidalgas de terras de Vila Nova de Famalicão que o escritor assinala neste romance. Mas apenas do segundo chegaram ao nosso tempo alguns testemunhos que podemos conhecer através de uma obra que adiante refiro.

Os primeiros tempos de uma existência laica e o acabar da mesma ficaram ligadas a esse mosteiro pela pena de Camilo. Diz-nos o escritor que nele estudou um jovem de nome Rui Gomes de Azevedo, senhor do antigo paço de Ninães, localizado em Requião. A partir de finais do século XVI, devido à ausência deste seu titular, essa propriedade entrou em decadência. Isso nos diz Camilo mas parece que com alguma ficção. A memória deste paço está hoje assinalada na toponímia da freguesia.

O escritor deu-lhe por mestre o tio, D. Jorge de Azevedo, que era então prior do mosteiro. Estava-se pela década de 1561-1570. Vemos hoje, depois de obras de restauro, os bonitos capitéis românicos que Rui Gomes de Azevedo também teria contemplado na capela-mor desta igreja paroquial de Santa Maria de Landim e do mosteiro dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho, quando em jovem os crúzios o receberam “como a um dos seus”, caso o parentesco e o percurso de vida tivessem sido os que Camilo lhe atribuiu. Lá o tinham criado e ensinado. A sua cella, convisinha da de seu tio prior D. Jorge de Azevedo, estava sempre aparelhada”. Frequentara o mosteiro nos tempos da juventude e, depois de idoso e disfarçado de pobre ermitão, aí regressou para terminar os seus penosos dias de vida.

São estas as notícias que Camilo nos apresenta no final do romance como coevas e deixadas pelo cônego regrante em Landim, D. Joaquim de Agreda. Mostra-nos com o documento onde fez constar essas notícias que pretendeu dar credibilidade à história de vida deste fidalgo que, romaneando, escrevia. Será, de facto, um documento verdadeiro? Ou foi criado pelo escritor como fazendo parte da construção ficcional desse romance? Há quem considere tratar-se de uma invenção. Apesar de “o insigne cultor da língua” se não ter esquecido de certas cautelas gráficas e gramaticais, abusou de certos arcaísmos já em desuso, o que denuncia a “construção” desse documento, considera D. João de Castro em artigo adiante citado. Mas, fazendo-o passar como autêntico, Camilo dava a esse romance uma dimensão biográfica mais “reconhecível”, o que, contudo, parece não se poder considerar. Além dessa fonte, real ou forjada, munuiu-se de outros elementos para a elaboração desse texto literário. Com os diversos recursos que organizou, ficou em condições de lhes aplicar a sua arte da escrita para elaborar o romance/biografia, mas com muita ficção, sob o título *O Senhor do Paço de Ninães*.

Mas uma outra ligação da história com a produção ficcional existe neste romance. Trata-se das relações de grande amizade e dedicação do fidalgo de Ninães com D. António, prior do Crato. Diz-nos Camilo: “D. António, entregue ao cuidado de Ruy Gomes, entrou no mosteiro de cônegos regrantes de Landim e foi aquartelado na cella de D. Jorge de Azevedo, que lhe beijou a mão de rei”. O relacionamento destas três pessoas neste contexto não ocorreu. Só o que Camilo nos diz o afirma. Porém, não se poderá admitir como adiante se verá, que a natu-



reza de romance histórico fique, por isso, prejudicada.

É neste romance que o encontro da realidade com a imaginação nos pode trazer algumas incertezas mais acentuadas quanto ao delimitar do que é a realidade confirmada pela documentação, sobretudo pela dos registos paroquiais, e do que é a ficção por ele criada. Importa, como nos outros escritos, ter em conta que não é detectável tudo o que é realidade e tudo o que é produção da capacidade imaginativa do escritor.

Passemos agora a algumas partes do texto deste romance, tendo sempre presente o distanciamento devido entre o que é narrado e o que na verdade aconteceu. O paço de Ninães tivera, nos tempos em que o romance de Rui Gomes de Azevedo com Leonor Correia de Lacerda aconteceu, uma ampla quinta “que o circuitava” e onde em 1576 residia D. Teresa, viúva “de um fidalgo da casa de Azevedo, mãe de um moço de vinte annos chamado Ruy Gomes de Azevedo. Estes muros, combros e casarias, que se cruzam e espalham em volta das ruínas, não retalhavam no século XVI a quinta de Ninães. (...)”. Esses muros, combros e casarias são bocadinhos da realidade de hoje, como já seriam no tempo de Camilo, e não repugna admitir que séculos atrás também existissem, embora menos arruinados e mesmo sem a presença daquele infeliz fidalgo que Camilo nos apresenta mas talvez que nunca aí tivesse estado, até porque provavelmente não teve existência. Importa referir que a identidade de Rui Gomes de Azevedo, tal como Camilo no-la apresenta, não tem correspondência com a realidade, assim o demonstra D. João de Castro em artigo intitulado *O Senhor do Paço de Ninães* publicado em *O Primeiro de Janeiro* em 25 de Julho de 1942, onde, contudo, não nega a classificação de romance histórico a essa obra do escritor de S. Miguel de Ceide. Esta opinião é expressa em artigo publicado no mesmo periódico sob o título *A História no Romance*, com data de 2 de Agosto de 1942.

Uma velha carvalheira é memória das muitas que constituíam “os arvoredos que circuitavam as espaçosas veigas, os almargeaes extensos e paues, que todos se avistavam dos adarves da torre, soterrada ha hoje cem annos”, da ampla quinta de Ninães, onde a viúva de Vasco de Azevedo e o filho de ambos viviam. A casa e seus espaços envolventes mereceram de João Esteves, morgado de Pouve, apreciações íntimas de desdém: “Isto é um mattagal de lobos e meninas que trezandam ao rapozinho (...) Que viver este de caba-neiros!”.

De acordo com o que viu no lugar de Ninães, na freguesia de Requião, o romancista criou os espaços em que implantou o paço que desse lugar recebeu o nome. Embora não seja possível vermos quaisquer ruínas do paço que Camilo aí coloca, não é difícil, ainda hoje, imaginar a paisagem rústica que podia caracterizar a envolvência de um paço rural na recuada centúria de Quinhentos. Carvalheiras como esta e outras árvores que ainda se podem contemplar seriam abundantes nessa paisagem mesmo em tempos muito anteriores à época em que o escritor por aí passeava. E ele inspirou-se na ruralidade do local para compor o cenário onde fez decorrer o quotidiano de senhor de Ninães e de sua mãe durante parte das suas vidas.

Uma velha oliveira remete-nos igualmente para a paisagem que serviu a Camilo para a construção do cenário em que envolveu o paço de Ninães, rodeado em 1576 pela “ampla quinta” do morgado Rui Gomes de Azevedo.

Os senhores do solar de Pouve, na vizinha freguesia da Lagoa, eram parentes dos de Ninães, assim os relacionou Camilo, já que parece tratar-se unicamente de ficção. Aquele morgado de Pouve tornou-se rival do então senhor de Ninães, no plano amoroso, certamente apenas como personagem naquele romance. Camilo mostra-o como pessoa capaz de recorrer a todos os meios para lograr os seus intentos. Assim fez para a “conquista” de Leonor. Numa dessas diligências foi ao paço de Roboredo, em Ruivães, onde morava o primo Gonçalo Correia de Lacerda, pai de Leonor. Mas “O morgado de Pouve, quasi despedido, sahiu pasmado da brutidão do senhor de Farelães, e disse ao tio que o primo Correia era um selvagem a competir em grossura

de casca e entendimento com o carvalho que tinha no pátio”. É tradição que “dentro do ôco da árvore” de grossa casca o arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires, quando em visita pastoral que fizera à paróquia, examinara a formação cristã de Leonor, a jovem prima que ele, morgado de Pouve, pretendia afastar de outro seu parente, o senhor de Ninães. Uma carvalheira recentemente plantada ocupa hoje o lugar daquela onde “a encantadora e muda Leonor” (assim ficou quando João Esteves Cogominho foi ao paço de Roboredo, em Ruivães, desenvolver a trama para fazer render o pai de Leonor, Gonçalo Correia, aos seus intentos) viu o arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires “sentado no vão do tronco da árvore e lhe perguntara lá dentro a doutrina cristã”. Foi assim que em *O Senhor do Paço de Ninães* o escritor retratou a heroína do romance e fez referência às visitas pastorais do arcebispo bracarense, o beato D. Frei Bartolomeu dos Mártires.

E sobre esse carvalho fala-nos o Padre António Carvalho da Costa na *Corografia Portuguesa* dizendo que nesta freguesia de Ruivães estava a casa do senhor de “Fralães, e dentro do pateo tem um grande carvalho que o cobre todo, a mais fermosa árvore para o intento de quantas tenho visto”. Camilo teria ido aqui buscar essa “fermosa árvore” para com ela elaborar aquele cenário e descrição da visita do venerável arcebispo e introduzir nesse espaço a principal personagem feminina daquele romance nos tempos da sua adolescência.

Hoje, no lugar de Roboredo, a confinar com o largo onde se teria erguido aquela formosa carvalheira, localiza-se uma quinta denominada da Carvalheira. O pátio referido no parágrafo anterior teria passado a espaço público ou a sua existência dentro da propriedade do senhor de Farelães não foi mais que o produto da imaginação do escritor? Talvez nesse lugar se situasse a casa que veio a pertencer ao Mestre de Campo Manuel Correia de Lacerda. Porém, no tempo em que se passa a história do amor contrariado de Rui Gomes de Azevedo, ainda o “vínculo de Ruivães” era de Lourenço de Carvalho, diz-nos a documentação, mas sem lhe precisar a exacta localização. O casamento de sua filha D. Joana de Mesquita com António Correia da Cunha, da casa de Farelães, é que viria a dar origem à anexação de tal vínculo aos haveres de um dos principais ramos da dita família. Por isso, nele não teve existência qualquer Leonor Correia de Lacerda no tempo em que Camilo situou o enredo deste romance. É a ficção a construir uma figura para que ela fizesse parte das personagens dessa obra.

E continua a ser ficção o casamento do morgado de Pouve com Leonor Correia de Lacerda. Camilo apresenta-nos um morgado que não se preocupou em construir a felicidade conjugal. No entanto, quando morreu, o que a sua viúva, Leonor Correia, “fez com religioso respeito aos restos de seu marido, foi mandar construir um d’aquelles dous caixões de pedra tosca e liza”, que se encontram hoje em capela aberta no cemitério de Santa Maria de Abade, bem perto da paróquia de S. Salvador da Lagoa, onde o solar de Pouve se localiza. Não sabemos se foi por uma questão de proximidade que aquele templo e cemitério foram escolhidos por aquela ilustre família de Pouve para as suas devoções e última morada ou se o solar se erguia então em espaço daquela paróquia e não na de Salvador da Lagoa onde o edificio actual está sediado. É que a localização exacta do antigo solar não está identificada. Ou teria, entretanto, ocorrido qualquer alteração dos limites destas duas freguesias vizinhas?

O arvoredo que hoje existe a resguardar o solar de Pouve ajuda-nos a recriar a paisagem daqueles tempos. Seria no local actualmente ocupado por esse solar que, no século XVI, teria existido o solar do morgado de Pouve. Aquelas paredes da actual residência dos seus herdeiros e proprietários ajudam-nos a imaginar Leonor que, com saudades e desgostosa, não “sahia dentro as quatro paredes-mestras da sua sala...”. Mas ainda “saiu outra vez a uma festa de igreja a Santa Maria de Abade, perto de sua casa”. São espaços e movimentos construídos pela imaginação do insigne escritor.

A igreja e o cemitério de Santa Maria de Abade localizam-se mais perto do solar de Pouve do que a igreja e cemitério da paróquia de S. Salvador da Lagoa, a que o solar actualmente pertence. Não sei se foi

por uma questão de proximidade que aquele templo e cemitério foram escolhidos pela família de Pouve para as suas devoções e última morada ou se o solar se erguia então em espaço daquela paróquia e não na de Salvador da Lagoa onde o edifício actual está sediado. Sabe-se que o actual paço foi erguido muito provavelmente no lugar do primitivo ou muito próximo dele, como considera A. Meneses e Cruz, e muito antes de 1453. Ou teria, entretanto, ocorrido qualquer alteração dos limites destas duas freguesias vizinhas? A complicar um pouco mais a questão está a informação do Padre António Carvalho da Costa que em 1706 escreveu a *Corografia Portuguesa*. Aí lê-se que “a quinta do Paço, cabeça do Morgado de Pouve”, se localiza em S. Paio de Ceide. São localizações divergentes, certamente resultantes de nesse sítio se confundirem os limites daquelas três freguesias.

Tocando-se estas duas freguesias elas são susceptíveis de alterações de delimitações ocorridas no decurso dos tempos. Por isso, podem advir algumas dificuldades de localização. Mas, e sem esquecer essa possibilidade, estas e outras realidades de espaços destas três freguesias misturadas com alguma verdade histórica proporcionaram a Camilo Castelo Branco a fonte de inspiração para, acrescentando-lhes uma dose de ficção, elaborar um romance no qual, com agrado, nos absorvemos. Os parentes de João Esteves contam as passagens do enredo desse livro no tocante ao seu envolvimento em situações descritas ou sugeridas nessa obra, argumentando com desfazamentos cronológicos e outros comprovados na documentação contida no arquivo da família.

O instituidor do morgadio, João Esteves, fê-lo em seu sobrinho Álvaro Pires, e localiza-o em Santa Maria de Abade. Em um túmulo colocado nessa igreja mandou que fosse ele sepultado e num outro seu pai, Estevão Annes. Assim o diz o seu testamento. Passava-se isto no ano do Senhor de 1453, mais de um século antes da morte da personagem João Esteves Cogominho criada por Camilo. É a imaginação a produzir um texto em que a realidade e a ficção se vão entrelaçando.

Mas em *Corografia Portuguesa* esse segundo túmulo aparece atribuído à mulher de João Esteves, Catarina Pires. Poderia ter assim acontecido, já que no seu testamento João Esteves apenas diz: “e com meu Pai que Deus prazendo entendo a ele levar”. E poderia não o ter levado. Mas quem lá não teve sepultura foi Leonor Correia de Lacerda, já que “nada nos permite acreditar na existência daquela Leonor Correia de Lacerda, a noiva que trocou o indigitado senhor de Ninães por outro pretendente mais rico e menos virtuoso, nem tão pouco na de seu pai, o astuto Gonçalo Correia”. Assim afirma D. João de Castro em artigo publicado em *O Primeiro de Janeiro* em 25 de Julho de 1942. Em artigo de 2 de Agosto desse mesmo ano e que intitulou *A História no Romance*, o autor reflecte sobre a verdade, a verosimilhança ou a incongruência de muitos dos factos apresentados em romance, neste caso *O Senhor do Paço de Ninães*. Entre outros exemplos cita o documento apresentado no final da obra, ao qual atrás ficou referência. Sobre ele diz que o “criador admirável do *Senhor do Paço de Ninães*, resolvendo fabricar, ao abrigo dos seus direitos de romancista, um documento para enobrecer o livro, não esqueceu, como insigne cultor da língua, certas cautelas gráficas e gramaticais que a verosimilhança impunha”, mas, no intuito de impressionar, abusou arcaizando em demasia o texto atribuído ao cônego seiscentista. E acrescenta, repito, que, apesar de tudo isso, não se deve negar que este romance seja um romance histórico. Pelos temas nele abordados ele entra nessa categoria.

Os acontecimentos que Camilo produziu envolvendo João Esteves não poderiam por conseguinte ter sido os que, de facto, ocorreram, segundo o que D. João de Castro e A. Meneses da Cruz, descendente da família de João Esteves, apuraram e escreveram. Não desvalorizando a capacidade imaginativa do talentoso escritor, A. Meneses e Cruz, revela em *História do Morgado de Pouve* o percurso de vida desse fidalgo que faleceu em Barcelos depois de em Dezembro de 1453 ter feito o seu testamento Sendo assim, mais de um século separa a existência de João Esteves daquela personagem que, com o mesmo nome acrescido

do apelido Cogominho, foi criada por Camilo.

Passemos a outro espaço não distante. Santiago de Antas tinha história e um monumento românico que mereceram de Camilo Castelo atenção para compor algumas passagens dos seus textos. Vimo-lo já em *A Brasileira de Prazins*, *A Morgada de Romariz* e em *O Comendador*. Vêmo-lo agora em *O Senhor do Paço de Ninães*. Camilo colocou o já velho, cansado e desgostoso Rui Gomes de Azevedo juntamente com o seu fiel escravo Vasco a orar “à porta do templo mozarabe de S. Thiago de Antas, a meia legua do paço de Ninães”. Regressava das longas jornadas e empresas em que se metera desde que, preterido nos seus amores, se afastara do seu paço em Requião. Vinha morrer junto dos espaços onde vivera os melhores e já distantes anos da sua vida. “O abade, avisado de estar em joelhos à porta da igreja um ancião coberto de burel, mandou abrir o templo à oração do eremita. Depois, convidou-o a entrar em sua casa e deu-lhe uma refeição, que o peregrino aceitou com a boa vontade de quem vinha mendigando pelas aldeias do seu transito”.

Chegou desconhecido e desconhecido partiu a caminho do solar de Pouve aonde igualmente entrou sem ter sido reconhecido. Depois do encontro com a já viúva Leonor Correia partiu em busca do acolhimento numa cela do mosteiro de Landim. Em Dezembro de 1622, depois de uma vida atribulada, ali foi acolhido o “grande fydalgo destes sítios chamado Ruy gomes dazevedo”. Bateu às portas do mosteiro e aí, numa das celas que bem conhecia, faleceu em Janeiro de 1623. E na galilé contígua à casa capitular teve sepultura, “mas esta casa, na reforma que alguns priores deram ao material arranjo do mosteiro, foi arrazada, e sobre os ossos sepultos na galilé chamada dos fundadores, construíram e lagearam a capella-mór da actual igreja paroquial de Landim”. E ali terminaram os dias do senhor do paço de Ninães após uma vida de lutas por causas em que acreditava e de desgostos pelos desamores que lhe tocou viver. E foi fácil ao escritor apagar as provas dessa sepultura que, apesar de nunca ter existido, fez desaparecer na sequência de obras mais tarde realizadas.

Pelo documento inserido no final deste romance, ao qual acima ficou referência, o escritor pretendeu insinuar a autenticidade da pessoa que transformou em personagem principal à volta da qual desenvolveu todo o fio condutor do enredo desta obra. É este o referido documento:

“Memorial de dō Joaquim dagrêda, conego regular em Nandim. Ano 623. No ano findo de 22, vespera de Natal de N. S. Jesus Xpto, cerca de 11 oras, chegou à porta deste mosteyro hu hermytam de orde terceyra do padre São Francisco, e chamou ao locotoiro de baixo o padre dō antonio de barcelos, o qual indo e tendo cō ele breve pratica, veyo ao dō pryor, e lhe a ele disse o quem fosse o peregrino, donde ambos daceram a portaria e trouveram para dentro o hermytam; o qual trazia cō ele hu escravo preto que tâbe entrou. À volta de 15 dyas contados do dya de Natal correu voz de se estar em arrancos da morte o peregrino, o qual de feito rendeo o espirito neste ano corrente de 23 haa meya noite de 11 de janeyro; e tão somentes despois de sepultada na galilé acostada á caza capytular com escandalo e mermuração da comunidade se soube que o hermytam hera hu grande fydalgo deste sítios chamado Ruy gomes dazevedo, o qual estivera cos noviços que ainda vivem neste ano, e todos cuidavam morto haa muyios anos, e quigera morrer sem se pubricar seu nome dele. No mesmo mez e ano, foy desta vida o preto que vinha cō ele muy proveccto de anos, e haa tal que dis ter aquele dito negro matado quando era moço outro fydalgo chamado joanes estves, cazado que foy cō hua Leonor Coreya que se fynou pollo mesmo tempo. Esta tragedia vay pôor em escriptura o nosso dō ant.º de barcelos varon de muytas letras e engenho para historias”.

Por este documento, supõe-se que muito provavelmente forjado pelo escritor, ele pode fazer-nos crer que obteve informação fidedigna levando-nos a aceitar como autênticos muitos dos segredos que nos revelava e os enredos que através deles elaborou. Acrescentou e inventou outros factos e pode então escrever este romance.

9 – *A Viúva do Enforcado* – Guilherme e Teresa, “filha única, bonita, muito recolhida” do surrador Joaquim Pereira, de Guimarães, passaram por Requião seguindo caminho para chegarem “à Estremadura espanhola”. Vêmo-los a passar os milheirais desta freguesia em direcção da localidade que Camilo lhes



reservou para mais uma etapa das suas vidas – Sarsa de Alcântara. Enquanto em Ronfe as autoridades revistavam a casa do reitor da paróquia, eles “lá iam a caminho do Porto por entre os milheirais de Requião, sob as copas de carvalheiras e parras, que faziam da estrada um suavíssimo e chilreado caramanchel. Era um arraiar de manhã de Junho”. Esses milheirais ainda se podem ver, se não tão extensos como em tempos passados em que a cultura do milho ocupava muitas e vastas terras agrícolas do Minho, ainda bastante caracterizadores da paisagem em dias de Verão. Pelo menos nesta descrição a ficção comporta bastante da realidade. Também as carvalheiras e parras continuam presentes na paisagem dos dias de hoje.

O “íngrato sentimento” que levava Guilherme “para o passado com saudade da sua melancolia” foi-se desfazendo “como o toucado de brumas que o Sol daquele dia esvaeceu nos visos do Monte Córdova” ao sentir “o coração em toda a plenitude de um ideal que o enamorava” quando passava por esses milheirais de Requião. Camilo nesta novela associou a esse momento e a essa paisagem o ficar para trás no coração de Guilherme a saudade e a melancolia, dando espaço à alegria que o estar enamorado lhe trazia. São realidades que também hoje qualquer espírito enamorado pode sentir tendo por pano de fundo não só “os milheirais de Requião” como os “visos de Monte Córdova”.

Pela ponte da Lagoncinha passariam Teresa e Guilherme na sua fuga, tendo já deixado para trás “os milheirais de Requião”. É também aceitável a opção deste percurso que o par de namorados seguiu sob a orientação de Camilo.

10 – *Gracejos que Matam* – Nesta novela há espaços fora de terras famalicenses que são utilizados por Camilo Castelo Branco. Mas uma referência é feita a uma freguesia de Famalicão: Landim. Foi no colégio desta localidade famalicense, que Camilo situou apenas a oito léguas de Refojos de Basto, que o escritor colocou a educar os filhos que o fidalgo Álvaro de Abreu deixara.

Vemos pela distância que pôs a separar aquelas duas localidades que o rigor não era o essencial para Camilo compor os seus textos. Tenhamos ainda em conta o que diz nesta novela: “Apresso-me a declarar que, no tocante a nomes e localidades, desfigurei tudo, salvo generalidades vagas e o lugar em que principia a narrativa. O que menos monta na exactidão da história é o que aí se elide”. Aí, como em outras obras, os dados são baralhados pela capacidade criativa do talentoso escritor. E com esta afirmação parece querer salientar que aqui a “exactidão da história” se encontra no essencial e que o que omite não altera a compreensão da realidade. Não exclui, por conseguinte, a presença da imaginação. Na sua obra estão presentes variadas formas e níveis de encontros da realidade com a ficção. Creio que com isto nos mostra o assumir da sua liberdade de composição e que, por isso, a fidelidade absoluta à realidade não era uma preocupação relevante na escrita que executava. Adornava a realidade com ficções propositadamente elaboradas ou ocorridas por despreocupação quanto a descrições, narrações ou quaisquer outras formas de escrita.

11 – *Duas Horas de Leitura e Vinte Horas de Liteira* – Destaco do primeiro texto o retrato com que Camilo nos apresenta “a fisionomia do doutor” que tratava “a lombriga das cem braças” e com quem, ele e os seus companheiros, se encontraram na “estalagem real” em Vila Nova de Famalicão. A fisionomia do “mezinheiro” de Gondifelos, de quem, inadvertidamente, se não informara do nome, sobressai pela fantasia com que Camilo a pintou. A cara desse “Epidauro de Gondifelos”, o “varão prestante que mata a bicha solitária (...) era um espelho do espírito (...). A tez afumcada, cor do estanho (...). A sua testa não era espaçosa nem escavada (...). Enquanto à forma, imaginai a metade de um coco. A grenha não tinha os arrepios fantásticos da de Cláudio Froulo (...). Era um cabelo honesto sem ser vulgar (...). As pálpebras abertas a canivete tinham dentro o globo do olho, buliçoso como um grilo em gaiola (...). No que diz respeito ao nariz, era anfractuoso de alcantis ósseos degenerando nas abras em barbatanas cartilaginárias (...). Os malares eram quadra-

dos, relevados em esquinas como os do tajaçu do Brasil; e as orelhas tesas e fitas, como as do canguru da Nova Holanda. A boca, umas vezes ajetada (...) era o fac-símile do focinho do mono patatz; outras vezes (...) disputava belezas com a do bugio mandril, abundante em Guiné”.

Que realidade haverá com um rosto como o que descreve? Creio bem que aqui impera a ficção. É um retrato que não deve pretender representar a população masculina de qualquer terra famalicense ou outra.

No segundo texto temos já o apelido desse homem da bicha”. Era o Oliveira de Gondifelos, o famoso “bacharel formado em lombrigas” e o local da consulta foi uma “hospedaria” em Vila Nova de Famalicão.

12 – *Ecos Humorísticos do Minho* – Destaco deste texto uma referência à igreja de S. Miguel de Ceide. Defronte da casa onde Camilo residiu no concelho de Vila Nova de Famalicão, atravessado o largo onde hoje se encontra um seu busto, fica a igreja de S. Miguel de Ceide. Foi fixada pelo escritor em *Ecos Humorísticos do Minho* a propósito de não constar da gravação feita na “pedra oblonga” embutida sobre “a porta frontal do templo” o nome de Joaquim José de Sousa Guimarães, o reedificador “da mesquinha igreja em que fora baptizado”. Em seu lugar, e com estranheza e revolta do escritor, consta o nome do pedreiro “Malvário” (MALBARI-O na cópia que, como consta no vol. XV, pp. 500-502 de *Ecos Humorísticos do Minho*, entregaram a Camilo e que ele passou para Malvário, embora o que se vê gravado seja: O. M. A. MALBA/RE), que o edificou mas não o nome do benfeitor que a mandou erguer e custeou! A “religiosa homenagem prestada” à memória do benfeitor ficou por fazer enquanto que “o nome de Malvário ficará perpetuado com mais evidente glória que o nome dos problemáticos arquitectos dos grandes monumentos nacionais”. Camilo não perdoava o que considerava ser uma despropositada inscrição. E uma ingratidão. Entendia que devia ser assinalado “às gerações porvindouras”, que nessa igreja entrariam nos vários momentos marcantes das suas vidas, o reconhecimento devido a quem lhes proporcionava aquela “casa renovada” e onde se veneravam as “imagens de Jesus e da Virgem, que sua mãe, em menino, lhe ensinara a adorar com as mãos postas”. Hoje vemos já que o registo desta benemerência consta de uma lápide de mármore colada, talvez mais tarde, sobre a porta frontal. Foi, assim, atenuada a falta cometida em relação à gratidão devida ao benfeitor já que devia ter sido naquela “pedra oblonga” que esse reconhecimento deveria ter ficado gravado.

Neste texto a ficção está presente, pelo menos no tocante aos comentários sobre o nome de “Malvário”. A adulteração da palavra para uma fonética equivalente a um termo italiano possibilitava a Camilo as considerações mordazes que teceu sobre a pessoa que o detinha, como que a tirar partido de uma palavra que, ligeiramente adulterada, fazia lembrar qualquer famoso arquitecto italiano que deixasse obra fora da sua pátria. Ficção e realidade aqui se encontram. Outra realidade teve lugar nesse texto de *Ecos Humorísticos do Minho*, como se vê pela inscrição na lápide de mármore onde o benfeitor acabou por ficar perpetuado, possivelmente na sequência deste reparo.

Este “brasileiro” emigrara para o Brasil e veio a falecer na cidade da Baía. Não entrou, por isso, pela última vez “no reclinatório trémulo do esquite” na igreja da sua terra natal, como aconteceu com outras “gerações porvindouras”. Não sei se aí entrou “nas galas do noivado”, mas é sabido que na anterior “mesquinha igreja” de S. Miguel de Ceide ele fora baptizado. Tê-lo-ia sido com uma irmã gémea, de nome Joana, no próprio dia em que nasceram – 27 de Março de 1820? Não sei. A pesquisa efectuada apenas me conduziu a uma possível aproximação da sua filiação retirada do apelido paterno dos baptizados – Bernardo de Sousa. Também a residência da família no lugar da Igreja, como o assento revela, pode fazer-nos crer na proximidade afectiva que com esse antigo templo estabelecera, facto que o poderia ter levado a querer recuperá-lo para a posteridade.

Não se trata com isto de pretender revelar qualquer “realidade” quanto à identidade do benfeitor. Estou tão só a considerar uma probabilidade de identificação de uma pessoa que, de uma forma tão estreita, ficou ligada à paróquia de S. Miguel de Ceide. Neste momento não disponho de outros dados que consolidem a

hipótese. E esta freguesia não o esqueceu prestando-lhe uma outra homenagem na toponímia: o seu nome foi dado a uma rua que conduz a Requião partindo de um largo próximo da igreja de S. Miguel de Ceide. É mais uma achega a reforçar a realidade da observação contida naquela parte do texto desse artigo acima referida.

13 – *Eusábio Macário* – Um amigo de Camilo Castelo Branco era natural do Rio de Janeiro. Chamava-se Francisco Correia de Carvalho, tal como seu pai, que havia nascido em S. Paio de Ceide. Aquele “serviu de modelo ao Fístula, célebre personagem do *Eusébio Macário*”. No *Dicionário de Camilo Castelo Branco* Alexandre Cabral revela-nos este facto e a relação de amizade que existia entre o escritor e Francisco Correia de Carvalho (Júnior). É com esta fonte por informação que aponto aqui essa relação da ficção com a realidade.

A amizade com o escritor e Francisco Correia de Carvalho (Júnior) pode ser comprovada pelo apadrinhamento em 1877 de um dos filhos deste por Camilo Castelo Branco, escritor, e D. Ana Augusta Plácido, proprietária. Como em outras ocasiões, a criança recebeu o nome do padrinho.

An abstract architectural drawing in shades of brown and grey on a light background. The drawing features various geometric shapes, lines, and curves, suggesting a building's structure or a landscape. The text "Museu Bernardino Machado" is overlaid on the right side of the drawing.

**Museu  
Bernardino Machado**



# Carta de Bernardino Machado para sua mulher Elzira Dantas Machado\*

por Manuel Sá Marques

Elzira: Chego a casa, são 6 h e  $\frac{1}{4}$ . Saí ao meio dia, tendo-me levantado às 7  $\frac{1}{2}$ . Não houve sessão por falta de número. Um dos vogais, o Amorim<sup>1</sup>, doente. Se eu adivinhasse, não teria regressado, e eram mais alguns dias aí<sup>2</sup>. Todos me acham com muito boa cor. E estou mais nutrido. Pesei-me ontem na estação do Porto: 59 quilos, mais uns 3 do que antes de ir para Vila Nova. Vê lá o bem que tirei desses ares, e mais em tão poucos dias. Bem dizia a Mãe logo ao 2º dia que eu já estava melhor. Ao sair do Conselho<sup>3</sup>, fui ao banco de Portugal buscar o meu vencimento. Depois parei no Férin, a conversar. Subindo o Chiado, encontrei teu pai. Dei-lhe saudades tuas e dos pequenos, dizendo que ia indo para casa dele. Primeiro descí a rua do Tesouro Velho para saber do Amorim. Quando cheguei a Sto. Amaro, estava tua Avó a tomar um caldo que lhe dava a S.ª D. Francisca, ambas na alcova, e no escritório o Armando, a mastigar. Logo em seguida apareceu D. Sofia. E daí a pouco a D. Maria. A todas fiz cumprimentos que lhes mandava. E todas, regularmente na forma do costume excepto a D. Maria, que está um pouco abatida. E é curioso. Tem tido o mesmo incómodo que aí deu passageiramente no Miguel. Ela atribui-o ao remédio com ergotina que primeiro estava tomando para combater as hemorragias. Nada. É da casa. E provavelmente foi lá que o Miguel o contraiu. Aconselhei-a a ir passar uns dias a Cintra. A mudança de ar há-de restabelece-la. Está um tanto abatida. Vim por casa do Adolfo Coelho. O filho doente poucas melhoras tem experimentado. E pela rua o mesmo fedor. Quis logo ali perto escrever-te para não ter de mandar o criado levar-me a carta, mas não achei com quê. Numa loja, aonde havia papel, disse-me com menos amável semblante a dona: mas não tenho tinta. Meti-me



\* As notas e transcrição são da autoria de Manuel Sá Marques, neto de Bernardino Machado, um dos comodantes do espólio entregue ao museu Bernardino Machado.

<sup>1</sup> **António Maria de Amorim**

Director-Geral de Instrução Pública

Nasceu em Lourinhã em 1823.

<sup>2</sup> Vila Nova de Famalicão

<sup>3</sup> **Conselho Superior de Instrução Pública**

A partir de 25 de Maio de 1884 passou a funcionar junto do Ministério do Reino. Estava dividido em duas secções, uma de nomeação régia, outra de eleição. A secção de nomeação régia ou secção permanente era composta de 12 vogais; a secção de eleição compunha-se de delegados da universidade, das escolas médico cirúrgicas de Lisboa e Porto, e de outras instituições científicas.

então no americano<sup>4</sup> de Ribamar. Ai vão uns bilhetinhos para os pequenos. Um é do Rippert<sup>5</sup>, em que fui para lá, mas só até Alcântara, porque aí avistei-me com o Carvalho e desci para lhe falar. Já tinha vindo cá ontem pedir notícias. Encomenda-se. Ficou de aparecer esta noite. Ontem a viagem correu regularmente. Como te escrevi, na estação do Porto procurou-me o Urbano<sup>6</sup>. O Vaz, não. Recebi hoje um bilhete dele a explicar—me que se achava de serviço aquela hora. Pouco antes do comboio partir, vi na gare a tua amiga Mota Marques, mãe e irmã de óculos, com muitas senhoras. lam a um bota fora. Disseram-me que dentro de alguns dias já se acharão nas Caldas e pediram-me, especialmente a tua amiga, que lhes fosse fazer uma visita. Prometi por ti. Vim só até Coimbra, aonde entrou um professor da Universidade, o Dr. Giraldo<sup>7</sup>, e outra pessoa minha conhecida. Grande conversa que eu entremeei com a galinha, a vaca assada, o doce e o vinho. Jantar excelente. Di-lo à Mãe. Às 10 h. a conversa esmoreceu e eu adormeci. E o sono foi tal que não acordei como tinha esperado para te mandar um postal. Foi no lugar dele o telegrama desta manhã. À 1/2 noite, pouco mais, apeava-me. O Manuel estava na gare. Tive a felicidade de encontrar americano para St. Amaro e de encontrar em St. Amaro um americano para Algés, que tinha vindo à nossa frente. A Maria tinha tudo bem composto. Perguntou-me muito por todos, e eu dei-lhe recados de todos e muitos do António. O criado também logo me perguntara como todos tinham ficado. O Maximino não compareceu na gare, porque a ama tinha visitas e não o poderá dispensar, disse a Maria. Bebi um copo do vinho verde que trouxera comigo, e deitei-me. Acordei pelas 6 h., mas só me pus a pé às 7 e 1/2. Bom almoço. Muito saborosas as pescadinhas. Mas caras: um tostão, meia dúzia. Comi um pouco dos fios de ovos. A Maria, quando os viu, disse-me que estivera também para me preparar uns. Cá de cima, a D. Rita mandou saber da Mãe e de ti e pequenos. Coincidiu até o recado dela com o que eu mandava, a fazer-lhe e ao marido muitos cumprimentos da nossa parte. Hei-de lhes contar como a Rita olha para o ar, quando se fala na Maria Augusta. Pobre Maria Augusta! Hoje muito lhe custou, parar, o piano. Ouvia-a choramingar, e a mãe ralhava asperamente. E esses nossos meninos? Por cá são muito lembrados, pelas pessoas nossas amigas. Ao sair para o Conselho, estas vizinhas vieram agradecer a esmola que lhes deixaste. Coitada da rapariguita! Tem piorado, e parece andar com febre. Vou mandar em teu nome alguma coisa à Francisca, que esqueceu. Agora vou escrever outras cartas. O tempo [...]

Espero pela tua carta para saber desenvolvidamente como passaram. Diz ao Caetano que se não incommode com a eira, porque só trataria por enquanto da casa. Que não pense nela. E agradece, por intermédio da Rosinha, a feitura dos fios de ovo. Significa-lhe também a ela os meus desejos de que o marido melhore. Abraço a Mãe e a ti e pequenos. Esta casa faz tristeza, assim. Todo teu

Bernardino

Lisboa, 23-5-89

Onde as chaves da cómoda?

---

#### <sup>4</sup> Americanos

Os americanos, assim chamados por terem sido construídos nos Estados Unidos, eram um sistema de transporte semelhantes aos actuais “carros eléctricos”, mas movidos por tracção animal. Tinham capacidade para transportar cerca de trinta passageiros e, no dizer da imprensa da época, as carruagens eram vastas, elegantes e bonitas. A inauguração deste sistema inovador, com colocação de carris ao nível do solo, foi feita em 18 de Novembro de 1873, em Lisboa, com 32 carruagens, sendo 24 fechadas e oito abertas, estas destinadas aos “fumistas”.

<sup>5</sup> Uma das diversas empresas de transporte de passageiros daquela época em Lisboa utilizava os “carros ripert”, também puxados por muares e que rodavam em carris, inventados pelo francês Antoine Ripert.

<sup>6</sup> Contemporâneo de Bernardino Machado durante a licenciatura em Medicina na Universidade de Coimbra. O Hospital de Doenças Infecto-contagiosas do Porto tem o seu nome.

#### <sup>7</sup> Manuel Nunes Gerales

Catedrático de Direito Eclesiástico Português e depois de Economia Política e Estatística. Comendador da Ordem de S. Tiago. Nasceu em 1837, na Covilhã e aposentou-se em 1899.

Christina: Chego a casa, são 6h.  $\frac{1}{2}$ . Sai ao meio dia, ven-  
do em losantado ai 7 $\frac{1}{2}$ . Não houve mais nada por falta de  
ministros. Um do rapaz, o brennin, dante. e em adição,  
nhãca, não teria ninguem ali, e eram mais alguns dias  
ali. Todo em aham com an. hã ca. E utou mais um  
kid. Paris em outubro na utação de Porto: 59 lei lei,  
mas me d de que antes d'ê li o brennin que não d'esse  
ano, e mas em hã poucos dias. E em d'ê a. Ma  
logo ao 2. dia que em ji utava melhor. As saiz do Lou-  
celho, foi ao brennin de Porto, ut brennin o meu venim.  
Depois parti no Ferri, e conversar. E brennin d'ê:  
ade, em outubro. Um dia. Um sand. mas e  
de paguam, d'ê. Um que ia ind p. com d'ê.  
Primeiro dia a meu d'ê brennin talho p. e a lere  
de brennin. 2.º. Myem a d'ê brennin, utou ten d'ê  
e brennin em celto que em d'ê d'ê. D. Franca,  
em hã na alora, e no scriptoris o brennin, a meu  
trigo. Logo em agosto e Franca a D. Sophia. E  
d'ê e pouco a D. Maria. E todas as comp. que  
em mandaram. E todas as brennin, na prima de  
cartão, scripto a D. Maria, que utu um pouco abate.  
E em outubro: em hã o m. in um modo que ali d'ê pas-  
saram. no d'ê. E a d'ê brennin - o ao remédio con-  
victos que primeiro utou brennin p. com brennin



frem antrã a pian. Nada. ?' da casa. O provavelm<sup>o</sup> foi  
lá' p' o Michel o contrain. A mulher-a a ir passar  
um dia e outra. A mudan<sup>ça</sup> der fe d' estabelecim<sup>to</sup>. A li  
abstida. Vin por casa do d. Colles. O filho dante  
p'ncipal mullher an tem m'rim'ntos. E pela ma o  
m<sup>o</sup> pedro. Em logo ali f'nto escrever - ta p' nã ter d  
mandar o cread' h'ra - em a carta, mas nã adin  
com p'ncipal. A nã boja, avind havi a papel, d'ra - em  
com mais amant' d'abante a dona: mas nã t'ntos  
h'nta. Metti - em m'rao no americano d' h'nta. Ali  
vã m'rao b'ntos p'ncipal. Um i d' h'nta, em  
p'ncipal p'ncipal. Mas ei d' abante p'ncipal ali a  
vinte - em um o Carralho e d'ra p'ncipal. Já t'ntos  
sunt ei h'nta p'ncipal. - e m'rao m'rao - e. Fi.  
em d' appareu m'rao. H'nta a viagem m'rao  
p'ncipal. Em m'rao m'rao, na abate de Porto p'ncipal  
em o h'nta. O Var, m'rao. H'nta h'nta em h'nta d'ella  
a m'rao - em p'ncipal a d'rao d' d'rao a p'ncipal hora. P'ncipal  
o anto d' m'rao p'ncipal, vi na gare a t'ra am'rao d' h'nta  
M'rao, m'rao e m'rao d' h'nta, em m'rao m'rao. Em  
a m'rao h'nta. P'ncipal - em p'ncipal d' h'nta d' h'nta  
já a d'rao m'rao d' h'nta e p'ncipal - em, m'rao  
e t'ra am'rao, p'ncipal h'nta p'ncipal m'rao d' h'nta. P'ncipal

por. Viu ad ali. Coniunção, e não entrou uma p.<sup>ra</sup> de Uni-  
versid. o D. Diácono, e outra p.<sup>ra</sup> m.<sup>ra</sup> conhecida. Foy  
conversa, que se entrou com a p.<sup>ra</sup> m.<sup>ra</sup>, e v.<sup>ra</sup> a  
resada, o D. e o v.<sup>ra</sup>. Foyta exallente. Dil-  
o d.  
Ma. A 10 h. a conversa tornou-se em adormeci. E o  
converso foi tal que não a cordi como foyta expresso p.  
foi mandado um portal. Foi no lugar d'ella o foyta amone  
d'ella mandou. A 1/2 noite, pinto mais, amon-  
m. D.  
Manuel estava na p.<sup>ra</sup>. Foy a felicidade de as unhas am-  
ricam p.<sup>ra</sup> d.<sup>ra</sup> amon e de as unhas em d.<sup>ra</sup> amon em  
Americam d'algis, e foyta unido a v.<sup>ra</sup> p.<sup>ra</sup>  
d' Maria foyta foyta. Foyta unido a v.<sup>ra</sup>  
p.<sup>ra</sup> foyta, e m. tri-lla recado, e m.<sup>ra</sup> de h.  
Cread tambeu layo na p.<sup>ra</sup> m.<sup>ra</sup> como tod foyta  
p.<sup>ra</sup> d.<sup>ra</sup>. D. Maximino nota comp.  
a am.  
ria. tibi um copo de vinho und que foyta  
e. tri-lla. m.<sup>ra</sup> foyta foyta, mas ad me p.<sup>ra</sup>  
ad 1/2. Bom almon. M.<sup>ra</sup> aborosa as p.<sup>ra</sup>  
cara: um foyta, 1/2 d.<sup>ra</sup>. Coni un p.<sup>ra</sup> de foyta  
d' Maria, p.<sup>ra</sup> m.<sup>ra</sup>, tri-lla. m.<sup>ra</sup> p.<sup>ra</sup> m.<sup>ra</sup>  
na p.<sup>ra</sup> m.<sup>ra</sup>. Foyta unido, e d' Ma. m.<sup>ra</sup>  
da Ma. e d' Ma. p.<sup>ra</sup>. Coni unido ad  
recado d'ella

com o que me mandava, a fazer - Hei de lhe enviar a parte  
 comp. de sua parte. Hei de lhe contar como a Rita  
 estava: o avô, p. e Jala na Maria de Janta. Poderia  
 ser alguma! Hoje m. Hei de lhe contar, para o praxim. Breve a  
 Amadurecer, e a sua saúde melhorando. E seu nome  
 primario? Por cá são m. Amadurecer, pelas pessoas amigas.  
 De cá p. o Conselho, e as visitas vieram apud  
 eu - me a conselho p. Hei de lhe contar. Contar de se.  
 p. seguinte! Tem prometido, e p. deca andar com febre.  
 Vou mandar em seu nome alguns coiza a Françoise,  
 p. repouso. Logo me mande outras cartas. O P. de  
 a carta p. saber brevemente o que como passaria.  
 Direi ao doutor que se está vivamente com a vida por  
 que se tratare por um de casa. Hei de lhe contar.  
 e apud p. p. interm. de breves, a febre de  
 p. d'ouros. Significa também a vida de meus dias  
 e p. o marido melhor. Hei de lhe contar a Maria e a Fr.  
 pequena. Cabe casa far trinta e seis. Tudo tem  
 melhorando

Bernardino

27-5-88  
 v. d. a. Maria de Com. m.

# Recordando meu avô Bernardino Machado \*

por Manuel Sá Marques

Lembro-me de meu Avô durante o seu segundo exílio, quando fui passar as férias a La Guardia, no verão de 1932. A recordação é só afectiva; é a do neto que conhece o seu avô, que foi Presidente da República Portuguesa por duas vezes. Esta lembrança foi avivada quando em 1963, no regresso das Astúrias passei com minha mulher por aquela vila da Galiza. Reconheci o Hotel del Tecla, mas quando perguntei a uma moradora da rua em que estávamos, qual era o caminho para a praia, que gostava de recordar por lá me ter banhado 31 anos antes, a senhora, que aparentava ter a minha idade, ao saber que era neto de Bernardino Machado, disse-me: “Don Bernardino! Lo conoci como mi padre e mi madre”, e chamou algumas vizinhas, cantando com elas os versos dedicados ao Presidente Machado, quando em crianças iam ao seu encontro nos passeios que diariamente fazia, recebendo sempre caramelos e beijos afectuosos! Veio-me então à memória a caricatura de Amarelha, com a frase – “São como beijos de pai”,

Quando do seu regresso a Portugal em 1940 convivi com meu Avô durante longos períodos.

Pouco depois da sua chegada a Lisboa presenciei a cena da intimação pela polícia política de Salazar, para que Bernardino Machado abandonasse a cidade. Que grande lição de civismo a que assisti! Todas as qualidades e virtudes que sabia pertencerem à sua personalidade – dignidade, bondade, cordialidade, inteligência e nobreza de carácter – marcaram a forma como recebeu o agente da PIDE, que levava uma declaração para meu Avô assinar, comprometendo-se a abandonar Lisboa no prazo de 24 horas e ficar com residência fixa em Paredes de Coura. O “pide” ficou surpreendido, sem perceber a forma como era tratado; meu Avô pediu-lhe que se sentasse, perguntou-lhe se tinha filhos, donde era natural, explicando-lhe depois porque não podia assinar tal documento, pois tinha enviado na véspera, dia 28 de Junho, ao entrar na fronteira, um telegrama ao Presidente do Conselho, cujo texto lhe foi lido: -

*“Os meus compatriotas, quase todos militares, que acabam de chegar a Portugal, entenderam que, na eventualidade de prestarem os seus serviços em defesa da nação, não deviam conservar-se em França donde mais tarde poderiam ser impedidos de partir. E, devendo este grave momento ser de união para todos os portugueses, vim também para, por minha parte, dar o exemplo.”*

O “pide” retirou-se desnorteado. Mas passado algum tempo regressou, insistindo na assinatura do documento que voltou a entregar a Bernardino Machado. Meu Avô pediu a uma das netas presente para escrever à máquina a seguinte declaração: -

*O Governo pode convidar-me a sair de Lisboa, o que me prontifico a fazer no prazo de 24 horas, pelo receio que porventura tenha de que a minha presença, contra minha vontade, seja causa de qualquer agitação. Mas o que não pode é condenar-me à detenção, seja onde for, porquanto não faltei nem sou capaz de faltar à declaração que ao Chefe do Governo fiz de que vim para, por minha parte, dar o exemplo da união entre todos os portugueses.”*

.....  
\* Texto lido no dia 9 de Outubro de 2001 na Biblioteca Museu República e Resistência, na primeira sessão dum Ciclo organizado pelo Dr. Fernando Honrado e intitulado “A Tradição Republicana”. Esta sessão dedicada a Bernardino Machado teve a presença dos seus netos António Barros Machado, Manuel Machado Sá Marques e Aquilino Ribeiro Machado.

Foi esta a declaração que o “pide” levou. Nunca meu Avô tomou o compromisso de aceitar o regime de residência fixa, como é referido em muitas publicações históricas. Aliás decidi em 1942 ir viver para os arredores do Porto, para a Senhora da Hora, tendo falecido no Porto em 1944. Em carta para meu Pai, datada de 19 de março de 1944, refere:

*“Eu tinha preparado tudo para ir do Porto para o Estoril. Mas à última hora coincidiram dois factos: o adiamento da vinda do Covões que se tinha oferecido para me levar no seu automóvel, e conjuntamente com o mau tempo o receio que sobreveio ao meu médico que eu não tivesse todas as forças para fazer a viagem. Para aqui voltamos todos e continuaremos até ao nosso médico autorizar a partida.”*

Quando meu Avô vindo do exílio chegou a Lisboa instalou-se em casa de meu tio Bernardino, que morava na Lapa. Na manhã seguinte foi visitar a filha Joaquina que se encontrava internada no Hospital da Estrela, onde tinha sido operada pelo Dr. Sacadura Bote. Fez a viagem a pé, acompanhado por seu neto António e o amigo Doutor Neves Real, sendo reconhecido por todos os transeuntes, que lhe prestavam, com grande alegria, provas de muito afecto e respeito.

Numa carta para o neto, Bernardino Machado recorda a sua vinda do exílio: – *“...tu, António, companheiro querido dessa noite histórica em que 14 anos de polícia inquisitorial e tribunais de excepção se assustaram, julgando-se arriscados ao seu transe final, se me não retirasse depressa de Lisboa...”*

O professor de matemática, Doutor Luís Neves Real, assistente do saudoso Professor Doutor Rui Luís Gomes, escreveu em Setembro de 1952 um texto que intitulou – Uma lição dos homens da “Propaganda” – para as páginas do jornal “República”, quando da homenagem a António Luís Gomes, do qual transcrevemos uma parte referente a Bernardino Machado.

*“Só, em relação ao que evoluciona o mundo de então para cá, é que se pode compreender tudo o que para mim significou ver, em 1940, caminhar pelas ruas de Lisboa a figura nonagenária de Bernardino Machado. Eu tivera já a honra de conhecer pessoalmente Bernardino Machado durante o seu exílio de La Guardia. Fora para essa simples visita de saudação, levando, lado a lado com recordação de elegância, brilho e combatividade do seu espírito, que admirava nos seus escritos, a memória da sua figura e do seu rosto, colhida em múltiplas revistas e jornais dos tempos democráticos da minha infância. Mas a primeira impressão diante de Bernardino Machado foi a perplexidade: ele era totalmente diferente. Vinha a diferença dum olhar extraordinário, de aguda inteligência e admirável suavidade, que se sobrepunha a todas as linhas fisionómicas e desmentia, como descoloridas e superficiais, todas as falsas imagens que dele conhecera. Enquanto o ouvia discorrer sobre acontecimentos do passado, que a sua espantosa memória pormenorizadamente retinha, eu reencontrava, com indefinível encanto, aquela afectividade, que molhara de lágrimas, as saudosas e pungentes páginas que dedicou num livro à recordação da sua filha Maria.*

*Hoje, irresistivelmente, me surgem as palavras “luz calor”, do título do velho livro setecentista, para exprimir a impressão, com que, nesse fim de tarde dum Maio desabrido, deixei Bernardino Machado rodeado do carinho dos seus.*

*Foi esta mesma emoção que ampliada voltei a sentir quando em 1940 em Lisboa pude seguir Bernardino Machado, dirigindo-se a pé, desde o Hospital da Estrela até à Rua do Actor Taborda.*

*Era esta a primeira oportunidade que se lhe oferecia, após catorze anos de exílio, de caminhar livremente pelo meio do Povo dessa cidade, que diversas vezes o elegeira como seu representante e de onde, em momentos decisivos para a vida do País e do Regime, ele fora o interprete da vontade da maioria da Nação e do pensamento democrático português. Cada rua, cada lugar, era motivo para a evocação de gente e acontecimentos, sempre cerzidos pela linha firme dum pensamento coerente. Como era lento o seu caminhar começaram a surgir pessoas, que, ao cruzarem com ele o reconheceriam, surpreendidas, e voltavam depois, sobre os seus passos, para o saudarem com impressionante respeito. A todos respondia com o tão celebrado cumprimento, que conheci e compreendi, então, no seu exacto significado: um gesto simples, mas caloroso, em que se fundiam um profundo sentimento de fraternidade e o reconhecimento da dignidade inerente a cada ser humano. Dessas singelas e sentidas homenagens de desconhecidos, nenhuma porém foi mais tocante do que a duma mulher – modestíssima mulher – que depois de o reconhecer a ele se dirigiu, visivelmente emocionada, para lhe dizer que possuía, como preciosidade que seu marido sempre venerara e ela religiosamente conservava, um antigo retracto de Bernardino Machado”.*

Mas ainda hoje se editam escritos sobre meu Avô com inexactidões. Muitas delas se devem corrigir e muitos artigos e livros ficarão enriquecidos com o devido esclarecimento da verdade histórica. De facto, está a ser recolhido no Museu Bernardino Machado de Vila Nova de Famalicão a maior parte do espólio do pedagogo e estadista, que se encontrava disperso por diversos familiares.

Gostaria de exemplificar o que refiro. Assim, no livro sobre o Palácio de Belém, da autoria de José António Saraiva, reproduz-se a fotografia de o quadro de Bernardino Machado existente na Galeria dos Presidentes e da autoria de Martinho da Fonseca, com a referência do pintor ser seu amigo pessoal. Escreve também este autor que Bernardino Machado se servia do Palácio para dar inúmeras festas! Ora meu Avô, quando da primeira presidência, habitou com sua família a residência anexa ao Palácio, pagando mensalmente a renda pela ocupação do imóvel. Sobre a origem do quadro exposto na Galeria dos Presidentes fica-se esclarecido com a leitura duma carta de Aquilino Ribeiro para seu Sogro, datada de 23 de Dezembro de 1934 e escrita na Casa da Cruz Quebrada, e de que transcrevemos a parte correspondente à execução do quadro a óleo: -

*“Anteontem o Dr. Gentil mandou-me prevenir que me queria falar. Tratava-se de obter o meu concurso para levar V. Ex. a deixar-se retratar pelo pintor Martinho da Fonseca. O Estado está a organizar a galeria dos presidentes e cabe-lhe agora a vez. Por cada pintura trinta contos ou, segundo outros, trinta e cinco. Quem fixou o preço foi um tal Medina, que veio de Paris ou de Londres, e espantou o indígena com uma paleta hábil, posto que fácil e bota de elástico. Vi um retrato da filha do Santos Lima e compreendo que agrada para quem não está iniciado na arte. Retratou o Carmona e meninas e cavalheiros em barda. Está podre de rico! Disse ao Dr. Gentil que me empenharia junto de V. Ex. pela satisfação do seu desejo, mas fui-lhe observando que se negara a pousar para Columbano e que por esta circunstância e aquela...etc. etc. me parecia pouco viável o negócio. Poucos dias antes tinha-me falado o pintor Abel Manta para o mesmo fim. Retorquiu-me o Dr. Gentil que o pintor tinha fome, lhe angariara comprador para dois quadros, mediante o que pudera dar de comer à família e tirar o fato do prego. Objectei-lhe que, havendo mais presidentes, escolhesse outro para retratar. “Sim – tornou ele – mas se em vez do António José ou Sidónio fizer o Dr. Bernardino Machado, vai à Galiza, dou-lhe carta de recomendação para o Dr. Castro, de Vigo, e arranja mais dois ou três retratos.” Fiz-lhe ver que V. Ex. teria de certo o máximo prazer em lhe ser agradável, nunca se tendo esquecido do tratamento salutar de que a Senhora D. Elzira, minha excelente Sogra, recebera da sua arte, tanto como eu. Aqui tem V. Ex. É ele que está a contos com a ciática de Salazar. Foi no decorrer duma das sessões de raios X que lhe pedi o retrato de V. Ex. para o pintor, que de facto tenho visto muito em baixo. Verdade seja que o Abel Manta me veio dizer ao ouvido ter o mesmo pintor alcançado já uma decoração no valor de 50 contos na repartição de estatística para o que se filiou na União Nacional. Tudo, afinal, se reduz a estômago neste triste mundo! Rogo a V. Ex. se digne dar ao Dr. Francisco Gentil, Calçada do Sacramento, resposta que me desobrigue, sem deixar ressentimento, da incumbência, caso não queira aceder a ir de vontade para a galeria dos presidentes, ao lado do Carmona. Talvez V. Ex. lhe possa dizer com um simulacro de verdade que: sim, talvez, porventura, mas que vai sair da Galiza para França etc. etc.”.*

Passei na companhia de meu Avô longos períodos de férias, em Mantelães (Paredes de Coura) no ano de 1941, e na Senhora da Hora em 1943. Minha tia Elzira que secretariava meu Avô, dava-me muitas vezes a oportunidade de a substituir na leitura e escrita da correspondência e outros trabalhos que diariamente eram dactilografados.

Durante estas férias, tão ricas!, passei à máquina três dos seus escritos que gostava de referenciar. Um, titulado “A União Nacional”, foi posteriormente impresso no livro “Bernardino Machado – Manifestos Políticos (1927-1940)”, cuja compilação, prefácio e notas são da autoria do historiador A. H. Oliveira Marques. Outro – “Álvaro de Castro” – foi redigido em Julho de 1941 e é inédito. O terceiro, a carta para a Liga dos Combatentes da Grande Guerra a manifestar o apreço pelo distintivo do título que lhe conferiram de sócio de honra. Todos eles exprimem as suas preocupações com a situação política desencadeada pela Segunda Guerra Mundial, recordando a nossa intervenção na conflagração de 1914/1918 e marcando bem a necessidade duma libertação do arbítrio policial para poder existir a indefectível unidade nacional.

Não existe qualquer documento com matéria política que nos faça pensar que Bernardino Machado tenha tomado uma atitude diferente da sua vontade expressa quando regressou a Portugal.

Algumas publicações sobre a posição de Portugal durante a segunda guerra mundial, fazem referência a uma entrevista do historiador Fernando Rosas e transcrita no Diário de Notícias de 28 de Junho de 1984, com o título “Quando a oposição aceitou abater bandeiras”, em que se realça a existência dum documento redigido em 1941 por Ramada Curto e assinado por vários republicanos opositoristas ao regime salazarista, no meio dos quais estaria o nome de Bernardino Machado, em que era expressa a vontade de não hostilizarem o regime até ao final da guerra. É inverosímil que existindo este documento ele não fosse subscrito em primeiro lugar por quem era considerado como a incontestável primeira figura da oposição. Aliás no livro de António Telo – “Portugal na Segunda Guerra”, o autor, na página 435, põe reservas à afirmação do entrevistado (Américo de Carvalho) da formação dum grupo de vultos da oposição democrática, que por vontade do embaixador inglês Campbell, tomara o compromisso de não hostilizarem o salazarismo até ao fim da guerra.

*Aliás, meu Avô não subscrevia tal documento sem conhecimento dos familiares próximos e sem ter ficado arquivado nos seus documentos pessoais.*

E como “quem conta um conto acrescenta-lhe um ponto”, a historiadora Júlia Leitão de Barros no capítulo “Anglofilia e Germanofilia em Portugal durante a Segunda guerra mundial” do livro das Publicações Don Quixote – “Portugal na Segunda Guerra Mundial” além de fazer referência ao documento, escreve: “São os velhos republicanos, revirahistas, searistas ou monárquicos liberais que logo após o eclodir da guerra vêm procurar a Embaixada inglesa para lhe propor os seus préstimos: Bernardino Machado, Norton de Matos, Cunha Leal, Ramada Curto, António Maria da Silva, Ramon La Féria, etc.”!

Para mostrar a inverosimilhança de tais afirmações basta referir que meu Avô estava em Mantelães na data (1941) em que se diz terem-se passado estes factos, não tendo voltado a Lisboa depois da sua chegada do exílio.

As citações destes dois livros são referidas na obra de Pedro Ramos de Almeida – “Salazar – Biografia da Ditadura”, na nota 25 a. do ano 1941, e o documento considerado como histórico...

Na procura duma possível existência de tal documento tentei consultar, nos Processos da PIDE da Torre do Tombo, o que devia estar arquivado em nome de Bernardino Machado. Com grande surpresa minha, fui informado que o Processo Bernardino Machado era inexistente!

Meu Avô sofreu dois exílios: – de 15 de Dezembro de 1917 a Fevereiro de 1919, resultante do golpe militar sidonista, e de Fevereiro de 1927 a 28 de Junho de 1940, depois da revolução de 28 de Maio de 1926. Esteve exilado cerca de 15 anos, durante os quais nunca deixou de lutar pela liberdade e pela democracia, mesmo perante as agruras e as mágoas que o exílio desencadeia. A acção que sempre desenvolveu na oposição aos regimes ditatoriais foi notável. Enquanto viveu, foi a figura central da oposição à ditadura. Foi o grande apoio com que os emigrados políticos sempre contaram. Os exilados e a chamada Comissão de Assistência, constituída por António Sérgio, Filipe Mendes e Jacinto Simões, sempre tiveram o auxílio financeiro de Bernardino Machado. Mas quanto não sofreu com as agressões vindas não só dos “situacionistas”, mas também, infelizmente, de alguns exilados! Como sofreu sentido a sua família longe e dispersa!

Em Novembro de 1931 escreveu de Bayonne: -

*“A política também é uma religião, a religião do novo ideal de progresso humano, por cuja vitória sofremos todas as dores e todos os martírios. Nós os democratas, combatentes irredutíveis da reacção que escraviza as almas – quanto vivemos escravizados também pelo nosso dever cívico na luta que contra ela travamos! Prazeres, interesses, a própria cultura e até a nossa vida de família, tudo sacrificamos à causa sagrada da justiça. E quase não temos tempo para mais nada senão para defendê-la dos golpes dos seus inimigos. Os povos que, a cada passo, necessitam de despender na reivindicação do direito as melhores energias do seu génio, porque amargos transe não passam! Só a liberdade fortifica e engrandece os indivíduos e as nações: implantemo-la de vez entre nós”.*



## **Arquivo histórico**





# Urbanismo e obras particulares na cidade de Vila Nova de Famalicão (1851-1921)

*Introdução e Recolha de  
António Joaquim Pinto da Silva \**

A história da cidade de Vila Nova de Famalicão, e do seu desenvolvimento nos últimos dois séculos, tem sido vista na sua vertente de obras públicas (construção de novas ruas, alargamento e rectificação de arruamentos já existentes, etc.).

Julgamos ser, no entanto, necessário alargar este conhecimento aos processos de urbanização das várias zonas citadinas, que, em diferentes momentos, foram construindo a nossa cidade.

Os processos de licenciamento de obras particulares seriam, neste aspecto, decisivos.

Mas, uma vez mais, os incêndios de 1952 e a indiferença ou propositada destruição de documentos, antes e depois daquela data, privaram-nos, completamente, deste tipo de processos.

A verdade é que não possuímos um único processo, uma única planta, referente à construção de edifícios, públicos ou particulares, salvo raríssimas excepções quanto ao primeiro caso, anteriores a meados de 1952.

Deste estado de coisas surgiu a necessidade de elaborar a presente listagem de processos/licenças de construção, colhidos nas mais variadas fontes:

- Livros de Actas da Câmara;
- Livros de Registos de Mercês;
- Livros de Consentimento e Licenças.

Diga-se, desde já, que enfrentámos vários problemas inultrapassáveis, entre os quais:

- A não existência de todos os livros destas séries;
- A expressão “e deferiram ao expediente de vários requerimentos”, muitas vezes usadas nas actas das reuniões da Câmara Municipal, e que escondem, quem e quando foi construindo em Vila Nova.

Mesmo assim, nesta listagem, foi possível descobrir o crescer de várias zonas da cidade (Rua Adriano Pinto Basto e Rua Santos Viegas, Praça D. Maria II, Ruas Barão de Trovisqueira e da Liberdade), zonas novas de expansão no século XIX, além de referências pontuais a locais mais antigos ou mais povoados (os arruamentos da Cruz Velha à antiga Igreja Matriz e a Rua de Santo António, principalmente).

Além disso, e tratando-se de obras particulares, é possível fazer referência a alguns dos edifícios mais emblemáticos da cidade.

- A Casa do Paço e o conseqüentemente alargamento e rectificação da Rua Barão de Trovisqueira, na sua confluência com a Praça 9 de Abril;
- O antigo edifício da “Ourivesaria Cunha”, na esquina da Rua Adriano Pinto Basto e da Praça D. Maria II, ampliado com a construção do primeiro andar, em 1853, e reconstruído de acordo com o novo alinhamento do quarteirão, no final dos anos oitenta do século XIX;
- O Salão Olímpia;

---

\* Chefe de Divisão de Arquivos, Câmara Municipal de V. N. de Famalicão.

- A Tipografia Minerva;
- O edifício de “A Eléctrica”, já no final do período que pretende cobrir este artigo.

Justifiquemos, por último, as datas que delimitam a pesquisa efectuada.

1851, porque, além da quase absoluta ausência de fontes para o período anterior, marca a fase de construção das novas estradas nacionais que marcariam decisivamente a Vila daquela época... e a nossa.

1921, porque chegamos à época das grandes transformações na cidade começadas a fazer pela Vereação de Júlio de Araújo (1919-1921). A partir daí a história seria um pouco diferente.

Como em outros trabalhos anteriores, nesta divulgação de fontes do Arquivo Municipal, seria razoável esperar a colaboração dos leitores mais atentos, ou mais interessados.

Principalmente, gostaríamos de contar com a ajuda de quem a puder prestar na identificação de muitas das casas aqui referidas, mas que, possuindo apenas o nome do primitivo proprietário, não conseguimos localizar, pelo menos com alguma segurança.

A cidade tem sido construída com várias “camadas arqueológicas”.

Será que poderemos datar, com o rigor possível, a camada respeitante aos séculos XIX e XX?

- [1] 1851 Dezembro 10 [Praça D. Maria II]  
 António José Ferreira Guimarães, desta Vila, requereu à Câmara que tendo comprado a José Bento da Silva e mulher, da Vila, Uma barraca no largo da feira, desta Vila, pretendia edificar em seu lugar uma casa de pedra porem que queria puxá-la à frente da estrada e por isso pedia licença para ocupar o terreno que media entre a referida barraca e a estrada. A Câmara mandou ouvir o Vereador Fiscal que informou o seguinte: examinando o terreno que se pretende, não acho dúvida em que se lhe conceda a licença que pede, porém nos termos seguintes: oitenta e dois palmos de terreno ao sul do pontilhão junto à estrada nova ficando dele desviado vara e meia e ficando a distar das guias da estradas seis palmos e de fundo quarenta palmos, ficando sempre livre para trás tanto terreno como vai ocupar na frente. O Vereador Fiscal, Santos Oliveira.  
 A Câmara proferiu o acórdão seguinte: concedemos licença para o suplicante edificar uma morada de casas na forma da resposta [do] fiscal ficando desatendidas as mais pretensões. Famacião em Câmara de 10 de Dezembro de 1851. (Mercês, 2, fl).
- [2] 1852 Janeiro 3 [Praça D. Maria II]  
 Manuel da Costa Fernandes desta Vila requereu licença para edificar uma morada de casas no Campo da Feira desta Vila. A Câmara lhe concedeu pelo acórdão seguinte: concedemos a licença pedida na parte relativa às atribuições da Câmara devendo seguir o alinhamento das casas em que habitam Gaspar António Borba e Paulo José de Barros. (Mercês, 2, fl. 96)
- [3] 1853 Abril 20 [Praça D. Maria II/Rua Adriano Pinto Basto]  
 Concedem licença a António Martins Branco e mulher Josefa de Faria para construírem um andar na sua casa do Campo da Feira. Tendo começado nas suas casas em que habitam uma obra de 1º andar. (Livro 1º de Termos de Obrigação)
- [4] 1853 Outubro 8 [Rua Santo António]  
 João Luís Rebelo e irmão, desta Vila, requereram à Câmara que pretendiam licença para edificar uma casa na Rua Nova de Santo António desta Vila, defronte da que habitam. A Câmara lhe concedeu seguindo o alinhamento da de Maria Josefa Correia. Quanto ao risco que seria o dos novos prédios edificados daquele mesmo lado. (Mercês, 2, fl. 108v)
- [5] 1854 Janeiro 16 [Rua Direita]  
 Manuel Bento de Azevedo, desta Vila, requereu à Câmara Municipal licença para reedificar a sua casa sita na Rua Direita desta mesma Vila. A Câmara lha concedeu. (Mercês, 2, fl. 121v)
- [5.1] 1856 Fevereiro 7 [Rua Direita]  
 Manuel Bento de Azevedo requereu licença para reedificação da sua casa sita na Rua Direita. Concedem a licença pedida guardando os limites antigos e sem ofensa de servidões. Alargando o passadiço quatro palmos.

- (Mercês, 2, fl.143)
- [6] 1854 Abril 24 [Rua Adriano Pinto Basto?]  
Que se responda ao Director das Obras Publicas do Distrito sobre o requerimento de António José Gonçalves e mulher, desta Vila, que duvida nenhuma podia haver em conceder-se-lhe a licença que pede para edificar uma casa junto da nova estrada uma vez que eles guardem a mesma distancia do assoleiramento às guias da estrada que guardou o proprietário Francisco José de Araújo Moreira. Enquanto ao risco deverão observar o que a Câmara de futuro lhe der. Regra geral deverá ser as portadas das lojas terem treze palmos de altura, e as janelas conforme o risco permanente que a Câmara vai mandar levantar.  
(Actas, Livro 4, fl. 67v)
- [7] 1854 Maio 22 [Praça D. Maria II]  
José António da Silva da Freguesia de S. Tiago Antas requereu à Câmara que tinha a colocar umas casas terreiras junto à estrada real e para isso pedia a precisa licença e nos limites de S. Tiago de Antas. A Câmara lhe concedeu pelo acórdão seguinte: concedida a licença pedida desviando da estrada o espaço preciso e que está marcado pela Direcção das Obras Publicas, tendo as portas 13 palmos de altura.  
(Mercês, 2, fls. 127v e 139v-140)
- [8] 1856 Outubro 6 [Praça D. Maria II]  
Luís José Pereira da Silva, desta Vila, requereu à Câmara que pretendia edificar uma morada de casas no Campo da Feira desta Vila, do lado do Campo de António dos Santos Oliveira, e para isso pedia a competente licença. A Câmara lhe concedeu pelo acórdão seguinte: que observando as prescrições da planta existente no arquivo e seguindo o alinhamento ali indicado, pode edificar e quanto às portas dar-lhes-há a altura de treze palmos.  
(Mercês, 2, fl.152v)
- [9] 1857 Abril 1 [Praça D. Maria II]  
Francisco António Xavier de Faria, da freguesia de S. Tiago de Antas, requereu licença para edificar uma morada de casas no Campo da Feira desta Vila, do lado do campo de António dos Santos Oliveira. A Câmara lhe concedeu guardadas as prescrições da planta do Campo e a altura das portas de 13 palmos.  
(Mercês, 2, fl.159)
- [10] 1857 Abril 13 [Rua Adriano Pinto Basto]  
António da Costa Faria, desta Vila, requereu licença para edificar uma casa na Rua Formosa. A Câmara lhe concedeu.  
(Mercês, 2, fl.159v)
- [11] 1857 Abril 20 [Praça D. Maria II]  
Ana Maria Alves, solteira, de S. Tiago de Antas, requereu licença para edificar uma morada de casas junto da nova estrada. A Câmara lhe concedeu.  
(Mercês, 2, fl.159v)
- [12] 1857 Maio 27 [Rua Santo António]  
Albino Joaquim Ferreira Tinoco, desta Vila, requereu que pretendia reedificar a sua casa da Rua Nova de Santo António. A Câmara concedeu.  
(Mercês, 2, fl.159v)
- [13] 1858 Agosto 11 [Rua Conselheiro Santos Viegas]  
Concedeu a Câmara licença a Domingos José de Oliveira, desta Vila, para edificar uma casa no sítio da Bandeira, desta Vila, devendo solicitar da Direcção das Obras Publicas a precisa [licença] por ser junto à estrada pública.  
(Consentimentos e Licenças, 1, FL.9)
- [14] 1859 Abril 4 [Praça D. Maria II]  
Concedeu a Câmara licença a Filipe José da Costa, da freguesia de S. Tiago de Antas, para edificar uma morada de casas no Campo da Feira, desta Vila, ficando sujeito ao nivelamento que a Câmara lhe der e de apresentar a planta do alçado da obra.  
(Consentimentos e Licenças, 1, fl.16v)
- [15] 1859 Julho 11 [Praça D. Maria II]  
Concedeu a Câmara licença a António Lourenço de Araújo Machado, da freguesia de Cabeçudos, para edificar uma morada de casas no Campo da Feira, desta Vila, por detrás da Capela de Santo António e com as condições marcadas no respectivo alvará.

- (Consentimentos e Licenças, 1, FL.18)
- [16] 1859 Agosto 18 [Praça D. Maria II]  
Licença dada a José Carneiro, desta Vila, para edificar uma morada de casas no Campo da Feira em terreno de D. Maria Delfina.  
(Actas, Livro 6, fls. 5v-7)
- [17] 1860 Junho 2 [Rua Adriano Pinto Basto]  
Florido de Sousa Maia, desta Vila, requereu à Câmara licença para acrescentar a sua casa da Rua Formosa para o lado Sul, na frente. A Câmara lha concedeu por acórdão.  
(Consentimentos e Licenças, 1, fl. 35)
- [18] 1860 Outubro 17 [Praça 9 de Abril]  
Prestou a Câmara [licença] a António Alves Machado, desta Vila, para reedificar a sua morada de casas que possui na Praça da Mota, da mesma Vila, conforme a planta que juntara, guardando o alinhamento do prédio superior e ficando as portas com treze palmos de altura.  
(Consentimentos e Licenças, 1, fl. 26v)
- [19] 1861 Fevereiro 23 [Avenida Narciso Ferreira]  
Prestou a Câmara licença a António José Faria, desta Vila, para edificar uma morada de casas na nova estrada que vai desta Vila a Guimarães, nos limites desta Vila, uma vez que as portas sejam apilaradas e com treze palmos de altura.  
(Consentimentos e Licenças, 1, fl. 29v)
- [20] 1861 Julho 6 [Rua Adriano Pinto Basto]  
Concedeu a Câmara licença a Manuel José Ribeiro, desta Vila, para edificar uma casa na Rua Formosa, da mesma, junto da nova estrada do Porto a Braga, conforme a planta que juntara.  
(Consentimentos e Licenças, 1, fl. 41v)
- [21] 1861 Outubro 5 [Rua Adriano Pinto Basto]  
Achando-se em construção diversas edificações na Rua Formosa, desta Vila, pertencentes a José Joaquim Ferreira Brandão, Josefa da Costa Faria, viúva, e Manuel Cardoso, sem terem solicitado as precisas licenças, por isso autorizavam o Vice-Presidente para intentar as acções competentes contra os mesmos.  
(Actas, Livro 6, fl.168)
- [22] 1861 Outubro 5 [Praça D. Maria II]  
Diz Joaquim Gonçalves Flores, desta Vila, que pretende edificar uma morada de casas conforme a planta junta, no Campo da Feira desta Vila, ao lado nascente, junto ao prédio de Margarida Marques. Acórdão em Câmara que concedem a licença pedida.  
(Consentimentos e Licenças, 1, fls.43v-44)
- [23] 1862 Janeiro 29 [Rua Capitão Manuel Carvalho]  
O Padre Pascoal António Barbosa e Brito, residente na Freguesia de S. Tiago de Antas, apresentou um requerimento em que pedia licença para edificar uma morada de casas com três portas, na entrada do Campo da Feira desta Vila, vindo de S. Tiago de Antas, cuja edificação ele pretendia fazer sem apilarados nas portadas. Acórdão em Câmara que vista a vistoria a que se procedeu concedem a licença para a edificação requerida conforme planta junta.  
(Consentimentos e Licenças, 1, fls. 64-64v)
- [24] 1863 Abril 13 [Rua Capitão Manuel Carvalho]  
Concedeu a Câmara licença a Matilde Rosa de Jesus, desta Vila, para edificar uma morada de casas térreas, no Campo da Feira desta Vila, junto à casa do Padre Pascoal António de Brito, segundo o risco adoptado por este.  
(Consentimentos e Licenças, 1, fl.122)
- [25] 1865 Fevereiro 25 [Praça D. Maria II]  
Prestou a Câmara licença a João José dos Santos, da freguesia de S. Tiago de Antas, limites desta Vila, para poder ocupar terreno publico no Campo da Feira, com os materiais precisos para a reedificação da sua casa que ali possui, cujo terreno seria marcado pelo Arquitecto do Município, cujo terreno o mesmo Arquitecto marcou na extremidade do mesmo campo, defronte da casa do requerente, o qual terá de comprimento, paralelo ao eixo da estrada catorze metros, e de largura perpendicular a esta direcção, oito metros.  
(Consentimentos e Licenças, 1, fl.132v)
- [26] 1865 Junho 7 [Rua Santo António]

Concedeu a Câmara licença a Luís José da Silva, desta Vila, para edificar uma morada de casas na Rua Nova de Santo António, da mesma, observando no alinhamento o que actualmente se acha, e na altura das portadas e janelas, a que se acha nos prédios ali situados, podendo ocupar com materiais o menos espaço da rua, isto é a terça parte.

(Consentimentos e Licenças, 1, fl. 134v)

[27] 1866 Maio 16 [Praça D. Maria II]

Concedeu a Câmara licença a António Alves de Azevedo, desta Vila, para edificar uma morada de casas térreas no Campo da Feira, da mesma Vila, conforme a planta que juntara, competentemente examinada e informada pelo Arquitecto da Câmara.

(Consentimentos e Licenças, 1, fl.144v)

[27.1] 1879 Março 29 [Praça D. Maria II]

Concedeu a Câmara Municipal licença a António Alves de Azevedo, morador no Campo da Feira, desta Vila, para levantar um segundo andar na sua casa de habitação.

(Consentimentos e Licenças, 3,fl.12v)

[28] 1866 Agosto 2 [Praça D. Maria II]

Concedeu a Câmara licença a António de Oliveira, da freguesia de Ribeirão e proprietário nesta Vila, para ocupar terreno publico do Campo da Feira, desta Vila, com os materiais precisos para a obra que pretende fazer na sua casa, sita no mesmo campo, sem prejuízo do trânsito publico.

(Consentimentos e Licenças, 2, fl.3v)

[28.1] 1873 Fevereiro 15 [Praça D. Maria II]

Concedeu a Câmara Municipal licença a Isidro José da Costa, desta Vila, para reedificar desde a sua base e trazer a frente ao alinhamento da casa do farmacêutico António Dias de Oliveira, uma casa que o mesmo comprara a António de Oliveira da freguesia de Ribeirão, situada no Campo da Feira, desta Vila.

(Consentimentos e Licenças, 2, fl.50)

[29] 1867 Julho 24 [Sinçães]

Concedeu a Câmara licença, mediante informação do Arquitecto da Câmara, a João José Ferreira dos Santos, desta Vila, para reedificar a parede ou muro que veda a sua Quinta de Sinçães, desta Vila, endireitando algumas curvas e saliências que faz, metendo para dentro algumas porções de terreno publico, ficando assim mais largo o caminho publico que ali passa.

(Consentimentos e Licenças, 2, fl.15v)

[30] 1871 Maio 3 [Rua Alves Roçadas]

Concedeu a Câmara Municipal licença a D. Maria do Patrocínio Correia e Costa, da freguesia de S. Tiago de Antas, para edificar uma morada de casas no lugar do Barreiro da mesma freguesia, à face do caminho que aí passa, devendo dirigir-se ao Arquitecto da Câmara para lhe dar o alinhamento e cota de nível, conforme a planta cadastro da Vila.

(Consentimentos e Licenças, 2, fl.39v)

[32] 1876 Novembro 20 [Rua Álvaro de Castelões]

Concedeu a Câmara Municipal licença a Zeferino Ferreira da Silva, desta Vila, para a construção de uma casa de conformidade com a planta que se acha arquivada na secretaria da Câmara, entre a Cruz Velha e a Capela da Lapa, em terreno que foi de José de Azevedo Meneses Cardoso Barreto.

(Consentimentos e Licenças, 2, fls. 81v-82)

[33] 1878 Agosto 31 [Praça 9 de Abril]

Requerimento de João Simões Guimarães, desta Vila, pedindo licença para depositar alguns materiais, para a obra que pretende fazer para a reedificação do seu prédio sito na Praça da Mota, com os números seis e oito.

(Actas, 15, fl. 57v)

[34] 1878 Outubro 5 [Largo Tinoco de Sousa]

Requerimento de Luís José Silva, desta Vila, pedindo licença para reformar um prédio que possui no Largo da Lapa. Mandou que informasse o Arquitecto Municipal.

(Actas, 15, fl. 67v)

[35] 1879 Janeiro 4 [Praça D. Maria II]

Deu a Câmara Municipal licença a Francisco José Gonçalves de Sousa, Bento José Rodrigues e António Joaquim de Andrade, desta Vila, para edificarem três moradas de casas, em frente do Campo da Feira, próximo da Capela de Santo

António, desta Vila, lado do Norte, em terrenos que foram de Daniel Augusto dos Santos, pelo acórdão do teor seguinte: que concedem a licença para a construção dos prédios a que se refere o presente requerimento, devendo observar-se nessa construção o alinhamento seguinte: que é adoptada a linha média-quarta parte-conforme consta da planta da Vila; que nesta conformidade o Arquitecto Municipal dê o alinhamento e marque as cotas de nível dos assoleiramentos. (Consentimentos e Licenças, 3, fls. 7v-8)

- [36] 1879 Abril 5 [Largo da Cruz Velha/Rua Álvaro de Castelões]  
Requerimento de António José Forte, desta Vila, pedindo licença para edificar uma casa no lugar da Cruz Velha, para o que junta a competente planta. Concedida.  
(Actas, 15, fl.128)
- [37] 1879 Abril 26 [Praça D. Maria II]  
Concedeu a Câmara Municipal licença a Manuel José da Silva Cosme, da freguesia de Calendário, para edificar uma morada de casas no Campo da Feira, desta Vila, por trás da Capela de Santo António, conforme a planta que juntou, seguindo o alinhamento das casas já construídas.  
(Consentimentos e Licenças, 3, FL. 13V)
- [38] 1879 Junho 4 [Rua Joaquim Azuaga]  
Concedeu a Câmara licença a Paulino Manuel José de Faria e mulher, Maria Rosa, padeira, desta Vila, para construir uma casa a marginar com a Avenida que vai da estrada municipal de primeira classe numero nove, para a estação do caminho de ferro, desta Vila.  
(Consentimentos e Licenças, 3, fl.17)
- [39] 1880 Fevereiro 21 [Praça D. Maria II]  
Requerimento de José Vaz Varela, morador no Campo da Feira, pedindo licença para depositar no Campo da Feira, os materiais precisos para reedificar a frente da sua casa de habitação.  
(Actas, 16, fl. 34v)
- [40] 1880 Abril 10 [Rua Barão Trovisqueira/Rua Liberdade]  
Concedeu a Câmara licença a Diogo José Rodrigues, desta Vila, para construir uma morada de casas na margem direita da estrada municipal de primeira classe numero nove, no prédio que possui no lugar de Louredo, freguesia de S. Julião do Calendário, de conformidade com a informação dada pelo Senhor Primeiro Engenheiro Distrital.  
(Consentimentos e Licenças, 3, fls. 27v-28)
- [41] 1880 Abril 10 [Rua Barão Trovisqueira/Rua Liberdade]  
Concedeu a Câmara licença a Joaquim Ferreira Brandão, proprietário, da freguesia de S. Julião do Calendário, de conformidade com a informação dada pelo Senhor Primeiro Engenheiro Distrital, para construir uma morada de casas, na margem direita da estrada municipal de primeira classe numero nove, no prédio que possui no lugar de Louredo, da sua freguesia.  
(Consentimentos e Licenças, 3, fl.28)
- [42] 1880 Abril 10 [Rua Adriano Pinto Basto]  
Concedeu a Câmara licença a Bento José Pereira Castilho, desta Vila, para construir uma morada de casas num dos ângulos da estrada real numero três com a estrada real numero trinta e um, no lugar da Rua Formosa, desta Vila, com a condição de não danificar o encanamento da água publica que lhe passa próximo (Actas 16, FLS. 49V-50).  
(Consentimentos e Licenças, 3, fl. 28)
- [43] 1880 Abril 17 [Rua Direita]  
Requerimento de Manuel da Silva Fontes, desta Vila, pedindo licença para edificar uma casa na Rua Direita desta Vila, nas casas que foram de António Caetano Correia do Amaral e de Francisco José de Azevedo, conforme o alçado constante da planta, que junta. Mandou que seja entregue ao Arquitecto Municipal, para dar o alinhamento e cotas de nível.  
(Actas, 16, fl. 52)
- [44] 1880 Maio 1 [Rua Joaquim de Azuaga]  
Concedeu a Câmara, de conformidade com a informação dada pela Senhor Primeiro Engenheiro Distrital, licença ao Excelentíssimo Barão de Trovisqueira, desta Vila, para construir uma morada de casas ao lado do Sul do ramal que da estrada municipal de primeira classe numero nove, vai para a Estação do Caminho-de-Ferro, desta Vila, no lugar de Louredo, freguesia de S. Julião do Calendário, no seu prédio que no dito lugar possui.  
(Consentimentos e Licenças, 3, fl. 29v)
- [45] 1880 Dezembro 16 [Rua Barão de Trovisqueira]

Foi dito por esta Câmara passado alvará de licença a Carlos José Ramos, da freguesia de S. Julião do Calendário, para edificar uma casa no seu prédio à face da Avenida que desta Vila vai para a Estação do Caminho-de-Ferro.  
(Consentimentos e Licenças, 3, fl. 35v)

- [46] 1880 Dezembro 16 [Rua Barão de Trovisqueira]  
Foi por esta Câmara passado alvará de licença a José Maria Fernandes, da freguesia de Calendário, para edificar uma casa no seu prédio à face da avenida que desta Vila vai para a Estação do Caminho-de-Ferro.  
(Consentimentos e Licenças, 3, fls. 35v-36)
- [47] 1881 Maio 31 [Praça D. Maria II]  
Foi por esta Câmara passado alvará de licença a Custódio Martinho Carneiro, da freguesia de S. Tiago de Antas, deste concelho, para edificar uma morada de casas no Campo da Feira, desta Vila, conforme a planta que apresentou.  
(Consentimentos e Licenças, 3, fl. 41)
- [47.1] 1887 Janeiro 17  
Passou-se alvará a Custódio Martinho Carneiro, de Antas, para aumentar mais três portadas à sua casa.  
(Consentimentos e Licenças, 4, fl. 16v)
- [47.2] 1888 Junho 15  
Passou-se alvará a Custódio Martinho Carneiro, de Antas, para aumentar a construção de uma casa, no Campo da Feira.  
(Consentimentos e Licenças, 4, fls. 24v-25)
- [47.3] 1889 Novembro 2  
Passou-se alvará a Custódio Martinho Carneiro, de S. Tiago de Antas, para aumentar a casa que possui no Campo da Feira, desta Vila.  
(Consentimentos e Licenças, 4, fl. 32)
- [47.4] 1905 Setembro 20 [Praça D. Maria II]  
Requerimento de Custódio Martinho Carneiro, de Antas, pedindo licença para reformar parte do seu prédio, sito no Largo Mouzinho de Albuquerque, com o aumento de um andar superior. Concedida.  
(Actas, 26, FL. 56V)
- [48] 1881 Julho 2 [Praça 9 de Abril/Rua Barão de Trovisqueira]  
Foi por esta Câmara passado alvará de licença a D. Maria da Glória Pereira de Magalhães, por ela e em nome de seu marido ausente requisitada, para edificar uma casa junta da que tem na Praça da Mota desta Vila, e marginando com a Avenida Barão de Trovisqueira conforme a planta que apresentou.  
(Consentimentos e licenças, 3, FL. 43)
- [49] 1882 Outubro 12 [Rua Barão Trovisqueira]  
Foi por esta Câmara passado alvará de licença a António Bernardo Lages, desta Vila, para ultimar o muro de vedação da sua propriedade da Cegonha, sita no lugar do mesmo nome, a confrontar com a avenida desta Vila para o cemitério e bem assim para ocupar o terço da mesma com o material para ela.  
(Consentimentos e Licenças, 3, fl. 57)
- [50] 1883 Fevereiro 10 [Rua Barão de Trovisqueira]  
Foi por esta Câmara passado alvará de licença a Sebastião Manuel de Carvalho, desta Vila, para vedar com muro a sua propriedade que tem do lado do Norte da Avenida Barão de Trovisqueira, cujo muro quer fazer da altura de um metro e trinta e dois centímetros de alto, do calcetamento da dita Avenida e deixar próximo da sua casa que já tem na dita propriedade um portal de entrada para a mesma.  
(Consentimentos e Licenças, 3, fl. 62v)
- [51] 1883 Abril 25 [Pelames]  
Requerimento de Luís Pereira Rangel, desta Vila, pedindo licença para reformar com paredes uma pequena casa de madeira, sita na Travessa dos Pelames, seguindo o alinhamento antigo. Concedida a licença pedida.  
(Actas, 17, fl. 63)
- [52] 1883 Maio 17 [Rua Barão de Trovisqueira/Parque Primeiro Maio]  
Foi por esta Câmara passado alvará de licença a José Domingues Veloso, casado, desta Vila, para construir uma morada de casas à margem direita da Avenida Barão de Trovisqueira e Largo do Cemitério Municipal, conforme a planta que em duplicado apresentou à mesma Câmara e para ocupar o Largo do Cemitério e a terça parte da referida



Avenida com os materiais para a dita edificação.

(Consentimentos e Licenças, 3, fl. 67)

- [53] 1883 Dezembro 26 [Rua Álvaro de Castelões]  
Requerimento de Camilo José da Costa, desta Vila, pedindo licença para construir uma morada de casas na Rua da Lapa conforme a planta que junta. Concedida a licença.  
(Actas, 17, fl. 114v)
- [54] 1884 Junho 7 [Praça D. Maria II]  
Requerimento de Gaspar Joaquim Coelho e António da Silva Duarte, desta Vila, pedindo licença para construir, no Campo da Feira e no mesmo local em que se acham as casas que foram de Maria Teresa, umas casas novas conforme a planta que juntam. Mandou que o Arquitecto Municipal dê o alinhamento e cotas de nível.  
(Actas, 18, fls. 30v-31)
- [55] 1884 Julho 2 [Rua Barão de Trovisqueira]  
Foi por esta Câmara passado alvará de licença a João Baptista da Silva Ramos, proprietário, residente na cidade de Braga, para edificar uma casa junto ao portal e em frente da estrada rua que vai desta Vila para a Estação do Caminho-de-Ferro, a fazer esquina para a Viela dos Eixidos e frente para a sobredita estrada. Em terreno que foi de Camilo de Lelis Ribeiro de Campos.  
(Actas, 18, fl. 27v)  
(Consentimentos e Licenças, 3, fl. 80)
- [56] 1884 Outubro 13 [Rua Barão de Trovisqueira]  
Foi esta Câmara passado alvará de licença a António Garcia e mulher, da freguesia desta Vila, para edificarem uma morada de casas à margem direita da Avenida Barão de Trovisqueira, desta mesma Vila, conforme a respectiva planta que juntaram.  
(Consentimentos e Licenças, 3, fl. 83v)
- [57] 1885 Junho 20 [Rua Barão de Trovisqueira]  
Requerimento de Francisco Inácio Aguiar Pimenta Carneiro, de Vermoim, pedindo licença para aumentar com um andar a parte térrea das casas que confinam com a Avenida Barão de Trovisqueira. Mandou que junte planta da obra que pretende edificar.  
(Actas, 18, fl.130)
- [57.1] 1893 Outubro 4 [Rua Barão de Trovisqueira]  
Requerimento de Francisco Inácio de Aguiar Pimenta Carneiro pedindo licença para construir uma morada de casas na Avenida Barão de Trovisqueira, desta Vila, para o que junta a respectiva planta. Concedeu a licença pedida seguindo o alinhamento e cotas de nível que lhe forem dados.  
(Actas, 22, FL.55)
- [58] 1885 Agosto 1 [Praça D. Maria II]  
Requerimento de Teodora Ermelinda Faria Martins, pedindo licença para construir uma parede de vedação desde o cunhal da casa até à de Gaspar Joaquim Coelho, no Campo da Feira, desta Vila, declarando que prescinde de qualquer indemnização relativamente à mesma parede a reedificar, quando esta seja expropriada por ordem da Câmara.  
(Actas, 18, FL. 141V)
- [58.1] 1888 Agosto 9 [Praça D. Maria II]  
Teodora Ermelinda de Faria Martins assina termo de expropriação amigável com a Câmara Municipal de parte de um prédio junto ao Campo da Feira.  
“Compareceu D. Teodora Ermelinda Faria Martins, solteira, de maior idade, proprietária, desta Vila e disse que estava concorde em aceitar a expropriação amigável da parte da casa, de que é senhora, a qual faz esquina tendo uma das frentes para a Rua Formosa e outra para o Campo da Feira, desta Vila, cuja parte a expropriar compreende uma área de 55 metros e 77 centímetros quadrados, a fim de que, com tal expropriação, fique completo o alinhamento do resto da casa expropriada com a nova linha de edificações que fazem frente para o Campo da Feira, que lhe ficam contíguas, e com a linha da casa do lado norte da Rua Santo António, desta mesma Vila, que ela expropriada se obriga a demolir à sua conta parte da casa a expropriar, por todo o mês de Outubro próximo futuro.”  
(Termos de Obrigação, 8???, fls. 53v-55)
- [58.2] 1905 Agosto 23 [Praça D. Maria II]  
Requerimento de D. Teodora Ermelinda de Faria Martins, pedindo licença para depositar na rua o material indispen-

sável para obras no seu prédio. Concedida.

(Actas, 26, FL. 55)

- [59] 1886 Dezembro 11 [Rua Direita/Viela dos Eixidos]  
Requerimento de Guilherme Norton, desta Vila, pedindo licença para reformar a parede do quintal de uma sua casa sita na Rua Direita, desta Vila, na parte que defronta com a Viela dos Eixidos, incorporando nessa vedação uma pequena porção de terreno que lhe pertence e que se acha junto da dita Viela. Pede também licença para construir um passadiço no gosto dos outros aí existentes, para comodidade da sua serventia, levantado entre a dita casa e o referido quintal.  
(Actas, 20, fl. 137)
- [60] 1888 Junho 16 [Rua Direita]  
Passou-se alvará a José da Silva Arnos, desta Vila, para a construção de uma casa, na Rua Direita, desta Vila.  
(Consentimentos e Licenças, 4, fl. 25)
- [61] 1890 Outubro 28 [Rua Adriano Pinto Basto]  
Passou-se alvará a Silvestre da Silva Carneiro, da freguesia desta Vila, para construir uma casa na Rua Formosa, desta Vila.  
(Consentimentos e licenças, 4, fl. 38)
- [62] 1891 Março 30 [Rua Álvaro de Castelões]  
Passou-se alvará a Ermelinda de Faria Correia, desta Vila, para construir uma morada de casas na Rua Álvaro de Castelões, desta Vila.  
(Consentimentos e Licenças, 4, fl. 40v)
- [63] 1891 Julho 9 [Rua Adriano Pinto Basto]  
Passou-se alvará a António Rodrigues de Araújo Lima, da cidade do Porto, para construir uma morada de casas na Rua Formosa, desta Vila.  
(Consentimentos e Licenças, 4, fl. 42)
- [64] 1891 Julho 14 [Rua Adriano Pinto Basto]  
Passou-se alvará a Silvestre da Silva Carneiro, residente no Rio de Janeiro, para construir uma morada de casas na Rua Formosa, desta Vila.  
(Consentimentos e Licenças, 4, fl. 42)
- [65] 1894 Maio 23 [Rua Conselheiro Santos Viegas]  
Requerimento de Domingos José Pinto, desta Vila, pedindo licença para fazer umas modificações no seu prédio sito na Rua da Bandeirinha, desta Vila. Concedido.  
(Actas, 22, fl. 73v)
- [66] 1895 Abril 24 [Praça 9 de Abril]  
Requerimento de António José Correia Júnior, desta Vila, pedindo licença para fazer algumas obras no seu prédio, sito na Praça da Mota. Concedida.  
(Actas, 22, fl. 97v)
- [66.1] 1921 Novembro 14  
O Senhor Presidente disse: Que os proprietários da casa comprada à viúva Correia Júnior e filhos, pediam a princípio 16 contos, mas em virtude da minha insistência resolveram baixar este pedido para 13 mil escudos. Nesta casa existe há muitíssimo tempo um estabelecimento comercial muito afreguesado e por isso, nos termos da Lei do Inquilinato, os senhorios tinham direito a receber uma indemnização que reputo em três mil escudos, e a casa atendendo a que tem dois andares, onde bem podiam viver duas famílias, e uma loja em excelentes condições para o comércio, tanto mais que está admiravelmente localizada para esse fim, bem podia render anualmente 600 ou 700 escudos. Em face disto, entendo que a Câmara comprando a casa por 10 mil escudos e dando 3 mil escudos, a título de indemnização, fez um negócio que bem pode considerar-se, sem favor, de boa administração. Aprovado.  
(Actas, 36, fl.
- [67] 1895 Setembro 11 [Rua Francisco Alves/Rua Camilo Castelo Branco]  
Requerimento de António José Faria Brandão, desta Vila, pedindo o alinhamento de uma sua propriedade que faz esquina para as Ruas Direita e de Camilo Castelo Branco.  
(Actas, 23, fls. 10v-11)

- [68] 1895 Dezembro 31 [Praça D. Maria III/Rua Alves Roçadas]  
Requerimento de José Silva Abreu Guedes, desta vila, pedindo licença para edificar três moradas de casas conforme a planta junta no Campo da Feira e Rua do Barreiro, desta Vila. Concedeu a licença pedida aprovando a planta junta, devendo observar o alinhamento e cotas de nível que lhe forem dadas pelo fiscal da viação.  
(Actas, 23, fl. 31v)
- [69] 1896 Setembro 16 [Rua Álvaro de Castelões]  
Requerimento de Joaquina Adelaide Moreira, solteira, desta Vila, pedindo licença para construir uma morada de casas conforme a planta junta, na Rua Álvaro de Castelões, desta Vila.  
(Actas, 23, fl. 68)
- [69.1] 1907 Janeiro 23 [Rua Álvaro Castelões]  
Requerimento de Joaquina Adelaide Moreira, pedindo licença para construir um segundo andar no prédio urbano que possui na Rua Álvaro Castelões. Deferido.  
(Actas, 27, fl. 19)
- [70] 1896 Dezembro 9 [Praça 9 de Abril/Alameda Luís de Camões]  
Requerimento de D. Maria da Glória Pereira Magalhães, desta Vila, na qualidade de administradora dos bens de sua filha menor, D. Maria Conceição, pedindo licença para reedificar a parede de vedação do prédio da dita sua filha, sito na Praça da Mota, desta Vila, junto do caminho para as Hortas, abrindo mais duas portas. Concedida.  
(Actas, 23, fl. 82v)
- [71] 1897 Junho 30 [Rua Álvaro de Castelões]  
Requerimento de António Leite Faria, da cidade do Porto, pedindo licença para fazer umas obras na casa que adquiriu, por compra, na Rua Álvaro Castelões. Concedida.  
(Actas, 23, fl. 113v)
- [72] 1898 Abril 1 [Rua Adriano Pinto Basto]  
Passou-se alvará a António José Luís de Carvalho, desta Vila, para construir uma casa na Rua Pinto Basto desta Vila.  
(Consentimentos e Licenças, 4, fls. 75-75v)
- [73] 1900 Janeiro 17 [Praça D. Maria II]  
Requerimento de Tomás Cardoso de Miranda, desta Vila, pedindo licença para construir uma casa no Campo Mouzinho Albuquerque conforme a planta que junta. Concedida.  
(Actas, 24, fl. 93v)
- [74] 1900 Março 28 [Rua Conselheiro Santos Viegas]  
Requerimento de Augusto José Pinto, desta Vila, pedindo licença para construir uma casa na Rua da Bandeira. Concedida.  
(Actas, 24, FL. 102)
- [75] 1900 Outubro 19 [Rua Barão de Trovisqueira]  
Maria Emília Campos Silva, assina termo de responsabilidade para reconstruir umas casas térreas sitas na Viela dos Eixidos, fazer um muro de vedação no seu quintal contíguo à mesma casa e abrir uma porta no muro que deita para a Avenida Barão de Trovisqueira.  
(Actas, 24, fl. 81)
- [76] 1903 Setembro 23 [Rua Conselheiro Santos Viegas]  
Requerimento de José Ramos Norte, desta Vila, pedindo para reedificar uma casa que possui na Rua da Bandeira consoante a planta que junta. Concedida.  
(Actas, 25, fl. 93v)
- [77] 1903 Novembro 18 [Estação]  
Requerimento de Rosa Veloso Oliveira, de Calendário, pedindo licença para construir uma morada de casas no lugar da Estação, consoante a planta junta. Concedida.  
(Actas, 25, fl. 96v)
- [78] 1904 Maio 11 [Rua Barão de Trovisqueira/Rua da Liberdade]  
Requerimento de Silvério Araújo Torres, de Calendário, pedindo licença para edificar no seu prédio um segundo andar e depositar pedra na estrada que segue desta Vila para a estação do caminho-de-ferro e na dita freguesia.  
(Actas, 26, fl. 11v)

- [79] 1905 Abril 5 [Rua Direita]  
Requerimento de António Lopes Campos, desta Vila, pedindo licença para reparar o seu prédio sito na Rua Direita e colocar os materiais necessários na rua. Concedida.  
(Actas, 26, fl. 41)
- [79.1] 1905 Setembro 20 [Rua Camilo Castelo Branco]  
Requerimento de António Lopes Campos, pedindo licença para abrir uma entrada na parede do seu quintal em frente à Rua Camilo Castelo Branco. Concedida.  
(Actas, 26, fls. 56v-57)
- [80] 1906 Janeiro 22 [Largo Tinoco de Sousa]  
Requerimento de Luís José de Faria pedindo licença para construir uma morada de casas no lugar da Lapa e depositar o material. Com vista ao Arquitecto.  
(Actas, 26, fl. 71)
- [80.1] 1906 Fevereiro 21  
Requerimento de Luís José Faria pedindo licença para construir uma morada de casas no lugar da Lapa. Deferido.  
(Actas, 26, fl. 75v)
- [80.2] 1906 Março 14  
Pelo Vereador Costa foram apresentadas as plantas em projecto, da Rua Direita e Largo da Lapa, que tinha sido encarregado de mandar organizar por pessoa competente, desde o cunhal do lado norte da cadeia até ao Largo da Lapa, ampliando-se este até à Rua Álvaro de Castelões, ampliando-se também a dita Rua, que desde a Rua Camilo Castelo Branco até ao referido Largo da Lapa ficará com a largura de dez metros. Assim e nos termos das ditas plantas que a Câmara aprovou por unanimidade, deverão os prédios de Caetano José Gonçalves, que vai ser apeado por ameaçar ruína, de Domingos Portela, que requereu lhe fosse dado alinhamento, e de Luís José de Faria, que já requereu licença para reedificar, terão todos de recuar os seus prédios quando reedificarem de novo ou forem expropriados. Este faria, cujo prédio é já situado no Largo da Lapa, dois metros e dez centímetros, o dito Portela cinco metros e quinze centímetros e o Caetano Gonçalves um metro e setenta e cinco centímetros no cunhal do sul e três metros e noventa centímetros no do norte da casa a demolir e quatro metros e sessenta centímetros no cunhal norte também da casa que se lhe segue em direcção à Lapa devendo todos e cada um requerer oportunamente as cotas de nível e alinhamento para as obras a efectuar.  
(Actas, 26, fl. 79)
- [80.3] 1906 Maio 2  
Requerimento de Luís José de Faria, desta Vila, pedindo licença para construir uma morada de casas no Largo da Lapa, de harmonia com a planta junta. Deferido, assinando termo de responsabilidade.  
(Actas, 26, fl. 83v)
- [81] 1906 Maio 23 [Praça D. Maria II]  
Requerimento de António Pereira Ribeiro, de Antas, pedindo licença para construir um mirante sobre o seu prédio sito no Campo Mousinho Albuquerque. Deferido.  
(Actas, 26, fl. 85v)
- [82] 1908 Agosto 12 [Praça d. Maria II]  
Requerimento de António Pereira Ribeiro, pedindo para reformar a sua casa sita no Campo Mousinho de Albuquerque. Deferido.  
(Actas, 28, fl.2)
- [83] 1906 Julho 11 [Rua Barão Trovisqueira]  
Requerimento de Adão Sousa Baptista Neves, de Calendário, pedindo licença para edificar uma casa na Avenida Barão de Trovisqueira. Deferido.  
(Actas, 26, fl. 91)
- [84] 1906 Agosto 16 [Rua Francisco Alves]  
Requerimento de José Bernardino da Costa e Sá, pedindo licença para reedificar a sua casa na Rua Direita, declarando não exigir qualquer indemnização caso mais tarde se alargasse a mesma rua como está projectado. Deferido.  
(Actas, 26, fl. 95)
- [85] 1907 Abril 24 [Estação]

- Requerimento de Adão Sousa Neves, pedindo para construir umas casas no lugar da Estação. Deferido.  
(Actas, 27, fl. 29v)
- [86] 1907 Junho 26 [Cruz Velha]  
Requerimento de Adriano Luís Ferreira, pedindo licença para construir um segundo andar no seu prédio sito no lugar da Cruz Velha e depositar o material necessário na rua. Deferido.  
(Actas, 27, fl. 41)
- [87] 1908 Janeiro 28 [Rua Alves Roçadas]  
Requerimento de Augusto Pereira Sampaio, desta Vila, pedindo licença para construir uma morada de casas na Rua das Lameiras. Deferido.  
(Actas, 27, fl. 78)
- [88] 1908 Junho 17 [Rua Conselheiro Santos Viegas]  
Requerimentos de Joaquim José da Rocha, Manuel Joaquim Carneiro e Joaquim Moreira Pinto, todos desta Vila, pedindo licença para edificarem prédios urbanos na Rua da Bandeira, juntando as respectivas plantas. Deferido.  
(Actas, 27, fl. 94)
- [89] 1908 Junho 17 [Praça D. Maria II]  
Requerimento de Alexandre Fernandes Azevedo, desta Vila, pedindo licença para encimar um andar na sua casa da Praça Mousinho Albuquerque. Deferido.  
(Actas, 27, fl. 94v)
- [90] 1908 Julho 1 [Praça D. Maria II / Salão Pathé]  
Requerimento de Duarte Aguiar & Guedes, desta Vila, pedindo licença para construir um barracão no Campo Mousinho de Albuquerque para exposições cinematográficas. Deferido.  
(Actas, 27, fl. 95v)
- [90.1] 1909 Março 22  
Requerimento de Duarte Vasco Magalhães Aguiar, pedindo licença para construir sobre o muro da Quinta da Granja, sita no Campo Mousinho de Albuquerque, um alpendre respeitante ao Salão Pathé, consoante a planta que junta. Deferido.  
(Actas, 28, fls. 37v-38)
- [91] 1909 Março 22 [Praça D. Maria II]  
Requerimento de Álvaro Carneiro Bezerra, pedindo licença para ampliar o seu estabelecimento, sito no Campo Mousinho Albuquerque, consoante a planta que junta. Deferido com a condição de dentro do prazo de um ano, a contar de hoje, levantar a construção até à altura da casa que o requerente possui contígua a esta.  
(Actas, 28, fl. 38)
- [92] 1909 Abril 19 [Estação]  
Requerimento de Joaquim Alves de Sousa, de Calendário, pedindo licença para edificar uma morada de casas no lugar da Estação. Deferido.  
(Actas, 28, fl. 43v)
- [93] 1910 Abril 9 [Rua Conselheiro Santos Viegas]  
Requerimento de António Gonçalves Pinto, pedindo licença para construir uma morada de casas na Rua Conselheiro Santos Viegas, consoante a planta que junta. Deferido.  
(Actas, 28, fl. 101)
- [94] 1910 Outubro 29 [Rua Alves Roçadas]  
Um abaixo-assinado dos moradores da Rua Alves Roçadas, pedindo a ligação desta rua com a de Miguel Bombarda e respectivo calcetamento. Tomado em consideração.  
(Actas, 28, fl. 142)
- [95] 1910 Novembro 12 [Rua Barão Trovisqueira]  
Requerimento de Balbina Veloso Macedo, pedindo licença para vedar parte da sua bouça na Avenida Trovisqueira, deixando duas entradas, uma na Avenida e outra no caminho que vai para Rorigo. Deferido quanto à entrada do caminho de Rorigo devendo quanto à outra juntar a planta da entrada e da vedação.  
(Actas, 28, fl. 14v)
- [96] 1910 Dezembro 17 [Rua Santo António]  
Requerimento de António Ferreira de Carvalho, desta Vila, pedindo licença para reformar a sua casa sita na Rua 5 de

- Outubro. Deferido.  
(Actas, 28, fl. 157)
- [97] 1911 Fevereiro 25 [Rua Adriano Pinto Basto]  
Requerimento de António Cardoso Mendonça, pedindo licença para reconstruir uma casa na Rua Pinto Basto. Deferido.  
(Actas, 28, fl. 178)
- [99] 1911 Setembro 16 [Rua Adriano Pinto Basto]  
Requerimento de António Cardoso de Mendonça, desta vila, pedindo licença para na sua casa em construção na Rua Adriano Pinto Basto, aumentar um chalet. Deferido.
- [98] 1911 Maio 20 [Rua Santo António]  
Requerimento de António Nunes da Silva, desta Vila, pedindo licença para construir dois prédios consoante a planta que junta, à Rua 5 de Outubro. Deferido, vista a informação do Senhor Vereador de Pelouro e desde que se prove que tem o pé direito exigido pela lei.
- [98.1] 1911 Agosto 19  
Requerimento de António Nunes da Silva, desta Vila, pedindo licença para alterar a planta da reconstrução da sua casa, sita à Rua 5 de Outubro, de harmonia com a que agora junta. Deferido.
- [98.2] 1911 Dezembro 16  
Requerimento de António Nunes da Silva, desta Vila, pedindo licença para aumentar aos seus prédios em construção uns chalets. Deferido, sem prejuízo da planta respectiva.
- [99] 1911 Setembro 16 [Rua Adriano Pinto Basto]  
Requerimento de Armindo José da Costa, desta Vila, pedindo licença para aumentar um chalet à sua casa, sita na Rua Adriano Pinto Basto. Deferido. Outro de Jaime Valongo, fazendo igual pedido ao anterior. Deferido.
- [100] 1912 Março 9 [Rua Barão Trovisqueira]  
Requerimento de Manuel Pinto de Sousa, desta Vila, pedindo licença para construir uma casa, conforme a planta adjunta, na Avenida Trovisqueira. Deferido, assinando termo de responsabilidade.
- [101] 1912 Julho 27 [Praça 9 de Abril/Rua Barão Trovisqueira]  
Resolveu que se oficiasse ao Senhor Doutor Vítor Branco, de Portalegre, proprietário da Casa do Paço, à quina da Avenida Trovisqueira e Praça Conde de S. Cosme do Vale, desta Vila, a fim de que por si e sua esposa declare em que condições, amigavelmente, pode ser feita a expropriação daquele prédio para aformoseamento daquela avenida.
- [101.1] 1912 Agosto 3  
Oficiou-se ao Senhor Duarte Vasco de Magalhães Aguiar, desta Vila, por se verificar que é o proprietário da casa da Avenida Trovisqueira com frente para a Praça Conde de S. Cosme, convidando-o a apresentar as condições em que deve basear-se a expropriação daquela casa.
- [101.2] 1912 Agosto 10  
Deliberou autorizar o Senhor Presidente a escolher perito que deve representar a Câmara na avaliação de parte do prédio da Praça Conde S. Cosme do Vale que em sessão anterior se resolveu cortar.
- [101.3] 1912 Outubro 12  
Resolveu autorizar o Senhor Presidente a promover e assistir a todos os termos do processo de expropriação por utilidade pública que haja de instaurar-se, caso se não chegue a acordo com expropriando, a fim de se proceder ao corte da Casa do Paço, à entrada da Avenida Barão da Trovisqueira, na Praça Conde S. Cosme do Vale.
- [101.4] 1920 Junho 28 [Rua Barão Trovisqueira/Praça 9 de Abril]  
Requerimento de Duarte Vasco Magalhães Aguiar, solicitando licença para reconstruir as suas casas sitas na Avenida Trovisqueira e Praça Conde S. Cosme Vale. Deferido.  
(Actas, 35, fls. 38v-39)
- [102] 1913 Maio 24 [Praça D. Maria II/Rua Alves Roçadas]  
Requerimento de Álvaro Carneiro Bezerra, desta Vila, pedindo licença para construir uma casa, depositando o material indispensável no local, sem prejuízo do trânsito, no Campo Mousinho e com frente para a Rua Alves Roçadas. A informar ao Senhor Vereador do Pelouro.  
Deferido na reunião de 31-5-1913 com a condição de a construção estar concluída seis meses depois da assinatura do termo.
- [103] 1919 Agosto 25 [Praça D. Maria II]  
Requerimento de Domingos Portela, solicitando licença para construir um salão sobre o prédio que possui no Campo

- Mousinho de Albuquerque. Deferido.  
(Actas, 34, fl. 61)
- [104] 1920 Janeiro 12 [Rua Alves Roçadas]  
Requerimento de João Lopes Fonseca, solicitando licença para construir um edifício para oficina mecânica, juntando planta da fachada principal, na Rua Alves Roçadas. Deferido.  
(Actas, 34, fl. 96)
- [105] 1920 Fevereiro 23 [Rua Barão Trovisqueira]  
Requerimento de Manuel Joaquim Cancela, de Calendário, solicitando licença para construir um prédio urbano na Avenida Barão de Trovisqueira. Deferido.  
(Actas, 35, fl. 10)
- [106] 1920 Março 15 [Rua Barão Trovisqueira]  
Requerimento de Duarte Vasco Magalhães Aguiar, solicitando licença para construção de um prédio na Avenida Trovisqueira, encobrindo o riacho que ali atravessa. Deferido.  
(Actas, 35, fl. 16v)
- [107] 1920 Agosto 23 [Rua Conselheiro Santos Viegas]  
Requerimento de Manuel Pinto, de Requião, solicitando licença para construir uma casa na Rua Santos Viegas. Deferido.  
(Actas, 35, fl. 49)
- [108] 1920 Setembro 6 [Praça D. Maria II]  
Requerimento de Ernesto Lopes Guimarães, na qualidade de fiscal das obras do Banco Nacional Ultramarino, solicitando licença para reformar o prédio sito no Campo Mouzinho de Albuquerque, número de polícia 79 a 81. Deferido  
(Actas, 35, fl. 50v)
- [109] 1921 Maio 30 [Rua Adriano Pinto Basto/Avenida 25 de Abril]  
Requerimento de Dias Costa & Companhia pedindo licença para construir um prédio na Rua Adriano Pinto Basto tornejando a nova avenida para o que apresenta a respectiva planta.  
(Actas, 36, fl. 33v)

## ÍNDICE

Aguiar, Duarte Vasco Magalhães – 90.1, 101.1, 101.4, 106  
Alameda Luís de Camões – 70  
Alves, Ana Maria – 11  
Amaral, António Caetano Correia do – 43  
Andrade, António Joaquim de – 35  
Antas S. Tiago – 7, 9, 11, 14, 23, 25, 30, 47, 47.1, 47.2, 47.3, 47.4, 81  
Aroso, José da Silva – 60  
Avenida Narciso Ferreira – 19  
Avenida 25 de Abril – 109  
Azevedo, Alexandre Fernandes de – 89  
Azevedo, António Alves de – 27  
Azevedo, Francisco José de – 43  
Azevedo, Manuel Bento de – 5  
Banco Nacional Ultramarino – 108  
Bandeira – 13, 74, 76, 88  
Bandeirinha – 65  
Barão de Trovisqueira – 24  
Barreiro – 30, 68  
Barreto, José de Azevedo e Menezes Cardoso – 32  
Barros, Paulo José de – 2

Bezerra, Álvaro Carneiro – 91, 102  
Borba, Gaspar António – 2  
Branco, António Martins – 3  
Branco, Victor – 101  
Brandão, António José de Faria – 67  
Brandão, Joaquim Ferreira – 41  
Brandão, José Joaquim Ferreira – 21  
Brito, Pascoal António Barbosa – 23, 24  
Cabeçudos – 15  
Calendário – 40, 41, 44, 45, 46, 77, 78, 83, 92, 105  
Campo da Feira – 1, 2, 3, 8, 14, 15, 16, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 28.1, 35, 37, 39, 47, 47.2, 47.3, 54, 58, 58.1, 68  
Campo Mouzinho de Albuquerque – 47.4, 73, 81, 89, 90, 90.1, 91, 102, 103, 108  
Campos, António Lopes de – 79, 79.1  
Campos, Camilo de Lélis Ribeiro de – 55  
Cancela, Manuel Joaquim – 105  
Capela da Lapa – 32  
Capela de Santo António – 15, 35, 37  
Cardoso, Manuel – 21  
Carneiro, Custódio Martinho – 47, 47.1, 47.2, 47.3, 47.4  
Carneiro, Francisco Inácio de Aguiar Pimenta – 57, 57.1  
Carneiro, José – 16

Carneiro, Manuel Joaquim – 88  
 Carneiro, Silvestre da Silva – 61, 64  
 Carvalho, António Ferreira de – 96  
 Carvalho, António José Luís de – 72  
 Carvalho, Sebastião Manuel de – 50  
 Casa do Paço – 101, 101.3  
 Castilho, Bento José Pereira – 42  
 Cegonha – 49  
 Cemitério Municipal – 49, 52  
 Coelho, Gaspar Joaquim – 54, 58  
 Correia, Ermelinda de Faria – 62  
 Correia, Maria Josefa – 4  
 Cosme, Manuel José da Silva – 37  
 Costa, Armindo José da – 99  
 Costa, Camilo José da – 53  
 Costa, Isidro José da – 28.1  
 Costa, Filipe José da – 14  
 Costa, Maria do Patrocínio Correia e – 30  
 Dias Costa & C<sup>a</sup> – 109  
 Duarte Aguiar & Guedes – 90  
 Duarte, António Silva – 54  
 Estação do Caminho-de-Ferro – 38, 44, 45, 46, 55, 77, 78, 85, 92  
 Faria, António da Costa – 10  
 Faria, António José de – 19  
 Faria, António Leite – 71  
 Faria, Francisco António Xavier de – 9  
 Faria, Josefa da Costa – 3, 21  
 Faria, Luís José de – 80, 80.1, 80.2, 80.3  
 Faria, Paulino Manuel José de – 38  
 Fernandes, José Maria – 46  
 Fernandes, Manuel da Costa – 2  
 Ferreira, Adriano Luís – 86  
 Flores, Joaquim Gonçalves – 22  
 Fonseca, João Lopes – 104  
 Fontes, Manuel Silva – 43  
 Forte, António José – 36  
 Garcia, António – 56  
 Gonçalves, António José – 6  
 Gonçalves, Caetano José – 80.2  
 Guedes, José da Silva Abreu – 68  
 Guimarães, António José Ferreira – 1  
 Guimarães, Ernesto Lopes – 108  
 Guimarães, João Simões – 33  
 Hortas – 70  
 Jesus, Matilde Rosa – 24  
 Júnior, António José Correia – 66, 66.1  
 Lages, António Bernardo – 49  
 Lameiras – 87  
 Largo da Cruz Velha – 32, 36, 86  
 Largo da Lapa – 34, 80, 80.1, 80.2, 80.3  
 Largo Tinoco de Sousa – 34, 80  
 Lima, António Rodrigues de Araújo – 63  
 Louredo – 40, 41, 44  
 Macedo, Balbina Veloso de – 95  
 Machado, António Alves – 18  
 Machado, António Lourenço de Araújo – 15  
 Magalhães, Maria da Glória Pereira de – 48, 70  
 Maia, Florido de Sousa – 17  
 Maria Conceição – 70  
 Maria Delfina – 16  
 Maria Rosa – 38  
 Maria Teresa – 54  
 Marques, Margarida – 22  
 Martins, Teodora Ermelinda Faria – 58, 58.1, 58.2  
 Mendonça, António Cardoso de – 97  
 Miranda, Tomás Cardoso – 73  
 Moreira, Francisco José de Araújo – 6  
 Moreira, Joaquina Adelaide – 69, 69.1  
 Neves, Adão Sousa Baptista – 83, 85  
 Norte, José Ramos – 76  
 Norton, Guilherme – 59  
 Oliveira, António – 28, 28.1  
 Oliveira, António Dias de – 28.1  
 Oliveira, António dos Santos – 8, 9  
 Oliveira, Domingos José de – 13  
 Oliveira, Rosa Veloso de – 77  
 Parque 1º de Maio – 52  
 Pelames – 51  
 Pinto, António Gonçalves – 93  
 Pinto, Augusto José – 74  
 Pinto, Domingos José – 65  
 Pinto, Joaquim Moreira – 88  
 Pinto, Manuel – 107  
 Portela, Domingos – 80.2, 103  
 Praça Conde S. Cosme do Vale – 101, 101.1, 101.2, 101.3, 101.4  
 Praça D. Maria II – 1, 2, 3, 7, 8, 11, 14, 16, 22, 25, 27, 28, 28.1, 35, 37, 39, 54, 68, 73, 81, 89, 90, 91, 102, 103, 108  
 Praça da Mota – 18, 33, 48, 66, 70  
 Praça 9 de Abril – 18, 33, 48, 66, 70, 101  
 Quinta da Granja – 90.1  
 Quinta de Sinções -29  
 Ramos, Carlos José – 45  
 Ramos, João Baptista Silva – 55  
 Rangel, Luís Pereira – 51  
 Rebelo, João Luís – 4  
 Requião – 107  
 Ribeirão – 28, 28.1  
 Ribeiro, António Pereira – 82  
 Ribeiro, Manuel José – 20  
 Rocha, Joaquim José da – 88  
 Rodrigues, Bento José – 35  
 Rodrigues, Diogo José – 40  
 Rorigo – 95  
 Rua Adriano Pinto Basto – 3, 6, 10, 17, 20, 21, 42, 61, 63, 64,



72, 97, 99, 109  
Rua Álvaro de Castelões – 32, 36, 53, 62, 69, 69.1, 71, 80.2,  
Rua Alves Roçadas – 30, 68, 87, 94, 102, 104  
Rua Barão de Trovisqueira – 40, 41, 45, 46, 48, 49, 50, 52,  
55, 56, 57, 57.1, 75, 78, 83, 95, 100, 101, 101.1, 101.3,  
101.4, 105, 106  
Rua Camilo Castelo Branco – 67, 79.1, 80.2  
Rua Capitão Manuel Carvalho – 23  
Rua 5 de Outubro – 96, 98, 98.1  
Rua Conselheiro Santos Viegas – 13, 65, 74, 76, 88, 93, 107  
Rua Direita – 5, 43, 59, 60, 67, 79, 80.2, 84  
Rua Formosa – 10, 17, 20, 21, 42, 58.1, 61, 63, 64  
Rua Francisco Alves – 67, 84  
Rua Joaquim Azúaga – 38, 44  
Rua da Lapa – 53  
Rua da Liberdade – 40, 41, 78  
Rua Miguel Bombarda – 94  
Rua de Santo António – 4, 11, 26, 58.1, 96, 98  
Sá, José Bernardino da Costa e – 84  
Salão Pathé – 90, 90.1

Sampaio, Augusto Pereira – 87  
Santos, Daniel Augusto dos – 35  
Santos, João José dos – 25  
Santos, João José Ferreira dos – 29  
Silva, António Nunes da – 98, 98.1, 98.2  
Silva, José António da – 7  
Silva, José Bento da – 1  
Silva, Luís José da – 26, 34  
Silva, Luís José Pereira da – 8  
Silva, Maria Emília Campos – 75  
Silva, Zeferino Ferreira da – 32  
Sinções – 29  
Sousa, Francisco José Gonçalves de – 35  
Sousa, Joaquim Alves de – 92  
Sousa, Manuel Pinto de – 100  
Tinoco, Albino Joaquim Ferreira – 12  
Torres, Silvério Araújo – 78  
Valongo, Jaime – 99  
Varela, José Vaz – 39  
Veloso, José Domingues – 52



**Museu  
Guerra Colonial**



# Guerra Colonial, uma história por contar! Suportes em papel nas várias formas de comunicar.

por José Manuel Lages\*

“ É a guerra aquele monstro que se sustenta das fazendas, do sangue, das vidas, e quanto mais come e consome, tanto menos se farta.

É a guerra aquela tempestade terrestre, que leva os campos, as casas, as vilas, os castelos, as cidades, e talvez em um momento de sorte, os reinos e monarquias inteiras.

É a guerra aquela calamidade composta de todas as calamidades, em que não haja mal algum que, ou se não padeça ou se não tema, nem bem que seja próprio ou seguro. O pai não tem seguro o filho, o rico não tem segura a sua fazenda, o pobre não tem seguro o seu suor, o nobre não tem segura a sua honra, o eclesiástico não tem segura a sua imunidade, o religioso não tem segura a sua cela, e até Deus nos templos e nos sacrários não está seguro.”

*Padre António Vieira, sermão pregado em Lisboa, em 1886, no aniversário da Rainha D<sup>a</sup> Maria Franciscada Sabóia.*



## Introdução

Tal como qualquer guerra, os 13 anos da guerra colonial portuguesa marcaram o país e é um contexto de estudo fundamental da nossa história contemporânea.

A história só com o tempo, e “só com o tempo” será feita pois o acesso às fontes oficiais é difícil e por outro lado muitos dos protagonistas ainda estão vivos. Podemos fazer abordagens parcelares sobre esta época ainda recente e podemos, de igual modo, fazer um trabalho de recolha e preservação de fontes oficiais em posse de particulares (que podemos perder irremediavelmente) e que consideramos de capital importância para este estudo.

No entanto, não podemos ignorar os aspectos visíveis desta guerra que se manifestam no “dia a dia” de milhares de cidadãos que vivem e convivem “paredes -meias” com familiares e amigos vivendo em condições difíceis ou dramáticas nas várias localidades deste país. Refiro-me às consequências desta guerra que ainda não estão verdadeiramente estudadas. Podemos afirmar que o nosso envolvimento neste conflito armado teve e tem implicações políticas, económicas e sociais bem expressas nos seguintes aspectos:

- Envolvimento directo e indirecto de cerca de um milhão de militares (a grande maioria entre os 19 e 21 anos);
- cerca de 10 mil mortos;
- um número indeterminado de desaparecidos e feridos;
- cerca de 20 mil deficientes (deficientes motores, cegos, queimados);

.....  
<sup>1</sup> Prof. no Externato Infante D. Henrique, Ruille, Braga. Mestre em História. Responsável científico do Museu da Guerra Colonial.

- milhares de combatentes que sofrem de “stress de guerra”;
- outros casos que ainda como são as doenças que surgem de forma prematura como resultado da passagem pela guerra e, a título de exemplo, apontamos: a diabetes, as doenças das coronárias, as doenças do foro digestivo e a hipertensão;
- muitas famílias que ainda hoje choram os feridos, os mortos e os desaparecidos ou então “carregam o fardo” de um familiar vítima desta guerra.

Uma nova abordagem surge como resultado da abundância de documentos escritos surgidos neste período (marcado pela ausência das novas tecnologias) cujo suporte principal era o papel. Assim, temos a correspondência, as revistas e os jornais, as fotografias, os telegramas, os comunicados internos, os relatórios, os diários pessoais e de companhia, as mensagens confidenciais e secretas, os registos hospitalares, os diplomas, os textos das condecorações e muita mais informação que circulou durante este período de guerra.

A sua divulgação e o impacto do seu conteúdo devem ser estudados e apresentados como fontes importantíssimas desta época.

Com este trabalho pretende-se mostrar os referidos suportes bem como exemplificar as potencialidades do seu estudo.

O Baú da guerra, a velha maleta das memórias e recordações dos nossos combatentes continua a abrir-se aqui e ali, originando esta “história por contar” que deixa de ser aos poucos e poucos “tabu” e começa a ser encarada como uma vertente a estudar e a divulgar.

### **O itinerário do combatente português na guerra colonial**

Através da aplicação da metodologia da história oral e histórias de vidas, e com o recurso ao manancial das fontes em posse de privados nomeadamente dos combatentes que participaram na guerra colonial entre 1961 e 1974, nas três frentes da guerra em Angola, Guiné e Moçambique, organizamos todo o material contido naquilo a que chamamos « o baú da guerra ». Este nosso trabalho insere-se geograficamente em várias freguesias rurais e urbanas dos concelhos de Barcelos, Braga e Vila Nova de Famalicão que, tal como todo o Minho, tiveram um elevado número e uma forte participação nesta guerra.

Com todo o espólio, e de acordo com a natureza e significado de cada documento, estabelecemos o « itinerário do combatente português na guerra colonial », salientando cada passagem, com documentos escritos ou não escritos, que caracterizam todo o trajecto da ida, o durante, a vinda, o fim e as consequências da guerra colonial. Assim, este peregrinar organiza-se a partir do embarque, o dia a dia, as operações militares, o relacionamento com as populações e com o ambiente africano, o apoio social e a acção psicológica, a religiosidade (manifestações e crenças religiosas), os horrores da guerra, os ferimentos de guerra, a morte, a correspondência, o fim do Império e as consequências da guerra.

Julgamos que esta metodologia do itinerário do combatente será útil, mais tarde, para compreendermos algumas manifestações e formas literárias que iremos analisar.

Será importante percebermos, de forma sucinta, o contexto da época e entendermos o que era Portugal continental, insular e ultramarino para a maioria dos jovens minhotos, futuros combatentes, essencialmente rurais, de baixa escolaridade, sujeitos a saberes enciclopédicos impostos por professores que seguiam à risca o « livro » como a principal cartilha da cultura das populações que permanecia na mente destes jovens transmitindo-lhes uma ideia de nacionalidade que se estendia para além da metrópole. No livro de leitura da 4ª Classe transmitia-se, em leitura atenta e cuidada o seguinte:

«Portugal é a nossa pátria, o país onde nascemos, vivemos e trabalhamos. Não é um país pequeno, pois, além do território continental com 89 mil quilómetros quadrados de superfície, possui ainda espalhados pelo mundo outros territórios com uma superfície de mais de dois milhões de quilómetros quadrados.

Mas Portugal é grande pela vastidão dos seus, ele é ainda maior pelas virtudes do seu povo e pelo esplendor da sua história. Guerreiros como Nun'Álvares, navegadores como Vasco da Gama, poetas como Camões, santos como Santo António e exploradores como Serpa Pinto, tornaram grande, respeitado e glorioso o nome de Portugal.

Portugal continental é um formoso e fértil território com paisagens variadas, clima ameno, rios de águas mansas, serras alterosas e arborizadas, vastas campinas, pinhais extensos, ricos vinhedos, soutos e olivais.

Portugal Insular é o conjunto de dois arquipélagos: Madeira e Açores. São como que pedaços de terra que se destacassem do continente e fossem umas centenas de quilómetros pelo mar fora até pararem no meio do oceano. A sua situação geográfica facilita as viagens aéreas e marítimas entre a Europa, a América e a África.

Portugal Ultramarino é formado pelos territórios de cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Estados da Índia, Macau e Timor, todos eles de largo futuro, variados climas favoráveis ao cultivo de abundantes géneros coloniais e presos à Mãe-Pátria por laços de séculos. Tais laços são tão fortes que Portugal Continental, Insular e Ultramarino constitui uma só nação, grande e bem unida, povoada por mais de vinte milhões de portugueses.

Mas para ser bom português não basta nascer e trabalhar em terras portuguesas; é preciso amar a nossa gloriosa Pátria, conhecer a sua história e as suas riquezas, respeitar os seus Chefes e concorrer por todos os modos para a sua grandeza e para o seu prestígio»<sup>1</sup>

As principais ideias contidas neste texto: Portugal Pátria, imensa e repartida por vários continentes (ausência de fronteiras), Portugal Continental, Insular e Ultramarino, um só povo e uma só língua, terras amenas e férteis no seu conjunto, povo de heróis e de grandiosa história, que deveriam admirar, conhecer e respeitar (obedecer ao chefe) era a ideia formada que cada jovem tinha do seu território natal e que o levava a sair do seu Minho rural, de baixa escolaridade, profundamente religioso mas, profundamente generoso, a disponibilizar-se sem reservas, a defender a pátria e a avançar para a guerra.

O contexto internacional estava em permanente mutação no que diz respeito à autodeterminação dos povos colonizados e finda a 2ª Guerra Mundial, por influência dos Estados Unidos e da URSS, foi aprovada *A carta das Nações Unidas* (1945) e da *Declaração Universal dos Direitos do Homem* (1948) que vão contribuir para criar o quadro político e legislativo internacional que porá fim ao colonialismo tradicional.<sup>2</sup> Inicia-se um período de descolonização, com os EUA a conceder a independência às Filipinas em 1946. A Grã-Bretanha, nesta linha política, liberta a Índia, e o Paquistão em 1947, e o Sri Lanka e a Birmânia, em 1948. A Indonésia torna-se independente da Holanda em 1949. Verificamos que este movimento de emancipação colonial iniciou-se nas colónias asiáticas como resultado natural do seu maior grau de civilização em relação aos domínios europeus na África subsariana.

Portugal possuía, nesta época, um vasto território colonial, e perante este novo cenário internacional, o governo português decidiu ignorar a evolução dos acontecimentos e continuou a sua política colonial. A 27 de Fevereiro de 1950, o embaixador da Índia em Lisboa, formaliza a reivindicação dos territórios de Goa, Damão e Diu. Foi este acontecimento o primeiro movimento de desagregação do império colonial português. A política ultramarina portuguesa regia-se, desde 1930, pelas disposições do Acto colonial, sendo designados os territórios de além mar por colónias. Esta designação era embaraçosa, e em 1951 há uma revisão constitucional, revogando o Acto Colonial, integrando as suas disposições na Constituição e os territórios sob domínio português passaram a designar-se por Províncias Ultramarinas. Portugal mantém a reserva de cidadania plena para os brancos e autóctones assimilados, que eram aqueles que tinham atin-

<sup>1</sup> Texto do "Livro de Leitura" para a 4ª classe de 1961.

<sup>2</sup> Martelo, David Manuel de Matos, Antecedentes da Guerra Colonial, in Testemunhos de Guerra – Angola, Guiné e Moçambique, 1961 a 1974, 2000, Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, Porto, pág. 57 a 60..

gido um grau civilizacional semelhante aos europeus que no caso de Angola, Moçambique e Guiné eram um número pouco significativo em relação à população total de cada colónia.

Entretanto surge um contexto de ruptura política e diplomática entre Portugal e a União Indiana devido à recusa portuguesa de aceitar as pretensões indianas.

Em 1955, os novos países asiáticos e do Norte de África independentes reúnem-se em Bandung na Indonésia, onde acordam o seu apoio ao processo de descolonização dos povos africanos mais atrasados.

Enquanto da parte da Grã-Bretanha, França, Bélgica, Holanda, Itália e Espanha, preparam a independência das suas colónias através da transferência dos poderes para os autóctones, o governo português mantém a sua política e informa a ONU (1956) de que não possui sob a sua administração quaisquer territórios não autóctones, conforme descritos no artigo 73º da carta das Nações Unidas. De acordo com a posição portuguesa, os territórios já eram independentes com a independência de Portugal, do qual eram parcelas inalienáveis. Com esta posição, que se manteve por dezoito anos, ficou isolado politicamente e ficou criado um contexto para a eclosão de conflitos armados, levados a cabo pelos movimentos nacionalistas contra Portugal com o apoio de países africanos independentes e vizinhos, URSS, países não alinhados e EUA.

No final dos anos 60, na Assembleia Geral da ONU, são aprovadas moções que contrariam as pretensões portuguesas e declara que ao contrariar a autodeterminação das suas colónias constitui uma ameaça ao bem-estar e à paz internacional. Portugal perde o apoio dos principais aliados. Em fins de Janeiro de 1961, dá-se o incidente da Baixa de Cassange e no mesmo ano, uma série de acontecimentos dão origem ao conflito armado em Angola. Em 1963 o PAIGC assalta o quartel de Tite e inicia-se a guerra na Guiné. Em 25 de Novembro de 1964 inicia-se a luta armada em Moçambique. A Frelimo ataca o quartel de Mueda e proclama a insurreição geral contra a autoridade portuguesa.<sup>3</sup> Inicia-se a guerra colonial contra tudo e contra todos, que se prolongaria por 13 anos que marcará uma geração para sempre, que partiu prontamente ao som dos apelos da nação:

«Para Angola, rapidamente e em força (...)

Sejam quais forem as dificuldades que se nos deparem no nosso caminho e os sacrifícios que se nos imponham para vencê-las não vejo outra atitude que não seja a decisão de continuar (...)

Não temos só o dever de merecer os mortos, temos também o dever de ser orgulhosos dos vivos (...)<sup>4</sup>

«Não há possessões portuguesas, mas sim pedaços de Portugal disseminados pelo mundo (...)

O povo português é mais dado ao amor do que à guerra. Porém, se faz a guerra é também por amor ... à Pátria.»<sup>5</sup>

Na hora da partida, levava-se a informação, transmitida nos bancos da escola, num misto de obrigação e de imaginário (pois nada lhes chegava em termos de outras informações e imaginava).

Partia-se para defender a pátria que estava a ser desrespeitada com uma ausência cultural e política. O sofrimento começou na partida.

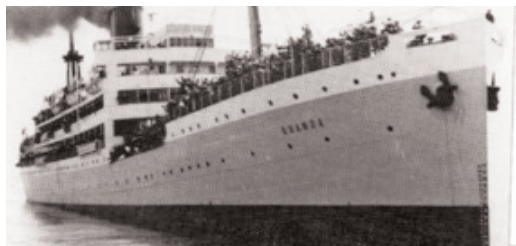
Utilizámos diários pessoais e fotografias para descrever e narrar os momentos do itinerário do combatente que irão, antes de mais, pôr à prova a resistência psicológica e afectiva de todos os participantes.

<sup>3</sup> Antunes, José Freire, A guerra de África, 1961-1974, Circulo de Leitores, 1995, 1995, Vol. I, pp11 à 73.

<sup>4</sup> Nogueira, Franco, História de Portugal 1933-974, Livraria Civilização, Porto, 1981, II Suplemento, pp.121,125, 315.

<sup>5</sup> Ribeiro, Jorge, Marcas da Guerra Colonial, Campo de Letras, Lisboa, 1999, pp. 13 e 97.

## O embarque



▲ Fig. 1

Após alguns meses de instrução militar e a (má) preparação para a guerra chegava finalmente a mobilização e a «guia de marcha» para a comissão de serviço no Ultramar. Desde o quartel a que pertencia cada soldado fazia-se a viagem em comboio ou autocarro da carris até ao cais de Alcântara. O ambiente era de grande confusão pois havia ordens de todos os lados.<sup>6</sup> Normalmente, havia muitos soldados no local onde, igualmente, se encontravam os familiares e amigos. Via-se nestes afluência pois nem todos conseguiam o último adeus dos militares e instalava-se nos parentes a dúvida sobre a coragem deste instante. O barco largava e era tradicional subir ao tombadilho para ver pela última vez terra e admirar Lisboa.

Entre muito dormir e as refeições, escreviam-se as primeiras missivas para a aldeia. As condições de alojamento não eram famosas em contraste com a camaradagem que se fomentava resultando em brincadeiras. Os divertimentos eram muitos com destaque para as sessões de cinema.

Funcionava no barco um mercado/comércio de material que iria ser útil especialmente a sargentos e oficiais no período de comissão. Há, no entanto, referências a muitos soldados que recorriam a este mercado para adquirir material fotográfico e de som.

« À tarde comprei a máquina fotográfica Yashica Lynk 5000 por 2.500\$00 (...)

O Pisa (mecânico-auto) comprou um gravador Aiwa Tp 713 mais barato 500\$00 do que o capitão ... fui eu que lho arranjei (...)

O ... (frei papinha) comprou um Sharp mais barato 50\$00 (...) »<sup>7</sup>



▲ Fig. 2



▲ Fig. 3

<sup>6</sup> Morais, António Ribeiro, Diário da comissão Militar no Norte de Angola, 1967-1970.

<sup>7</sup> Diário de um combatente em Angola.



Havia escalas de serviço, com destaque para o serviço de enfermagem e aqui eram atendidos soldados indispostos pela viagem de barco, tomavam-se os primeiros comprimidos para o paludismo (daraprim), davam-se consultas e até os cães tinham os seus curativos.

«... dar injeções a cães e tratar um deles (2 injeções de terramicina e uma de hidramicina) ... Fiz mais um curativo ao Lord ...».

O final da viagem aproximava-se, após mais filmes e algumas situações de indisciplina que geravam alguns conflitos entre o pessoal. Chegava a hora de preparar a mala, entretanto desfeita na viagem. Quem estava de serviço procedia às verificações, às arrumações e às conferências do material. Avistava-se, finalmente, ao longe terra. Era Luanda. Do barco o primeiro edifício que se avistava, por ser o mais alto, era o Banco Comercial de Angola. Mal o navio encostava em terra havia muita gente, militar e civil que assistia ao desembarque das tropas que se formavam em pelotões para embarcarem novamente no comboio que levaria todos os militares para o quartel de Grafanil, onde todos ficariam até irem para o aquartelamento destinado a cada companhia. Os sargentos e oficiais procuravam fora do quartel, uma pensão, o hotel onde pudessem pernoitar melhor do que a que os soldados tinham em Grafanil. No dia seguinte, logo de manhã havia formatura de todos os batalhões que tinham chegado. Outra actividade preventiva era a vacinação contra a doença do sono. Esta paragem em Luanda era aproveitada para conhecer a cidade, as repartições mais importantes bem como o palácio do Governador. Aproveitava-se para ir passear até á baía e à noite ia-se até uma cervejaria como a « Pólo Norte» e aproveitava-se para escrever para a família e para os amigos. Depois de 7 a 8 dias faziam-se os últimos preparativos da viagem para o mato.

A viagem iniciava-se muito cedo. Por volta do meio dia, o calor era sufocante. O almoço era ração de combate. A estrada alcatroada já tinha acabado há muito tempo e caminhava-se em estradas de terra que provocavam muita poeira e quebravam o corpo de todos pelo saltar das viaturas devido à irregularidade do piso. A dormida era ao cair da noite. De manhã seguíamos caminho e almoçava-se num aquartelamento. Ai sabíamos das primeiras novidades sobre a guerra da voz daqueles que lá estavam. Reparámos que todos andavam armados e que alguns nativos procuravam vender pequenas peças de artesanato em madeira aos soldados que passavam por este local. Continuava a viagem e dormia-se noutra povoação e noutra aquartelamento. Começavam as surpresas de se encontrar um conhecido. Havia de igual modo pequenas surpresas que ajudavam muito no início de guerra.

«Outro episódio foi que fui jantar com outro furriel da 1783 a um restaurante que estava superlotado principalmente de militares. Esperámos meia hora por uns bifés que afinal foram substituídos por um grande churrasco e uns finos . Como a confusão era muita e estávamos à espera para pagar há muito tempo viemos embora sem pagar (...)»<sup>8</sup>

Após mais uma noite mal dormida chegava-se, finalmente ao local de estacionamento. Havia a recepção dos “velinhos” que se ia substituir e normalmente festejava-se com cerveja à fartura Substituíam-se soldados que estavam no mato em clima de isolamento e de guerrilha mais ou menos há 11 meses. Seguiam-se os momentos da passagem do testemunho e da conferência do material e os conselhos de quem conhecia a região... e da guerra. Falava-se dos mortos e dos feridos que houve. Explicam-se as situações em que cada morrera (uns em combate, em acidente e em descuidos com armamento).

Escolhemos um depoimento entre vários para descrever o momento da partida.

«De toda a parte chegava o barulho ensurdecador de unimogs, GMCs, matadores e outros carros militares cujos nomes já não me lembro (...) os militares trazem em seus rostos os estigmas da emoção, um após outro, em gesto mole e vencido de quem assume o peso de uma cruz inevitável, saltava da viatura, atirando aos ombros a mochila (...).

Soava, finalmente o toque de avançar, num lúgubre e estridente som de corneta. Trocaram-se os últimos abraços. Os semblantes tornaram-se mais pálidos; gritos mal sufocados, de esposas ou mães, feridas de coração cortavam os ares e algumas dores mais profundas traduziram-se em passageiros desmaios. Havia mãos que se entrelaçavam numa tal ternura como se não pudessem mais despegar-se.

<sup>8</sup> Morais, António Ribeiro, idem

Todos em “bicha de pirlau”, num passo vago e incerto, como se caminhássemos sonâmbulos à beira de um precipício, iam, pouco a pouco, formando nos lugares que nos estavam destinados, enquanto se ouvia uma gritaria ensurdecadora de gente acorçada, de pé ou em cima de viaturas...

As máquinas, nas entranhas do barco arfavam e trepidavam (...) insensivelmente, principiava a mover-se (...) as manifestações em terra redobraram, os lenços ondulavam e freMIAM, como se quisessem voar, as lágrimas assomaram a muitos olhos, até ali enxutos, muitos soldados na amurada, quebrados pela dor, escondiam a cara nas palmas das mãos, outros, mais corajosos, diziam adeus, e os restantes, a maioria, choravam, simplesmente.»<sup>9</sup>

O primeiro momento que causava sentimentos não previstos era o da despedida /embarque. Todos os combatentes têm bem presente, estes momentos, na sua memória. A despedida dos familiares mais chegados, da mulher e filhos ou da noiva e da namorada eram momentos dramáticos que nem a presença do Movimento Nacional feminino na distribuição de insignificantes lembranças alterava aquele acto colectivo, com muitas pessoas no cais de Alcântara, muitos lenços brancos a acenar, o ambiente da partida do navio, com centenas de soldados a despedir-se da família e da terra pátria, era a primeira situação em que tomavam consciência para uma experiência nova e não prevista, para a ausência, para o afastamento, para a saudade, para a dúvida do retorno da guerra. Neste momento, a maior parte dos milicianos e soldados não imaginavam o que era nem em que consistia as exigências da guerrilha que iriam enfrentar na colónia que lhe tinha sido destinada através da mobilização militar.

A viagem causava várias sensações e emoções e revestia-se de momentos que preparavam os jovens para os últimos pormenores da guerra.

### O dia a dia



▲ Fig. 4



▲ Fig. 6



▲ Fig. 5

<sup>9</sup> Texto retirado de um diário pessoal de um capelão militar.



▲ Fig. 7



▲ Fig. 8



▲ Fig. 9



▲ Fig. 10

Os tempos de operacionalidade não se circunscreviam unicamente a operações militares ou a actividades relacionadas com a prevenção ou com a guerra. Nos aquartelamentos, era rotineiro tratar da limpeza das instalações e dos objectos pessoais. Havia outras relacionadas com o lazer e o desporto, principalmente o futebol. Havia uma paixão pela caça que na maioria das vezes proporcionava carne fresca para a má alimentação das tropas. É abundante o espólio de material fotográfico sobre a rica fauna e flora africana recolhida pela sensibilidade e arte de todos os que participaram neste conflito armado. Para conseguirem passar todas as privações deste isolamento, oito a nove meses ) em palco de guerra eram frequentes os jantares (tainadas) com caça numa cerimónia que proporcionava o esquecimento colectivo, nunca faltando as três culturas fomentadas pela tutela: a da cerveja e bebidas espirituosas (que eram vendidas a todos a preços simbólicos)<sup>10</sup>, do jogo e do tabaco.<sup>11</sup>

«Para além dos maus bocados, também se passavam bons momentos. Tínhamos um campo de futebol, uma sala de cinema, um café e uma pista de aterragem.

O clima era quente e húmido, muito difícil de suportar.

Para além disso, tínhamos outros divertimentos... com as nativas dos aldeamentos que patrulhávamos.»<sup>12</sup>

### **A correspondência, as mensagens, os postais, as séries de registo de correspondência.**

É abundante a correspondência dos nossos soldados. Figuram, antes de mais, os aerogramas e a correspondência em geral. Estes documentos escritos, pertencente ao serviço postal militar e foi coordenado pelo Movimento Nacional Feminino. Os aerogramas são importantes documentos que descrevem as vivências do combatente no aquartelamento, na guerrilha, no dia a dia, e espelham o sofrimento, a saudade, o isolamento. Destacamos, quanto ao conteúdo, os vários tipos de aerogramas. Os que têm uma linguagem e tema para as esposas, as namoradas, para as madrinhas de guerra, para os pais, para os irmãos, para os amigos e ... para fantasiar com muitas jovens que se correspondiam com eles.

<sup>10</sup> Refere-se que além da cerveja havia Whisky escocês e Vodka da União Soviética (com quem não mantínhamos relações políticas) em abundância e a preços muito acessíveis. Todas as garrafas têm no seu rótulo um carimbo e vermelho com a seguinte indicação: " para uso exclusivo das Forças Armadas Portuguesas. Vários depoimentos justificam uma vida actual alcoólica devido à iniciação habituação que tiveram durante o tempo militar.

<sup>11</sup> O tabaco era vendido a preço simbólico e continha na parte exterior do maço (LM e outros) os seguintes dizeres: "Para uso Exclusivo das Forças Armadas Portuguesas.

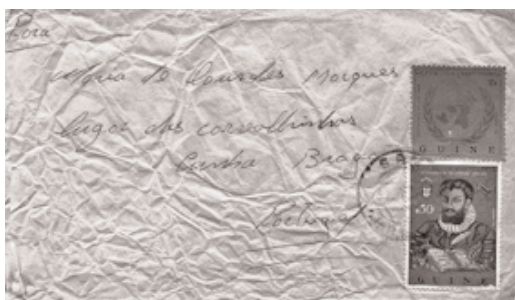
<sup>12</sup> Depoimento de um combatente em Angola.



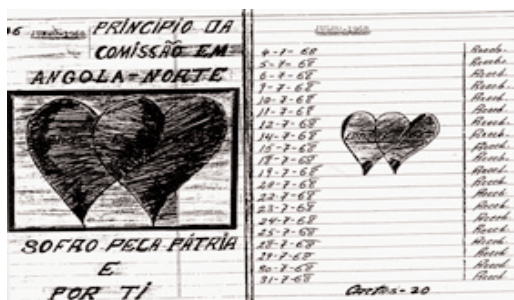
▲ Documento 1 – Modelo de aerograma utilizado pelas tropas portuguesas e distribuído pelo M.N.F.



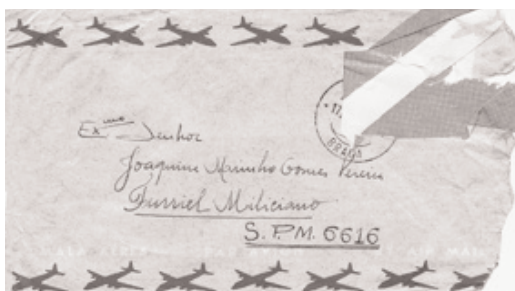
▲ Documento 2 – Aerograma enviado por um combatente em Angola a um amigo.



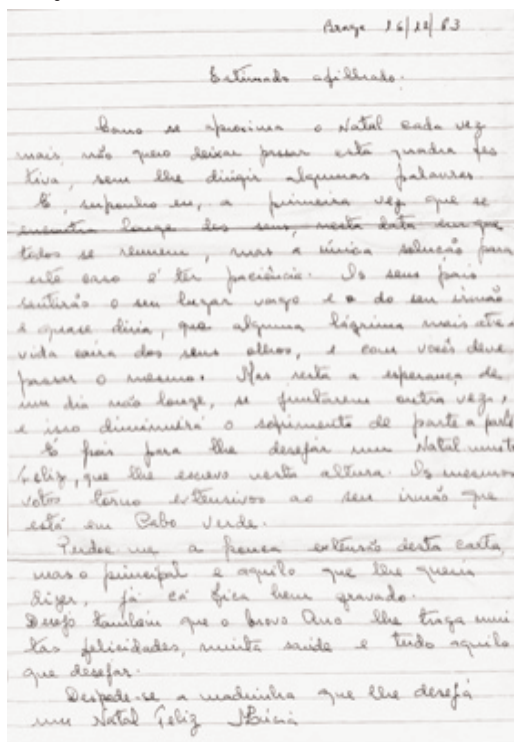
▲ Documento 3 – Carta enviada por um combatente na Guiné para a sua namorada.



▲ Documento 4 – Registo de correspondência de um combatente em Angola.



▲ Documento 5 – Carta enviada por uma madrinha de guerra para um combatente em Angola.



▲ Documento 7 – Carta enviada por uma madrinha de guerra a um combatente em Angola.



▲ Documento 6 – Telegrama enviado de Angola

## Postais de Boas festas



▲ Documento. 14 – Postais de Boas festas enviados pelos combatentes no período festivo do Natal.



▲ Documento 15



▲ Documento 16

O furriel Carvalho, de Vila Nova de Famalicão, no seu diário descreve o seu dia a dia da seguinte maneira:

“(…) numa espécie de insectos indiferentes, mecanizados para um quotidiano feito de espera sem esperança, sentados tardes e tardes nas cadeiras de tábuas de barril ou nos degraus da antiga administração de posto, fitando os calendários excessivamente lentos onde os meses se demoravam num vagar enlouquecedor e dias bissextos, cheios de horas, inchavam, imóveis, à nossa volta, como grandes ventres podres que nos aprisionavam sem salvação (...)”

Este pequeno extracto levanta, de algum modo, o véu da vida do combatente, pois expressa o tédio das horas mortas, coloca em evidência o tormento do lento passar do tempo e mostra o custo do stress provocado pela espera. Tudo se esquecia com um remédio que se obtinha facilmente: o álcool, o tabaco e o jogo.

Nas tarefas do dia a dia, havia a preocupação com a higiene pessoal, importantíssima para evitar doenças que eram frequentes num clima tropical bem como tratar das roupas e fardamento militar. Este acto laboral de cariz doméstico e pessoal era desempenhado na maioria das vezes por duas figuras bem típicas:

o mainato, espécie de criado que havia nos aquartelamentos e que se dedicava a tratar da roupa e de pequenos serviços para a tropa a troco de um pagamento e de pequenas ofertas em roupas e géneros.

A lavadeira era uma figura muito conhecida e popular no aquartelamento. Tinha características muito diferentes do mainato. Ela assumia atitudes afectivas e funções de desempenho de tarefas com características às de um casamento. O militar envolvia-se com uma jovem das imediações do aquartelamento, pedia a autorização ao pai da jovem vinculando-se através de um pagamento que geralmente era em animais. A jovem manifestava a vontade de ter um vestido que deveria ser comprado na cidade ( há milhares de fotografias que registam estes momentos ) e que exibia nos actos públicos. No período em que o militar permanecia na zona alimentava a lavadeira e a sua família com alimentação que conseguia e sobrava no aquartelamento. A lavadeira assumia, na prática, o papel de mulher do militar pois tratava-lhe da roupa e objectos pessoais bem como se relacionava afectivamente e sexualmente com ele, amaciando e deslumbrando uns

e outros nos muitos momentos vazios e nunca vividos.<sup>13</sup> Esta nativa envolvia o combatente na família nativa, nos seus usos e costumes, nas suas práticas etnográficas e religiosas sempre que ele não estava em momentos de obrigação militar. Esta situação foi uma das situações que causou confusão e preocupação entre as chefias e os militares pois para além de ser muito perigoso dificultava o controle e a disciplina.

«No tempo da guerra passávamos maus bocados para lavarmos e tratarmos das nossas roupas...

Quem nos valia eram os mainatos, isto é, os filhos dos nativos que nos lavavam e tratavam a roupa, recebendo em troca deste serviço vinte e cinco tostões.

Outro grande problema era o da comunicação já que não percebíamos a linguagem deles que era muito diferente da nossa. Por isso, tínhamos de fazer gestos ou mostrar a roupa para que eles percebessem o que queríamos.

Porém, passados alguns meses, já conhecíamos algumas palavras e já éramos capazes de comunicar, mais ou menos com os nativos.»<sup>14</sup>

Aparece como nota positiva e como referência geral de todos os combatentes a nostalgia por África e recordam com paixão a intensidade do verde das florestas e da savana, a beleza variada das paisagens, a riqueza potencial do solo e do subsolo, pela imensidão da terra a perder de vista, a variedade da fauna e da flora, a vastidão do mar, a simplicidade de muitos dos autóctones.<sup>15</sup>

A vida no quartel era também um momento para tratar de todas as recordações, que registasse os momentos agradáveis, desagradáveis e curiosos que acompanharão os combatentes pela sua vida e que ajudarão, em certos casos, a reviver a sua passagem por África e pela guerra colonial.

Há muitas referências sobre o grupo de militares, os sargentos, que se dedicavam nos tempos livres a registar em fotografia aquilo que seria matéria de interesse para o militar em geral e para os soldados em especial. Este grupo que se dedicava a esta tarefa com interesses artísticos (?) e com a sensibilidade para captar momentos importantes e com interesses materiais, preparava-se com material técnico antes de ser colocado no aquartelamento. Há no entanto inúmeros registos fotográficos e áudio que foram obra de soldados e oficiais que foram produzidos com interesses pessoais. Julgamos que este comércio estratégico centrado na classe dos sargentos (furriéis) era motivado, ainda no continente e nos momentos de preparação militar, em conversas com outros militares mais velhos, e desde aí começavam a definir-se estratégias para se conseguir verbas suplementares com várias intenções entre elas tirar a carta de condução e custear a passagem aérea para vir de férias ao continente.

«Durante o almoço de hoje falámos em idas à metrópole. Da maneira que o sargento Monteiro diz que para fazer-se a coisa ficam as viagens por cerca de 7 contos. Pus-me a ver a questão de ir ou ficar em Luanda para tirar a carta de condução. Para a pensão e outras despesas gastarei cerca de 2.500\$00 a 3.000\$00. Terei possivelmente de andar sozinho durante as férias. Vou tentar saber os preços da carta de condução cá e na metrópole. Mas quanto à ida à metrópole penso nisto: gasto 7 contos em viagens, mais uns dois em despesas extras, e depois volto para cá com umas "trombas". Não sei por enquanto. Tenho tempo e vou aproveitá-lo para pensar no assunto(...).

Ontem ou anteontem combinei uma sociedade com o 1º Monteiro, para adquirirmos um laboratório de fotografia...Deve dar dinheiro e ajuda a passar o tempo...(...).<sup>16</sup>

---

<sup>13</sup> Nas várias reuniões com membros da ADFA e com muitos veteranos de guerra, são frequentes alusões às lavadeiras que «rolaram» durante 13 anos, de soldado em soldado, normalmente de 9 em 9 meses, originando problemas de saúde relacionados com o envolvimento sexual, bem como, é referida a existência de filhos que resultaram destes envolvimento.

Outro aspecto que não tem sido falado tem a ver com alguns «desaparecidos de guerra» ou seja dados como tal formalmente quando na realidade, no momento do fim da comissão, se recusaram voltar, deixar a nativa com quem se envolvera e com quem assumira o seu modo de viver.

<sup>14</sup> Depoimento de um combatente em Moçambique.

<sup>15</sup> Depoimentos anónimos de combatentes que cumpriram o serviço militar em Angola, Moçambique e Guiné.

<sup>16</sup> Diário de um combatente em Angola.

No momento da viagem, a preocupação de alguns era adquirir material fotográfico, com algumas características técnicas. Vemos de algum modo que para além das sociedades havia a preocupação de estudar e preparar os meios técnicos mais rentáveis para os sócios e fornecer de imediato o produto final ao soldado, alimentando assim, o desejo de uma recordação de uma paisagem africana, as suas gentes, a sua flora e a sua fauna, o quartel com momentos de trabalho, com equipamentos e armamento, com os momentos de lazer e ocupações, as operações militares com as dificuldades, os mortos e os feridos e prisioneiros. Enfim uma infinidade de fotografias que pertencem hoje à herança familiar de quem esteve na guerra colonial portuguesa.

## Operações militares

A razão que justificou a presença de tão elevado número de jovens no palco de guerra das três frentes portuguesas em África foram essencialmente, no seu início, de controle da rebelião e posteriormente foi uma estratégia de domínio militar que pretendia “esmagar” os movimentos de libertação que entretanto iam surgindo mais organizados e mais equipados que as próprias forças portuguesas (Veja-se a propósito o caso da Guiné).

São mobilizados para as colónias cerca de 1 milhão e duzentos mil jovens com idade entre 20 ae 22 anos para permanecerem longe da família entre dois a três anos.

A preparação no continente antes da mobilização, na maior parte das vezes, era descontextualizada e com material não apropriado levando a que todos, quando colocados perante a nova situação espacial bem como numa situação de combate real, tudo corresse mal. Os movimentos de libertação exploravam estas limitações aquando da chegada dos nossos soldados aos locais de operacionalidade, sendo o primeiro momento de impacto negativo e de consciência do perigo e sobrevivência a quem julgava que estava preparado para desempenhar um dever patriótico. São inúmeros os depoimentos e os registos escritos sobre este primeiro contacto com o território de guerra.

Tudo o que afirmamos está expresso em milhares de depoimentos como o que apresentamos de seguida junto de um soldado que combateu na Guiné:

“Passados oito dias da nossa chegada à Guiné, recebemos vários carregamentos de material bélico, fardamento e alimentação.

No dia seguinte, o comandante da companhia ordenou que todos os carros de combate fossem blindados com chapas de bidões de óleo, envolvendo a dianteira e deixando livre somente as traseiras (...)

Passado um mês, estava tudo pronto e metemo-nos a caminho, com a finalidade de construir um novo quartel em S. João.

Às doze horas do dia seguinte, saímos da cidade atravessando várias florestas, procurando dormir e comer em pequenos aquartelamentos das nossas forças.

Pelo caminho, tínhamos de ultrapassar vários obstáculos: pontes destruídas, árvores caídas, ataques constantes dos turras.

Nesta operação foi atingido um dos carros que transportava vários soldados. Um deles, na atrapalhão geral, deixou cair o capacete. Na ânsia de o apanhar, desceu da viatura. Foi nessa altura que caiu ao pé dele uma granada de mão que o feriu gravemente da cintura para baixo.



▲ Fig. 11 – Abastecimento de água.



▲ Fig. 12 – Operação militar das forças especiais.



▲ Fig. 13 – Transporte de tropas.



▲ Fig. 14



▲ Fig. 15 – Transporte em helicóptero



▲ Fig. 16 – Acidente no decorrer de uma operação militar.



▲ Fig. 17 – Rebentamento de mina.



▲ Fig. 18 – Soldados a descansar durante uma operação militar.



▲ Fig. 19 – Momento de descanso e de refeição da ração de combate.



Ali ficámos isolados no mato, nós maçaricos da guerra. E quem nos valeu foi uma companhia de engenharia que nos rompeu caminho para podermos sair daquele inferno”.<sup>17</sup>

Para além das operações meramente de combate (guerrilha), havia inúmeros obstáculos a ultrapassar em cada missão e que tinha a ver com obstáculos naturais (geografia, Clima, hidrografia, flora e fauna) e obstáculos relacionados com a vida e sobrevivência (fome, sede, doenças, medos) obstáculos relacionados com a manutenção (colocar e desmontar minas, abastecimentos de água e alimentos, correio, transporte de pessoal e feridos, abrir caminhos na selva, transportar feridos e mortos, fazer segurança a colunas, assegurar postos de vigilância).

Todos asseguram que a vida era dura e que todas estas actividades aliadas ao isolamento em aquartelamentos são momentos marcantes na vida de todos.

«Eram três horas da tarde. Uns mosquitos pequenos, parecendo únicos bichos vivos que resistiam ao calor, metiam-se pela boca, pelo nariz, como que procurando algum refrigério. As balas por instantes, tinham deixado de assobiar (...)

É uma honra ser o número um, assim como ser o escolhido no grupo de forçados para ir às caras do toiro e depois, sozinho no meio da praça, aguentar-se em frente ao animal (...) é preciso ter cuidado com as minas e as emboscadas, que esta guerra é traiçoeira (...) eu é que puxo por toda a companhia (...) a guerra é só para quem os tem no sítio (...).<sup>18</sup>»

«Guiné, 17 de Outubro de 1968.

Uma noite sangrenta.

A base de Bissalauca foi terrivelmente atacada por um grupo de terroristas quando eram vinte e uma horas e cinquenta minutos.

Eu encontrava-me no centro de mensagens do Quartel General. Conversava com amigos quando recebi uma mensagem Zulu (mensagem muito urgente) da região de Bafatá.

Esta região estava a ser atacada por um grupo de terroristas. Como não conseguiam responder ao ataque, pediam auxílio `base de Bissalauca.

Eu tinha a função de estafeta-mensageiro e logo saí de jipe, para levar a mensagem à base aérea. Quando nos aproximamos da base, pressentimos que esta estava também a ser atacada. De repente, ouvimos várias explosões e tiros de morteiro. Era um forte ataque terrorista.

Refugiámo-nos nos abrigos. Alguns aviões lançaram uma conta-ofensiva. Em seguida os Comandos vieram em auxílio.

Em breves momentos já havia vários corpos estendidos no chão. Do ataque resultaram sete vítimas mortais ... sete camaradas nossos que jamais falaria...

Outros houve que ficaram gravemente feridos. Um grande amigo meu ficou com uma perna amputada... outros ficaram com ferimentos graves no rosto, cabeça e braços...

Enfim, sou um de entre muitos que testemunharam cenas de autêntico terror.».<sup>19</sup>

« Moçambique, cerca das duas horas da manhã.

Estávamos no mato quando tivemos um ataque de surpresa ao qual tivemos de responder muito rapidamente.

Havia explosões por todo o lado. E nós, meio atordoados, procurávamos disparar no escuro, em todas as direcções, de modo a abatermos os possíveis inimigos.

Foi um inferno toda a noite.

Esta vida marcou um homem.

De manhã, quando começou a clarear, os disparos acabaram e o silêncio passou a imperar naquela selva tropical.

Enquanto uns tentavam fazer o ponto da situação e socorrer os necessitados, outros foram até às redondezas fazer um reconhecimento.

Nada se encontrou, para além de trilhos, e manchas de sangue de arrastarem mortos e feridos.».<sup>20</sup>

.....  
<sup>17</sup> Lages, José Manuel (Coordenador), *Guerra Colonial, uma história por contar* – Triste recepção, pág. 5, Vila Nova de Famalicão, 1992, Edição da Câmara Municipal de Famalicão.

<sup>18</sup> Diário de um combatente em Angola.

<sup>19</sup> Diário de um combatente na Guiné.

<sup>20</sup> Diário de um combatente em Moçambique.

« Nove Março de 1974.

Encontrávamo-nos a fazer a segurança a uma coluna militar. Seguíamos na picada quando sofremos um ataque das forças guerrilheiras. Neste golpe, Morreram queimados onze soldados, devido a um roquete que caiu num chaimite.

As principais dificuldades que tínhamos vinham das emboscadas.

Quando tínhamos que sair em colunas para nos abastecermos de produtos alimentares, armamento, combustíveis e até água, era certo e sabido que haveria uma emboscada.»<sup>21</sup>

## Processo de morte

O processo formal de comunicar a “morte” à família a morte de um combatente obedecia a uma metodologia que se repetia processualmente e que tinha como finalidade, no contexto de guerra, informar o mais rápido possível. Referimos, no entanto, que este objectivo nem sempre era conseguido como podemos verificar pelas datas dos documentos. Depois de trabalharmos os documentos relacionados com a morte elaboramos o chamado processo de morte. Dele fazem parte fotografias, os telegramas a anunciar a morte, o consentimento para a transladação do corpo, a data da chegada do corpo, bem como, toda a documentação relacionada com a Pensão de Sangue no caso de mães viúvas e viúvas dos falecidos. Enquadra-se, de igual modo, documentação constante de apoio pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

A análise do conteúdo permite-nos, entre outros aspectos, analisar as linguagens utilizadas, o impacto nas famílias e os vários momentos de vivência e cerimonial da morte.

Refere-se que estes documentos são raros pelo facto de serem de forte carga emotiva e de má memória, tendo sido destruídos pelas famílias.



▲ Fig. 20 – Massacre no Norte de Angola



▲ Fig. 21 – Embarque de caixões com militares falecidos

**TELEGRAMA**

Lista em caso de:  79

Estação: 2495

Destino: Capitã Helena

Origem: 2545

Assunto: 23

Data: 9

Hora: 17:00

Via e outras indicações de serviço, não taxadas.

118 601253 sua mãe Desembargo do Exército  
tem favor comunicar falecimento seu filho  
Estadão Helen Gomes de Faria ocorrido dia  
3 corrente Desembargo por morte combatente  
delegado de Polícia sua mãe através suas  
autoridades competentes  
comandante Depósito Geral militares Lisboa

▲ Documento 17 – Telegrama a comunicar falecimento de um militar.

**TELEGRAMA**

Lista em caso de:  30

Estação: 2495

Destino: 2545

Origem: 2545

Assunto: 23

Data: 11

Hora: 10:30

Via e outras indicações de serviço, não taxadas.

N.º 601253 - Removendo condicionalidade relativa  
Vossa inferioridade sobre sua telegrafia urgente  
urgência de sua transladação militar funeral  
por esta cidade para Desembargo e obter  
vossa aquisição para tal depósito corpo  
indicando autoridade militar Depósito Geral  
Desembargo  
Adido Desembargo Depósito Geral  
Lisboa

▲ Documento 18 – Telegrama a pedir autorização de transladação.

<sup>21</sup> Diário de um combatente em Angola.

**SERVIÇO DA REPÚBLICA**

**MINISTÉRIO DO EXÉRCITO**  
DIREÇÃO DO SERVIÇO DE PESSOAL  
DEPÓSITO GERAL DE ADIDOS

ASSUNTO: \_\_\_\_\_  
REFERÊNCIA: \_\_\_\_\_

N.º 602546  
N.º 2517/M

Exm. Senhora,

Informo V.Ex.ª, que já foi pedida a Moçambique a vinda do corpo de seu falecido filho. Será avisada com antecedência sobre o dia do funeral.

Quanto à Pensão de Prigo de Sangue, deve aguardar que lhe seja enviado o despacho a sair pela entidade competente.

Cum os meus melhores cumprimentos

A SEM DA NAÇÃO

Quartel em Lisboa, 30 de Maio de 1974

O COMANDANTE

JOÃO MELLO DE OLIVEIRA  
COR. INF.ª

Exm. Senhora  
D. ELIA FARIA DE ARAÚJO  
Couto de Cabeceira - Viseu  
BRAGA

▲ Documento 19 – Documento constante do processo de morte

**SERVIÇO DA REPÚBLICA**

**MINISTÉRIO DO EXÉRCITO**  
DIREÇÃO DO SERVIÇO DE PESSOAL  
DEPÓSITO GERAL DE ADIDOS

ASSUNTO: \_\_\_\_\_  
REFERÊNCIA: \_\_\_\_\_

N.º 602546  
N.º 2517-M

Exm. Sr.ª,

Informo V.Ex.ª, que o corpo de ARTUR GOMES DE FARIA, segurado o QG/SM PORTO em 2180V74. Mais informo V.Ex.ª, que será o QG/SM PORTO a contactar a família para a realização do funeral.

Cum os meus melhores cumprimentos

Quartel em Lisboa, 22 de Novembro de 1974

O COMANDANTE

JOÃO M. DE OLIVEIRA  
COR. INF.ª

Exm. Sr.ª,  
Maria dos Prazeres Faria de Araújo  
Couto de Cabeceira - Barcelos

TA/MT

▲ Documento 20 – Documento constante do processo de morte

**TIRAR FOTOCOPIA - ENVIAR**

**S. V. M. R.**

**MINISTÉRIO DO EXÉRCITO**  
DIREÇÃO DO SERVIÇO DE PESSOAL  
REPARTIÇÃO GERAL

Lisboa, de 20 de MAI de 1974

Ex.ª Sr.ª **MARIA DOS PRAZERES ARAÚJO**  
**LUGAR DA VENDA NOVA - CAMBESSES BARCELLOS**

N.º 42116 (Mód. 16205-F)

Para conhecimento de V. Ex.ª e devidos efeitos, transcrevo a seguir o texto do ofício da Repartição do Abono de Família e das Pensões da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, do Ministério das Finanças, n.º 27071 de 1280V74

Tenho a honra de comunicar a V. Ex.ª a concessão da pensão abaixo indicada:

**ESPECIE DE PENSÃO:** Prigo de sangue.

**DATA DO DESPACHO DA CONCESSÃO:** 20/10/74

**FALCIDO:** Artur Gomes de Faria, soldado

**BENEFICIÁRIOS:** MARIA DOS PRAZERES ARAÚJO, mãe do referido militar e residente no Lugar de Venda Nova - Cambes - Barcelos.

**IMPORTÂNCIA MENSAL:** 2.240\$00

**VENCIMENTO DA PENSÃO:** 4/4/74

**INÍCIO DE PAGAMENTO DO ABONO:** Próximo mês de Dezembro.

**LOCAL DO PAGAMENTO:** Repartição de Finanças de Barcelos.

A Sem da Nação  
O CHEFE DA REPARTIÇÃO,  
JÓES AUGÍLIO VILA VERDE  
TEN. CORONEL

12/AR

▲ Documento 21 – Documento constante do processo de morte

**SERVIÇO DA REPÚBLICA**

**MINISTÉRIO DO EXÉRCITO**  
DIREÇÃO DO SERVIÇO DE PESSOAL  
DEPÓSITO GERAL DE ADIDOS

ASSUNTO: \_\_\_\_\_  
REFERÊNCIA: \_\_\_\_\_

N.º 602546  
N.º 2517/M

Exm. Senhora,

Informo V.Ex.ª, que já foi pedida a Moçambique a vinda do corpo de seu falecido filho. Será avisada com antecedência sobre o dia do funeral.

Quanto à Pensão de Prigo de Sangue, deve aguardar que lhe seja enviado o despacho a sair pela entidade competente.

Cum os meus melhores cumprimentos

A SEM DA NAÇÃO

Quartel em Lisboa, 30 de Maio de 1974

O COMANDANTE

JOÃO MELLO DE OLIVEIRA  
COR. INF.ª

Exm. Senhora  
D. ELIA FARIA DE ARAÚJO  
Couto de Cabeceira - Viseu  
BRAGA

▲ Documento 22 – Documento constante do processo de morte

## Processo de ferido

A comunicação de ferimento às famílias processava-se por telegrama, numa linguagem fria e com dados imprecisos. A data do telegrama não coincidia com a do acidente que já tinha acontecido fazia bastante tempo, não havia indicações sobre o estado do ferido nem a unidade em que se encontrava.

Através deste documento pode-se analisar todo o impacto na família, com destaque, toda a instabilidade emocional, o sofrimento e conseqüências resultantes desta comunicação.

É um documento raro.



### TELEGRAMA

Para telegramas recebidos pelas agências de  
preços e preços cobrados que figura acima de  
estação operadora e o sistema de envio, o  
gosto: indicar ao destinatário o nome completo  
e data e o local de residência.  
E, sempre que possível, por um grupo de  
algumas, os dois primeiros caracteres do nome  
de dois dígitos de dígito (0001 a 9999).



Lista de envio n.º \_\_\_\_\_  
 Estado \_\_\_\_\_  
 Expedido de \_\_\_\_\_ 1433  
 Por \_\_\_\_\_ 257

Número local	Categoria	Destino	Origem	Número de origem	Preços	Data	Hora
	5		Ajuda Lx	7011	50	17	1804

Via e outras indicações de serviço, não transferir

---

6030267 infama veza seu filho ferido  
 machucado Altemir Joaquim Chagas  
 Filho foi ferido dia 15 corrente Guerra  
 mundial no combate dos dirigidos  
 ao Sudoeste Ohio do S.E. do U.S. e  
 obter outros esclarecimentos por  
 favoramos não cumprido  
 Comandante Refugio Guat  
 Adido Libon

▲ Documento 24

## Transporte de feridos



▲ Fig. 22 – Transporte de feridos



▲ Fig. 23 – Transporte de feridos

## Hospitais militares para tratamento de combatentes feridos.



▲ Fig. 24



▲ Fig. 25

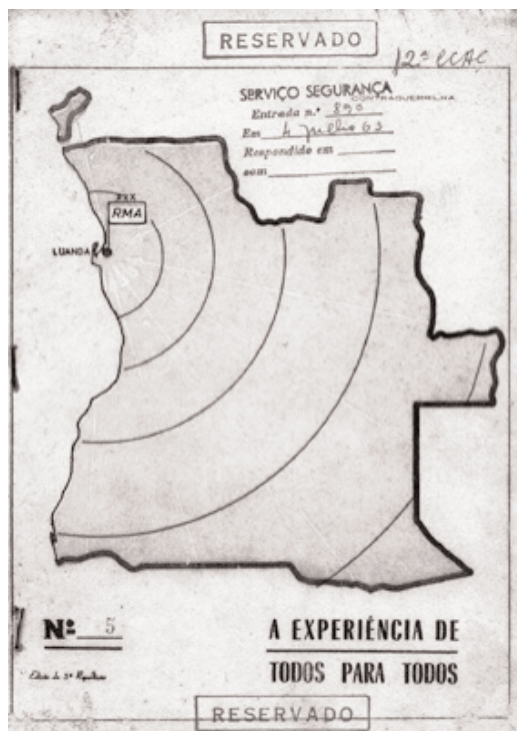


▲ Fig. 26



▲ Fig. 27





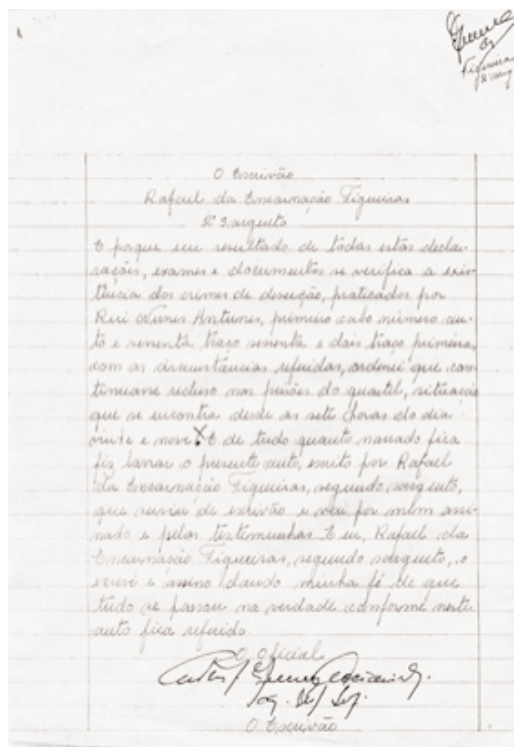
▲ Documento. 29 – Relatório de acção psicológica – Angola



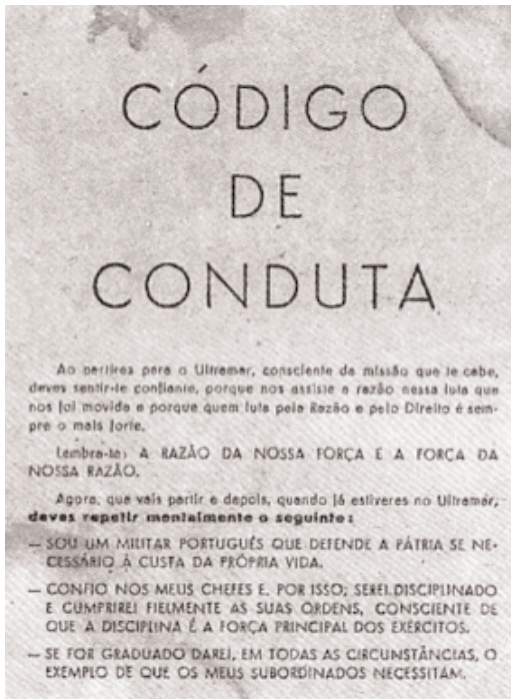
▲ Documento. 30 – Relatório de acção psicossocial – Angola



▲ Documento. 31 – Panfleto de acção psicológica distribuído pelos militares portugueses junto das populações.



▲ Documento. 32 – Documento constante num processo de deserção.



▲ Documento. 49 – Documento com normas de conduta para militares (Imposições de ordem psicológica).



▲ Documento. 52 – Documento Salvo Conduto destinado à circulação interna e protecção de guerrilheiros ou população da Guiné.



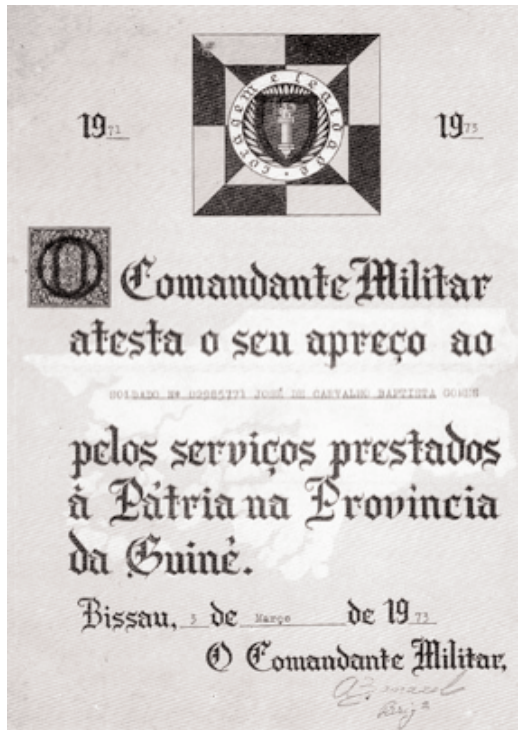
▲ Documento. 53 – Documento com o grafismo e texto de um louvor a um soldado



▲ Documento. 50 – Documentos de identificação e controlo de saúde



▲ Documento. 51 – Documentos de identificação e controlo de saúde

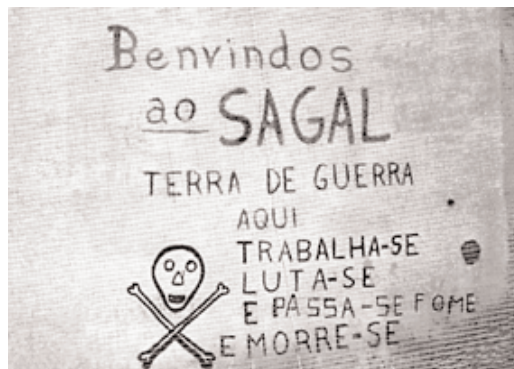


▲ Documento. 54 – Documento Diploma entregue ao combatente no final da comissão.

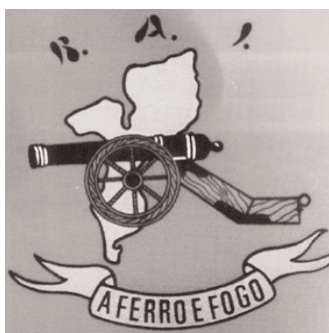




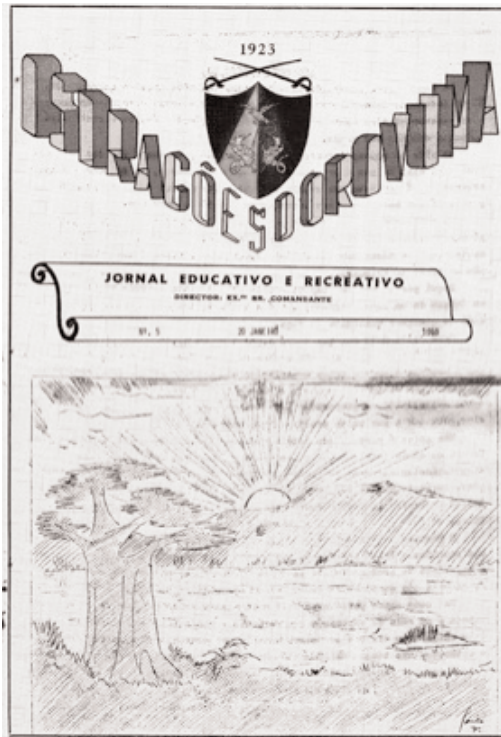
▲ Fig. 28 – Fotografia com o registo escrito/homenagem aos principais instrumentos de apoio na guerra



▲ Fig. 29 – Mensagens, escritas nas paredes, transmitidas pelos combatentes no momento da substituição.



◀ Fig. 30 – Estandartes de companhia.



▲ Documento. 55 – Jornal de companhia.

## Conclusão

Este trabalho tem como objectivo mostrar as várias comunicações na forma oficial e particular, num contexto onde o papel era o principal suporte e o principal registo na comunicação.

Interessa voltar a referir que, na minha opinião, toda esta documentação tem enorme interesse para se fazer a História da Guerra Colonial Portuguesa que decorreu entre 1961 a 1974.

Os documentos oficiais e os pessoais, como são as fotografias, os diários pessoais e de companhia, os jornais de companhia, as mensagens pessoais, a correspondência, os documentos com orientações técnicas e militares, os processos de morte e ferido, os relatórios de acção psicológica e social, entre muitos outros são fundamentais para elaborar o itinerário do combatente português na guerra colonial.

O seu conteúdo é muito importante pois fornece-nos dados históricos, sociológicos, antropológicos, etnológicos das colónias envolvidas nesta guerra, bem como, permite-nos recolher informações militares, de organização e técnicas;

Outros aspectos que podemos analisar são todos aqueles que estão relacionados com os combatentes em si: o dia a dia, as operações militares, a religiosidade, a literatura, o sofrimento, a saudade, a fome e sede, os hospitais e o anexo militar, e tantas outras circunstâncias vividas e expressas em documentos e elementos iconográficos trazidos por eles e que foram depositados, através dos tempos no Baú da Guerra.

De igual modo, permitem-nos projectar o impacto na família (informações contidas no processo de morte e de ferido) e na região (com a mobilização militar por mancha geográfica).

Interessa conhecer estes documentos e ter a consciência da sua importância, valorizando-os e, acima de tudo, preservando-os para que sejam um suporte real no fazer a “história” da nossa época contemporânea.





# Urbanismo



# O centro urbano de Vila Nova de Famalicão – Três décadas de desenvolvimento

por Clara Lemos e Fernando Figueira Pedro\*

## Introdução.

Com o crescente desenvolvimento das áreas metropolitanas, e com o surto urbanizador observado, essencialmente nas três últimas décadas, em Portugal, centrou-se a atenção sobre as ditas “cidades médias”, tanto por parte dos urbanistas, para os quais estas estruturas representam uma espécie de reencontro com a cidade, como para os urbanistas, questionando, essencialmente, o papel que elas podem desempenhar no quadro de um sistema urbano em plena redefinição.

As transformações que se operaram no território tendem a romper com uma leitura do fenómeno urbano, assente exclusivamente no dualismo centro/periferia. Observa-se a formação de extensas concentrações ou eixos de desenvolvimento urbano, organizados não só por um sistema urbano clássico, onde as cidades médias têm um papel fundamental, mas também por uma complexa teia de pequenos aglomerados, que conferem a estas estruturas a leitura de um espaço extremamente rururbanizado, onde nem sempre são identificáveis centralidades suficientemente polarizadoras.

Nesta complexa teia, as cidades que se libertam da capacidade centrípeta dos complexos metropolitanos, mas que garantem com estes uma relativa proximidade e complementaridade, ocupam uma posição privilegiada neste novo sistema que se desenha. Conjugam, assim, a capacidade de explorar alguma descentralização das actividades a partir da metrópole, libertando-se, no quadro actual, dos problemas urbanísticos vividos por esta.

A cidade de V. N. de Famalicão pode enquadrar-se nesta leitura e assume uma posição particular atendendo à sua evolução, no conjunto do território Litoral Norte, do ponto de vista das dinâmicas sociais e urbanas. Contudo, este aglomerado insere em si alguns problemas de integração e consolidação que procuraremos aqui evidenciar.

Interessa, por outro lado, discutir qual o seu papel no contexto das transformações operadas no território, nomeadamente perante o que parece constituir a formação de uma nova aglomeração urbana no quadro do território Litoral Norte. Para tal é necessário atender ao seu processo de evolução e aos princípios que suportam a sua afirmação enquanto estrutura física.

Para o entendimento deste aglomerado é fundamental estabelecer um cruzamento entre processo de evolução urbana, realidade física e princípios de actuação sobre o território. Interessa pois:

- Reconhecer estruturas que, em determinado período, se assumiram como proposições tipológicas novas, e o papel que estas desempenharam no desenvolvimento da malha urbana e da própria forma de entender a intervenção sobre a cidade, contribuindo para a construção do que é hoje a matriz urbana de V. N. de Famalicão.
- Questionar quais as consequências de algumas transformações sócio-económicas, como por exemplo, as induzidas pelo surgimento de centros de investigação ou de pólos universitários.

\* Arquitecto/a.

PLANTA DA EVOLUÇÃO URBANA DE V. N. FAMILIÇÃO (1974-2005)



- Centrar a discussão no surgimento de algumas funções direccionais, e no seu papel na transformação da cidade, no condicionamento do seu desenvolvimento futuro, com particular destaque para alguns pólos ou unidades industriais. O surgimento destes revela a afirmação de uma nova tendência de concentração industrial, até então pouco frequente na sub-região do Médio Ave. As consequências desta alteração de fundo na orgânica do tecido industrial e conseqüentemente na estrutura urbana de Vila Nova de Famalicão e da sua área envolvente, foram fundamentais na transformação da imagem deste território nos últimos 30 anos.
- Por fim, interpretar qual o papel deste aglomerado, não só no contexto da unidade territorial em que se insere, o Médio Ave, mas também no conjunto do território Litoral Norte. Interessa perceber se este papel passa pela sua afirmação enquanto centralidade urbana ou se este se traduz no reforço da sua articulação com um conjunto de aglomerações num novo quadro de relações.

## **2. Processo de Evolução Urbana.**

### **2.1. Modelo Territorial.**

A sub-região em que se insere V. N. de Famalicão, o Médio Ave, evidencia-se pela particularidade do seu tecido sócio-económico, fortemente vinculado à actividade industrial, e pelo modelo de ocupação urbana que apresenta.

Este território está longe de transmitir a leitura de um sistema urbano de tipo clássico. Os “centros urbanos” parecem desempenhar aqui um papel menor.

Para além destes, predominam dois tipos de organismos:

- Cordões urbanos de dimensões e carácter variados, em regra geral, sem uma centralidade afirmada do ponto de vista formal.
- Pequenos aglomerados, estruturas que evidenciam a sua filiação a modelos de assentamento rural.

Este conjunto de formalizações compõe uma urbanização de baixa densidade. Esta assenta, não na definição de áreas residenciais de vivendas unifamiliares, como se observa na periferia de algumas cidades médias portuguesas, mas sobre uma estrutura heterogénea onde se conjugam: habitação unifamiliar, unidades ou conjuntos de habitação colectiva, unidades industriais e comerciais e equipamentos dispersos, raramente permitindo uma leitura de conjunto que vá para além do sistema viário.

Com esta realidade, que estabelece uma espécie de quadro referência deste território, articulam-se operações de densificação (loteamento, tendencialmente mono-funcionais e diversificados do ponto de vista tipológico, ou grandes estruturas industriais e comerciais, em clivagem com a heterogeneidade, também de carácter funcional, deste território) num processo generalizado de ruptura formal e tipológica com a edificação pré-existente, ruptura com os modelos de assentamento “tradicional”, ruptura com os padrões de vivência urbana e, por vezes mesmo, ruptura com as redes de infra-estruturas.

Estas iniciativas permitem a afirmação de soluções tipológicas e de programas que divergem do quadro pré-existente. De entre estes fenómenos destacam-se a generalização do programa habitacional colectivo, e a disseminação de algumas funções direccionais, frequentemente mal articuladas com as frágeis centralidades existentes.

Estas funções direccionais revelam, neste quadro, alguma incapacidade em desenvolver sinergias que possibilitem a fixação de habitação de proximidade ou de outro tipo de multiplicadores urbanos.



O papel de principal estruturador deste território é atribuído à rede viária, muito particularmente às Estradas Nacionais, peças de articulação entre a rede capilar, testemunha matricial da estrutura urbana pré-existente, e as vias rápidas, fortes instrumentos de transformação do território.

Esta teia compõe um território que observa uma estreita articulação entre uma estrutura agrícola, num processo de progressivo abandono que compromete a sua operatividade, e a estrutura urbana, cujo desenvolvimento favorece uma cultura expansiva dos aglomerados, colocando estes dois sistemas num frágil equilíbrio.

Estes cenários de ruptura dos processos de ocupação do território com os assentamentos pré-existent, entre uma estrutura heterogénea, pouco sensível aos efeitos de centralidade, e a introdução de novas artérias estruturantes e de novas aglomerações industriais, logísticas e/ou comerciais, a tensão entre estrutura agrícola e o desenvolvimento expansivo da estrutura urbana, expressam-se nos próprios mecanismos de relação e de vizinhança.

Este fenómeno é agravado pela fragilização da importância do espaço público como veículo de afirmação da urbanidade, compreensível mais por uma inoperância dos mecanismos de planeamento físico do que por uma irreversível tendência da condição urbana.

Este conjunto de fenómenos, que operam no Médio Ave, traduzidos do ponto de vista formal, assumem um plano de clivagem com a própria existência da Cidade enquanto estrutura mais ou menos compacta, e evidenciam um quadro espacial que nos oferece uma nova urbanidade. Esta última decorre de dois fenómenos:

- Daquilo que podemos considerar como a **generalização da condição urbana**, evidenciada na transposição, não só, de algumas funções direccionais para pontos indiscriminados do território, mas também de padrões e modelos de vida e de intervenção urbana tidos, até então, como próprios da Cidade.
- Do facto de já não se tratar da sobreposição de uma realidade em relação à outra (Urbano v.s Rural), processo que esteve na base da formação da cidade tradicional, mas da tentativa de **estreita coabitação entre o espaço rural e a malha urbana**, mais dependentes dos mecanismos de mobilidade do que dos condicionalismos do lugar.

Neste quadro, onde a evolução urbana é operada através do somatório de partes mais ou menos identificáveis, a iniciativa privada tem um papel fundamental. Esta manifesta-se, em termos correntes, através do bloco isolado (habitações unifamiliares, unidades industriais, superfícies comerciais, etc.), que poderíamos caracterizar como as “unidades mínimas” do território. Contudo, têm particular relevância, pelo potencial transformador da imagem urbana, as operações de loteamento de função habitacional e comercial, num primeiro momento, mas também já de forma corrente, as operações de loteamento ligadas à actividade industrial e logística.

Estes fenómenos constroem um tecido urbano que agora reconhecemos como a Cidade Alargada (ou Cidade Extensiva), onde os centros urbanos correspondem a mais uma entidade, muitas vezes, pelas características do seu tecido, difícil de identificar e individualizar. Interessa, pois, fazer um reconhecimento do centro urbano de V. N. de Famalicão tendo consciente esta realidade e o seu potencial temático.

## 2.2. Processo de Formação do Centro Urbano.

O aglomerado urbano de V. N. de Famalicão, tal como toda a sua área de influência actual, ganha um papel de relevância essencialmente a partir do séc. XIX, apoiado num processo de forte desenvolvimento industrial e no dinheiro trazido pelo regresso dos “brasileiros”.

Estes fenómenos sócio-económicos evidenciam-se não só na permanência de algum edificado deste período (algum de interessante relevância arquitectónica) mas também no modelo que sustentou o crescimento da área central da cidade, hoje matriz da única estrutura indiscutivelmente consolidada.

Data de 1880 o primeiro registo que nos dá uma leitura do que seria a forma deste aglomerado<sup>1</sup>, descrevendo um perímetro urbano, no qual era incluída uma vasta extensão de terrenos de uso agrícola. O primeiro documento cartográfico conhecido data já de 1920.



Neste é possível ler um pequeno aglomerado apoiado fundamentalmente em alguns elementos:

- A “rua Direita”, que terá constituído a sua génese, estendendo-se desde a igreja de S. António até ao largo de entrada do aglomerado a partir da estrada de Barcelos.
- A actual Rua Adriano Pinto Basto, de afirmada leitura geométrica, na qual se foram apoiando ao longo do séc. XIX os principais equipamentos (como o primeiro jardim público, nos terrenos envolventes ao edifício do município, equipamento que traduz, em Portugal, neste período de transição de século, uma mudança nos processos de vivência do espaço urbano) e as casas das classes sociais mais elevadas, assumindo assim o papel estruturante que terá sido desempenhado anteriormente pela “rua Direita”.
- O antigo campo da feira (actual Praça D. Maria II), espaço importante do ponto de vista económico e na afirmação deste aglomerado, que desempenhava um papel de referência.
- Pode ainda ler-se a evolução de um pequeno aglomerado apoiado na existência da estação do Caminho-de-Ferro do Minho, equipamento que confere a V. N. de Famalicão, em 1875, outro enquadramento no conjunto do sistema urbano.

Neste período a lógica de ocupação pode resumir-se a dois modelos: desenvolvimento de um edificado apoiado nas vias principais; e áreas agrícolas adjacentes estruturadas pela existência de caminhos vicinais e pontuadas por casas de quinta (áreas que serão importantes no desenvolvimento futuro do aglomerado).

É possível, ainda, ter uma leitura do que terão sido princípios de desenvolvimento urbano próprios da cidade do séc. XIX: a valorização da rua, expressa na importância atribuída à fachada principal como elemento cénico; e o desenhar progressivo de alguns quarteirões, cujo interior vai sendo ocupado por elementos de menor qualificação urbana como os espaços de produção industrial e artesanal, libertando as frentes para o comércio e o programa habitacional. Este processo é evolutivo. Ao longo de todo o séc. XX estes espaços vão-se consolidando e densificando, e progressivamente procurando novas funções.

Nos anos 50 do séc. XX abrem-se duas artérias que vão transformar a imagem deste aglomerado. A artéria rasgada na malha pré-existente, que vem articular, de forma franca, esta com a estação do Caminho-de-Ferro do Minho (Avenida da República, actual Avenida 25 de Abril), adoptando pela primeira vez o modelo do “*boulevard*”, quase um século depois do seu aparecimento. Esta é uma artéria importante, não só por trazer um novo modelo de cidade, mas porque corresponde a um primeiro momento em que se procura a construção efectiva de um centro urbano, através da consolidação e articulação de dois aglomerados complementares. Esta avenida surge na sequência de um conjunto de artérias abertas um pouco por todo o

<sup>1</sup> Edital da Câmara de Vila Nova de Famalicão datado de Maio de 1880.



país, nos finais do séc. XIX e inícios do séc. XX, e que virão a ter particular importância na estrutura urbana de cidades como Lisboa, Porto, Coimbra ou Aveiro. Esta última com particular interesse pelo potencial de referência que poderá ter para o nosso caso de estudo.

Desenha-se também um novo jardim público, um espaço

autónomo, ex-novo, que, ao fixar alguns equipamentos, constitui uma tentativa de deslocar o ponto de referência do aglomerado, procurando estabelecer uma nova centralidade, conferir-lhe coerência e estruturando o núcleo urbano. Esta artéria vem no prolongamento da estrada para Guimarães definindo um eixo que se estende por cerca de 2500 metros, desde a estação, a ponte, até ao novo cemitério, a nascente. De um modelo linear, que se desenvolvia no sentido norte/sul (Braga/Porto), desenha-se uma nova centralidade, e V. N. de Famalicão começa a afirmar-se como um centro urbano.

Se a cidade adopta uma nova forma, também consolida a malha urbana no sentido norte/sul. Este fenómeno pode-se explicar pela presença da linha ferroviária, a ponte, que terá constituído uma barreira, num primeiro momento, e pela existência de um conjunto de quintas a nascente. A EN 14 terá aqui um papel relevante, pela importância que tem a lógica de articulação entre Porto e Braga no interior do sistema urbano.

Este fenómeno leva, na mesma década, à projecção e construção parcial de uma nova artéria, a actual Avenida General Humberto Delgado, que viria a libertar alguma da pressão urbana exercida sobre a EN 14. Esta nova artéria, que num primeiro momento surge numa lógica de “variante” e por isso com alguma monofuncionalidade, vai ganhando um papel estruturante, não só pelo seu potencial de referência na construção da imagem da cidade actual como também na introdução de uma nova lógica de centralidade. Esta artéria, talvez mais do que a anterior, corresponde a uma transição de escala e, principalmente, à adopção de um novo modelo urbano. Este modelo, que já não corresponde à lógica do quarteirão do séc. XIX ou às lógicas de assentamento urbano presentes hoje nas estruturas de baixa densidade, evidencia-se nas iniciativas de planeamento urbano dos anos 70 (que abordaremos mais à frente) assim como nos programas e tipologias arquitectónicas fixadas por esta artéria. A presença do cine teatro constitui uma espécie de paradigma desta realidade.

Mas a “peça central” que afirma esta transição de escala é o denominado “Complexo das Lameiras”, um edifício de habitação colectiva a custos controlados que se pode caracterizar como uma intervenção global à escala do quarteirão. Este edifício, que nos oferece uma solução arquitectónica de grande interesse disciplinar, bebe influência nos grandes complexos de habitação colectiva construídos no pós-guerra, que desenvolviam alguns modelos utópicos do séc. XIX e dos primeiros modernistas. É interessante verificar que, apesar de corresponder a uma linguagem, uma escala e um modelo completamente novos, se encontra um potencial de paralelismo com a lógica de ocupação anterior, no antagonismo entre interior e exterior do quarteirão e no prolongamento desta lógica de construção da cidade, mas aqui suportado por uma visão ideológica diferente de valorização de uma vivência comunitária. No interior do quarteirão desenvolve-se um sistema de galerias de uso colectivo, para o qual se voltam os espaços de serviço das habitações, e um espaço exterior plurifuncional com o qual confrontam as áreas interiores comunitárias, que albergam alguns

serviços e equipamentos. Para o exterior do quarteirão voltam-se os restantes espaços das habitações e, no piso térreo, uma frente de comércio.

Esta é no entanto uma intervenção isolada. Não surge nenhum edifício que reforce esta lógica de construção da cidade, ou que nos proponha, do mesmo modo, um caminho diferente. Poderá, contudo, dizer-se que o “Complexo das Lameiras” confere a V. N. de Famalicão uma nova imagem e transforma irreversivelmente a forma de encarar a intervenção sobre a cidade.

Este período marca também uma transição no processo de densificação do núcleo urbano. Em breve se transformará o perfil da cidade, com o surgimento de alguns edifícios de habitação colectiva de grande dimensão, alguns dos quais mal integrados, introduzindo alguma pressão sobre a estrutura urbana, e grande parte destes com pouca qualidade arquitectónica.

Outra peça de arquitectura que vai transformar em particular os valores de referência urbana é a sede da Fundação Cupertino de Miranda. Esta intervenção centra-se sobre o espaço já há um século tido como centro de referência do aglomerado urbano. Pelo seu programa (Galeria de exposições, biblioteca, arquivo da Fundação...) e pela solução formal, muito inspirada na obra dos modernistas brasileiros, vai afirmar-se como uma peça de excepção no conjunto da estrutura urbana, e a este fenómeno se deve em parte a contestação que envolveu, à época, a sua construção.

Apesar de introduzir uma ruptura na escala do edificado e na leitura do espaço do campo da feira, o edifício oferece uma solução sensível ao libertar parte do primeiro piso, assumindo um carácter de permeabilidade, e definindo a existência de uma praça a norte que fixa outro tipo de escala. A eficácia desta solução evidencia-se no papel desempenhado por este último espaço, que constitui hoje um espécie de praça de actos da cidade. Esta é também a primeira proposta de um edifício-torre, que no caso particular encerra em si a galeria de arte e um restaurante panorâmico no topo.

As duas últimas décadas do séc. XX correspondem a um crescimento demográfico e urbano do Concelho e do mesmo modo do centro urbano de V. N. de Famalicão. Este processo obedeceu, no essencial, a duas lógicas: consolidação lenta e densificação da área central, com o qual se identificava a existência do centro urbano de V. N. de Famalicão até à data; e o crescimento de uma malha de baixa densidade que foi estabelecendo bolsas de desenvolvimento do núcleo urbano e em muitos casos absorvendo pequenos aglomerados rurais.

## 2.3. A Actividade de Planeamento

### 2.3.1. Estudos e Planos

Do planeamento em Vila Nova de Famalicão anterior à segunda metade do século XX, pouca documentação se encontra em arquivo. As plantas datadas de 1920 e 1945 observaram actualizações, sem respeito



pelo documento original. Da avaliação e identificação destas adulterações, interpreta-se o crescimento de um aglomerado que se afirmou sobretudo na segunda metade do século passado.

Quando nos enquadrámos nos Planos de Urbanização realizados à época do eng.º Duarte Pacheco, encontram-se referências<sup>2</sup> a um **Anteplano de Urbanização para Vila Nova de Famalicão** (1948), submetido a Parecer e Aprovado pelo Conselho Superior de Obras Públicas em 22 de Agosto de 1949. Sabe-se, a partir da mesma fonte, que este estudo estaria a ser realizado pelo eng.º Miguel Resende, urbanista responsável também pelos planos dos concelhos vizinhos de Vila do Conde e Santo Tirso, entre outros. Deste ante-plano não se encontram documentos nos arquivos da Câmara Municipal, possivelmente tendo sido consumidos no incêndio ocorrido em 1952 que destruiu por completo o edifício que albergava estes serviços e o Tribunal. O único testemunho que se encontra, e de onde se pode colher alguma informação, é a sua publicação em Diário da República, em 14 de Julho de 1952.

O levantamento topográfico existente à data, datado de 1945, serve de base à planta de trabalho do ante-plano. Miguel Resende recorre ao uso do *zoning* definindo novas zonas residenciais, de comércio e indústria, sendo esta última localizada numa faixa adjacente à linha de caminho-de-ferro, entre a casa do Vinhal e a actual Rua Alberto Sampaio.

No que se refere à estrutura viária, Miguel Resende propõe, como elemento fundamental, uma variante à EN14, traçando o que hoje corresponde às Av. General Humberto Delgado e Av. Carlos Bacelar. O restante sistema viário proposto resume-se à definição de quarteirões habitacionais e ao acesso ao seu interior, onde se localizam os equipamentos propostos. Este desenho evidencia claras influências do urbanismo defendido por Alfred Agache<sup>3</sup> e Etienne de GrÖer<sup>4</sup>, na linha das teorias da Cidade-jardim. Esta influência acentua-se quando Miguel Resende desenha parte das áreas de expansão da cidade, a norte e a sul, onde o carácter de habitação unifamiliar e bifamiliar predomina e as vias são ladeadas por faixas de espaços verdes públicos.

Da importância, como instrumento urbanístico, dada ao ante-plano à época, não se encontram registos. Certo é que a sua influência se fez sentir, fundamentalmente a norte, no espaço que envolve o actual hospital distrital, através da forte presença de habitação unifamiliar e bifamiliar prevista pelo urbanista. Mais a sul, a definição de uma segunda zona de expansão habitacional com o carácter da já referida, é revista nos planos posteriores.

A legislação, de 1971, que determinou a obrigação dos municípios promoverem a elaboração de planos gerais de urbanização<sup>5</sup>, despoletou a necessidade de reconverter o ante-plano existente, sendo para isso realizado um levantamento aerofotogramétrico. Os primeiros planos que surgem fruto desta legislação denominam-se de “**Plano Parcial de Urbanização da Zona Oriental**” (1971) e “**Plano Parcial de Urbanização da Zona Desportiva e de Ensino**” (1971), ambos sob o traço do arq.º Arménio Losa. Destes planos, importa referir que a sua efectiva concretização no terreno foi parcial. No entanto, tudo quando se concretizou permanece, de forma expressiva, na malha urbana actual.

O panorama encontrado pelo arq.º Arménio Losa, no início da década de 70, é descrito<sup>6</sup> como um aglomerado de crescimento condicionado, moldado pela linha de comboio, presente desde 1874, e a estrada Porto-

<sup>2</sup> LOBO, Margarida Sousa. 1995. “Planos de Urbanização – A Época de Duarte Pacheco”, FAUP, Porto, 1995.

<sup>3</sup> Urbanista francês Donat-Alfred Agache, influenciado pelo urbanismo alemão e pela experiência inglesa da cidade jardim.

<sup>4</sup> Etienne de Groer, natural de Varsóvia, tira diploma na Rússia, na Academia Imperial das Belas Artes. É discípulo de Agache e é autor de vários planos, entre os quais Braga e Coimbra.. In LOBO, Margarida Sousa, “Planos de Urbanização – A Época de Duarte Pacheco”, FAUP, Porto, 1995

<sup>5</sup> Decreto-Lei nº 560/71, de 17 de Dezembro.

<sup>6</sup> LOUSA, Arménio. 1971. “Plano Parcial de Urbanização da Zona Oriental – Memória Descritiva”.

Braga (EN14) traçada em 1855, onde as áreas expectantes próximas do núcleo central se encontram, de algum modo, comprometidas. A falta de orientação urbanística, associada ao forte crescimento a que se assistia até então, levou à ocupação incoerente de espaços e à desarticulação destes com todo o conjunto urbano. O urbanista propõe então definir linhas de planeamento que congregassem iniciativas oficiais e particulares, delimitando uma nova área de expansão, a nascente da estrada intermunicipal, onde a existência de terrenos desocupados e descomprometidos, com condições naturais atractivas, se constitui como um excelente campo de intervenção. Deste modo, a EN14, que desde cedo funcionou como uma barreira ao crescimento do aglomerado para nascente, permite agora uma oportunidade para o planeamento de uma expansão integrada, através do “Plano Parcial de Urbanização da Zona Oriental”.

A proposta deste plano prevê a deslocação da função primordial que a estrada Porto-Braga tivera nesse último século, e que estruturara toda a malha urbana, para uma nova via, mais a nascente, que surgirá como uma espécie de “passe-maker” do núcleo urbano. Esta transformaria a actual Av. General Humberto Delgado, que correspondia a um primeiro apontamento de variante, numa via de carácter mais urbano, integrada na malha pré-existente da então vila. Refira-se que este eixo urbano já compreendia, antes da elaboração do plano, algumas funções como correios, cinema, pensão, restaurante, mercado e feira semanal, que lhe conferiam algum carácter urbano.

Nas vias com maior movimento e estruturantes previam-se desnivelamentos. Favorecia-se o percurso pedonal, que funcionaria como uma rede independente da circulação viária. Os trajectos compõe-se ao longo de sequências de espaços, ora atravessando áreas ajardinadas e arborizadas, ora sob pórticos de frentes comerciais. O cuidado pela perspectiva é tido como fundamental, entendendo que a cidade é feita de imagens, *“organizando-se por percursos estreitos e alargamentos, recantos e extensões planas, que tornam cada espaço num único”*<sup>7</sup>.

Ainda se encontra alguma influência do Antepiano do eng.º Miguel Resende, nomeadamente na presença de faixas de espaço verde que marginam as vias principais.

O conceito de intervenção deste plano inscreve-se num claro momento de transição entre os conceitos versados na “Carta de Atenas”<sup>8</sup>, aqui fortemente presentes, e o retomar de alguns valores anteriores, como sejam a leitura da cidade como um somatório de partes identificáveis e vivenciadas de forma diversa, conceitos retomados e expressos nas teorias de Kevin Lynch<sup>9</sup> ou Aldo Rossi<sup>10</sup>, nos anos 60.



<sup>7</sup> Ibidem.

<sup>8</sup> Conclusões da conferência de Atenas dos CIAM, realizada de 21 a 30 de Outubro de 1931, que estabeleceram um conjunto de princípios intervenção urbanística, pautando, particularmente, toda a actividade de planeamento do pós-guerra.

<sup>9</sup> LYNCH, Kevin. 1960. “A Imagem da Cidade”, Edições 70, Lda, Lisboa, 1996.

<sup>10</sup> ROSSI, Aldo. 1966. “La Arquitectura de la Ciudad”, Editorial Gustavo Gili S.A., 7.ª edição, Barcelona, 1986.

A proposta de plano apresentada define, ainda, o que se poderá considerar um esboço de perequação, para controlar os custos e benefícios dos proprietários dos terrenos abrangidos.

A aplicação deste plano passou essencialmente pela concretização de um dos quarteirões previstos, através do já citado “Complexo das Lameiras”, projecto elaborado pelo do arq.º Noé Dinis em 1972. A presença desta construção de 244 m por 73 m, que compreende 290 habitações de carácter social (transferidas recentemente da competência do IGAPHE para a autarquia), é proeminente na malha urbana consolidada actual. Embora a sua implantação se aproxime bastante da proposta da autoria do arq.º Arménio Losa, em que o espaço de uso colectivo “invade” o espaço interior definido pelos edifícios, esta construção representa-se como quarteirão fechado, à imagem da malha consolidada do aglomerado, onde o seu miolo se reserva aos utentes do edifício.

A sul, a existência de outros edifícios, resulta também do plano do arq.º Arménio Losa. Por questões fundiárias e pela diversidade das soluções arquitectónicas apresentadas, revela-se difícil uma leitura de conjunto, restando do plano apenas a lógica de implantação das edificações.

Pode dizer-se que o plano, como solução integrada, terá ficado por cumprir. Desvirtuado em alguns dos seus conceitos fundamentais, dele subsistiram apenas alguns apontamentos e alguns princípios que terão permitido, durante o período subsequente, a gestão desta área da cidade.

Como apontamento geral ao aglomerado, o “Plano Parcial de Urbanização da Zona Oriental” integra também um estudo funcional e viário, apresentado numa proposta de zonamento, essencial à correcta implantação da proposta no terreno. Esta realidade pode indiciar a existência de filosofias de intervenção urbanística já bastante interiorizadas, provenientes de estudos ou planos anteriores, eventualmente do Antepiano de Urbanização já referido.

O zonamento apresentado manifesta já claros conceitos para a expansão da cidade e para a definição de uma estrutura ecológica que a sustente. É manifesta a intenção de confinar a indústria à zona sul, assim como a consolidação do aglomerado urbano, efectivada através da estrutura verde a nascente, e da orografia a poente. Observa-se a intenção de articular uma consolidação do núcleo urbano, com a definição de uma estrutura ecológica, procurando contrariar o modelo difuso existente. É promovida alguma expansão para norte. Estes conceitos vão estar presentes ao longo dos anos, servindo de modelo para a elaboração de posteriores planos.

O “Plano Parcial de Urbanização da Zona Desportiva e de Ensino” vem estabelecer regras para a ocupação de uma grande área do aglomerado, com carácter ainda agrícola. Este espaço define-se como uma bolsa de terrenos que se propõe destinar a equipamentos desportivos e educativos. Um novo sistema viário é definido, assegurando que este sirva e integre de forma equilibrada a nova área de equipamentos. Desenha-se

para o efeito uma via que liga a estação de caminhos-de-ferro ao cruzamento a sul da Praça D. Maria II. Surgem apontamentos sobre um interface junto à estação, que indiciam uma preocupação de o integrar no aglomerado, e de fazer dele um ponto de referência para um primeiro cinturão à malha urbana existente. Esta ideia permanece nos planos posteriores, nunca se conseguindo, até hoje, concretizar o cinturão por completo, no troço entre a estação de caminhos-de-ferro e a EN 206.

É apontada, ainda, a área a Nordeste como espaço destinado a Parque Verde (aspecto já presente no zonamento do Plano da Zona Oriental),



Plano Parcial de Urbanização da Zona Desportiva e de Ensino

1971

Arq. Arménio Losa

C- Centro de camionagem G- Pavilhão gimnodesportivo  
P- Piscinas T- Campos de ténis H- Campo de hóquei J- Campo de treino  
■ Habitação ■ Parque desportivo ■ Parque verde

que através do posterior “**Plano Parcial de Urbanização a Nascente da Zona Desportiva e de Ensino**” (1974) resultará no actual Parque da Juventude.

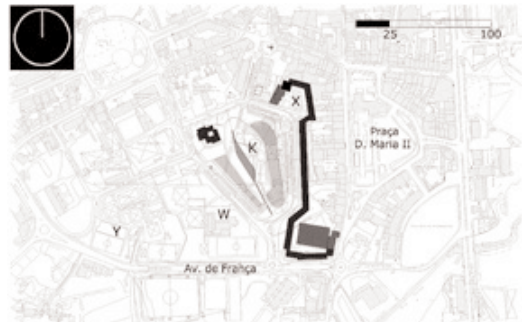
A importância dos planos acima referidos, quer o da Zona Oriental, quer o da Zona Desportiva e de Ensino, e os apontamentos funcionais neles apresentados, reflecte-se na marca que deixaram na malha urbana actual.

Com as eleições de 1977, inicia-se uma nova oportunidade no que diz respeito à democratização da cidade. As políticas urbanísticas tomadas nos anos seguintes, os processos despoletados pelo Fundo Fomento Habitação, Cooperativas de Habitação ou SAAL, trouxeram uma nova visão do urbanismo e da participação pública neste. É promovida a realização de Planos de Urbanização para os aglomerados urbanos. Vila Nova de Famalicão entrega esta tarefa ao arq.º Lúcio Miranda.

O “**Plano Geral de Urbanização de Vila Nova de Famalicão**” (1978) procura, para além de reunir e articular intenções de planeamento manifestadas até então, propor uma nova perspectiva de expansão deste aglomerado. São definidas três categorias de zonas: “construção urbana”, “construção rural” e “espaços verdes”.

Como zona de “construção urbana”, para além do núcleo já consolidado da cidade, definido entre a linha de caminho de ferro e a EN 14, são estabelecidos três grandes espaços de expansão: a poente, para além da linha de caminho de ferro; a nascente, na encosta sul adjacente à EN 206; e a norte do aglomerado, ao longo da EN14. A zona de “construção rural” limita-se aos pequenos aglomerados já existentes de cariz rural e os “espaços verdes” correspondem às áreas agrícolas, florestais, jardins e parques.

É com a elaboração de planos para a área de expansão a norte do aglomerado que, o Arq.º Lúcio Miranda, procura concretizar as intenções, já expressas no Plano Geral de Urbanização. Esta atitude evidencia a preocupação em desempenhar um papel mais regulador em relação à expansão do aglomerado urbano. O “**Plano Parcial de Urbanização a Norte de Vila Nova de Famalicão**” (1980-1982) e o “**Plano de Pormenor de Mões**” (1979) vêm definir áreas de construção de alta densidade, de habitação



Plano Parcial de Urbanização a Nascente da Zona Desportiva e de Ensino

1974

Arq. Lúcio Miranda

Y- Liceu W- Ciclo preparatório K- Parque Infantil X- Praça pública  
 ■ Edificação proposta



Plano Parcial de urbanização a Norte de Vila Nova de Famalicão

1980-82

Arq. Lúcio Miranda

■ Zona agrícola a conservar    ▨ Zona florestal a conservar  
 ■ Zona residencial de alta densidade a criar    ■ Indústria  
 ■ Zona residencial urbano-rural a completar  
 - - - - - Ligação à EN14 e à EN204    ..... Variante à EN14  
 W- Escola Pré-primária a criar K- Escola Primária a criar  
 P. P. - Planos de pormenor previstos    ▲ Apeadeiro de Mouquim





isolada/geminada e de espaços verdes. Tendo em consideração o carácter eminentemente rural desta zona, é manifesta a preocupação em fazer dela um campo de expansão planeado.

O “Plano de Pormenor de Mões”, parte integrante do “Plano Parcial de Urbanização a Norte”, procura organizar e consolidar o núcleo pré-existente da parte norte, estabelecendo duas zonas distintas: uma primeira de habitação unifamiliar/geminada, apoiada na rede viária existente e definindo uma praça central (actual Praça Silvério de Freitas), e uma segunda área, esta destinada a habitação multifamiliar, associada ao espaço verde e estabelecendo relações com o nó que se desenha para a intercepção entre a EN206 (Póvoa-Guimarães) e a EN 14 (Porto-Braga). Este plano de pormenor observa diversas alterações até 1982.

À imagem do Plano de Mões, também surge um outro estudo, mais a poente, designado por “**Plano de Pormenor do Sector Sul do Plano Parcial de Urbanização da Zona a Norte de Vila Nova de Famalicão**”. Este plano, da autoria do arq.º Lúcio Miranda, também distingue duas áreas: uma junto à linha de caminho-de-ferro, com habitações unifamiliares; e outra junto à EN 206, com edifícios multifamiliares.

Destes dois planos, ambos inseridos na área do Plano de Urbanização a Norte, grande parte do que foi proposto concretizou-se através da figura de loteamento, tendo apenas pontuais correcções de implantação. Apenas no espaço junto ao cruzamento da EN 206 com a EN14 os edifícios multifamiliares, assim como o espaço verde proposto, foram substituídos por uma grande superfície comercial, construída já nos anos 90 (da cadeia E’Leclerc).

É de salientar, como factor relevante da proposta do Plano de Urbanização a Norte, assim como dos planos de pormenor que lhe sucederam, que não foi definido um sistema viário compatível com a capacidade construtiva proposta. Não se encontrando em arquivo documentação que sustente uma rede viária alternativa, certo é que grande parte da proposta do plano foi concretizada, reflectindo-se hoje numa grande dificuldade de relação entre esta área e a malha urbana do aglomerado pré-existente.

Em 1990, as intenções de dotar a cidade de uma estrutura verde, levaram à elaboração de um plano de pormenor para uma área a nascente, que incluía a Quinta da Devesa. A zona de espaços verdes aqui definida já se encontra apontada no Plano Parcial de Urbanização da Zona Oriental e no Plano Geral de Urbanização, que marcaram o início e o fim da década de 70.

Esta apetecível encosta cénica da cidade, profundamente rural, definida pela massa arbórea a meia encosta e pela área agrícola no seu sopé, apela a um estudo urbanístico que garanta a sua sustentabilidade enquanto “parque verde urbano”, e que contenha o crescimento impetuoso a que a cidade estava submetida no início da década.

Este estudo resulta no **“Plano de Pormenor da Zona Adjacente ao Edifício das Lameiras”** (1990). A proposta aqui apresentada procura consolidar a construção junto à Avenida General Humberto Delgado, assim como ao longo da EN 206. No que diz respeito aos edifícios a sul do “Complexo das Lameiras”, ainda reminiscências do Plano da Zona Oriental, a proposta consubstancia-se no rematar da ideia de quarteirão aberto. Aplicada no terreno esta ideia poderia homogeneizar a linguagem arquitectónica do espaço.

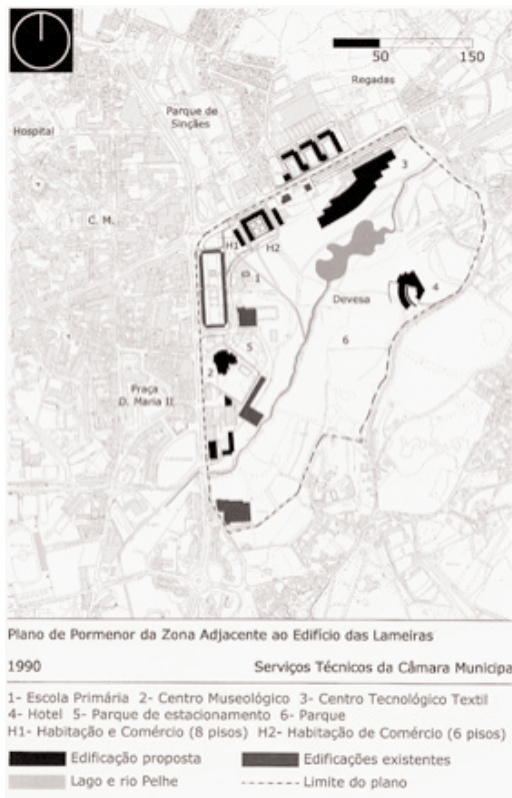
Adjacente à EN 14, desenha-se um conjunto habitacional em U, associado a mais dois blocos contíguos, abrindo-se para o “parque verde urbano” proposto, separando a área de lazer e repouso, do movimento rodoviário constante da estrada nacional.

Como principal proposta de enquadramento do “parque verde urbano” pretendido, surge a localização de equipamentos colectivos, que poderão oferecer novas dinâmicas à cidade. É neste contexto que surge a proposta de implantação do Centro Tecnológico Têxtil do Vale do Ave (CITEVE), do Centro Museológico, de um hotel e de uma escola primária. Poder-se-á concluir da observação do plano, que a intenção era fixar equipamentos de âmbitos diferentes para as imediações do parque, procurando uma complementaridade programática que diversifique o tipo de vivências. De todos os equipamentos previstos, o hotel é o que, embora confinante com o limite do plano, assume uma posição mais predominante, dado localizar-se na encosta do parque, usufruindo de todo o enquadramento que este lhe proporciona.

Este plano apresenta-se como o primeiro que propõe um desenho para um “parque verde urbano”. Até então, os estudos urbanísticos realizados apontavam manchas ou zonamentos para a estrutura verde, mas nunca concretizavam a proposta de intervenção ao nível do desenho urbano. O “Plano da Zona Adjacente às Lameiras” apresenta no seu desenho um lago que resultaria de uma intervenção sobre o rio Pelhe. Este elemento já surgira no Plano da Zona Oriental, mas apenas em forma de apontamento. A casa da Quinta da Devesa assume na proposta o papel de equipamento de apoio ao parque.

O principal factor que levou à elaboração deste plano foi a necessidade de viabilizar a execução de um parque que se tornara necessário à estrutura ecológica da cidade. Estando os terrenos necessários nas mãos de particulares a autarquia não possuía recursos económicos suficientes para a concretização do parque. Para este problema em particular também o Plano elaborado não oferecia solução.

Ratificado por despacho do SEALOT, em 19 de Março de 1990, a concretização do plano passou pela execução de alguns dos equipamentos apontados (CITEVE e escola – obrigando a uma ratificação em 07-1990), mas não pela execução efectiva do parque urbano. A área permanece com um carácter profundamente rural.





Estudo Urbanístico do Eixo Norte-Sul

1992 Arq.º Manuel Fernandes Sá / Arq.º Rui Louro

- |                                  |                            |
|----------------------------------|----------------------------|
| ■ Equipamentos previstos         | ■ Edifício de 9 a 10 pisos |
| ■ Edifícios com 8 pisos ou menos |                            |
- e1-Área de reserva / Equipamentos e2-Apoio ao equipamento Desportivo  
e3-Museu Automóvel e4-Creche/Jardim e5-Associação de Moradores  
e6-Equipamento desportivo e7-Escola primária e8-Área Museológica  
e9-Bar/esplanada e10-Equipamento Desportivo  
p1-Hotel p2-Restaurante p3-Cinema p4-Creche/Jardim de Infância  
p5-Ginásio

Dos vários sectores constituídos e analisados, o sector 5, que corresponde à área de Sinçães, desenvolve o estudo do loteamento camarário<sup>12</sup> existente, e que enquadra o actual parque. Como apontamento principal fica a previsão, no topo norte, de um edifício de equipamento (Museu do Automóvel), com uma área de 5250 m<sup>2</sup>.

No sector 7, a intenção é a de retomar a forma e filosofia propostas no “Plano de Pormenor da Zona Adjacente ao Edifício das Lameiras”, alterando apenas alguns aspectos relativos aos edifícios propostos, por forma a permitir que a estrutura ecológica que sustenta o estudo urbanístico, encontre permeabilidade e continuação entre o parque de Sinçães e a quinta da Devesa.

Por último, o sector 8 assume importância, dado procurar consolidar os edifícios emergentes do plano do arq.º Arménio Losa. Existe a intenção de salvaguardar parte da florestação existente no espaço e de desenhar um edifício de implantação em U<sup>13</sup>, que englobe um espaço museológico com uma área de 400 m<sup>2</sup>.

<sup>11</sup> Como consultor da Câmara Municipal, no fim da década de 80, apoiando o início da elaboração do 1º PDM.

<sup>12</sup> Loteamento da autoria do Arq.º Nuno Portas e Arq.ª Margarida Vaz, executado nos anos anteriores (1984)

<sup>13</sup> “Memória Descritiva”, Estudo Urbanístico do Eixo Norte-Sul, CMVNF, 1992.

O estudo urbanístico do eixo norte-sul, formalizado no início da década de 90 pelo arq.º Rui Louro<sup>14</sup>, apresenta-se como o principal elemento orientador e de suporte para a elaboração de Planos de Pormenor e loteamentos, assim como auxiliar à gestão urbanística imediata. Em termos gerais, o estudo revelou operatividade.

Observaram-se, sobretudo, algumas alterações programáticas. O espaço destinado ao Museu do Automóvel, no Parque de Sinções, acolhe hoje a Casa das Artes e o Instituto de Emprego e Formação Profissional. A localização deste tipo de equipamentos num parque com estas características, revela-se de particular interesse pelo valor de complementaridade que assumem. A existência deste equipamento, a norte, e do edifício da biblioteca na zona sul do parque, define dois pólos de atracção e um corredor entre estes, que reforça a permeabilidade e a vivência do espaço, evitando situações de exclusão urbana.

A intervenção na envolvente à rotunda da Paz, não se concretiza na sua totalidade, tendo sofrido alterações de desenho, pela mão do arq.º Rui Louro. Foram definidos novos eixos de fuga e cêrceas que procuram dar um novo remate do estudo urbanístico existente.

Do que se propunha para os sectores 1 e 2 do estudo, ainda pouco se concretizou. Localizado a norte da rotunda de Santo António, é prevista a continuidade da estrutura verde do Parque de Sinções, através do espaço que medeia o actual bairro de S. Vicente<sup>15</sup> e a frente urbana proposta ao longo da EN 14 (Porto – Braga). O que se concretizará a curto prazo é a construção do novo edifício do Tribunal Judicial de Vila Nova de Famalicão. Devido a diversos factores externos ao estudo a implantação deste edifício não respeita o remate previsto para o eixo Norte/Sul. As alterações necessárias foram elaboradas sob a orientação do arq. Rui Louro.

Apesar de ter sido sempre um documento oficioso, o estudo urbanístico do eixo norte-sul, serviu de instrumento fundamental na execução do Plano Director Municipal, que à data da sua elaboração dava os primeiros passos.

A aprovação do **Plano Director Municipal** (1994) deu início a uma nova fase para o urbanismo de Vila Nova de Famalicão. A sua existência permitiu controlar o crescimento do aglomerado, dentro da filosofia que lhe estava inerente, para além de intervir sobre todo o restante concelho, fenómeno que não se tinha verificado até à data. Apenas em 1978, o Arq.º Lúcio Miranda, havia apresentado um estudo para a definição de perímetros urbanos para todas as aglomerações existentes no concelho, extravasando o conceito de planeamento dirigido apenas para o aglomerado principal (através de planos ou estudos).

A existência, na década de 90, de um Plano Director aprovado, levou a que a necessidade de planear a escalas mais apropriadas, para determinadas intervenções, se fizesse apenas através de estudos ou apontamentos sem vínculo legal. Apenas no caso do **Plano de Pormenor da Zona Adjacente à Rua Alberto Sampaio** (1992), se concretiza a aprovação, pela necessidade de um eficaz controlo de intervenções que ultrapassavam a orientação dos instrumentos de planeamento existentes.

Em curso encontram-se, no fim da década de 90, diversos planos para o concelho, desde os **Planos de Urbanização de Ribeirão, de Riba D’Ave, de Joane, Mogege e Pousada de Saramagos**, mais directamente vocacionados para a orientação urbanística das vilas do concelho. Com os **Planos de Urbanização da Zona Industrial de São (Ribeirão), de Jesufrei e de Vilarinho das Cambas** iniciou-se, também, o planeamento das principais áreas classificadas como Zonas Industriais. O cruzamento das auto-estradas (A7 e A3) e as intenções fundiárias privadas manifestadas para a freguesia de Cabeçudos, originaram o início do

<sup>14</sup> Como consultor da Câmara Municipal no início da década de 90 e actualmente pertencente ao quadro técnico da autarquia.

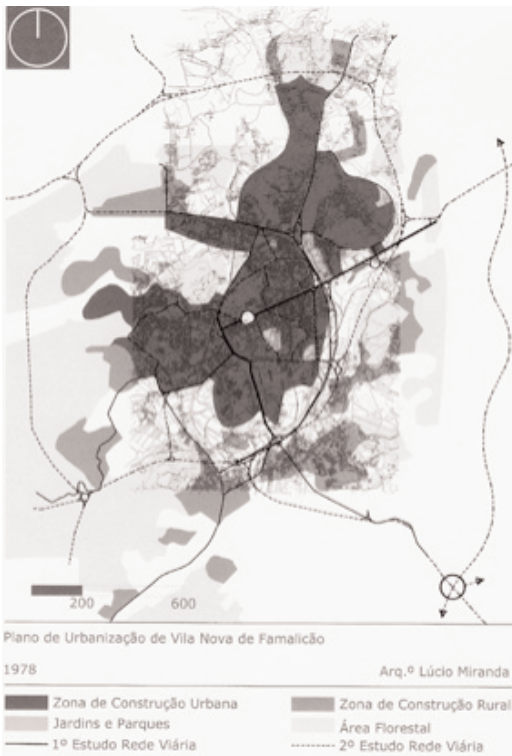
<sup>15</sup> Junto do qual se encontra o bairro desenhado pelo Arq.º Nuno Teotónio Pereira, década 50.

**Plano de Urbanização para o Nó de Cabeçudos.** Na área da cidade, foram definidos os **Planos de Urbanização da Zona Norte, de Brufe, da Devesa** e o **Plano de Pormenor de Talvai.**

Esta manifesta intenção de planear diversas zonas de um território, já sob administração de um Plano Director, foram porventura excessivas, dada a capacidade técnica de as elaborar ou acompanhar pelos serviços da autarquia. A necessidade de ractificação destes planos demonstrava também que se procurava a alteração de disposições estabelecidas pelo Plano Director e não só o desenvolvimento deste plano a outra escala. Certo é que, perante uma Revisão do Plano Director Municipal em curso, a elaboração dos planos ficou suspensa, uma vez que o primeiro poderá traduzir e sintetizar as alterações pretendidas para a ocupação destas zonas, substituindo-os neste ponto.

### 2.3.2. P.U. de 1978 e P.D.M. de 1994.

Para além do PDM aprovado em 1994, a prática urbanística em Vila Nova de Famalicão foi, após 1974, determinada pelo **Plano de Urbanização de Vila Nova de Famalicão.** Os seus antecedentes marcaram parte da sua orientação, como já foi referido anteriormente, mas o aglomerado afirmou-se fundamentalmente no período posterior ao plano de urbanização.



O Plano de Urbanização de Vila Nova de Famalicão, datado de 1978, vem estabelecer, para a área urbana (1920 ha), regras de ocupação do solo adequadas às necessidades fundiárias da época. Apresenta-se desde logo a preocupação de “*definir desde já as áreas urbanas e rurais e as suas tendências e os seus limites de expansão*”<sup>16</sup>. O plano constituiu-se na sua essência pela proposta de ocupação de solos numa área considerada como perímetro urbano da vila. Paralelamente, mas sem um estudo tão aprofundado, são apresentadas propostas de perímetro urbano para as freguesias.

Na área dos equipamentos desportivos, o plano faz referência à necessidade dos principais loteamentos localizados nas áreas de expansão apresentarem campos de jogos. É indicada, ainda, a previsão de um circuito de manutenção num futuro parque, a nascente da EN14 (Zona da Devesa).

Na análise realizada ao território, o Arq.º Lúcio Miranda, refere que a agricultura se constitui como a função mais importante, dada a área por esta ocupada, propondo que se mantenha e desenvolva.

É com base nesta opção que se apresentam áreas destinadas à agricultura directamente relacionadas com o aglomerado urbano e as áreas a urbanizar. Esta atitude reflecte a influência do tipo de ocupação verificado no Médio Ave até então, onde a relação do urbano/agrícola é constante, contribuindo para a dispersão urbana. A lógica da fixação industrial, assim como as suas relações de funcionamento, é também responsável por este fenómeno, quando se verifica a sua implantação de forma disseminada.

<sup>16</sup> Plano de Urbanização de Vila Nova de Famalicão – 1ª fase”- Peças Escritas, CMVNF, VN Famalicão, 1978

Contudo, na área urbana e a urbanizar, o plano não confere grande predominância à função industrial, reservando apenas algumas áreas junto à linha de caminho-de-ferro.

Como filosofia para a implantação da indústria, e procurando contrariar o que até então se verificava, o plano aponta um espaço industrial (designado por loteamento industrial), com 50 ha, a uma distância de 2,5 Km a sul do actual centro urbano, definido pelo plano. Esta área, representada na planta que define os perímetros urbanos das freguesias, procura centralizar as actividades industriais de maior incompatibilidade com as áreas residenciais. Esta proposta é importante pela visão que apresenta para o futuro desenvolvimento deste sector de actividade. A disponibilidade de terrenos afectos à função e a procura de uma sistematização das infra-estruturas necessárias levou a que esta área se impusesse, deste então, como o principal ponto de concentração industrial do concelho. A auto-estrada, construída posteriormente, previu um nó com a EN14, entre o aglomerado urbano principal e esta área industrial, facultando-lhe assim a acessibilidade necessária.

O Plano Geral de Urbanização apresenta estudos e propostas para o sistema viário à escala do aglomerado. Como prioridade aponta a concretização da variante à EN 14, já presente no antepiano de 1948, e que até essa data não se tinha concretizado, exceptuando-se o troço entre a EN 204 e o Mercado.

Esta opção sustenta-se na necessidade de deslocar o trânsito massivo da malha urbana, definindo um cinturão ao aglomerado que envolve toda a área central e de expansão. Este é o primeiro apontamento de uma via que circunda Vila Nova de Famalicão e que reflecte uma visão alargada para o seu crescimento, espelhando a necessidade do domínio do trânsito e da sua distribuição estratégica. A realizar-se esta via na sua totalidade, Vila Nova de Famalicão usufruiria de uma relevante acessibilidade, privilegiada, ainda, pela conexão com a auto-estrada projectada. O próprio cinturão que envolvia a área designada por urbana ou urbanizável, poderia assumir um papel fundamental no controle da expansão do aglomerado, constituindo limites físicos para a sua sustentabilidade.

No Plano Director Municipal, ratificado por Conselho de Ministros, em Setembro de 1994, encontra-se presente alguma da filosofia do plano de 78 e do Estudo Urbanístico de 92. Um eixo verde urbano, a nascente do núcleo antigo, é apontado como estruturador do sistema ecológico da cidade, que permite a concretização de parte dos estudos existentes. Assim, é definido o território de intervenção do Plano de Urbanização da Devesa.

O PDM define para poente da malha urbana, uma área de Espaço Não Urbanizável e RAN, em que se insere a Quinta de Sistães, o que faculta à cidade uma outra área verde, com as características inerentes à sua classificação.

A classificação de grande parte do actual Perímetro Urbano como Espaço Aglomerado Tipo 1, que se traduz numa capacidade construtiva máxima de seis pisos, salvaguardando as excepções previstas, levou a um crescimento desregrado da cidade, sem que a estrutura pré-existente prevalecesse em relação à pressão imobiliária que se fez sentir na década de 90. Este fenómeno deveu-se, fundamentalmente, à falta de um conjunto de regras discriminatórias que estabelecesse capacidades construtivas e parâmetros diferenciados para as realidades distintas observadas no conjunto do centro urbano.

A generalização de uma capacidade construtiva, excessiva em muitos casos, sem acautelar pontos de maior sensibilidade numa malha urbana relativamente consolidada, foi um dos factores fundamentais que levou à elaboração e aprovação do Regulamento Municipal de Salvaguarda e Revitalização da Área Central da Cidade, em 1998.

### 2.3.3. Regulamento Municipal de Salvaguarda e Revitalização da Área Central da Cidade.

A regulamentação do espaço urbano assumiu desde sempre um papel fundamental nos aglomerados que se apresentavam já com determinada importância. Na história de Vila Nova de Famalicão, encontra-se o primeiro indício de regulamentação no “*Código de Posturas Municipaes do Concelho de Villa-Nova de Famalicão*” datado de 1873<sup>17</sup>. Já no século XX, em 1934<sup>18</sup>, o “*Regulamento para Construções e Edificações da Câmara Municipal de Famalicão*” vem reflectir a necessidade de estabelecer regras para a ocupação urbana, apresentando-se mais como um instrumento de gestão do que de planeamento. Ainda em 1970 é aprovado o “*Regulamento Municipal de Edificações Urbanas – Decreto-Lei 38382*”.

Mas, é já em 1998, que surge o primeiro regulamento que vem estabelecer regras de planeamento físico para uma cidade que procura consolidar-se, através da recuperação de memórias e da revitalização de espaços, reconvertendo-os e preservando a sua identidade. O “**Regulamento Municipal de Salvaguarda e Revitalização da Área Central da Cidade**”<sup>19</sup> delimita uma área de intervenção onde se estabelecem regras e formas de ocupação, e se elaboram os estudos específicos para parte da área de intervenção. Através de um levantamento exaustivo de toda a área destes estudos, elaboram-se fichas caracterizadoras de cada rua e cada edifício, onde se identificaram elementos, alinhamentos ou referências fundamentais a preservar nas intervenções a realizar.

O regulamento define condicionantes que permitem a requalificação do interior dos quarteirões, destinando-os a logradouros e jardins privados, e promovendo a demolição dos “*barracos, anexos e armazéns*”<sup>20</sup> existentes. O efeito destas medidas na posterior implantação de construções, pouco se sentiu. A sua far-se-á sentir mais nas intervenções conjuntas à escala do quarteirão. Na operação isolada, a situação controla-se inicialmente através da definição da implantação para o terreno em causa, regulado pela profundidade máxima admitida e pelo cumprimento do Plano Director Municipal na impermeabilização do solo permitida.

Defende-se na intervenção sobre o edificado, no essencial, dois princípios: requalificar e reabilitar, na medida do possível, o património existente, não só na sua solução tipológica e formal, mas também na sua função; e clarificar as intervenções de cariz novo.

Atendendo a uma possível desertificação, observada em áreas centrais de algumas cidades portuguesas, o Regulamento de Vila Nova de Famalicão impõe o domínio da componente habitacional, impedindo a ocupação integral dos edifícios com outras funções que não a da habitação, salvo em casos excepcionais. Este regulamento terá dissuadido alguma tendência de desertificação do centro. Mas, na verdade, este é um fenómeno que não terá tido grande significado, uma vez que Vila Nova de Famalicão é uma cidade de desenvolvimento recente, com pouca carga histórica ou patrimonial, em contraste com algumas cidades vizinhas.

Os estudos específicos realizados permitiram a definição específica de cêrceas a adoptar. Estabelece-se uma classificação do edificado que vai desde os edifícios com características, elementos arquitectónicos ou referências culturais e históricas relevantes, a serem preservados, até aos edifícios sem qualquer uma destas valências, passíveis de reestruturação total. Esta classificação tem permitido conservar diversos edifícios de grande valor arquitectónico e urbanístico que seriam provavelmente objectos de intervenções profundas.

O regulamento de salvaguarda prevê, ainda, que no licenciamento de cada construção para alteração ou por substituição, se execute um levantamento rigoroso do edifício existente e dos edifícios confinantes. A

<sup>17</sup> Biblioteca Nacional

<sup>18</sup> Biblioteca Nacional

<sup>19</sup> Elaborado nos serviços técnicos da Câmara Municipal, pelo Arq.º Rui Louro e Arq.º Aníbal Caldas – Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística.

<sup>20</sup> Regulamento Municipal de Salvaguarda e Revitalização da Área Central da Cidade, Art.º 5º, CVVNF, VN Famalicão, 1998.

aplicar-se esta disposição, poderia a autarquia constituir um arquivo documental importante para a história tipológica e arquitectónica do aglomerado.

## 4. Análise da Estrutura Urbana

### 4.1. Forma da Cidade e Modelo de Desenvolvimento

A cidade de V. N. de Famalicão transmite a imagem de uma estrutura em que se conjuga um tecido central, mais ou menos consolidado, com aglomerações contíguas de densidades variáveis e de crescimento algo casuístico, onde por vazios ou contínuos de baixa densidade se vão identificando pequenas concentrações urbanas frequentemente mal articuladas.

Não é fácil, portanto, identificar aqui uma forma clara, que nos remeta para modelos “clássicos”. É possível sim, identificar tendências e alguns dos mecanismos de transformação deste território.



Numa perspectiva mais alargada o centro urbano de V. N. de Famalicão observou dois fenómenos:

- A progressiva densificação e consolidação do seu núcleo (ou área) central, com o incremento do bloco de habitação colectiva de média e grande dimensão e o desenvolvimento do processo de terciarização.
- E um processo de crescimento e mesmo densificação de pequenas estruturas urbanas próximas da área central, de baixa densidade, que lhes conferiu plurifuncionalidade e grande diversidade tipomorfológica. Este conjunto de características reforçou o papel destas estruturas, contrariando, assim, o que poderia ter sido um processo de afirmação e expansão do núcleo consolidado.

Este processo dá origem ao que poderíamos caracterizar como uma aglomeração dispersa de densidades variáveis. Não se pode, portanto, estabelecer um paralelismo com estruturas de baixa densidade do tipo “clássico” onde é observável uma densidade uniforme ou progressiva. A Aglomeração de V. N. de Famalicão aproxima-se mais do fenómeno observado um pouco por todo o Médio Ave, mas aqui em pleno processo de densificação e de tendente consolidação urbana. O peso relativo entre o tecido consolidado e as aglomerações contíguas e a lógica de articulação (ou falta dela) entre estas estruturas indicia a construção de uma entidade sem uma lógica orgânica clara. Revela-se difícil, por exemplo, identificar espaços de referência ou novas centralidades que se constituam como elementos de caracterização urbana.

Deve-se referir, contudo, que neste processo de afirmação das aglomerações contíguas não será alheio o papel do tecido consolidado, e as valências que tem adquirido, permitindo a sua afirmação a nível regional. Adoptando uma área mais abrangente identificam-se estruturas de baixa densidade que terão hoje alguma das características dos antigos aglomerados contíguas ao tecido consolidado.

Ao contrário do tecido consolidado, onde a iniciativa pública influenciou o processo de evolução, nos aglomerados contíguas, ganha um papel de maior relevância a iniciativa privada.



Assim, mais do que a uma lógica de continuidade urbana, de articulação com o tecido envolvente ou de valorização de determinadas áreas prioritárias, a construção destas estruturas desenvolve-se segundo lógicas de mercado tão simples como: a de disponibilidade de terrenos, a de resposta à procura de produtos diferenciados ou a de rentabilização de investimentos.

Pela natureza individual destas iniciativas e por surgirem isoladas no tempo e no espaço revela-se difícil uma gestão articulada das diferentes iniciativas que vá para além da admissibilidade construtiva e dos parâmetros genéricos e pouco discriminatórios impostos pelo Plano Director Municipal. A unidade mínima para a construção dos tecidos urbanos resultantes é o loteamento, relegando, em particular nas áreas periféricas ao tecido consolidado, o bloco isolado para um papel secundário. Constroem-se assim tecidos resultantes da associação, muitas das vezes mal articulada, de unidades de grande diversidade funcional e tipo-morfológica.

### **Loteamentos**

O papel e a importância dos loteamentos como instrumentos de transformação da estrutura urbana correspondem a uma dos fenómenos mais relevantes observados nas últimas três décadas. Este fenómeno deve-se fundamentalmente ao crescimento da habitação enquanto produto de mercado, e à diversificação das formas de habitar o território.

A diversidade de oferta, a tentativa de consumir as melhores franjas de território e a optimização dos investimentos observada nos processos de loteamento relegam para um segundo nível a construção isolada, que teve, essencialmente até à década de 70, um papel importante no desenho dos assentamentos urbanos, muito associado a um processo de auto-construção.

Este, relativamente recente, processo que opera sobre o território apresenta algumas potencialidades:

- Permite dar resposta ao modelo territorial observado, promovendo uma dispersão concentrada, em conjuntos de loteamentos mais ou menos integrados.
- Sustenta e viabiliza a construção de patamares mínimos de infra-estruturação.
- Permite uma gestão mais integrada das necessidades de determinada concentração urbana, ao nível, essencialmente, da oferta de equipamentos e serviços.
- Geralmente, resultam soluções articuladas em termos formais, no interior de cada unidade, apesar da grande diversidade tipo-morfológica.
- Permite, no diálogo entre técnicos, uma gestão mais eficaz das necessidades de cada unidade e da sua articulação com a estrutura pré-existente.
- Substitui-se, na medida do possível, aos instrumentos de planeamento mais efectivos, compensando a sua ausência.
- E aproxima-se, de algum modo, de uma perspectiva mais consciente do mercado.

Contudo, observa-se pouca articulação entre as diferentes iniciativas de loteamento, e falta uma definição de frentes de urbanização prioritárias, que permita otimizar as redes de infra-estruturas existentes e controlar a necessidade de investimento nesta área. Observam-se, essencialmente, três fenómenos:

- Uma falta de articulação com as redes de infra-estruturas, em particular no domínio da estrutura viária, na compreensão das hierarquias da rede, construindo, muitas vezes, pontos de congestionamento ou descontinuidade.
- A quase ausência de preocupação no que respeita ao espaço público e à sua articulação com a leitura mais abrangente de uma rede.

- A definição de uma excessiva pressão urbana sobre áreas de génese menos recente, que por isso obedecem a padrões urbanos diferentes.

Estes fenómenos, que se observam um pouco por toda área de influência deste aglomerado, ganham mais relevância no centro urbano de V. N. de Famalicão e, em particular, nas áreas contíguas ao tecido mais consolidado. Observam-se aqui bolsas urbanas, fragilmente apoiadas nas estradas nacionais e municipais, onde é possível identificar e individualizar cada unidade de intervenção. A lógica de composição destes aglomerados é imposta por cada intervenção individualmente, pelo seu cadastro, pela solução tipo-morfológica apresentada, pelo programa proposto ou pela dimensão do seu investimento.

Resulta um tecido sem uma lógica orgânica clara, de densidades variáveis, com soluções formais e tipológicas muito diversificadas. Com o pequeno loteamento industrial, convivem empreendimentos habitacionais, construindo uma estrutura densa, geralmente deficitária em termos de comércio e serviços. Estes fenómenos agravam a articulação entre estas bolsas de urbanização, e destas com o tecido consolidado.

Substitui-se, por outro lado, um modelo assente numa urbanização de baixa densidade, pela introdução de uma pressão urbana, sobre aglomerações já por si mal articuladas com a rede viária principal, sem introduzir uma rede de espaços públicos e ecológica que a suporte.

A pluralidade de modelos de assentamento urbano observada coloca em frágil equilíbrio o processo de urbanização e a estrutura ecológica. Este fenómeno é agravado pelo crescimento da pressão urbana sobre estruturas de baixa densidade, comprometendo, assim, as potencialidades do seu modelo de assentamento.

Este conjunto de fenómenos coloca em evidência a importância do processo de gestão do território. Mas não exclui a necessidade de avançar com iniciativas de planeamento pontuais, com grande nível de operatividade. Estes procedimentos, sendo de iniciativa municipal, permitiriam, a partir de uma leitura mais abrangente, consolidar a estrutura urbana e incentivar eixos preferenciais de desenvolvimento.

### ***O Bloco Isolado – generalização do programa habitacional colectivo***

Como já foi referido o bloco isolado tem hoje um papel menor neste processo de transformação do território. No entanto continua a ter alguma relevância no mecanismo de fixação das pequenas e médias indústrias, em particular das ligadas ao Sector dos Têxteis, Vestuário e Calçado, ainda mal integrado nos processos de concentração industrial. Este fenómeno fragiliza a gestão dos processos de fixação industrial, permitindo a concentração de unidades em pontos do território mal preparados para este acréscimo de pressão urbana, reflectindo-se no funcionamento das redes de infra-estruturas e na gestão da estrutura ecológica. Esta realidade é agravada pela capacidade que estas unidades industriais revelam em fixar residência de proximidade.

Outro factor que contribui para este fenómeno é a tendente generalização do programa habitacional colectivo. Este fenómeno, que se pode observar na totalidade da área de influência do centro urbano de V.



N. de Famalicão, não resulta num processo de densificação urbana que permita consolidar determinadas bolsas de urbanização, mas numa fixação indiscriminada que coloca, em diversas situações, problemas de integração, criando pontos de ruptura com a estrutura urbana pré-existente.

Contudo, no caso das áreas que observam um processo de consolidação urbana, a fixação do bloco habitacional multifamiliar de média e grande dimensão poderá ter consequências positivas. Isto permitiria, através do usufruto das respectivas áreas de cedência e da circunscrição das zonas objecto de investimento público, estabelecer espaços de referência e fixar, de forma mais articulada, as funções complementares à actividade produtiva e à função residencial.

## 4.2. Estrutura Verde

Neste patamar trabalhamos com dois fenómenos:

- A própria natureza do modelo difuso, matriz da estrutura urbana actual, e o seu método expansivo que coloca em tensão o processo de urbanização e a gestão equilibrada dos recursos naturais.
- E a particularidade dos mecanismos operativos, descritos anteriormente, que se processam sobre o centro urbano de V. N. de Famalicão, colocando em causa a existência de espaço público ou o seu funcionamento eficaz, e introduzindo pressão sobre a estrutura ecológica com elevados índices de impermeabilização dos solos.

Neste último ponto devemos distinguir duas realidades: o tecido consolidado e as áreas de dispersão concentrada contíguas a este.

### *Tecido Consolidado*

No primeiro espaço esta gestão é mais integrada, não só pelo facto do seu tecido oferecer uma orgânica mais clara, que facilita a definição dos princípios de intervenção, mas também por existir maior sensibilidade em relação ao valor de referência desta área, do seu património, e à importância da sua requalificação urbana. Neste sentido, do ponto de vista do investimento privado denota-se a preocupação em integrar as intervenções na rede de espaços colectivos, acrescentando-lhe, por vezes, áreas complementares, sugerindo estas como elementos de valorização dos empreendimentos.

No âmbito do tecido consolidado ganha particular importância o papel do investimento público e as parcerias entre este e o investimento privado. Este volume de investimento traduz-se em iniciativas de requalificação urbana do espaço público, em áreas de referência do aglomerado, ou na construção dos parques verdes urbanos, resultantes da transformação de áreas agrícolas abandonadas, algumas delas correspondentes a quintas inseridas no próprio tecido consolidado.



Neste contexto surgem o “Parque Juventude” e o “Parque de Sinçães”. Estas são áreas, complementares ao processo de urbanização, de extrema relevância e surgem associadas a um efeito de concentração de equipamentos que lhes confere um papel central enquanto espaços de relação.

Como já foi referido, o “Parque de Sinçães” insere-se na lógica do Eixo Norte/Sul proposta nos inícios da década de 90. O conjunto de espaços

verdes aí definido ultrapassa um princípio de consolidação da rede de espaços colectivos. O sentido de desenvolvimento é proposto através do desenho de uma estrutura ecológica apoiada no “parque verde urbano” como tipologia preferencial para a definição de um modelo de cidade. Esta proposta mantém-se, ainda, em grande medida, por concretizar.

### ***Tecidos Contíguos***

Se no tecido consolidado o investimento na construção de uma rede de espaços colectivos tem permitido reforçar o papel deste na afirmação do centro urbano, nas áreas contíguas observou-se, ao longo das três últimas décadas, um nível de investimento deficitário e, de forma mais preocupante, uma dificuldade em entender a importância do equilíbrio ecológico destes aglomerados, por um lado, e da sua integração urbana, por outro.

Este processo de integração poderá passar essencialmente por duas abordagens:

- Fixar espaços verdes públicos que assumam um papel de referência no interior de cada unidade territorial (esta abordagem resultará da iniciativa pública ou de parcerias público/privado).
- Iniciativas privadas de integração dos corredores de espaço verde agrícola e florestais intercalares numa lógica de complementaridade à estrutura urbana, adoptando novas tipologias. Por exemplo, atribuindo a estes espaços um valor de uso colectivo, com actividades inseridas numa lógica de valorização ambiental.

Neste último ponto tem particular relevância as unidades de paisagem. Estes são elementos a preservar, não só pelo seu papel no equilíbrio do eco sistema, mas também porque apresentam um valor paisagístico caracterizador do território e inserem uma dimensão de identidade. Nas áreas contíguas ao centro urbano identificamos espaços que desempenham este papel, como o vale da Pindela, a norte do centro urbano, cuja património arquitectónico e paisagístico da “Quinta da Pindela” está em fase de classificação pelo IPPAR, os vales do rio Pelhe, onde se insere grande parte da rede de espaços verdes urbanos prevista para a cidade, e o vale da Ribeira do Gerém, mais a nascente, a Quinta de Sistães ou o Monte de Santa Catarina, a poente.

Outro fenómeno que opera de forma negativa sobre as áreas contíguas ao tecido consolidado é o processo de densificação da estrutura urbana. Este, que poderia contribuir para a consolidação destes tecidos, fomenta uma pressão indiscriminada, promovendo pontos de ruptura no conjunto. Sensível a este problema, o recente “Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação” vem especificar alguns parâmetros, como os índices de impermeabilização do solo admissíveis ou índices de implantação global das edificações propostas, que podem contribuir para compensar alguma falta de controlo e regulamentação sobre estes fenómenos. Permanece, contudo, alguma dificuldade em assumir um papel mais activo, que defina princípios específicos e áreas de intervenção prioritárias, no sentido de condicionar o fenómeno urbano e de aportar modelos de intervenção resultantes de uma visão mais abrangente.

Se a pressão exercida sobre estas áreas de dispersão concentrada introduz uma sobrecarga nas redes de infra-estruturas, em particular na viária onde a orgânica da rede e a morfologia dos arruamentos nem sempre são as mais adequadas, permite, por outro lado, sustentar e rentabilizar o investimento na rede de infra-estruturas de saneamento. Este é um problema de extrema relevância num concelho onde, em 2001, apenas 34,1% da sua população tinha acesso à rede de saneamento. Mas é também um problema que persiste em alguns pontos do centro urbano.

Este efeito de dispersão concentrada e de densificação das áreas contíguas ao tecido consolidado poderá viabilizar, por outro lado, uma requalificação das redes de transportes públicos locais existentes que, articuladas com o transporte individual (de extrema relevância) e as redes de transporte público de nível inter-regional, permita uma gestão mais eficaz da cidade e da sua afirmação no contexto do sistema urbano.

Em conclusão, não se pode, perante o modelo existente, encarar o papel da estrutura verde na perspectiva clássica da oposição entre edificado e espaço verde urbano ou entre urbano e rural. As redes ecológica e agrícola são hoje encaradas como partes integrantes da cidade. As unidades de maior relevância destas redes participam hoje na construção de um sistema onde estas se compatibilizam com determinadas funções urbanas. Estes podem ser elementos estruturantes num modelo como o do Médio Ave. Nesse sentido também o centro urbano de V. N. de Famalicão deve procurar uma complementaridade entre a definição de áreas de espaço verde urbano, em articulação com o Tecido Consolidado, e o evidenciar de estruturas ecológicas como elementos de referência no contexto da Cidade Alargada.

### **4.3. A Zona Central.**

Nas últimas décadas, Vila Nova de Famalicão foi palco de intervenções que vieram consolidar a malha urbana existente. A imagem dos quarteirões em que o seu interior era votado à actividade agrícola, ou ocupado por armazéns, oficinas ou pequenas indústrias, tem vindo a ser progressivamente substituída pela fixação de galerias comerciais que, apesar de não requalificarem o seu interior, estabelecem percursos de atravessamento, promovendo os fluxos urbanos. Os quarteirões onde o espaço existente é significativo, absorvem outras funções com carácter público. Exemplo disso é a zona de Cadafal.

A zona de Cadafal foi prevista desde o “Plano Parcial de Urbanização a Nascente da Zona Desportiva e de Ensino”, na primeira metade da década de 70, como um espaço verde público. Uma vez mais, o espaço disponível consistia numa quinta, confinante com os logradouros dos prédios que estabeleciam a frente urbana da Praça D. Maria II, com as escolas existentes a poente, e com a zona desportiva a sul. A viabilidade da construção deste parque urbano passava pela aquisição do terreno, cuja localização lhe imputava um elevado valor, levando a autarquia a optar pela definição de capacidades construtivas que permitisse a cedência da área necessária. Assim, e com base no referido plano da autoria do Arq.º Lúcio Miranda, surgem no fim da década de 70 os edifícios multifamiliares que hoje confrontam o parque a nascente e norte e que servem de fachada às traseiras das construções confinantes com a Praça D. Maria II e a Rua de Santo António. Dois terrenos ficam ainda disponíveis, a norte e poente do parque urbano, iniciando-se a sua urbanização apenas nos finais da década de 90.

O parque urbano que se pretendia, e que só veio a ser concretizado nessa década, o “Parque da Juventude”, tornou-se desde logo um centro da vida urbana da cidade. Caracterizado por espaços amplos relvados, com equipamentos de apoio para actividades desportivas e de lazer, e tendo adjacentes escolas que abrangem os diversos ciclos de ensino, este parque foi adoptado pelas camadas mais jovens como espaço privilegiado de vivência, depressa promovendo o aparecimento de comércio de apoio. O logradouro dos edifícios que o envolvem constituem parte do espaço de acesso público, e parte da implantação do parque acolhe áreas para estacionamento subterrâneo.

A consolidação deste espaço, que inicialmente se encontrava intrincado entre logradouros de frentes urbanas e traseiras de escolas, assumiu uma importância vital para a cidade, definindo uma centralidade que até então era apenas protagonizada pelos espaços tradicionais da malha urbana mais antiga.

Na procura de requalificar e reabilitar os espaços existentes da cidade, o poder local optou, nos últimos anos, por políticas de intervenção sobre o espaço público, à imagem do ocorrido em algumas cidades portu-

guesas que observam investimentos, inseridos em programas de financiamento especiais ou decorrentes da realização de grandes eventos. A filosofia subjacente a estas intervenções vai de encontro a uma determinada escola que se terá afirmado em Barcelona nos anos 80 e que se evidencia, não só, nas soluções formais e construtivas adoptadas, mas também na valorização das diversas vivências urbanas, consolidando a rede de espaços públicos, clarificando os fluxos pedonais e os espaços de relação,



e disciplinando os fluxos rodoviários. Estas intervenções, para além de procurarem a melhoria da qualidade dos espaços de referência da cidade, promovem a vivência urbana e toda a economia subjacente.

Nesta filosofia sofreram já intervenções diversas praças como a Silvério de Freitas ou a 9 de Abril. A primeira, localizada em Mões, a norte do núcleo principal, no interior de um loteamento que teve o traço do Arq.º Lúcio Miranda, constitui-se como a praça cívica do bairro, e espaço de vivência e lazer. A segunda praça, localiza-se no “coração” da malha urbana e representa um dos espaços mais antigos do aglomerado, a eixo da Rua Direita. Aqui trata-se, essencialmente, da requalificação de um espaço de referência de maior relevância para a área central.

No interior do quarteirão do “Complexo das Lameiras”, com características condominiais, mas de uso público, a operação de requalificação passou pela implantação de um campo de jogos, espaços verdes e lúdicos, que promovem, uma vez mais, actividades colectivas características deste tipo de espaços. Esta intervenção poderá inserir-se numa política de reabilitação social, uma vez que incide sobre um complexo habitacional para classes sociais mais baixas. Acresce, assim, ao potencial de localização deste complexo, fora de qualquer filosofia de segregação urbana, a introdução de valências que valorizam a ocupação dos tempos livres, por parte das camadas etárias mais jovens, e promovem a vivência colectiva. Neste contexto encontramos alguns ensaios um pouco por toda a Europa e em algumas cidades sul-americanas, que poderão evidenciar também no domínio da requalificação urbana um papel de relevância no apoio às políticas sociais. Este tipo de filosofia não é, de resto, no contexto V. N. de Famalicão, exclusiva do “Complexo da Lameiras”, tem vindo a ser implementada em outros pontos do concelho como, por exemplo, no complexo de Lousado, a sul do centro urbano.

#### **4.4. Áreas de Expansão.**

A década de 80 marca a necessidade de um maior crescimento de Vila Nova de Famalicão. O investimento privado apresenta-se como instigador de um crescimento periférico, e fomentador da dispersão que se verifica posteriormente nestas áreas, reforçando, de algum modo, uma lógica já observada neste território. Parte das áreas de expansão definidas no plano de 78 e no PDM de 94, ou nos estudos que foram sendo realizados, apresentaram-se ocupadas sem uma filosofia que sustentasse o seu crescimento.

Enquadrada neste cenário encontra-se a zona do Covelo, localizada na freguesia de Calendário, a sudoeste do núcleo mais antigo.

As primeiras perspectivas para a ocupação do espaço agrícola a poente da linha de caminho-de-ferro apresentavam uma área residencial, vocacionada para a habitação unifamiliar, constituindo espaços que se aproximavam da filosofia do condomínio fechado, apoiado pelo pequeno comércio. Surgiram, assim, loteamentos de habitação em banda, que compreendiam espaços verdes e de equipamentos interiores, para onde

se voltavam os logradouros destas habitações. Estes espaços, embora de usufruto colectivo e domínio público, enquadram-se mais na filosofia de espaço condominial ou vivência de bairro, usufruída pelos habitantes próximos. Estas habitações foram ocupadas pela classe média, que se via, assim, a escassos minutos do centro da cidade, e na aspirada vivenda com logradouro.

Durante e após a ocupação destes loteamentos, assistiu-se ao descontrole da intenção inicial consequente da pressão imobiliária para que fossem aumentados os índices de construção, num espaço onde as infra-estruturas eram escassas. Surgem loteamentos multifamiliares que agravam drasticamente a densidade habitacional, sem promoverem os espaços verdes e de lazer necessários.

Observa-se um investimento deficitário em equipamentos, que se resume à construção de alguns campos de jogos. Desenha-se, assim, uma zona de expansão de carácter monofuncional.

Em acelerado crescimento, encontra-se a zona a nascente do núcleo consolidado, na freguesia de Antas. Definido como um grande espaço verde, integrado na estrutura ecológica da cidade, a Devesa funcionou desde cedo como uma barreira ao crescimento da cidade neste sentido, que se agravava pela presença da Av. General Humberto Delgado. Este factor preservou toda a área nascente até aos finais da década de 90, quando se ocupou esta área com loteamentos de habitação unifamiliar, na sua maioria em banda, uma vez mais sem que se salvaguardasse a existência das infra-estruturas necessárias. Perante o polvilhar deste tipo de empreendimentos, assentes no mesmo sistema viário que anteriormente servia este espaço, o cenário que hoje se apresenta, ainda que em continua mutação, é de uma nova zona de concentração urbana, com dificuldades de acessibilidade e onde a existência de percursos ou de espaço público, foi progressivamente comprometida. Os espaços de logradouro oferecem, na generalidade dos casos, dimensões exíguas, e o verde urbano resume-se ao pontuar de árvores em algumas das novas artérias.

A substituição de uma ocupação periurbana, apoiada na lógica do espaço verde de uso privado, por uma lógica de ocupação urbana, não foi compensada por uma estrutura de espaço público que qualifique e imprima coerência funcional a esta área de expansão. Este fenómeno deve-se fundamentalmente à falta de um planeamento efectivo e ao resultado de um somatório de intervenções isoladas no tempo e no espaço.

O Estudo Urbanístico do Eixo Norte-Sul, realizado no início da década de 90, assim como as intenções de expansão na zona norte da cidade, já apontadas no plano de 78, serviram de base para o preferencial desenvolvimento norte-sul do aglomerado. O Estudo do Eixo Norte-Sul propõe a implantação, ao longo da EN 14, de edifícios multifamiliares que se abrem para o parque aqui previsto (parte constituinte da estrutura verde urbana planeada).

O Tribunal, que remata esta urbanização, insere-se na lógica de transposição de equipamentos dos centros urbanos para as áreas peri-urbanas. A cedência dos terrenos para a sua execução servirá de contrapartida para a realização de parte do empreendimento previsto.

Vila Nova de Famalicão preserva, ainda, duas grandes bolsas de expansão, com relações visuais muito fortes entre elas e a cidade, e capazes de absorver um crescimento do aglomerado num prazo estimado de uma década.

A área da Devesa, apresenta-se desde há aproximadamente quatro décadas como espaço preferencial para a localização daquele que será o grande parque urbano, parte significativa da estrutura verde ecológica planeada, e que liga o actual Parque de Sinções, mais a norte, ao espaço da feira, ainda por tratar como espaço verde. O seu significado entende-se não só pela apetência como espaço verde e de lazer, mas também como uma unidade de paisagem a nascente da cidade.

Esta área preserva um carácter agrícola, com uma encosta ocupada por uma mancha arbórea signifi-

cativa, e um vale atravessado pelo Rio Pelhe, que a demarca do núcleo urbano consolidado. As tentativas de concretização do espaço verde urbano pretendido surgem apenas no fim da década de 90, quando se alinham os primeiros estudos para o local e se promove o início do Plano de Urbanização da Devesa. O grande obstáculo encontrado prende-se com o seu financiamento. Para a resolução desta questão é promovido o diálogo entre o proprietário e o poder local, procurando que os terrenos necessários à concretização do parque verde urbano resultem de uma compensação à urbanização da encosta nascente, que obriga a uma alteração ao PDM. Neste contexto, encontra-se hoje elaborado um primeiro “Cenário Urbanístico” que intervém numa área próxima dos 65 ha.

Uma das principais questões que fica, ainda, por resolver é a relação que este espaço deverá estabelecer com a já citada área de dispersão concentrada, a nascente da Devesa, também na freguesia de Antas.

A principal preocupação nesta intervenção parece ser a de construir cidade, de modo a que o Parque não surja de forma marginal à malha urbana, mas integrado na rede de espaços públicos. Sabendo que o actual estudo aponta para um acréscimo de cerca de 700 fogos em toda a intervenção, merece particular cuidado o funcionamento da rede viária, a necessidade de conferir capacidade aos equipamentos existentes e a promover e o impacto urbanístico das edificações a propor. O eficaz planeamento deste espaço, equilibrando o seu crescimento para que não se observem carências nos diferentes níveis, poderá promover a construção de uma malha urbana qualificada, apartando-se assim dos exemplos existentes nas novas áreas de expansão, e evitando que, também, o seu rápido crescimento não resulte em áreas monofuncionais, completamente deslocada da realidade do tecido consolidado e da cidade emergente, ou de medíocre qualidade de vida.

Este espaço, que se elege como futuro cenário da cidade e onde será integrado o “Parque Verde Urbano”, apresenta-se com potencialidades que poderão vir a promover e aglomerado num futuro próximo, quer procurando um urbanismo de excepção, quer afirmando a proposta arquitectónica de um parque fundamental para a consolidação de toda a estrutura ecológica da cidade.

A segunda “bolsa” de expansão a nascente corresponde à zona de Regadas. Esta localiza-se a norte da zona da Devesa, adjacente à EN 206 (Vila Nova de Famalicão – Guimarães), e desenvolve-se ao longo de uma encosta virada a sul. Sendo parte integrante do Plano de Urbanização da Zona Norte (cuja elaboração foi suspensa), esta área apresenta-se como uma área de expansão privilegiada, quer pela sua excelente exposição, quer pela franca proximidade aos espaços de centralidade. Também aqui, à imagem do que se referiu na área de expansão da Devesa, observa-se a preocupação em construir cidade, imprimindo-lhe pluri-





funcionalidade e assegurando as necessidades ao nível dos equipamentos e da rede de espaços públicos articulada. Para tal é fundamental assegurar a continuidade com a malha urbana pré-existente, em particular com os equipamentos (a escola secundária, a biblioteca ou o lar de idosos).

O potencial que esta zona deste logo apresenta, levou a que a área onde já se encontrava infra-estruturado um loteamento para construções multifamiliares, fosse absorvida pela implantação de uma grande superfície (Jumbo-Auchan), que veio deste modo usufruir das acessibilidades existentes e que hoje assinala uma das entradas da cidade. Pelas sinergias urbanas que este tipo de estrutura hoje promove poderá observar-se um efeito de condicionamento sobre as propostas de ocupação.

A área de expansão de Regadas representa assim, juntamente com a zona da Devesa, um forte potencial de expansão e de absorção do crescimento da cidade para além da próxima década, que, perante as características que apresentam, deverão resultar num tecido urbano qualificado.

O centro urbano de Vila Nova de Famalicão apresenta hoje, no seu conjunto, uma capacidade de expansão suficiente para as suas necessidades de crescimento a médio prazo. Neste panorama, as áreas da Devesa e Regadas apresentam-se como espaços a colmatar dentro do perímetro urbano definido, as áreas do Covelo e Antas obrigam-se a uma requalificação e consolidação em moldes que lhes imprimam a qualidade urbana necessária, e as zonas de expansão a norte assumirão a promoção do preferencial desenvolvimento norte-sul do aglomerado urbano. Torna-se claro que faltam cumprir áreas como Regadas, Devesa e Zona Norte pelo potencial de continuidade em relação ao centro urbano. Contudo é fundamental uma intervenção de planeamento abrangente, que integre e articule estas áreas de expansão. Devem-se entender estes espaços, que cresceram, inicialmente, segundo uma lógica de baixa densidade, como próprios da cidade e com ela integrados.

## **4.5. Efeitos de Polarização**

### **4.5.1 O papel da zona central**

Vila Nova de Famalicão desenvolveu-se, a partir da década de 70, assente numa estrutura de equipamentos fundamentais para a orgânica da cidade. A definição de uma área afecta a esta função, através do Plano de Urbanização da Zona Desportiva e de Ensino, estruturou e promoveu o desenvolvimento de um aglomerado que absorve, a partir dessa data, serviços e comércio que lhe imputam o forte crescimento verificado. A área central da cidade vê-se assim objecto de um alargamento que reforça a sua posição de referência em relação à urbanização difusa.

Os equipamentos que se implantam no centro urbano promovem e qualificam-no como um pólo de educação e cultura. A implantação da pequena indústria é relegada para as áreas de dispersão urbana ou para os espaços industriais.

Contudo, o facto de existirem três aglomerados, classificados como vilas, no concelho, atenua parte do efeito de polarização que a cidade teria no concelho, como sucede em Braga ou Barcelos. As vilas assumem uma importância fundamental na absorção do crescimento demográfico verificado, remetendo para a cidade de Vila Nova de Famalicão o comércio e, essencialmente, os serviços, que atribuem protagonismo ao sector terciário.

A fixação de determinadas funções direccionais concede ao centro urbano a possibilidade de fixar diferentes populações e ocupações. Neste contexto encontra-se o CESPU (Escola Superior de Saúde do Vale do Ave) ou o pólo da Universidade Lusíada, ambas as instituições geradoras de economias próprias e impulsionadoras da fixação de quadros técnicos no concelho.

A implementação do CITEVE (Centro de Investigação Têxtil do Vale do Ave), trouxe a Vila Nova de Famalicão, uma valência de suma importância para um sector que, durante décadas, sustentou a economia da sub-região do Médio Ave. Paralelamente, a ADRAVE, instituição fundamentalmente vocacionada para a promoção nacional da actividade industrial e económica da região do Vale do Ave, confere igualmente protagonismo à cidade de V. N. de Famalicão.

Integrados, também, no contexto das funções que poderão promover um efeito de polarização do centro urbano, encontram-se as grandes superfícies, que complementadas com um pequeno comércio, que funcione em rede, geram dinâmicas urbanas fomentadoras de desenvolvimento.

Os equipamentos culturais e de lazer, para além de servirem o concelho nas suas funções, têm o papel fundamental de o projectar a nível regional e nacional. Este fenómeno tem-se verificado com a Casa das Artes, detentora de um programa de eventos artísticos constante, fundamentalmente no campo da música, teatro e dança, que projecta a cidade de Vila Nova de Famalicão, especialmente ao nível da cidade-região do Porto. Este protagonismo poderá também vir a ser assumido pelo proposto Centro de Estudos do Surrealismo, edifício que se prevê albergar o acervo de artistas como Mário Cezarini ou Carlos Seixas, constituindo-se como o primeiro centro com estas características, na Península Ibérica.

No quadro dos equipamentos de lazer com características e potencial para se promover para além dos limites do concelho, insere-se o futuro parque urbano da cidade, na Devesa, que assimilando outro tipo de equipamentos poderá projectar-se à escala regional.

À importância do cenário hoje encontrado em V. N. de Famalicão, contrapõe-se o facto da cidade se ter confrontado sempre com dificuldades em afirmar-se como centro urbano, consequência da importância que outros aglomerados do concelho, agora vilas, cedo assumiram, do modelo de urbanização dispersa da própria região e da proximidade a Braga, Guimarães e Porto.

#### **4.5.2 Iniciativas de concentração industrial**

A importância que a actividade industrial assumiu, desde muito cedo, no Médio Ave, marcou os processos de ocupação deste território. A tomada de consciência de que a dispersão verificada impedia a infra-estruturação necessária, levou a que em 1978, o Plano Geral de Urbanização apresente uma primeira proposta de concentração industrial. O plano do Arq.º Lúcio Miranda previa que, na freguesia de Vilarinho das Cambas, adjacente à EN 14, entre os aglomerados de V. N. de Famalicão e Trofa, fosse previsto e infra-estruturado um loteamento destinado a indústria, com uma área de 50 ha, onde se poderiam instalar as actividades industriais que apresentassem maior incompatibilidade com as áreas habitacionais e agrícolas. A escolha da sua localização fundamenta-se na importância da EN 14, principal eixo de ligação com o Porto. Deste modo, inicia-se a implantação do actual maior e mais importante espaço industrial existente no concelho de Vila Nova de Famalicão: a “Zona Industrial de Senhor dos Perdões”, contígua ao centro urbano.

Perante a adesão verificada ao espaço industrial definido, e como reforço da política anteriormente seguida, o PDM de 94 reforça a intenção de concen-



tração, ampliando a área industrial para os 371 ha. A promoção das necessárias infra-estruturas, a construção da auto-estrada entre Braga e Porto e, em seguida do nó que estabelece a ligação a Guimarães, traz uma acessibilidade que projecta esta área a nível regional.

As actividades, definidas para os espaços industriais, fixadoras de emprego e produtoras de relações e de polarizações, funcionam como agentes principais na conformação da nova territorialidade urbana.

Deste modo, da definição das zonas industriais, pelo PDM, como espaços de expansão, resultam principalmente duas: o espaço industrial de São, na freguesia de Ribeirão, e o espaço industrial do Senhor dos Perdões.

Num primeiro momento, a ocupação destes espaços resulta do tradicional modelo de localização industrial, favorecendo a proximidade ao aglomerado urbano consolidado e tirando proveito das infra-estruturas existentes. Observa-se a apropriação dos espaços, não só por indústrias, mas por actividades associadas ao transporte, armazenamento e reparação, sem que se verifique a implantação dos equipamentos e serviços de apoio.

Na “Zona Industrial de Senhor dos Perdões” a ocupação inicial passou pela implantação do matadouro, verificando-se mais recentemente empreendimentos de grande dimensão, destinados a indústria e armazenagem.

O recente aparecimento de diferentes políticas de ocupação e localização de actividades nestes espaços levou à implantação de parques ou zonas económicas, como por exemplo a Zona Industrial de Vila do Conde ou o Parque Empresarial de Fontiscos, em Santo Tirso. Estes parques, articulados com novas áreas habitacionais, caracterizam-se pela localização em espaços com excelente acessibilidade e bem infra-estruturados. A sua filosofia é a de promover a complementaridade funcional, articulando, em particular, a indústria, o comércio e os serviços, associados a uma forte política de promoção de atractividade económica e de criação de emprego, gerindo-se por sociedades de capitais mistos.

Apesar de nenhuma zona industrial seguir, na sua génese, este novo modelo, existem iniciativas privadas que vêem no sentido de transformar áreas da “Zona Industrial do Senhor dos Perdões” num centro económico com as características referidas. Estes investimentos usufruem das acessibilidades, das infra-estruturas e do contexto urbano em que se inserem, procurando uma projecção regional.

O efeito de centralidade complementar ao centro urbano, que promove um empreendimento com esta dimensão, poderá fomentar, a curto e médio prazo, a densificação dos espaços intercalares, desenhando, a uma escala mais abrangente, um tecido contínuo, entre o centro urbano de V. N. de Famalicão e a cidade da Trofa, reforçando-se, assim, o preferencial sentido de crescimento no sentido norte-sul.

Se o desenho deste tecido contínuo permite, num funcionamento em rede, o reforço do papel de cada umas destas aglomerações, poderá, por outro lado, contribuir para a desaceleração do processo de consolidação do centro urbano de V. N. de Famalicão.

#### **4.5.3. As Infra-estruturas de Mobilidade.**

V. N. de Famalicão beneficia do seu enquadramento geográfico. Ocupa, por um lado, o eixo de relação entre Braga e a Área Metropolitana do Porto, participando do processo de afirmação destas duas aglomerações, e estabelece o contacto entre a sub-região do Médio Ave e os municípios do litoral norte.

Esta leitura é transposta e confirmada pelo desenho da rede viária estruturante. A A2, peça viária que estabelece a relação Porto/Braga/Valença, define dois pontos de conexão, a norte (Cruz) e a sul (Calendário) do centro urbano, reforçando este sentido de desenvolvimento.

A A7 corresponde ao segundo eixo de relação (Médio Ave – Faixa Litoral). Para além de se poder afirmar, a longo ou a médio prazo, como a peça de consolidação de um segundo anel à Área Metropolitana do Porto, esta artéria assumirá, a curto prazo, um papel na estruturação do território do Médio Ave, densificando e fluindo relações e aprofundando polaridades.

O cruzamento entre estas duas peças estruturantes desenha, a sul do centro urbano, um ponto que já assume um efeito de polarização de extrema relevância. Interessará observar se este ponto de inter-conexão vai promover um processo de catálise urbana concordante com a centralidade de V. N. de Famalicão ou produzir outro tipo de efeito.

A presença deste elemento poderá corresponder a um efeito de deslocação do centro de gravidade desta aglomeração urbana. Este fenómeno já se verifica, de certo modo, com a pressão urbanística sobre as freguesias que medeiam o nó de inter-conexão e o centro urbano, e com o crescente investimento na Zona Industrial do Senhor dos Perdões.

Sabemos que as vias rápidas tendem a favorecer um processo de dispersão concentrada, exponenciando o fenómeno urbano, contudo não participam dos mecanismos de articulação e consolidação da estrutura urbana numa leitura de micro-escala.

Prevê-se, portanto, que as dinâmicas produzidas pelo cruzamento destas duas artérias estruturantes, mais do que promoverem um reforço do tecido consolidado, ou o desenvolvimento das áreas de dispersão concentrada, poderão fomentar o aparecimento de mais aglomerações de baixa densidade desarticuladas do centro urbano.

Outra peça viária que introduzirá certamente transformações na orgânica do centro urbano é a recente “Variante Nascente”. Mais do que atenuar a pressão urbana sobre o tecido consolidado, argumento frequentemente invocado para justificar o investimento neste tipo de peça viária, esta “variante” poderá ter, acima de tudo, uma função estruturante sobre os espaços de aglomeração contíguos. Os pontos de inter-conexão com a rede secundária (como a: EN 14 – Porto/V. N. de Famalicão; EN 204 – V. N. de Famalicão/Santo Tirso; EM 573 – V. N. de Famalicão/Ceide; EN 206 – V. N. de Famalicão/Guimarães; e EN 14 – V. N. de Famalicão/Braga) reforçam o nível de acessibilidade destas aglomerações, fomentando a articulação entre os seus diferentes pontos. Este incremento e efeito de fruição das relações promove-as e qualifica-as, fomentando, no entanto, uma pressão urbanística sobre estas aglomerações que resultará num efeito de consolidação do seu tecido urbano ou na introdução continuada de um processo de densificação indiscriminado. Tudo dependerá do modelo de gestão/planeamento adoptado, e da compreensão do papel destas aglomerações no desenvolvimento do centro urbano de V. N. de Famalicão.

O incremento dos níveis de acessibilidade resultante da introdução da “Variante” poderá contribuir, ainda, para o reforço das artérias de nível intermédio como eixos preferenciais de desenvolvimento urbano. Este tipo de artéria, que é também responsável pelo modelo de dispersão do Médio Ave, sustenta o desenho de extensos cordões urbanos. Estes são suportes de grande parte das dinâmicas urbanas e correspondem a outro modelo de dispersão concentrada.

A afirmação destes eixos, dos quais se destacam as estradas nacionais que saem em direcção à Póvoa de Varzim, a Guimarães ou à Trofa (Porto), poderá constituir um modelo de desenvolvimento eficaz, que se afasta do modelo de alastramento da edificação, por um lado, e do processo de densificação urbana, por outro, ambos penalizadores do equilíbrio ambiental e factores de incremento do investimento público nas redes de infra-estruturas. Este modelo de desenvolvimento, a generalizar à totalidade do território do Médio Ave, poderá ter mesmo um efeito de consolidação do centro urbano, ao reforçar os eixos de articulação entre este e a sua área de influência.

## 5. Dinâmicas Territoriais.

O enquadramento geográfico descrito anteriormente coloca o centro urbano de V. N. de Famalicão e as aglomerações contíguas a este numa posição privilegiada no contexto do sistema urbano. O investimento

público que se observou nestes últimos anos, em particular no sector das redes de infra-estruturas de mobilidade com a construção do sistema de vias rápidas (auto-estradas e variantes) ou a reestruturação do modelo de serviço prestado pela linha ferroviária Porto/Braga, assim como a fixação ou manutenção de valências de carácter direccional como sejam os pólos universitários (a Universidade Lusíada e a Escola Superior de Saúde do Vale do Ave), o Hospital Distrital, os serviços de apoio à actividade produtiva e empresarial, como o Centro Tecnológico da Indústria Têxtil e de Vestuário de Portugal (CITEVE) ou a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave (ADRAVE), a Casa das Artes, cuja programação cultural assume um papel de relevância no conjunto do território Litoral Norte, estruturas museológicas e de investigação como o Museu da Indústria Têxtil do Vale do Ave ou a Fundação Cupertino de Miranda (detentora de um dos maiores espólios nacionais de arte do surrealismo), contribuem para a afirmação regional deste centro urbano.

Esta afirmação observar-se-á, desde logo, no quadro da Conurbação não Metropolitana do Médio Ave. O contínuo que se estende desde o centro urbano de V. N. de Famalicão até ao recentemente criado município da Trofa assume-se hoje como uma das cabeças deste sistema. Esta leitura será reforçada com a extensão do Metro do Porto até à Trofa e com a recente abertura do troço da A7 que liga V. N. de Famalicão (e o Médio Ave) à faixa litoral.

Este reforço da articulação da cidade de V. N. de Famalicão com este conjunto de aglomerações, num novo quadro de relações urbanas, poderá, contudo, concorrer directamente com a sua afirmação enquanto centralidade urbana.

Definem-se, assim, dois fenómenos de polaridade complementares entre os centros urbanos de V. N. de Famalicão e Guimarães como pontos de referência desta conurbação.



Pensamos que este fenómeno de bipolarização será compatível com o necessário reforço das polaridades de nível intermédio (Vizela, Pevidém, Joane, Riba d' Ave...) e com um quadro de complementaridade de funções no interior do sistema urbano, assim como reforçará a hierarquia da rede.

O funcionamento em rede favorece economias de escala e, quando devidamente articulada, oferece claros benefícios na gestão do sistema e na redução do volume de investimentos. Deste ponto de vista é fundamental a articulação entre os diferentes poderes locais ou a delegação de competências numa entidade, com um suporte legal eficaz que equacione estratégias e permita a gestão dos diferentes interesses.

Permanecem dúvidas em relação à capacidade da Comunidade Urbana do Baixo Minho (ou Área Metropolitana, dependendo da tipologia adoptada), na qual se poderá inserir V. N. de Famalicão, em desempenhar este papel. Desde logo pela abrangência do seu mapa administrativo, inserindo realidades bastantes díspares e nem sempre complementares, onde a Conurbação do Médio Ave corresponde a um modelo urbano muito particular.

Interessará observar se as competências e instrumentos disponíveis permitirão uma gestão e planeamento eficazes dos fenómenos urbanos que directa ou indirectamente influem no processo de desenvolvimento.

Outro ponto de discussão consiste no equacionar do papel da Conurbação do Médio Ave, e em particular do centro urbano de V. N. de Famalicão, no quadro da Cidade Região do Porto, entidade que podemos circunscrever a todo o Litoral Norte que se estende desde Aveiro até Viana do Castelo.

Num contexto em que o Médio Ave contribui com cerca de 10% do total da população desta Cidade Região, as suas maiores centralidades poderão assumir um papel de extrema relevância nas dinâmicas aqui criadas. Por corresponder a um organismo ainda em aberto, entendemos que o desenvolvimento desta Cidade Região poderá resultar de dois modos: na definição de uma estrutura onde ganham evidência determinadas concentrações urbanas, que se ofereçam como alternativa ao efeito polarizador da AMP, fenómeno que nos parece particularmente difícil, atendendo aos modelos urbanos que suportam as restantes aglomerações (observamos aqui o caso particular de V. N. de Famalicão); ou no reforço do papel de estruturas urbanas de média dimensão, desenhando um sistema onde a complementaridade e/ou especialização de cada unidade confira uma relação de equilíbrio a todo o conjunto. Neste sentido já identificamos algumas valências e um enquadramento geográfico que inserem o centro urbano de V. N. de Famalicão neste quadro de referências e que lhe conferem um papel de relevância na construção e consolidação deste sistema.

## 6. Considerações Finais.

O modelo difuso, que terá condicionado também, durante longo tempo, o desenvolvimento do centro urbano de V. N. de Famalicão, e o seu fenómeno expansivo, tem colocado em tensão o processo de urbanização e a gestão equilibrada dos recursos naturais.

Tem-se observado uma fase de transição deste modelo para um princípio de policentrismo, indiciando-se efeitos de intensa e directa articulação entre as diferentes unidades do território que, observando densidades diversas, tendem para a constituição de centralidades mais abrangentes, como é o caso do eixo V. N. de Famalicão / Trofa.

O reforço do papel do centro urbano de V. N. de Famalicão, no contexto das dinâmicas que aqui se desenham, e da sua afirmação enquanto entidade capaz de oferecer um grau de complementaridade e de especialização a todo este sistema urbano, dependerá, em parte, da sua capacidade de afirmação interna enquanto estrutura de referência no conjunto da sub-região em que se insere. Para tal será fundamental, de igual modo, a sua consolidação, do ponto de vista urbanístico, enquanto entidade única e caracterizável. Entendemos que este princípio deverá pautar toda a actividade urbanística que se desenvolverá nos próximos anos. Na efectivação deste princípio desempenhará um papel fundamental tanto o investimento público como o investimento privado.

O princípio da diversificação da oferta observado no mercado imobiliário tem contribuído, no entanto, para a urbanização indiscriminada do território. Este fenómeno reflecte-se, de forma clara, no próprio centro urbano de V. N. de Famalicão, onde temos assistido a um processo de diversificação tipo-morfológica que tem contribuído para promover a urbanização em áreas bastante diferenciadas, comprometendo a correcta articulação da estrutura urbana e distanciando esta de uma leitura global, clarificadora de mecanismos de integração.

Observam-se, contudo, iniciativas, no contexto do investimento privado, que concorrem para este processo de valorização e consolidação do centro urbano, como por exemplo: o papel desempenhado pelos processos de loteamento, que têm, em alguns casos, permitido construir espaços formal e funcionalmente

mais integrados e suportando, em parte, o processo de infra-estruturação do território; ou a localização das estruturas com função direccional, resultantes de investimentos privados, como é o caso das grandes superfícies comerciais, que se têm fixado de forma contígua ao núcleo consolidado e nos eixos de conexão com as áreas de dispersão concentrada periférica, podendo concorrer, não só para o reforço da dotação funcional da cidade, mas também resultar como factor de polarização, reforçando a articulação entre estes dois tecidos urbanos.

O papel do investimento privado deveria ser alargado, de igual modo, a outras áreas. Seria útil, por exemplo, o incremento das parcerias público/privado no que diz respeito aos transportes colectivos, requalificando a oferta e estabelecendo corredores preferenciais a estruturar, que permitam articular o transporte privado (fundamental no contexto deste modelo urbano) com o colectivo. Esta iniciativa poderia, não só permitir uma melhor articulação funcional no interior do centro urbano, como promover eixos de concentração. Reforçar-se-iam as dinâmicas urbanas e contribuir-se-ia para uma mais eficaz gestão dos investimentos públicos na construção de um território que ofereça patamares mínimos de infra-estruturação.

Neste processo de afirmação e consolidação do centro urbano de V. N. de Famalicão torna-se ainda mais evidente o papel do investimento público. O investimento em equipamentos observado, por parte dos poderes central e local, poderá contribuir, não só para a sua consolidação urbana, mas permitirá, de igual modo, reforçar a sua função estruturadora em relação à urbanização difusa contígua.

Como já vimos, têm-se observado iniciativas de requalificação urbana, promovidas pelo poder local. Estas políticas apostam na promoção do centro como espaço de referência do aglomerado urbano, que pode traduzir um re-centrar sobre a cidade.

Entendemos, no entanto, que estas iniciativas devem ser complementadas com outras da mesma natureza, mas que incidam sobre as áreas de expansão definindo e evidenciando zonas preferenciais de desenvolvimento, aportando mais valias, em particular no que diz respeito aos espaços de uso colectivo de nível local e/ou regional.

Existe frequentemente uma desarticulação entre os grandes investimentos do Estado Central, em sectores de extrema relevância para a criação de dinâmicas urbanas e de uma correcta infra-estruturação do território, e o exercício de planeamento desenvolvido, em particular, ao nível do poder local. Esta realidade traduz-se na dificuldade em regular ou obstaculizar um desenvolvimento expansivo da estrutura urbana, criando clivagens entre o desenvolvimento urbano e os princípios constantes dos PDM's, comprometendo a eficácia destes. Por outro lado, os próprios PDM's desenvolvidos na década de 90 inserem em si alguns princípios que comprometeram a sua operatividade, privilegiando as dinâmicas próprias do fenómeno urbano.

O PDM elaborado em 1994 foi encontrar um território marcado por uma extensa e descontínua ocupação urbana que dissuadiu políticas de regulação mais rígidas, optando-se, pelo contrário, pela promoção deste modelo, com todas as consequências positivas e negativas que este apresenta. Um exemplo concreto será o peso relativo das "Áreas Urbanas", que favorece um processo expansivo da malha urbana, comprometendo a sua correcta infra-estruturação e a qualidade do edificado. A sua consequência mais evidente reflecte-se na ruptura introduzida nas redes de infra-estruturas de mobilidade e de saneamento básico ou na crescente tensão entre o processo de urbanização e os sistemas biofísicos.

Mas a estes problemas, que se observam essencialmente em estruturas urbanas como a de V. N. de Famalicão, acrescem outros, que se reflectem um pouco por todo o território nacional, como sejam: a falta de um planeamento mais operativo e, em alguns casos, a falta de iniciativas de concertação entre os diversos agentes urbanísticos (públicos e privados), que impedem a definição de áreas de intervenção prioritárias e um processo de regulação mais efectivo que permita requalificar e dotar de valências o bem colectivo que é a cidade.

Nem sempre se torna evidente, no quadro do PDM actual, a interpretação dos seus objectivos fundamentais. Mais do que um simples ajuste nas políticas urbanas, revela-se fundamental, na actual revisão do PDM, determinar ou clarificar modelos e conceitos gerais de ocupação urbana, resultantes duma perspectiva global, e não de pontos de vista isolados e parciais. Deve-se estabelecer uma síntese sobre o que se pretende da estrutura urbana, e que esta se reflecta de forma evidente nas soluções finais. O modelo de dispersão, observado na globalidade do concelho, parece esgotado. Por outro lado, torna-se fundamental contrariar o processo indiscriminado de densificação das áreas de dispersão concentrada. Ambos os modelos têm operado profundas rupturas na estrutura urbana que se tornam cada vez mais difíceis de gerir.

Dever-se-ia desenvolver uma abordagem em que a leitura dominante se centre sobre as áreas florestais e agrícolas, não interpretando estas como o resultante de vazios urbanos, mas promovendo um centrar das políticas urbanas na gestão destes dois sistemas.

Deve-se, para isso, articular as já referidas políticas de carácter intensivo, intervindo de forma efectiva em pontos-chave do aglomerado urbano, com políticas de carácter extensivo, definindo “eixos” preferenciais de desenvolvimento como áreas de suporte e referência do conjunto do território: consolidando as redes de infra-estruturas, em particular as de saneamento e de mobilidade, clarificando e dando ênfase aos sistemas ecológicos como elementos de equilíbrio e qualificação urbana; e atendendo aos efeitos de reestruturação dos sistemas de mobilidade observados nos últimos anos, particularmente no contexto do sistema de vias estruturantes. Estes efeitos far-se-ão sentir essencialmente a sul do centro urbano, abrindo grandes expectativas sobre o papel que aquelas freguesias desempenharão no seu desenvolvimento.

Observa-se ainda uma forte dicotomia entre cidade, relativamente consolidada, e as suas áreas de expansão, deficitárias em termos de desenho e qualidade urbanas. Esta realidade resulta, em grande medida, da ausência de um planeamento urbano efectivo nestas áreas. À excepção do Plano do Eixo Norte/Sul, que insere em si um conceito global de intervenção com um potencial estruturador ao nível do conjunto do centro urbano, toda a restante actividade de planeamento incide sobre a área central, referência de todo o aglomerado e por isso mais sensível a investimentos e iniciativas de carácter público.

O processo de crescimento da urbanização de baixa densidade, com grande mistura de usos e tipologias conduziu a um elevado défice de infra-estruturação. É ainda este o modelo predominante na estrutura urbana.

Devem-se apostar em políticas que contrariem este processo de desenvolvimento, e que favoreçam, neste quadro, modelos de dispersão concentrada. Para tal deve-se intervir nestes espaços e geri-lo articulando uma leitura de micro-escala, mais comprometida com os instrumentos de planeamento urbano, com um conceito mais abrangente de estruturação deste território do “urbano”.

Este é um processo contínuo e permanente, de fundamental importância para a consolidação da cidade de V. N. de Famalicão enquanto verdadeiro centro urbano.

## Bibliografia.

- AAVV. “modelo territorial e intervento nella regione del Médio Ave”, revista Urbanística, Milão n.º 101, Dezembro de 1990.
- AAVV. 1994. “Ropeiro Toponímico da Cidade de Vila Nova de Famalicão”, C. M. de V. N. de Famalicão, 1.ª edição, V. N. de Famalicão, 1994.
- AAVV. 1995. “Plano Estratégico do Sistema Urbano do Vale do Ave”, Associação dos Municípios do Vale do Ave, Junho de 1995.
- AAVV. 1996. “La Ciudad dispersa – suburbanización y nuevas periferias”, ed. Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona, 1.ª edição, 1998, Barcelona.



- AAVV. 1999. "Regulamento de Salvaguarda e Revitalização da Área Central da Cidade de Vila Nova de Famalicão", edição CMF/DUH – Departamento de Urbanismo e Habitação, 1.ª edição, 1999.
- AAVV. 2001. "Censos 2001 – resultados definitivos – Norte", ed. INE.
- AAVV. 2003. "Políticas Urbanas – Tendências, estratégias e oportunidades", Fundação Calouste Gulbenkian, 1.ª edição, 2003.
- ASCHER, François. 1995. "Metapolis – Acerca do futuro da Cidade", Celta Editora, 1.ª edição (portuguesa), Oeiras, 1998.
- AYMONINO, Carlo. 1975. "O significado das Cidades", Coleção Dimensões, Editorial Presença Lda, 1.ª edição (portuguesa), Lisboa, 1984.
- Carvalho, Jorge. 2003. "Ordenar a Cidade", Quarteto, 1.ª edição, Coimbra, 2003.
- CHOAY, Françoise. 1965. "L'urbanisme – utopie et réalités – une antologie", Edition du Seuil, Paris, 1999.
- COSTA, Artur Sá da. 2001. "Equipamentos Culturais – Prioridade de uma Geração", C. M. Famalicão – Museu Bernardino Machado, 1.ª edição, V. N. de Famalicão, 2001.
- DOMINGUES, Álvaro. 2000. "Os novos mapas das cidades", in ECDJ 4, pág. 86-91, e?d?arq, Coimbra 2001.
- FRAMPTON, Kenneth. 1981. "História Crítica da Arquitectura Moderna", Editorial Gustavo Gili S. A., 7.ª edição, Barcelona, 1994.
- GRASSI, Giorgio. 1979. "L'Architettura come mestiere e altri scritti", ed. Franco Angeli, 7.ª edição, Milão, 1995.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia. 1992. "Morfologia urbana e desenho da Cidade", Ed. Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Lisboa, 1992.
- LEMOS, Clara; CORAIS, Filipa. 2001. "Braga- Cidade e Democracia – 25 anos Depois", Fundação da Juventude – Ordem dos Arquitectos, edição policopiada, Porto, 2001.
- LOBO, Margarida Sousa. 1993. "Planos de Urbanização – A Época de Duarte Pacheco", FAUP Publicações, 2.ª edição, Porto, 1995.
- LOSA, Arménio. 1971. "Memória Descritiva do plano Parcial de Urbanização da Zona Oriental", Vila Nova de Famalicão, 1971.
- LOURO, Rui. 1992. "Memória Descritiva do Estudo do Eixo Norte-Sul", V. N. de Famalicão, 1992.
- LYNCH, Kevin. 1960. "A Imagem da Cidade", Edições 70, Lda, Lisboa, 1996.
- MIRANDA, Lúcio. 1978. "Memória Descritiva do Plano Geral de Urbanização – 1.ª fase", V. N. de Famalicão, 1978.
- MIRANDA, Lúcio. 1982. "Memória Descritiva do Plano de Pormenor de Mões", V. N. de Famalicão, 1982.
- MUNFORD, Lewis. 1961. "A Cidade na História – suas origens, transformações e perspectivas", Ed. Martins Fontes, 4.ª edição, São Paulo, 1998.
- PEDRO, Fernando Figueira. 2002. "A Condição Urbana – Uma Leitura da Evolução do Território a partir do Médio Ave", Universidade de Coimbra – Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologias, edição policopiada, Fevereiro de 2002.
- PORTAS, Nuno. 1969. "A Cidade como Arquitectura", ed. Livros Horizonte, 1.ª edição, Lisboa, 1969.
- PORTAS, Nuno. 1986. "Modelo territorial e intervenção no Médio Ave", in Sociedade e Território, 5, Porto, 1986.
- PORTAS, Nuno.; SÁ, Manuel Fernandes de. 1986. "O planeamento Urbanístico numa área de urbanização difusa – o Medo Ave", Boletim Municipal, n.º8, Vila Nova de Famalicão, 1988.
- ROSSI, Aldo. 1966. "La Arquitectura de la Ciudad", Editorial Gustavo Gili S.A., 7.ª edição, Barcelona, 1986.
- SÁ, Manuel Fernandes de. 1986. "O Médio Ave – novas políticas municipais", ESBAP, Porto, 1986.
- SALGUEIRO, Teresa Barata. 1992. "A Cidade em Portugal – geografia urbana", Cidade em Questão/8, Edições Afrontamento, 1.ª edição, Porto, 1992.
- SICA, Paolo. 1978. "História del urbanismo – el siglo XX", ed. Instituto de estudos de Administración Local, 2.ª edição, Madrid, 1981.
- SOLÁ-MORALES, Ignasi de. 1995. "Diferencias. Topografía de la arquitectura contemporánea.", Editorial Gustavo Gili S. A., 1.ª edição, Barcelona, 1995.

The background is a light beige color with abstract, dark brown geometric shapes on the left side, resembling architectural elements or a stylized figure. A large, dark brown number '5' is positioned in the lower right quadrant. The text 'Informação Cultural' is centered in the middle of the page.

# Informação Cultural



**A “NOVA” CASA DE CAMILO** – Em 1 de Junho de 2005, Famalicão passou a ter mais um equipamento cultural de dimensão nacional e internacional. Trata-se do Centro de Estudos Camilianos, uma unidade de investigação da obra de Camilo Castelo Branco, projectada pelo arquitecto Siza Vieira e construída pela Câmara Municipal, que ali investiu 3,6 milhões de euros. Um investimento cujo retorno se traduz em mais um pólo cultural com grande visibilidade fora de Famalicão, dadas as iniciativas de relevância



nacional e até internacional que têm sido promovidas ao longo dos primeiros meses de actividade. Já passaram por S. Miguel de Seide exposições do pintor Júlio Pomar e caricaturas do ilustrador André Carrilho, assim como vários nomes da cultura portuguesa, tais como o historiador José Hermano Saraiva, o maestro António Vitorino D’Almeida e os escritores Manuel Jorge Marmelo e Paulo Kellerman, para além da própria ministra da Cultura, Isabel Pires de Lima, que inaugurou o centro de estudos, e do advogado José Miguel Júdice, que ali participou no evento “Um Livro, Um Filme”. Construído em frente à Casa-Museu de Camilo, o Centro de Estudos Camilianos contempla diversas valências, entre as quais um auditório com 140 lugares, um átrio polivalente, uma biblioteca camiliana, uma sala de exposições, depósitos para o acervo camiliano, gabinetes de trabalho e uma cafetaria com esplanada. Segundo a ministra da Cultura, a obra resultou de **“uma feliz e proficua articulação da Câmara Municipal de Famalicão, vivaz e desenvolvimentista, com o Ministério da Cultura”**, que apoiou o investimento através do Plano Operacional da Cultura. **“Com as novas valências disponíveis no Centro de Estudos Camilianos, podemos afirmar que temos em Famalicão a Casa de Camilo para o século XXI, dotada de condições físicas e tecnológicas de vanguarda que os investigadores da obra camiliana há muito procuravam”**, afirma, por seu turno, o presidente da Câmara, Armindo Costa, para quem, o novo centro de estudos, **“para além de espaço de cultura, de defesa e estudo da língua portuguesa, Seide assume-se também como um importante pólo turístico que projecta o município de Famalicão em Portugal e no mundo.”** Siza Vieira, por seu turno, destacou o facto de **“tudo ter corrido bem”**, ao contrário do que é normal em grandes projectos desta natureza, e prometeu empenhar-se na segunda fase do projecto, que contempla a remodelação do centro cívico de S. Miguel de Seide, onde se destacam a Casa-Museu de Camilo e a igreja paroquial da freguesia, assim como a estrada municipal que atravessa a freguesia. **“Vamos pôr o mesmo empenho e entusiasmo na segunda fase deste projecto de defesa e valorização deste conjunto arquitectónico e patrimonial camiliano de Seide”**, adiantou Armindo Costa. [2006]

**FAMALICÃO, TERRA COM HISTÓRIA** – O Congresso Histórico “Vila Nova de Famalicão, Terra com História”, um dos pontos altos das comemorações dos 800 anos do Foral de D. Sancho I, que decorreu nos dias 1 e 2 de Julho de 2005, no Centro de Estudos Camilianos, em S. Miguel de Seide, contou com a presença de alguns dos mais conceituados historiadores portugueses e com a participação de cerca de 200 pessoas. O congresso foi uma das vitórias das comemorações municipais dos 800 anos da atribuição do Foral de D. Sancho I, dos 170 anos de fundação do concelho e dos 20 anos da elevação a cidade. **“Se outras razões não houvesse – e outras existem – é caso para dizer que, só a reflexão e os estudos históricos que as comemorações dos 800 anos de Famalicão possibilitaram atesta a justeza de decisão da Câmara Municipal em promover as celebrações”**, disse o presidente da Câmara, Armindo Costa.



Para o professor José Viriato Capela, coordenador científico do congresso, as comemorações dos 800 anos em geral e o congresso histórico em particular foram mesmo **“um acto de inteligência e civismo”** por parte da Câmara Municipal. O momento alto do congresso aconteceu quando o professor José Hermano Saraiva usou da palavra para mostrar aos presentes que Famalicão é uma “Terra com História”. Falando para um auditório cheio, no Centro de Estudos Camilianos, José Hermano

Saraiva, no seu jeito muito peculiar, ofereceu uma interessante, atraente e pluridisciplinar aula de História sobre Famalicão, abordando desde a lenda sobre o Famaleão, até **“à grande cidade que hoje olha corajosamente para o futuro”**, passando pelos tempos em que as terras de Vila Nova se transformaram no “Casino do Minho” e pela época em que os famalicenses “torna-viagem” trouxeram do Brasil riqueza para a cidade. O professor José Hermano Saraiva não escondeu a sua satisfação e agradecimento por lhe terem dado a possibilidade de dar uma conferência no novo Centro de Estudos Camilianos. **“Rejubilome e dou os parabéns a mim próprio por usar da palavra nesta casa inédita no país: uma grande casa, feita por um grande arquitecto, para celebrar um grande escritor. Se a alma de Camilo pudesse escutar estas palavras, ele próprio diria: obrigado meus irmãos, obrigado!”**, disse. [01-07-2005]

**HOMENAGEM AOS FUNDADORES DO CONCELHO** – O ano de 2005 ficou marcado pelo reencontro de Vila Nova de Famalicão e dos Famalicenses com a sua história. Por iniciativa da Câmara Municipal, foram assinalados os 800 anos da atribuição do Foral de D. Sancho I a terras de Vila Nova, os 170 anos da criação



do concelho e os 20 anos da elevação da vila de Famalicão a cidade. Foi um ano memorável, repleto de iniciativas e actividades. Mobilizaram-se as crianças e os jovens das escolas, editaram-se livros, multiplicaram-se os eventos culturais e os espectáculos eruditos e também populares. Tudo para homenagear os antepassados que criaram e moldaram a nossa terra. “Perante três datas de grande simbolismo para a nossa comunidade, conseguimos, ao longo de 2005, assinalar devidamente o

desenvolvimento e afirmação de Vila Nova de Famalicão na região, no país e no mundo”, frisou o presidente da autarquia, Armindo Costa. Uma das grandes manifestações públicas em homenagem ao passado, aconteceu no dia 28 de Setembro de 2005, com a inauguração, na Praça Álvaro Marques, em frente aos Paços do Concelho, de um monumento de homenagem aos sete famalicenses que, há 170 anos, fundaram o município. **“É um monumento que embeleza e enriquece este jardim, representa a união dos famalicenses e expressa a nossa gratidão e o nosso reconhecimento a todos os que trabalharam e trabalham em favor de Famalicão. Está no jardim dos Paços do Concelho, porque esta é a praça da municipalidade”**, disse, emocionado, Armindo Costa. [28-09-2005]

**CAMILO CONSAGRA LIVRO DE JORGE MARMELO** – O escritor Manuel Jorge Marmelo foi distinguido com o Grande Prémio de Conto Camilo Castelo Branco Camilo 2004 pelo seu livro de contos “O Silêncio de um Homem Só”. No valor pecuniário de cinco mil euros, o prémio literário resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e a Associação Portuguesa de Escritores (APE). Segundo o presidente da autarquia, Armindo Costa, o prémio entregue a Jorge Marmelo **“galardoa o trabalho literário de um jovem autor, que constitui um exemplo para todos os jovens, pelo modo empenhado e talentoso como tem desenvolvido a sua carreira, no jornalismo e na literatura”**. A propósito, o presidente da APE, José Manuel Mendes, considerou que a atribuição do Prémio Camilo já constitui **“um dos momentos culturalmente mais relevantes no plano de actividades da vida pública portuguesa”**. O Centro de Estudos Camilianos – a nova casa de Camilo Castelo Branco projectada pelo arquitecto Álvaro Siza Vieira –, foi, pela primeira vez, palco da entrega deste prémio literário. Nascido no Porto, em 1971, Manuel Jorge



Marmelo, já publicou, desde 1996, um total de 14 títulos, desde contos, romances e textos para peças de teatro. Mas, para além da literatura, Jorge Marmelo dedica-se também ao jornalismo, sendo jornalista do “Público” desde a sua fundação, em 1989, onde começou como estagiário na secção desportiva. Lembrando um conhecido poema da autoria de Fernando Pessoa, Manuel Jorge Marmelo referiu que **“os livros são apenas papéis pintados com tinta e os meus não aspiram a ser mais do que isso”**. Mas acrescentou: **“Se, porém, alguma ou algumas das desprezíveis histórias que estão escritas no livro que este prémio distinguiu puderem fazer sorrir ou meditar aqueles que eventualmente as leiam; se algum dos seus leitores se sentir tocado e puder dizer, no fim de ler, que algum destes contos o tocou, lhe modificou o dia para melhor – então já terei cumprido, não o meu dever, mas apenas a função, um tanto mágica, de que estão encarregues os artesãos das letras.”** [03-12-2005]

**FAMALICÃO E GALIZA UNIDOS PELAS LETRAS** – Rosalía de Castro, considerada a fundadora da literatura galega moderna, e Camilo Castelo Branco, um dos maiores vultos da literatura nacional, estão, desde Dezembro de 2005, unidos pelos laços de um acordo de geminação cultural, celebrado no Centro de Estudos Camilianos, entre a Câmara de Famalicão, através da Casa Museu Camilo Castelo Branco, e a Fundação Rosalía de Castro, de Padrón. Depois De o município de Famalicão se ter deslocado até Padrón, na Galiza, para celebrar o protocolo de geminação em galego, foi a vez da Fundação Rosalía de Castro



nos dois lados da fronteira, das regiões do Norte de Portugal e da Galiza”, salientou Armindo Costa. Por sua vez, a presidente da Fundação Rosalía de Castro, Helena Villar Janeiro, disse ser “**uma honra e uma responsabilidade**” a celebração desta união com Camilo Castelo Branco. A responsável, que aproveitou a oportunidade para enaltecer o trabalho cultural e pedagógico desenvolvido pela Casa de Camilo, disse mesmo que “**a Fundação Rosalía de Castro tem muito a aprender com o Centro de Estudos Camilianos**”. [Dezembro de 2005]

**WWW.VILANOVADEFAMALICAO.ORG** – O sítio oficial da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, em [www.vilanovadefamalicao.org](http://www.vilanovadefamalicao.org), regista a terceira melhor presença na Internet entre as autarquias do país com mais de cem mil eleitores, sendo a autarquia do distrito de Braga “com melhores práticas” através da sua página na rede mundial de computadores.



conhecer a Casa onde Camilo escreveu algumas das páginas mais românticas da literatura portuguesa, e “**reafirmar a vontade e o empenho do trabalho em conjunto e da partilha de iniciativas**”, como referiu, na altura, Armindo Costa. “**As personalidades de Rosalía de Castro e de Camilo Castelo Branco são a argamassa e a razão de ser deste nosso encontro e do mútuo compromisso que assumimos em promover e divulgar as suas obras e os seus museus,**

Estes dados são revelados por um estudo elaborado para a Agência para a Sociedade do Conhecimento por investigadores do Laboratório de Estudo e Desenvolvimento da Sociedade de Informação da Universidade do Minho e do Centro de Investigação e Estudos em Sociologia (ISCTE), com o objectivo de avaliar a presença na Internet das câmaras municipais portuguesas. No grupo das autarquias de “muito grande dimensão”, ou seja, com mais de cem mil eleitores, o resultado global do estudo indica que a Câmara Municipal

de Famalicão é a terceira do país com melhores práticas na presença na Internet, atrás dos municípios de Lisboa e Porto e à frente dos municípios de Braga e Vila Nova de Gaia. O estudo avalia ainda o índice de maturidade dos diversos sítios municipais na Internet, sendo a página do município de Famalicão considerada a melhor do distrito de Braga. Ao nível das melhores práticas na disponibilização de formulários para “download”, igualmente nas autarquias de “muito grande dimensão”, a Câmara de Famalicão aparece em terceiro lugar, ficando atrás dos municípios do Porto e Coimbra. No “ranking” das 259 autarquias do país com página na Internet, a Câmara de Famalicão foi classificada em 14º lugar. [Junho de 2005]

**O PRIMEIRO LIVRO EM PORTUGUÊS** – “O Pacto de Gomes Pais e Ramiro Pais”, considerado o primeiro documento escrito em língua portuguesa, foi apresentado no Congresso Histórico “Vila Nova de Famalicão

– Terra com História”, pelo professor da Universidade de Santiago de Compostela, José António Souto. O documento, que foi assinado pelos dois irmãos, na freguesia de Arnoso Santa Maria, em meados do século XIII, é, de acordo com o catedrático espanhol, **“o primeiro texto escrito em galaico-português de que há conhecimento”**. “O Pacto de Gomes Pais e Ramiro Pais” integra a colecção “Oito séculos”, editada pela Câmara Municipal de Famalicão, no âmbito das comemorações dos 800 anos da atribuição do Foral de D. Sancho I, dos 170 anos de fundação do concelho e dos 20 anos da elevação a cidade. [02-07-2005]



**CICLO DE CONFERÊNCIAS SOBRE AS LUTAS ACADÉMICAS** – Os movimentos e as greves académicas que marcaram a sociedade portuguesa, ao longo dos séculos XIX e XX, dão o mote para mais um ciclo de conferências organizado pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, através do Museu Bernardino Machado. A iniciativa, intitulada “As Lutas Académicas e Estudantis – Do Liberalismo ao Estado Novo” decorre até 2008, contando com a participação de alguns dos melhores e mais conceituados especialistas nesta questão. Para o presidente da Câmara Municipal, Armindo Costa, o tema deste ciclo de conferências **“é um filão ainda inexplorado, que desperta o país para este assunto de grande relevância da sociedade portuguesa, mobilizando a comunidade estudantil e académica e a opinião pública nacional”**. Lembrando que, também ele participou nas lutas académicas dos anos 60, Armindo Costa refere que estes episódios da vida social portuguesa **“são, afinal, um sinal de todos os tempos e não podem ser vistos como acontecimentos isolados, fruto da irreverência estudantil”**. Pelo contrário, **“são expressões de uma consciência dos problemas do país, de uma vontade em transformar e melhorar, quer o ensino, quer a própria sociedade portuguesa”**. [Janeiro de 2006]



**AGENDA CULTURAL RENOVADA** – A Agenda Cultural de Vila Nova de Famalicão, editada pela Câmara Municipal, foi alvo de uma renovação ao nível da organização dos conteúdos e de uma mudança gráfica. A edição relativa ao mês de Janeiro de 2006 apresenta como grande novidade o facto de ser muito mais fácil a consulta dos eventos culturais que ocorrem no município, pois passou a ser seguido um critério cronológico ao longo dos dias do mês, e não temático, como acontecia até agora. A Agenda Cultural, que veio substituir o anterior Guia de Eventos, reúne em cerca de 30 páginas as principais iniciativas culturais, que decorrem ao longo do mês no concelho, quer sejam de iniciativa municipal ou de outras organizações locais. O destaque, naturalmente, vai para as iniciativas promovidas nos equipamentos culturais do município, tais como a Casa das Artes, o Centro de Estudos Camilianos, a Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, os museus, entre outros. Com o objectivo de tornar mais acessível e prática a consulta dos eventos, a Agenda





podendo ser consultada no portal do município no endereço [www.vilanovadefamalicao.org](http://www.vilanovadefamalicao.org).

**PORTAL DA MEMÓRIA FAMILICENSE** – A Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão lançou na Internet um portal exclusivamente dedicado aos espaços museológicos. Alojado no endereço



Cultural – que regista uma tiragem de 7500 exemplares e cuja distribuição é gratuita – apresenta-se em forma de diário, facilitando a sua comunicação e a promoção das iniciativas. As sugestões, críticas ou simplesmente a divulgação de iniciativas culturais, no concelho, devem ser enviadas para o seguinte e-mail: [agendacultural@cm-vnfamalicao.pt](mailto:agendacultural@cm-vnfamalicao.pt). É

igualmente para este endereço electrónico que devem ser enviadas todas as informações, até ao dia 15 de cada mês. A Agenda Cultural de Vila Nova de Famalicão tem uma versão digital,

[www.patrimoniodefamalicao.org](http://www.patrimoniodefamalicao.org), o portal da memória familicense “é uma aposta ganha na divulgação e salvaguarda da nossa herança cultural”, como destaca o presidente da Câmara, Armindo Costa. O projecto, que é inovador em termos autárquicos, faz parte do programa educativo “Viagens pelo Património Cultural”, uma iniciativa promovida pelos pelouros da Educação e Cultura, que visa fomentar o contacto das crianças e dos jovens com os espaços museológicos do concelho. Este programa serve um universo de 93

escolas, desde o ensino básico ao ensino secundário, que são frequentadas por um total de 20 mil alunos. Através do portal, o município apresenta os principais espaços museológicos do concelho, desde logo a Casa-Museu de Camilo Castelo Branco e o Museu Bernardino Machado, dois espaços que integram a Rede Portuguesa de Museus. Para além das novidades relacionadas com o desenvolvimento do programa “Viagens pelo Património Cultural”, o portal do Património de Famalicão leva ainda os internautas ao contacto com o Museu da Indústria Têxtil, a Estação Arqueológica de Perrelos (Delães), a Casa-Museu Soledade Malvar, o Museu da Fundação Cupertino de Miranda e o Museu dos Caminhos de Ferro de Lousado. [Março de 2006]



**MARIA BARROSO ELOGIA POLÍTICA CULTURAL** – As actrizes Maria Barroso e Graça Lobo, a escritora Teolinda Gersão e o jornalista Artur Agostinho foram quatro das figuras da cultura portuguesa homenageadas com a Pena de Ouro de Camilo, no Famafest’2006, que

decorreu entre 28 de Abril e 6 de Maio, na Casa das Artes e na Biblioteca Municipal. Maria Barroso, esposa do antigo Presidente da República, Mário Soares, deixou grandes elogios à política cultural do município e à organização do Famafest referindo mesmo que considera **“a realização deste festival e a actividade cultural do município extremamente importantes para o país”**. E acrescentou: **“Famalicão tem uma dinâmica muito importante, principalmente porque esta é uma forma de estimular os nossos jovens para a vida cívica e cultural do país”**. [Maio de 2006]

#### **MUSEU DA INDÚSTRIA TÊXTIL AMPLIADO –**

O Município de Famalicão inaugurou de uma nova ala do Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave, em Calendário. A nova área, que veio ampliar o actual espaço do museu, permitiu a instalação de um renovado centro de documentação, uma sala de reservas e uma sala de exposições temporárias. Abre-se, desta forma, um novo serviço ao público, facultando-lhe documentação organizada de arquivos de empresas, que ao longo dos anos o museu foi inventariando, ampliando-se, assim, as valências do museu, dotando-o de um instrumento de apoio à investigação e ao estudo desta indústria. [Abril de 2006]



**CASA DAS ARTES COM NOVO DIRECTOR –** Álvaro Santos, ex-coordenador das actividades culturais do Município, foi nomeado director da Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão, tendo iniciado funções em 1 de Maio último, substituindo Paulo Brandão, que foi contratado como programador do Teatro Circo, de Braga.

**“É mais uma aposta de futuro, mantendo-se o objectivo estratégico da Câmara de Famalicão de ter na Casa das Artes um pólo cultural de referência nacional e europeia”**, referiu, a propósito, o presidente da edilidade, Armindo Costa. Consciente do **“enorme desafio”** que tem pela frente, Álvaro Santos espera conseguir **“corresponder da melhor maneira possível”**. Com 33 anos, o novo director da Casa das Artes, que é natural de Ribeirão, é licenciado em Ensino Básico, na variante de Educação Musical, pela Escola Superior Jean Piaget, e com o Bacharelato em Música pelo Conservatório Calouste Gulbenkian. Paulo Brandão agradeceu a Armindo Costa **“todo o apoio”** dado ao seu trabalho na direcção da Casa das Artes. **“O sucesso da Casa das Artes não poderia existir sem o apoio de um autarca desta natureza”**. Sublinhando que Armindo Costa sempre lhe deu **“toda a liberdade e confiança para escolher a programação”**, Paulo Brandão aproveitou ainda para agradecer **“a colaboração da equipa da Casa das Artes e de toda a estrutura municipal”**. [Maio de 2006]



**FESTIVAL NACIONAL DE DOÇARIA CONVENTUAL –** Todos os anos, em meados do mês de Maio, a Alameda do Mosteiro de Landim transforma-se no local mais doce de Portugal, com a presença de doceiros oriundos de todo o país, naquele que já é considerado um dos mais prestigiados festivais nacionais. Muitos



dos doces vendidos no Festival Nacional de Doçaria Conventual e Tradicional de Famalicão tiveram a sua génese nos conventos, constituindo um património da cultura gastronómica portuguesa que a Câmara Municipal de Famalicão pretende divulgar e preservar. Este evento reflecte ainda uma aposta da autarquia numa política de promoção da gastronomia e do turismo cultural, que valoriza aquilo que Famalicão tem de bom, reunindo alguns dos melhores doceiros nacionais. **[Maio de 2006]**

**PRÉMIO DE CONTO 2005 PARA PAULO KELLERMAN** – Paulo Kellerman, “**um escritor quase no início de carreira**”, ganhou o Prémio de Conto Camilo Castelo Branco 2005, pelo seu pequeno livro com 13 contos sobre a vida urbana na actualidade, sob o título “Gastar Palavras”. No concurso participaram um total de 23 escritores, entre eles, alguns consagrados, como Manuel Alegre, Rui Zink e Hélia Correia. O prémio da



Associação Portuguesa de Escritores (APE), no valor pecuniário de cinco mil euros, resulta de uma parceria entre esta instituição e a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, que já dura há 15 anos. “**São quinze anos de Prémios de Conto Camilo Castelo Branco. São quinze anos de cooperação com a Associação Portuguesa de Escritores. Eis uma parceria de que muito nos orgulhamos, da qual o Município de Famalicão e a Casa de Camilo têm retirado muito proveito. E**

**pensamos que poderá continuar a trazer mútuos benefícios às duas instituições**”, referiu, a propósito, o presidente da Câmara Municipal, Armindo Costa. Ao ganhar o Prémio de Conto 2005, Paulo Kellerman entra numa galeria de quinze premiados, ao lado dos maiores vultos da literatura portuguesa contemporânea. **[03-06-2006]**

**GRANDES CLÁSSICOS DO BALLET INTERNACIONAL** – “O Lago dos Cisnes”, “A Bela Adormecida”,



“Giselle” e “O Quebra Nozes” foram as peças de ballet que passaram pela Casa das Artes de Vila Nova de Famalicão, entre 2005 e 2006, no âmbito do ciclo “Clássicos do Bailado Internacional”. A iniciativa, que trouxe a Famalicão algumas das melhores companhias de ballet do mundo, como o Ballet Estatal do Palácio da Música de Kiev, o Ballet do Teatro Hermitage de São Petersburgo, o Ballet Nacional da Moldávia e o Ballet Clássico Estatal de Kiev, arrebatoou por completo o público da

Casa das Artes. Com lotação esgotada em todos os espectáculos, os clássicos do ballet internacional conquistaram novos públicos, despertando-lhes a curiosidade para a música, a literatura e a história subjacentes aos bailados. [2005-2006]

**GENTES DA TERRA, DE PORTUGAL E DO MUNDO** – A Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão acaba de dar à estampa o livro “Gentes da Terra”, editado pela “Quasi Edições” e coordenado pelo director do Departamento de Cultura da autarquia famalicense, Artur Sá da Costa. A obra surge no seguimento do ciclo de conferências com o mesmo nome, que decorreu ao longo do ano de 2005, e foi consagrado a algumas personalidades famalicenses, que se notabilizaram nas mais diversas áreas de actividade, e desta forma deram um contributo para a afirmação e projecção de Vila Nova de Famalicão. O livro “Gentes da Terra” integra a colecção “Oito Séculos”, promovida pela Câmara Municipal de Famalicão, no âmbito das comemorações municipais dos 800 anos da atribuição do Foral de D. Sancho I, dos 170 anos de fundação do concelho e dos 20 anos da elevação a cidade. [25-10-2006]



**MUSEU DO AUTOMÓVEL ANTIGO FORMALIZADO** – O concelho de Vila Nova de Famalicão terá, em breve, um Museu do Automóvel Antigo, que resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal, o Clube do Automóvel Antigo e Clássico de Famalicão, o centro comercial em empresarial Lago Discount e o Banco Espírito Santo. A nova estrutura turístico-cultural, que irá nascer em instalações do complexo comercial Lago Discount, em Ribeirão, num espaço com cinco mil metros quadrados, abrirá as portas até meados de 2007 e implicará um investimento de 250 mil euros. O futuro museu terá patente um espólio de grande riqueza, constituído por diversas peças únicas. Para além do espaço de exposição, o museu irá destacar-se pela sua dinâmica, visível numa oficina de restauração de automóveis aberta ao público e uma biblioteca, com informação variada sobre a história dos primeiros veículos. Para o presidente da Câmara Municipal, Armindo Costa, **“com a criação deste museu estamos a afirmar Vila Nova de Famalicão como o maior pólo nacional de concentração de veículos antigos”**. E acrescenta: **“Esta estrutura projectará o nome da nossa terra em termos culturais e turísticos, tanto a nível nacional como internacional”**. [02-10-2006]



**GUIMARÃES, CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA 2012** – O presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Armindo Costa, escreveu ao presidente da Câmara de Guimarães, António Magalhães,

manifestando a sua disponibilidade para colaborar com aquela cidade vizinha no “sucesso” da Capital Europeia da Cultura, em 2012. **“A cultura não tem fronteiras. O Município de Vila Nova de Famalicão dispõe de equipamentos culturais com vida própria conhecida em todo o país, como a Casa das**



**Artes, a Casa-Museu de Camilo Castelo Branco e o Museu de Bernardino Machado”,** escreveu o presidente Armindo Costa. A cidade de Vila Nova de Famalicão, que é parceira de Guimarães na Associação de Municípios do Vale do Ave, dispõe também da Fundação Arthur Cupertino de Miranda, que é uma referência nacional do movimento surrealista e da arte contemporânea. Neste contexto, Armindo Costa considera que **“a eventual participação na Capital Europeia da Cultura 2012 destes equipamentos poderia**

**representar uma mais-valia para o evento”**. Em nome dos famalicenses, Armindo Costa deu **“os parabéns”** ao presidente vimaranense, António Magalhães, pelo facto de a cidade ter sido escolhida para a organização do evento. **“A escolha da cidade onde nasceu Portugal para Capital Europeia da Cultura representa, antes de mais, um a vitória do Município de Guimarães e dos vimaranenses, mas também uma vitória do Vale do Ave, do Minho e do Norte”,** sustenta. [Outubro de 2006]

**MUSEU DA INDÚSTRIA TÊXTIL NA INTERNET** – Compreender como e quando se deu o florescimento da indústria têxtil no Vale do Ave e no país, conhecer as várias fases de um processo de fição, ou ainda contemplar algumas das históricas máquinas têxteis são apenas algumas das acções que podem ser realizadas no recém-criado sítio do Museu da Indústria Têxtil de Vila Nova de Famalicão na Internet, em [www.museudaindustriatextil.org](http://www.museudaindustriatextil.org). **“O concelho de Famalicão continua a ter as maiores e mais modernas empresas têxteis do país. A partir de agora, passa a ter o maior acervo da história da indústria têxtil disponível na Internet, dando uma dimensão global a um museu que guarda memórias de muitos empresários e de milhares de trabalhadores famalicenses e do Vale do Ave”,** explica Armindo Costa. Com uma imagem atractiva, notícias actualizadas e informação completa e

organizada, o “site” destaca-se pela diversidade de temas e serviços disponibilizados por este museu tutelado pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, que aguarda pela entrada na Rede Portuguesa de Museus. Assim, para além de uma área dedicada à história do Museu e a sua ligação à indústria têxtil do Vale do Ave, com fotografias e informação detalhada sobre o acervo da estrutura, o site permite ainda aos utilizadores fazer uma visita virtual ao Museu ou comprar lembranças, na loja on-line. O “site” contempla também uma área dedicada às actividades e aos vários serviços prestados



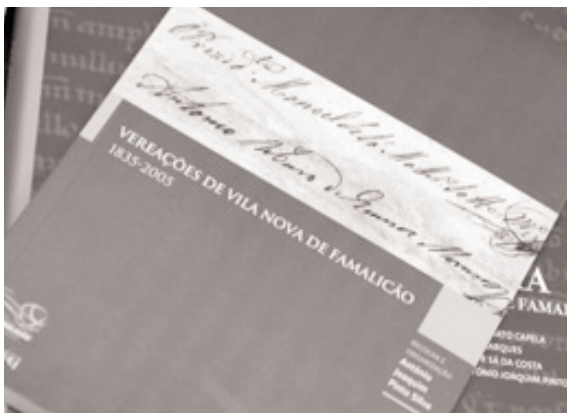
pelo Museu, nomeadamente no âmbito educativo através da sua adesão ao programa municipal “Viagens pelo Património Cultural”, uma iniciativa pioneira no país que visa fomentar o contacto das crianças com os espaços museológicos do município. **[Outubro de 2006]**

**HISTÓRIA DE FAMILICÃO EM LIVRO** – A “História de Vila Nova de Famalicão” é o título de uma obra científica em participaram investigadores de sete universidades portuguesas, que nos contam a história da comunidade famalicense ao longo dos tempos. O lançamento da obra foi o culminar de dez anos de trabalho de investigação e constituiu um dos pontos altos das comemorações municipais dos 800 anos da atribuição do Foral de D. Sancho I, dos 170 anos de fundação do concelho e dos 20 anos da elevação a cidade. Com 536 páginas a “História de Vila Nova de Famalicão” contou com os estudos de Viriato Capela, José Marques, Artur Sá da Costa, António Joaquim, Armando Coelho, António Pereira Dinis, Felisbela Oliveira, Francisco Queiroga, Norberto Cunha, Jorge Fernandes Alves, Justino Magalhães, Joel Silva Mata, Odete Paiva, Maria de Fátima Castro, Martins Vieira e Jorge Bruno Mota. A “História de Vila Nova de Famalicão”, que apresenta factos históricos até agora desconhecidos sobre o concelho, **“é o resultado de uma aposta, de um projecto largamente acalentado e apoiado pelo Município famalicense, como instrumento de afirmação de um Municipalismo e Poder Local que na realização e nas tarefas**



**faz assentar um dos pilares essenciais de seu desenvolvimento e construção”,** refere o coordenador da obra, prof. Viriato Capela, explicando que um dos segredos do livro está no facto de enquadrar Famalicão na história do país ao longo do tempo. **“A “História de Famalicão” sustenta-se em critérios científicos, distanciando-se dos constrangimentos de poder”,** explica o coordenador da obra. A “História de Vila Nova de Famalicão”, que está no mercado livreiro pelo preço de 50 euros, pode ser adquirida na Casa da Cultura de Vila Nova de Famalicão, à Rua Direita, e no Posto de Turismo. Mais informações através do Tel. 252 320900, do fax 252 377110, do e-mail cultura@cm-vnffamalicao.pt ou através da página do município na Internet em [www.vilanovadefamalicao.org](http://www.vilanovadefamalicao.org).

**VEREADORES MUNICIPAIS EM LIVRO** – Estão pela primeira vez reunidos em livro o nome de todos os famalicenses que, nos 170 anos de vida do concelho de Vila Nova de Famalicão, exerceram o cargo de vereadores municipais. A obra “Vereações de Vila Nova de Famalicão 1835-2005”, que tem a chancela da Câmara Municipal e da Quasi-Edições, resulta de uma recolha e organização de António Joaquim Pinto Silva, licenciado em História que exerce as funções de Chefe de Divisão de Arquivos na Câmara Municipal de Vila Nova de



Famalicão. Para o presidente da autarquia famalicense, Armindo Costa, “**é por demais evidente a oportunidade e utilidade desta publicação de natureza histórica, desde logo, porque se pratica um acto de reconhecimento e de justiça para com sucessivas gerações de famalicenses, que serviram a sua terra e a causa pública**”. “**Este trabalho procura, acima de tudo, fornecer a base para o que será o estudo do poder local no nosso concelho, de 1835 até à actualidade, isto sem esquecer evidentemente todas as outras formas de poder que se exerciam, nos séculos XIX e XX, no âmbito da acção municipal**”, refere, por sua vez o autor, António Joaquim. O livro está inserido na colecção “Biblioteca Oito Séculos”, com que a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão celebrou os 800 anos do Foral de D. Sancho I. [2005]





